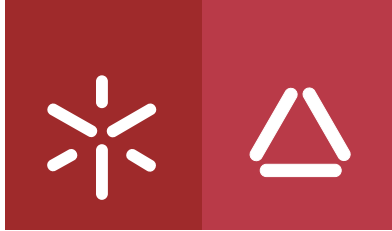




Universidade do Minho
Instituto de Ciências Sociais

Ronaldo André Rodrigues da Silva

Cidade, Cultura e Memória: Uma Perspectiva
sob a Óptica da Arqueologia e do Patrimônio
Industriais



Universidade do Minho
Instituto de Ciências Sociais

Ronaldo André Rodrigues da Silva

**Cidade, Cultura e Memória: Uma Perspectiva
sob a Óptica da Arqueologia e do Patrimônio
Industriais**

Tese de Doutoramento em História
Especialidade em Património

Trabalho realizado sob a orientação do
Professor Doutor José Manuel Morais Lopes Cordeiro

junho de 2017

DECLARAÇÃO DE INTEGRIDADE

Declaro ter atuado com integridade na elaboração da presente tese. Confirmo que em todo o trabalho conducente à sua elaboração não recorri à prática de plágio ou a qualquer forma de falsificação de resultados.

Mais declaro que tomei conhecimento integral do Código de Conduta Ética da Universidade do Minho.

Universidade do Minho, 22 de junho de 2017.

Nome completo: Ronaldo André Rodrigues da Silva

Assinatura: 

AGRADECIMENTOS

Aos Meus Pais,
Maria Delourdes Rodrigues da Silva e
Hélcio Rodrigues da Silva.

Aos Meus Irmãos,
Ricardo Luiz Rodrigues da Silva,
Inês Cristina Rodrigues da Silva,
Rafael Guilherme Rodrigues da Silva e
Isabel de Fátima Rodrigues Silva.

Ao Meu Orientador e Amigo,
Prof. Dr. José Manuel Morais Lopes Cordeiro.

Por acreditarem em mim e
apoiarem meus projetos e objetivos de vida.

RESUMO

Este trabalho procura apresentar as possibilidades de estudos interdisciplinares cujo eixo principal constitui-se na história social e história empresarial sob as perspectivas dos campos da arqueologia industrial e do patrimônio industrial. A análise se baseia na construção dos conceitos de memória social e memória cultural que propõem o resgate de um passado recente e contenha as diferentes dimensões de atuação das organizações no contexto das cidades. Os pressupostos metodológicos partem da interdisciplinaridade e diversidade de elementos que compõem o patrimônio cultural nas discussões da primeira década do século XXI. Traz-se à problematização uma categorização das relações empresa e sociedade para o campo da estruturação social, da identidade individual e coletiva e da necessidade de ações complementares dos diversos agentes sociais. As organizações produtivas são identificadas como responsáveis não somente pelo desenvolvimento econômico, mas também pelas relações sociais, e ainda, como formadoras de uma cultura própria às comunidades industriais. O estudo de caso de uma indústria do ramo siderúrgico e sua atuação no mercado local e regional no Brasil, nas primeiras décadas do século XX permite identificar esses elementos de constituição de uma cultura e de uma identidade particulares. Observa-se que, a partir das ações sociais da empresa e, em consonância com sua estruturação produtiva, se estabelecem vínculos, tanto com as comunidades onde se insere quanto com os indivíduos que nela atuam. Tais laços, quer pessoais quer coletivos, são construídos em estreita relação com a formação do capital social e econômico oriundo da diversidade de ações da empresa nos âmbitos interno e externo. Nesse contexto, destacam-se, inclusive, equipamentos sociais e programas que dão estrutura às comunidades implicadas, em termos de educação, lazer, saúde e até formação cidadã. Os resultados alcançados ao longo do período analisado, entre os anos 1920-1960, revelam o papel essencial da Companhia para a constituição das comunidades e como fonte insubstituível de sua estruturação social e urbana, inclusive, pela complementaridade das atividades públicas. Evidencia-se, pois, que esse importante laço entre empresa e sociedade possui força de expressão no cotidiano e determinação das atividades de empregados, familiares e mesmo o entorno social. Essa conjuntura leva a uma construção do indivíduo e de suas referências, o que faz parte de uma memória pessoal e coletiva, além da construção de uma história individual e social, que são estabelecidas pela identificação entre indivíduo, comunidade e empresa. Assim, a percepção do patrimônio cultural se apresenta nas diferentes formas de manifestação de um passado determinado, de uma gestão social da empresa que se reconfigura no presente, seja pela memória e história construídas, seja pela expressividade de seu legado.

RÉSUMÉ

Ce travail cherche à présenter les possibilités d'études interdisciplinaires dont l'axe principal se constitue par l'histoire sociale et l'histoire des entreprises sous la perspective des champs de l'archéologie industrielle et du patrimoine industriel. L'analyse se base sur la construction des concepts de mémoire sociale et de mémoire culturelle, qui proposent la reprise d'un passé récent contenant de différentes dimensions du rôle des organisations dans le contexte des villes. Les principes méthodologiques partent de la multidisciplinarité et de la diversité d'éléments qui composent le patrimoine culturel dans les discussions de la première décennie du XXI^e siècle. On problématise une catégorisation des rapports entreprise-société dans le cadre de la structuration sociale, de l'identité individuelle et collective et de la nécessité d'actions complémentaires des divers acteurs sociaux. Les organisations productives sont identifiées en tant que responsables aussi bien du développement économique que des rapports sociaux, outre la formation d'une culture propre aux communautés industrielles. L'étude de cas d'une industrie du secteur sidérurgique et de son rôle dans le marché local et régional au Brésil, aux premières décennies du XX^e siècle, permet d'identifier ces éléments de constitution d'une culture et d'une identité particulières. On remarque qu'à partir des actions sociales de l'entreprise conformément à sa structuration productive, on établit des liens à la fois avec les communautés où elle s'insère et avec les individus qui y sont engagés. Ces liaisons, soit personnelles soit collectives, sont construites en rapport étroit avec la formation du capital social et économique issu de la diversité d'actions de l'entreprise dans les sphères intérieure et extérieure. Dans ce contexte, on met en évidence des équipements sociaux et des programmes qui donnent une structure aux communautés impliquées, en ce qui concerne l'éducation, le loisir, la santé voire la formation pour la citoyenneté. Les résultats obtenus tout au long de la période analysée, entre les années 1920-1960, révèlent le rôle essentiel de la Compagnie en faveur de la constitution des communautés et comme source irremplaçable de leur structuration sociale et urbaine, y compris la complémentarité des activités publiques. On met en évidence un important rapport entre entreprise et société dont la force d'expression se fait sentir au quotidien et détermine les activités des employés, leurs familles et même leur entourage. Cette conjoncture mène à une construction de l'individu et de ses repères, ce qui fait partie d'une mémoire personnelle et collective outre la construction d'une histoire individuelle et sociale, qui sont établies par l'identification parmi individu, communauté et entreprise. De cette manière, la perception du patrimoine culturel se présente dans de différentes manières de manifestation d'un passé déterminé, d'une gestion sociale de l'entreprise qui se reconstitue au présent, soit par la mémoire et l'histoire construites, soit par l'expressivité de son héritage.

ABSTRACT

This thesis seeks to introduce the possibilities of interdisciplinary studies whose basis is social and business history from the perspectives of the industrial archeology and industrial heritage fields. The analysis is based upon the definition of the concepts of social and cultural memory, which propose the review of a recent past and encompass the industrial organizations different operational focuses within the urban context. The methodological framework was developed on the basis of the elements of diversity and interdisciplinarity which make up cultural heritage in the discussions of the first decade of the 21st century. A discussion on a classification of the relations between company and society is brought to the domain of social structure, individual and collective identity, and of the need for further actions on the part of the many social actors. The functioning enterprises are deemed responsible not only for economic development, but also for social relations and regarded as catalysts for a genuine industrial community culture. The case study of a steel industry and its role in the Brazilian home market during the first decades of the 20th century allows to identify these constituent elements of a particular culture and identity. It is observed that, from the social initiatives of the company and in line with its production structure, a relationship is forged among this company, the communities where it is established and the individuals living in such communities. This relationship, however personal or collective, is built up in close relation with the social and share capital generated from the company's diversity of actions regarding both its corporate management and community-targeting social policies. In this context, infrastructure and programmes supporting the involved communities regarding education, recreation, health care and even citizen awareness are noteworthy. The results achieved over the period under consideration (the years between 1920 and 1960) revealed the company's essential role in the communities' establishment, besides demonstrating the company to be an irreplaceable major stimulus for the communities' social and urban structure, due to the complementary nature of public activities. Thus, it becomes evident that this crucial relationship between company and society exerts a real impact upon the employees' daily life and the allocation of their assignments, family members' actions and even upon their social environment. Such context shapes a construct of the individual and his references, which is part of a personal and collective memory, besides building individual and social history, which is established by the mutual empathy among the individual, community and company. Thus, the perception of cultural heritage is present in the different forms of manifestation of both a given past and a company's social policy which re-shapes itself in the present, either by means of a built history and memory or through the relevance of its legacy.

SUMÁRIO

Resumo.....	vii
Résumé.....	ix
Abstract.....	xi
Sumário	xiii
Figuras, Gráficos, Quadros e Tabelas.....	xv
Abreviaturas	xix
1. Introdução.....	1
1.1. Alcance do Trabalho.....	3
1.2. Objetivos	5
1.3. Justificativa.....	7
2. Pressupostos Metodológicos	11
2.1. Elementos Metodológicos.....	15
2.1.1. Tipo de Investigação	16
2.1.2. Método de Investigação:	17
2.1.3. Unidade de Análise:.....	19
2.1.4. Unidade de Observação:	19
2.1.5. Coleta de Dados.....	21
2.1.6. Análise dos Dados.....	24
3. Patrimônio Cultural, Memória e Sociedade – Estado da Arte.....	29
4. Memória, Indivíduo e Empresa	51
4.1. A Memória, Os Marcos Espaciais e Os Marcos Temporais	53
4.2. A Memória e o Indivíduo	57
4.3. A Memória e a Empresa	61
5. Cultura, Empresa e Sociedade	69
5.1. A Cultura Organizacional.....	74
5.2. A Cultura e a Memória.....	76
6. Patrimônio Cultural e Patrimônio Industrial.....	83

6.1. Patrimônio Cultural – Complexificação e Diversificação do Conceito	90
6.2. O Patrimônio e a Arqueologia industrial.....	95
6.3. As Cartas Patrimoniais e o Patrimônio Industrial.....	107
6.4. Patrimônio Industrial, Musealização e Turismo	111
7. As Minas Gerais: Da Era do Ouro ao Ferro e Aço	121
7.1. Sabará – Antes Ouro, Hoje Ferro e Aço.....	122
7.2. João Monlevade – A Criação de uma Cidade Industrial Siderúrgica	126
7.3. A Empresa: De Companhia Siderúrgica Mineira a ArcelorMittal	129
8. Empresa, Patrimônio e Memória	147
8.1. Empresa, Patrimônio e Infraestrutura.....	147
8.2. Empresa, Patrimônio e Equipamentos Sociais	191
8.3. Patrimônio, Empresa e Sociedade	213
8.4. Empresa, Saúde e Sociedade.....	251
8.5. Empresa, Educação e Cidadania	277
8.6. Empresa, Lazer e Sociedade	287
9. Considerações Patrimoniais	303
10. Considerações Finais.....	321
11. Referências Bibliográficas	335
12. Anexos	359
12.1. Anexo 1 – O Engenheiro Louis Ensck e a Companhia Siderúrgica Belgo-Mineira (e Discurso proferido em 16 de novembro de 1952).....	359
12.2. Anexo 2 – Palestra Joseph Hein, Diretor-Geral da Companhia Siderúrgica Belgo-Mineira na Escola Superior de Guerra, em 09 de Junho de 1959.	365
12.3. Anexo 3 – Decreto-Lei nº 16.103, de 18 de julho de 1923.....	375
12.4. Anexo 4 – Decreto-Lei nº 16.214, de 28 de Novembro de 1923.....	379
12.5. Anexo 5 – Decreto-Lei nº 12.944, de 30 de Março de 1918 e Decreto Nº 4.246, de 6 de Janeiro de 1921	381
12.6. Anexo 6 – Número Especial Sobre a Companhia Siderúrgica Mineira	385
12.7. Anexo 7 – Diário Oficial da União, p. 24743, 29/10/1957.....	397
12.8. Anexo 8 – Tabela – Série Histórica do Salário Mínimo no Brasil	399

FIGURAS, GRÁFICOS, QUADROS E TABELAS

Figura 1 - Confluências/Dissonâncias entre Interesses do Capital (a organização) e do Social (a cidade)	16
Figura 2 – Mapa de Localização das Usinas – Siderúrgica (Sabará) e Barbanson (João Monlevade).....	20
Figura 3 – Modelo Metodológico para Pesquisa.....	22
Figura 4 – Elementos da imagem urbana.....	88
Figura 5 – Cronologia – Arqueologia Industrial e Patrimônio Industrial.....	98
Figura 6 – As Dimensões da Arqueologia Industrial	102
Figura 7 – Arqueologia Industrial – Áreas de Conhecimento e de Estudo	105
Figura 8 – Usina de Siderúrgica – Sabará – Anos 1920	119
Figura 9 – Evolução da Estrutura Empresarial – Cia. Siderúrgica Belgo Mineira	138
Figura 10 – Estrutura Empresarial da Companhia Siderúrgica Belgo-Mineira (Cronologia) .	142
Figura 11 – Construção do Alto-Forno da Usina de Siderúrgica, Sabará, 1927.....	145
Figura 12 – Usina Siderúrgica, Sabará, Anos 1920.	148
Figura 13 – Anúncio da Companhia Belgo-Mineira em 1950	162
Figura 14 – Usina Siderúrgica e Vilas Operárias, Sabará – 1952	179
Figura 15 – Participação Acionária da Cia. Siderúrgica Belgo-Mineira	183
Figura 16 – Usina Piracicaba, João Monlevade, s/d.....	189
Figura 17 – Teleférico de Transporte de Carvão (João Monlevade – Dionísio).....	200
Figura 18 - Empresas Estatais de Infraestrutura de Serviços/Industrial (anos 1930-60)	208
Figura 19 – Turma do Laminador Usina de Siderúrgica, Sabará, 1930.....	211
Figura 20 – Inauguração da Vila Operária em Siderúrgica – Sabará, 1932.	215
Figura 21 – Mapa de Siderúrgica – Sabará – Usina CSBM – Vilas Operárias	219
Figura 22 – Exemplo de Ficha de Controle das Casas das Vilas Operárias (Croqui e Serviços)	220
Figura 23 – Vilas Operárias e Usina Siderúrgica (ao fundo), Sabará, s/d.	222
Figura 24 – Vila Santo Elói, João Monlevade (Cassino de Monlevade à esquerda), anos 1960.	229
Figura 25 – Usina de Pasteurização de Leite, João Monlevade, s/d.....	239
Figura 26 – Armazém de Abastecimento, Sabará, s/d.....	240

Figura 27 – Usina de Barbanson e Vilas Operárias, João Monlevade – Anos 1950.....	249
Figura 28 – Educação Feminina, João Monlevade, Anos 60.	255
Figura 29 – Hospital Margarida, João Monlevade.	275
Figura 30 – Escola Profissional – Tipografia, João Monlevade, s/d.	279
Figura 31 – Grupo Escolar Santana, João Monlevade, Anos 1960.	285
Figura 32 – Rádio Cultura, João Monlevade, Anos 1960.....	291
Figura 33 – Esquema Representativo de Elementos do Patrimônio Cultural-Social da Companhia.....	298
Figura 34 – Esporte Clube Siderúrgica e Usina Siderúrgica (ao fundo), Sabará, s/d.....	301
Figura 35 – Mapa Relacional – Arqueologia e Patrimônio Industriais.....	304
Figura 36 – Atividades de Infraestrutura e Sociais – Companhia Siderúrgica Belgo-Mineira	308
Figura 37 – Mapa Mental das Relações entre Cidade, Cultura e Memória	312
Figura 38 – Álbum de Figurinhas (Capa e Contracapa).....	314
Figura 39 – Cromos do Álbum (Vila Operária, Antigo Cinema e RPPN Belgo Mineira)	315
Figura 40 – Usina de Siderúrgica, Sabará observada por Dr. Louis Ensck, Anos 1930.	319
Figura 41 – Mapa de Referências – Arqueologia e Patrimônio Industriais.....	327
Figura 42 – Usina de Siderúrgica, Sabará, Anos 1930.	328
Figura 43– Usina Siderúrgica – Complexo dos Anos 1930	328
Figura 44 – Edificação da Fundação – vista interna, Usina Siderúrgica, Sabará, s/d.....	329
Figura 45 – Edificação da Antiga Fundação (vista interna)	329
Figura 46 – Antiga Oficina Mecânica – vista interna, Usina Siderúrgica, s/d.	330
Figura 47 – Antiga Oficina Mecânica (vista interna)	330
Figura 48 – Proposta de Requalificação do Antigo Complexo da CSBM	331
Figura 49 – Mapa de Referências de Memória empresarial	332
 Gráfico 1 – Arrecadação do Quinto (em Kg)	 124
Gráfico 2 – Plano de Abastecimento de Carvão da usina de Monlevade	136
Gráfico 3 – Mercado Brasileiro – Importação de Ferro e Aço (1913-1922).....	155
Gráfico 4 – Mercado Brasileiro – Importação de Ferro e Aço (1928-1932).....	160
Gráfico 5 – Produção de ferro Gusa e Aço – Cia. Siderúrgica Belgo Mineira	162
Gráfico 6 – Principais Produtos Siderúrgicos – Minas Gerais (1940-1950).....	174
Gráfico 7 – Funcionários estrangeiros – Nível Superior e Técnico	277

Quadro 1 – Serviço Florestal CSBM – Hortos Florestais (1955)	135
Quadro 2 – Legislação aplicada às Fontes Energéticas – Décadas de 30/60.....	192
Quadro 3 – Ações Comunitárias da Companhia – Estrutura Social e Equipamentos Sociais	214
Quadro 4 – Notas de Serviço – Relações do Trabalho e Saúde	259
Quadro 5 – Legislação de Guerra e Condições de Trabalho na CSBM – Anos 1940	264
Quadro 6 – Ações Socialmente Responsáveis – Décadas 1930/50	309
 Tabela 1 – Série Histórica do Salário Mínimo no Brasil	 401

ABREVIATURAS

ABEB – Associação Beneficente dos Empregados da Belgo

ABM – Associação Brasileira de Metalurgia

ACESITA – Companhia Aços Especiais Itabira

ACIMON – Associação Comercial, Industrial e Prestação de Serviços de João Monlevade

AÇOMINAS – Aço Minas Gerais S/A

ADEMON – Agência de Desenvolvimento de João Monlevade

AMFORP – American Foreign Power Company

AMMG – Associação Médica de Minas Gerais

ARBED – Acières Réunies de Burbach-Eich-Dudelange

ARCELOR – sigla de fusão dos grupos **ARBED** (Luxemburgo), **ACERALIA** (Espanha) e **USINOR** (França)

BNDE – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico

BNH – Banco Nacional de Habitação

BRACOPAR – Cia. Brasileira de Participações

CAEEB – Companhia Auxiliar de Empresas Elétricas Brasileiras

CAF – Cia. Agrícola e Florestal Santa Bárbara

CCPL – Cooperativa Central de Produtores de Leite

CEMIG – Centrais Elétricas de Minas Gerais S.A.

CENTEC – Centro Tecnológico Dr. Joseph Hein

CHESF – Companhia Hidrelétrica do São Francisco

CIAM – Congrès Internationaux d'Architecture Moderne

CISE – Companhia Imobiliária Santo Elói

COBAL – Cia. Brasileira de Alimentos Gerais

COMAG – Companhia Mineira de Água e Esgotos

COMTUR – Conselho Municipal de Turismo de João Monlevade

COPASA – Companhia de Saneamento do Estado de Minas Gerais

COSIPA – Cia. Siderúrgica Paulista

CSBM – Companhia Siderúrgica Belgo-Mineira

CSN – Companhia Siderúrgica Nacional
CTMG – Companhia Telefônica de Minas Gerais
CVRD – Companhia Vale do Rio Doce
DNAE – Departamento Nacional de Águas e Energia
DNER – Dep. Nacional de Estradas de Rodagem
DNPM – Departamento Nacional de Produção Mineral
DOU – Diário Oficial da União
ELETROBRAS – Centrais Elétricas do Brasil S.A.
FIEMG – Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais
FRIMISA – Frigoríficos Minas Gerais S.A
FUNCEC – Fundação Comunitária Educacional e Cultural de João Monlevade
GEHT – Grupo de Estudos de História da Técnica
IBAMA – Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
IBGE – Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICOMOS – International Council on Monuments and Sites
INOCOOP-MG – Instituto de Orientação às Cooperativas Habitacionais de Minas Gerais
IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
ISO – International Standards Organization
MAFERSA – Material Ferroviário S/A
MOBRAL – Movimento Brasileiro de Alfabetização
MTIC – Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio
NS – Nota de Serviço
OCT – Organização Científica do Trabalho
PETROBRAS – Petróleo Brasileiro S.A.
PHB – Pohlig-Heckel do Brasil
PNMT – Programa Nacional de Municipalização do Turismo
RFFSA – Rede Ferroviária Federal S.A.
RPPN – Reserva Particular do Patrimônio Natural
SENAI – Serviço Nacional da Indústria
SESI – Serviço Social da Indústria

SFH – Sistema Financeiro de Habitação

SOTEISA – Sociedade Técnica de Estudos Industriais

SUNAB –Superintendência Nacional do Abastecimento Gerais

TELEMIG – Telecomunicações do Estado de Minas Gerais S.A.

TICCIH – The International Committee for the Conservation of the Industrial Heritage

UNICAMP – Universidade de Campinas

USIMINAS – Usinas Siderúrgicas de Minas Gerais

1. INTRODUÇÃO

As diferentes relações entre organizações empresariais e a sociedade civil, parcelas de uma sociedade ou comunidades em geral, apresentam no decorrer dos últimos dois séculos múltiplas interações que se constroem desde a definição de processos de gestão empresarial ao compartilhamento das relações sociais e comunitárias. Uma das maneiras de compreender os processos de gestão e perceber suas influências no ambiente organizacional e social constitui-se na análise e reconstrução contextualizada das variáveis sócio históricas. Assim, se pode entender de forma mais ampla, não somente as relações existentes entre capital e trabalho, mas aquelas desenvolvidas entre empresa e sociedade.

Busca-se, assim, verificar as formas e áreas de atuação da empresa frente as necessidades de gestão do negócio e aquelas relacionadas às questões sociais entre empresa e funcionários. Percebe-se, ainda, que, segundo o contexto histórico e o momento econômico político vivenciado, tem-se uma diferenciação das relações sendo foco nesse trabalho a reconstituição das relações que transitam entre papéis complementares e compartilhados entre a organização, a sociedade e o Governo, a partir de um determinado e definido período estudado.

Pretende-se, então, analisar as mudanças requeridas ao mundo do trabalho e, conseqüentemente, às relações entre empresa e sociedade e seus reflexos na vida social dos indivíduos. Os fatores que as influenciam são percebidos, de maneira interdisciplinar, seja pelas implicações coletivas e tecnológicas verificadas no âmbito interno da organização – sua estrutura e funcionamento empresarial, seja pelas relações sociais junto aos trabalhadores e à sociedade – vida social e equipamentos sociais. Tem-se, assim, que tais influências ocorrem em diversos campos do conhecimento, nos processos econômicos e de gestão, na capacitação e inclusão profissional por meio das inovações tecnológicas e se estendem às questões de pertinência social e de identidade, a memória, a cultura e a história dos indivíduos, da sociedade, do lugar.

Nesse sentido, dentre os reflexos desse processo destaca-se a construção de uma memória social e do trabalho que traz consigo uma complexidade das inter-relações entre os

âmbitos privado e público, social e do trabalho. O contexto, a sociedade industrial, surge como uma rede em que os vínculos se interconectam e determinam novas construções individuais e coletivas de pertencimento e de identidade.

Para a análise, tem-se como temporalidade, o final do século XX, a sociedade industrializante brasileira que estabelece novos parâmetros sociais e do trabalho e determina novos paradigmas, centrados na industrialização e no compartilhamento das atividades sociais e econômicas. Define-se um período em que se torna necessário trazer para o âmbito organizacional, questões sociais a fim de que se permita compreender melhor a realidade então vivida, demandada e percebida pela empresa e pela sociedade. Torna-se indispensável conformar uma autoimagem individual (empresa) e coletiva (sociedade) em relação ao macroambiente (cidade) que permita a construção de um ambiente social adequado e produtivo frente às necessidades e aspectos identificados quanto à organização, ao sujeito e à sociedade.

Dentre os possíveis estudos para se correlacionar organização e sociedade, entre os estudos de contexto social e preservação da memória industrial, tem-se aqueles configurados sob a óptica da arqueologia e do patrimônio industriais que se encontram embrionários no Brasil. Tais estudos têm, em geral, um caráter interdisciplinar pelo qual as ideias e os conceitos centrados nas relações entre empresa e sociedade permitem identificar diferentes níveis de identidade que levam à preservação da identidade industrial e à conservação de elementos sociais detentores de uma memória ao mesmo tempo empresarial ou industrial e trabalhadora ou social. Entretanto, os estudos relacionados às relações industriais e suas influências na sociedade apresentam-se, com frequência, sob a perspectiva do capital, do desenvolvimento econômico e da evolução tecnológica. Deixa-se, pois, de perceber aspectos e conceitos que possibilitem entender as organizações produtivas e os negócios empresariais a partir de concepções e parâmetros cujos aspectos relacionados à sociedade sejam mais amplos.

Um levantamento sócio-histórico específico acerca das relações empresa-sociedade se constitui em oportunidade para gerar olhares diferenciados em prol dos conceitos de memória, cultura e patrimônio. Também possibilita o desenvolvimento de um conhecimento histórico-econômico através da reconstrução tanto de tecnologias organizacionais e produtivas

utilizadas quanto da análise da ocupação dos espaços sociais e de seus efeitos e implicações. Assim, as relações entre cidade (sociedade) e indústria (empresa) geram uma perspectiva histórica, documental, geográfica e antropológica que assinala uma importância fundamental para se conhecer as condições de trabalho e de vida proporcionadas aos cidadãos a partir do desenvolvimento das atividades empresariais locais.

Este estudo, centralizado nos conceitos e pressupostos metodológicos de arqueologia e patrimônio industriais, procura desenvolver uma pesquisa que relacione aspectos da história empresarial e da história social à sociologia industrial e antropologia, com foco na análise e elaboração da história de vida das empresas e da história social de comunidades. Essa associação visa criar um sentido singular para a memória cultural-empresarial a partir das riquezas patrimoniais e sociais por ela geradas, não obstante haja no Brasil uma escassez de ações e de projetos de restauração e preservação/conservação da memória deste tipo de história. A atenção dada à memória industrial ou empresarial se constitui em real necessidade das sociedades, principalmente a brasileira, que têm perdido considerável capital cultural por não manifestar uma preocupação efetiva em relação ao patrimônio cultural empresarial e industrial e à memória cultural e social constituídos a partir dessas bases de análise ao longo das sucessivas fases da vida econômica nacional.

As origens do objeto de estudo da arqueologia industrial podem ser descritas a partir da Idade Moderna, quando surgem os métodos de intensificação da produção e sua efetiva vinculação aos processos de industrialização, bem como a reordenação morfológica dos edifícios produtivos nos séculos XVIII e XIX. A partir dos modos de exploração do capital e das tecnologias aplicadas, esse fenômeno torna-se perceptível sob aspectos tais como a inovação das técnicas produtivas – repassadas dos homens às máquinas e empresas – e certa “desapropriação” do conhecimento humano, a individualização do trabalho e a especialização produtiva.

1.1. ALCANCE DO TRABALHO

A recuperação da história industrial – fortalecendo-se seus aspectos culturais – apresenta-se como possibilidade de recuperação e até de construção de um conhecimento

ligado a uma época e sociedade determinadas. As mudanças empresariais e sociais ocorridas com as transformações das organizações produtivas têm aspectos importantes e relevantes e determinam reflexos nas condições de vida e de trabalho das pessoas, em suas expectativas e limitações, na compreensão de sua individualidade/identidade e de seu pertencimento.

Para Castillo *et al* (1999) o conhecimento inédito e sistemático de uma zona específica de estudo possibilita à arqueologia industrial abrir novas vias de pesquisa. Estas últimas abarcam variáveis espaço-temporais das organizações industriais e oferecem critérios e sugestões para elaborar processos de atuação que viabilizam a recuperação do patrimônio industrial, não somente sob as perspectivas econômica e industrial como também a sociocultural.

Tem-se, assim, a construção de campos interdisciplinares de estudos sobre a memória e o patrimônio culturais, especialmente industriais. A interdependência de diversos campos de estudo, a busca pela identificação e pela influência de cada variável ou conceito nos diversos processos organizacionais envolvem uma complexa rede de vínculos que definem um processo de acumulação do capital e de desenvolvimento social e econômico onde se verifica a complementaridade desses diversos campos.

Para Tolliday (2000), a importância e a relevância da história organizacional e suas influências na vida social e político-econômica permitem uma “síntese organizacional” pluralista e complexa, sob o ponto de vista de uma construção da memória individual e coletiva a partir das quais se evidenciam percepções e descrições de fatos centrados nas relações entre empresa e sociedade.

A perspectiva de um processo de pesquisa que envolva as variáveis memória e cultura para a construção e de um conceito amplo de patrimônio inclui as relações entre empresa e sociedade e traz um caráter complementar e intercambiável de conhecimentos que possibilitam a construção de uma dinâmica que envolve a (re)construção ou (re)definição das maneiras de atuação e influência das empresas na sociedade. Localizar e identificar o objeto de estudo – o trabalho e os diversos significados sociais que definem os processos de vida – determina um entendimento, mesmo que parcial, de características de uma “personalidade empresarial” que se reflete nos indivíduos e na sociedade e torna possível a formação de uma

história cultural e social tanto da organização quanto da sociedade em que a empresa está inserida.

A proposta busca, pois, examinar as influências socioculturais das organizações nos indivíduos e na sociedade, através de estudos de casos. A abordagem centra-se em conceitos da história social e história empresarial, amparadas por outras áreas como sociologia industrial, arqueologia e antropologia a partir das quais se pretende analisar os conceitos de arqueologia e patrimônio industriais, assinalando-lhes vínculos aos conceitos de memória social e história social.

A estrutura do trabalho aponta para uma ampliação do rol de temas que busquem entender os fatores que definem as relações entre empresa e sociedade, de modo a evidenciar a interdisciplinaridade do tema proposto. A amplitude do trabalho promoverá uma análise particular das relações entre organização e sociedade, das inserções e construções sociais estabelecidas pela empresa – o que vem a definir uma história social, além de promover a visão de cultura sob a perspectiva da identidade em relação ao patrimônio industrial e cultural.

1.2. OBJETIVOS

A abrangência do trabalho se centraliza na área da história social e industrial ou história social das organizações sob a perspectiva da formação da memória social e da cultura local a fim de realizar uma análise direcionada ao estudo dos conceitos de patrimônio industrial e de arqueologia industrial. Por meio de tal contextualização, o projeto busca analisar a organização produtiva a partir do histórico de vida, segundo as influências determinadas e sofridas no decorrer das relações sociais e culturais. O entendimento dos processos de mutação das cidades – determinados pelas organizações – insere-se nesse contexto cujas principais variáveis são: a ampliação do entendimento de cultura e patrimônio, a busca por uma identidade social criada ao longo da história empresarial e a problemática da conservação/preservação da memória industrial e empresarial, inserida no imaginário e na identidade social.

Tal estudo visa fomentar a consciência e a identidade individual e coletiva, recuperando aspectos de memória e patrimônio. Tem em vista, também, possibilitar o desenvolvimento de novas investigações que envolvam o conhecimento histórico-econômico, a reconstrução das tecnologias, a ocupação dos espaços, a inserção social, a evolução das cidades e suas inter-relações segundo metodologias próprias para estudo de caso (Yin, 1984).

Essa abordagem tem como objetivos:

- A identificação e análise das relações sociais ocorridas segundo a atuação de uma organização industrial, suas influências – provocadas e sofridas - na sociedade [nas cidades] em que atua.
- A identificação e análise da história das situações vividas pelos indivíduos e pela sociedade local em relação à empresa estudada; a inserção e atuação desta última junto ao meio social a que pertence; a participação organizacional na definição da participação social e da vida cultural segundo as políticas públicas ou privadas [organizacionais].
- A análise das inter-relações sociais – organizacionais, estruturais ou produtivas – ocorridas no período histórico em análise e as implicações socioculturais na sociedade e as transformações na vida social e cultural dos indivíduos e da coletividade.
- A identificação das características social-empresariais da organização industrial que tiveram reflexos na sociedade, na vida cultural e privada de seus membros e em toda a comunidade local;
- A análise das relações sócio-industriais a partir das inovações sociais – estruturas e equipamentos sociais – oferecidas pela empresa ao longo do desenvolvimento da sociedade e do entorno organizacional.
- A análise das práticas empresariais que definiram as relações do trabalho, as relações sociais e culturais, seus reflexos na construção de uma identidade individual e coletiva da sociedade e a consequente percepção acerca do patrimônio cultural municipal.

- A identificação das influências e demandas sociais referentes ao entendimento do patrimônio cultural percebido e suas vinculações ao imaginário histórico, à memória dos indivíduos e da sociedade quanto ao patrimônio industrial.

Pretende-se, dessa maneira, construir um mapa espaço-temporal que identifique as influências de uma organização fabril-industrial na formação do patrimônio cultural de uma sociedade [comunidade]. Depreendem-se aqui as relações que permitem a construção de um patrimônio cultural a partir de seus desdobramentos socioeconômicos, políticos e culturais e que conformam a memória e a história de indivíduos e seus respectivos grupos. A reconstrução desse conhecimento individual e coletivo leva a uma identidade social que tem por pressuposto o resgate de uma identificação na conexão homem-empresa-sociedade.

1.3. JUSTIFICATIVA

Dentre os processos de formação das cidades brasileiras ao longo do século XX, a industrialização e seus desdobramentos compreenderam uma realidade notável, que encontrou repercussão ao longo de todo o período recente da história brasileira – apesar de ainda haver uma lacuna no tocante à construção e formação do patrimônio cultural brasileiro.

Nesse contexto, é considerada, sobretudo, a óptica das estruturas macro e microeconômicas, sob características dos processos de gestão, crescimento e desenvolvimento econômico das empresas, além do caráter estrutural e tecnológico. A percepção das influências sociais, das relações entre empresa, sociedade e Governo e a importância ou influência da organização nos processos sociais e culturais da sociedade são temas não explorados ou, em alguns casos, de forma incipiente ou embrionária.

O desenvolvimento das atividades industriais no campo social, como vilas operárias que se tornaram microcidades (com atividades econômico, social e cultural próprias) e seus desdobramentos podem ser percebidos sob o aspecto do desenvolvimento social-urbano e também a partir de perspectivas de reprodução, manutenção e formação de modelos sociais que garantam certa estabilidade e perenidade do modelo social e industrial vigente.

Para Cabral (2001), essa ideia, estabelecida desde os primórdios da industrialização, através de Robert Owen e a vila industrial de New Lanark, tem como propósito inicial a reprodução e garantia das relações capital-trabalho e mesmo das relações sociais pré-definidas.

Entrementes, a preocupação com a memória empresarial e industrial se torna importante para entender, na maioria dos casos, as influências e a relevância de determinadas empresas ou setores para o incremento [e decadência] local ou regional. Percebe-se, assim, a diversidade e a riqueza das atuações empresariais, suas relações com a comunidade, sua relevância e os reflexos no ambiente social, quer em termos individuais, quer coletivos.

A implementação das indústrias e a repercussão de suas ações, por vezes, determinaram (e determinam) a formação de núcleos urbanos e sociais, de vilas operárias ou mesmo cidades. A necessidade de estabelecer relações socioculturais com a sociedade e de desenvolver estratégias de incremento de estruturas sociais e culturais compreende fatores relacionados a uma rede de interligações. Em virtude dessa realidade complexa, é preciso então deter-se sobre as relações de “extra produção” das empresas.

Os estudos relativos à história empresarial e econômica – sobre a arquitetura industrial, a ocupação geográfica, a complexa estrutura empresarial, a psicologia social, a sociologia do trabalho entre outros campos – compõem um conhecimento capaz de suscitar, manter e fazer evoluir a memória empresarial e social, principalmente, se privilegiar não somente os fatores financeiro-econômicos, mas os socioculturais.

Deve-se assim, procurar evitar que as antigas instalações industriais e toda estrutura desenvolvida em torno dos fatores de produção que constituem verdadeira memória social e industrial não se transformem em *friches*¹, conforme apresenta Mendonça (2001), os quais tem aspectos de total desinteresse ou abandono e passam a ser vistos como verdadeiros ‘cemitérios industriais’.

¹ Os *friches* – expressão francesa – ou vazios industriais podem ser associados às diversas estruturas industriais – produtivas ou não, as quais eram destinadas à alojamentos, escritórios, estacionamentos, áreas de lazer, parques, armazéns etc. A expressão pode ser desdobrada em *friches industrielles* [industriais] e *friches urbaines* [urbanos], os quais, nos conceitos abordados pela arqueologia industrial, se apresentam relacionados aos vazios industriais, ligados diretamente aos processos produtivos, ou vazios sociais, ligados a toda estrutura sócio urbana que se destinava às atividades complementares sob a gestão empresarial – escolas, clubes, centros de abastecimento. Unindo-se estes dois termos poder-se-ia criar os *friches* urbano-industriais que abrangeriam adequadamente esta estrutura macro empresarial.

Entretanto, deve-se avaliar a necessidade em perceber a valorização, preservação e conservação de uma realidade histórico-social passada, desenvolvida a partir de centros fabris ou organizações produtivas sob a perspectiva de criação e desenvolvimento de se obter conjuntos arquitetônicos e produtivos abandonados ou em operação. Neles a manutenção dos equipamentos em atividade, permite uma visualização do conjunto industrial, desde suas relações de produção às relações sociais que levam a melhor entender os primórdios dos processos de industrialização, sua evolução e, porque não, as relações de macroeconômicas e socioculturais (Araújo, 1998).

Ao incorporar a este conteúdo o entorno social, com as vilas operárias e seus desdobramentos tem-se a possibilidade de tornar visível todo um contexto sócio-produtivo que outrora tornou possível o desenvolvimento econômico e a evolução da comunidade e atores envolvidos. Configurar estas relações e descobrir a importância delas para a sociedade brasileira torna-se um importante passo para a ampliação do conceito de memória cultural, pois se pode entender também como patrimônio cultural de um país, região ou local a história dos empreendimentos estabelecidas com a sociedade.

Ao se incorporar o conteúdo (ou entorno) social às vilas operárias ou cidades-empresa tem-se maior compreensão e visibilidade dos desdobramentos sociais e da evolução urbana. A análise de um contexto sócio-produtivo sob perspectivas de memória e patrimônio propicia “novos olhares” sobre um campo ou objeto de análise que outrora permitiu a reflexão acerca do desenvolvimento econômico e social de uma coletividade – com sua consequente progressão urbana e coletiva – e acerca de seus atores envolvidos. O entendimento dessas relações as valoriza perante a sociedade e se torna um importante passo para a ampliação do conceito de memória cultural.

O conceito de patrimônio cultural é assim ampliado e permite entender e analisar a história de empreendimentos industriais e suas relações com a sociedade. As perspectivas de desenvolvimento de análises sob a óptica da arqueologia e patrimônio industriais formam uma rede complementar que favorece o intercâmbio de conhecimentos. Tal rede se constrói a partir de uma dinâmica de redefinição e identificação de um objeto de estudo [a empresa] segundo

diversos campos de saber, levando ao estudo de processos de vida e personalidade, de significados e signos, de identidade, tudo vinculado à memória social, coletiva e individual.

2. PRESSUPOSTOS METODOLÓGICOS

O desenvolvimento do processo metodológico busca centrar o exame concreto em situações reais de desenvolvimento do trabalho humano, complementando-o com ideias e conceitos provenientes da história social e industrial. Eles estão definidos a partir da ideia de que se torna necessário construir uma relação concreta entre os fatores determinados pelas circunstâncias sociais e económicas desenvolvidas durante o período estudado – primeira metade do século XX – e os instrumentos de dados utilizados para análise.

O papel de investigador se desenvolve a partir dos elementos de inserção social do estudo que estejam relacionados às mudanças desenvolvidas pela organização, seus processos de trabalho e todos os outros fatores que envolvem os atores responsáveis pelo desenvolvimento econômico industrial. Entretanto, inclui-se aqueles fatores que determinam uma relação entre o desenvolvimento socioeconômico cuja contextualização se faz a partir tanto dos vieses mercadológico e econômico, quanto de uma análise psicossocial que tenham como influência os processos relativos à vida dos atores organizacionais e sociais, a sociedade e a empresa, os efeitos globais da atuação da organização (Castillo, 1994).

Os princípios metodológicos utilizados apresentam um caráter de dualidade, pois se deve observar o conteúdo científico e ideológico como um recurso sistemático à interpretação das diversas fontes de investigação a partir das quais se busca uma contextualização dos conteúdos referentes ao passado empresarial e as características socioeconômicas que os define. Além destas deve-se observar o conteúdo antropológico que se define segundo uma atuação e observação direta acerca das características industriais relacionadas ao desenvolvimento da sociedade. Elas se fazem a partir da identificação dos processos industriais que permitem o desenvolvimento social de maneira ampla.

A capacidade de interpretação e análise de destas características requer uma abordagem crítica sob diversos aspectos uma vez que cada uma das interpretações – seja do capital ou da sociedade, sejam aspectos econômicos ou culturais – estão definidos segundo interesses e fatores apresentados por escalas subjetivas de importância e interesse (Cattani, 1997).

Dentre os processos de identificação e determinação destes estudos, tem-se a proposta da arqueologia industrial que se define a partir de estudos de caso que cuja tendência à utilidade está determinada pela construção histórica específica de uma determinada indústria (ou ramo econômico). Esse processo de análise permite, entre outras coisas, a contextualização socioeconômica de experiências empresariais ditas paradigmáticas cujo marco de modernização se apresenta a partir de aspectos não somente relacionados à tecnologia e ao capital, mas ao desenvolvimento social, seja ele local, regional ou global-nacional (Castillo *et al.*, 1999).

Tem-se assim, que os pontos de investigação podem ser multiplicados, pois ocorre uma busca pela reconstrução da realidade histórica de uma determinada empresa e sua memória, relacionadas à sociedade e muitas vezes esquecida. Ademais de outros estudos, como a importância de determinados setores econômicos nas sociedades da era industrial, entre os séculos XVIII a XX, o conhecimento dos processos evolutivos da organização passa pelas tecnologias implementadas, pelos processos de urbanização e estruturação das cidades e da área rural, pelo valor técnico e patrimonial, pela investigação sobre a experiência de organização das classes operárias.

O estudo relacionado à organização e às transformações do mundo do trabalho também se define segundo as mudanças nos processos de modernização da indústria (as técnicas empregadas); o processo de migração e as condições de vida e trabalho (migrações sociais e do trabalho); a reconstrução e o estudo das estratégias produtivas da empresa nas etapas-chave de desenvolvimento; a forma de abordar o processo de aplicação da Organização Científica do Trabalho (OCT) e suas consequências na vida da fábrica; a preocupação pela dimensão arquitetônica e de adequação histórica das naves industriais com o estudo da evolução do espaço concebido e usado como centro de trabalho e espaços sociais complementares de acolhida da classe operária (ocupação espacial) (Castillo *et al.*, 1999).

A avaliação das condições de desenvolvimento da organização por meio das investigações a serem realizadas visam determinar uma pauta específica para a atuação da empresa, desde a divisão de trabalho e as aplicações tecnológicas à produção e suas contribuições, que pressupõem um resgate histórico-social das técnicas adotadas, dos

processos produtivos e das relações sociais estabelecidas não somente no interior dos lugares de trabalho, mas essencialmente no entorno do espaço produtivo, na sociedade adjunta a ele e seus desdobramentos, sejam eles privados ou públicos.

“A vontade do investigador social ou do cientista social visa implicar-se direta e pessoalmente em uma situação, para uma vez compreendida, tratar de dividi-la com outros; por em primeiro lugar o trabalho de campo, à hora de privilegiar uma “sociologia ao tempo”; avançar não somente na compreensão do mundo senão, sobretudo, na sua transformação, ou pelo menos em sua reforma, que em muitos casos, ao mais leigo dos sociólogos não lhe cabe a menor dúvida de que se trata, na realidade, de uma revolução”².

A importância da arqueologia industrial para o desenvolvimento dos instrumentos metodológicos se apresenta definida em Dorel-Ferré (1995) que determina fatores específicos ao campo da história industrial, econômica, social ou técnica. Destacam-se os elementos relacionados à produção, à localização geográfica, à história das empresas, à estrutura do trabalho, dentre outros. Dessa maneira, a pesquisa social define uma relação com o sujeito em que se constrói um todo reflexivo definido pela necessidade de se “investigar para pensar” e “pensar para investigar” (Castillo, 1998, p. 59). Assim, o trabalho de campo torna-se uma interface direta entre o pesquisador e o objeto investigado.

A base destas ideias busca apresentar os conceitos utilizados a partir de uma proposta de atuação com base conceitual segundo a utilização de perspectivas qualitativas, por meio de análise de documentos, entrevistas e busca de fontes de informação que permitam traduzir os esforços necessários para se cumprir os objetivos do trabalho. O emprego de uma perspectiva particular e peculiar à arqueologia industrial não rechaça a busca de ideias e propostas baseadas em estudos preexistentes. O que se pretende é proporcionar uma aplicabilidade do estudo que confirme os métodos utilizados em direção à busca dos objetivos da pesquisa.

Desta forma, pretende-se desenvolver uma estratégia de investigação que tenha por foco a (re)construção das relações entre empresa e sociedade. A ocupação dos espaços sociais determinados pela organização e os efeitos causados pelos processos de inter-relação privado-

² Wolcott *apud* Castillo, p. 69, 2000.

público, particular-coletivo e empresarial-comunitário determina os elementos para uma análise sob a óptica da perspectiva histórica documental, geográfica e antropológica. A ideia em descrever e analisar as condições de vida e de trabalho e suas relações sociais tem por propósito entender os fatores determinantes às relações existentes em que se torna necessária

“[...] uma análise crítico-histórico da sobrevivência futura dos princípios tayloristas no terreno da organização do trabalho, o debate da expropriação do saber operário através da robótica, o controle pormenorizado na fábrica automatizada; o curto-circuito da ação sindical no teletrabalho; a menor possibilidade de resistência dos trabalhadores ante as formas tayloristas através da precarização e fragilização de sua capacidade de mercado”³.

Assim, o estudo dos métodos de intensificação do trabalho e incremento da produção tornam-se o centro da discussão, mas ampliam-se não somente para uma análise do conteúdo sob a perspectiva das transformações do capital, mas essencialmente a partir das variáveis sociais sob a perspectiva de definir, modificar e produzir mudanças nos camitos social e cultural. Uma análise da estrutura organizacional que define relações com os diversos grupos sociais, que influencia o desenvolvimento comunitário em sua estrutura e formas, em seus elementos de estruturação e organização espacial.

A presença da organização em diversos campos da sociedade determina uma identificação dos grupos sociais e dos indivíduos aos elementos empresariais, bem como proporciona o surgimento de inter-relações que se manifestam segundo as variáveis de integração, cooperação e sociabilidade dos grupos. A necessidade em se entender tais relações permite avaliar e entender interpretações do conceito de memória que se estruturam em torno da análise do público e do privado, do coletivo e do particular.

Para Halbwachs *apud* Santos (1998), uma metodologia de estudos baseada na memória coletiva tem o propósito de compreender um certo marco de tempo histórico no qual se busca desenvolver as relações entre as estruturas coletivas de sociabilidade e de pensamento preestabelecidas. Nesse sentido, compartilha-se os princípios quanto à proposta de Newell (1985) a partir da qual se propõe a adoção de um modelo baseado nos princípios

³ Castillo, p. 71, 1994.

da arqueologia industrial em que se tem a interação entre estudos de âmbito vertical, baseados em uma análise temporal, relacionados àqueles de âmbito horizontal de análise espacial.

Torna-se necessária, dessa forma, a construção de regras de análise que permitam a interpretação correta e garantam a apresentação de resultados que permitam avaliar os objetivos da investigação. Nesse sentido, o que se pode entender por tendências das pesquisas em relação à memória e ao patrimônio

“[...] são tanto de tipo histórico-científico como de antropológico: é dizer, as fábricas ... devem ser consideradas como lugares de trabalho e não somente como objetos arquitetônicos ou equipes técnicas... somente focalizando a atenção sobre os restos físicos e desenvolvendo apropriadas aproximações metodológicas e corretas técnicas de pesquisa poderão verdadeiramente a arqueologia industrial ampliar a possibilidade do conhecimento do passado e aumentar a compreensão da experiência humana em seus mais diversos aspectos”⁴.

Permite-se, dessa forma, trabalhar com distintos fenômenos, isolando-se aqueles fatores de interesse aos conceitos de memória e de cultura a partir de processos que permitam entender a influência da organização em observação ao indivíduo, à sociedade ao outro. Além disso, os objetos e fenômenos estudados e suas características e formas de expressão tornam-se os fatores de identificação das relações existentes entre empresa-sociedade e os diversos fatores que as determinam.

2.1. ELEMENTOS METODOLÓGICOS

O desenvolvimento do processo metodológico busca centrar-se na análise de situações baseadas nas variáveis determinantes à memória empresarial e seus desdobramentos no âmbito social. Com isso se pretende construir uma percepção da memória social, do patrimônio industrial e patrimônio cultural. (Figura 1).

⁴ Newell, p. 41, 1985.

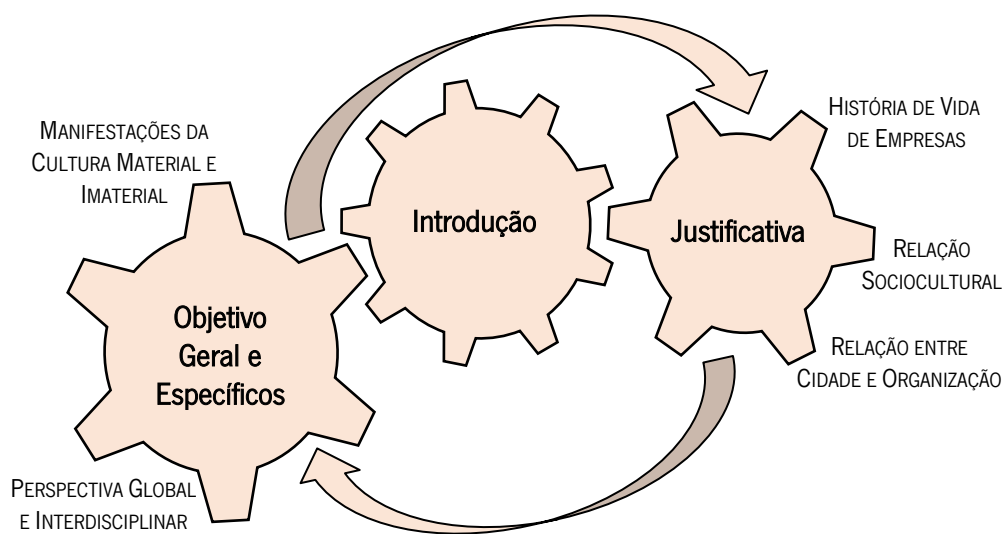


Figura 1 - Confluências/Dissonâncias entre Interesses do Capital (a organização) e do Social (a cidade)

Fonte: Elaborado pelo Autor, 2016.

A partir do modelo de análises elaborado, segundo os objetivos do trabalho e identificação de seus principais elementos, tem-se determinadas as variáveis metodológicas a serem utilizadas para o seu desenvolvimento.

2.1.1. TIPO DE INVESTIGAÇÃO

Compreende um estudo descritivo-exploratório a partir do qual se busca coletar as informações necessárias à análise das variáveis socioculturais e históricas que influenciem as relações entre organização e sociedade durante o período delimitado pela pesquisa.

Para desenvolver tal processo de pesquisa torna-se necessário que a metodologia aplicada, segundo Helge Kragh e Paul Veyne citados por Martins (2001), permita uma análise cujo rigor se desenvolva a partir de variáveis que se desenvolvam segundo um processo “não-ingênuo” do passado no momento presente, ou seja, além da não-linearidade de fatos e interpretações a fim de que se possa realizar uma reconstrução contínua do passado em que se perceba um desejado grau de imparcialidade do investigador. Outras características devem ser evitadas a fim de que se possa desenvolver adequadamente os chamados elementos

essenciais para o desenvolvimento da pesquisa. A garantia de certa originalidade e essência deve sobrepor-se ao anacronismo, à intencionalidade, ao esquematismo e à ingenuidade.

Em complementariedade, as condições de cientificidade atribuída às variáveis qualitativas estão determinadas pela capacidade do investigador em construir uma imagem da realidade segundo as margens que se tem da própria interpretação do presente. A construção e reconstrução dos processos e fatos sociais se compõe e se produz a partir de possibilidades complexas que estão compostas a partir de condições não-materiais, previsíveis e racionais. Entretanto, as variáveis não-rationais também determinam as construções racionais, a partir de conceitos e análises que permitam sua inclusão nas investigações (Bachelard, 1981, 1989).

Com isso, se permite ao investigador construir um trabalho no qual a ética investigadora se mantém incólume e na qual se faça proposições cujos argumentos e propostas estejam baseados em fatos e fenômenos aceitáveis que compreendam as bases naturais para um trabalho científico.

2.1.2. MÉTODO DE INVESTIGAÇÃO:

O método escolhido para se realizar as análises se baseia em um estudo de caso a partir do qual se busca construir as relações entre empresa e sociedade segundo a descrição, interpretação e avaliação de variáveis ou fenômenos e situações, ou ainda de pessoas, e as relações existentes entre os elementos estudados e aquelas consideradas de interesse para os objetivos da pesquisa.

Segundo Yin (1984), a construção do estudo de caso e suas proposições estão baseadas nos fatos ou situações da vida real a partir das quais são definidas as proposições de investigação. As relações delas derivadas consistem em análises das relações existentes entre fenômenos e contexto apresentados a partir de evidências observadas segundo as múltiplas fontes de pesquisa utilizadas.

Assim, para que o estudo de caso se pode considerar seu conteúdo e profundidade a partir da análise de suas variáveis que devem ser avaliadas a partir das mudanças a ela relativas e definidas no espaço-tempo determinado à pesquisa. Os *constructos* de validação

visam uma correta determinação dos conceitos e variáveis estudados a partir da análise realizada e da validação interna segundo as relações causais entre empresa-sociedade e sob certas condições que estão determinadas para as variáveis inerentes ao desenvolvimento organizacional.

Em contrapartida, contempla-se a validação externa que se estabelece a partir do domínio de cada variável do estudo segundo sua influência nas relações empresa e sociedade e sua capacidade e possibilidades de generalização de resultados.

Assim, a produção e coleta de dados deve proporcionar, para o estudo de caso, uma possibilidade de se replicar a outras pesquisas a partir das variáveis estudadas, bem como segundo as relações existentes e os resultados delas decorrentes. Para Yin (1984), esta característica, denominada “confiabilidade”, garante a cientificidade das operações e processos utilizados para a análise e proporciona possibilidades de aceitação do estudo realizado.

Contudo, ao se utilizar a coleta de dados para a identificação e registro do que se considera os vestígios arqueológicos industriais deve-se considerar uma atenção especial para uma adequada escolha dos instrumentos que levem à análise satisfatória das variáveis que se pretende desenvolver. Deve-se focalizar as atenções aos estudos considerados simplistas, mas igualmente aprofundados, pois os estudos de caso, podem oferecer uma maior possibilidade de êxito, ou seja, maior confiabilidade, quando as contribuições de tal análise se confirmam (Newell, 1985).

A concentração da pesquisa em um estudo de caso específico, no que tange ao tipo organizacional escolhido, não suprime a possibilidade em se replicar tal proposta a outros exemplos. A obtenção de uma análise que em que seja possível generalizar parte de seus resultados eleva as possibilidades de se determinar uma sistematicidade nos procedimentos da empresa e sociedade amostradas que permita que as variáveis e suas interpretações sejam utilizados em outras propostas ou mesmo permeiam parte da análise e desenvolvimento de outros trabalhos que relacionem a organização à sociedade, a memória e a história ao patrimônio cultural e industrial.

2.1.3. UNIDADE DE ANÁLISE:

Apresenta-se definida a partir da escolha de um dos setores empresariais de influência na região estudada a partir do qual se pretende estabelecer as relações para o estudo de caso. Sua análise e possível generalização de resultados permite um aprofundamento em relação as variáveis escolhidas para desenvolvimento do trabalho e possibilita uma avaliação e inserção da organização em uma sociedade segundo parâmetros socioculturais.

Assim, a escolha se define um torno da atuação do grupo ArcelorMittal, nas cidades polo de Sabará e João Monlevade e suas circunvizinhanças cujo conjunto de características desenvolvidas ao longo do desenvolvimento da empresa apresenta características próprias e diferenciadas em relação à maioria das organizações quando realizada uma análise equivalente ao período escolhido, ou seja, a primeira metade do século XX.

O estudo de caso empresarial em Minas Gerais (Brasil), estado em que se localizam as unidades pesquisadas, apresenta uma relação direta entre a área de atuação da organização, o ramo de siderurgia e metalurgia, e a história da economia e do desenvolvimento econômico e social da região. O grupo atua ainda em três cidades-polo no Estado, sendo que a escolha de incluir somente duas no processo de investigação – Sabará, importante centro histórico-cultural do Estado e do País – e João Monlevade – considerada uma cidade-empresa pelas relações entre empresa e comunidade – se deve à incorporação da terceira planta apenas nos anos 90 do século XX.

2.1.4. UNIDADE DE OBSERVAÇÃO:

Para a análise foram considerados sítios de interesse aqueles cujos dados e informações fossem considerados relevantes à reconstrução histórica da empresa a partir dos processos de trabalho, administração, normas, maquinaria, e demais informações que permitissem uma definição dos modos de ação da empresa durante o período definido à pesquisa.

As fontes de informação compreendem os centros de memória, bibliotecas, acervos públicos e particulares cujas informações permitissem a reconstrução da memória histórica

das unidades de análise. Observou-se ainda a possibilidade de avaliação, a partir das unidades de observação estudadas, as relações entre organização e sociedade, sua evolução e as implicações surgidas que determinassem elementos de análise histórico-econômica.

Como principais elementos de análise para determinação das relações empresa e sociedade tomou-se por referências as Usinas de Siderúrgica (Sabará) e Barbanson (João Monlevade). Ambas encontram-se localizadas na Região Sudeste do Brasil e conformam, a partir da capital do estado de Minas Gerais, uma região cuja formação geomorfológica apresneta o minério de ferro como grande fonte de matéria-prima para a indústria siderúrgica. Um posicionamento georeferencial das empresas está apresentado na Figura 2 a seguir.

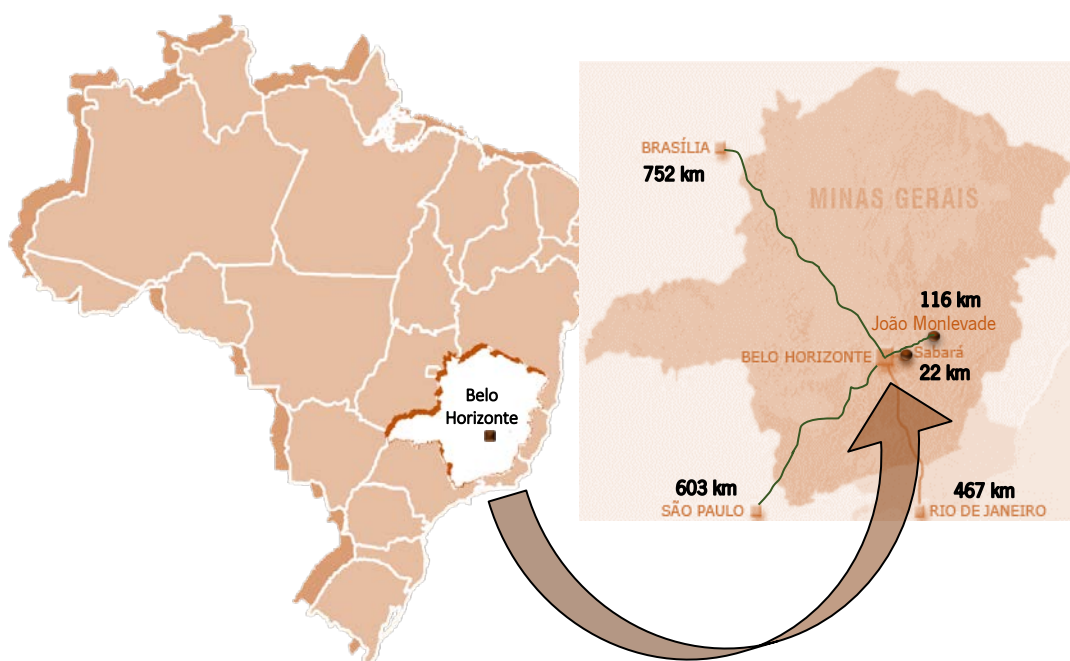


Figura 2 – Mapa de Localização das Usinas – Siderúrgica (Sabará) e Barbanson (João Monlevade)
Fonte: Elaborado pelo Autor, 2016.

Consideraram-se grupos e pessoas ligados direta e indiretamente à organização que, de alguma maneira, estabelecessem vínculo com a história empresarial. A análise dos instrumentos de pesquisa foi realizada a partir de fontes documentais e de informação obtidas no processo de “escavação” dos “restos” da empresa. Elas se constituíram em elementos de observação que determinaram o entendimento das relações existentes entre os processos organizacionais, a evolução da sociedade e suas implicações segundo as características sócio-históricas e culturais.

2.1.5. COLETA DE DADOS

Por meio de dupla análise: primeiramente, através de documentos – administrativos, cartas, estudos, artigos, mídia etc. – que possam oferecer materiais e permitam uma reconstrução da memória histórica industrial do período da pesquisa.

As necessidades de equipamentos dependeram da necessidade de acesso às diversas áreas da Fundação Biblioteca Nacional, fonte singular para a coleta de dados. Nesse sentido, podem ser citados: *documentos administrativos* (particulares às empresas e órgãos públicos) que apresentem informações sobre o setor delimitado para a pesquisa; *legislação* e *documentos oficiais* (Diário Oficial dos Governos Federal e Estadual) que forneçam materiais e elementos favoráveis à reconstrução da memória histórica industrial do período da pesquisa; arquivos (*archival records*) tais como mapas, cartografia vária que ofereçam informações pertinentes à pesquisa; gravações organizacionais (*organizational records*) e planos orçamentários (*budgets*) que permitam identificar dados e informações específicos para levantamento das variáveis pesquisadas; *livros* e *artigos* que apresentem alguma informação acerca do setor e do período delimitados para a pesquisa; *periódicos informativos e divulgadores do setor* que forneçam informações privilegiadas na pesquisa; demais fontes que por ora não foram mencionadas, mas que determinem o acesso às informações e dados necessários ao desenvolvimento da pesquisa e à complementação das referências.

A coleta de dados se desenvolve por meio de alguns procedimentos dentre eles a visita às dependências da empresa pesquisada, além de busca de informações e dados em arquivos e bibliotecas, públicos e particulares, centros de memória e cultura que possam oferecer materiais que permitam realizar uma reconstrução histórica da empresa. Tem-se ainda a análise de entrevistas relacionadas à empresa, quer haja um vínculo direto com a organização ou de pessoas que possam oferecer informações para o desenvolvimento dos objetivos da pesquisa.

As informações se organizam segundo a construção da história empresarial sob a perspectiva de uma memória social e cultural. Entretanto, a coleta de dados apresenta dificuldades em seu processo de execução uma vez que alguns dados importantes para a

pesquisa têm sua localização inacessível ou mesmo se observa uma perda total ou parcial da informação seja com relação ao tempo de guarda ou a não manutenção dos documentos por não serem considerados importantes. Outras fontes de informações ainda não se encontram catalogadas ou inventariadas o que determina um processo análogo a uma “escavação” em que se tem por princípio a busca de vestígios locais em meio a diversas outras possibilidades de obtenção da informação.

Para Martins (1992), a utilização de bases primarias documentais como objeto de investigação, no Brasil, ainda se encontram em uma situação incipiente, pois, em geral as bases de dados remontam somente à história empresarial ou científica das organizações ou têm como ponto de partida a memória empresarial sob uma perspectiva relacionada ao capital.

Dessa maneira, muitos são os pontos que determinam as dificuldades acima mencionadas que se definem a partir da dispersão dos arquivos, quando existentes, além da necessidade de um tempo de investigação de longo prazo para se coletar um adequado número de documentos que traga informações e uma metodologia que permita analisá-los e verificar a sua pertinência quanto ao objeto da investigação.

Um modelo de análise metodológica de pesquisa encontra-se apresnetado na Figura 3 a seguir.

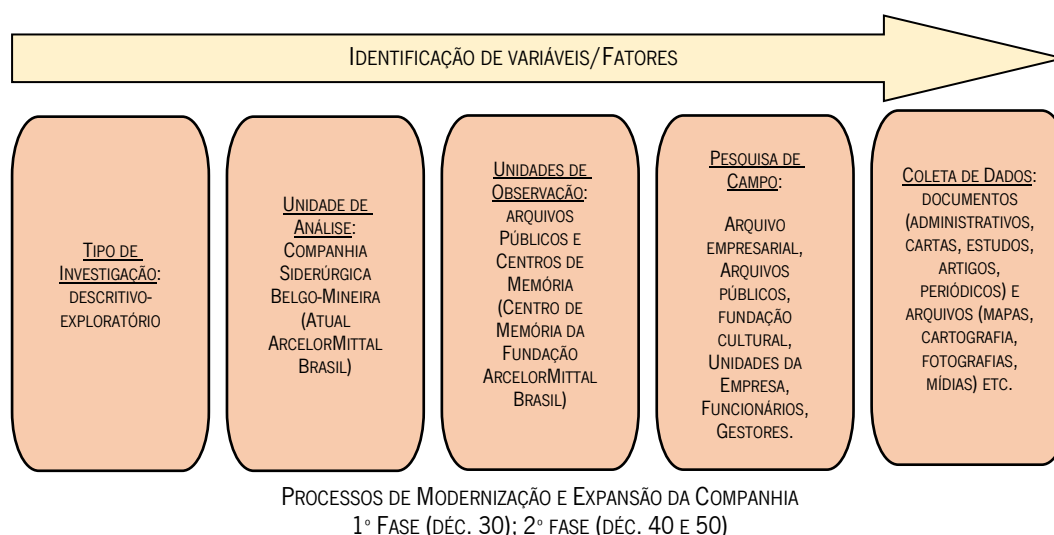


Figura 3 – Modelo Metodológico para Pesquisa
Elaboração do Autor, 2016.

Algumas considerações acerca dos métodos de análise da memória social e empresarial apresentados por García (2004, 2005) partem de um pressuposto em que as propostas de estudo da memória social de Halbwachs (1925) privilegiam os marcos empíricos a partir de datas e lugares nos quais se definiram os parâmetros da memória de Bartlett (1995) que por sua vez se definem segundo esquemas, e de Bruner (2000) que compreende a narrativa e suas diversas formas de apresentar o passado. Assim, os instrumentos de coleta de dados seriam considerados aqueles relacionados à pesquisa direta, aos documentos e à história oral e permitiriam a reconstrução de fatos passados e a descrição da memória a partir de fontes primárias e secundárias. (Samara e Tupy, 2010).

Uma análise desenvolvida a partir de documentos tem por característica possui características próprias, dentre as quais destaca-se no sentido de integrar conceitos como identidade, memória e história com o registro de um imaginário público ou privado, pessoal ou coletivo.

“[...] falar de identidade e memória é falar de interpretações, é considerar documento enquanto documento, é contar com um imaginário social presente nos textos, é trabalhar com metodologias que não excluam imagens como elementos estranhos ao processo de construção do conhecimento”⁵.

Os documentos seriam então complementados por análises de entrevistas as quais estão construídas a partir da história oral e permitem uma identificação à realidade buscada como objetivo da pesquisa, ou seja, uma realidade que relacione memória, história e patrimônio cultural. Em verdade, as características de identidade e identificação dos indivíduos com o objeto de análise ocorrem em função da reconstrução de uma memória que é individual e coletiva. A reconstrução do passado se faz a partir das memórias individuais, mas igualmente se constrói em consideração a um conteúdo social e coletivo que permite identificar o que as pessoas consideram importantes para a sociedade segundo seu ponto particular de percepção.

Por fim, a coleta de dados a partir das histórias de vida da organização e dos indivíduos permite, além de uma análise dos documentos escritos e das entrevistas, a obtenção do componente social que representa a interpretação daqueles que viveram o “lugar”. As fontes

⁵ Teves, p. 67, 2002.

documentais-literárias também são caracterizadas como importantes pois têm um caráter de material integrador da sociedade o qual permite uma análise analítica capaz de isolar o comportamento humano de seu conteúdo social (Newell, 1985).

2.1.6. ANÁLISE DOS DADOS

A análise de documentos, materiais e relatos pretende identificar de forma organizada e sistemática os fatores determinantes e significativos nas questões estruturais e sociais, segundo a evolução socioeconômica ocorrida nas cidades estudadas. A análise dos dados, de forma quantitativa e qualitativa visa determinar quais processos e mudanças sociais e suas interpretações a partir dos objetivos da pesquisa.

Para Martins (2004), as possibilidades determinantes a uma análise qualitativa decorrem da análise e interpretação das perspectivas alcançadas. Para tal deve-se considerar alguns pontos:

- As considerações devem ser realizadas a partir do estudo das relações sociais, sejam individuais ou coletivos, a partir das quais se propõe a análise dos microprocessos sociais segundo a intensidade e profundidade das informações obtidas. O pesquisador deve considerar a impossibilidade em investigar uma totalidade de informações para se compreender todo o objeto, mas igualmente deve avaliar os resultados obtidos e considerar a sua aproximação à realidade.
- A necessidade de uma certa flexibilidade na coleta de dados e avaliação dos instrumentos e técnicas adotados que devem estar de acordo com as observações a se fazer. As técnicas existentes e as formas de empregá-las são essenciais para obter uma adequada informação. Os dados coletados devem permitir uma análise do fenômeno estudado a fim de se constituir em base de informação para as considerações realizadas;
- A interpretação de dados e informações conduzida a partir da habilidade do pesquisador quem deve buscar fazê-las de maneira a construir uma análise que leve a novas possibilidades de integração das áreas de conhecimento e análises

interdisciplinares. A capacidade criativa do pesquisador para desenvolver uma análise adequada é fundamental para se cumprir os objetivos aos que se propõe.

Em relação às críticas que podem ser feitas aos estudos e análises qualitativos, observa-se que muitas apresentam uma particularidade do foco estudado, pois há uma prática geral de estudos de uma situação específica, na maior parte delas. Entretanto, para Martins (2004), as dificuldades em generalizar as particularidades dos estudos qualitativos e dos estudos de caso são pontos que o pesquisador deve considerar e avaliar sua relevância quanto ao trabalho científico desenvolvido. A capacidade do investigador em proporcionar uma correta e coerente interpretação dos dados, por meio de uma análise imparcial determina aos dados a possibilidade de serem generalizados ou pelo menos considerados como referência para outras situações ou fenômenos. A sua validação e reconhecimento tornam-se, assim, pontos essenciais para garantir à pesquisa o caráter científico.

Outro ponto a ser considerado na pesquisa científica está relacionado diretamente ao pesquisador e a sua capacidade em desenvolver a particularidade exigida aos trabalhos qualitativos que se constituem, em sua maioria, de um caráter subjetivo. Muitas vezes, o trabalho científico e interpretação de dados, bem como as técnicas de investigação direta se aproximam da vivência e do cotidiano do investigador. Assim, a investigação e o investigador se compõem de um *locus* comum o que pode gerar distorções no trabalho. Esta possibilidade ocorre, geralmente, quando se trabalha com estudos de história oral ou histórias de vida nos quais se tem a presença do pesquisador como elemento de influência direta e ativa ao conteúdo das memórias coletadas e da interpretação do contexto.

A interpretação do contexto e da linguagem apreendidas nas fontes de informação determina a composição de seu conteúdo, suas construções e a forma como se compreendem as memórias. Seja individual ou coletiva, a interpretação das características dos indivíduos se faz a partir das narrativas obtidas nas entrevistas (histórias orais) em que se verifica a sua composição por elementos próprios (a identidade do indivíduo, os princípios da sociedade, além das representações individuais ou coletivas que constroem a história e a memória (Ferreira e Orrico, 2002).

Para Villar *et al* (2005) as fontes orais configuram as relações entre a empresa e a sociedade a partir de várias perspectivas, dentre elas os espaços de convivência e de trabalho, além dos fatores que definem as expectativas pessoais e profissionais, as vicissitudes sociais e políticas que intervêm nas relações empresa-sociedade, o espaço social como possibilidade de aprendizagem profissional e a vida cotidiana e seu ambiente proporcionados pelas inter-relações existentes.

Por se tratar de uma elaboração de dados a partir de relatos individuais ou grupais, o pesquisador deve procurar perceber as variáveis que estão relacionadas ao objeto de pesquisa sem se deixar influenciar por elas ou mesmo influenciar aquele do qual se obtém as informações. Esta percepção se apresenta interpretativa e secundária, pois pode ser considerada uma interpretação da interpretação por se relacionar a variáveis percebidas por um terceiro – o pesquisador – de outra fonte – o entrevistado.

Segundo Nielfa (2005), as fontes orais como instrumento de pesquisa consideram a construção da história oral sob a perspectiva cultural a qual deve proporcionar uma integração entre a perspectiva da particularidade do testemunho e a generalidade de seus dados relacionados à sociedade em que se encontra, ou seja, ela “*veria a nos informar sobre como se vê o indivíduo a si mesmo, ou como se imagina um coletivo a si mesmo*” (p. 12). Para isso, também se torna necessária uma relação entre o relato e sua interpretação a qual constrói pontes entre a memória e a história. A compreensão do que fala o informante e o que deseja obter a partir das informações coletadas, pois torna-se essencial e vital que o conteúdo da entrevista não seja estéril ou desprovido de informações relevantes.

A perspectiva cultural das entrevistas se constrói segundo as possibilidades de as narrativas estabelecerem códigos sociais e de convivência que estão determinados pela cultura local, seja ela institucional ou comunitária. Assim, a compreensão dos símbolos e signos introduzidos na sociedade permite maiores graus de entendimento e interpretação do contexto a ser analisado a partir das fontes orais.

Pode-se considerar que a existência de uma considerável quantidade de conhecimento humano por meio da investigação quantitativa e qualitativa e sua importância para a construção e o conhecimento dos sistemas sócio-técnicos. O foco de atenção nos grupos

sociais (dentre eles os trabalhadores) permite reconstruir, em parte, os lugares de trabalho e recompor os locais e processos produtivos em que ocorreram, além de se conhecer as condições de trabalho e a influência das atividades industriais nas questões pessoais e coletivas, particulares e públicas (Codo, 1994; Stoner e Freeman, 1982).

Estes princípios metodológicos buscam apresentar bases e ideias a partir das quais se propõe construir os processos metodológicos utilizados no desenvolvimento da investigação. A utilização de perspectivas qualitativas (através da análise dos documentos, entrevistas e busca de outras fontes de informação) busca traduzir os esforços necessários para se cumprir os objetivos propostos. O emprego de uma perspectiva particular não descarta a busca de ideias e propostas baseadas em estudos já existentes, que permitem inclusive confirmar expectativas e resultados, bem como reafirmar as interpretações realizadas.

Como principais problemas e questões a encontrar no desenvolvimento das atividades de pesquisa podem ser considerados o acesso aos dados – seja no âmbito do objeto de pesquisa ou outras fontes de investigação, pois alguns deles podem ser considerados sigilosos, que não devam ser colocados à disposição, ou mesmo a busca por informações junto aos indivíduos relacionados ao objeto de pesquisa venham a fornecer tão somente uma interpretação pessoal, pois a memória histórica se constrói a partir das pessoas e se apresenta limitada pelo tempo, pelo espaço e pela própria memória, individual ou coletiva.

Deve-se considerar também a predisposição quanto à construção dos instrumentos de análise e fonte de dados a partir dos quais se obtém as informações. A pesquisa se desenvolve a partir de condições particulares e de risco em que se tem a obtenção dos dados a partir de condições e preocupações metodológicas específicas as quais estão apresentadas por uma ordem social existente. Torna-se necessária uma interpretação particular do investigador a partir da qual se deve preocupar

“[...] com a possibilidade de que seu discurso venha a ser apreendido por outro que o necessita. É isso que contribuirá para a difusão da imaginação sociológica – uma sensibilidade, uma qualidade do espírito que construirá um novo estilo de pensamento e uma nova maneira de explicar o mundo que nos cerca. Somente os cientistas sociais conseguem trabalhar com as categorias que permitem elaborar esse conhecimento; enquanto, uma vez que esse

conhecimento tenha algum sentido, ajudará a transformar a maneira de pensar e de ser do público”⁶.

Assim, a proposta apresentada se identifica com as ideias de Mills *apud* Martins (2004) nas quais se tem o objeto de investigação como uma tentativa de se entender o homem – indivíduo ou social – a partir do conhecimento de sua história e de suas relações com outros indivíduos, grupos ou a própria sociedade. A construção metodológica busca perceber o objeto de estudo que está definido por diferentes relações, diferentes variáveis e diferentes fatores de influência social a partir da centralidade da variável institucional, organizacional e profissional.

Para Teves (2002), a necessidade de interpretar as variáveis qualitativas e pessoais torna-se fundamental para entender os processos e fenômenos sociais na relação organização-sociedade. Esta imagem, construída a partir de um contexto histórico, político, econômico e social, permite elaborar uma interpretação da realidade segundo aspectos institucionais que se definem segundo o foco organizacional e no sentido de conduzir aspectos individuais e coletivos, particulares e públicos, institucionais e sociais. Eles permitem definir um conjunto de interpretações que trazem tanto um sentido particular aos seus resultados, como construções coletivas em que as necessidades objetivas do cotidiano social se confundem e se constroem segundo as necessidades subjetivas de indivíduos e grupos e apresentam distintas realidades: a real e a imaginária.

Os conteúdos construídos no contexto do trabalho buscam uma interpretação e complementaridade àqueles determinados pelo conceito de uma investigação cientificista na qual se procura definir a realidade segundo características cartesianas, gerais e objetivas. Ao se considerar os processos de percepção, interpretação e identidade, a construção da memória coletiva e social e do patrimônio trazem ao caráter tradicional e objetivo a possibilidade de dimensões subjetivas e coletivas, de garantir novas possibilidades, de gerar conhecimento e de poder construí-lo.

⁶ Martins, p. 299, 2004.

3. PATRIMÔNIO CULTURAL, MEMÓRIA E SOCIEDADE – ESTADO DA ARTE

O campo de publicações que tratam das relações interdisciplinares das diversas áreas de conhecimento tem permitido a conjunção de estudos brasileiros até então pouco privilegiados em relação à produção acadêmico-científica e mesmo literária. Dentre os campos de inter-relação entre as disciplinas encontram-se aqueles que envolvem questões relativas ao patrimônio cultural em suas mais diversas formas de manifestação, desde aquelas compostas por questões sociais ou sociológicas que englobam elementos de valorização humana à formação dos centros populacionais, sejam urbanos ou rurais, em seus aspectos político-econômicos ou estruturais, passando pelos aspectos arquitetônicos.

Exemplificar a produção acadêmico-científica e literária brasileira segundo uma análise dos trabalhos realizados no século XXI requer uma estrutura de apoio que a complemente a partir de uma base trabalhos nacionais e internacionais que lhe procedem ou são contemporâneos. Os trabalhos apresentados se referem àqueles comumente utilizados para desenvolver o texto construído, sendo então circunscritos a tal situação e considerados parcial segundo a pesquisa e o conhecimento do autor. Entretanto, procura-se abarcar trabalhos que apresentem maior penetração acadêmica e mercadológica, sendo considerados de interesse para se constituírem em conhecimento específico nas áreas estudadas.

Para desenvolver o trabalho que se centra em três elementos: história, cultura e memória social a partir da contribuição das organizações para o contexto social e que se toma como parte do conceito de patrimônio industrial e elemento integrante do conceito amplo de patrimônio cultural. Identifica-se, assim, trabalhos que tratem dos principais temas, quer sejam: história social e econômica, patrimônio cultural, cultura, memória, identidade, empresa e sociedade que se correlacionam ao tema patrimônio industrial e sejam reconhecidos no contexto geral de patrimônio cultural.

No que se refere aos termos arqueologia industrial e patrimônio industrial no Brasil deve-se considerar uma evolução histórica e cronológica cujos primeiros registros surgem no século XIX. Tal trajetória inicia-se com pioneiros no âmbito da língua portuguesa cujos estudos

se compõem de registros na literatura acadêmica e científica, mas igualmente nas referências impressas dos meios de comunicação à época.

Um dos principais estudos de cronologia epistemológica do termo decorre dos estudos de Ramos (2017) o qual apresenta o surgimento do termo arqueologia industrial em meados do século XIX e remonta os anos 1840, em especial na Europa de língua francesa, mas com exemplos em outros países do continente europeu e, também, em continente americano, especialmente Estados Unidos e Brasil.

Internacionalmente, tem-se o termo amplamente divulgado para a língua portuguesa a partir do artigo “*Archeologia industrial portuguesa. Os moinhos*”, publicado no periódico “*O Arqueólogo Português*”, de 1896, pelo português Francisco de Sousa Viterbo que se torna o trabalho de maior expressão mundial, citado em diversos textos e publicações no campo da arqueologia e do patrimônio.

Entretanto, anteriormente tem-se o registro no Brasil da solicitação para criação de um gabinete de arqueologia industrial por Luiz Henrique de Moraes Garcéz, em 1870, o qual encontra-se publicado no periódico da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional, “*O Auxiliador da Industria Nacional*”.

“O Sr. Dr. Garcez apresentou mais a seguinte proposta, que ficou sobre a mesa para ser discutida oppoortunamente: Proponho á Sociedade Auxiliadora da Industria Nacional : 1.º A criação de uma escola de adultos do sexo feminino; e oportunamente: 2.º A de um gabinete de archeologia industrial, e numismática especialmente, o qual comporá o musêo da industria nacional.”⁷.

Cabe ressaltar que a entidade a qual pertencia o Dr. Garcéz, como era denominado o médico Luiz Henrique de Moraes Garcéz, constituía-se em órgão de deliberação do império brasileiro, no qual exercia função de sócio efetivo e cuja Presidência Perpetua da Sociedade constituía-se na figura do imperador, Dom Pedro II, e na de Presidente Honorário o Senhor Conde D’Eu, genro do imperador, marido da Princesa Isabel. O médico introdutor, até então, do termo arqueologia industrial em terras brasileiras, tinha ainda a formação de bacharel em Letras, pelo *Imperial Collegio de Pedro II*, além da formação em Medicina pela Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro. Reivindicou ainda a nomeação como ajudante do bibliotecário da

⁷ O Auxiliador da Indústria Nacional, 1870, p. 186.

Biblioteca da Sociedade a qual foi reprovada em maio de 1871 por meio de referendo apresentado pela comissão da qual fez parte o Dr. Joaquim José de Siqueira Filho, diretor da Biblioteca e do Museu da Comissão.

“Estando preenchido o lugar que o suplicante requer, entendo que nada há a deferir. Accresce que os Estatutos invocados pelo suplicante, não soccorrem a sua pretensão, pois que o lugar de ajudante de bibliothecario foi creado posteriormente á publicação dos mesmos Estatutos, e quando estes já vigoravão. Além de que para este cargo não se exigem geralmente em todas as instituições da natureza desta as habilitações, que em subido grao, concorrem na pessoa do supplicante; nem o regulamento para a biblioteca ultimamente apresentado, e ora em discussão, exige a qualidade de socio effectivo, e mesmo remido, nem as habilitações do illustrado peticionario para o exercicio do lugar que solicita”⁸.

Cabe ainda ressaltar que, apesar da solicitação realizada pelo Dr. Garcez, a proposta de criação do Gabinete de Arqueologia Industrial e Numismática não obteve sua análise final apreciada, mesmo sendo constituída uma comissão para avaliação, conforme constam registros no periódico da Comissão, o “O Auxiliador da Indústria Nacional”.

Tendo de entrar em discussão as duas propostas pelo Sr. Dr. Garcez apresentadas na sessão anterior para criação de uma escola de adultos do sexo feminino, e de um gabinete de archeologia industrial e numismatica, propôz o Sr. secretario geral que, atenta a importancia do objecto, fossem as referidas proposta submettidas ao exame de commissões especiaes, e assim se vencendo, forão nomeados pelo Sr. presidente para compôr a 1ª comissão os Srs. Dr. Nicolao Moreira, José Manoel Garcia, mestre em artes, e Alexandre Affonso da Rocha Sattamini ; e para a 2ª os Srs. Drs. Antonio Corrêa de Souza Costa, Antonio José de Souza Rego e André Pinto Rebouças”⁹.

Após um longo período, cerca de um século, de relativo adormecimento da utilização do termo arqueologia industrial, ressurgem na década de 70 do século XX, algumas referências à área de conhecimento, acredita-se em função de sua disseminação e fortalecimento no continente europeu. Como forma de expressão da expressão, tem-se um desses registros no Diário do Paraná, órgão dos Diários Associados, em que se faz referência ao turismo industrial com a sob o título “Recorde Turístico na Grã-Bretanha”: “...pessoas ligadas à conservação do

⁸ O Auxiliador da Indústria Nacional, 1871, p. 272.

⁹ O Auxiliador da Indústria Nacional, 1870, p. 195.

patrimônio nacional [Grã-Bretanha] – especialmente os proprietários de casas históricas e os responsáveis por museus, arqueologia industrial, esportes e artes”¹⁰.

Em 1986, o termo retorna às discussões com o Prof. José Manuel Lopes Cordeiro, acadêmico português, no 1º *Seminário Nacional de História e Energia, em São Paulo que apresenta o trabalho intitulado “Algumas Questões para a Salvaguarda do Patrimônio Industrial”*. Traz-se assim à tona a discussão do termo patrimônio industrial e permite a possibilidade de desenvolver de maneira estruturada o campo de conhecimento em território nacional. Por fim, tal passo descortina frutos somente no início do século XXI, com o surgimento de um grupo de pesquisadores e acadêmicos que leva à formação do Comitê Brasileiro para a Conservação do Patrimônio Industrial e permite a inserção do país no âmbito da discussão e o desenvolvimento de trabalhos relacionados aos temas da arqueologia industrial e do patrimônio industriais.

Nos anos seguintes, outros órgãos de comunicação em nível nacional, como o Diário de Pernambuco e o Jornal do Brasil, do Rio de Janeiro, apresentaram em seu *corpus* de noticiário, reportagens que se compunham de matérias desenvolvidas em torno da preservação e conservação do patrimônio brasileiro, em especial o patrimônio industrial. A mais relevante delas refere-se à reportagem realizada com um grupo de pesquisadores da Universidade de Campinas – UNICAMP – acerca da preocupação com a memória da indústria brasileira que tem por título “A Indústria Nacional tem um Passado – Agora Só Falta Encontrá-lo”, em 1976, cuja autoria teve por coordenação da equipe, José Nêumanne Pinto, e que tem por subtítulo a frase “um precioso material sobre a história da industrialização do Brasil está disperso, pesquisadores da UNICAMP se dedicam a reuni-lo, antes que se perca mais este quadro da memória nacional”.

Em seu conteúdo, a entrevista aos pesquisadores realça a importância do projeto o qual se alinha o pioneirismo ao se dedicar à memória e a história da indústria nacional brasileira, dentre eles o sociólogo Paulo Sérgio Pinheiro e o historiador Victor Leonardi, os quais apresentaram algumas informações acerca do projeto desenvolvido na Instituição.

¹⁰ Diário do Paraná Órgão dos Diários Associados, 12 janeiro 1975.

Pela primeira vez no Brasil foram coletadas fotografias, microfilmes e localizadas peças e prédios para servir de material de pesquisa capaz de reconstituir a história da industrialização e do trabalho no Brasil. Esta história receberá agora uma contribuição definitiva, com o material reunido por uma equipe de 25 sociólogos, economistas, historiadores, arquitetos, designers, fotógrafos, laboratoristas e cineastas, constituída na Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP) e trabalhando desde fevereiro deste ano no projeto”¹¹.

E sua entrevista, o historiador Paulo Sérgio Pinheiro, apresenta as bases do projeto em que cita o termo arqueologia industrial.

"bastante inovador em termos brasileiros, é muito tradicional internacionalmente. No Brasil raramente se fez a história de empresas, e a **arqueologia industrial**, mas na Inglaterra e nos Estados Unidos, por exemplo, há uma grande preocupação na localização dos vestígios, prédios e maquinários, pois essa história permite ao cientista social localizar dados mais concretos em suas análises”¹².

Como um dos pontos importantes da reportagem, apresentam citadas algumas importantes fontes de documentação e de dados para o desenvolvimento da pesquisa, dentre elas:

“Entre as publicações pesquisadas pelo grupo, destacam-se Careta, Ilustração Brasileira, A Cigarra, O Correio Paulistano, Boletim do Ministério do Trabalho (1930), Impressões do Brasil no Século XX, (1913), Revista para Todos, Recenseamento de 1920, O Brasil: suas Riquezas Naturais, suas Indústrias (1907), Revistas Fon-Fon, *Gli Italiani del Brasile* e outras”¹³.

Cita-se ainda no trabalho realizado pelo grupo de pesquisadores, os precursores os quais desenvolveram os primeiros trabalhos relacionados à pesquisa e documentação acerca da indústria brasileira e da formação de uma história e de uma memória empresarial e social do Brasil.

“Segundo os chefes da pesquisa da Unicamp, só se conhecem dois trabalhos de vulto sobre o assunto no Brasil. O primeiro foi feito há algum tempo por um *brazilianist* Stanley Stein, que há 20 anos levantou a história da indústria têxtil no país. Mais recentemente, Warren Dean, outro norte-americano interessado na nossa história, levantou alguns dados sobre o assunto”¹⁴.

¹¹ Jornal do Brasil – Rio de Janeiro, 17 novembro 1976, caderno B, p. 4.

¹² Jornal do Brasil – Rio de Janeiro, 17 novembro 1976, caderno B, p. 4.

¹³ Jornal do Brasil – Rio de Janeiro, 17 novembro 1976, caderno B, p. 5.

¹⁴ Jornal do Brasil – Rio de Janeiro, 17 novembro 1976, caderno B, p. 4-5.

Com isso, deve-se destacar que nesse mesmo ano, 1976, o historiador norte-americano Warren Dean publica o artigo “A fábrica São Luiz de Itu: um estudo de Arqueologia Industrial” nos Anais de História n. 8, em Assis, São Paulo. Trata-se, até então, do primeiro trabalho acadêmico publicado no Brasil o qual cita a expressão arqueologia industrial em seu título. Seguem-se outras citações à arqueologia industrial, em 1977, pelo mesmo meio de veiculação, em que se tem a reportagem “Semana de Aprender”¹⁵, em que está citada a visita do pesquisador e professor italiano Eugenio Battisti à Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, para proferir o curso “Semiologia e História da Arte”, responsável pela mostra *Arqueologia Industrial* em Milão, nesse mesmo ano, da qual foi curador.

Posteriormente, ao final da década de 1970, em três edições diferentes, o Diário de Pernambuco, cita em suas reportagens, o 200º. aniversário da primeira ponte de ferro do mundo, Ironbridge, patrimônio mundial reconhecido pela UNESCO anos após, em 1986.

“Ponte de Ferro - A primeira ponte de ferro do mundo, que atravessa o rio Severn, no centro da Inglaterra, comemora seu 200º. aniversário este ano. Localizada na aldeia de Ironbridge, Shropshire, é agora o ponto central do Ironbridge George Museum, um importante complexo ao ar livre de **arqueologia industrial**, no local do nascimento da revolução industrial. No dia 2 do próximo mês, aniversário do encontro dos dois vãos da ponte, haverá desfiles históricos no vale e nos próximos meses serão feitas exposições especiais e o Grande Armazém da Coalbrookdale Company, atualmente em restauração, será reaberto como museu de fundições de ferro”¹⁶.

Outro importante registro que se apresenta como um dos embriões da arqueologia industrial no Brasil e especificamente no ambiente acadêmico, encontra-se registrado pelo Diário do Paraná, pertencente aos Diários Associados, um dos grandes veículos de comunicação do Brasil entre as décadas de 1950 e 1990. Nele está apresentada uma nota em que se tem a participação e coordenação do prof. Dr. Eddy Stols em um ciclo de palestras na Universidade Federal do Paraná.

“Arqueologia – desde o dia 18 o professor dr. Eddy Stols, da Universidade Louvain, da Bélgica, orienta, no Setor de Ciencias Humanas, Letras e Artes da UFPR, um ciclo sobre “A **Arqueologia Industrial**” e “História da Alimentação”.

¹⁵ Jornal do Brasil – Rio de Janeiro, 08 agosto 1977, caderno B, p. 2.

¹⁶ Diário de Pernambuco, 18 de junho de 1979, ed. 168.

As palestras serão realizadas até amanhã, na sala nº 604, do 6º andar do Edifício D. Pedro I, na rua General Carneiro, 460. As 15 horas”¹⁷.

A introdução da expressão arqueologia industrial no Brasil recebe assim um impulso diferenciado dos exemplos anteriores por inserir-se no âmbito acadêmico e se complementa ainda no mesmo ano, em 1980, com o seu reconhecimento pelo órgão federal responsável pelo patrimônio cultural brasileiro, o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, SPHAN que atualmente se denomina Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, IPHAN. NO Boletim SPHAN Promemoria, número 8, na matéria “A Conservação do patrimônio como exigência social” ocorre uma menção à expressão assim como sua valorização na entrevista realizada com o especialista Professor Roberto Di Stefano, engenheiro civil, consultor técnico da UNESCO e presidente do Comitê Italiano do ICOMOS (Conselho Internacional de Monumentos e Sítios)

“Como é importante o período que vai do século XIX até hoje. Por exemplo, tudo o que entre nós se chama **arqueologia industrial**, ou seja, o período desde quando se deu a construção da primeira ferrovia, dos primeiros estabelecimentos industriais. Este é um período de grande importância, que se está destruindo com muita rapidez, porque estes equipamentos industriais vêm sendo substituídos imediatamente por outros, com grande velocidade. E desta maneira se destrói toda a documentação relativa ao início da sociedade industrial, que tem muita importância. E estas coisas estão muito mais presentes no Novo Mundo que na Velha Europa. Então, é um patrimônio que é muito importante para a educação dos jovens, dos adolescentes”¹⁸.

O movimento de valorização da arqueologia industrial e do patrimônio industrial estaria refletido em diversos meios de comunicação, com exemplos de ocorrências nacionais e internacionais nos primeiros anos da década de 80, dos quais deve-se ressaltar o evento ocorrido em Petrópolis, Rio de Janeiro, no ano de 1983, entre os dias 04 e 09 de julho, onde se desenvolveu um Seminário promovido pelo Museu Imperial voltado à área de educação e museologia cuja composição teve por um dos temas a arqueologia industrial.

A promoção do Seminário foi divulgada na imprensa pelo então diretor do museu, Lourenço Luiz Lacombe, cujos registros encontram-se no “O Fluminense”, de 25 de junho, e

¹⁷ Diário do Paraná, 22 agosto 1980, ed. 7579.

¹⁸ Boletim do SPHAN, Promemoria, ed. 4, 1980, p. 17-18.

no “Jornal dos Sports” e “Última Hora”, ambos do Rio de Janeiro em 04 de julho do ano de realização do Seminário.

“O Museu Imperial promove de 4 a 9 de julho, seminário sobre o tema “Uso Educacional de Museus e Monumentos” [...] O tema central do seminário será a investigação dos aspectos educacionais e interpretativos decorrentes da visita, exame e exploração dos monumentos históricos, artigos [artísticos], tecnológicos ou paisagísticos e sua interrelação com os acervos dos museus, galerias, arquivos e bibliotecas. [...] Divididos em grupos, os participantes deverão estudar os seguintes tópicos da realidade histórica e cultural evidente na cidade de Petrópolis, como exercício metodológico: 1) O Palácio Imperial [...]; 2) D. Pedro II [...]; 3) Fisionomia do Império [...]; 4) Petrópolis [...]; 5) **Arqueologia Industrial** – a história industrial da cidade de Petrópolis através dos vestígios das antigas fábricas que tiveram seu apogeu no final do Século XIX e início do Século XX; 6) Interpretação da Paisagem”¹⁹.

Em 1986, ocorreu um dos encontros que pode ser considerado referência para o estágio atual do campo da arqueologia industrial no Brasil. As discussões em torno do tema foram permeadas pela participação do Prof. José Manuel Lopes Cordeiro, acadêmico português da Universidade do Minho, ocorre o 1º *Seminário Nacional de História e Energia em São Paulo, que apresenta o trabalho intitulado “Algumas Questões para a Salvaguarda do Patrimônio Industrial”*. Traz-se assim à tona a discussão do termo patrimônio industrial e permite a possibilidade de desenvolver de maneira estruturada o campo de conhecimento em território nacional.

Apesar do impulso de reconhecimento dos termos nos anos 1970-80, o desenvolvimento da área de conhecimento de patrimônio e da arqueologia industrial com a participação de especialistas brasileiros e demais áreas e subáreas correlacionadas ao tema descortina frutos somente ao final do século XX e início do XXI.

Nos anos 2000, o surgimento de outro grupo de pesquisadores e acadêmicos com discussões e debates em torno dos temas relacionados à arqueologia industrial e ao patrimônio industrial leva à formação do Comitê Brasileiro para a Conservação do Patrimônio Industrial e permite a inserção do país no âmbito da discussão e o desenvolvimento de trabalhos relacionados aos temas da arqueologia industrial e do patrimônio industriais.

¹⁹ O Fluminense, 25 junho 1983, ed. 24496.

A partir do interesse do grupo de pesquisadores, acadêmicos e profissionais de diferentes campos de conhecimento promoveu uma consolidação da temática com a ocorrência de diferentes eventos como seminários, encontros e palestras, bem como o desenvolvimento de trabalhos acadêmicos nos âmbitos da graduação e pós-graduação, correlatas aos 1º, 2º e 3º ciclos da educação europeia segundo o Declaração de Bologna.

Uma outra abordagem acerca das relações entre patrimônio cultural e desenvolvimento socioeconômico que discorre acerca da história econômica e a formação das primeiras indústrias no Brasil compreende a produção acadêmica nacional, principalmente ocorrida após o período de desenvolvimento e reconhecimento dos termos arqueologia industrial e patrimônio industrial.

Um dos trabalhos que abordam a temática de maneira mais generalista, mas com viés socioeconômico compreende o trabalho de Szmrecsányi e Maranhão (2002) que apresentam de maneira global e a partir de uma trajetória temporal os empreendimentos brasileiros desde meados do século XIX à contemporaneidade.

Uma discussão em torno da temática acima desenvolve-se em torno da multiplicidade de aspectos que possam ser abordados, desde questões econômico-financeiras, mais habituais e que envolvam elementos mercadológicos e do capital às questões humanas e sociais, que tratam da formação do capital social das organizações e da sociedade. Nesse sentido, tem-se elaborada uma análise das empresas segundo suas trajetórias; as relações entre capital e trabalho, ou seja, entre empresários e trabalhos e as transformações decorrentes das necessidades e variáveis impostas a partir das condições socioeconômicas apresentadas; os investimentos estrangeiros no Brasil, seus fatores condicionantes, em cada época e lugar de estabelecimento, as relações entre capital, Estado e sociedade que se impõem para cada período; alguns casos de empresas brasileiras e estrangeiras e a relação do Estado e as empresas de serviços públicos que sofreram transformações nos diferentes períodos da história brasileira.

A densidade das discussões permite a construção de reflexões sobre as variáveis influenciadoras da implantação, desenvolvimento e consolidação das empresas no Brasil, sejam de diferentes campos de atuação, regiões de instalação e relações estabelecidas com os diversos atores da sociedade. A manutenção das organizações ao longo do tempo e a sua

permanência ou não no mercado envolvem um complexo conjunto de variáveis que determinam assim um amplo campo de atuação e de pesquisa para se realizar uma síntese das diferentes trajetórias empreendedoras no Brasil.

Complementarmente Silva e Szmrecsányi (2002) e Szmrecsányi e Suzigan (2002) abordam diferentes períodos da história econômica brasileira, o Brasil Republicano e o Brasil Contemporâneo centrados em exemplares dos empreendimentos do capital e seus desdobramentos nos períodos entre 1890/1930 e subsequente até o final do século XX, respectivamente. Para o primeiro período, a coletânea centra-se nos aspectos determinantes para o desenvolvimento econômico brasileiro e realiza um paralelo às outras nações latino-americanas. A partir de fatores comparativos são analisados elementos determinantes para sua identidade como a formação de grupos de interesse e de dominação político econômica os quais permeiam os diferentes processos de industrialização. De maneira particular e de grande influência para o período tem-se questões relacionadas ao mundo do trabalho as quais estão apresentadas em textos acerca da economia cafeeira, predominante e importante ciclo desenvolvimentista para o primeiro período, principalmente no Rio de Janeiro e São Paulo, assim como o surgimento da indústria têxtil em Minas Gerais ao final do século XIX.

Para o segundo período subsequente, a partir de 1930, tratado na coletânea de Szmrecsányi e Suzigan (2002), apresenta as mudanças requeridas ao processo desenvolvimentista nacional, com a predominância de períodos de políticas nacionalistas. A influência das questões econômicas mundiais, como as duas Grandes Guerras e a queda da Bolsa de Valores ao final da década de 20, são elementos tratados como influenciadores do pensamento econômico brasileiro.

"praticamente todos [os investimentos], ao período posterior a 1930 cgeam a discutir temas e problemas da maior atualidade. Eles foram agrupados em seis blocos temáticos: nacionalismo e política econômica; industrialização e desenvolvimentismo, pensamento econômico no pós-guerra, o problema da dívida externa, a modernização da agricultura, e trajetórias e visões da inflação"²⁰.

Em decorrência das relações mundiais advindas do período pós-guerra e da escolha de um modelo de desenvolvimento próprio surgem de maneira determinante questões como

²⁰ SZMRECSÁNYI, SUZIGAN, p. viii, 2002.

os problemas advindos da formação da dívida externa e suas conseqüentes trajetórias, como a inflação. Os temas tratados definem de maneira global a situação social, político-econômica nacional vivida em um período cujas medidas revolucionaram a economia brasileira e influenciaram consideravelmente o seu futuro.

Marcovitch (2003, 2005, 2007) faz referência ao desenvolvimento da indústria brasileira durante suas primeiras décadas do século XX o que designa como “saga do desenvolvimento no Brasil” e tem por foco, principalmente os pioneiros paulistas e os empreendedores do sul do país, além de outros empresários que abarcam de maneira mais abrangente a geografia nacional. Deve-se destacar entre as questões abordadas aquelas relacionadas aos elementos adjacentes aos empreendimentos e necessários ao sucesso de cada um deles. A interrelação com variáveis sociais, de desenvolvimento urbano, de infraestrutura e demais condições de vida são considerados elementos determinantes e recorrentes a cada um dos casos e empreendimentos, pois a memória e história criadas a partir de cada um apresenta vínculos diretos com a identidade social, com o bem-estar público e com questões comunitárias.

Um exemplo das relações entre memória empresarial e memória social, apresentado por Couto (2004a, 2004b), refere-se ao empreendedorismo da família paulista Matarazzo, cuja trajetória inicia-se com o precursor, Francesco Matarazzo, ítalo-brasileiro, que colaborou efetivamente no desenvolvimento paulista e brasileiro. A trajetória empresarial da empresa familiar se conforma segundo uma análise interdisciplinar de atuação a qual revela questões não somente ligadas aos empreendimentos, mas também as influências em questões econômicas, políticas e socioculturais.

A “travessia”, assim definida por Couto (2004a, 2004b) inicia-se com o caminho empreendedor de Matarazzo, desde sua chegada ao Brasil, em 1881 à formação e consolidação de seu império industrial até a primeira década do século XX. O chamado período de desenvolvimento econômico-social brasileiro, nos anos 1930 determina o chamado “colosso” econômico que significava à economia nacional a importância do conjunto industrial dos Matarazzo. As influências nos diferentes campos da sociedade determinavam comportamentos não somente na sociedade paulistana, mas nacional e transpassam as

questões empresariais no período acima, desde seu nascimento até o ano do falecimento do patriarca da família, em 1937.

A diversidade e expansão dos negócios da família e sua continuidade de são fatores também apresentados como determinantes para a multiplicidade de abordagens e influência exercida pelo império Matarazzo que apresenta não somente definições das políticas empreendedoras no campo das atividades econômicas, mas também em outras questões de natureza social e política que permearam a continuidade da importância de suas atividades empreendedoras.

Uma das consequências dessa influência e inter-relação entre o desenvolvimento econômico e o âmbito social amplia a ideia de patrimônio cultural a partir da qual se busca desenvolver uma abordagem mais epistemológica do termo. Com isso, o chamado patrimônio cultural passa a ser discutido sob uma perspectiva mais generalista em sua constituição e abrangência e cuja focalização abrange questões e relações com as empresas e com o tema do patrimônio industrial.

Ao se referir à temática do patrimônio industrial e suas múltiplas manifestações na vida cultural das cidades e no contexto urbano tem-se diferentes trabalhos e abordagens que se apresentam de maneira interdisciplinar entre diversos campos – a arquitetura, a história, a antropologia, a sociologia e outras – que integram diferentes conceitos e trazem à discussão o caráter de unicidade e integração das áreas do conhecimento.

Batalha *et al.* (2004), organizam o conhecimento interdisciplinar a partir de diferentes e importantes visões sobre a vida operária dentro das fábricas e para além delas, desde o cotidiano e a vida social das pessoas a abordagens acerca das relações entre classe e cultura; as sociabilidades, identidades e classes sociais; as culturas de ofícios; as questões de gênero, a fábrica e as políticas; e as relações de migração, etnicidade e cultura fabril. Dentre os diversos temas abordados tem-se por elemento de conexão a formação da classe trabalhadora e suas formas de convivência e associativismo seja por identidade junto àqueles que possuem mesma origem social e territorial, seja por questões étnicas, políticas e religiosas ou outras formas de vínculo identificadas. Para cada um dos grandes temas ou tópicos abordados tem-se um aprofundamento das relações laborais que estão para além das questões capitalistas e de

ofício. Muitas vezes desconsideradas, tais questões são determinantes para a formação da classe operária e suas relações sociais, extramuros das organizações.

A interdisciplinaridade do trabalho permite uma discussão com múltiplas abordagens sobre a formação da classe trabalhadora e as culturas envolvidas além de instigar ao conhecimento as relações existentes entre os grupos que formam um corpo operário e a vida em sociedade que lhes é definida e que por eles próprios se define.

Em outra obra que trata do tema trabalho e trabalhadores de maneira interdisciplinar, Leite (2003) trata de questões contemporâneas acerca da complexificação social e da multidisciplinaridade existente nas relações homem-empresa-sociedade. As diferentes formas de expressão das relações do trabalho e suas possibilidades de interconexão com as questões sociais são elementos de destaque e de reflexões da autora que avalia as mudanças referentes a cada ator social e sua forma de participação nas relações laborais e sociais. Apesar das questões sociais contemporâneas serem o foco do trabalho, as formas de atuação de cada parte redefinem ou confirmam antigas normas de interação, sejam organizacionais ou sociais, e compõem um conjunto de características que se relacionam àquelas existentes no princípio do século XX. Entretanto as condições estabelecidas pelo mercado, pelas conjunturas contemporâneas e por questões contratuais e legais definem novos padrões de comportamento, tanto às empresas quanto aos indivíduos. Dessa maneira, constrói-se um conceito de relação indivíduo-empresa e organização-sociedade que insere tanto a relação capital-trabalho, quanto relações de sustentabilidade e desenvolvimento socioambiental e urbano.

De maneira específica e voltada à região das Minas Gerais, Giroletti (2002) apresenta uma análise acerca das inter-relações entre trabalho e sociedade em que se identifica as influências dos primeiros empreendimentos fabris em Minas Gerais com relação à estrutura urbana das cidades. Conclui-se que as indústrias desenvolvidas ao final do século XIX determinaram mudanças nas relações do trabalho, devido, principalmente, à abolição da escravidão ao final do referido século e às necessidades de equipamentos e infraestrutura junto às cidades. Além dos fatores existentes nas relações capital-trabalho, a diferenciação existente entre a expansão e consolidação das empresas é expressa e latente entre as regiões compreendidas pelo Norte e Nordeste brasileiro e o estado de Minas Gerais e aquelas

percebidas na região Sul e o estado de São Paulo. Fatores como formação da mão-de-obra, atividades empreendidas e mercados se diferenciam e determinam algumas relações que definem o título do livro: convento e disciplina por existirem rígidas regras de controle social, tanto para o ambiente fabril como para as relações sociais.

Assim, a organização passa a constituir-se em importante elemento para definição das relações sociais, exercidas segundo contrapartidas à comunidade por meio da oferta de equipamentos e infraestrutura sociais. Estabelece-se, assim, um conjunto de relações entre cidade e empresa, e entre organização e comunidade, de maneira a desenvolver uma memória do trabalho e social que se interconectam e determinam a identificação de elementos da cultura segundo as relações estabelecidas.

Para Cappellin *et al.* (2010), estas relações estabelecidas entre organização e sociedade, entre trabalhadores e comunidade são determinantes à memória e ao estabelecimento dos empreendimentos, no caso, de famílias de origem italiana. As organizações oriundas desses migrantes apresentam uma influência junto à memória social nas relações de trabalho e sociais. A instituição das empresas se faz por meio da busca por um equilíbrio entre tradições culturais, relações laborais e necessidades de mercado. Com isso, tem-se uma confluência de fatores simbólicos, determinados pela cultura e pela memória, de fatores sociais, identidade dos diversos grupos que compõem a mão-de-obra e as necessidades de infraestrutura de correntes do desenvolvimento e de fatores econômicos, segundo as demandas e ofertas identificadas a partir das características geo-espaciais do lugar em que se estabeleceram as fábricas (setor industrial) ou fazendas (setor agropecuário).

Outro exemplo das relações estabelecidas entre empresa e sociedade é apresentado por Zequini (2004) e aborda a industrialização no Interior Paulista, cidade de Salto, durante os séculos XIX e XX. Aborda-se nesse exemplo as questões relacionadas aos fatores de influência na implantação das fábricas no interior de São Paulo. A influência e necessidade de estrangeiros e a formação de uma mão-de-obra capaz de oferecer condições produtivas são elementos de análise, além da necessidade de importação de equipamentos e mesmo matéria-prima para incremento da produção.

Esses fatores são percebidos como essenciais para o sucesso empresarial, o que se observa em múltiplos casos de fábricas instaladas no Brasil ao final do século XIX e princípio

do XX. Além das relações laborais, estabelecem-se relações sociais em que as necessidades de infraestrutura mais uma vez estão desenvolvidas pela iniciativa empresarial, sendo que o chamado “quintal da fábrica” define disputas territoriais, políticas e econômicas, mas também estabelece um conjunto de ações sociais que aproximam a organização da sociedade. Os espaços comunitários de convivência, sejam por meio da criação de vilas operárias ou pela oferta de equipamentos sociais e estrutura urbana, definiam a vida social dos trabalhadores e determinavam à organização uma relação de complementaridade quanto aos serviços públicos oferecidos.

Outra perspectiva que colabora para a análise realizada no presente trabalho está conduzida por Correia (2009) e Correia e Bortolucci (2013), cujos conteúdos se compõem em uma discussão acerca da influência das fábricas na estrutura social urbana brasileira no decorrer do século XX. No primeiro, os principais elementos de análise recaem entre aqueles relacionadas às necessidades de modernização das cidades e desenvolvimento de infraestrutura e equipamentos sociais em decorrência do desenvolvimentismo tardio do capitalismo ao início do século XX. A transição ocorrida entre os primeiros modelos fabris do final do século XIX e início do século XX em relação às necessidades industriais de meados do século XX levam as fábricas a adotarem um papel diferenciado.

No período inicial há a necessidade de adaptação à economia nacional e uma estruturação segundo aspectos não somente produtivos, mas sociais. A influência de ideias estrangeiras, principalmente inglesas e americanas determina o modo de atuação das organizações e sua relação com as estruturas econômica e social. No momento posterior ocorre a transição para uma relação de mercado em que as principais variáveis encontram-se relacionadas ao processo produtiva e a capacidade competitiva em nível nacional e internacional. As variáveis sociais estão concentradas no âmbito estatal que se organiza segundo uma política de bem-estar alicerçada nos campos do trabalho e saúde.

Para o segundo trabalho, de Correia e Bortolucci (2013), encontram-se analisadas as influências interdisciplinares dos primeiros empreendimentos fabris no Brasil a partir de diversas experiências brasileiras e estrangeiras. A importância das organizações capitalistas para o desenvolvimento local e sua contribuição para o processo de urbanização se faz percebida em casos da agricultura, industrial e ferroviário. As relações empresa-sociedade

encontram-se presentes não somente no âmbito econômico, mas se tornam importante elemento para a formação da estrutura social cuja conformação ocorre segundo o desenvolvimento de uma memória coletiva e individual, de uma identidade social e de um patrimônio cultural.

A formação de um patrimônio cultural a partir da história e da memória industriais compõe as discussões permeadas por reflexões acerca da inclusão ou exclusão da memória e da história dos lugares de produção. As contribuições que extrapolam o ambiente econômico-mercadológico e contribuem para a formação do tecido social e suas inter-relações levam à constituição de diferentes espaços de memória social e coletiva, além de identidades tanto individuais como de grupos ou comunidades em relação aos diferentes elementos sociais constituídos a partir das relações empresa-sociedade desde o princípio do século XIX a meados do século XX.

“No Brasil, entre as empresas que construíram moradias para seus empregados entre 1811 a 1880 estão os engenhos de açúcar, as fábricas de ferro, as mineradoras, as indústrias têxteis e as fábricas de pólvora. O tamanho e o programa desses núcleos apresentavam grande diversidade dependendo do tipo de atividade, embora nesse período, todos os que identificamos se localizavam fora das cidades, de modo a se aproximarem de fontes de energia (matas ou cachoeiras) e de matéria-prima (sobretudo nos casos dos minérios e da cana-de-açúcar) ou se distanciarem de áreas povoadas (no caso das fábricas de pólvora). [...]

A partir de 1880, no Brasil, é possível identificar na arquitetura produzida por fábricas a constituição de um cenário que remete claramente ao mundo industrial. [...]. Na arquitetura de algumas dessas vilas e núcleos fabris, emergiu a estética tipicamente industrial, fundamentada em noções de econômica, eficiência, utilidade e funcionalidade. [...]

Na década de 1950, um grupo significativo de projetos de conjuntos residenciais para seus empregados foi encomendado por empresas a arquitetos e urbanistas. [...] a gênese das soluções adotadas foi localizada em duas vertentes básicas: os procedimentos de organização espacial de vilas e núcleos fabris desenvolvidos ao longo dos processos de desenvolvimento da indústria moderna e os métodos de agenciamento das áreas residenciais, difundidos pelo urbanismo moderno, neles incluídos o conceito de unidade de vizinhança, a arquitetura moderna e os métodos de urbanismo divulgados pelos CIAMs²¹”²².

²¹ CIAM – Congrès Internationaux d'Architecture Moderne

²² CORREIA, p. 190-201, 2013.

A ênfase nos elementos arquitetônicos apresenta uma importância particular à discussão quanto aos aspectos relacionados ao comportamento humano e social e seus desdobramentos em relação ao patrimônio imaterial. Decorre desta questão a memória coletiva construída a partir das relações entre indivíduo-comunidade e empresa-sociedade que determinam um conjunto de elementos imagéticos e simbólicos e solidificam um corpo estrutural mental para a constituição e identificação do patrimônio cultural.

Outro aspecto relaciona-se às condições de infraestrutura e das relações sociais entre os diferentes grupos de trabalhadores nas áreas de influência dos empreendimentos, das indústrias cuja narrativa trata a historicidade a partir da questão habitacional e se apresenta, de maneira particular, nas vilas operárias surgidas no decorrer do século XX com uma análise de sua constituição, evolução e desenvolvimento segundo as iniciativas e políticas empresariais ocorridas no Brasil.

Para Bonduki (2011), os processos de constituição de soluções habitacionais para o desenvolvimento populacional e fluxos migratórios decorrentes do expansionismo econômico brasileiro, desde o final do século XIX a meados do século XX, determinaram diferentes posicionamentos dos setores público e privado. Desde soluções mitigatórias às políticas urbanas tem-se uma análise profunda das questões que envolvem não somente a moradia de indivíduos e suas famílias de maneira geral, e de trabalhadores, de maneira particular, mas como se formaram e quais influências ocorreram nesses processos de desenvolvimento urbano.

A narrativa construída desenvolve-se sob a perspectiva de uma análise das diferentes situações governamentais e empresariais que abordam desde a ausência de uma política social de moradia e inexistência de uma regulamentação quanto ao inquilinato dos trabalhadores nos bairros operários ao final do século XIX e princípio do século XX às intervenções estatais ocorridas no período varguista, anos 1930, quando são desenvolvidas as primeiras políticas urbanas e integradoras de comunidades operárias por meio de órgãos estatais e estímulo à moradia social. Entretanto, deve-se ressaltar a análise de soluções e problemas encontrados no decorrer intervencionista em que se tem uma atuação diversificada do Estado quanto aos órgãos de regulação para a moradia social e uma fragilização da lei do inquilinato. Os resultados decorrentes dos instrumentos de inclusão social por meio de moradia tornam-se parciais e

fragmentados o que determina falhas no processo e compreende uma expansão periférica, precária e de auto empreendimento dos cidadãos com relação à moradia própria.

Para o caso do estudo em particular, tem-se parte do livro dedicada ao empreendimento de moradias por parte do setor privado e em especial pelas indústrias pioneiras nas primeiras décadas do século XX que desenvolvem áreas contíguas às fábricas e demais propriedades produtivas para o assentamento social dos empregados e seus familiares. Constituem-se, dessa maneira, áreas de infraestrutura e desenvolvimento urbanos que passam a reconfigurar os locais em que se instalam os empreendimentos fabris. Tais espaços se constituem em verdadeiros patrimônios para a sociedade em que se cria não somente uma identidade operária, mas também identidade sociocultural.

Uma última análise das referências bibliográficas contemporâneas acerca dos temas da cultura, memória e história empresariais compreende trabalhos de pesquisadores brasileiros que sofreram influências do campo de conhecimento da arqueologia e do patrimônio industriais.

Um primeiro exemplo, de Meneguello (2008), apresenta uma análise da presença do passado no presente por meio da busca de referências góticas pretéritas no ambiente contemporâneo da cidade inglesa de Manchester. Uma análise a partir da confluência dessas temporalidades leva à necessidade da preservação cultural, e industrial, como forma de reviver, rememorar e revalorizar um modelo arquitetônico passado a partir das características arquitetônicas por ele apresentadas. Define-se, assim, um processo de preservação do patrimônio que extrapola a necessidade de restauração e recuperação de exemplares e lhes define valor e caráter único segundo a preservação de suas ruínas.

As questões suscitam-se em outro momento quando se tem revistos os parâmetros góticos por meio de sua utilização no momento presente, ou seja, em exemplares neogóticos. Dessa expressão arquitetônica surge o questionamento e a análise de uma rememoração do passado e sua necessidade de tornar-se presente segundo a reinterpretação e a concepção de novos edifícios. Cabe então avaliar qual a tênue diferença entre valorizar o passado segundo as diferentes formas de interpretação que esse possa oferecer no momento presente e sua própria desvalorização ou mesmo negação quando colocado como padrão de elementos ou conjuntos que não mais representam a época em que se desenvolveu.

As questões perpassam igualmente pela complexificação das tipologias referentes ao patrimônio cultural, em que se tem uma multiplicidade de exemplos, algumas vezes concebidos segundo a memória, a identidade e a identificação de indivíduos e lugares, mas que ao mesmo tempo apresenta-se exemplificado segundo modelos que parecem desconectados no espaço, no tempo ou mesmo na memória e na história.

Com temáticas paralelas e complementares que permitem uma análise multidisciplinar da questão patrimonial sob a perspectiva da memória e da história da arquitetura industrial no Brasil, Santos (2006), apresenta a importância das fábricas no desenvolvimento socioeconômico da cidade do interior de São Paulo (Brasil). A partir de múltiplos exemplos, de empresas nacionais e estrangeiras, são apontados elementos de destaque como a multiplicidade de tipologias industriais, a adoção de conceitos modernos para a arquitetura dos edifícios e sua consequente influência em elementos sociais e urbanos. Além desses aspectos, são abordadas as questões relativas às políticas econômicas, desde os primeiros exemplares, na década de 20, de caráter empreendedor e familiar, às empresas implantadas ao final do século do século XX, complexas e transnacionais.

Em suas análises, observa-se o caráter inovador os projetos arquitetônicos das empresas, a preocupação de algumas com projetos paisagísticos e a influência no caráter social e no planejamento urbano. O ineditismo de alguns projetos, os tornam patrimônio arquitetônico e cultural, bem como revelam a influência da industrialização não somente em questões econômicas, mas também socioculturais.

Kühl (2008) faz uma análise que complementa-se às anteriores e levanta questões relativas aos processos de valorização (e destruição) do patrimônio industrial e suas consequências. A discussão em torno das teorias de restauração e sua aplicação à conservação, restauração e valorização do patrimônio são confrontadas com intervenções realizadas no intuito de elucidar as transformações ocorridas nos exemplares avaliados.

Um aprofundamento da questão aplicado aos edifícios industriais revela a possibilidade de se realizar interpretações que vão desde a compreensão de aspectos históricos, artísticos e de identidade revelados nas características projetuais ao desconhecimento ou despreocupação em preservar a memória contida no edifício seja a partir de uma identidade econômica-desenvolvimentista ou sociocultural.

A abordagem compreendida no âmbito do patrimônio industrial e da arqueologia industrial e seus desdobramentos levam a questões teórico-metodológicas de reconhecimento e identificação desse patrimônio em contrapartida às práticas ocorridas em diversas edificações. A preocupação em identificar espaços industriais como elementos que caracterizam e exemplificam diferentes tipologias do patrimônio cultural permite um olhar interdisciplinar para a questão, além de suscitar a necessidade de reinterpretar teorias e conceitos acerca da diversidade existente no campo do patrimônio cultural.

Com foco na preservação e restauração de sítios históricos urbanos, Rufinoni (2013), apresenta as possibilidades de preservação, valorização e reconhecimento de espaços industriais urbanos como patrimônio cultural. Para realizar a análise e construir um conjunto de ideias, a autora busca realizar uma síntese entre conceitos e práticas existentes e a realidade urbana brasileira em relação às áreas industriais e seus entornos de influência.

Inicialmente tem-se uma avaliação da evolução do conceito de patrimônio cultural e urbano e sua preservação a partir das diferentes visões acerca dos espaços industriais e seu caráter interdisciplinar. Discute-se a contribuição dos campos do patrimônio industrial e cultural e da paisagem industrial e do urbanismo e se avalia como são percebidos o passado e o presente a partir da relação “antigo-novo” e o tratamento de preservação a eles empregado.

A preservação e valorização do antigo frente aos processos de modernização estão apresentados a partir dos documentos internacionais e na expansão do patrimônio cultural, bem como pelas formas de compreensão e apreensão do patrimônio urbano no contexto nacional. Dessa forma, tem-se a análise do patrimônio edificado industrial e seu entorno como formas de expressão do patrimônio cultural a partir das possibilidades de sua preservação segundo as especificidades apresentadas pela escala urbana e suas possíveis perspectivas de intervenção e valorização.

Por fim, percebe-se que a valorização do patrimônio industrial urbano e seu caráter de interdisciplinaridade, forma uma análise centrada nas indústrias e suas contribuições para a sociedade e, de maneira particular, para o comportamento urbano das metrópoles. A preocupação em preservar seus exemplares determina uma importante contribuição para a memória e a história das cidades.

A percepção de um passado industrial segundo as perspectivas socioculturais traz a discussão para a importância de espaços comunitários e equipamentos sociais construídos a partir das relação capital-trabalho. Entender a diversidade de expressão e de campos do conhecimento que envolvem elementos industriais requer uma visão multidisciplinar em que se tem uma construção histórica, centrada não apenas no âmbito produtivo ou econômico-mercadológico, mas que traz consigo aspectos relacionados à memória, à história e ao patrimônio cultural do lugar onde se instalam.

Tem-se assim que os conjuntos arquitetônicos e produtivos compõem apenas parte de um todo social em que se incorpora o entorno social, como as vilas operárias e seus desdobramentos, e se possibilita a visão de entorno social e visível cujo contexto tornou possível não somente o desenvolvimento econômico, mas também a evolução do contexto social, das comunidade e atores envolvidos.

4. MEMÓRIA, INDIVÍDUO E EMPRESA

O conceito de memória surge de uma percepção multivariada de fatores que se entrecruzam e determinam ao seu conteúdo uma condição de transdisciplinariedade, de tal forma que se tem determinados ao presente os fatores que constituem a presença do passado.

Tem-se em Maurice Halbwachs um dos precursores de estudos da memória, aplicada às relações sociais e ao coletivo, e, portanto, à memória da empresa. Em seus estudos, a partir de uma análise de Santos (1993, 1998), tem-se a construção de uma análise dos quadros de representação da memória coletiva a partir dos que se pode verificar a amplitude das relações humanas segundo as interações sociais. Muitas análises se realizaram baseadas em questões que procuram desenvolver os estudos relativos à memória a partir da construção do conceito e sua percepção segundo as identidades, individuais e coletivas que dela, a memória, se apropriam.

Dentre os estudos da memória, tem-se a elaboração do conceito de memória coletiva, segundo Mejía e Álvarez (2005) que apontam o trabalho de Olick e Robbins (1998) e nele identificam o princípio do fenômeno de memória coletiva nos escritos de Hugo von Hofmannsthal em 1902. Além disso, reafirmam a importância dos estudos de Halbwachs realizados nos anos 20 do século XX como importantes pontos de análise para se descrever o fenômeno.

Assim, o conceito de memória coletiva construído segundo os teóricos acima apresentados determina-se como um conjunto de elementos do presente que se referem ao passado e que trazem significado um significado e identidade para um grupo de indivíduos, seja específico a determinada categoria ou mesmo a coletividade e de maneira mais global nação ou Estado. Estas recordações ou lembranças têm significados próprios que determinam aos que com ela se identificam graus diferenciados de importância, identificação e identidade. Geralmente se estabelecem segundo mudanças e transformações constituídas a partir de um tempo e espaço pré-concebidos no contexto do grupo a que se refere. Para tal, os indivíduos e grupos percebem a memória como uma

“[...] necessidade de reconstruir e inventar o passado quanto haja prioridade. Os grupos têm necessidade de reconstruir permanentemente suas recordações através de suas conversas, contatos, rememorações, efemérides, usos e costumes, conservação de seus objetos e pertences e a permanência nos lugares onde tenham desenvolvido suas vidas, porque a memória é a única garantia de que o grupo segue sendo o mesmo, em meio a um mundo em perpétuo movimento”²³.

Tem-se definida a memória segundo características de continuidade e dinâmica e não de momentaneidade e estática. A primeira se refere ao caráter de comunicação, diferentemente de da segunda que tem um caráter de informação. A memória se exprime como uma relação direta às recordações dos indivíduos aos fatos e fenômenos passados a partir de suas experiências pessoais. Não há uma intencionalidade em fazer presente tais fatos ou experiências, mas sim fazê-las presente segundo a capacidade de recordar e transformá-los em lembranças no presente.

Os processos de comunicação podem ainda se definir a partir da interpretação e da criação de um contexto segundo os fatores que o determinam e suas recordações a partir dos espaços de pertinência social. A ligação construída entre presente e passado se desenvolve em diferentes linhas de comunicação, sejam verbais, escritas ou simbólicas, e se fazem atemporalmente pois a capacidade de organizar e definir ideias e relacioná-las a uma linha espaço-temporal torna-se elemento não obrigatório para a sua definição.

Tem-se, ainda, que o conceito de memória está intimamente relacionado ao conceito de história e, para Halbwachs (2006), se distingue a partir de dois tipos específicos de memória: a memória pessoal e a memória social. A primeira pode ser chamada de autobiográfica e a segunda de memória histórica, sendo a segunda mais ampla e geral, pois traz consigo os conceitos da primeira porque a história de vida das pessoas se faz a partir de um todo que seria a história do coletivo. As conexões entre indivíduo e coletividade define as relações inerentes a cada um e considera que os signos e símbolos definidos para a memória coletiva determinam os marcos principais da vida social necessitam ter significado para as

²³ Halbwachs, p. 2, 2002.

peessoas, pois a identificação e identidade que os indivíduos têm para com estes marcos garante a perpetuação da própria memória coletiva.

Percebe-se assim que para a construção da memória, seja individual ou coletiva, faz-se necessário estabelecer dois marcos: o tempo e o espaço. O primeiro se relaciona às datas, à cronologia e aos fenômenos que são pontos de referência e têm um significado especial aos indivíduos a eles identificados que trazem certa identidade; o segundo se configura de forma mais real e absoluta, através dos elementos materiais, sejam edificações, espaços de convivência, de ócio, de trabalho nos quais se constituem as recordações pessoais ou grupais.

4.1. A MEMÓRIA, OS MARCOS ESPACIAIS E OS MARCOS TEMPORAIS

As relações existentes entre tempo e espaço apresentam uma construção de processos de interação e inter-relação de fatores como graus de pertencimento, importância e recordações. Eles se definem a partir da interpretação e determinação do tempo e segundo os impactos quanto às distâncias (geográficas) ou a dimensão dos espaços de vivência. Esta capacidade de inclusão ou exclusão do indivíduo ou de grupos nos espaços sociais e de convivência permitem construir a memória e definir os fatores considerados importantes.

Para Batalha *et al.* (2004) essa definição sócio-espacial de convivência permite a construção de relações pessoais ou grupais em que se tem um entrelaçamento dos espaços públicos e privados, pessoais e profissionais. A determinação de uma interação entre espaço fabril e espaço social leva, respectivamente à construção de relações operárias e sociais, seja no âmbito organizacional como no social.

Atualmente, a definição do tempo não se faz em função dos espaços, mas se impõe como fator definidor dos processos e dos lugares, sejam pessoais ou coletivos. Uma coordenação cronométrica entre indivíduos e os diferentes lugares permite a criação de articulações entre fatos e recordações. A rearticulação das regiões espaço-temporais não territoriais (a memória) e os meios e fatores definidos como unidades simbólicas de presença e pertencimento definem sistemas abstratos (a cultura) e a capacidade de reflexividade de indivíduos e grupos.

Para Melucci (1989), as relações entre espaço-território e espaço-físico estão determinadas, de maneira geral pela proximidade às sociedades pré-modernas. Os lugares ou espaços de pertinência e identidade mudam e deixam de ser pontos de subsistência básica, segundo o entorno de confiança básico definido por indivíduos ou grupos. Eles são definidos pelos entornos em que a configuração humana constrói suas relações de integração, não necessariamente presencial. Nesse contexto, a memória apresenta como uma de suas características a presença de fatos e fenômenos passados no presente, a atemporalidade. Mas, ela também se coloca de forma dinâmica e sistêmica que ocorre a partir de espaços abertos, relacionados às variáveis de exterioridade e outros grupos e atores sociais.

A construção de relações entre passado, presente e futuro podem também ser consideradas como uma necessidade humana e como construção da memória. Sua definição se delineia a partir de conceitos que apontam para fatores multidisciplinares – míticos, históricos, políticos etc. – e permitem construir e reconstruir as bases das relações pessoais e coletivas. Estas referências permitem ao indivíduo e aos grupos uma estabilidade do imaginário social, construído e real, e garante a identificação e a identidade individual e coletiva para os diversos grupos sociais (Ferreira e Orrico, 2002).

Nessa concepção, o processo espaço-tempo se expande e se produz segundo as mudanças e as interpretações realizadas por pessoas e grupos. Dentre as condições que as facilitam e as determinam, a identificação e a identidade com relação à variável espaço-tempo têm uma contextualidade e uma funcionalidade próprias. Assim, uma análise para definir a relação homem/sociedade e tempo/espaço se constrói segundo a percepção do passado a partir de questões baseadas na integração primária e co-presencial. Geralmente, as percepções do passado advêm de experiências próprias que determinam estas recordações. Entretanto, uma integração sistêmica e social na qual se organizam ou se estabelecem as relações entre os indivíduos ocorre segundo estruturas e relações que se colocam presentes e regem as demandas de convivência a partir da ordem de importância dos fatos sociais, da proximidade e da imediatez de indivíduos e grupos, podendo ser consideradas como fatores de definição da memória pessoal e grupal.

Para Castells (1999d), a contemporaneidade tem definido às preocupações da relação espaço/tempo uma centralidade quanto ao contexto dos processos sociais, sua frequência de mudanças e ocorrências e sua estabilidade ou instabilidade. A ideia de temporalidade associada às questões sociais tende a redefinir os processos segundo o “mimetismo histórico”. A partir dele se tem uma adaptação das bases formadoras das relações, e de suas memórias, segundo a capacidade de reafirmação ou de transformação dos parâmetros de identificação e identidade. As novas regras do mundo social a partir dos contextos de espaço-tempo e seu distanciamento das relações formais e concretas de construção da identidade reorganizam as questões sociais e consequentemente definem a construção e a reconstrução da memória individual e social.

Ao determinar o comportamento dos indivíduos e seus grupos de pertinência, os fatos passados se constituem em importantes marcos para a construção do presente e para a redefinição dos elementos considerados importantes ou não para o homem, e para a sociedade. Esta identificação entre passado e presente, e suas implicações, podem ser interpretadas segundo Harvey (1989) como uma importante questão de definição de espaço em que se compreende uma relação definida como “compressão espaço-temporal”.

Tal significado pressupõe que os fatos e a vida presente estejam baseados na história de vida pessoal e coletiva, a partir das quais se constrói e se interpreta o que é importante e se determinam as relações pessoais e sociais. Quando se tem esta compreensão se pode avaliar as interpretações acerca de indivíduos e grupos segundo os fatos e fenômenos por eles construídos e constituídos. Os fatos e suas interpretações e a importância ou não dada a eles têm um significado que para Lash e Urry (1994) se define como a nova economia de signos e espaço.

Estas perspectivas de desenvolvimento e entendimento do passado a partir das relações entre fatos e fenômenos e sua simbologia têm perspectivas diferenciadas nos mais diversos âmbitos – cultural, econômico, gênero, comunidades etc. – pois apresenta o espaço como um dos resultados e eixos formadores dos estudos e do conceito de tempo. Quando se expande esta interpretação à difusão e construção das relações do trabalho a partir da perspectiva social se tem uma visão interdisciplinar (Jameson *et al*, 1998).

A necessidade de uma construção histórica e de criação da memória a partir do “materialismo histórico-geográfico”, segundo Soja (1996a), ou dos fluxos do espaço/tempo de Castells (1999a), possibilita a recuperação da ideia de uma relação espaço/tempo em que se tem a criação do conceito de memória sob a perspectiva de simultaneidade e atualidade do termo “tempo atemporal”, assim como se pretendem suas bases de construção e se constitui como uma de suas principais características.

Outro ponto a ser considerado considera descontinuidade do tempo moderno que reflete a própria construção da memória e se encontra presente nos mais diversos âmbitos da vida humana. A interpretação dos fatos e a construção de estruturas tradicionais (família, religião, grupos de pertinência etc.) e a determinação das estruturas simbólicas (trabalho, economia, relações sociais, cultura etc.) que os representa e identifica encontram-se em profunda desconstrução e reconstrução.

As características pessoais e grupais que determinam certo pertencimento encontram-se envolvidas por fatores de identificação e de identidade de indivíduos e grupos que se constituem segundo formas diferenciadas de integração. A formação da identidade e da individualidade têm sofrido modificações dinâmicas cuja necessidade de se reconstruir se torna dinâmica. A integração social e a integração sistêmica, além da ocupação social e da identidade e pertencimento têm definido diferentes comportamentos, individuais ou coletivos. A intensificação da interconexão virtual e da formação de grupos de convivência virtual, sem a necessidade de um compartilhamento espaço-temporal, redefine os diversos grupos em que se vive e cria, em indivíduos e sociedades o que se definem como identidades múltiplas.

Essa nova conformação social, define à contemporaneidade a construção dos conceitos de memória segundo ‘novas’ variáveis que determinam ao espaço-tempo uma re-conformação quanto às características de pertinência, de identidade e de identificação. Os indivíduos e os grupos se determinam (ou são determinados) por fatos e fenômenos desagregados da relação espaço-tempo, mas ainda determinados pela identidade ou identificação a fatos e fenômenos que representem suas vidas. Estas referências tornam-se fatores que determinam o comportamento e criam significados na vida das pessoas e dos grupos de pertinência. Através destas estruturas, físicas ou mentais, e espaços sociais se

desenvolvem as atividades que configuram as recordações e definem a memória pessoal ou coletiva.

4.2. A MEMÓRIA E O INDIVÍDUO

A memória se compõe de diferentes elementos, dentre os quais se tem os fatores psicológicos que apresentam em sua composição a dimensão social. Para Bartlett (1995), tal dimensão pode ser considerada inovadora por tratar a construção da história a partir da dinâmica de vida a partir dos indivíduos e dos grupos. Entretanto, essa perspectiva tem caráter parcial por se tratar, geralmente, de uma verificação empírica-experimental que se baseia na construção de relações a partir de experiências de âmbito laboratorial (Shotter, 1992).

A partir dos anos 30 do século XX os estudos sobre a memória coletiva ou social permaneceram esquecidos ou adormecidos e foram retomados por Schwartz (1992) a partir de novas perspectivas e ideias baseadas nos estudos anteriores cuja atenção se desenvolvia em torno das variáveis culturais da construção social da memória. Alguns aspectos como o multiculturalismo, a pós-modernidade e a aceitação de uma memória esquecida por ser esta determinada e desenvolvida pelas classes dominadas constituíram-se em fatores de análise e novos parâmetros a serem considerados. A memória popular e a instrumentalização do passado a partir da visão global de diferentes atores e classes sociais passam a se constituir em importantes fatores para a formação do conjunto de ideias representativas do passado, da memória.

Assim, a construção da memória social, presente nos estudos de Halbwachs (2006), determina alguns elementos essenciais ao entendimento do conceito como os lugares físicos (espaços geográficos de pertencimento) e espaciais (espaços temporais) formadores dos momentos da memória coletiva. A partir deles, a construção da memória coletiva é percebida nos processos de interação existentes entre o eu e o outro psicológicos.

Neisser (1995, 1999) considera de igual importância o estudo da memória a partir dos processos de interação do indivíduo com a sociedade. As relações entre homem e meio exterior permitem desenvolver características individuais e próprias a cada um as quais, muitas

vezes, partem de atividades desenvolvidas de maneira coletiva. Assim, as experiências de vida compõem parte da construção das memórias dos indivíduos e lhes definem ações presentes e futuras quanto à vivência cotidiana. A memória individual, por mais complexas e personalizadas que sejam as construções pessoais e interpretações desenvolvidas pelo homem, não são compreendidas em sua totalidade se desconsiderados o ambiente externo, seus fatores de influência e relações de proximidade e afetividade entre indivíduo e grupos sociais.

Para a memória coletiva o eu pode ser um ente representativo do indivíduo ou de um coletivo, seja grupo de pessoas ou mesmo uma instituição, que extrapola o conceito e o atribui ao coletivo social ou a unidade social institucional. Assim, o outro passam a ser os próprios indivíduos que inter-relacionam com o coletivo, aceitam suas construções sociais e definem uma identidade própria a partir dela. Entretanto, o conceito construído de memória se apropria de uma relação passado-presente na qual se constroem as possibilidades de perceber o passado em primeiro plano a partir de suas representações no presente. Com isso, são estabelecidas as relações espaço-temporais da memória nas quais se procura obter uma memória social inter-relacionada à memória individual (Halbwachs, 1939, 2004).

Estes conceitos estão relacionados às concepções propostas por Durkheim (1982) nas quais se tem a perspectiva funcionalista da consciência coletiva. Nela, a representatividade do grupo permite compartilhar ideias particulares como parte do conjunto de signos e do mundo imaginário dos indivíduos que a cria. A memória coletiva estaria, assim, desenvolvida sob a perspectiva de uma aceitação de parâmetros de convivência e de relações sociais que estivessem definidos a partir de crenças coletivas aceitas pelos indivíduos e pelo grupo. Entretanto, se compreende esta percepção para as relações sociais como dinâmica e que se recria a partir das necessidades, evolução e capacidade de se relacionar o passado ao presente (Ochoa, 2005; Erice, 2006).

Diferente e complementarmente, Santos (1994, 1998) apresenta a memória dos indivíduos como única, pois ela se constrói a partir dos diferentes quadros sociais que fizeram parte da vida pessoal, sejam eles públicos ou privados, pessoas ou profissionais. Assim, há diferenças fundamentais entre a memória do indivíduo e a memória do grupo social ou coletivo. Na individual, as construções são internas e definidas somente pelo EU; na social,

compartilhada por toda a sociedade, a memória contém uma representação aceita pela maioria das pessoas ou por ser considerada essencial para a manutenção da ordem social.

Estas ideias acerca da memória individual e coletiva são discutidas por Rodríguez (2005) a partir das relações entre empresa e os indivíduos por meio da identidade construída entre o homem e as estruturas ou fenômenos sociais ocorridos na coletividade. A perspectiva de integração entre homem-sociedade ou homem-empresa se estabelece por laços de afetividade e de pertencimento, pois, nas comunidades em que se vive, assim como nas empresas, se pode compreender as representações sociais coletivas como fator de formação das relações humanas e de dinâmica e continuidade entre passado-presente-futuro.

Ao contrário de uma memória sempre presente e permanente, Nora (1984) apresenta a memória como um elemento em permanente construção, uma vez que sua característica de agregação contínua de fatos passados leva a uma necessária apreensão de fatos ou fenômenos, mesmo que de maneira não-espontânea. A memória se configura a partir de arquivos, celebrações, simbologias e demais estruturas que procuram descrever a necessidade de uma presença não-natural das lembranças, capazes de manter presente, o passado.

Estas oportunidades pessoais de construção da memória, definidas pelo homem segundo suas interpretações daquilo que considera importante ou não, compõe de significado as coisas ou fenômenos e se apresenta discutível ou identificável a partir do caráter de pertinência ao grupo ou indivíduos criados para aquilo que é observado. Mas, ao se definir estes diferentes graus de importância dos fatos ou fenômenos se permite uma rearticulação de diversos fatores que são definidores da personalidade e da individualidade das pessoas. Estas diferenças podem ser identificadas nos grupos segundo as interpretações feitas e as relações espaço-temporais vividas. Através da identificação e percepção dos fatores, sua importância e pertinência se criam espaços de inter-relação, definidores da memória social.

A necessidade de criação de inter-relações se apresenta como possibilidade de se conectar passado-presente-futuro e definir um fluxo contínuo entre os fatos e acontecimentos nos grupos sociais e seus entornos cuja influência define diversos campos de atuação, seja profissional ou pessoal, social, cultural ou de produção. Pode-se fazer um paralelo entre a

sociedade-rede de Castells (1997, 1999b, 1999c) em que os nós estão definidos pela memória segundo a composição de das relações entre temporalidade e territorialidade.

Elas definem pontos de convergência que estão construídos segundo os fluxos globais dominantes com maior ou menor intensidade e os fluxos de conhecimento, informação e recordações que possuem. Assim, as relações sociais e a memória social, como a sociedade-rede, têm uma característica *exclusógena*, uma relação binária de pertinência ou não, em que se compreende os fatos e se cria a identidade com outros (inclusão) ou não (exclusão) e se definem processos extremos de dualização.

Os fluxos podem ser compreendidos a partir das possibilidades de criação de recordações e definição da memória a partir da não-continuidade geográfica (espaço comunicativo) e atemporalidade (espaço de fluxos) que definem a questão das identidades dos indivíduos ou grupos aos quais se pertence ou não. O espaço dos lugares compreende o espaço da continuidade e das formas comunicativas de interação, é um espaço entre a identidade e o lugar (forma, função e identidade apresentam uma identificação única). É o espaço vivido em que se tem uma noção de pertinência (proximidade e identidade) e que responde às necessidades pessoais (emocionais) e profissionais (sociais) (Soja, 1996b, 2000).

Esta identidade compreende uma identificação com os fluxos de Castells (1999a), que podem ser considerados vínculos, sejam eles culturais, valores, símbolos, tradições etc. A identidade busca a reafirmação da identificação (espaço dos fluxos e sua homogeneização); os agentes, sujeitos e atores sociais; os contextos de inclusão e pertinência (reformulação de conceitos sociais e identidade territorial). A identidade do EU (coletiva ou individual) busca recriar uma noção de coletividade segundo a influência dos processos de globalização, de padronização de comportamentos e de regras, de unificação de pensamentos ou mesmo de comprometimento às normas e regras que passam a ser elementos “naturais” de definição do indivíduo e dos grupos a que pertence.

4.3. A MEMÓRIA E A EMPRESA

A memória empresarial ou das empresas, para Worcman (1999) está desenvolvida a partir da construção de acontecimentos ou fenômenos ocorridos no passado e que são acumulados das mais diversas maneiras. Geralmente, a representação que mais sobressai corresponde à história oral que se desenvolve a partir das declarações de indivíduos ou grupos de indivíduos que apresentam relações diretas ou indiretas com a organização, sejam elas passadas ou presente. A particularidade da memória oral se faz, também por meio da análise de documentos da empresa, seus periódicos, comunicação empresarial, vídeos e livros institucionais que tratam do cotidiano das relações de trabalho às relações sociais entre indivíduos e organização ou entre grupos sociais e a empresa.

Apesar da importância da memória social ou coletiva, muitas vezes ela não é tratada como fator de representação essencial à construção da memória individual. Se considerada, ela se apresenta a partir das relações com a memória da técnica e da ciência como o trabalho), em que se tem considerações acerca da história da ciência e da técnica (as empresas ou a cientificidade). A centralidade se faz segundo o conjunto de equipamentos e materiais científicos que contribuem para a memória e a história social e coletiva, sem avaliar elementos de imaterialidade neles contidos, como as relações entre indivíduos e organizações, suas influências no comportamento da coletividade e das pessoas em particular, bem como na definição das relações sejam no âmbito do trabalho ou fora dele (Martins, 1989, 1992).

Assim, quando se observa a memória sob o ponto de vista da ciência se pode construir conceitos que relacionados à evolução espaço-temporal das atividades científicas e tecnológicas, não somente referenciadas às questões concernentes a tais conhecimentos, como a outras ciências como história, sociologia, antropologia, arqueologia, psicologia, gestão, dentre outras. As interdependências ocorridas entre a memória social coletiva e organizacional e a memória do indivíduo ou pessoal permite observar a evolução dos mecanismos de produção, das técnicas, dos processos produtivos, além de variáveis que influem direta ou indiretamente as mudanças na ciência.

Em geral, os estudos desenvolvidos em relação à memória empresarial se constroem em torno de elementos que têm por preocupação central as transformações ocorridas nas

técnicas de produção ou de gestão adotadas e sua evolução nos mais diversos ramos industriais. Entretanto, a evolução da estrutura gerencial-tecnológica compreende apenas parte de um todo organizacional, pois há uma influência quanto aos usos de sua estrutura e dos grupos humanos que o compõem e que se colocam em constante mudanças devido à sincronia ou resposta em função das variáveis externas exigidas (Barrientos e Pérez, 2005).

Um dos pontos de análise que poderia se constituir em elo entre a evolução da técnica e da tecnologia e a memória e a história social e coletiva, segundo a evolução da sociedade ou mesmo de comunidades em que se desenvolveram a partir das organizações. As preocupações com a técnica e a tecnologia e suas relações entre a memória da ciência ou da técnica não compreendem, em geral, os elementos sociais que e ela estão relacionados.

Outro fator preponderante para as organizações e que define seu trajeto histórico-econômico compreende a inovação técnica no uso da energia – hidráulica, vapor, eletromecânica e eletrônica – à sociedade informacional. Para Castillo (1998), eles reconfiguram a organização do trabalho e consequentemente a racionalização dos lugares de produção e da inovação nos processos industriais. Assim, as diversas interpretações que se tem das reestruturações produtivas e as inovações tecnológicas apresentam reflexos no significado percebido quanto à mão-de-obra, sua composição e o papel do trabalhador coletivo no processo de produção. Nesse sentido, a memória empresarial e a memória do trabalhador se conecta à organização científica do trabalho e suas formas de interpretação quanto ao fator humano. Seus reflexos na empresa e na sociedade estão relacionados às diferentes demandas organizacionais e sociais e definem desde as formas de colaboração entre indivíduo-organização ou organização-coletivos sociais aos conflitos e mobilizações operárias e sociais e suas consequências (Byrne, 1995; Schermerhorn *et al*, 1999).

A memória da empresa pode estar em diferentes representações organizacionais ou sociais, sejam eles, as formas de trabalho, os sistemas de retribuição, rendimento e produtividade, as relações e condições de trabalho, os direitos e obrigações de empregadores e trabalhadores, a racionalização do trabalho, do espaço empresarial ou mesmo espaço territorial em que se encontra. Tem-se ainda a considerar a formação profissional dos trabalhadores, os grupos de ocupação e sociais, as formas de integração e cooperação quanto

à organização do trabalho, propostas de modificação, aperfeiçoamento e modernização das relações de trabalho, o desenvolvimento organizacional e social, estabelecimento de modelos de gestão, dentre outros que podem ser somados aos aspectos de composição do mundo empresarial e perspectivas histórico-sociais.

Entende-se, assim, que a memória da empresa se compõe de diferentes contextos, mais complexos que apenas as relações laborais, as políticas industriais e as estratégias empresariais. Há a necessidade em se permitir incluir um maior número de variáveis que proporcione um entendimento dos processos históricos e de determinação socioeconômica segundo as definições realizadas pela organização, seus elementos de produção e sua relação com a sociedade. Nesse caso, alguns estudos se tornam vetores de desenvolvimento social que transcorrem relacionados simplesmente ao desenvolvimento industrial e econômico, como por exemplo, a interconexão entre as relações sociais estabelecidas pela organização e as necessidades sociais como resposta ao desenvolvimento social proporcionado pela empresa. Uma interpretação das moradias dos empregados e seu papel nessa relação apresenta a seguinte visão:

“[...] as moradias operárias, uma distinção entre as casas construídas racionalmente, promovidas pelo assistencialismo da burguesia dirigente; as casas surgidas da especulação imobiliária, de onde ocorre um aproveitamento máximo de espaços reduzidos e um uso de materiais pobres; a moradia como instrumento de controle terapêutico destinado a evitar comportamentos perigosos da classe trabalhadora, a separação do lugar de trabalho e a autonomia do núcleo familiar, a articulação e disposição dos meios de vida, etc.”²⁴.

As relações entre organização e grupos sociais definem um conjunto de elementos de memória social, não somente empresarial, mas da sociedade que trazem consigo expressões de inserção do trabalhador e da empresa ao contexto societal. Os processos de acumulação de capital e desenvolvimento tecnológico apresentam influências não somente nas relações de trabalho e suas reconfigurações, mas se refletem na sociedade em que se encontra inserida a organização. As necessidades dos grupos sociais vinculados direta ou indiretamente à organização, bem como outras atividades e necessidades da vida social, são adotados pela

²⁴ Torró, p.54, 1994.

empresa, e mesmo adaptadas e redefinida ao longo do tempo se incorporam ao cotidiano da empresa, dos grupos sociais e da sociedade (Torres, 1995)

Para uma análise destas inter-relações podem-se desenvolver duas linhas básicas de pensamento as quais encontram-se determinadas pelas relações entre as necessidades organizacionais e as demandas sociais.

“[...] uma linha de desenvolvimento tecnológico (**história da técnica**) – com saltos de desenvolvimento e as consequências para a organização do trabalho e a composição interna dos diversos grupos coletivos de trabalhadores em cada processo de produção; a linha da interrelação do desenvolvimento tecnológico com a história econômico-social (**fatos sociais**) como características do mercado de trabalho, até a capacidade de negociação dos trabalhadores ou suas qualificações, as formas de controle ou disciplina tanto dentro como fora do trabalho, modificações nas condições de trabalho e nos modos de vida etc.; a história do empresariado e dos grupos dirigentes e a introdução do taylorismo como “uma estratégia de intervenção empresarial” e uma política”²⁵.

Essa percepção da construção da memória empresarial define os processos e suas respectivas construções históricas como elementos presentes e definidores nos processos sociais, desde a gestão do negócio e da estrutura empresarial à organização social dos trabalhadores e suas relações com a sociedade. Percebem-se as diferentes possibilidades de vincular os processos de gestão e produção aos processos sociais definidos nas empresas. Se percebida a construção da memória empresarial sob a perspectiva das relações espaço-temporais tem-se que durante os diferentes períodos de existência das organizações, há uma adaptação às formas de produção quanto às tecnologias e as relações industriais vigentes, mas igualmente se faz presente a adoção de políticas sociais que visem adotar estratégias cujos processos de atuação e ação se fazem nos diferentes grupos sociais, e mesmo indivíduos, cujos efeitos se percebem até a atualidade.

Uma análise destas inter-relações e das influências da empresa na sociedade se desenvolve segundo as relações de poder entre os grupos sociais, bem como a capacidade de cada um em desenvolver estratégias de negociação quanto aos respectivos desenvolvimentos pessoal e social. No que se refere à capacidade da empresa em compreender e atender as

²⁵ Sapelli *apud* Castillo, 1994, pp. 62, 1994.

diferentes necessidades sociais, tanto de grupos diretamente envolvidos nos processos produtivos ou da sociedade em geral, buscam-se as diferentes formas de estimular o desenvolvimento econômico e social que, de maneira indissociável, refere-se à capacidade de competitividade e de produção e às mudanças sociais a que está submetida. Percebe-se, assim que a compreensão da história da empresa e a constituição de uma memória empresarial possibilitam perceber as diferentes relações mercadológicas e econômicas e sua conexão com as relações de âmbito social, em que se tem

“[...] uma empresa está essencialmente composta por pessoas e, por consequência, sua história é resultado da história e da contribuição de cada uma dessas pessoas. Neste sentido, a história da empresa deve e pode ser transformada como instrumento de preservação do saber acumulado e como forma de reconhecimento da importância de todos aqueles que a construíram”²⁶.

Desta maneira se observa que a memória industrial compreende um importante fator para se entender a memória cultural a qual se compõe de diferentes fatores, desde materiais (as empresas em si) e imateriais (as memórias dos trabalhadores), tangíveis (maquinaria e tecnologia) e intangível (*know-how* e *savoir faire*).

Morin e Moigne (2004) complementam as ideias de memória e a apresentam a partir de três pontos distintos de percepção:

- A memória funcional que compreende e se designa aos acontecimentos ou fluxos de conhecimento que estão presentes no exterior das empresas;
- A memória orgânica que compreende as representações de acontecimentos ou fluxos de conhecimento que estão presentes no interior das empresas; e,
- A memória genética que compreende as representações dos acontecimentos ou fluxos de informação a partir da variável temporal.

O que a análise da memória empresarial busca manter um equilíbrio dinâmico por meio das relações que existem entre os três tipos de memória, entre as que a memória genética

²⁶ Worcman, 1999, p. 5.

influencia diretamente a memória funcional (equilíbrio com o meio externo) e a memória orgânica (equilíbrio com o meio interno).

Observa-se que as variáveis sociais, tais como a vida social, as construções urbanas e o desenvolvimento da sociedade ocorrem, muitas vezes, em função das variáveis econômicas e mercadológicas. Desenvolve-se, assim, uma estreita relação entre as cidades e as organizações produtivas nelas instaladas e se tem uma intensa ligação entre as variáveis sociais e econômicas as quais proporcionam, conjuntamente, um desenvolvimento econômico e social.

Esta relação de interdependência traz consigo uma confluência, e mesmo dissonâncias, entre o interesse do capital [a organização] e do social [a cidade]. Em geral, nas construções históricas e da memória, tem-se que os interesses econômicos e comerciais se sobressaem e a partir dos quais o capital se desenvolve segundo a utilização de mão-de-obra existente na região em que se instala e se utiliza da estrutura local, ou mesmo regional, nacional, com o objetivo restrito do lucro.

Piquet (1998) observa que as relações sociais se encontram muitas vezes esquecidas, em que os estudos de memória das empresas, quando tratados, se desenvolvem a partir dos centros urbanos, denominados, dentre outros termos de vilas operárias. Em geral, os estudos da memória empresarial ocorrem sem considerar os aspectos histórico, social e político, e com relevância aos aspectos econômico-capitalistas.

Deve-se considerar, ainda, os aspectos de memória da empresa sob a perspectiva de considerá-los fator de importância na formação urbana brasileira no século XX, além das mudanças percebidas nos âmbitos social e cultural. Estas influências estão presentes no que se pode chamar de “equipamentos comunitários”, “equipamentos coletivos urbanos” (Topalov, 1990), “condições gerais de produção” (Lojkine, 1988) ou “meio ambiente construído” (Harvey, 1989). Eles abarcam não somente o âmbito empresarial ou industrial, mas nas moradias, comércio, escolas, hospitais, áreas de ócio e estrutura de serviços urbanos (água, energia, telefonia etc.).

Com isso, a memória empresarial traz consigo um sem número de recordações que são parte do passado e que compreendem a história das pessoas que fazem ou fizeram parte

da vida da empresa. Além disso, a organização não é uma ilha, sofre e provoca mudanças no âmbito social, em função de seus domínios sociais, o entorno empresarial que se constrói a partir dos fatos socioeconômicos e culturais. Sob essa perspectiva, se percebe a pertinência da transformação do saber construído no âmbito da empresa e seu entorno. A importância em compreender as transformações e torná-las possibilidades de preservação desta memória é essencial para entender as contribuições pessoais e sociais da empresa na e para a sociedade (Worrcman, 1999, 2004).

Complementa-se, segundo Mundet (2001), à dimensão da memória empresarial expressa por arquivos empresariais ou outras formas de manifestação da memória organizacional. Nesse sentido, a confluência entre o arquivo empresarial e a memória constitui-se em uma relação em que se consegue a preservação e conservação da vida empresarial por meio da valorização e preservação de documentos da vida empresarial.

O arquivo da empresa compreende, assim, certas possibilidades de construção do patrimônio da mesma, e de uma compreensão futura do passado. A capacidade organizacional em desenvolver a memória da empresa garante a certa continuidade histórica aos rituais, signos e símbolos desenvolvidos pela organização ao longo do tempo e que se constituem em fatores de convergência da cultura empresarial. A memória empresarial construída e consignada a partir da ideia de patrimônio permite entender a multiplicidade de variáveis que compõem a realidade da empresa e permite a compreensão das transformações na empresa e em seu entorno (Smith e Steadman, 1981).

Nesse sentido, a história e a memória da empresa, por conseguinte, o arquivo empresarial, significa um conhecimento do patrimônio e cultura corporativa, complementar aos aspectos econômicos e estruturais de um contexto mercadológico. Tais elementos permitem explicar, em parte, as mudanças e a dinâmica complexas que compreende a vida das empresas, para além do sentido do capital e sua vertente econômica que influenciam e sofrem influência de fatores, direta ou indiretamente, relacionados à empresa.

A capacidade de manter um equilíbrio entre as condições sócio-político-econômicas e as cultural-patrimoniais têm convergência e determinam possibilidades de uma relação complementar em que se considera as condições sociais e econômicas da vida da empresa

que lhe permite a construção de uma identidade de fatores internos e externos, e a possibilidade de sua continuidade espaço-temporal (Hamon e Portevin, 1995; Mundet, 2001).

As relações transversais construídas se constituem de uma interseção entre diversas áreas do conhecimento e permitem desenvolver questões que se destacam pela capacidade de construir através da linguagem, as análises da memória e suas relações com a identidade, a cultura e outras variáveis que asseguram um caráter de complexidade e de processo para a memória empresarial.

Por meio das mais diversas interpretações e representação da memória da empresa se busca entender os grupos sociais e de pertencimento, no âmbito da organização e de seu entorno. Além disso, as diferentes formas de representação das relações, suas características de igualdade, diferenças e conflitos existentes determinam aos indivíduos a construção de suas identidades, segundo os parâmetros empresariais e sociais aos quais se identificam. Assim, a partir destas ideias, tem-se a construção da memória empresarial que permite interpretações individuais e coletivas, privadas e sociais e apresentam uma relação para além do capital entre empresa e sociedade como uma intercambialidade existente entre elas.

5. CULTURA, EMPRESA E SOCIEDADE

O conceito de cultura, a partir das ideias de Keesing (1993), permite inferir acerca de sua impossibilidade de unanimidade. Entretanto, pressupõe alguns elementos que, em geral, se compõe de fatores relacionados às tradições, aos símbolos, aos signos e demais variáveis que permitam a caracterização de um determinado grupo, comunidade ou sociedade.

Geertz (2003), sinaliza para a existência de propostas múltiplas em buscar um conceito específico que se relacione a determinadas características com a finalidade de garantir uma aproximação à realidade local, segundo algumas variáveis como geografia (localização), condições de agrupamento (relações sociais) e expressões com relação ao outro.

Rodrigues (1991) propõe um conceito que se assemelha àquele apresentado por Geertz (2003) em que se tem a cultura como a *“expressão de significados subjetivos, constituídos, mantidos e modificados por atores sociais, e, também, como estrutura, na medida em que objetiva atividades e práticas sociais”* (p. 72). Esta definição compreende uma aproximação à visão antropológica pois se entende a cultura a partir de uma representação de sistemas simbólicos e normas de comportamento que determinam as formas de relacionar entre os indivíduos e o comportamento individual e social destes. Através do estabelecimento de sistemas de valores pessoais e coletivos tem-se a constituição da cultura segundo seus componentes verbais – a linguagem - e não-verbais – as outras formas de expressão que se constituem em elementos de comunicação usualmente utilizados. Os valores também se apresentam como representações simbólicas e abstratas da cultura e se referem a questões como igualdade, desigualdade, espontaneidade, disciplina, dentre outras.

Para Keesing (1993), uma das principais características da cultura está sua incompletude, ou seja, na possibilidade de construção contínua da cultura, cuja perspectiva de evolução e permanente componente de mudança se faz presente e se determina segundo os fatores que a compõem. Com isso, observa-se que a cultura apresenta algumas características que trabalham a partir da amplitude e generalidade do conceito:

- A característica sistêmica da cultura determina uma relação entre os grupos sociais e seus entornos em que se determina fatores de composição a partir das amplas possibilidades de influência existente entre os indivíduos, sejam individuais ou coletivas. Esta interação se constrói a partir da soma de elementos comuns (ou compartilhados) e determina o comportamento e a conduta individual e grupal;
- A característica de mudanças contínuas permite o desenvolvimento de uma disposição para a busca por um equilíbrio dinâmico a partir do qual se busca determinar as influências existentes entre indivíduos e grupos que se distinguem segundo os elementos considerados essenciais construção e manutenção do conceito em um dado momento (determinação temporal) e lugar (determinação espacial);
- A componente material, relacionada às variáveis tecnológicas, econômicas e socioambientais, que determina uma relação direta com as possibilidades de adaptação de indivíduos e grupos, segundo os modelos sociais apresentados ou padronizados pelos diversos grupos sociais já constituídos;
- A componente ideacional, relacionada à religião, aos rituais, ao comportamento e aos sistemas e crenças políticos, que determina as possibilidades de adaptação e considera as variáveis a partir das quais se constrói ou se determina os modelos e padrões existentes em um dado grupo social.

Tem-se, assim, que a construção da cultura pode ser entendida ou identificada de forma global ou específica, e se observa que seu escopo está determinado segundo as variáveis utilizadas para a construção do modelo de análise. As características do grupo (ou coletividade) consideradas se relacionam aos fatores de interesse e suas componentes compõem um conjunto de fatores de influência a partir dos quais se busca entender a complexidade social existente.

Outra análise para o conceito de cultura se desenvolve segundo as diferentes formas de construção do sistema de ideias e pensamento, de indivíduos e grupos. Uma avaliação dessa perspectiva está apresentada a partir da confluência de três grandes sistemas classificados como:

- **Sistema cognitivo** em que se tem como elemento central o conhecimento. Sua construção se faz a partir de modelos e métodos linguísticos em que se busca a determinação das estruturas do pensamento segundo as interpretações expressas e aquelas subjacentes à realidade social (Goodenough, 1981);
- **Sistema estrutural** elaborado a partir das ideias, símbolos e signos identificados pelo indivíduo e determina os processos de construção do conhecimento. Essa criação individual é compartilhada com outros indivíduos e se torna um elemento social, aceito de maneira coletiva. Tem-se assim uma determinação de relações e transformações sociais que garantem mudanças individuais e ao mesmo tempo permitem o equilíbrio de atividades e realidades do grupo (Lévi-Strauss, 1970).
- **Sistema simbólico** determinado por signos e sinais, se diferencia do estrutural por se tratar de uma construção grupal presente na vida real dos indivíduos, o que se diferencia do anterior por se constituir no campo mental. As crenças simbólicas e as ações se constituem em formas de compreensão direta das relações sociais e determinam códigos de significação compartilhados (Geertz, 2003).

Essas diferentes formas de representação e construção do conceito de cultura estão expressas por Wagner (2012) no sentido de determinarem processos de percepção do homem quanto à realidade e a si mesmo. Essa capacidade de encontrar-se no outro e a partir dele definir uma identidade refere-se à capacidade do indivíduo em se deslocar para o outro e compreender-se como um complexo conjunto de fatores sociológicos, as interações sociais, e simbólicos, formas de expressão dessa interação.

A construção do conceito de cultura se constitui segundo diversas características, desde o pragmatismo e objetividade ao idealismo e à subjetividade, do concreto e real ao imaterial e simbólico. Esta multiplicidade de possibilidades determina e ratifica sua complexidade e garante múltiplas maneiras de interpretá-lo e trabalhar suas formas de expressão. Observa-se ainda que o conceito de cultura apresenta como estrutura relações socioculturais, que exigem interpretação e mudança contínuas em sua composição, e ideacionais cuja concepção está definida a partir da regulação das variáveis e sua standardização. Esse compartilhar de variáveis se complementa e define diferentes possibilidades de interpretação de suas estruturas.

Assim, a compreensão geral do conceito e sua consequente aplicação torna-se apenas uma das possibilidades em compreender o comportamento e interpretações acerca dos indivíduos e seus respectivos grupos sociais de pertinência. O compartilhar símbolos, signos e rituais define possibilidades de interação, identificação e identidade de indivíduos e grupos. Estas variáveis, principalmente os rituais, estão relacionados às rotinas programadas da vida diária das pessoas e representam valores estabelecidos no passado e reiterados no presente. Traduzem-se em interesses específicos de indivíduos ou grupos e servem para cristalizar situações, delimitar espaço e tempo social, além de conferir segurança às pessoas através de um processo de sacralização dos mesmos, de seus espaços e situações corriqueiras, em que determinam relações de poder e autoridade.

Ao utilizar os símbolos como formulações mentais dos indivíduos a respeito da realidade, tem-se a definição de representações e construções sociais arbitrárias, abstratas e contidas em uma linguagem que são transmitidas na forma de ideias e mensagens. Com isso, ocorre sua interpretação que igualmente define a construção das classes sociais que se distinguem por se identificar a coisas, objetos ou ações que determinam fronteiras artificiais próprias a cada grupo, capazes de distinguir “espaços sociais” e se constituir em componentes de segmentação de espaços e de tempo que são fontes ao mesmo tempo de desejo e identidade, mas de conflitos e ansiedades.

A cultura pode ainda ser considerada como essencial para a compreensão da manutenção ou mudanças sociais e da diversidade de fatores existentes nas relações sociais. Entretanto, deve ser percebida como um fator de equilíbrio dinâmico do todo, que se constitui a partir de interpretações parciais e fragmentadas. A cultura possui ainda, por determinação, a característica de sistema aberto e importante variável para a construção e compreensão geral da sociedade, grupos e indivíduos.

A cultura considerada a partir de sua inserção na formação do indivíduo leva a uma diversidade de comportamentos e atitudes que determina, igualmente uma percepção e atuação de forma coletiva e própria, a partir da capacidade dos indivíduos em se adaptarem às características exigidas pela coletividade. Desta forma, a cultura atua como instrumento de pressão junto aos indivíduos, uma vez que exige determinados comportamentos, considerados

adequados aos padrões coletivos, que estejam em sincronia com os objetivos definidos por sistemas mais amplos. A determinação comportamental define desde interdições e obrigações impregnadas de poder implícito à comportamentos individuais capazes de garantir a manutenção e sobrevivência dos sistemas coletivos, sejam eles privados (organizacionais) ou públicos (sociedade/comunidade).

As práticas sociais relacionadas à reificação de mitos que se definem a partir da expressão da cultura criam certas conexões entre passado e presente capazes de justificar os interesses políticos e se acomodarem através das tradições criadas entre o comportamento esperado aos indivíduos e o poder estabelecido. Tais mitos permitem a afirmação de competências coletivas, sejam organizacionais ou sociais, e conduzem a padrões comportamentais relacionados ao desenvolvimento de projetos, estratégias e ações no âmbito dos grupos de interesse. Assim, as sociedades criam uma forma própria de representação da realidade e padrões de comportamento de grupos, ou mesmo da sociedade cuja forma de pensar e agir se constrói segundo um sistema de crenças, ideais e objetivos seja de indivíduos ou mesmo grupos e sociedade. Esta capacidade de distinção, ou identificação social, possibilita o fortalecimento de uma cultura própria e particular e pode permitir um aumento da coesão e do espírito coletivo.

Outra análise acerca da cultura considera, como símbolos e signos, as tradições e a identificação e identidade sociais como fatores capazes de reforçar sentimentos socialmente aceitáveis, mas que podem não representar uma evolução pessoal e individual. Entretanto, esta força social e política da cultura permite o reforço de valores, e conforme, Rodrigues (1991, 1996), justifica a manutenção de comportamentos que legitimam as lideranças e adequam os indivíduos às características definidas pela coletividade, possibilitando uma unidade capaz de manter estabilidade, integração e interesses coletivos.

Se analisada a partir do ponto de vista da instituição das organizações, Cappellin *et al.* (2010) apresentam uma visão da cultura a partir das organizações como o resultado da interação das determinações do mundo do trabalho com o meio em que se insere. As demandas identificadas entre os fatores laborais e sociais, associadas às necessidades de mercado, levam a uma confluência fatores simbólicos que se caracterizam segundo os

aspectos geo-espaço referenciais. Sua origem encontra-se na memória e em fatores sociais, tais como a identidade dos diversos grupos que os compõem sejam institucionais (fabris e sociais), os próprios indivíduos e as necessidades de satisfação destes em relação às demandas sociais e ao desenvolvimento econômico.

5.1. A CULTURA ORGANIZACIONAL

A cultura organizacional, presente com maior intensidade no processo de internacionalização da economia e de globalização, interfere de forma significativa nos diversos níveis de formação da cultura social e individual. Para Rodrigues e Collinson (1995) e Martin (1992), um primeiro nível apresenta-se relacionado a uma cultura convergente ou de integração, considerada hegemônica e dominadora frente a outras possíveis culturas coletivas. Outro nível de influência considera uma cultura convergente ou de diferenciação, enquanto cultura ascendente que prescreve valores e condutas de forma globalizante. E um terceiro nível que considera a contracultura ou cultura de fragmentação na medida que os indivíduos procuram elaborar uma visão particular de mundo com a finalidade de negar os níveis anteriores.

Esta percepção de homem fragmentado também se apresenta na perspectiva de Hall (2005) que a determina a partir da construção de uma identidade segundo características que afetam direta ou indiretamente o indivíduo. A determinação de uma identidade diferenciada do indivíduo se conforma de diferentes maneiras àquelas determinadas por uma cultura coletiva, considerada homogênea e universal. Desta forma se percebe a cultura como fator de importância fundamental para os processos de concretização das práticas financeiras e econômicas, pois os comportamentos assumidos pelos indivíduos e entendidos de forma dinâmica e mutável, se adaptam conforme as circunstâncias e estratégias utilizadas no âmbito coletivo. Assim, os grupos sociais se fazem por uma complexa inter-relação entre as culturas que levam à busca de melhores resultados coletivos segundo a conciliação dos objetivos dos grupos envolvidos. Entretanto, as reações decorrentes das culturas grupais presentes podem levar à fragmentação social ou mesmo a comportamentos classificados como mecanismos de defesa que servem como forma de resistência simbólica, capazes de negar os valores das

culturas no processo de construção e desenvolvimento da sociedade, e utilizados para preservar a própria identidade pessoal e coletiva (Gajardo, 2005).

A cultura organizacional pode, ainda, representar as características comuns e os laços existentes entre as identidades próprias a cada indivíduo a partir da personalidade individual e das características absorvidas pela natureza humana segundo o contexto coletivo em que se encontra. Corresponde, assim aos aspectos culturais coletivos que se destacam por certa homogeneidade de pensamento e de valores que levam a certa integração e identidade simbólicas e se apresentam diretamente vinculados aos valores e ideais coletivos.

Arnason (1990) define a cultura coletiva, ou organizacional, como aquela em que se encontram presentes aspectos econômicos, tecnológicos e sociais comuns a determinada coletividade. Eles definem o processo de modernidade coletiva e social que engloba toda a sociedade, ou parte dela, a partir de questões sócio-político-econômicas por certa adaptação dos agentes sociais envolvidos e do ambiente social, cultural e físico.

Hofstede (1991) apresenta a identidade do coletivo como uma representação de identidade dos indivíduos segundo critérios de classificação e avaliação das características próprias de um grupo que tornam possível a construção de um conhecimento cujas partes têm traços culturais diferenciados, mas complementares, e permite uma possibilidade de integração. A convergência entre a unidade cultural através da construção de uma identidade coletiva e a unidade sócio-política por meio da formação de sociedade que determina, desta forma, uma identidade coletiva.

Tem-se ainda que a cultura coletiva possui características próprias que podem se tornar barreiras no processo de integração a outras culturas. Os elementos de identidade passam por crenças, signos e simbologias que resultam em uma cultura dominante e apresentam padrões de valores pessoais a partir da relação existente entre gêneros que determina a existência de uma cultura de valores masculinos, diferente da cultura feminina que apresenta certa diferenciação para seus símbolos e rituais. Observa-se, diferentes formas de comportamento determinadas pela identificação das pessoas com símbolos pertencentes aos diferentes grupos sociais, seja entre as culturas de classes ou diferentes classes, ou oportunidades profissionais e pessoais e a formação pessoal e profissional.

A cultura coletiva se faz, também, em decorrência da identificação histórica passada, que é fortalecida por símbolos e imagens difundidas segundo uma rede de comunicação própria que permite aos grupos sociais grau diferenciados de subjetividade e características culturais próprias, como, costumes, linguagem ou religião.

Para Smith (1994), esta identificação grupal e social permite a continuidade e a atualização de experiências passadas e transmitidas através das gerações, além de constituir a história coletiva dos indivíduos que compartilham eventos e experiências pessoais no sentido de um destino comum como parte da coletividade. Outros fatores constitutivos da cultura, como os mitos e a memória histórica dos indivíduos têm uma capacidade de agregar valores e construir a identidade cultural coletiva.

Uma explicação para o surgimento das comunidades e dos grupos sociais se faz, sob certa medida, pela garantia da dignidade coletiva por meio dos mitos, valores, memórias e símbolos que são assegurados aos diversos grupos sociais, e mesmo grupos excluídos, marginalizados ou suprimidos de valores e oportunidades, além da capacidade dos indivíduos em atuar de forma grupal por meio de uma identificação dos pares, ou seja, há uma identidade grupal capaz de impulsionar as gerações futuras segundo seus valores e referências antecessoras que criam um conjunto de características denominadas 'imortalidade coletiva'.

Assim, a cultura coletiva, organizacional ou social, segundo Hofstede (1991), exerce uma grande influência no comportamento das pessoas, seja nas relações pessoais ou profissionais, coletivas ou individuais, públicas ou privadas. Consequentemente, o processo de construção da cultura coletiva possui uma concepção própria de cultura que se impregna de conceitos, padrões e modelos de pensamento que são transferidos e que se refletem nos seus significados e se vinculam aos vários aspectos da vida pessoal e social de cada indivíduo.

5.2. A CULTURA E A MEMÓRIA

A cultura tem por construção de seu conceito uma relação direta ao conceito de memória que, segundo Assman (1995), se diferencia em duas vertentes: a memória comunicativa e a memória cultural. A primeira está construída a partir do presente e se constitui

da reconstrução do passado sem configurar bases sólidas para sua própria continuidade. Enquanto a memória cultural se baseia em uma estrutura estável, a partir da qual se definem as construções de sua própria definição (Ochoa, 2005).

Assim, a dimensão da cultura segundo a memória se apresenta como objetiva e procura desenvolver-se fundamentada em um passado considerado importante ou relevante que se faz presente nas recordações individuais e coletivas. A objetividade distingue-se em dois momentos em que se propõe a diferenciação entre a memória cultura potencial e a memória cultural verdadeira. Como potencial se entende aquela determinada pelas evidências físicas (estrutura, documentos pessoas etc.) que poderiam trazer ao presente as circunstâncias, fenômenos e ações ocorridas no passado. Nela se podem estabelecer novas possibilidades às referências presentes, pois a construção da memória se faz a partir de seus fatos possíveis e recordáveis no momento presente (Kansteiner, 2002)

Entretanto, a condição pós-moderna e a fragmentação cultural estão desenvolvidas, segundo Larraín (1995, 1996) a partir dos considerados vazios culturais nos quais se tem processos de padronização de comportamentos cujo pertencimento se faz a partir de desvinculação de ações, imagens, sons, sabores etc. Com isso se observa a aceitação de uma multiplicidade de comportamentos e atitudes que não mais permitem uma identificação particular ou a própria singularidade de pessoas, grupos ou lugares.

Observa-se ainda que, muitas vezes, a interpretação do homem e da sociedade quanto à cultura se faz a partir de reflexos por eles sentidos. Esta capacidade de compreender as relações entre a sociedade e suas influências na vida pessoal e social tem posições diferenciadas e contextos diversos que delineiam várias facetas da própria identidade cultural do indivíduo ou do grupo. Ela se define por signos e símbolos que representam aspectos considerados pelo conjunto das relações sociais entre sujeito e sociedade, entre indivíduo e grupo. As individualidades ou a coletividade definem 'novos' comportamentos a partir de modelos sociais aceitos pelos indivíduos ou grupos, sejam eles sociais ou privados.

Nessa cultura social em formação, a partir das coletividades, tem-se como um dos pontos centrais a dicotomia em se perceber a confluência ou divergência entre os interesses do desenvolvimento socioeconômico como foco central da vida empresarial e o

desenvolvimento societal como foco civilizatório. Uma consequência do modelo de sociedade vigente leva à necessidade para o fator lucro ou resultados econômicos, sendo considerados secundários aqueles objetivos contrários ou prejudiciais à saúde econômico-financeira da coletividade mercadológica.

Para Foucault (1985), o controle das ações contrárias visa desenvolver mecanismos de influência, a partir dos quais a transformação dos indivíduos e grupos divergentes se faz por meio de imputações e sanções segundo os graus de não-pertinência a partir de um modelo predeterminado de vigilância e controle de ações. Complementarmente, pode-se dizer que

“[...] a concepção de cultura desde o ponto de vista dos ‘mecanismos de controle’ começa com a suposição de que o pensamento humano é fundamentalmente social e público, de que seu lugar natural é o pátio da casa, a praça do mercado e a praça da cidade. O pensar não consiste em ‘sucessos que ocorrem na cabeça’... senão em um tráfico de... símbolos significativos”²⁷.

Tem-se que a interpretação da cultura e os sentidos que ela tem para o homem podem ser constituídos a partir das relações sociais ocorridas no ambiente empresarial, em momentos de ócio e lazer, sejam no âmbito comunitário ou organizacional. Quando relacionados à cultura da empresa pode-se dizer que os sentidos se compõem em parte das ações criadas ou estimuladas pelo convívio social organizacional e suscitadas de maneira voluntária pela necessidade de convivência. Com isso, a cultura se constitui de um conjunto simbólico de fatores que permite uma identificação com ações, estruturas sociais ou fenômeno pessoais e coletivos que criam condições para uma complexa construção da identidade pessoal e coletiva. Assim, a cultura da empresa a partir destas dimensões garante a consecução de seus objetivos empresariais relacionados ao lucro e à geração de riqueza e promove as relações sociais e a identidade social e organizacional (Prieto, 2002).

Quando remetidos ao passado, os conceitos de cultura e empresa tornam necessário absorver a extensão do conceito de memória em que se atribui a dimensão temporal. A partir dela se estabelece a reutilização de diversos tipos de instrumentos – documentos, fontes orais, estruturas materiais etc. – que constituem o que se pode definir como memória cultural. Em

²⁷ Geertz, p. 52, 2003.

contrapartida se tem uma visão capitalista da existência da cultura, mesmo que esta venha a se constituir segundo parâmetros qualitativos, tais como seu entendimento a partir da manifestação de uma identidade entre indivíduos e empresa que oferece determinados níveis de símbolos presentes na memória social e que estão representados por crenças. Neles se observa a relação de convergência entre a história dos lugares e a história da empresa.

Os comportamentos da empresa e da sociedade se determinam por um certo “consumo social” das ideias e símbolos que são aceitos pelos indivíduos e se apresentam disseminados no coletivo. Há uma identidade definida pela identificação dos signos representativo, sejam pessoais ou coletivos, que estão presentes nas mais diferentes formas de manifestação. A empresa, por sua vez, conduz tais comportamentos para uma rentabilização social que somente complementa e incrementa os resultados organizacionais. Percebe-se a formação de uma “economia cultural” estabelecida de forma indissociável à realidade social que compõe o imaginário individual e coletivo e se produz a partir de elementos de formação e identidade de uma realidade organizacional (Prieto, 2002).

O fenômeno da mercantilização da cultura encontra relação com a memória e o patrimônio quando se tem presente processos de desindustrialização, especialmente em cidades que têm enfraquecidas seus processos econômicos e grupos empresariais investidores. Nesse caso, a coletividade busca definir outras formas de dinamizar a vida socioeconômica em que a cultura se encontra associada a uma nova economia que fornece oportunidades que permitam a manutenção e a preservação do patrimônio cultural e histórico. Neste contexto, apresenta-se definida para o lugar uma política socioeconômica cujos negócios e indivíduos buscam uma coesão cultural que proporcione novas estruturas sociais que permitem a crescente valorização do passado e permitam um desenvolvimento do espaço onde estão.

A relação entre cultura e atividades econômicas de maneira a valorizar a memória se configura a partir de um acordo mútuo, observado por Kottak (2000), cuja perspectiva desenvolve-se em perceber possibilidades de inserção da cultura na atividade econômica segundo propósitos comuns. Os processos de desenvolvimento cultural e de desenvolvimento econômico devem proporcionar mudanças sociais que apresentam a dimensão do capital,

resultados econômico-financeiros e a dimensão social, valorização coletiva e comunitária, criando novas possibilidades de ação social.

No entanto, o desenvolvimento econômico- social depende de uma reciprocidade entre o equilíbrio dos resultados econômico-mercadoológicos e fatores culturais determinados pela empresa segundo costumes, símbolos e rituais sociais junto à comunidade. As possibilidades de a empresa investir no desenvolvimento da cultura constituem-se também em fator de aumento da atividade econômica, que traz consigo a identificação da sociedade a respeito das ações e a identificação das pessoas com a empresa, principalmente empregados e familiares.

Tem-se ainda que as relações entre cultura e negócios expandiram a percepção da "cultura do capital". Uma reflexão acerca das possibilidades das relações entre empresas e sociedade a partir da perspectiva de uma construção social determina transformações na estrutura do ambiente organizacional e na sociedade. Tal determinação leva a uma cultura interdisciplinar com características distintas em que se tem as percepções da empresa desenvolvidas a partir de uma visão social que se apresenta para além dos recursos do capital e das práticas econômico-financeiras definindo-se, assim a partir de um pensar sobre as possibilidades de influências junto à sociedade.

Tais possibilidades se observam desde aspectos relacionados às influências da cultura da empresa em seus aspectos e dimensões internos que se constituem em agente de mudança social e influenciam comportamentos mais amplos à definição da memória social e da cultura da sociedade em que se encontram. Os aspectos tradicionais do negócio, como tecnologia, economia, gestão e mercado são complementados por uma análise dos aspectos antropológicos, geográficos, sociológicos e históricos (Sapelli, 1996).

Assim, o conceito de cultura apresenta uma extensão de "globalização" que permite desenvolver relações com a memória e a história e cujas possibilidades de influência e determinação da própria cultura se tornam compreensível quando percebido a partir de uma visão mais ampla e de uma presença contínua que entrelaça passado-presente-futuro (Burity, 2002).

Para Ferreira e Orrico (2002), as várias formas de articular cultura e memória, história e sociedade, passado e presente definem novas fronteiras e articulações que identificam uma linguagem própria, uma identidade própria e uma memória social própria. Muitas vezes, tais variáveis são permeadas de fatores que trazem diferentes significados para as questões individuais e coletivas, profissionais e pessoais que definem a própria memória cultural individual e coletiva.

A relação entre a memória e a cultura encontra-se definida por dimensões subjetivas e construções objetivas que se redefinem a partir da compreensão da realidade e sua incorporação a uma realidade individual e coletiva que se encontra aceita por pessoas e grupos e se direciona a um comportamento articulado e determinado por um conjunto de fatores pessoais e grupais que instituem e conformam as identidades individuais e coletivas (Teves, 2002).

Pode-se afirmar que as correlações entre cultura, memória, sociedade e empresa são construídas a partir da aceitação de indivíduos e grupos e, portanto, definem uma identidade pessoal e coletiva segundo as representações presentes. Para Lefebvre (1991) estas representações constituem o que pode ser determinado como imaginário social que se constrói em acordo com a contribuição de grupos sociais para apresentar uma realidade e determinar sua aceitação e comportamento percebidos por indivíduos e grupos. Ao determinar esta identificação social, pode-se considerar tal simbolismo como parte da construção da memória social, e, conseqüentemente, do imaginário cultural. Assim, a cultura cria possibilidades de interação entre identidades coletivas e pessoais, além de viabilizar a produção dos sentidos que estabelecem comportamentos e crenças e definem não somente a cultura do indivíduo, como a cultura da sociedade.

Essas interpretações, de acordo com Teves (2002), definem a construção do imaginário social e ocorrem, em parte, dos fatores de relevância e importância constituídos pelos grupos dominantes e seus imaginários culturais. As influências estão diretamente relacionadas à identificação e construção de uma identidade que se apropria de valores, signos e símbolos e os torna aceitos a partir de suas interpretações por indivíduos e grupos e determina a relação entre o coletivo organizacional e a coletividade da sociedade.

As construções sociais entre empresas e sociedade, segundo as perspectivas de experiências sociais e individuais, permitem a interpretação dos fatos e fenômenos que passam a constituir o imaginário individual e social cujas experiências relacionais entre empresa-sociedade são responsáveis por parte da cultura social existente.

Assim, a relação entre empresa e cultura se faz a partir da identificação e consciência de fragmentos no contexto organizacional e social as quais tornam-se interpretações e experiências junto aos indivíduos em diferentes contextos da realidade construída e determinada pela empresa. As condições de vida, a realidade social, passada ou presente, e as determinações sociais constituem uma interpretação de grande aceitação da realidade social e aceita pelos diversos sujeitos sociais.

6. PATRIMÔNIO CULTURAL E PATRIMÔNIO INDUSTRIAL

O patrimônio cultural apresenta dentre as suas formas de expressão uma complexidade de representações e significados que, muitas vezes, não se encontram presentes no imaginário das pessoas. Entretanto, de alguma maneira, fazem parte da identidade de pessoas, grupos, comunidades e podem ser percebidas no cotidiano. Uma das quais se encontra esquecida, e porque não negligenciada, pela sociedade a partir de suas diversas formas de representação, compreende o patrimônio industrial.

Nesse sentido, Castriota (2009) apresenta uma síntese acerca da construção e desenvolvimento do conceito, das políticas ocorridas no Brasil e exterior, bem como uma comparação entre elas, dos instrumentos existentes e adotados para as diversas tipologias de patrimônio e um conjunto dos principais documentos e legislações brasileiros pertinentes ao estudo do patrimônio cultural.

Há uma ampla discussão sobre a importância e relevância do tema, bem como sua expansão na contemporaneidade em três momentos distintos da obra. Primeiramente, quanto aos aspectos conceituais e epistemológicos acerca do patrimônio cultural tem-se a apresentação dos temas tradição e modernidade, bem como sua transformação relacional entre eles e as questões relativas à preservação e conservação do patrimônio. Em políticas e gestão, as alternativas construídas historicamente e ao longo da discussão do tema nos diferentes países e regiões são consideradas segundo pressupostos teóricos conceituais de alguns elementos, tais como valores, memória, lugar de memória, dentre outros.

A determinação das políticas de preservação desencadeia as trajetórias de preservação do patrimônio, suas intervenções e as formas de participação e integração dos diversos agentes sociais. A terceira e última parte do livro traz os principais instrumentos de gestão do patrimônio, bem como uma ampla discussão acerca do tema que envolve desde a epistemologia do conceito à preocupação com aspectos relacionados desde a conservação e preservação de paisagens culturais e meio ambiente à valorização e recuperação de acervos documentais.

Tem-se ainda, segundo um viés nas questões relativas ao desenvolvimento das cidades e sua urbanidade, discussões em torno do tema, patrimônio cultural, ligado ao

desenvolvimento urbano, sua necessidade de planejamento e relações com o meio ambiente. A busca por uma integração entre os temas e a necessidade de construção de um planejamento integrado leva às reflexões quanto à existência de interconexões entre memória, cultura, cidades e planejamento urbano.

Assim, ao se tomar o patrimônio cultural um tema global e central, o estudo do patrimônio industrial como tema específico e inserido no âmbito global faz referência ao que Murta e Albano (2002) determinam como um “interpretar o patrimônio: um exercício do olhar”, no qual são apresentados princípios e técnicas, estratégias de interpretação e suas possibilidades segundo uma multiplicidade de análises teóricas e estudos de caso cujos diversos fatores influenciam o “olhar para o patrimônio” e como interpretá-lo. Com um foco específico para o turismo e não menos importante, está proposta uma análise do patrimônio, seu entendimento e compreensão segundo diferentes atores sociais, sejam eles, comunidade, governo, órgãos preservacionistas, setores econômicos, área acadêmica e demais grupos sociais que envolvem e estão envolvidos com o patrimônio ora identificado.

As diferentes maneiras de perceber o patrimônio, identificá-lo e interpretá-lo torna-se o ponto central da obra que tem discussões teóricas abrangentes, São tratados os fatores tanto comportamentais como estruturais, sejam de entendimento e formação da cultura patrimonial e seus elementos de expressão à comercialização do produto patrimônio e as formas de sua apresentação. Ao final da obra tem-se a apresentação e discussão de alguns estudos de caso, específicos à região das Minas Gerais e sua comparação com casos escoceses em função da formação e conhecimento dos pesquisadores envolvidos.

Funari e Pelegrini (2006) apresentam a compreensão do patrimônio a partir de um conjunto de temas que se conformam segundo a problemática do patrimônio e os campos de conhecimento que os compõem. Tornam-se, assim, um importante conjunto de conhecimentos para a formação crítica pessoal e mesmo acadêmica cuja proposta está em ser construir uma leitura introdutória às questões relacionadas ao patrimônio desde a participação, entendimento e percepção segundo o indivíduo à sua importância social quanto à manutenção da memória e da história do lugar.

Os autores colocam ainda que as reflexões acerca de um contexto latino americano face aos conceitos de valorização, conservação e preservação do patrimônio, se apresentam necessárias para além de uma análise das políticas patrimoniais no Brasil e a percepção mundial do tema segundo o complexo contexto atribuído à área e sua percepção pela sociedade. A densidade de reflexões leva a proposição para um pensar acerca da gestão do patrimônio cultural, seus desafios e variáveis influenciadoras.

Complementarmente, Funari *et al*/(2005) apresentam discussões em torno do tema patrimonial cujas questões envolvem o ponto de vista da arqueologia. Dentre os diversos fatores relativos à valorização e reconhecimento do patrimônio arqueológico, cuja extrapolação pode vincular as ideias ao patrimônio industrial, seguindo certas especificidades e adaptações, pode-se extrair aqueles fatores de influencia que encontram-se atribuídos e estendidos a outras tipologias de patrimônio. Para além de uma definição a partir dos discursos construídos e identidades apropriadas às estruturas dominantes de um contexto de patrimônio, tem-se por paralelo a igual influencia do poder das linguagens específicas a cada grupo, em particular aqueles que se veem determinados em suas estruturas, na maior parte, mas que apresentam capacidade de construir argumentos que validem sua valorização.

Dentre as problematizações tem-se a avaliação crítica a partir de uma abordagem centrada em sentido e contexto para o uso de fontes históricas e arqueológicas em que se observa a natureza subjetiva da evidencia histórica e a importância do papel ativo dos textos na construção de identidades do passado. As relações existentes entre as tradições materiais e literárias e a construção da realidade social permitem identificar as diferenças qualitativas entre a representação da etnicidade na literatura e outras formas de inscrição e aquelas incorporadas segundo as práticas culturais para o registro arqueológico.

Assim, uma consideração sobre o campo da arqueologia segundo a práxis social das identidades, ou seja, uma análise da organização espacial, dos modos de produção, dos estilos arquitetônicos etc. que relacionam os sistemas discursivos e valores e modos de prática e o *habitus*, que caracterizam contextos históricos particulares. A identificação de conjunções entre os estudos de arqueologia e patrimônio cultural e compreende uma fusão de ideias apresentadas e compilados a partir de trabalhos anteriores. A visão global e multifacetada do

patrimônio arqueológico está definida em suas mais diversas formas de manifestação, sendo representada por diferentes grupos, desde uma abordagem elitista e exclusivista à abordagem democrática e ampla. Com exemplos de diferentes culturas, pode-se observar a importância de cada tipologia arqueológica, incluindo-se a arqueologia industrial, como forma de manifestação da cultura e definição de um patrimônio cultural e social. (Funari, 2007)

Uma ampliação das discussões acerca do patrimônio cultural, para além do arqueológico, apresentada por Chuva e Nogueira (2012), compreende a valorização, preservação e conservação do patrimônio cultural, histórico e artístico no Brasil a partir da ideia multifacetada de compreensões do conceito e suas possíveis análises segundo o campo de conhecimento e a variedade de pensamentos. Dessa maneira, as análises do conceito de patrimônio abarcam desde questões historiográficas de construção do conceito e ao conjunto de elementos representativos da cultura nacional e sua definição (ou falta) sob perspectivas políticas, econômicas, sociais, culturais e outros campos do saber que determinam o reconhecimento (ou não) do patrimônio como fonte de cultura.

Desenvolve-se, assim, problemáticas acerca de temas específicos cuja relação se estabelece a partir de três temáticas centrais: patrimônio cultural e perspectivas historiográficas; perspectivas políticas de preservação cultural, instrumentos e representações; gestão do patrimônio cultural, inventários e educação. Para cada um deles são propostas oito temáticas que buscam relacionar diferentes abordagens e construir um conjunto de ideias que permita refletir acerca da visão de patrimônio cultural por diferentes grupos sociais. Para as duas primeiras temáticas tem-se uma mescla de propostas teóricas e práticas que culminam na terceira parte com estudos de casos de patrimônio cultural de diferentes tipologias e regiões brasileiras.

Com isso, pode-se construir um *corpus* cuja confluência de temas se apresente em elementos como trabalho, patrimônio e memória. Abreu e Chagas (2003) reúne e discute propostas e reflexões acerca da abrangência do campo patrimônio e suas relações com a memória segundo quatro grandes campos de estudo: patrimônio, natureza e cultura; memórias e narrativas nacionais e urbanas; memória e etnicidade; e memória e reflexividade.

Tem-se, dessa maneira, uma discussão centrada no conceito de patrimônio, sua abrangência e complexificação frente aos diferentes tipos e formas de manifestação, desde a materialidade à imaterialidade, da objetividade à subjetividade, da pessoalidade à coletividade. A proposta busca definir o indivíduo como parte principal do processo, sendo sua imaterialidade e intangibilidade essenciais à memória e à formação de um senso comum acerca dos objetos a serem patrimonializados.

Em complementação, propõe-se a formação de uma cultura nacional a partir quais se definem signos e significados que conformem uma identidade àqueles que percebem a organização como parte formadora do conceito e representação do patrimônio. A análise passa por propostas determinadas a partir de um jogo de palavras entre a memória política e a política da memória que igualmente podem ser definidas para o duo política e patrimônio. Assim, ao longo dos capítulos tem-se dentre as narrativas construídas aquelas relacionadas a variáveis como o urbano, o étnico, o temporal e outros conceitos que se fazem a partir de uma memória social e definem o patrimônio.

Com isso, surge uma perspectiva interdisciplinar cuja proposta se baseia em um debate em torno da ideia de memória social e identidade a partir da construção de uma linguagem própria. A capacidade de expressão da sociedade e, ao mesmo tempo, compreensão do seu entorno se define a partir das formas de entender a si mesmo e ao outro. A ideia de construção da memória a partir das práticas sociais e de valorização cultural de diferentes tipos de patrimônio encontram-se alicerçadas por elementos vinculados aos discursos e à linguagem que se apresentam disseminados. Dentre os elementos de influência estão fatores míticos, históricos, políticos etc. (Ferreira e Orrico, 2002).

Constroi-se, a partir dessas considerações, o debate em torno dos eixos temáticos que determinam o título da obra: linguagem e memória, linguagem e identidade. A partir deles são desenvolvidas as propostas de reflexão que buscam apresentar as diferentes abordagens acerca da linguagem tendo-se como referências a memória e a identidade.

Estas ideias estão contidas no trabalho de Burity (2002) o qual apresenta algumas reflexões acerca da cultura segundo um amplo espectro de possibilidades que passam por diversos campos das ciências humanas e sociais. Dentre as questões presentes na obra tem-

se aquelas relacionadas às amplas possibilidades de inter-relações entre a história, a cultura e o desenvolvimento humano, sejam elas construídas a partir de perspectivas amplas ou restritas, de um todo ou por grupos, de versos âmbitos (religiosos, políticos, históricos, econômicos, dentre outros) e um sem número de variáveis e fatores que determinam sua construção.

Uma mesma narrativa transdisciplinar das relações entre a formação das cidades e as diferentes variáveis que influenciam a sua construção é proposta por Barros (2007), cuja relação entre cidade e história se faz a partir de uma perspectiva multifocal em que se busca entender a cidade a partir de diferentes variáveis, sejam elas, a história, a comunidade, os fatores políticos, econômico e organizacional, bem como os diferentes fatores de formação e conformação urbana que lhe determinam uma dinâmica comportamental e social. Em função das diferentes percepções, de grupos e indivíduos, e suas interpretações, constrói-se um imaginário social que por vezes define e determina a realidade vivida.

Uma análise multifacetada da cidade em função de diversas componentes históricas que lhe moldam, sejam elas de natureza antropocêntrica ou geocêntricas, e determinam seus aspectos evolutivos como organização social. Os diferentes grupos e indivíduos que determinam a conformidade das cidades são apresentados por meio de um esquema geral de análise o qual se constitui em instrumento para a construção metodológica utilizada no trabalho. (Figura 4)

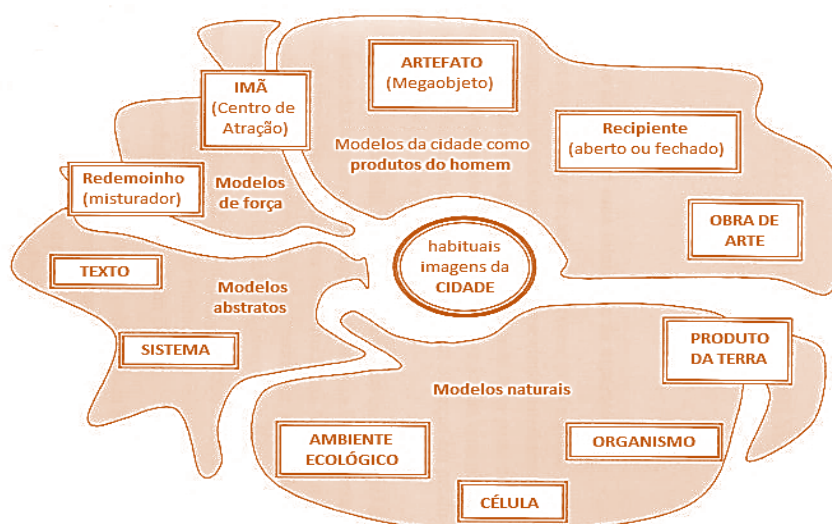


Figura 4 – Elementos da imagem urbana
 Fonte: Barros (2007), p. 47

Tais ideias apresentam possibilidades de relação entre cultura e história no trabalho de Matos (2002) com foco na observação das múltiplas faces percebidas entre a sociedade e os elementos formadores de sua cultura a partir das relações de trabalho. Há uma preocupação em abordar não somente as relações econômicas, como em igual importância, as relações sociais. As estruturas do trabalho e da cidade se encontram definidas (e se definem) a partir do cotidiano, das relações sociais, sejam elas no âmbito público ou privado, ou coletivo ou particular. Tem-se assim uma reconstrução dos diversos ambientes, empresarial e social, das diversas relações (trabalhistas e comunitárias) e seus desdobramentos segundo uma observação da intrínseca existente entre elas e a influência compartilhada na definição de comportamentos, valores e demais elementos sociais.

De maneira mais específica, Gonçalves (2000), apresenta as relações construídas e as diferenciações segundo a variável temporal. Estabelecem-se os elementos diferenciadores entre as organizações familiares e demais empreendimentos, além das variáveis determinantes ao desenvolvimento das organizações segundo as relações empresariais. Percebem-se algumas variáveis que, segundo suas especificidades, se encontram presentes em um sem número de empresas brasileiras que iniciaram seu processo produtivo a partir das relações pessoais anteriormente ao negócio e se perpetuaram nos anos seguintes da organização. Os elementos formadores da cultura empresarial e especialmente das relações entre empresa-sociedade estão contidos de forma geral na análise a qual define tempos diferentes para a construção das variáveis estratégicas de gestão. Há uma transformação das relações em que aquelas de maior proximidade social são invariavelmente substituídas por variáveis de contexto econômico-financeiro com uma recorrente desvalorização do contexto social e cultural.

Para a temática do patrimônio industrial e suas múltiplas manifestações na vida cultural das cidades e no contexto urbano busca-se trabalhos interdisciplinares de diversos campos – da história, da arquitetura, da antropologia, da sociologia e outras – que integram os conceitos utilizados e trazem à discussão o caráter de unicidade e integração das áreas do conhecimento.

Batalha *et al.* (2004) amplia a visão da percepção de integração e divisão do mundo social e suas relações quando propõe um olhar que traz diferentes e importantes visões sobre

a vida operária dentro das fábricas e para além delas, no cotidiano e na vida social das pessoas. Há uma preocupação para se observar diferentes abordagens do fenômeno homem-sociedade-empresa e as relações estabelecidas entre indivíduo-grupo as quais compreendem desde uma perspectiva conceitual e historiográfica, a questões relacionadas às sociabilidades e identidades, passando pelas culturas de ofício, as relações de gênero, e suas influências no mundo da fábrica e suas políticas, assim como as migrações, as relações étnicas e a cultura fabril.

Percebe-se dentre as diversas perspectivas, que temas como a formação da classe trabalhadora, as formas de convivência e o associativismo ocorrem seja por identidade junto àqueles que possuem mesma origem social e territorial, seja por questões étnicas, políticas e religiosas ou outras formas de vínculo identificadas. Tem-se que o aprofundamento das relações laborais que estão para além das questões capitalistas e de ofício. Muitas vezes desconsideradas, as questões sociais e culturais são determinantes para a formação da classe operária e suas relações extramuros das organizações, além de compreenderem todo um conjunto de elementos que determinam o contexto social e levam à conformação das condições de trabalho e de sociabilidade.

6.1. PATRIMÔNIO CULTURAL – COMPLEXIFICAÇÃO E DIVERSIFICAÇÃO DO CONCEITO

Uma possível interpretação dos campos que abarcam os estudos de patrimônio cultural corresponde à interdependência entre os conceitos de história, memória e cultura e se constitui segundo a inter-relação de fatores da complexidade e interdisciplinaridade dos diferentes e atuais conceitos de patrimônio cultural.

“O Patrimônio Cultural estabelece com a sociedade um intrincado diálogo que percorre todos os níveis intelectuais de construção, desde a percepção de sua ingerência econômica na vida social, até os significados mais profundos relacionados à construção histórica e antropológica do viver em sociedade”²⁸.

²⁸ Froner, p. 285, 2001.

Com isso, tem-se dentre as formas de representação do patrimônio cultural aquelas relacionados aos processos de industrialização, percebidas como parte de uma cultura que determina e se influencia a partir de fatores sociais e não simplesmente os econômicos.

Assim, constrói-se uma identidade entre indivíduos, empresa e sociedade que se compõe de variáveis que envolvem trabalhadores, grupos laborais e Instituição, como referência aos elementos individuais, de família e sociais em que se mesclam a história e a memória, a cultura e o patrimônio.

Quanto ao reconhecimento dos órgãos preservacionistas, o conceito de patrimônio industrial constrói-se tardiamente pois ocorre apenas a partir da Carta de Nizhny Tagil, em 2003, ao final da Conferência Mundial do TICCIH (The International Committee for the Conservation of the Industrial Heritage), vinculado ao ICOMOS (International Council on Monuments and Sites).

Ela contém características que remetem às principais referências documentais relacionadas à preservação e à conservação (as Cartas de Atenas, Veneza, do Restauro, de Paris, de Amsterdam, dentre outras). A partir das diretrizes definidas no encontro define-se como temas relevantes para atuação aqueles relacionados ao “Patrimônio Industrial e Transformação Urbana” (*Industrial heritage and urban transformation*) e às “Áreas Produtivas e Paisagens Industriais” e (*Productive areas and industrial landscapes*).

Dessa maneira, o patrimônio industrial não deve ser percebido como uma relação restrita à existência de um patrimônio técnico e arquitetônico, que busca sua conservação e preservação. Envolve princípios de proteção, reutilização, museística etc. com vistas à orientação, planificação e organização da memória industrial a partir das atuações de profissionais (arquitetos, historiadores, conservadores, museólogos, turismólogos, profissionais técnicos – químicos, físicos, engenheiros – dentre outros), gestores públicos (órgãos de preservação, patrimônio e cultura) e privados (empresas e associações e fundações empresariais), demais órgãos (museus, centros de cultura e de memória etc.) e profissionais e indivíduos.

As possíveis áreas de atuação de cada um desses profissionais, tendo em vista a abrangência de seu conhecimento, determina ao patrimônio cultural industrial diversas representações segundo a sua valorização o que define sua característica interdisciplinar.

Com isso propõe-se reflexões acerca dos conceitos de patrimônio cultural e industrial, sejam reconhecidos ou preservados, desconhecidos ou esquecidos. Os diversos contextos em que se encontram as formas de representatividade desse patrimônio determinam uma atuação diferenciada das formas de manifestação dos grupos sociais envolvidos e suas relações com a memória e a história de indivíduos. Reafirma-se, então, que tal patrimônio compreende tanto um fator de desenvolvimento social e urbano como um elemento que determina e compõe uma identidade pessoal e social.

Percebe-se, assim, que o conceito de patrimônio cultural tem sido ampliado, sendo agregada ao conceito tradicional a patrimonialidade material e imaterial e pensadas a natureza e a diversidade como fatores preponderantes ao seu conteúdo. Tais fatores determinam, nos últimos anos, uma ampliação do conceito que engloba as ciências humanas, já tradicionalmente inscritas em suas definições, como as exatas (patrimônio tecnológico e material) e as da saúde e biológicas (patrimônio genético). Além das novas formas de ‘pensar’ o patrimônio emergem com maior intensidade o patrimônio imaterial e o patrimônio intangível (Abreu e Chagas, 2003).

O conceito de patrimônio cultural imaterial tem sido desenvolvido pelos órgãos brasileiros, em especial o IPHAN (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional), que privilegia as diferentes formas de manifestação do patrimônio cultural imaterial brasileiro o qual se compõe de uma diversificada gama de elementos patrimoniais, dentre eles o patrimônio industrial. Um dos instrumentos utilizados para avaliação e preservação, a Convenção para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial, de 17 de outubro de 2003, apresenta uma preocupação especial com o conhecimento transmitido de forma geracional que é promovido por diferentes grupos sociais que buscam uma interação contínua entre ambiente, natureza e história, a partir da identidade e contribuem para a promoção e respeito à diversidade cultural e à criatividade humana. (IPHAN, 2006, s/d).

Exemplos desta preocupação consistem no tombamento do Ofício das Paneleiras de Goiabeiras, no Espírito Santo ou os remanescentes da Real Fábrica de Ferro São João de Ipanema (Iperó, SP) que se apresentam como ‘casos isolados’ no que se refere à preservação do patrimônio industrial – material ou imaterial – no Brasil, pois uma preocupação com o patrimônio imaterial e urbano atrelado ao patrimônio industrial tem tido pouca atenção.

Alguns casos podem ser apresentados segundo iniciativas isoladas, públicas ou privadas, em que se tem uma concentração na preocupação com o patrimônio histórico e industrial. Entretanto, em muitos casos, a questão centra-se nos elementos materiais e não se ressalta a importância do estudo das variáveis humanas e sociais implicadas no processo de construção da história industrial.

Como exemplo, podem ser citados os casos enumerados pelo Grupo de Estudos de História da Técnica da Universidade de Campinas – SP (GEHT/UNICAMP²⁹) que ressalta raras iniciativas oficiais no Brasil, com os instrumentos de tombamento e conservação:

- Caixa d’água (Pelotas – RS);
- Casas de benefício de chá e mate (Mogi das Cruzes – SP e Campo Largo – PR);
- Complexo rural (São José do Barreiro – SP);
- Diques (Quixadá – CE e Iperó – SP);
- Fábricas (Alcântara – MA, Campinas, Itu – SP, Jacareí – SP, João Pessoa – PB e Lençóis Paulista – SP);
- Hangar (Rio de Janeiro – RJ);
- Engenhos (Americana – SP, Campinas – SP, Ilhabela – SP, Piracicaba – SP, Santos – SP, São Sebastião – SP e São Paulo – SP);
- Instalações e complexos ferroviários (Campinas – SP, Cruzeiro – SP, Piracicaba – SP, São João do Rei – MG e Santo André – SP);
- Matadouro (Piracicaba – SP e São Paulo – SP);
- Pedreira (Itu – SP);
- Registro de pedágio (Piracicaba – SP);

²⁹ O Grupo de Estudos de História da Técnica – GEHT (Centro de Memória – CMU, da Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP, Estado de São Paulo, Brasil) tem como preocupação central a conservação dos bens culturais, designados por “construções e instalações utilitárias”, ligados aos ofícios, às profissões e às indústrias.

- Siderúrgicas (Iperó – SP e Ouro Preto – MG);
- Silo (Campinas);
- Usina hidroelétrica (Rio Claro – SP) (GEHT, 1998)

Estes exemplos poderiam ser mais numerosos e significarem uma preocupação com a memória e preservação do patrimônio cultural industrial se se desenvolvessem com maior intensidade programas e pesquisas que focassem o modelo de estudo histórico-cultural industrial.

Assim, a ampliação de fatores identificados e valorizados de patrimônio cultural multifacetado compreendem, para Castriota (2009), um entendimento do conceito que parte de uma desconstrução e reconstrução dos parâmetros até então utilizados e da necessidade em desenvolver novos olhares para sua abrangência. A inclusão de aspectos que envolvam a identidade e a identificação dos grupos sociais às questões patrimoniais requer uma avaliação de fatores como tradição, costumes e mudanças sociais. A interferência destes fatores à percepção e entendimento da memória e história dos lugares se relaciona às características da própria comunidade analisada em que se inserem e que os delimita, assim como há a delimitação de uma identidade social própria do lugar.

Além desses fatores, as diferentes relações com o tempo e o espaço determinam as diferentes percepções entre as tradições existentes e sua importância para a construção das diversas identidades – individuais e coletivas. Os novos modelos patrimoniais e culturais redefinem essas identidades e levam a uma identificação que tende a contribuir para uma nova relação entre passado-presente-futuro, entre memória-história e entre indivíduo-coletividade.

A inclusão de parâmetros ‘novos’ ao conceito de patrimônio tem procurado aproximar ainda mais os temas correlacionados e considerados essenciais à memória e à história de lugares e grupos sociais. Algumas questões como a monumentalidade, a particularidade e a identidade têm sido redefinidas ou reconstruídas segundo o entendimento de diversos grupos, envolvidos direta ou indiretamente, que se consideram responsáveis pela preservação e conservação de determinado patrimônio, mas principalmente por sua memória e identidade, seja individual ou coletiva. Com tais referências reconstruídas, as oportunidades para se discutir

e incluir o patrimônio industrial dentre aqueles considerados como patrimônios culturais tem permitido amplas discussões (Chuva e Nogueira, 2012)

A preocupação com o patrimônio imaterial e urbano atrelado ao patrimônio industrial pode igualmente ser observada em alguns casos que se apresentam a partir de iniciativas públicas ou privadas e tem permitido uma crescente preocupação com o patrimônio histórico e industrial, como por exemplo, iniciativas para tombamento e conservação de exemplos materiais (caixas d'água, fábricas, engenhos, instalações e complexos indústrias, usinas, dentre outros) e registros de saber e fazer (Paneleiras de Goiabeiras, Sineiros de Minas, Artesãos do Queijo Canastra etc.).

Enfim, a compreensão do patrimônio cultural contemporâneo exige uma análise de um conjunto de temas que se compõem a partir de formação crítica pessoal, social e acadêmica. A necessidade de participação de diversos grupos sociais e de um entendimento holístico da abrangência leva a uma percepção segundo a qual o indivíduo compreende o elemento central de valorização e preservação do patrimônio (Funari e Pelegrini, 2006; Funari, 2007).

A importância social da memória (individual e coletiva) e da história (pessoal e social) define reflexões quanto ao contexto e valorização, conservação e preservação do patrimônio. Uma análise das políticas adotadas, dos conceitos utilizados e das formas de apropriação do conjunto patrimonial varia conforme o tempo e o espaço. No Brasil, tal percepção tem-se modificado e alinhado à percepção mundial em que se adota um complexo contexto para a área e consequentemente a percepção desse patrimônio pela sociedade, seja ela local, regional, nacional ou internacional.

6.2. O PATRIMÔNIO E A ARQUEOLOGIA INDUSTRIAL

As ideias relacionadas aos elementos industriais a partir da óptica patrimonial e como evidências de uma cultura não se apresentavam manifestadas até o final do século XVIII, seja para objetos mecânicos, planos industriais, documentos etc. Como referência, pode-se tomar a criação, em 1794 do Conservatório de Arts et Métiers, como o primeiro museu técnico do

mundo. Até então, os edifícios industriais (e seu entorno) não foram objeto de interesse patrimonial até meados do século XIX.

As origens do conceito de patrimônio industrial remontam aos anos 1950, quando o termo arqueologia industrial foi popularizado por Michel Rix, apesar de suas origens se apresentarem desde meados do século XIX, fazendo dela, à época, uma nova disciplina para pesquisadores e educadores em relação aos restos e remanescentes do passado das atividades industriais, memórias das pessoas, das técnicas e da tecnologia. Anteriormente, as referências à expressão vinculavam-se à necessidade de identificação, preservação e conservação do patrimônio industrial britânico a partir das estruturas, artefatos e lugares que poderiam identificar o passado econômico e as atividades sociais a ele relacionadas (Minchinton, 1983, Palmer e Neaverson, 1998; Ramos, 2017).

O termo foi aceito somente na década de 60 do século XX como área específica de estudos em que a preocupação central não se delimitava tão somente ao patrimônio material, mas às reminiscências das sociedades, a considerar os parâmetros sociais e culturais que definiam a sociedade industrial.

“De fato, o interesse pelo estudo e salvaguarda do patrimônio industrial surgiu no Reino Unido durante a década de 50, coincidindo com aquilo que foi classificado como uma vaga de nostalgia pelas tradições industriais britânicas, agravada pelas destruições massivas provocadas pelos bombardeamentos durante a II Guerra Mundial, cujos alvos estratégicos eram muitas vezes as unidades industriais. Às destruições resultantes dos bombardeamentos seguiram-se as demolições de instalações industriais obsoletas, resultantes da reconversão industrial e urbanística, num fenômeno que se prolongou até os primeiros anos da década de 60”³⁰.

Convém, então, ressaltar que ao final dos anos 1960 se diferenciam os conceitos de arqueologia industrial e patrimônio industrial os quais estão apresentados, por exemplo, no primeiro livro e primeiro periódico publicados por Kenneth Hudson em 1963, nos quais ainda se cita a Mr. Donald Dudley, professor de latim da Universidade de Birmingham, que utilizava a expressão 'arqueologia industrial' em suas palestras (Hudson, 1965, 1979; Trinder, 1992).

³⁰ Lopes Cordeiro, p. 155, 2011.

Para Cordeiro (1986), essa diferenciação se acentua nos anos 1970 com o surgimento do conceito específico de patrimônio industrial o qual abarcava temas interdisciplinares, tais como, a arquitetura fabril, a documentação empresarial, os produtos industriais, a história oral, dentre outros. Essa pluralidade adquirida pelo conceito se faz paralela à própria compreensão do conceito de patrimônio cultural, que tem por especificidade, para o patrimônio industrial, a correlação entre os testemunhos patrimoniais às atividades industriais das sociedades desenvolvidas.

Entretanto, somente em 2003, através da Carta de Nizhny, o TICCIH (The International Committee for the Conservation of the Industrial Heritage) apresenta os conceitos de patrimônio industrial e arqueologia industrial os quais abarcavam o seguinte conteúdo:

“O **patrimônio industrial** compreende os vestígios da cultura industrial que possuem valor histórico, tecnológico, social, arquitetônico ou científico. Estes vestígios englobam edifícios e maquinaria, oficinas, fábricas, minas e locais de tratamento e de refino, entrepostos e armazéns, centros de produção, transmissão e utilização de energia, meios de transporte e todas as suas estruturas e infraestruturas, assim como os locais onde se desenvolveram atividades sociais relacionadas com a indústria, tais como habitações, locais de culto ou de educação.

A **arqueologia industrial** é um método interdisciplinar que estuda todos os vestígios, materiais e imateriais, os documentos, os artefatos, a estratigrafia e as estruturas, os assentamentos humanos e as paisagens naturais e urbanas, criadas para ou pelos processos industriais. A arqueologia industrial utiliza os métodos de investigação e pesquisa mais adequados para aumentar a compreensão do passado e do presente industrial”³¹.

O que se estabelece no documento, a Carta de Nizhny Tagil, é compatível com as ideias apresentadas por Hudson (1965) nas quais o conceito de patrimônio industrial ainda se encontra em construção, pois se baseia, principalmente, em possibilidades interdisciplinares que, muitas vezes, conduziriam a polêmicas e debates. O desenvolvimento da disciplina pode ser considerado a partir da síntese de estudos e pesquisas que tem como ponto de partida os vestígios materiais e imateriais das organizações produtivas a partir de meados do século XVIII. Entretanto, para parte dos especialistas, principalmente arqueológicos e historiadores, deve-se considerar uma corrente que considera empreendimentos produtivos ou mesmo a fabricação

³¹ Carta de Nizhny Tagil, TICCIH, 2003.

de instrumentos, equipamentos e produtos desde o período anterior, mesmo o denominado de protoindustrialização.

Como análise cronológica da evolução do campo teórico e sua estruturação, desde suas primeiras manifestações formais à primeira década do século XXI, tem-se a figura 5 a seguir que apresenta o reconhecimento de sua importância para o âmbito cultural, pela criação do Comitê Internacional para a Preservação do Patrimônio Industrial (The International Committee for the Conservation of the Industrial Heritage - TICCIH) e sua inserção como um comitê científico especialista na preservação do patrimônio industrial no ICOMOS (International Council on Monuments and Sites), órgão vinculado à UNESCO (United Nations Organization for Education, Science and Culture).

1896	1950's	1955	1963	1992	1998
ARTIGO	AULAS	ARTIGO	LIVRO	LIVRO	LIVRO
"Arqueologia Industrial Portuguesa: Os Moinhos", de Francisco de Souza Viterbo, publicado em "O Arqueólogo Português", Vol. II, n.º 8-9.	O termo "arqueologia industrial" meio acadêmico: Mr. Donald Dudley, director of the Extra-Mural Department of the University of Birmingham.	"The Amateur Historian", by Michael Rix, (teaching with the Workers Educational Association) at Birmingham University	"Industrial archaeology: an introduction". Author, Kenneth Hudson. Publisher, J. Baker, 1963. Original from, the University of Michigan.	"The blackwell encyclopaedia of industrial archaeology". Barrie Trinder, Londres, Blackwell.	"Industrial archaeology: principles and practice". Marilyn Palmer; Peter Neaverson. Londres: Routledge.

1968	1973	1978	1997	2003	2004	2011
International Committee for the History of Technology (ICOHTEC)	Association for Industrial Archaeology (AIA) / I Conferência Internacional para a Conservação do Patrimônio Industrial	The International Committee for the Conservation of the Industrial Heritage (TICCIH)	Associação Portuguesa para a Patrimônio Industrial (APPI)	Carta de Nizhny Tagil – Princípios do Patrimônio Industrial (TICCIH)	Comitê Brasileiro para a Preservação do Patrimônio Industrial (TICCIH-Brasil)	Principles de Dublin – Principles for the Conservation of Industrial Heritage Sites, Structures, Areas and Landscapes (ICOMOS/ TICCIH)

Figura 5 – Cronologia – Arqueologia Industrial e Patrimônio Industrial

Fonte: Elaborado pelo Autor, 2016.

Estes conceitos estão compartilhados por Castillo (1994) que apresenta a arqueologia industrial como estudos do passado das indústrias e dos diversos processos industriais a partir dos restos físicos da atividade produtiva com o objetivo de uma reconstrução deles. O registro destes processos permite definir as etapas de vida das empresas, segundo os

vestígios estudadas e as informações obtidas junto às fontes escritas, materiais e humanas que proporcionam uma reconstrução do processo industrial pré-existente.

Os movimentos de construção dos conceitos e o campo da arqueologia industrial encontram-se intimamente ligados aos processos de preservação e conservação, inventário, documentação, investigação e valorização do patrimônio industrial. Além destas maneiras, se tem o fomento ao ensino destes aspectos como um objetivo a despertar as pessoas as organizações para a importância e revalorização do patrimônio industrial, suas implicações nos processos de vida do homem e de sua importância para a construção do atual estado da sociedade (Dorel-Ferré, 1995; Bergeron e Dorel-Ferré, 1996).

A (re)construção da memória industrial, a partir de sua importância percebida por empresas, órgãos de governo e sociedade, permite trazer ao presente a história de organizações produtivas e seus processos. A descoberta das relações entre empresa e sociedade permite o resgate de práticas do passado que compõem em parte a vida de diferentes gerações de pessoas e representam a vida social das comunidades integradas aos fatores de produção. Ao recordar os elementos sociais gerados pelas empresas, é possível (re)vivenciar experiências individuais e coletivas de grupos de populações industriais (Alfrey e Putnam, 1992).

Com isso, estas atividades passam a representar situações de trabalho e contextos socioeconômicos nos quais se desenvolveram as atividades organizacionais, sejam produtivas ou sociais, e permitem recuperar a memória histórica por meio da contextualização das práticas de gestão, os métodos de valorização e, mesmo, de exploração do trabalho. Seus tipos de desenvolvimento ou de expressão das atividades empresariais são extremamente variáveis e o equilíbrio entre empresa-sociedade se encontra em conformidade com as possibilidades, garantias e condições locais, principalmente, aqueles relacionados aos contextos sócio-políticos, econômicos e culturais.

Para Castillo *et al* (1999), o conhecimento inédito e sistemático da zona de estudo que possibilita o desenvolvimento da arqueologia industrial abre novas vias de pesquisa e oferece critérios e sugestões à hora de (re)construir atuações de recuperação e (re)utilização do patrimônio, não somente econômicas e industrial, como sócio-culturais.

A importância da arqueologia industrial surge, assim, segundo um momento em que a sociedade pós-industrial, ou da informação, passa por mudanças que determinam novos paradigmas de estudo dominados pela automatização, pela importância central dada aos processos informacionais. Define uma nova era “neoindustrial” na qual é necessário ter presente o passado mais próximo para compreender melhor o futuro e conformar com isso a imagem e a personalidade do lugar em que se vive (García, 1992).

Uma estreita relação entre a sociedade pós-industrial, nominada por Bell (1974), e a arqueologia industrial se deve, em parte, às características de uma sociedade estruturada a partir da segunda metade do século XX em que se tem processos de desindustrialização dos grandes centros desenvolvidos que passam a ter como áreas de crescimento o segundo setor (serviços) e o terceiro setor (responsabilidade social) em detrimento ao primeiro setor (industrial).

O deslocamento do setor primário industrial para centros periféricos e deslocados geograficamente dos Estados Unidos da América e Europa determinam, geralmente, uma transformação socioeconômica que se baseia na disseminação da informação e na informatização (virtualização) dos sistemas.

Essa diferenciação entre a sociedade industrial e a pós-industrial (ou neo-industrial ou da informação) está posta por um processo de mundialização das relações organizacionais em que há uma necessidade crescente de acesso à informação. A transformação do conhecimento em novas tecnologias – de gestão, de processo e de produtos e serviços – se adequa às demandas específicas de cada mercado, quer sejam locais, regionais ou globais e exige uma certa relação de sincronia entre empresas, mercado e sociedade cujas demandas e necessidades se complementam e se desenvolvem.

Entretanto, percebe-se que estas novas tecnologias não significam potencialmente revoluções produtivas e organizacionais a serem impostas ou implementadas, pois se atrelam a condicionantes organizacionais e mercadológicas internas e externas, que estão complementadas por restrições e determinações dos diferentes sistemas sócio-econômico-político-culturais em que se inserem.

Dessa maneira, nesta sociedade complexa, em que se tem nichos de pré-industrialização, industrialização e desindustrialização, se inserem os conceitos de arqueologia industrial superam aqueles percebidos pela maioria das pessoas, de uma ciência que possui uma conceituação caracterizada por uma metodologia específica, centrada nos problemas históricos ou sociedades industrializadas. Para Lloret (1995) não se pode constituir um conceito único para uma arqueologia genérica, e sim, deve-se desenvolver várias articulações que dêem conta dos temas englobados pelo termo e que têm como propósito o desenvolvimento do próprio conceito.

A arqueologia industrial encontra-se, então, imbricada ao desenvolvimento das sociedades capitalistas ou industriais em que constituem as atividades caracterizadoras de uma nova estrutura econômica das sociedades contemporâneas. Complementando, a perspectiva de conceitualização do campo de atuação da arqueologia industrial tem na análise de Soler (1992) sua centralidade na idéia de uma construção fatorial dos conhecimentos aplicada aos fatores de produção em direção a uma orientação mais social. Ela se compõe de empresários e de funcionários protagonistas dos processos de produção ou de técnicos administrativos e de gestão.

Assim, o campo de atuação do pesquisador sócio-histórico envolve a figura personificada do gestor ou administrador empresarial o qual esteja relacionado aos processos de industriais e sua (re)construção histórica, para além da utilização de métodos e técnicas de arqueologia aplicados aos vestígios materiais das sociedades industriais. A instrumentalização do processo arqueológico deve comportar diferentes campos que incluem desde a construção da memória dos meios de produção (patrimônio imaterial) centrados no patrimônio industrial até as manifestações da cultura material (patrimônio material) das sociedades industriais (Lloret, 1995).

Segundo García (1992), as transformações provocadas pela inserção de empresas e/ou indústrias em um dado momento da vida social de um determinado espaço ou lugar, além de suas características, tendem a transformá-las ou modificá-las de alguma forma. As mudanças estruturais das organizações são elementos de transformação de uma instalação industrial, seja a respeito da história do trabalho ou das técnicas adotadas em um certo espaço

de tempo. O estudo dos impactos sociais da indústria em um determinado lugar pode ser determinante para a construção de uma história social que envolva desde a busca da harmonia até a da contradição quanto aos espaços pré-existentes.

A busca pela integração das diversas ciências envolvidas nos processos de desenvolvimento da arqueologia industrial tem por objetivo ou interesse a congruência entre os aspectos técnicos e estruturais do patrimônio industrial e as diferentes formas de integrá-lo melhor ao conjunto da cultura, da atividade econômica e da vida local. Com isso, pode-se observar que o contexto em que se encontra a arqueologia industrial apresenta-se amplo e tem como princípio a abordagem da história industrial e econômica do modelo de sociedade moderna. Tal fato ocorre a partir dos registros escritos ou do conjunto de estruturas desenvolvidos através dos últimos dois séculos. Inclui, também, o estudo das características sócio-ambientais que permitam um olhar crítico ao desenvolvimento e às influências das empresas segundo o entorno que elas abarcam.

Uma estrutura proposta por Soler (1992) delinea as diferenças existentes entre os campos de desenvolvimento da arqueologia industrial e a construção destas diferenças em relação ao patrimônio industrial, além de apresentar as relações com diversos campos de conhecimento. Pode-se observar que o patrimônio industrial se constitui em uma das fontes de análise da arqueologia industrial, sendo que esta última tem como métodos e disciplinas adotados para seu desenvolvimento, a história, a antropologia, a arqueologia, a geografia, as ciências sociais aplicadas, dentre outras. (Figura 6).

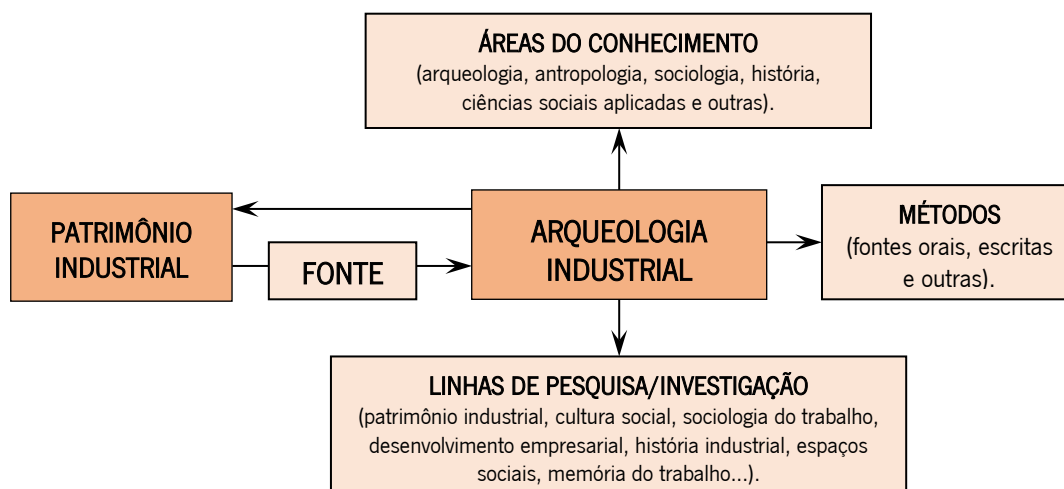


Figura 6 – As Dimensões da Arqueologia Industrial
Fonte: Adaptado a partir de Soler, 1992)

Entende-se, a partir do delineamento do campo da arqueologia industrial que a sua construção e delimitação estão interligadas aos processos de promoção e conservação das mais diversas formas de inventariança e documentação. A existência de instrumentos documentais e registros das mais diversas formas de manifestação do patrimônio cultural permitem uma aplicação ao patrimônio industrial de maneira própria e particular. A manutenção e preservação da memória e da história se fazem por meio da conservação de registros escritos e iconográficos, imagens e símbolos que, se não existentes, reafirmam as possibilidades de desaparecimento do patrimônio e conseqüentemente da própria memória individual, institucional e social (Oliveira, 2008).

Assim, pode-se diferenciar os conceitos de patrimônio industrial – mais concentrado nas atividades de conservação do patrimônio – e de arqueologia industrial que contem o primeiro e o utiliza como fonte de pesquisa e *constructo* para uma planificação, orientação, organização e salvaguarda dos conteúdos históricos das indústrias e demais organizações. O patrimônio industrial se refere à existência de um patrimônio técnico e arquitetônico, que busca sua conservação em um sentido mais amplo do termo. Este envolve princípios de proteção, reutilização, museística, etc. com vistas a uma orientação, planificação e organização da memória industrial a partir das atuações de órgãos gestores administrativos dos restos industriais ou de particulares responsáveis por ele (Soler, 1992).

A arqueologia industrial, preliminarmente pode ser entendida a partir de uma perspectiva metodológica em que se tem como estratégia de investigação, a escavação arqueológica. Assim, se tem sua análise realizada a partir do contexto geral em que se encontram os conjuntos ou elementos patrimoniais e não uma visão particularizada e isolada de suas características sem a devida contextualização. A escavação arqueológica permite conhecer o contexto em que se encontra o objeto estudado e considera seus significados sob diferentes perspectivas, sejam elas locais, regionais ou globais. Permite ainda considerar diversos aspectos, desde aqueles considerados materiais, como tecnológicos e materiais, aos conteúdos imateriais presentes, segundo os significados humano, econômico e simbólicos existentes nos vestígios (Palmer, 1993).

Tem-se ainda, outras formas de reconhecimento da memória industrial, seja através, e a partir, do conceito de patrimônio ou segundo outras perspectivas de se percebê-lo. Uma perspectiva de análise envolve a interpretação dos processos e estrutura industriais, sejam eles internos ou externos à mesma, ou a proteção e uso dos “restos” do processo da industrialização. Uma das principais finalidades consiste em inventariar e analisar as estruturas e os arquivos oficiais das sociedades industriais. A busca pelos vestígios industriais traspassa as análises de registro material, do trabalho e das relações sociais. Envolve desde as matérias primas aos meios de produção e os meios de vida ou consumo. Busca-se com um olhar histórico-cultural envolver traços de uma estrutura administrativa, econômica e política que contêm, também, uma dimensão humana no fenômeno global da industrialização (Burke, 2005; Soto, 2000; Soto *et al*, 2002).

A arqueologia industrial incorpora uma transdisciplinaridade à estrutura e aos estudos das organizações (e particularmente às indústrias), pois incorpora a noção de patrimônio industrial como uma das formas de interpretação dos locais de trabalho em que se encontram imbricados de valores históricos, econômicos, sociológicos, empresariais, sociais etc. Ela possibilita uma conjunção das diversas ciências naturais e propõe um repensar dos processos históricos da modernidade industrial e capitalista a partir da cultura material, da história do trabalho e das empresas, sob perspectivas integradas à sociologia industrial, à geografia das ocupações, à construção social dos espaços de trabalho e de vida, à recuperação dos entornos produtivos, ao desenvolvimento local, à memória do trabalho, à conservação, ao turismo, à museística, dentre diversos outros campos e aspectos interdisciplinares.

As preocupações históricas e sociais da arqueologia industrial apresentam confluências que direcionam para uma interdisciplinaridade entre as ciências humanas e sociais aplicadas. A inserção cultural e sócio-econômica tem um particular significado a partir das interpretações das influências exercidas pelos atores sociais envolvidos, direta ou indiretamente nos processos industriais. Esta participação dos diversos atores organizacionais e sociais determina interpretações diferenciadas a partir das atividades por eles exercidas que os afeta e interfere nas decisões e resultados pessoais, organizacionais e sociais. Desde os processos de participação e internalização de propostas, àqueles definidos segundo as políticas empresariais e sociais de desenvolvimento há uma percepção, ou não, da invisibilidade dos

processos de afetação das pessoas quanto ao entorno da empresa e da sociedade que a engloba.

Definem-se, assim, dois eixos motores para os estudos relativos ao patrimônio e à arqueologia industrial os quais buscam a reconstituição do contexto material da atividade produtiva e o desvelar dos laços existentes entre os atores sociais implicados neste contexto, com uma busca das imbricações obtidas entre a fusão dos problemas e questões empresariais e sociais (foco histórico- sociológico-cultural); e, a avaliação e análise das influências dos processos industriais dentro e fora das empresas segundo a organização do trabalho e suas implicações com o entorno empresarial e industrial (foco econômico-financeiro-mercadológico), conforme apresentados na Figura 7 a seguir.

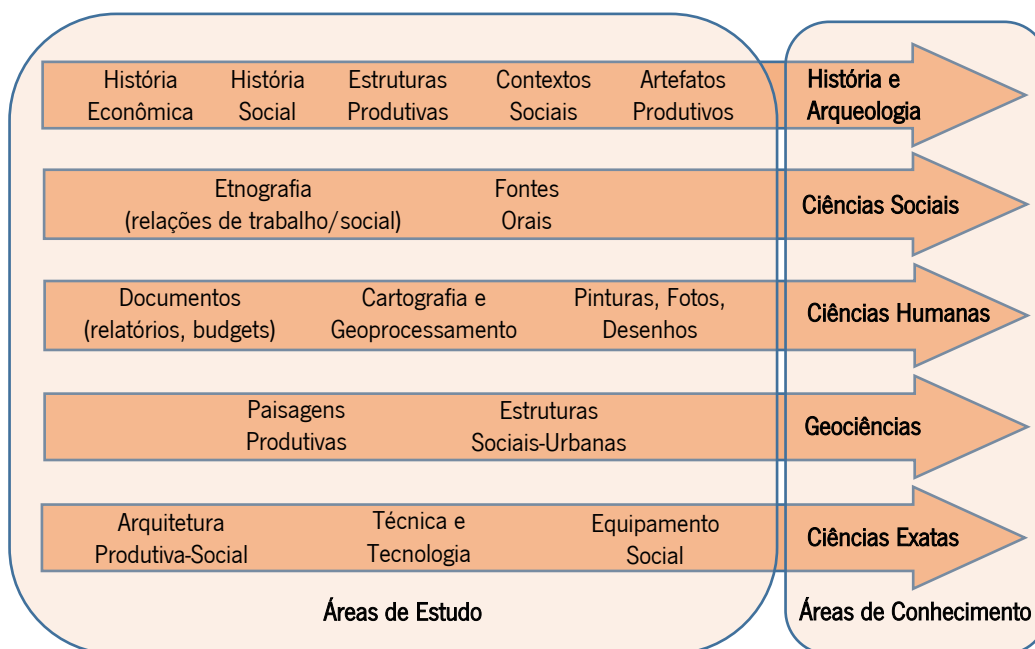


Figura 7 – Arqueologia Industrial – Áreas de Conhecimento e de Estudo

Fonte: Elaborado pelo Autor, 2016.

Estes conceitos e demais princípios apresentam-se relacionados àqueles definidos para o patrimônio industrial que estão reafirmados na 17^a Assembleia Geral do ICOMOS em novembro de 2011. Estabelecem-se, assim, os Princípios de Dublin que definem parâmetros para documentar e compreender as estruturas de patrimônio industrial, bem como os sítios, áreas e paisagens industriais, incluindo-se seus valores diversos que estão presentes em suas mais diferentes formas de manifestação.

“O estudo e documentação de edifícios e sítios do patrimônio industrial deve examinar a sua ordem histórica, tecnológica e sócio-econômica para estabelecer a conservação e a gestão de um conhecimento integrado fornecido por uma abordagem interdisciplinar através de programas de pesquisa e de ensino que identifiquem o significado dos sítios de patrimônio industrial e ou suas estruturas.

Esta metodologia deve priorizar uma contribuição à diversidade de fontes de estudos de *expertos* e de informação e pesquisas nos sítios, estudos históricos e arqueológicos, análise de material ou paisagem e a consulta dos registros públicos de empresas ou privados. O exame e conservação dos arquivos industriais, planos e amostras ou exemplos de produção devem ser incentivados e sua avaliação deve ser conduzida de maneira apropriada por especialistas no ramo da indústria a que estão associados. A participação dos cidadãos, comunidades e outras partes interessadas é uma parte integrante desta atividade”³².

Inclui-se uma proposição em assegurar proteção eficaz e preservação dos elementos de patrimônio industrial, sua conservação e manutenção, além de apresentar as dimensões e valores patrimoniais das estruturas industriais e seu entorno com o propósito de incentivar e fomentar a consciência pública e corporativa para apoio, formação profissional e pesquisa próprios à preservação do patrimônio industrial.

As diferentes maneiras para articular atores sociais e áreas do conhecimento determinam possibilidade para reescrever um passado (e mesmo presente, muitas vezes recente, mas esquecido), além de definir novas formas de se enxergar fronteiras e articulações que identifiquem uma linguagem própria e uma identidade e memória sociais muitas vezes significativas cujas questões inquietam estudiosos e apaixonados pela memória industrial e cultural (Ferreira e Orrico, 2002).

Pode-se afirmar que o patrimônio industrial possui características peculiares que lhe garantem certa particularidade quando destacado em relação ao patrimônio cultural. A natureza e a escala diferenciadas determinam uma característica única ao se tratar sua definição, identificação e identidade.

Para Ibañez (2002), a particularidade do patrimônio industrial, em alguns casos, requer uma preocupação que se expande para além das atividades econômicas e setoriais a

³² Princípios de Dublin. TICCIH/ICOMOS. Item I.4, 2011, p. 3-4.

ele específicas. Os elementos patrimoniais se encontram em um contexto mais amplo cuja imersão está definida por uma dimensão macro, em que se considera a paisagem cultural que define uma análise quanto as funções por ele exercida diante do contexto em que se encontra. A significância do patrimônio industrial se faz pela interação existente com o entorno em que se encontra e pela relação a partir do seu significado e da percepção e identificação dadas pelas componentes humanas e sociais em que se encontra integrado.

A classificação de edifícios ou seus aspectos arquitetônicos não permite abarcar as infinitas possibilidades de identificação do patrimônio industrial, uma vez que se pode considerar que todo o território de influência das organizações – sejam industriais, comerciais ou de serviços, sejam urbanas ou rurais – possui formas de expressão materiais e imateriais que remetem ao patrimônio industrial. Assim, deve-se considerar a expressão imaterial, como *savoir-faire*, e a evolução da técnica e da tecnologia que se baseiam em conhecimentos e se expressam de maneira não-material (Choay, 2001, 2011).

6.3. AS CARTAS PATRIMONIAIS E O PATRIMÔNIO INDUSTRIAL

O TICCIH (2002) apresenta como recomendação os seguintes pontos como essenciais ao desenvolvimento da arqueologia industrial:

“[...] promover a cooperação internacional na preservação, a conservação, a investigação, a documentação, a investigação e a apresentação de nossa herança industrial, e promover a educação nestas matérias. Isso inclui os restos físicos do passado industrial, tal como paisagens, de lugares, de estruturas, da planta, do equipamento, dos produtos e de outros acessórios e complementos, como sua documentação, consistindo no material verbal e gráfico, e os expedientes das memórias e das opiniões dos homens e das mulheres que estejam implicados”³³.

Nesse contexto, percebe-se que os fatores apresentados como foco da promoção da arqueologia industrial e do patrimônio industrial compreendem tanto questões materiais como imateriais, tanto móveis como imóveis.

³³ TICCIH, 2002.

Ao tomar por referência o patrimônio arqueológico pode-se considerar algumas relações com os princípios apresentados na Carta de Atenas ao observar, segundo Froner (2001), *“a proteção de sítios históricos e monumentos [...] acentuar questões da restauração como fator primordial à preservação [...] mencionar as atividades arqueológicas como integradas ao processo de preservação”* (p. 208). Essas questões estão pontudas, para o caso específico da arqueologia industrial na carta de Nizhny Tagil quando recomenda:

“A investigação arqueológica de espaços industriais históricos constitui uma técnica fundamental para o seu estudo. Ela deve ser realizada com o mesmo rigor científico e metodológico aplicados em outros períodos históricos ou culturais”³⁴.

“Os sítios ameaçados deverão ser identificados para que possam ser tomadas as medidas apropriadas para reduzir esse risco e facilitar eventuais projetos de restauro e de reutilização”³⁵.

Compreende ainda uma preocupação quanto à necessidade da integração de profissionais de maneira internacional com a finalidade de proporcionar a conservação dos sítios.

“A cooperação internacional constitui uma perspectiva particularmente apropriada para a conservação do patrimônio industrial, através de iniciativas coordenadas e compartilhamento de recursos. Deverão ser elaborados critérios compatíveis para relacionar inventários e bases de dados internacionais”³⁶.

Assim, pode-se relacionar a valorização e importância do patrimônio industrial a uma preocupação que encontra um paralelo às ideias existentes no documento, a *“Recommendation on International Principles Applicable to Archaeological Excavations”*, de 1956, em que se mostra a necessária

“[...] importância da preservação de monumentos e vestígios do passado; convencidos de que esses estudos promovem o entendimento entre as nações; considerando que os governos de cada país devem ser orientados por certos princípios já comprovados e que a partir da regulamentação das escavações de acordo com a jurisdição própria, os princípios básicos soberania podem

³⁴ Carta de Nizhny Tagil, TICCIH, item 3, § IV, p. 5, 2003.

³⁵ Carta de Nizhny Tagil, TICCIH, item 3, § VII, p. 5, 2003.

³⁶ Carta de Nizhny Tagil, TICCIH, item 3, § 10, p. 5, 2003.

conviver harmonicamente com a liberdade de entendimento e o livre intercâmbio internacional”³⁷.

Percebe-se, assim, uma preocupação com o estabelecimento de relações entre Estados determinada a preservar uma documentação e a conservar elementos materiais de um passado industrial que compõem uma importante parte para construção de uma teoria e prática da arqueologia industrial cuja preocupação central conforma-se à busca das relações sócio-histórico-econômicas (Bouchenaki, 1999).

Torró (1994) propõe um modelo de preservação e conservação do patrimônio industrial que haja uma inter-relação entre as ciências com foco nos processos industriais que se compõem de estudos arqueológicos, documentais ou de diferentes formas de uso de “vestígios” materiais para fins culturais, como por exemplo, aqueles utilizados inclusive como fonte histórica.

A Carta de Veneza, de 1964, em seu conteúdo, pode ser interpretada, segundo Froner (2001), como um documento de valorização do patrimônio em que os termos relacionados aos aspectos arquitetônicos dos monumentos estão colocados de maneira mais relevante que as questões arqueológicas. Complementarmente, a Carta de Nizhny Tagil apresenta outra preocupação com os elementos formais arquitetônicos, sua preservação e conservação ao se definir que:

“Os critérios de avaliação de edifícios industriais deverão ser definidos e publicados para que o público possa tomar conhecimento de normas racionais e coerentes. Com base numa investigação apropriada, estes critérios deverão ser utilizados para identificar as mais significativas paisagens, complexos industriais, sítios, tipologias de implantação, edifícios, estruturas, máquinas e processos industriais”³⁸.

Outro documento de interesse ao patrimônio industrial, a Convenção sobre a Proteção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural (1972), considera que os elementos ou estruturas de caráter arqueológico têm um valor universal excepcional do ponto de vista da

³⁷ FRONER, p. 209, 2001.

³⁸ Carta de Nizhny Tagil, TICCIH, item 3, §6, p. 5, 2003.

história, da arte ou da ciência. Analogamente, a Carta de Nizhny Tagil considera o patrimônio industrial podem ser identificado como

“[...] testemunho de atividades que tiveram e que ainda têm profundas consequências históricas. As razões para proteger o patrimônio industrial se baseiam no valor universal daquele testemunho, mais que na singularidade de quaisquer sítios excepcionais”³⁹.

Observa-se, assim, a arqueologia industrial como expressão do patrimônio cultural, seja a partir dos centros fabris e seus entornos ou das diversas formas de produção organizacional e sistemas de trabalho a elas relacionados. Ela colabora ao entendimento dos processos industriais e suas implicações à vida do homem cujos elementos de análise estão colocados na Carta de Nizhny Tagil a partir da seguinte interpretação.

“O patrimônio industrial reveste-se de um valor social como parte do registro de vida de homens e mulheres comuns e, como tal, proporciona-lhes um importante sentimento de identidade. Na história da indústria, da engenharia e da construção, o patrimônio industrial apresenta um valor científico e tecnológico, podendo também apresentar um valor estético, pela qualidade da sua arquitetura, do seu design ou da sua concepção”⁴⁰.

Complementarmente aos parâmetros até então desenvolvidos, tem-se as preocupações com a formação profissional e a ética para os processos de escavação na carta do ICOMOS, “*Gerenciamento e Proteção do Patrimônio Arqueológico*”, de 1990, em que se observa, segundo Froner (2001, p. 213), “*a importância das investigações não apenas pelas descobertas em si, mas pelas pistas e pela luz que lançam sobre as teorias e as linhas de pesquisas concernentes àquele objeto de estudo*”.

As idéias propostas na Carta de Nizhny Tagil, apresentadas por Dorel-Ferré (1995), propõem estudos de arqueologia e patrimônio industrial como fonte de contribuição em que o papel do profissional de arqueologia encontra-se complementado ao daquele desenvolvidos por outras ciências humanas e sociais cuja análise dos pesquisadores permitem a observação de um contexto global de seu objeto de estudo.

³⁹ Carta de Nizhny Tagil, TICCIH, item 2, § 1, p. 3, 2003.

⁴⁰ Carta de Nizhny Tagil, TICCIH, item 2, § 2, p. 3-4, 2003.

A característica da interdisciplinaridade da arqueologia industrial compreende uma variação da percepção do patrimônio arqueológico, sob a perspectiva da arqueologia industrial em que o desenvolvimento de um trabalho, como observado por Froner (2001, p. 220), está *“além das técnicas ou dos profissionais envolvidos; está circunscrito na esfera da percepção, das escolhas, da filosofia de ação e das justificativas relacionadas tanto à validade das pesquisas, quanto à integridade dos resultados ou o uso dos mesmos”*.

Ao se recorrer às técnicas de investigação e à curiosidade investigativa com a finalidade de permitir uma absorção de conhecimentos próprios de geógrafos, arquitetos ou historiadores, além daqueles próprios aos profissionais da conservação e restauração, e de gestores e economistas que utilizam a documentação e os “vestígios materiais” para a restauração/reestruturação de processos que compõem não somente a história das organizações, mas da própria sociedade em que estão inseridas. Ainda assim, se deve recorrer a outros profissionais, como etnólogos e sociólogos para buscar reconstruir as relações laborais e sociais dos processos industriais e seu entorno, além das relações sociais nos lugares de trabalho.

Os campos de pesquisa em arqueologia industrial tem-se a determinação de uma análise interdisciplinar que venha abranger as diversas áreas de conhecimento, de maneira interdisciplinar e que determine diferentes possibilidades para interpretar o entorno industrial. Ao escolher uma ou mais das diferentes interpretações dos elementos patrimoniais em análise tem-se definidos os diversos campos de atuação para a arqueologia industrial a partir das realidades materiais e imateriais dos processos organizacionais com que pretende trabalhar. Especificamente, pode-se atuar nas relações existentes entre organização e indivíduo nas quais há reflexos na formação cultural e social das comunidades.

6.4. PATRIMÔNIO INDUSTRIAL, MUSEALIZAÇÃO E TURISMO

As proposições construídas para a definição de conceitos acerca da museologia têm proporcionado uma ampliação de sua compreensão, entendimento e ampliação. As experiências museológicas têm compreendido desde a concepção tradicional de museus às mais diversas inovações. Elas surgem desde as experiências de países escandinavos aos

conceitos de ecomuseus nos quais se busca uma ampliação da relação com a vida cultural e socioambiental, à conservação e preservação do patrimônio imaterial e revitalização de um patrimônio de grandes dimensões.

Assim, nessa perspectiva de ampliação os museus industriais surgem como possibilidades de ampliação de propostas turísticas e museológicas, principalmente nas décadas de 1950/60, tradicionalmente em países anglo-saxões. Esses se caracterizam, principalmente, por incluírem objetos de grandes dimensões e se relacionarem a equipamentos industriais ou sociais que determinam espaços diferenciados (Cordeiro, 2001).

Para os campos da conservação e restauração deve-se observar que os diferenciados fatores que caracterizam as possibilidades de valorização patrimonial permitem um amplo leque de considerações que se enquadram desde aspectos artístico-culturais à instrumentação, tecnologia e equipamentos industriais. A valorização dos objetos/bens/artefatos se faz a partir de uma dupla percepção que se tem

“[...] um elemento a ser preservado quando lhe é imputado um valor histórico, artístico e cultural. Assim, a noção de objeto permeia duas possibilidades de significados na rede das trocas simbólicas: o valor é dado em função da luz que ele traz ao conhecimento e é inerente à sua condição estética, fazendo com que os parâmetros oscilem entre esses polos”⁴¹.

A partir dessa interpretação, pode-se inferir igualmente em uma necessidade de profissionais os mais diversos quando se trata de exemplares do patrimônio industrial: aqueles que são demandados por sua qualificação diretamente relacionada a fatores de desenvolvimento tecnológico e das técnicas aplicadas à funcionalidade; e aqueles tem como áreas de conhecimento aquelas relacionadas à estética cultural e patrimonial, profissionais do turismo, da museística, da conservação e da restauração vinculados aos aspectos de sua preservação. Tem-se ainda outros profissionais demandados que se vinculam à revitalização de áreas industriais ou paisagens industriais cuja área de conhecimento se relaciona a aspectos da memória e da história socioeconômica (por exemplo, historiadores, sociólogos), bem como

⁴¹ FRONER, p. 241, 2001.

em elementos da identidade pessoal e social (antropólogos, arqueólogos) a partir dos vínculos entre homem-trabalho e empresa-sociedade.

Deve-se ressaltar que a participação e o envolvimento da sociedade revelam e sintetizam uma importância vital que tem por princípio a formação de conceitos de preservação e conservação de patrimônio que determinam uma inter-relação de identidade e identificação cultural e social de indivíduos e grupos, das organizações e seu entorno.

O caráter museológico aplicado ao patrimônio industrial permite a construção de uma memória e história sociais em que se percebe a importância e a relevância da história organizacional e suas influências na vida social, cultural, político e econômica. Uma adequada “síntese organizacional”, pluralista e complexa a partir do ponto de vista que permite uma percepção diferenciada de como se pode descrever e perpetuar histórias organizacionais sob a óptica da museologia.

Assim, ao se avaliar as diversas formas de expressão do patrimônio industrial e sua relação com o turismo e a museologia deve-se considerar a existência de um grupo de instrumentos que garantam a expansão de sua aplicabilidade – sejam atuações particulares ou coletivas, iniciativas privadas ou estatais – e que permitam vislumbrar a agregação da visão de cultura, memória e história a um patrimônio alicerçado na ciência e na tecnologia (Bruno, 1997).

Ao se integrar as questões relacionadas ao patrimônio industrial e a necessidade de sua conservação e preservação tem-se em consideração a construção de equipamentos sociais de caráter museológico que desenvolvam trabalhos relacionados a instrumentos ou linhas de ação que permitam o desenvolvimento de atividades voltadas à continuidade da memória do trabalho, do trabalhador, da técnica e da tecnologia (Bergeron, 2002).

No Brasil a valorização do patrimônio industrial com finalidades turísticas e museológicas tem ocorrido de forma embrionária e pulverizada, cuja promoção ocorre por meio de um conjunto de ações que revelam a organização de entidades e instituições que visem o seu desenvolvimento tem exemplos como as redes ou rotas de museus relacionados ao patrimônio industrial apresentados no livro “Centros e Museus de Ciência do Brasil”, publicado pelos órgãos ABCMC (Associação Brasileira de Centros e Museus de Ciência), assim como os

exemplos da Casa da Ciência (Centro Cultural de Ciência e Tecnologia da UFRJ) e do Museu da Vida (Casa de Oswaldo Cruz/Fiocruz).

Além destes, têm o Museu da Indústria, Comércio e Tecnologia de São Paulo e a rede de Museus de Energia do Estado de São Paulo. Outras iniciativas menores, mas não menos importantes, são o Museu do Pão (Ilópolis/RS), o Museu Têxtil Décio Mascarenhas (Caetanópolis/MG), o Museu Usina de Marmelos Zero (Juiz de Fora/MG), bem como todos aqueles relacionados ao setor ferroviário. Complementam-se os casos que compõem o conjunto de elementos patrimoniais apresentado pelo Grupo de Estudos de História da Técnica da Universidade de Campinas – SP (GEHT/UNICAMP, 1998). Entretanto, são raras as iniciativas que valorizam objetos individuais ou em grupo, tipologias específicas e demais formas de representatividade como aquedutos, hidrelétricas, casas de benefício de chá e mate, diques, engenhos, fábricas, instalações e complexos ferroviários, minas, pedreiras, usinas, vinícolas; além dos complexos sociais (vilas operárias e os equipamentos sócio comunitários) que advêm da instalação e desenvolvimento de atividades industrial-econômicas.

As iniciativas privadas e empresariais poderiam ser consideradas segundo o número crescente de empresas que têm desenvolvidos fundações e centros de memória destinados a desenvolver atividades ligadas à promoção e ao resgate do passado e da história industriais, dentre elas: o Centro de Memória Bunge, Centro de Memória Bosch, Centro de Memória Klabin, Centro de Memória da FIEMG (Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais), Centro de Memória da Fundação ArcelorMittal Brasil (Sabará), Museu Monlevade do Ferro e Aço (João Monlevade/MG), Centro de Memória Morro Velho (Nova Lima/MG), dentre outros.

Deve-se ainda considerar que tais centros devem ter ampliado seu conceito ao se considerarem aqueles relacionados às instituições públicas, particulares de caráter não-industrial e demais atividades humanas relacionadas ao desenvolvimento econômico-social.

Dessa maneira, tem-se exemplos diversos de recuperação da história industrial e cultural apresenta a possibilidade de conhecimento de uma época vivida e de seu entorno. As transformações organizativas nas empresas têm sido pouco consideradas na hora de explicar as mudanças sociais e as expectativas e limitações da sociedade contemporânea. Os fatores sociais e humanos devem ser avaliados, tais como os reflexos nas condições de vida e trabalho

das pessoas, as demandas de qualificação requeridas pelos processos produtivos, as questões comunitárias e de infraestrutura e as possibilidades de ação junto ao “trabalhador coletivo” e à sociedade,

Uma adequação aos critérios propostos por Filipe (2003) constitui um conjunto de linhas prioritárias para o desenvolvimento destas iniciativas: a construção de um grupo de ações que permita a construção de linhas de exibição virtuais sobre a história industrial; o desenvolvimento de estudos e atuações em meios de comunicação para a interpretação e informação das propostas museísticas; o desenvolvimento de estudos sobre as populações e grupos sociais e suas relações com a história industrial; a proposição de estudos e ações voltados a interdisciplinaridade, integração, museus e turismo; o desenvolvimento de estudos e ações sobre o intercâmbio estrutural e a difusão da cultura industrial; e a proposição de estudos e ações sobre o desenvolvimento de habilidades e conhecimentos relacionados à museologia e ao patrimônio industrial (Murta e Albano, 2002).

Estas proposições definem uma análise multidisciplinar do patrimônio cujo entendimento envolve não somente área de conhecimento distintas, mas complementares, como exigem uma participação de diferentes grupos sociais, envolvidos direta e indiretamente na valorização e preservação do patrimônio. Sua compreensão a partir da visão e percepção dos atores sociais envolve uma ação coordenada, cooperada e integrada. Permite-se, assim, a construção, desenvolvimento e consolidação de um processo de longo prazo de uma mentalidade turística e museológica, relacionada ao patrimônio industrial e ao patrimônio cultural como um todo. A construção de políticas de gestão e planejamento permite uma maior capacidade de integração das partes envolvidas e uma efetiva interdisciplinaridade quanto aos processos demandados para sua execução.

Tais fatores tornam-se importantes do ponto de vista museológico quando considerados segundo as exigências sociais atuais as quais determinam implicações e considerações tanto acerca de proposições atuais de caráter funcional como de caráter formal. O primeiro relaciona-se aos aspectos de rigor e competência no que se refere aos conteúdos implicados e o segundo às linguagens, expressões e relações com as exigências culturais e sociais que lhe são impostas.

Além de relacionar à função educativa e recreativa, as novas exigências da museologia a necessidade de integrar o desenvolvimento socioeconômico das comunidades a uma inter-relação de identidade e identificação cultural e social com os grupos de seu entorno. A participação e o envolvimento da sociedade levam a resultados que sintetizam a importância de uma atuação junto às coletividades para a formação de conceitos de preservação e conservação de patrimônio, além de se construir tal consciência segundo uma proposta de educação patrimonial e identidade entre os indivíduos e o lugar em que vivem.

A construção do conceito de educação patrimonial tem origens nos movimentos referenciados ao *Heritage Education* na Inglaterra dos anos 70 do século XX. No Brasil foi introduzido, segundo Grunberg *et al* (1999), na década seguinte e constituiu-se em uma forma de promover a ação patrimonial em lugares de tradição museística, como parques e lugares históricos e museus. Ao final do século XX, as ações e iniciativas de desenvolvimento da educação patrimonial se multiplicaram, apesar de pontuais e temporais, e tem se estendido para contextos sociais e culturais com a finalidade de desenvolver uma maior identidade e também se tem apresentado como fator de caráter de fomento à cidadania.

Para Teixeira (2006), a educação patrimonial pode ser considerada como uma prática de aprendizado através de ações pedagógicas de um conhecimento específico e relacionado à memória e história. Além disso, pode-se interpreta-la a partir de diversos enfoques e de maneira interdisciplinar, desde a educação como formação do indivíduo e cidadão à formação de questões de caráter social, político e econômico.

Ela se caracteriza, principalmente, por relacionar o privado (pessoa) e o público (cidadão), quando tratada de forma individual (grupos de convivência) e coletiva (comunidade) ao se referir à sociedade. Uma percepção das influências sociais, das relações estabelecidas entre organização, sociedade e Governo, e a importância ou influência da mesma nos processos sociais e culturais de uma sociedade são temas se não inexplorados, em alguns casos, pelo menos incipientes ou embrionários.

Segundo Noelli (2004), estas características de quase-ausência ou raridade do tema educação patrimonial nos ensinos primário e secundário brasileiros refletem uma cultura “pouco desenvolvida” de divulgação, inclusão e desenvolvimento da “cidadania patrimonial”

junto às crianças, jovens e adolescentes brasileiros. Torna-se necessária uma educação mais ampla que privilegie a inclusão de disciplinas de conteúdo humanístico e de caráter global no ensino formal restringem a formação de uma consciência mais ampla acerca dos elementos de conservação e preservação não somente de um patrimônio cultural, mas também de uma memória e de uma identidade.

Com isso, uma possibilidade de ampliar o conceito de patrimônio por via da educação patrimonial e da inserção da musealização na formação do cidadão busca envolver questões relacionadas com a educação, entendida como um amplo processo de aprendizagem, não somente formal, mas também através da formação cultural, social e profissional. Dentre as propostas utilizadas para compreensão e desenvolvimento de processos de aprendizagem e de inclusão da educação patrimonial tem-se a formação lúdica. Ela representa uma capacidade de integração e de construção do conhecimento através das diversas formas de atuação junto aos indivíduos. Em uma primeira instância, a educação patrimonial deve buscar nos indivíduos uma identificação em relação ao objeto – material ou imaterial, arquitetônico ou artístico, físico ou espiritual. Assim, se constrói uma capacidade de interação e de envolvimento que permite uma ampliação de horizontes em relação ao objeto e ao tema propostos.

A partir desta ideia, apresentar os campos da arqueologia e do patrimônio industriais como oportunidades e possibilidades para o desenvolvimento da educação museal e patrimonial permite uma ampliação do conceito de patrimônio através de uma ação em que se busca observar os elementos de identidade entre os indivíduos e a cidade, entre a população e suas representações culturais. As diversas formas de manifestação dessa cultura, por sua vez, podem estar ligadas, em sua origem, a alguma entidade – física ou espiritual, pessoal ou grupal – representativa de uma sociedade.

A aplicação do campo da museologia e consequente uma educação patrimonial se amplia quando envolve neste sistema a figura da organização produtiva que em seu processo histórico de desenvolvimento integra as atividades sociais além das econômicas dentre as suas atividades. Desta forma, a partir de ações junto à comunidade se busca construir possibilidades de perceber como se desenvolve os processos de identificação, identidade e apropriação de atividades e ações culturais realizadas conjuntamente por organizações [empresas] e pela

comunidade. A partir do resgate dessas ações ou dos frutos de uma participação social empresarial se obtém uma memória do lugar e também se constrói uma identidade patrimonial.

Para se obter tal comportamento, o processo de educação patrimonial a partir de atividades lúdicas se faz segundo o desenvolvimento de ações junto à comunidade escolar nas quais se constitui um processo de envolvimento dos discentes [escolares] e docentes [professores]. Através deste processo se pretende construir uma maior capacidade de percepção e identificação da sociedade com a organização que ultrapassa o papel financeiro-econômico e transcende para a formação social e cultural da comunidade.

Deve-se salientar que essa perspectiva de desenvolvimento dos processos de musealização e das práticas de educação patrimonial devem ser percebidas sob uma óptica transdisciplinar de maneira a permitir a complementaridade e intercambialidade de campos de conhecimento e profissionais específicos. As várias possibilidades de articulação da cultura e da memória, da história e da sociedade, segundo o passado recente e o presente definem novas fronteiras e articulações. A identificação de uma linguagem própria, cuja identidade e memória muitas vezes estão significadas pelo mundo do trabalho trazem questões novas a serem debatidas.



Figura 8 – Usina de Siderúrgica – Sabará – Anos 1920
Fonte: Acervo do Centro Memória da Cultural Fundação ArcelorMittal, 2016.

7. AS MINAS GERAIS: DA ERA DO OURO AO FERRO E AÇO

O desenvolvimento do setor da siderurgia e metalurgia em Minas Gerais se desenvolve a partir das iniciativas de implantação das primeiras fábricas, ao final do período colonial e início do século XIX. A Real Fábrica de Ferro de Ipanema (1807-1812), em Iperó, São Paulo surge sob a perspectiva estadista e empreendedora do Conde de Linhares, D. Rodrigo Antônio de Sousa Coutinho, Ministro da Coroa no período do Império Português e se faz a partir da estruturação de uma comissão de avaliação das condições geológicas e geográficas para sua implantação à qual foi determinada a coordenação ao oficial alemão Luís Guilherme de Vernhagen. Seguiram-se a ela dois outros importantes empreendimentos, a Fábrica de Morro do Pilar (1814), no Tijuco, e a Fábrica Patriótica (1812), em Congonhas, ambas em Minas Gerais. A primeira realizada pelo Intendente Câmara e a segunda idealizada pelo Barão Von Eschwege.

Um terceiro empreendimento ocorrido em 1827 a ser considerado, compreende a princípio um embrião para a mudança de paradigma tecnológico no setor. A Fábrica de Rio Piracicaba, localidade de mesmo nome, em Minas Gerais, foi erguida pelo engenheiro francês Jean Antoine Félix Dissandes de Monlevade, desenvolveu-se a partir dos princípios das forjas catalãs e posteriormente a sua morte, em 1872, por forjas italianas que produziram até o final do século XIX (Pereira, 1967, Baeta, 1973; Gomes, 1983).

Entretanto, sua efetivação e expansão ocorrem somente um século depois dos primeiros empreendimentos, a partir das transformações político-econômicas ocorridas no início do século XX e, de certa maneira, com a criação da Companhia Siderúrgica Mineira em 1917, posteriormente denominada de Companhia Siderúrgica Belgo Mineira.

As principais cidades que determinaram a atuação da Companhia e elevaram-na à categoria de grande siderúrgica nacional e reconhecida internacionalmente foram a pioneira cidade de Sabará e a planejada João Monlevade. As duas corresponderam ao sinônimo de cidades siderúrgicas e determinaram a criação de um novo núcleo urbano na primeira, com suas vilas operárias, o distrito de Siderúrgica, e ao surgimento de um novo município, a chamada cidade-usina, em Monlevade.

Seguem-se algumas considerações acerca das duas cidades que colaboraram para transformar o Estado de Minas Gerais, historicamente conhecido pelo Ciclo do Ouro, entre os séculos XVIII e XIX, em Estado do Ferro e do Aço, no século XX.

7.1. SABARÁ – ANTES OURO, HOJE FERRO E AÇO

O estudo do patrimônio cultural e de suas transformações quanto à caracterização e identidade junto à comunidade pode ser entendido a partir das construções históricas estabelecidas desde a fundação da cidade ao século XVIII, período em que se tem uma relação da cidade com o Ciclo do Ouro, e suas transformações socioeconômicas ao início do século XX, seja do modelo político ou econômico brasileiros.

Para Lima Júnior (1962), as transformações ocorridas na cidade de Sabará, decorrem desde seus primeiros anos, ou seja, sua fundação e reconhecimento como Vila, ao final do século XVII e princípios do XVIII, à maturidade, no decorrer dos séculos XX e primeiros anos do XXI. Durante tal período, as relações sociais, políticas econômicas e culturais lhe reservaram uma diversidade de representações e identidades que contribuíram para a constituição de sua identidade patrimonial. A história da cidade se faz a partir da descoberta e desenvolvimento do Ciclo do Ouro e se reconstrói e reinventa a partir do Ciclo do Ferro e do Aço.

A história da cidade remonta à segunda metade do século XVII, tempo de desbravamento do interior da região sudeste brasileira. Constituíram-se assim, os primeiros núcleos populacionais no Caminho dos Bandeirantes paulistas às Minas Gerais em busca da riqueza mineral da Colônia, em especial, acreditavam-se as esmeraldas e a prata.

Os bandeirantes paulistas aventuravam-se por novas descobertas na então Colônia Portuguesa, em busca de novas conquistas e caminhos para o desenvolvimento. A partir de 1674, as bandeiras capitaneadas, principalmente, pelos sertanistas Fernão Dias Paes, Manuel da Borba Gato e Matias Cardoso de Albuquerque estabeleceram pequenos núcleos como pontos de apoio e suporte às expedições, surgindo assim as primeiras localidades, dentre elas:

Ibituruna, Paraopeba, Sumidouro, Roça Grande, Itacambira, Esmeraldas, Mato das Pedrarias e Serro do Frio (Lima Júnior, 1962).

Após os primeiros anos de formação das localidades exploradoras das riquezas minerais, o local conhecido por Roça Grande constituiu-se e determinou a fixação do homem ao sertão mineiro. Como fator de formação do primeiro núcleo, o local posteriormente se transformaria em Sabará, sem antes distinguir-se, ao final do século XVII, como Minas do Sabará, onde já se organizavam os primeiros sistemas de arrecadação e controle da extração dos minerais e como arraial da Barra do Sabará, em 1710, como local de pousada, abastecimento dos tropeiros e de controle de arrecadação das pedras preciosas e ouro.

O século XVIII constituiu-se no período áureo da exploração mineral, com a formação de um comércio forte (ferreiros, oleiros, seleiros, artífices etc.). Tal prosperidade da região levou a administração da Colônia, em nome da família Real Portuguesa, a definir jurisdições administrativas que permitissem, principalmente, o controle exploratório da região, de suas riquezas e das tributações a estabelecidas a partir da exploração mineral (Szmrecsányi e Maranhão, 2002)

Com isso, o local passou a ser denominado Vila Real de Nossa Senhora da Conceição de Sabará, em 17 de julho de 1711, pelo então Governador e capitão-general Antônio de Albuquerque Coelho de Carvalho.

Com a descoberta do ouro ao final do século XVII e o desenvolvimento da exploração, do comércio e da economia minerária, a Vila de Sabará desenvolveu-se rapidamente, tornando-se o principal centro de exploração do ouro, sobrepujando inclusive a capital da província das Minas Gerais, a cidade de Ouro Preto, então denominada Vila Rica do Ouro Preto.

O século XVIII pode ser considerado um período áureo não somente da província, como da Colônia e conseqüentemente do Reinado Português.

Segundo Pinto (1979), o desenvolvimento socioeconômico repentino e abrupto da região das Minas, determinou não somente sua organização político-administrativa, mas uma necessidade econômico-fiscal com a tributação e controle comercial das explorações minerárias. As descobertas referentes aos metais preciosos, em particular o ouro e os diamantes, na região central da Capitania de São Paulo, levaram ao seu desmembramento e

a formação da Capitania das Minas Gerais, em 1720. Tal determinação determinou a formulação de diferentes instrumentos de arrecadação e criação de centros de controle da produção, como a Casa de Fundição em 1719, em Sabará e a Casa de Fundição e da Moeda, em 1724 em Vila Rica.

Observa-se então, uma arrecadação crescente, com alguns momentos de diminuição que, em geral, ocorriam em função de processos informais de comercialização e burla de impostos. Os anos 40-60 do século XVIII podem ser considerados os principais quanto aos processos de exploração e arrecadação, que se estenderam de forma decrescente ao final do século (Gráfico 1) e decadência na primeira parte do século XIX. Durante o período de economia mineraria da Colônia somente a Mina do Congo Soco, a maior em exploração aurífera do período, determinou uma extração de cerca de 13 toneladas de ouro. (Abreu, 1975)

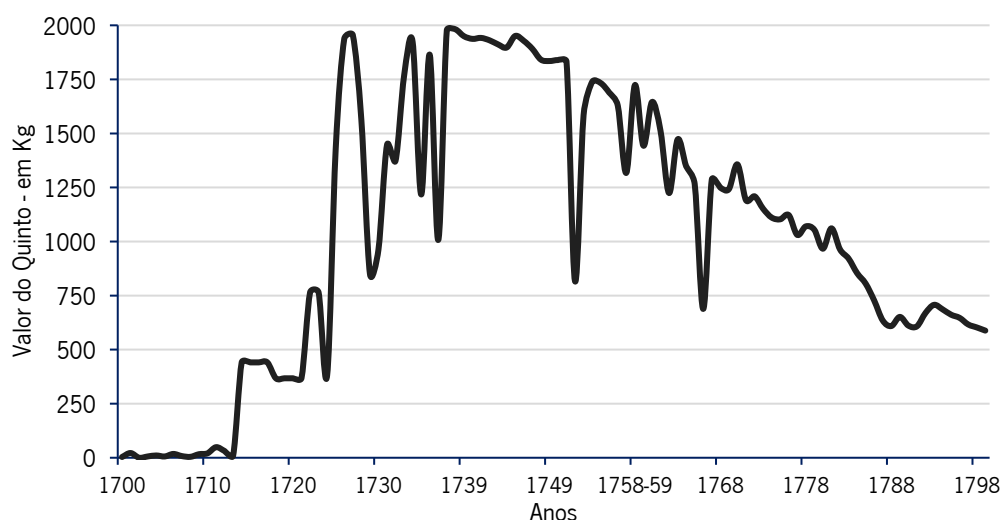


Gráfico 1 – Arrecadação do Quinto (em Kg)

Fonte: Adaptado de Pinto, pp. 71-75, 1979.

Entretanto, conforme apresentado por Lima Júnior (1962), a decadência sofrida nas primeiras décadas do século XIX, em decorrência da diminuição acentuada das quantidades de ouro extraídas das minas, levou a cidade a uma estagnação social e econômica que perdurou até a segunda década do século XX com a instalação de uma Usina de Ferro, então denominada Companhia Siderúrgica Mineira.

A transformação e reconhecimento do patrimônio cultural ocorreu a partir das mudanças ocorridas nas bases econômicas e sociais estabelecidas que estavam definidas a

partir da extração do ouro e da religiosidade e se fizeram desenvolver segundo a produção de aço e de uma sociedade moderna e capitalista. Pode referir tal passagem àquela ocorrida na sociedade sabarense que se apresenta sintetizada na citação de Augusto de Lima, à época da transição da era do ouro para a era do aço.

“O velho relógio do Carmo está marcando, desde o dia primeiro (de novembro de 1920) em que se fundiu a primeira barra de ferro, as horas de uma nova era; e a cidade, rainha do Rio das Velhas, saúda do alto das torres dos seus templos, as torres da nova catedral de sua grandeza”⁴².

Dos anos 20 do século XX em diante se desenvolve na cidade um novo patrimônio cultural, o patrimônio industrial, agregado a todo um conjunto de elementos e formas de representação construído a partir dos séculos XVII e XIX, em que desbravadores, bandeirantes e tropeiros definiram um comércio que permitiu, em geral, o surgimento dos primeiros núcleos habitacionais e se desenvolveu com o Ciclo do Ouro, tornando o local uma das primeiras Vilas da então Capitania das Minas e se tornando referência na extração, tributação e comércio do Ciclo do Ouro o que lhe conferiu o caráter de referência cultural-religiosa.

Nesse sentido, a cidade tem se reinventado, criando atividades desenvolvidas em parceria com a Companhia, que atua sob a perspectiva da Responsabilidade Social Corporativa, juntamente com outros órgãos procura desenvolver ações de conservação, preservação e valorização do patrimônio cultural e histórico da cidade, e consequentemente de fortalecimento da memória e da história local.

Para Mendes (1995, 2000), entender o patrimônio sob a perspectiva de sua especificidade ao industrial permite compreender a história e a memória do local sob novos olhares e lhe garante a possibilidade de atuar interdisciplinarmente ao se complementar com a atuação de diversas instituições e profissionais, sejam organizações sociais, empresas e as próprias organizações. Tem-se ainda as possibilidades de divulgação, para conhecimento e identidade dos grupos envolvidos também são pontos de análise, em que se tem a promoção de ações sociais e culturais, além do envolvimento da academia, juntamente com instâncias públicas e privadas.

⁴² Lima Júnior, p. 99, 1962.

7.2. JOÃO MONLEVADÉ – A CRIAÇÃO DE UMA CIDADE INDUSTRIAL SIDERÚRGICA

O surgimento dos primeiros sinais civilizatórios de ocupação urbana na região denominada atualmente como Joao Monlevade tem sua origem não somente relacionada ao nome de um de seus desbravadores, como se relaciona às questões minerárias.

Jean-Antoine Félix Dissandes de Monlevade, engenheiro francês, chegou à região ainda no século XIX, em 1817, para realização de um estudo geológico-mineralógico a fim de avaliar qual o potencial aproveitamento do solo para exploração mineral. Dentre os principais elementos encontrados, observou-se a presença abundante de minério de ferro, o qual poderia ser utilizado para forjas e produção de ferro.

Em São Miguel do Piracicaba, o engenheiro francês adquiriu terras e construiu Solar Monlevade, em 1818, e fundou uma pequena forja catalã na qual produzia algumas ferramentas e acessórios para agricultura e pecuária, dentre eles, enxadas, foices, machados, alavancas, pás, ferraduras, cravos, martelos, puxavantes (instrumento que servia para aparar os cascos de animais). Entretanto, por quase um século, o local ficou esquecido, quando em 1921, ao associar-se à Companhia Siderúrgica Mineira, a ARBED (*Aciéries Réunies de Burbach-Eich-Dudelange*) adquiriu o terreno da antiga fazenda para futuramente instalar a Usina Monlevade, que daria nome à futura cidade.

“Monlevade faleceu em 1872 e foi sepultado em sua fazenda. Em 1890, a fábrica foi vendida para a Companhia Nacional de Forjas e Estaleiros, fundada em 1845 pelo Barão de Mauá. A propriedade passou ao Banco Ultramarino do Rio de Janeiro em 189 e permaneceu desativada até 1920, quando foi vendida a Gaston Barbanson, acionista da ARBED. No ano seguinte, passou a fazer parte dos planos de expansão da recém-criada Companhia Siderúrgica Belgo-Mineira”⁴³.

Para a implantação da Usina e sua necessária estrutura urbana, foi realizado um Concurso Público para determinação do projeto de implantação de uma cidade industrial projetada, a qual deveria conter toda a infraestrutura necessária e equipamentos urbanos e

⁴³ Belgo-Mineira Arcelor, Boletim Eletrônico Memória Belgo, a. I, n. 9, 28/08/2003.

sociais de apoio à Companhia. Ficou então determinada pelo diretor Louis Enschedé⁴⁴ a sua realização.

“Dr. Enschedé, tomando conhecimento das cidades-jardins operárias erigidas na Inglaterra, bem como da cidade de Essen, na Alemanha, levantada pela Krupp, desejou também entregar aos futuros moradores de Monlevade uma habitação planejada para seu bem estar. Assim, em 1934, instituiu um concurso, por meio de edital, premiando o melhor projeto de Plano de urbanismo para a cidade operária de Monlevade”⁴⁵.

O lançamento da pedra fundamental da Usina Barbanson, no então distrito de Monlevade, em 30 de agosto de 1935, determinou o futuro do local e o surgimento de uma das cidades mais prósperas de Minas Gerais durante a primeira metade do século XX.

Durante as décadas de 1940/50 a Companhia desenvolveu toda a infraestrutura social necessária para suprimento de matérias-primas e mão-de-obra as atividades da empresa. O esforço em oferecer condições sociais e condições organizacionais para atuação da empresa na região determinaram a adoção de um conjunto de atividades que superaram de sobremaneira as atividades econômico-produtivas da organização e levaram a uma relação de desenvolvimento social e cultural, à constituição de um distrito, de Monlevade, adscrito à cidade de Rio Piracicaba, e um dos mais desenvolvidos da região.

“Para viabilizar a construção da Usina de Monlevade, foi necessária a construção, ao seu redor, de uma infraestrutura adequada. Houve, então, a construção de residências, ruas, escola e hospital. A cidade de João Monlevade desenvolveu-se consideravelmente e um grande contingente de pessoas foi atraído pelo desenvolvimento emergente, formando assim bairros representativos no entorno da usina”⁴⁶.

A instalação e desenvolvimento da Companhia, levou à criação do distrito de João Monlevade em 27 de dezembro de 1948, pela Lei Estadual nº 336. Posteriormente, na década de 60, seria então elevado à categoria de município por meio da Lei Estadual nº 2764, em 30 de dezembro de 1962.

⁴⁴ Louis Jaques Enschedé, ver Anexo 1. “O Engenheiro Louis Enschedé e a Companhia Siderúrgica Belgo-Mineira” (e Discurso proferido em 16 de novembro de 1952)

⁴⁵ AZEVEDO, p. 37, 2004.

⁴⁶ NEVES, CAMISASCA, p. 62, 2013.

Observa-se assim, a importância da Companhia para o desenvolvimento não somente da localidade de Joao Monlevade, mas de toda a região. Tal fato está apresentado na palestra do Diretor-Geral da Companhia à época, Dr. Joseph Hein, que ressalta não somente as questões relacionadas ao processo produtivo, mas aquelas que se referem aos serviços de infraestrutura, serviços auxiliares e serviços sociais. (Anexo 2)

A partir de então percebe-se a mudança de políticas de gestão da Companhia, com o início do processo de transferência de gestão da localidade de Monlevade à esfera pública e a necessidade de criação do município de seus respectivos gestores.

Nesse processo, percebe-se a existência de uma estrutura urbana já implantada pela Companhia, a partir da qual se tem a base de implantação da então cidade de Joao Monlevade.

“A empresa construiu casas para seus empregados, dotou o local de uma infraestrutura necessária ao seu funcionamento, com a edificação de escolas, hospital e área de lazer. A comunidade cresceu no entorno da Companhia, superando as cidades próximas em população. Isso levou à sua emancipação em 1964, quando a empresa doou ao município parte dos bens que havia construído, e recebeu o nome de João Monlevade em homenagem ao siderurgista francês”⁴⁷.

O processo de emancipação do município decorreu nos anos seguintes, com sua instalação ocorrida em 1º de março de 1963 e autonomia municipal alcançada em 29 de abril de 1964.

As décadas seguintes determinaram à Companhia um protagonismo no desenvolvimento industrial e siderúrgico nacional, compondo com outras empresas o capital industrial brasileiro no ramo da siderurgia e metalurgia.

A expansão industrial determinada pelos momentos econômicos de crescimento nacional as décadas de 1970/80 levaram-na a se constituir em um dos grandes conglomerados nacionais e internacionais do setor.

⁴⁷ NEVES, CAMISASCA, p.102, 2013.

7.3. A EMPRESA: DE COMPANHIA SIDERÚRGICA MINEIRA A ARCELORMITTAL

As transformações da sociedade sabarense e as mudanças sociais e culturais ocorridas com a instalação da companhia siderúrgica definiram uma intensificação dos processos econômicos nas Minas Gerais. A partir do início do século XX em função de investimentos trazidos por empresários e engenheiros recém-formados da escola de Minas de Ouro Preto, são propostas transformações sociais, dentre elas a implantação de indústrias na recém-república brasileira e mais especificamente aquelas voltadas à identidade minerária ao Estado de Minas Gerais e à região de Sabará.

Deve-se ressaltar que uma importante delimitação ao desenvolvimento e evolução histórica do setor minero-metalúrgico brasileiro pode ser entendida a partir dos investimentos, e desinvestimentos, realizados no decorrer de um longo período precedente – final do século XIX e início do século XX – em diversos setores econômicos.

As variações ocorridas no decorrer do século XIX, em especial, se devem ao desenvolvimento da agroindústria do café, do cacau, da cana-de-açúcar, dentre outras que representaram necessidades do mercado interno e adaptação às exigências e oportunidades do mercado externo. Os interesses e tendências macroeconômicos e sociais levaram à ascensão de determinados setores e conseqüentemente de empresas e indústrias específicas ao longo do século XIX e primeiros anos do XX. (Suzigan, 2000; Libby, 1984 e 1988).

O desenvolvimento econômico brasileiro à época, ao mesmo tempo articulado e desarticulado, determina como uma das linhas de desenvolvimento econômico e sugestão do governo estadual, a instalação da Companhia Siderúrgica Mineira⁴⁸, em 1917. Logo em seguida, a poucos anos do início de suas atividades, ocorre a fusão com a companhia belgo-luxemburguesa ARBED – Acières Réunies de Burbach-Eich-Dudelange – e se constitui a Companhia Siderúrgica Belgo-Mineira⁴⁹, a partir de 1921. A confluência de interesses entre os

⁴⁸ A Companhia Siderúrgica Mineira foi constituída em 21 de janeiro de 1917 depois da realização da primeira assembleia geral, em Belo Horizonte, na residência do Eng. Cristiano França Teixeira Guimarães. (para um detalhamento do surgimento da empresa (Anexo 5).

⁴⁹ Em 1921, as estreitas relações entre o Rei Alberto, da Bélgica, e o Presidente de Minas Artur Bernardes, permitiram a constituição da empresa, sendo intermediário da ARBED o industrial Gaston Barbanson que foram determinantes para as negociações. Assim, a 11 de dezembro de 1921, através da realização de assembleia geral da empresa, estabeleceu-se o aumento e subscrição do capital social por Gaston Barbanson, presidente do consórcio siderúrgico europeu. Foram eleitos os membros do Conselho de Administração da sociedade, a qual passaria a chamar-se Companhia Siderúrgica Belgo-Mineira.

dirigentes das companhias e das nações brasileira e belga faz surgir à época uma das maiores empresas siderúrgicas do Estado que se estabelece nacional e internacionalmente como uma das mais importantes do mercado de siderurgia.

No período inicial de incorporação da empresa pela companhia luxemburguesa, além de alavancar os negócios da recém-criada empresa nacional de siderurgia, determinou uma importância ao negócio binacional com a representação exclusiva no Brasil dos produtos importados da subsidiária luxemburguesa com anúncios nos principais periódicos da capital brasileira, à época, a cidade do Rio de Janeiro.

“Comptoir Métallurgique Luxembourgeois – COLUMETA – Luxembourg (Grand Duché de Luxembourg) – Monopólio de vendas para todos os países dos productos fabricados por ARBED (Acières Reunies de Burbach, Eich, Dudelange) e Société Métallurgique des Terres Rouges.
Trilhos e acessórios – Vigas de ferro de todas as bitolas para construções – chapas de aço – arame farpado – arame galvanizado.
Companhia Siderurgica Belgo-Mineira – Usina em Sabará – Ferro Guza Nacional”⁵⁰.

O órgão de imprensa oficial nacional, desde então, apresentava ênfase na produção mineral nacional e destacava a importância do estado para a economia nacional.

“Ferro – Minas Gerais possui as mais importantes jazidas de minério de ferro do Brasil.

Com o fim de desenvolver a industria siderurgica entre nós, o Governo criou os favores constantes do decreto n.º 12.944, de 1918, o qual começa a produzir os seus frutos. Fundaram-se já algumas companhias para a exploração dessa industria, como sejam: a Belgo-Mineira, a Nacional de Altos Fornos, a Usina Queiroz Junior, a Anglo-Brazilian Iron and Steel Syndicate, e a Metallurgica Brasileira, que se propõe a fabricar o ferro gusa e productos refinados, dentre os quaes já de relevar o aço para a fabricação de trilhos.

Está também fundada a Itabira Iron Co., que pretende exportar os nossos minerios, sob a condição de fazer o tratamento siderurgico de uma quantidade correspondente a 2% da exportação.

Por enquanto todas essas companhias estão na phase de instalação, excepto a Usina Queiroz Júnior, que explora a Usina Esperança e a Usina de Miguel Burnier, das quaes a primeira; com dois fornos,, produziu 9.990 toneladas em 1921, e a segunda apresenta a produção média diaria de 12,5 toneladas.

O Governo celebrou contractos com a Companhia Metallurgica Brasileira e a Anglo-Brazilian Iron and Steel Syndicate para o estabelecimento de grandes

⁵⁰ Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial do Rio de Janeiro. Edição 80, 1934, p. 9,

uzinas siderúrgicas no paiz. Acham-se em estudo propostas para o mesmo fim das companhias Queiroz Junior, Belgo-Mineira, Nacional de Altos Fornos e Industrial Mecanica Agricola de S. Paulo”⁵¹.

Observa-se, então, até as décadas de 1930 e 1940, uma posição do Estado Brasileiro como regulador no que se refere ao controle e gestão de atividades públicas. A estrutura governamental ainda não contava uma máquina administrativa que desenvolvesse as atividades de gestão relacionadas à prestação de serviços públicos, muitas vezes e em geral entregues às empresas estrangeiras, como em muitos casos no período imperial, e às empresas privadas. Soma-se à necessidade de uma estruturação social e econômica, a necessidade de reconstrução em função da crise de 1929 e das relações internacionais então constituídas.

Entretanto, os processos de articulação, e mesmo desarticulação, existente entre as políticas públicas dos Governos Federal e Estaduais, e antes Imperial e Províncias, determinou ao desenvolvimento industrial e econômico nacional e regional algumas diferenciações e convergências. Esta determinação histórica e a necessidade socioeconômica em função de suas principais variáveis levaram ao desenvolvimento não-linear do setor no Brasil. A influência de crises e reajustamentos econômicos, os movimentos das classes sociais e suas inter-relações são fatores importantes que considerados permitem um esboço da trajetória do desenvolvimento setorial (Dulci, 1999).

Assim, o modelo industrial brasileiro se desenvolve a partir dos investimentos no Brasil Império e de três momentos chave do século XX: o processo de substituições das importações na década de 30, no período getulista; se incrementa consideravelmente na década de 50, período desenvolvimentista de Juscelino Kubitscheck; e se estabelece finalmente na década de 1990 com a abertura do mercado brasileiro ao modelo liberal internacional e influências dos processos de globalização. Nos primeiros períodos, Prado Júnior (1972) e Furtado (1999) apresentam as desigualdades e diferenças de desenvolvimento decorrentes da industrialização nacional. Sua complexidade e abrangência, para os pensadores, encontram um caminho tortuoso e inconclusivo.

⁵¹ Diário Oficial da União, p. 3610, 4/05/1922.

Para entender os processos de industrialização torna-se necessário observa-los sob as perspectivas social e econômica. As influências mútuas sofridas por estas configurações e seus aspectos reflexivos nas organizações responsáveis pelo desenvolvimento industrial mineiro e brasileiro podem ser entendidas a partir da preservação do patrimônio e do entendimento global da inserção da arqueologia industrial na história regional e brasileira. A reconstrução das mudanças sociais e dos processos econômicos regionais e nacional ocorrem assim, através de focos empresariais diferenciados, trazidas por empresários e engenheiros recém-formados das escolas europeias e nacionais (por exemplo, a Escola de Minas de Ouro Preto). Eles propõem transformações sociais que delimitam o desenvolvimento e a evolução histórica do setor empresarial e da indústria brasileira.

Uma análise dos estudos no Brasil, seja no primeiro período de industrialização da república, anos 1930/40 (período varguista) ou no segundo (segundo período de Vargas e período de JK), apontam para a centralidade das organizações no papel de formadores da condição urbana nacional. Empresas nacionais e estrangeiras definiram, à época, uma multiplicidade de aspectos dos núcleos fabris em formação, sejam eles rurais ou urbanos, da cultura agropecuária ou industrial. De aspectos econômico-financeiros aos mercadológicos, próprios dos negócios e das empresas, às definições humanas e sociais, que se formaram em decorrência da acumulação de riquezas e capital nesses centros.

Empresas brasileiras e estrangeiras estruturaram áreas de serviços e equipamentos sociais necessários à formação dos núcleos, além de substituírem, em certa medida, o papel do Estado. As relações desenvolvidas entre capital e trabalho determinaram transformações da sociedade brasileira no século XX, com importância fundamental para a construção do imaginário social e cultural de diversas regiões (Silva e Szmrecsányi, 2002; Szmrecsányi e Suzigan, 2002).

As atividades desenvolvidas pela então Companhia Siderúrgica Belgo-Mineira (CSBM) se concentravam, então, na produção de ferro e aço a partir de suas Usinas – Usina de Siderúrgica, em Sabará e Usina Barbanson, em João Monlevade, e promoviam o desenvolvimento social e urbano a partir da oferta de atividades relacionadas à infraestrutura

social e se buscava oferecer condições de crescimento às localidades ao mesmo tempo em que se exigiam investimentos e preocupações quanto ao entorno organizacional.

Além das usinas siderúrgicas, a empresa atuava em outras atividades diretamente ligadas aos seus processos produtivos, como por exemplo a produção de carvão vegetal uma vez que seus processos nele se baseavam, sendo então promovidas e desenvolvidas áreas de reflorestamento e criados hortos florestais e centros de produção de carvão. Tal fato decorria das escolhas ocorridas para as empresas do setor siderúrgico quando foram implantadas e determinadas as formas de produção a cada uma delas segundo o Decreto nº 4.801 de 9 de janeiro de 1924.

“Promover, mediante concurrencia publica, a construcção de tres usinas modernas com capacidade para a producção annual de 50.000 toneladas de aço cada uma; a primeira, no valle do Rio Doce, preferindo-se ahi o emprego de altos fornos electricos; outra, no valle do Paraopeba, para altos fornos, a coke mineral, preferindo-se o de carvão nacional; e a terceira, nas proximidades da região carbonifera de Santa Catharina, para altos fornos, consumindo coke nacional.

Paragrapho unico. Para a escolha das pessoas ou empresas que hajam de construir essas usinas, além da idoneidade industrial e financeira, exigirá o Governo que o contractante seja brasileiro e possua mina de ferro ou de carvão em lugar adequado, dentro da região designada, com os elementos necessarios ao trabalho e á vida de um centro de industria, verificada, no primeiro caso, a capacidade necessaria a uma longa exploração e o teor do minerio de ferro; e, no segundo caso, a importancia da jazida carbonifera, com a possibilidade de produzir coke metallurgico”⁵².

Dessa maneira determinadas, coube a cada empreendimento valer-se das benesses do Governo para implantar seu projeto e desenvolver seu empreendimento. Cada caso foi encampado por uma empresa, sendo que

“Houve um grande debate entre os defensores do carvão vegetal, do forno elétrico de redução e do coque. Curiosamente, a belgo ficou com o carvão vegetal, a Manesmann com fornos elétricos de redução e Volta Redonda [Companhia Siderurgica Nacional – CSN] com o carvão coqueificável de Santa Catarina”⁵³.

⁵² Decreto nº 4.801 de 9 de Janeiro de 1924

⁵³ POLANCZYK, p. 115, 2014.

Assim, determinou-se um plano de ação que se baseou na aquisição de áreas de vegetação e reservas florestais nativas se somaram ao desenvolvimento de florestas artificiais, em geral, plantação de eucaliptos, para fornecimento de matéria-prima aos altos-fornos.

“Em 1948 a Belgo começou já a fazer alguns experimentos com plantios de eucalipto para atender à demanda de carvão vegetal no futuro, pois havia já aquela preocupação, não só quanto à utilização da mata natural, mas também dessas matas acabarem um dia e não ter o carvão vegetal. Em 1948 a Belgo trouxe de São Paulo um técnico chamado Laércio Osse, que foi depois presidente da casa, e ele implantou um programa de pesquisa e posteriormente de plantios de eucalipto para atender essa demanda do carvão vegetal”⁵⁴.

“De 1948 a 1952, o Serviço [Florestal da Companhia Siderúrgica Belgo-Mineira] desenvolveu suas atividades e acumulou observações. A adaptação das normas da eucalipcultura extensiva ao novo meio foi feita durante esse tempo e, no seu decurso, o novo setor encontrou o seu lugar dentro da organização da Companhia.

Ao terminar o ano de 1952, estavam já em funcionamento 7 hortos, 3 nas proximidades da Usina de Monlevade, 2 na região de Santa Bárbara, um na região do Rio Doce e o último junto da Usina de Siderúrgica”⁵⁵.

Assim, os hortos florestais da Companhia se tornaram a principal fonte de matéria-prima siderúrgica, sendo a empresa pioneira no setor na instalação e desenvolvimento de áreas de plantações destinadas às reservas florestais. Para além dos hortos, foram implantadas diversas estruturas de apoio e gerenciamento, dentre elas, escritórios almoxarifado, residências, equipamentos sociais e infraestrutura rural para manutenção e a gerenciamento.

Em meados da década de 1950, a Companhia contava com um conjunto de hortos florestais conforme apresentado no quadro 1 a seguir.

⁵⁴ Acervo do Centro de Memória da Fundação ArcelorMittal Brasil – Projeto Memória & Identidade (M&I) – Depoimento 014.

⁵⁵ Companhia Siderúrgica Belgo-Mineira. Carvão Vegetal para Siderurgia, p. 8, 1955.

Horto	Localização	Características
Sítio Largo	Nova Era – Rio Piracicaba	Cerca de 3.000 hectares e 2.300.000 árvores.
Baú-Andrade	João Monlevade	Cerca de 2.500-3.000 hectares e 2.700.000 árvores.
Dacó	Santa Bárbara	Cerca de 3.000 hectares e 3.000.000 árvores.
Gaspar	Nova Era	Cerca de 1.000 hectares e 1.000.000 árvores.
Siderúrgica	Sabará	Cerca de 2.000 hectares e 300.000 árvores.
Rochedo	João Monlevade – Nova Era	Cerca de 1.000 hectares e 850.00 árvores.
Rio Doce	Coronel Fabriciano	Cerca de 3.000 hectares e 550.000 árvores
Carurú	Santa Bárbara – Rio Piracicaba	Cerca de 4.000 hectares e 570.000 árvores
Dionísio	Dionísio	Cerca de 20.000 hectares e 500.000 árvores (projeção de reserva de 50 milhões de árvores).
Serra do Congo	Santa Bárbara	Cerca de 1.000 hectares e 330.000 árvores
TOTAL		Cerca de 40.000 hectares e 12.000.000 árvores

Quadro 1 – Serviço Florestal CSBM – Hortos Florestais (1955)

Fonte: Adaptado de CSBM, p. 10-18, 1955

Uma das justificativas da empresa para a adoção de um sistema de fornecimento de carvão vegetal ao invés do carvão mineral, largamente utilizado nas siderúrgicas europeias e americanas se faz devido às características nacionais de largo território e ampla área de florestamento induzido de eucaliptos para fornecimento de matéria-prima à indústria.

“Muito se tem falado sobre as vantagens e desvantagens desse tipo de siderurgia. Outros países, com vastas reservas carboníferas minerais, próprias ou acessíveis, puderam abandoná-la. O mesmo, no entanto, não se dá em nosso país, onde a siderurgia a carvão de madeira ainda tem um papel vital a desempenhar, encarecendo, para esse fim, a necessidade de esforços técnicos e econômicos no sentido de seu aperfeiçoamento e renovação constante”⁵⁶.

Buscava-se na década de 1950, o desenvolvimento de um plano de abastecimento das Usinas, cuja planta principal em João Monlevade, consumiria uma quantidade de carvão vegetal estimada de 750.000 m³/ano que corresponderia, inicialmente em 5% do valor total, para o ano de 1954 e chegaria em sua totalidade, ano de 1971, de áreas de mata reflorestadas por eucalipto. (Gráfico 2)

⁵⁶ Companhia Siderúrgica Belgo-Mineira. Carvão Vegetal para Siderurgia, p. 3, 1955.

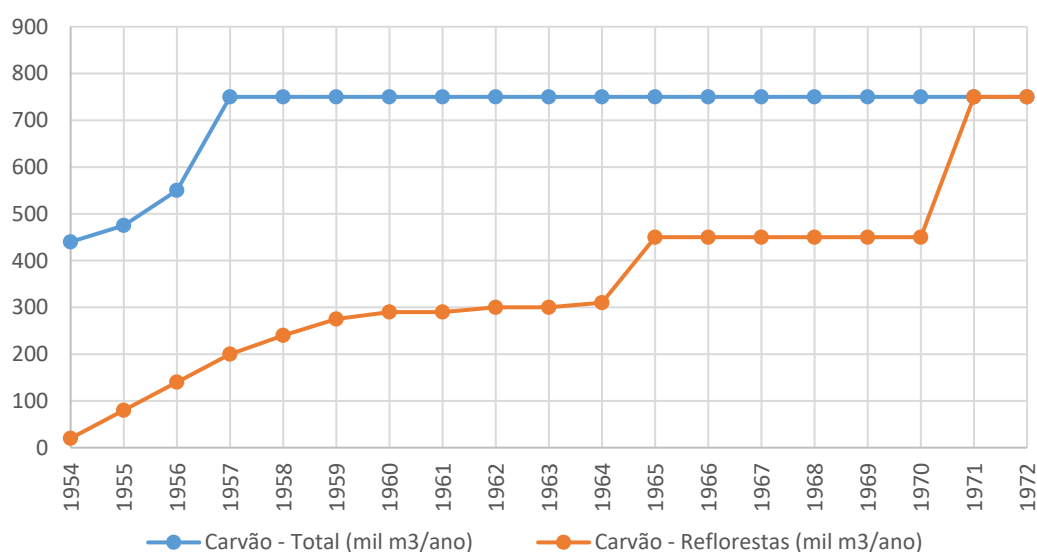


Gráfico 2 – Plano de Abastecimento de Carvão da usina de Monlevade

Fonte: Adaptado de CSBM, p. 17, 1954

Para implantação do plano, tem-se o início da década de 1960 como etapa preliminar de seu cumprimento cujo cronograma definido pela Companhia alcança sua projeção com uma realidade ajustada para 125 mil hectares de áreas de plantio e capacidade produtiva nominal de 310 milhões de árvores o que determinava um incremento de 10 (dez) para 18 (dezoito) hortos florestais e 25 frentes de trabalho, cuja grandiosidade de implantação e recursos humanos se apresenta conforme abaixo.

“Número superior a 5 mil trabalhadores, entre homens e mulheres, estão empregados nas atividades da cultura florestal da Companhia. Pouco mais da metade deles mora nos próprios hortos, onde, já foram construídas perto de 1.200 casas com requisitos básicos e conforto e higiene, formando, assim, comunidades rurais progressistas”⁵⁷.

Observa-se, assim, que a Companhia implantava métodos inovadores e pioneiros para o setor em seu primeiro período de expansão, durante o qual as preocupações com os processos produtivos dividiam suas atenções às políticas sociais e de integração com as sociedades onde se inseria.

A necessidade de suprimento das questões sociais e compartilhamento das atividades sociais com as instâncias públicas levou a empresa a desenvolver entre empregados

⁵⁷ Companhia Siderúrgica Belo-Mineira. Uma História de Pioneirismo, p. 20, 1961.

e empresa um conjunto de relações que estavam configuradas segundo particularidades quanto aos vínculos existentes entre os núcleos produtivos e os respectivos empregados. Neles não se estabeleceram tão somente as relações profissionais e do capital, mas um conjunto de atividades sociais, de lazer e culturais que eram implantadas de acordo com as necessidades e condições sociais observadas à época.

Percebe-se, nesse sentido, sinais de paternalismo e de certo controle social que se constituem e se tornam importante fator para a definição das relações existentes entre empresa e sociedade. Tais aspectos são determinantes às atividades desenvolvidas tanto no âmbito organizacional quanto social e garantem certa legitimidade nas ações da empresa e interdependência social.

As atividades da organização procuravam, desta forma, apresentar maior visibilidade das preocupações da Companhia para com seus empregados, característica que deve ser enfatizada nesse momento histórico da vida social brasileira em consequência de uma certa bipolaridade das questões sociais cujos focos desdobravam-se entre Estado e Empresas, que tomavam para si certa centralidade da vida dos empregados. Tal influência na formação ou no desenvolvimento das cidades pode ser percebido principalmente em João Monlevade, mas em menor proporção, mas não em menor intensidade em Sabará, sendo assim, um dos principais fatores de aglutinação social e mesmo de formação cultural dos centros em que a organização se estabelecia.

Um modelo de expansão e estruturação da empresa durante o período do estudo, ou seja, entre as décadas 1920/50, encontra-se apresentado abaixo na Figura 9.

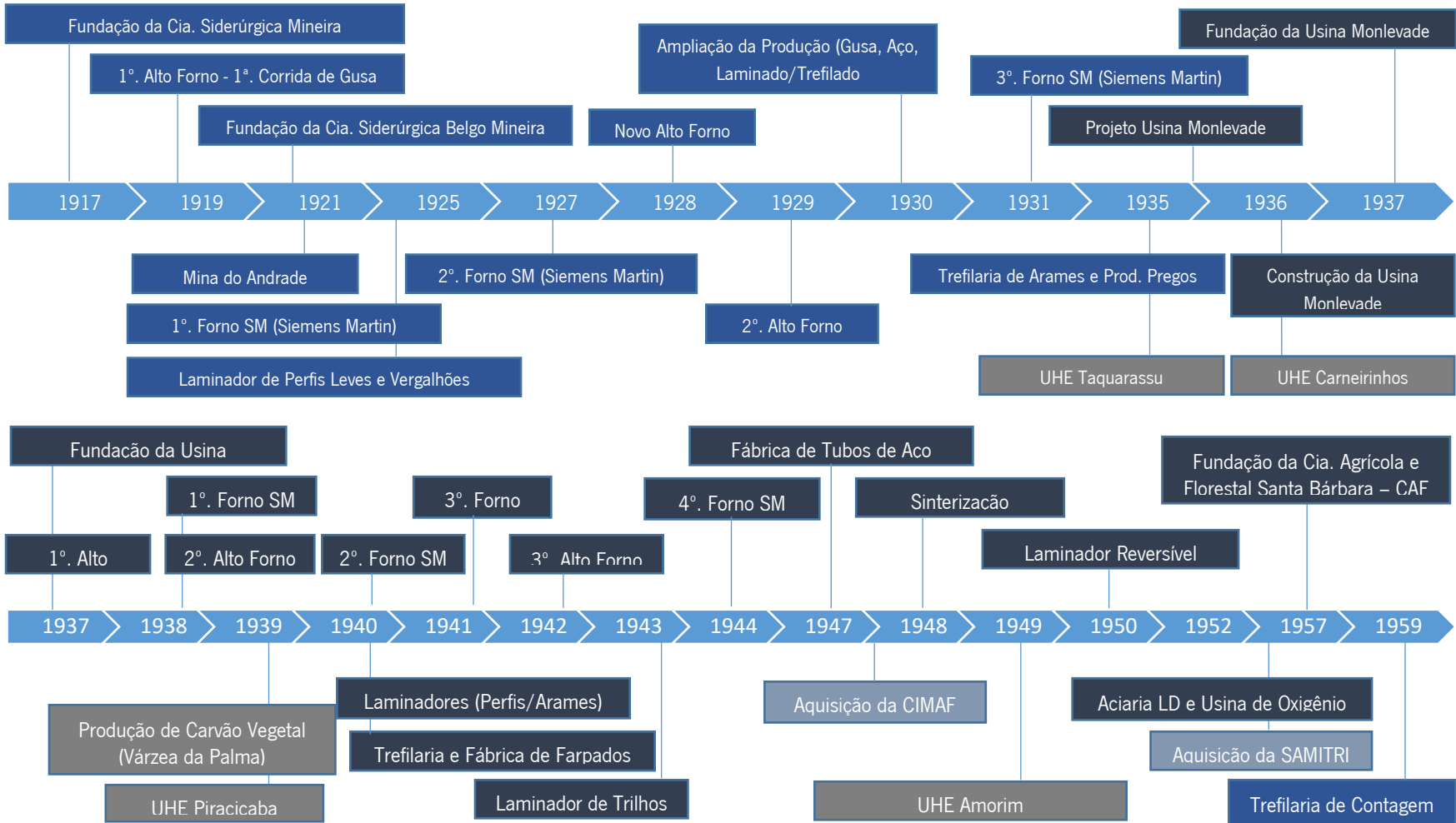


Figura 9 – Evolução da Estrutura Empresarial – Cia. Siderúrgica Belgo Mineira
Fonte: Elaborado pelo Autor, 2016.

A segunda metade nos anos 1960 apresenta uma atuação da Belgo-Mineira volta-se para o ambiente interno buscando oferecer melhores condições de trabalho aos empregados e garantir qualidade e produtividade às suas atividades industriais. As principais ações voltavam-se então às equipes de Medicina e Segurança do Trabalho e de Qualidade Total na companhia, tendo a primeira uma atuação destacada na década de 1970 e a segunda imprimiu um desenvolvimento calcado no modelo japonês na década de 1980.

Desta forma, a empresa concilia seus objetivos à necessidade de mão-de-obra qualificada e especializada que permite aos funcionários adquirirem conhecimentos gerais e técnicos posteriormente aproveitados nos processos de gestão e produtivos da empresa e que contribuiriam para atingir resultados e obter qualidade e produtividade.

Nas duas últimas décadas do século XX aos dias atuais, a organização retoma um viés de preocupação social, entretanto, diferente daquele ocorrido no início das suas atividades até a metade do século. Em compartilhamento com o Estado, são desenvolvidas diversas formas de atuação que visam desenvolver atividades de responsabilidade social e atuação cidadã. Esta 'nova' caracterização de ação organizacional, diferenciada quanto ao primeiro período, tem como ponto central construir uma visão de sustentabilidade e se constitui a partir de ações que contribuam a maior visibilidade e envolvimento social da organização junto às coletividades de seu entorno, além de contribuir para a construção de laços de proximidade à sociedade.

Esta diferenciação em relação ao período anterior, de pleno desenvolvimento e expansão, deve-se, de certa maneira, segundo Coutinho e Ferraz (1994) às mudanças e exigências tecnológicas, produtivas e organizacionais às quais as empresas devem se adaptar. O primeiro período, primeira metade do século XX, determinou à Companhia uma postura empreendedora e de parceria a partir das experiências estrangeiras, principalmente europeias. Instalaram-se as áreas produtivas, complementadas por equipamentos e infraestrutura urbanos; ao final do século XX, com os processos internacionalizados e tecnologia nacional própria voltou-se para uma análise global das atividades e uma visão integrada do setor siderúrgico e com o mercado externo.

“Em termos de tecnologia: Hoje a tecnologia é quase que universal, não tem grandes dificuldades para se comprar tecnologia, comprar um Alto-Forno, uma laminadora. Mas, antes da década de 50 essa dificuldade era muito grande, tinha que realmente ter soluções internas. Também na área de mineração vieram técnicos estrangeiros - porque a siderurgia já era tradicional lá na Europa – para desenvolver a produção, a racionalização da produção. Naquela época tudo era feito em carrocinha, em carrinho, em cima de uns trilhos, a tirada era quase na picareta. Eu acredito que ainda assim eles trouxeram o que havia de mais moderno na Europa, o que mesmo assim ainda era muito empírico. A Belgo, por necessidade, tinha toda uma fase de atividades não somente na produção do aço, mas tinha fundição, modelagem, tinha uma cerâmica para produzir tijolos, ou para construção de casas ou para utilização dentro das usinas. Era praticamente tudo verticalizado, desde a tirada do minério, desde o carvão. Na época ela utilizava muito o empreiteiro, não tinha mão-de-obra própria dela; colocava uma chefia, tinha uma administração regional e fazia contratos com fazendeiros ou com pequenos empresários que quisessem produzir carvão utilizando mão-de-obra deles e vendendo o carvão para a Belgo. Em todas essas fases (áreas) nós tivemos a participação de técnicos estrangeiros para o desenvolvimento aqui. E muita coisa foi criada, desenvolvida aqui dentro. Depois da década talvez de 50 já tinham surgido novas tecnologias lá na Europa em termos de laminação, de aciaria, etc. e aí passou-se a utilizar essas tecnologias. O trem Morgan mesmo é um, que foi construído na década de 50 e durante muitos anos foi considerado o que havia de mais moderno. O Forno LD, que foi o pai de um presidente da Belgo que desenvolveu, o Dr. Hans Schlacher, a Belgo Mineira comprou também essa tecnologia e hoje continua. O novo Alto-Forno de Monlevade também foi construído com a tecnologia de uma empresa associada da ARBED, utilizando o que há de mais moderno no mundo”⁵⁸.

“A Belgo, como toda sociedade brasileira, não ficou imune às mudanças. O início da gestão pela qualidade era o primeiro grande ensaio para a mudança geral de posicionamentos, na década de 90. As mudanças seriam rápidas e radicais – nos conceitos de planejamento, de comunicação empresarial, na tecnologia da informação, na gestão de recursos humanos, na percepção e análise do ambiente organizacional, em todas as instâncias do Grupo, fossem elas tangíveis ou intangíveis. Ao mesmo tempo, era necessário aumentar a escala de produção, para que a empresa se tornasse mais competitiva. Era necessário, enfim, adotar um “choque de gestão”⁵⁹.

Além disso, as transformações decorrentes de uma estrutura mercadológica diferenciada, não mais bipolarizada, mas multifacetada, traz consigo diferentes efeitos nas relações comerciais e determina uma nova relação entre as companhias internacionais e

⁵⁸ Acervo do Centro de Memória da Fundação ArcelorMittal Brasil – Projeto Memória & Identidade (M&I) – Depoimento 014.

⁵⁹ Moyen, p. 149, 2007.

transnacionais. Com isso o mercado interno se vê diante de uma abertura comercial diferenciada que determina novos posicionamentos e definições quanto ao papel do Estado.

Assim, a atuação da empresa passa a ocorrer de forma a adaptar-se aos novos paradigmas de competitividade e produtividade que estão colocados como fatores determinantes ao sucesso empresarial, vinculado a uma atuação voltada à sustentabilidade do negócio e à gestão ética e cidadã. Esta redefinição das estratégias e dos processos empresariais gera um posicionamento organizacional próximo à sociedade e à comunidade, nos quais há um envolvimento dos trabalhadores – através de papéis voluntários – bem como ações de formação humanística junto aos grupos de influência.

A Companhia Siderúrgica Belgo-Mineira adentra o século XXI como uma das maiores do mundo, por sua atuação e capital internacionais, sendo reestruturada em 2002 com a criação do grupo ARCELOR – fusão dos grupos **ARBED** de Luxemburgo, **ACERALIA** da Espanha e **USINOR** da França. Esta necessidade se cumpre a partir da busca por uma atuação transnacional e em decorrência da reestruturação do mercado internacional o que a levou a parcerias internacionais e fusão com outros grupos mundiais do ramo de siderurgia e metalurgia.

“Especificamente em relação à siderurgia, ao mesmo tempo em que o cenário macroeconômico brasileiro do período [anos 1990/2000] exigia das empresas implantadas no País rápidas adequações, o panorama nacional e internacional do setor iniciava intenso processo de reestruturação, com claras tendências de fusões entre os grandes grupos empresariais e redefinições do perfil de mercados. Além disso, também eram revistos antigos conceitos tecnológicos, o que refletiria diretamente nas operações siderúrgicas”⁶⁰.

“A ArcelorMittal Brasil tem uma longa história de atuação nas comunidades com as quais se relaciona, promovendo e patrocinando projetos para melhorar a qualidade de vida da população e a construção de uma sociedade sustentável e justa. O foco é beneficiar as comunidades e estimulá-las a se desenvolver por meio da geração de valor, beneficiando áreas de [educação, promoção social, cultura, saúde, meio ambiente e infraestrutura urbana]”⁶¹.

⁶⁰ Moyen, p. 151, 2007.

⁶¹ ArcelorMittal Brasil. Responsabilidade Corporativa. Fundação Arcelor Mittal Brasil. Página Web: <http://brasil.arcelormittal.com.br/responsabilidade-corporativa/enriquecer-comunidades>

Em relação às empresas nacionais do grupo – Belgo-Mineira, Acesita e Companhia Siderúrgica de Tubarão – a Companhia das empresas manteve preservadas a autonomia e independência de operação, sendo que a CSBM buscou dar continuidade às ações de responsabilidade corporativa social.

“[...] excelência é resultado de um sistema de gestão eficiente, baseado nos princípios da Qualidade Total. Mas, acima de tudo, é resultado do compromisso com a conduta ética, um valor que a empresa faz questão de agregar aos seus produtos e serviços. O equilíbrio entre meio ambiente, bem-estar e produtividade decorre de ações pautadas principalmente pelo diálogo com os empregados e pelo manejo inteligente das florestas homogêneas ou nativas, bem como do bom relacionamento com clientes, parceiros e fornecedores”⁶².

A partir de 2006 a Companhia foi adquirida pelo grupo Mittal Steel Company, cujo braço brasileiro da empresa passou a denominar-se ArcelorMittal Brasil S.A., sediada em Luxemburgo, que se define a partir do tripé sustentabilidade-qualidade-liderança, para reafirmar sua atuação e desenvolver atividades relacionadas parâmetros para uma atuação ética e cidadã.

Tem-se abaixo uma evolução cronológica estrutural da Companhia ao longo de sua centenária existência (Figura 10)

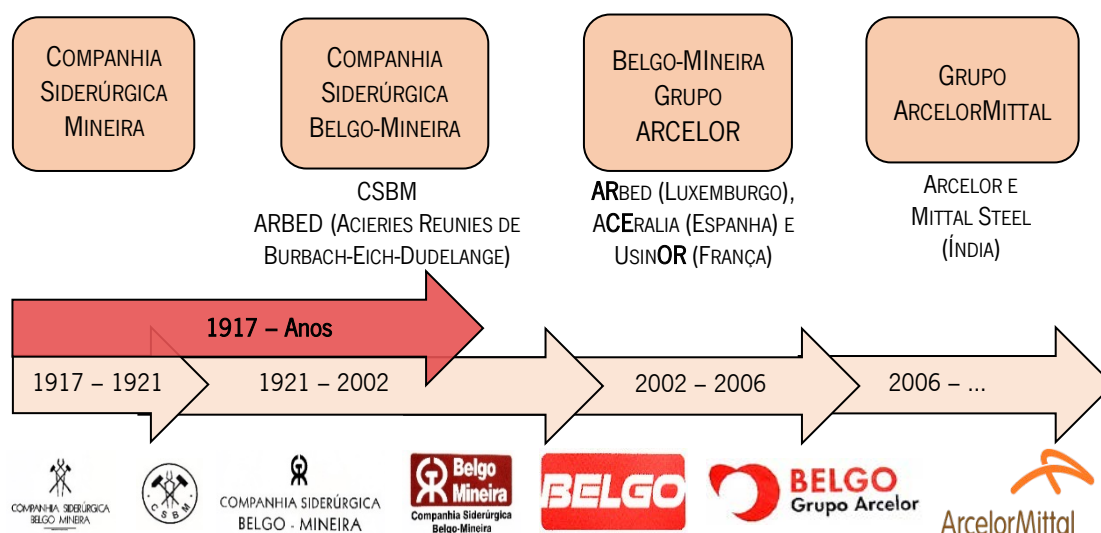


Figura 10 – Estrutura Empresarial da Companhia Siderúrgica Belgo-Mineira (Cronologia)

Fonte: Elaborado pelo Autor, 2016.

⁶² CSBM, Relatório Anual, 2002).

Os primeiros anos do século XXI, a empresa, como membro-associado ao Instituto Ethos⁶³ – tendo se destacado por vários prêmios recebidos – vem diversificando sua atuação social, a qual busca contemplar os fatores considerados relevantes para uma gestão comprometida com os diversos atores, que direta ou indiretamente, estão envolvidos com as atividades da Companhia.

As ações implementadas pela empresa ocorrem de maneira compartilhada às atividades desenvolvidas pelos órgãos governamentais, muitas vezes determinando ações conjuntas. Assim, o papel do primeiro e do segundo setores, em função da diversidade de ação e das formas de condução dos processos produtivo e administrativo público tem tomado forma híbrida que concorrem entre si, mas se complementam.

⁶³ O Instituto Ethos de Empresas e Responsabilidade Social “é uma organização não-governamental criada com a missão de mobilizar, sensibilizar e ajudar as empresas a gerir seus negócios de forma socialmente responsável, tornando-as parceiras na construção de uma sociedade sustentável e justa”. www.ethos.org.br.

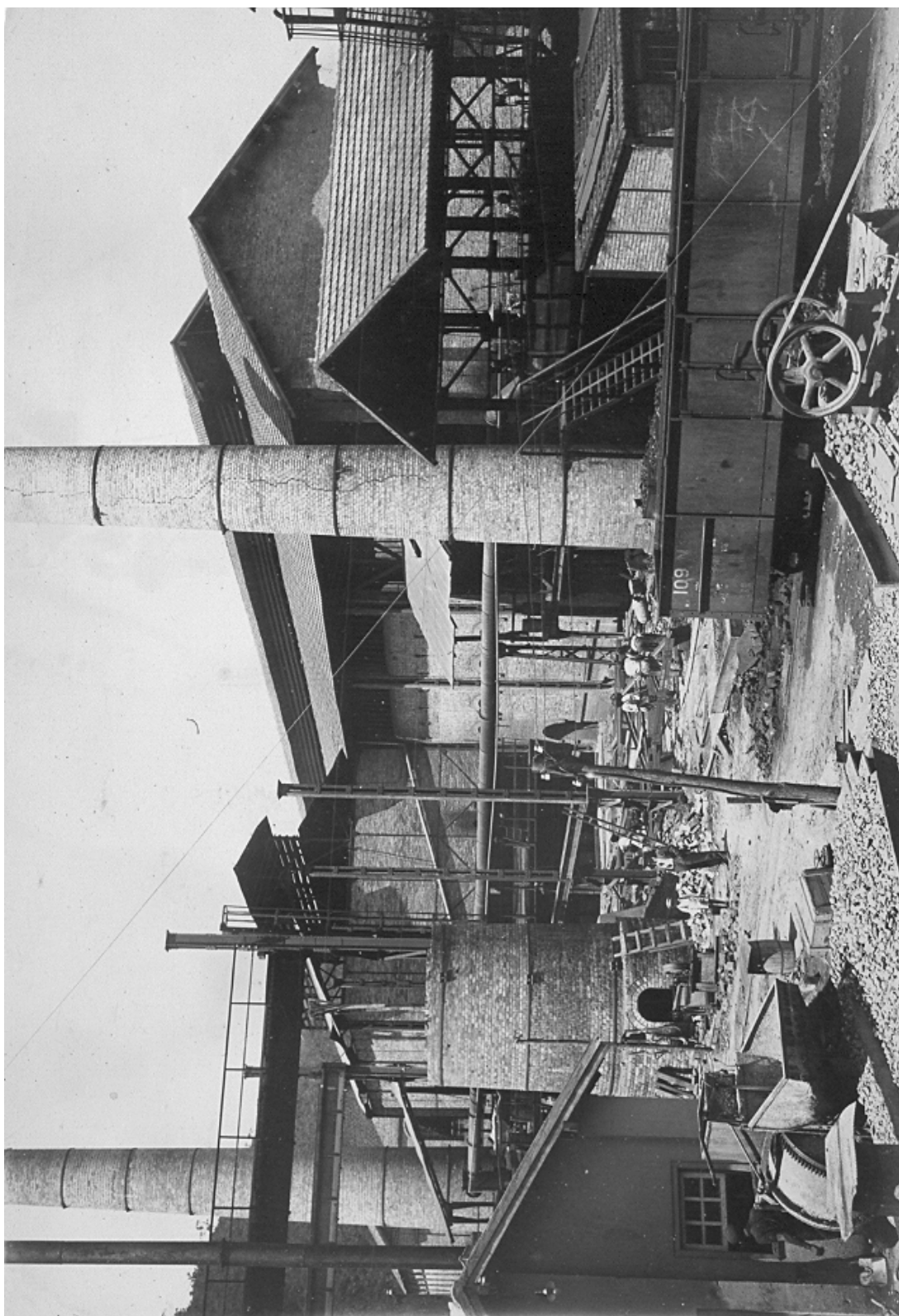


Figura 11 – Construção do Alto-Forno da Usina de Siderúrgica, Sabará, 1927.
Fonte: Acervo do Centro de Memória da Fundação ArcelorMittal Brasil, 2016

8. EMPRESA, PATRIMÔNIO E MEMÓRIA

8.1. EMPRESA, PATRIMÔNIO E INFRAESTRUTURA

As relações existentes entre empresa e sociedade iniciam-se antes mesmo de sua fundação, pois as estratégias definidas para a implantação da Companhia Siderúrgica Mineira, entre os anos de 1917 a 1921, se estabelecem com a redefinição das políticas econômicas e desenvolvimentistas dos primeiros governos republicanos brasileiros.

As mudanças decorrentes da Proclamação da República decorrem de políticas econômicas que visam incrementar e desenvolver a indústria brasileira a partir de leis de incentivo à implantação de indústrias e de exploração das riquezas naturais do País.

Um dos exemplos que incentivaram o desenvolvimento do parque industrial brasileiro e elevaram os investimentos em território nacional pode ser associado ao Decreto nº 2.406, de 11 de janeiro de 1911 que autoriza o Governo a conceder favores, sem monopólio, às empresas a serem organizadas no país para exploração da indústria siderúrgica. E, igualmente, ao Decreto nº 8.592, de 8 de março de 1911 o qual aprovava o regulamento geral para as concessões de isenção de direitos aduaneiros para importação ou consumo. Dentre eles, incluíam-se no Item V, para indústrias, os itens de expediente dos gêneros livres de direitos:

“Os machinismos e seus sobressalentes e também os materiais de custeio de mineração, importados directamente pelas empresas de mineração para consumo proprio. Nos materiais de custeio se comprehendem sómente as substancias chimicas, os esplosivos, os metalloides e metaes simples e o material de extracção e transporte na mina, necessarios áquelles trabalhos”⁶⁴.

Que foi complementado pelas legislações posteriores, Decretos nº 12.943 e nº 12.944, de 30 de março de 1918 que instituíram favores em proveito da indústria de extração e beneficiamento de carvão mineral, o primeiro, e à indústria siderúrgica, o segundo, segundo a necessidade observada pelo Presidente da República à época em estimular a produção do ferro e aço, amparados pelo Decreto nº 3.316, de 16 de agosto de 1917.

⁶⁴ Decreto nº 8.592, Diário Oficial da União – Seção 1, p. 2635, 10/3/1911.

“Tomar as providencias necessarias para a) amparar e fomentar a producção nacional, pelo modo mais conveniente com as garantias e fiscalização necessarias, podendo celebrar para tal fim, os accôrdos que julgar acertados; b) promover a extração do carvão de pedra nacional e a construção de vias ferreas para seu transporte; c) desenvolver a do aço; d) apparelhar navios para o commercio entre os portos do paiz e entre estes e os do exterior”⁶⁵.

Com isso institui-se oportunamente a Companhia Siderúrgica Mineira, cujos estatutos foram registrados na Junta Comercial e oficializados pela Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais em janeiro de 1917. (Figura 12)



Figura 12 – Usina Siderúrgica, Sabará, Anos 1920.

Fonte: Acervo do Centro de Memória da Fundação ArcelorMittal Brasil, 2016.

Configuradas as relações com o Estado brasileiro, a empresa desenvolve ações junto ao governo federal para iniciar as atividades siderúrgicas, dentre elas a obtenção de benefícios para extração de matéria-prima.

Dentre os benefícios alcançados e a negação de outros, tem-se alguns registros no Diário Oficial da União, órgão de imprensa em que se publicam os atos do governo federal, assinalados a seguir:

⁶⁵ Art. 1º, n. I, letra a, Decreto nº 3.316, Diário Oficial da União – Seção 1, p. 8625, 17/8/1917.

“MINISTERIO DA VIAÇÃO OBRAS PUBLICAS, Directoria Geral de Viação, Primeira secção, Expediente do Sr. Ministro, Dia 5 de julho de 1917, Sr. director da Estrada de Ferro Central do Brasil: [...] Attendendo ao que solicitastes em officio n. 1.979, de 25 de mez findo, autorizo-vos a ceder à Companhia Siderúrgica Mineira 300 a 400 metros cúbicos de pedra da pedreira de Ribeirão da Matta, a título de auxílio à indústria do ferro, correndo à despesa da extracção por conta da referida companhia (aviso n. 273)”⁶⁶.

“MINISTERIO DA VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS, Directoria Geral de Viação, [...] Requerimentos despachados [...] Companhia Siderurgica Mineira, pedindo 40 trilhos usados, por compra, afim de empregal-os na construcção de um forno destinado á producção do ferro guza.— Indeferido”⁶⁷.

“MINISTERIO DA VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS, Directoria Geral de Viação, [...] Estrada de Ferro Central do Brasil – Expediente de 23 de janeiro de 1918 [...] Despachos do Sr. Director [...] Companhia Siderurgica Mineira. — Sim, do accôrdo com a petição e mediante o pagamento do material fixo a ser fornecido pela estrada, material que, segundo a avaliação feita, importará em 2:500\$000”⁶⁸.

Observa-se assim que os primeiros anos da empresa, antes de sua internacionalização, por meio da fusão com a empresa belgo-luxemburguesa, determinou-lhe os primeiros passos com certa oscilação entre as garantias e benefícios para a execução das atividades e as dificuldades de se estabelecer como empresa nacional siderúrgica com certa competitividade no mercado regional e nacional.

Um dos possíveis exemplos a serem considerados para os resultados aquém das expectativas dos fundadores refere-se à limitada capacidade de geração de energia para funcionamento da indústria recém-inaugurada. A produção de energia, à base de carvão à época e o baixo investimento determinaram a reutilização do combustível da própria fábrica, o gás dos altos fornos, além de limitar o processo produtivo.

“Quando a Belgo empreendeu, em 1921, o desenvolvimento da Usina de Sabará, não havia em Minas Gerais nenhum plano de eletrificação ou qualquer organização estatal que se assemelhasse à Cemig”⁶⁹.

⁶⁶ Diário Oficial da União, p. 7122-3, 06/07/1917.

⁶⁷ Diário Oficial da União, p. 11849-50, 13/11/1917.

⁶⁸ Diário Oficial da União, p. 1305-6, 24/01/1918.

⁶⁹ CEMIG – empresa estatal de do Estado de Minas Gerais responsável pelo fornecimento de energia elétrica. Criada em 1952, Centrais Elétricas de Minas Gerais, a partir do Plano de Eletrificação do Estado implantado pelo governador Juscelino Kubitschek. Na década de 1980 foi reestruturada e renomeada para Companhia Energética de Minas Gerais (1984) para coordenar as atividades da cadeia de gestão e produção energética do Estado. (CEMIG, 2005).

“A energia utilizada para a movimentação da usina era então gerada internamente, em dois “Centros de Força Motriz” que transformavam o gás dos altos fornos em eletricidade por meio de motores a gás. Ao todo, existiam quatro motores que, juntos, respondiam pela geração de 1.900 Kw de energia. A quantidade gerada, no entanto, era insuficiente para o consumo da Usina de Sabará. Um antigo empregado narrou certa vez que por falta de energia elétrica, o laminador somente trabalhava na parte da manhã, parando na parte da tarde, quando funcionava a fábrica de cimento”⁷⁰.

Entretanto, os baixos investimentos e capacidade de produção levaram a Companhia a instituir, pouco tempo após sua fundação, associação a um conjunto de investidores internacionais, graças à influência de seus fundadores e estreito relacionamento político com o governo luxemburguês. Dessa maneira, em 1921, a empresa se reorganiza, sendo constituída a Companhia Siderúrgica Belgo-Mineira a partir da assembleia geral da antiga Companhia em 11 de dezembro de 1921, publicada no órgão oficial do Estado de Minas Gerais em 12 e 13 de dezembro do mesmo ano. Uma ideia da proposta de se criar uma empresa competitiva no mercado se verifica no próprio corpo das atas da assembleia, em que se tem os seguintes argumentos para sua constituição.

“Tendo a directoria verificado ser insuficiente o capital social para dar aos trabalhos o impulso que carecem e são imprescindíveis para, aproveitando as circunstancias dos mercados, crear as condições de viabilidade uma industria como a da fabricação do ferro e do aço, procurou estudar os meios mais convenientes para obviar essa falta.

Durante esse período de estudos apresentou-se a oportunidade de entrar em relação com um grupo belgo-luxemburguez capaz de trazer os capitães e as competencias necessarias para assegurar á nossa Companhia a realização de seus fins com a maior amplitude possível”⁷¹.

Após o processo de internacionalização, a empresa continua em desenvolvimento e se incrementam as relações com o estado com a obtenção de benefícios e parcerias com empresas brasileiras e com a importação de materiais e construção de relações internacionais de mercado, principalmente flamenco. Tal situação decorre do aumento de capital gerado pela

⁷⁰ Belgo-Mineira Arcelor, Boletim Eletrônico Memória Belgo, a. I, n. 6, 21/07/2003.

⁷¹ Companhia Siderúrgica Mineira, Acta da Assembleia Geral Extraordinária, 11/12/1921.

associação com os belgo-luxemburgueses, que se observa nas publicações oficiais à época, em 1922, assim como em publicações periódicas do país.

“Ao Publico, A Companhia Siderurgica Mineira, tendo augmentado seu capital de 350 contos para 15 000 contos, funciona actualmente sobre a denominação de Companhia Siderurgica Belgo-Mineira. O augmento do capital foi totalmente subscripto na Europa; não obstante a companhia cordealmente offerece aos brasileiros a oportunidade de collaborarem nessa empresa, cedendo logar aos accionistas nacionais mediante retirada de uma parte do capital já subscripto”⁷².

“A Companhia Siderurgica Belgo-Mineira mantém em actividade o forno alto de Sabará com uma producção média diaria de 25 toneladas de guza para moldagem e deve em breve inaugurar a fabrica de cimento para aproveitamento de escorias.

Tem em construcção uma fabrica para 2.^a fusão do ferro guza e um forno Martin para fabricação do aço, pretendendo ainda levantar um segundo forno alto em Sabará e construir no Monlevade outra usina com 4 fornos altos”⁷³.

As inserções de notificação de ampliação do capital da empresa no periódico oficial, replicadas em pelo menos meia dúzia de vezes durante o mês de fevereiro de 1922, visavam atrair o mercado financeiro para a empresa e consequentemente permitir não somente o subsidio das atividades manufatureiras, como dar sustentabilidade ao capital.

A confluência de interesses nacionais àqueles observados pela Companhia quanto ao desenvolvimento da siderurgia no Brasil seguiu-se com diversos elementos de incentivo, dentre os quais se destacam as legislações aplicadas ao setor. Dentre elas observam-se algumas normas específicas que estiveram vigentes no período dos anos 20/30:

- Lei nº 3.991 de 05/01/1920 – Instituição de providências diversas, dentre elas estímulo à produção do ferro e do aço, e condições de importação e expediente para a construção e exploração de linhas férreas, minas, fábricas e seus produtos. (Art. 53, n. XXIV)
- Decreto nº 4.246, de 06/01/1921 – Instituição dos direitos de exploração da indústria metalúrgica estabelecida no País, mediante contrato com o Governo da União e prorroga por dois anos os decretos ns. 12.943 e 12.944, de 30 de março de 1918, que instituem favores em proveito do carvão nacional e da indústria siderúrgica.

⁷² Diário Oficial da União, p. 2585, 2/02/1922.

⁷³ Periódico “O Pharol”, edição 68, 27 Julho 1922, p. 1.

- Decreto nº 4.422, de 28/12/1921 – Autorização do Poder Executivo para abrir o crédito especial de para atender pedidos de auxílio de empresas ou companhias, dentre elas a Companhia Siderúrgica Belgo-Mineira.
- Decreto nº 16.103, de 18/07/1923 – Concessão à Companhia Siderúrgica Belgo-Mineira, os favores constantes do decreto n. 12.944, de 30 de março de 1918, e do art. 1º do decreto legislativo
- n. 4.246, de 6 de janeiro de 1921, para o desenvolvimento da indústria siderúrgica nas propriedades em Sabará, Minas Gerais.
- Decreto nº 16.214, de 28/11/1923 – Abertura junto ao Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio de crédito especial para atender ao pagamento do empréstimo de igual quantia à Companhia Siderúrgica Belgo-Mineira, para o desenvolvimento da indústria siderúrgica em Sabará, Minas Gerais.
- Decreto nº 4.801 de 09/01/1924 – Autorização do Poder Executivo para amparar a exploração industrial siderúrgica e carbonífera e outras providências
- Decreto nº 17.091, de 21/10/1925 – Regulação da concessão de favores às indústrias de siderurgia e metalurgia com relação à isenção de impostos de importação e taxas de expediente e empréstimos para instalação e ampliação das instalações por períodos determinados.
- Decreto nº 22.717, de 16/05/1933 – Aprovação do novo regulamento sobre faturas consulares e outras providências.

A reestruturação da empresa no ano da incorporação belgo-luxemburguesa levou a um relevante aumento da capacidade produtiva, já em 1923 quando a empresa se consolida por meio de contratos realizados, em especial a Estrada de Ferro Oeste de Minas com a qual se relaciona ao fornecer material siderúrgico.

“Contracto celebrado entre a Estrada de Ferro Oeste de Minas [...] e Companhia Siderurgica Belgo Mineira, para o fornecimento de aço, ferro e metaes necessarios aos serviços da Estrada durante o primeiro semestre de mil novecentos e vinte e três. [...] Companhia Siderurgica Belgo-Mineira: 130.000 kilos de ferro gusa para fundição ... \$207 ... 26:910\$000 ... Somma 26:910\$000 [...] O ferro guza será entregue, pela Companhia Siderurgica

Belgo Mineira, na Estação de Siderurgica, da Estrada de Ferro Central do Brasil”⁷⁴.

Uma vez a empresa estabelecida, com parte de seu processo produtivo implantado e capaz de fornecer ferro gusa ao mercado nacional, tem-se consolidada sua atuação através da relação com o poder executivo e a necessidade de estimular o desenvolvimento da indústria siderúrgica nacional.

Por meio do Decreto N. 16.103, de 18 de julho de 1923 (Anexo 3), a empresa firma um compromisso junto ao governo federal em que se tem definidos os níveis mínimos de produção, além de determinadas outras providências, como diversas concessões a impostos e direitos de importação de equipamentos, ampliação de instalações, importação e exportação de insumos e produtos, dentre outros. Além desses incentivos, ao final do mesmo ano, a Companhia recebe um incentivo financeiro, por meio do governo federal, de empréstimo para ampliação da capacidade produtiva.

“ACTOS DO PODER EXECUTIVO – Decreto N. 16.214 – de 28 de novembro de 1923, Abre ao Ministerio da Agricultura, Industria e Comercio, o credito de 1.800:000\$, para attender ao pagamento de emprestimo de igual à Companhia Siderurgica Belgo-Mineira, para o desenvolvimento da industria siderúrgica nas suas propriedades em Sabará, no Estado de Minas Gerais”⁷⁵.

Seguem-se ainda outros benefícios concedidos em janeiro de 1924 a partir de assinados contratos para a concessão de favores junto ao Governo Federal, relativos aos empréstimos financeiros, à confirmação ou complementação daqueles anteriormente obtidos em que se busca o desenvolvimento da indústria siderúrgica nacional com a aplicação de recursos e ampliação da capacidade produtiva no complexo siderúrgico da empresa em Sabará. (Decreto N. 12.944, 30/03/1918 e artigo 1º. do Decreto N. 4.246, 06/01/1921, quanto aos favores definidos no art. 53, n. XXIV, da Lei N. 3.991, de 05 de janeiro de 1920 (Anexo 5).

⁷⁴ Diário Oficial da União, p. 7784-5, 15/03/1923.

⁷⁵ Diário Oficial da União, p. 30607, 1º/12/1923. (Anexo 4)

Com os devidos compromissos firmados, a Companhia busca participar das diversas atividades desenvolvimentistas referentes à indústria nacional, com a participação nos processos licitatórios e concorrências públicas ocorridas à época, como o abaixo apresentado.

“MINISTERIO DA VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS, Estrada de Ferro Central do Brasil, CONTRACTO N. 20, Contracto celebrado com a Companhia Siderurgica Belgo Mineira para venda de escolhas de escorias o residuos de destilação – peixe [leia-se pixe] e gasolina – da Usina de Gaz de 5abará, durante o corrente anno”⁷⁶.

Os anos seguintes foram de baixa expansão do processo de produção o qual não permitiu um investimento adequado na estrutura da siderúrgica com reflexo na baixa capacidade produtiva. Estes aspectos de baixa absorção dos produtos siderúrgicos estão apresentados no livro Louis Enschedé, de CSBM (1953) em que se tem o seguinte relato:

“Apesar desses seus recursos financeiros, respeitáveis para a época, a Belgo-Mineira progrediu muito lentamente de 1921 a 1927. Com efeito, quando o Sr. Louis Enschedé assumiu a sua direção, em 10 de novembro de 1927, não possuía ela senão um alto forno, um forno de aço e um laminadouro, com uma produção de apenas 6.000 toneladas por ano, aliás dificilmente absorvida pelo mercado nacional, que preferia valer-se do aço importado”⁷⁷.

Apesar da produção interna reduzida, percebe-se que o investimento na infraestrutura industrial nacional siderúrgica levou à diminuição das quantidades importadas, em toneladas métricas e taxas percentuais, referentes à importação de produtos metalúrgicos/siderúrgicos, ainda anterior ao processo de incorporação da Companhia Siderúrgica Mineira pelos luxemburgueses, conforme a comparação dos valores totais apresentada no gráfico 3.

⁷⁶ Diário Oficial da União, p. 30607, 10/07/1924.

⁷⁷ Companhia Siderúrgica Belgo Mineira, 1953, p. 58.

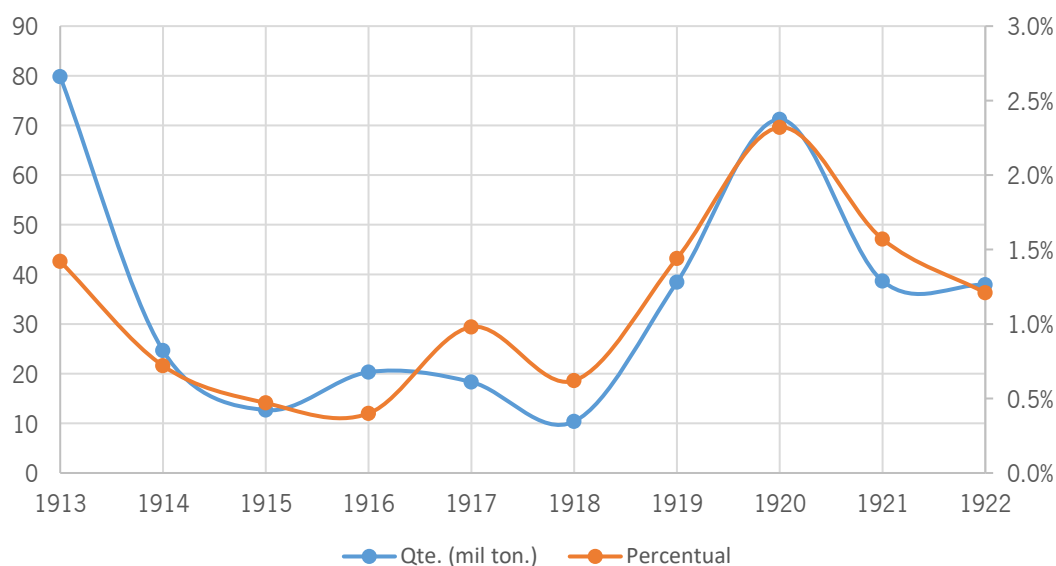


Gráfico 3 – Mercado Brasileiro – Importação de Ferro e Aço (1913-1922)
 Fonte: IBGE, p. 52-53, 1923.

Os níveis produtivos apresentam que as necessidades de importação e do mercado interno perduraram em decorrência da demanda interna e da desconfiança do mercado ao produto nacional. Estas considerações refletem, de certa forma, o pequeno desenvolvimento da indústria do aço e do ferro no Brasil. As dificuldades para a indústria se estabelecer frente aos importadores existentes no mercado internacional à época estava determinada pela diferença de custos, seja do processo de produção, das matérias primas e dos produtos finais ou da capacidade de competitividade externa e baixa taxa de crescimento do mercado nacional. Somam-se as dificuldades de mão-de-obra nacional qualificada para as atividades produtivas e a necessidade de contratação de estrangeiros para o exercício das atividades industriais.

Nesse contexto, tem-se o processo de expansão da Companhia que ocorre a partir da incorporação da ARBED e a importação de equipamentos para sua ampliação, uma vez que lhe são concedidas condições especiais de taxaço e isenção. Dessa maneira, observa-se para o final da década de 1920 e início dos anos 1930 um fluxo de recebimento de equipamentos, principalmente europeus, recebidos da Antuérpia, Inglaterra e Alemanha.

“Communico-vos, para os devidos fins, que o Sr. ministro da Fazenda, attendendo ao que solicitou a Companhia Siderurgica Belgo-Mineira, em requerimento protocolado no Thesouro sob n. 32.491, deste anno, por despacho de 29 de julho findo, concedeu isenção de direitos de consumo e de expediente para o material constante da relação annexa ao referido requerimenlo a saber, 500 (quinhentos) kilos de estanho “Browning”, destinado a uma usina da mesma companhia, vindo de Liverpool, no vapor Browning⁷⁸”.

“Communico-vos para os devidos fins que o Sr. ministro da Fazenda, por despacho de 26 de julho último exarado no processo registrado sob n. 25.325 deste anuo, resolveu conceder isenção de direitos de consumo e expediente para os materiaes constantes da relação annexa, destinados á Companhia Siderurgica Belgo-Mineira, vindos de Antuerpia, pelo vapor allemão Wasgenwald...”⁷⁹.

O registro no Diário Oficial determina-lhe os direitos de importação de equipamentos e de isenção de taxas e impostos, referente aos acordos firmados entre o governo federal e a indústria minero-metalúrgica. A empresa obtém, dessa forma, a capacidade de aceder a matéria-prima e maquinário essenciais à ampliação de seu processo produtivo, desde bombas para óleo para sistemas de lubrificação de laminador a chapas e cantoneiras de ferro, destinadas ao forno de carbonização de madeira, máquinas de cortar ferro movidas à eletricidade, destinadas ao laminador, dentre outros. Assim, ao final dos anos 1920 e primeiros anos da década de 1930, a empresa tem ampliada sua produção com a instalação de um Novo Alto Forno (1928), um segundo Alto Forno (1929), a ampliação da produção de gusa, aço e laminados e trefilados (1930) e um terceiro forno Siemens-Martin (1931).

Os processos de ampliação e melhoria das atividades industriais da Companhia Ihe determinaram certa competitividade verificada nas atividades de fornecimento e formalização de contratos por meio de licitação pública junto a órgãos estatais.

“TERMOS DE CONTRACTO, MINISTERIO DA VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS, Estrada de Ferro Oeste de Minas - Contracto celebrado entre a Estrada de Ferro Oeste de Minas e a Companhia Siderurgica Belgo-Mineira, para o fornecimento de pregos de linha e parafusos para trilhos necesarios aos serviços da estrada, durante o anno de 1929”⁸⁰.

⁷⁸ Diário Oficial da União, p. 18016, 17/08/1927.

⁷⁹ Diário Oficial da União, p. 18079, 18/08/1927

⁸⁰ Diário Oficial da União, p. 8332, 10/04/1929.

“Estrada de Ferro Noroeste do Brasil, ALMOXARIFADO, Acta da concorrência pública n. 15, para o fornecimento de ferro e aço à Estrada, durante o ano de 1930, autorizada pelo aviso n. 2.156, de 28 de novembro de 1929, do Ministério da Viação e Obras Públicas. [...] Procedência — Todo o material acima oferecido, é de fabricação nacional e será fornecido pela Companhia Siderúrgica Belgo-Mineria, com Usina em Siderurgica Sabará, Ramal de Santa Bárbara Estrada de Ferro Central do Brasil”⁸¹.

“Ministerio da Educação e Saúde Pública, Directoria Geral de Contabilidade, Primeira Secção, EXPEDIENTE DO SR. MINISTRO, Requerimento despachado, Dia 21 de março de 1931, Companhia Siderurgica Belgo-Mineira, pedindo para fornecer seus productos. — Dirija-se directamente aos departamentos subordinados a este Ministerio”⁸².

No início dos anos 30, a publicação oficial estatal, à época, apresenta relatos a respeito das principais empresas do setor metalurgista e destaca a Companhia no âmbito nacional e internacional, em que se observa sua diversidade e capacidade produtiva.

“Siderurgia - Existem no Brasil, em condições de funcionar normalmente e Independente de qualquer fator externo, dez usinas siderúrgicas a saber [...] Companhia Siderurgia Belgo Mineira, com sede em Belo Horizonte e usina em Babará. Produção anual de 10.000 toneladas de ferro gusa, 38.000 de aço e 36.000 de laminados”⁸³.

“Ministerio da Fazenda - Rio do Janeiro, 16 de setembro de 1932 – Circular n. 116 – Na conformidade do resolvido sobre o objeto do processo n. 31.261, de 1930, declaro aos senhores chefes das repartições subordinadas a este ministerio, para seu conhecimento e fins convenientes, em aditamento à circular n. 38, de 17 de junho de 1926, e para os efeitos do disposto no artigo 8º do regulamento aprovado pelo decreto n. 8.592, de 8 de março de 1911, que á "Companhia Siderurgica Belgo-Mineira", se acha em condições de fornecer os materiais seguintes, similares ao estrangeiro: Ferro redondos [...] Ferros quadrados [...] Ferro chatos [...] Cantoneiras [...] Vigas duplo T [...] Ferros T [...] Trilhos [...] Dormentes”⁸⁴.

Nos anos 30, segue-se ao reconhecimento da capacidade produtiva das empresas, a sua importância frente ao cenário desenvolvimentista nacional cujos relatórios definidos pelos órgãos federais aos ramos econômicos brasileiros apresentam algumas considerações ao grau

⁸¹ Diário Oficial da União, Suplemento, p. 37-49, 13/02/1930.

⁸² Diário Oficial da União, p. 8332, 1º/04/1931.

⁸³ Diário Oficial da União, p. 16760, 03/09/1932.

⁸⁴ Diário Oficial da União, p. 17721, 21/09/1932.

de desenvolvimento, de capacidade competitiva e de participação nos mercados nacionais e internacionais. As informações apresentadas consistiam em reconhecimento estatal uma vez que circulavam a partir do órgão de comunicação oficial e se faziam reproduzir nas mais diversas esferas públicas e privadas.

À época, a Companhia teve reconhecida a sua relevância e importância para o desenvolvimento setorial local e nacional pelo órgão oficial de comunicação do Governo Federal em que estão apresentadas as contribuições do setor de siderurgia para o desenvolvimento nacional e enumeradas as principais companhias nacionais no ramo da siderurgia e metalurgia, e descrita a Companhia quanto à estrutura, equipamentos constantes em seu parque industrial.

“INDÚSTRIA METALÚRGICA EM MINAS GERAIS (Informações prestadas pela Diretoria de Estatística, e Publicidade do Estado)

Na vida industrial de Minas Gerais, constitue a metalurgia elemento dos mais promissores e já sobremodo importante, influido de maneira apreciável na economia geral do Estado, e quiçá, de todo o país, pela elevada significação de seu alcance sobre o grande problema da nossa emancipação econômico-industrial.

Mercê das enormes e potentes Jazidas metalúrgicas que se estendem em vasta extensão de seu território, O Estado de Minas está fadada pela natureza a se constituir o líder da indústria nacional, pela transformação, em utilidades e riquezas do ferro que descança em estado de quasi pureza em seu sub-solo. E para essa liderança vem êle se preparando, lenta, mas seguramente, pelo estabelecimento em bases sólidas de sua indústria metalúrgica, cujo florescimento, de ano para ano, constitue título de benemerência para os industriais mineiros que a ela vêm consagrando a sua inteligência e operosidade, valendo ao mesmo tempo como garantia de que o Brasil poderá em futuro próximo coroar o edifício de sua soberania econômica com o triunfo definitivo da siderurgia nacional”⁸⁵.

“Atualmente se acham em funcionamento, no Estado, seis empresas metalúrgicas, a saber:

- 1 - **Companhia Siderúrgica Belgo-Mineira**, em Sabará;
- 2 - Usina Queiroz Júnior Limitada, em Esperança, município de Itabirito.;
- 3 - Barbará, S. A., em Caeté;
- 4 - Companhia Ferro Brasileiro, em Caeté;
- 5 - S. A. Metalurgia Santo Antônio, em Rio Acima, município de Nova Lima;
- 6 - Companhia Brasileira de Minas Metalúrgicas, em Santa Bárbara.

Das seis usinas acima enumeradas, é a Belgo-Mineira, a mais importante, pelo grande capital invertido, instalações, número de operários empregados em seus serviços e capacidade de produção.

⁸⁵ Diário Oficial da União, p. 10608, 1º/06/1934.

As instalações compreendem dois altos fornos, com uma capacidade de produção de 35.000 toneladas de ferro guza, por ano; uma fábrica de aço com 3 fornos Martins, que podem produzir um total de 30.000 toneladas de aço por ano; laminadores compostos de 3 trens, capazes de transformar toda a produção de aço, em ferros laminados; uma fábrica de arame estirado; fundição, podendo produzir, anualmente, 1.500 toneladas de peças moldadas; oficinas de modelagem; fábricas de tijolos e peças refratárias; dois centros de força motriz uma fábrica de cimento; oficinas- para acabamento de peças e torneação de cilindros, e um laboratório químico e mecânico”⁸⁶.

Os anos posteriores foram de fortalecimento das relações comerciais nacionais e internacionais, em que a empresa se configura como uma das principais fornecedoras de ferro gusa e aço. Além disso, o crescimento dos mercados e as condições de expansão produtiva levaram a organização a acelerar o processo de ampliação das atividades com a elaboração de um projeto para construção de uma Usina Siderúrgica em João Monlevade, Minas Gerais, cujo projeto foi iniciado no em 1935 e inaugurada em 1937.

“Belgo Mineira – segundo informações que colhemos, a Belgo Mineira tendo posto a funcionar um dos nossos fornos que está montando em Monlevade, iniciará no fim deste mês embarques de ferro mineiro pelo nosso porto [Vitória – Espírito Santo] para os portos da República.

Esse primeiro embarque será de 300 toneladas de ferro guza, a chegar dentro de alguns dias pela E. F. Vitória a Minas que na louvável forma de costume, procurou cooperar com a melhor bôa vontade para que essa exportação se faça pelo nosso porto.

Representam a belgo Mineira nesta capital para efeito de recebimento, redespacho e embarque do ferro a firma Antenor Guimarães & Cia. Ltda, que seguindo o exemplo da Vitória a Minas criou todas as facilidades ao desenvolvimento do movimento de nosso porto.

Há dias esteve nesta capital o dr. Bastos Oliveira que veio fixar e organizar as bases indispensáveis para embarques regulares de ferro por Vitória”⁸⁷.

Assim, as décadas de 1930/40, principalmente, foram determinantes para o desenvolvimento do setor, sendo observada a inexistência de uma infraestrutura adequada dos centros urbanos nos quais as empresas se encontravam instaladas. As diferentes instâncias governamentais não contavam com estrutura própria de apoio social e, em geral, os serviços públicos encontravam-se entregues às empresas estrangeiras, além da necessidade de

⁸⁶ Diário Oficial da União, p. 10608, 1º/06/1934.

⁸⁷ Diário da Manhã, Vitória/ES, ed. 3359, p. 3, 27 Agosto 1937.

reconstrução econômica do país em função da crise de 1929 e das relações internacionais constituídas, principalmente no período entre as duas Grandes Guerras.

Observa-se nesse período, uma fase de transformação da indústria mineira e de afirmação do país como importante centro de processamento do setor minero-metalúrgico. Com a expansão da capacidade produtiva e afirmação e excelência da Companhia no setor, há uma diminuição considerável quanto às quantidades de importação de ferro e de aço, no período posterior à incorporação luxemburguesa, o que, de certo modo, está relacionado ao desenvolvimento do setor, conforme apresentado no gráfico 4 a seguir.

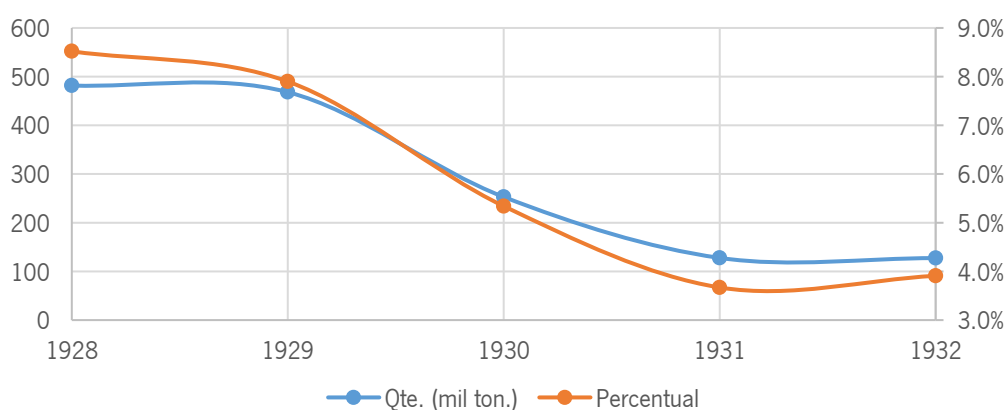


Gráfico 4 – Mercado Brasileiro – Importação de Ferro e Aço (1928-1932)

Fonte: Adaptado de Bouças, parte II, p. 16-17, 1933.

A empresa concentra-se, dessa forma, em ampliar sua capacidade de produção e desenvolver sua nova unidade industrial na cidade de João Monlevade, Minas Gerais. Para tal, obtém benefícios junto às instâncias de governo para sua expansão, entre os quais podem ser observadas isenções por direito obtidas por meio de publicação no Diário Oficial, órgão de comunicação estatal nacional.

“N. 574 — Comunicando que o senhor secretário chefe do gabinete do senhor ministro da Fazenda, a quem foi presente o processo - fichado sob n. 70.412, do ano findo, em que a Companhia Siderúrgica Belgo Mineira pede isenção definitiva de direitos de importação e taxa de expediente para o material constante da primeira via da relação junta, devidamente autenticada pelo escriturário A. Siqueira, exarou, em 7 do fluente, o Seguinte despacho: Deferido, de acôrdo com o parecer. O parecer emitido por esta diretoria, com o qual concordou o senhor secretário chefe do gabinete do senhor ministro da Fazenda, foi o -seguinte: “De acôrdo com a resolução constante da ordem n. 1.837, junta por cópia, opino pela concessão da favor da isenção definitiva de direitos de importação e da taxa de expediente”.

O material aludido foi desembaraçado pela nota n. 15.763, de 1933, dessa Alfândega. (Processo n. 70.410, de 1933)”⁸⁸.

Uma relação de proximidade junto aos órgãos públicos e a necessidade em desenvolver a organização em consonância com as atividades econômicas priorizadas para o País tem repercussão em diversos atos entre o Governo Federal e a empresa. Dentre eles, tem-se a designação oficial de uma equipe de comunicação que acompanharia o presidente Getúlio Vargas às recém-inauguradas instalações da Companhia em João Monlevade.

“Serviço de Publicidade Agrícola — Por Portaria n. 16, de 10 do corrente, foi designado o cinematografista, contratado deste Serviço Lafaiete Fernandes da Cunha, para filmar a viagem do Senhor Presidente da República às instalações da Companhia Siderúrgica Belgo-Mineira, em Monlevade, Estado de Minas Gerais. Tendo sido arbitrada a diária de 32\$0.

— Por Portaria n. 17, de 10 do corrente, foi designado o colaborador fotográfico, contratado, deste Serviço, Pedro Mallet de Lima, para fazer a reportagem fotográfica da visita do Senhor Presidente da República às instalações da Companhia Siderúrgica Belgo-Mineira, em Monlevade, Estado de Minas Gerais. Tendo sido arbitrada a diária de 22\$0.

— Por portaria n. 18, de 10 do corrente, foi designado o servente classe D, Júlio Matos dos Reis, para auxiliar o cinegrafista Lafaiete Fernandes da Cunha na sua vingan à Monlevade, Estado de Minas Gerais. Tendo sido arbitrada a diária de 8\$0”⁸⁹.

Apesar da agenda governamental do presidente considerar a necessidade de acompanhamento e registro oficial das visitas aos principais centros industriais do País, tem-se uma repercussão considerável o acompanhamento às atividades da CSBM, pois a empresa se tornaria na década de 1940 e 1950 em uma das maiores indústrias do setor.

Tal fato pode ser observado em um dos anúncios da empresa nos periódicos da época como exemplo da Figura 13 a seguir.

⁸⁸ Diário Oficial da União, p. 4331, 03/03/1934.

⁸⁹ Diário Oficial da União, p. 8751, 14/05/1940.

ALMEIDA COMÉRCIO E INDÚSTRIA DE FERRO LTDA.
SUCC. DE L. B. DE ALMEIDA & CIA.
RUA DOS ARCOS Ns. 28 a 42 — RIO
IMPORTADORES E DISTRIBUIDORES DA CIA. SIDERÚRGICA NACIONAL —
CIA. SIDERÚRGICA BELGO MINEIRA E OUTRAS USINAS NACIONAIS

CHAPAS de ferro PRETAS, GALVANIZADAS e CORRUGADAS para portas de aço e coberturas — FERRO em barra chato — VERGALHÕES redondos e quadrados — CANTONEIRAS L — T — U — ELXOS para transmissões — VIGAS I e U — AÇO em barras, vergalhões e em lâminas para portas — TUBOS de ferro galvanizados, pretos, vermelhos e de aço para caldeiras de tôdas as grossuras e comprimentos e outros materiais do ramo.

FUNDAÇÃO DE FERRO E OUTROS METAIS

OFICINAS mecânicas em geral — COFRES e portas para casas fortes — FOGÕES a gás, lenha e carvão de todos os tamanhos, marca PROGRESSO — FOGAREIROS a gás, carvão e álcool — PRENSAS para ladrilhos e escritórios — CADEIRAS para barbeiro e dentista, ALMEIDA PINHO — BANCOS para jardins — FERROS PARA ENGOMAR a carvão e gás, marca IDEAL — TAMPÕES E RALOS para esgoto e seus pertences — CAIXAS PARA GORDURA, CAIXAS AUTOMÁTICAS — PANEIAS para cola — COLUNAS de ferro fundido para iluminação de jardim.

TELEFONES: { ARMAZEM — 22-0409 — 23-1718 — 23-2748 — 22-1584
 { ESCRITÓRIO TÉCNICO — 42-4675
 { CONTABILIDADE — 22-1342 — 22-2549

Figura 13 – Anúncio da Companhia Belgo-Mineira em 1950
 Fonte: Periódico “Eu Sei Tudo”, ano 34, nº. 3, Agosto 1950, p. 93.

Um exemplo dessa expansão da empresa é observado na evolução da capacidade produtiva da empresa, desde o início dos anos 20, quando foi alavancada a produção pela entrada do capital belgo-luxemburguês aos anos 40, atingida sua primeira maturidade empresarial no mercado nacional e internacional. (Gráfico 5)

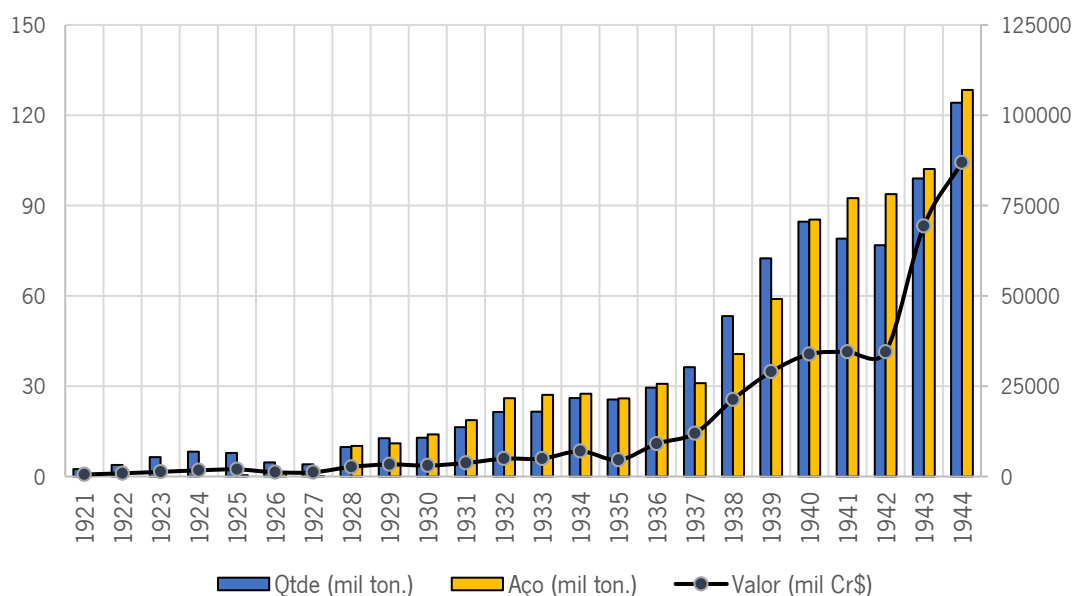


Gráfico 5 – Produção de ferro Gusa e Aço – Cia. Siderúrgica Belgo Mineira
 Fonte: Adaptado de Revista do Comércio, 1946, p. 57; Moyen, 2007, p. 210-211.

Percebe-se, assim, a influência da empresa em relação ao mercado, em decorrência das garantias estatais, e das possibilidades de importação de material, devido principalmente aos direitos e garantias obtidos por meio de legislação federal. Em várias publicações como a acima apresentada, tem-se resoluções administrativas que garantem isenção quanto às taxas e emolumentos referentes ao material e equipamentos obtidos no exterior. Além da expansão industrial, em parte financiada pelas isenções fiscais, a Companhia participa de processos licitatórios na obtenção de matéria-prima e fornecimento de produtos siderúrgicos junto a empresas nacionais, principalmente do setor ferroviário, em expansão à época. Como exemplo, tem-se os contratos licitatórios finados com a “Estrada de Ferro Noroeste do Brasil” para venda de ferro e aços velhos, inservíveis (DOU, 21/06/33), “Estrada de Ferro Central do Brasil”, recebimento e abertura das propostas relativas concorrência administrativa (DOU, 16/11/34) e “Estrada de Ferro Central do Brasil”, concorrência administrativa (DOU, 26/02/1935).

Outro importante fato que determinou a expansão e valorização dos produtos nacionais produzidos pela Companhia, foi o reconhecimento do Estado brasileiro quanto à similaridade aos produtos estrangeiros. Essa possibilidade ocorreu mediante análise, avaliação e aprovação de uma comissão especial, determinada pelo governo nacional que deliberou a favor da empresa:

“Comissão de Similares - Acta da 23ª sessão da Comissão de Similares [...] Relata, em seguida, o senhor. Pinto Brandão, o processo ficha numero 68, da Companhia Siderurgica Belgo Mineira, concluindo pelo registo pretendido pela requerente, para os artigos de sua fabricação como similares aos estrangeiros. A Comissão decidiu de accordo com os dous relatores, respectivamente”⁹⁰.

A capacidade de competitividade no mercado nacional, anteriormente dominado por empresas estrangeiras e a expansão produtiva verificada pelas condições firmadas para o consumo interno determinaram a mudança de paradigma para exercer o abastecimento de matéria-prima e fornecimento de produtos siderúrgicos no próprio país. Uma avaliação do acelerado desenvolvimento do setor na década de 1930 e sua necessária ampliação produtiva se observa no balanço geral exposto no Diário Oficial da União em 1935.

⁹⁰ Diário Oficial da União, p. 4966-7, 11/03/1935.

“O confronto nesses tres annos do producção pôde ser melhor apreciado atraves do seguinte quadro:

Quantidade (em ton.)	Minerios	Ferro, aço e artefactos	Total
1932	44.326	79.837	124.183
1933	28.100	85.915	114.015
1934	12.621	116.117	129.738
Valores em contos de réis			
1932	1.108	35.157	36.355
1933	319	38.858	39.177
1934	43.621	116.117	129.738

Emquanto a produção de minerio (assim classificado o destinado á exportação) decresceu sensivelmente no ultimo triennio, em vista das difficuldades oppostas á sua collocação vantajosa nos mercados estrangeiros, a producção do ferro e do aço e seus artefactos experimentou um grande augmento, equivalente a 35% sobre a producção de 1933 e a 45% sobre a de 1932.

Minas vae assim augmentando gradativamente a sua capacidade industrial para transformar em ferro, aço e seus artefactos os inesgotaveis depositos existentes em seu subsolo, até que um dia, que não estará longe, possa apresentar ao mundo a realização plena do seu anseio economico, que é a fundação definitiva da grande siderurgia”⁹¹.

Percebe-se um aumento expressivo da produção e do mercado interno siderúrgico e define uma competição com o mercado externo. O desenvolvimento do setor determina à Companhia uma ampliação das instalações produtivas que culmina em 1935 com o lançamento do projeto da Usina Barbanson, em João Monlevade, inaugurada em 1937.

“EXPANSÃO DA INDUSTRIA SIDERURGICA EM MINAS GERAES

A recente inauguração da Estação de Monlevade, no ramal de Santa Barbara, presidida pelo Sr. Dr. Getulio Vargas, DD. Presidente da Republica e pelo Sr. Governador do Estado, Dr. Benedicto Valladares Ribeiro, veio abrir para a Companhia Siderurgica Belgo-Mineira, que na mesma data e no mesmo local fez o lançamento solenne da pedra fundamental de uma nova e grande usina, uma phase de grande expansão no dominio de suas actividades.

É que o prolongamento daquella via ferrea, em demanda do valle do Rio Doce, representa a chave do problema siderúrgico em Minas Gemes, cuja viabilidade economica, consoante a experiencia secular de outros paizes em condições identicas, consiste na fabricação do ferro e seus artefactos, aproveitando como combustivel o carvão de madeira. Apesar do grande desenvolvimento que as actuaes installações daquella Companhia aram experimentando em Sabará, a realização integral de seu grandioso programma era naturalmente difficultada pela falta de certas condições de ordem material eeconomica, em concurso com os elementos naturaes abundantes nas jazidas de Monlevade, consistentes principalmente no avançamento até ali dos trilhos da E. F. Central do Brasil.

⁹¹ Diário Oficial da União, p. 9315-6, 10/05/1935.

Outro factor de grande relevo na consecução desse grande objectivo, de expansão economica não só mineira mas nacional, e que a Companhia Belga-Mineira poudesse conseguir nestes varios annos de funcionamento de suas instalações iniciais em Sabará, é o aparelhamento das aptidões technicas do elemento humano, na pratica dos processos metalúrgicos mais adequados ao tratamento das matarias primas nacionaes, porquanto, apesar de secular no Paiz, as diminutas proporções da metallurgia primitiva não haviam permitido ainda a formação de uma classe operaria perfeitamente familiarizada com os differentes misteres dessa actividade.

Com isso, poudesse a Companhia, nesta primeira phase de sua vida industrial, attingir um apreciavel desenvolvimento na fabricação de productos metallurgicos, constituindo por assim dizer um lastro valioso sobre o qual poderá firmar-se de modo definitivo a organização technica das novas usinas. Com as novas instalações de Monlevade, servidas pelos recursos mais aperfeiçoados da alta siderurgia no aproveitamento dos minerios e das florestas ali existentes, bem como na utilização da energia hydraulica de cerca de 20.600 cavallos nas quedas do Piracicaba e do seu affluente o Carneirinho, pretende a Companhia incorporar mutualmente, aos parques metallurgicos nacionaes, o elevado volume de 100.000 toneladas de seus variadissimos productos, que se destacam nem só pela mais larga applicação nas construcções modernas, em material rodante das estradas de ferro, construcções em concreto e de estrutura metalicas, como ainda num sem numero, emfim, de machinas, instrumentos o artefactos de ferro que muito irão contribuir para um desenvolvimento paralelo de outras industrias brasileiras”⁹².

Durante o período dos anos 1930, a Companhia viu-se beneficiada pelas isenções de importação a partir das quais adquiriu grande parte de matérias-primas e maquinário para montagem da nova fábrica.

“— Ao director da Companhia Siderurgica Belgo-Mineira:

N. 1.104 — Remette copia do officio em que a directoria do Lloyd Brasileiro solicita os bons officios deste ministério para que os seus vapores tenham preferencla no transporte do material a ser importado por essa Empresa, destinado á montagem de um alto forno e de uma officina para fabricação de aço, no valle do Rio Doce, e se declara perfeitamente aparelhada para o transporte do material em apreço”⁹³.

“Companhia Siderurgica Belgo-Mineira S. A., pedindo que lhe seja permittido importar da Europa productos chimicos constantes de relação que annexa. - Declare o porto de embarque”⁹⁴.

⁹² Diário Oficial da União, p. 110, 04/10/1935.

⁹³ Diário Oficial da União, p. 13118-9, 12/06/1936.

⁹⁴ Diário Oficial da União, p. 331, 06/01/1937.

“Alfândega do Rio de Janeiro – Sessão de Similares – Ata da 59ª. Sessão da Comissão de Similares [...]

Ficha n. 607, da Cia. Siderúrgica Belga) Mineira, referente à revisão procedida na nota n. 27.141, de 1930, pela Comissão de Inspeção junto da Alfandega do Rio de Janeiro, concluindo que os parafusos e rebites importados, partes integrantes, no caso, de um alto forno metalúrgico, não tem similar;

[...] Ficha n. 605, da Cia. Siderúrgica Belgo Mineira sobre revisão feita na nota n. 82.892, de MO, pela Comissão de Inspeção junto da Alfandega desta Capital, concluindo que os parafusos despachados são partes indispensáveis e integrantes, no caso, de um alto forno metalúrgico. não tendo assim similar;

[...] Ficha n. 609, da Companhia Siderúrgica Belgo Mineira, sobre revisão feita na nota número 22.772, de 1936, pela Comissão de Inspeção já aludida, concluindo que os parafusos importados não tem no caso, similar, visto serem partes integrantes de uma instalação hiêdro-elétrica”⁹⁵.

Entretanto, em alguns momentos no desenvolvimento histórico da empresa, a isenção das tarifas e impostos às matérias primas foi considerada improcedente, em face à legislação vigente e à não observância de suas especificidades, sendo necessário o pagamento dos tributos referidos a cada objeto de importação. Ocorrem alguns casos que se referem à importação de tijolos refratários, dentre outros equipamentos, supostamente a serem utilizados para a construção de equipamentos e ampliação da usina de João Monlevade.

“ACCORDÃO N. 915 – Recurso n. 1.259. – Facturas consulares – Recorrente, Cia. Siderurgica Belgo-Mineira. — Recorrida, Alfandega do Rio de Janeiro.

Ha infracção do art. 12 do Regulamento de Facturas Consulares n. 22.717 de 16 de maio de 1933, quando a declaração da factura indica uma classificação aduaneira diversa da que compete á mercadoria.

[...] A factura consular n. 3.038 de Antuerpia declara, como qualidade da mercadoria "Tijolos Dinas de silica e argamassa de silica para fornos Aladin (para grande forno de reverbero) de uma usina metalurgica", emquanto que pela nota n. 44.999 de 1934 foi declarado "Peças de barro refractario não especificadas, de qualquer forma ou feitio, proprias para construcção de fornos de grande reverbero".

[...] Accordam os membros do Conselho Superior de Tarifa, poe unanimidade de votos, em negar, provimento ao recurso para confirmar a decisão recorrida por seus fundamentos. Conselho Superior de Tarifa, em 4 de julho de 1935. — Lenhoff de Britto, presidente. — Julio Lima, relator. Fui presente. João Domingues, representante da Fazenda Publica”⁹⁶.

ACCORDÃO N. 1.907 - Recurso n. 2.219 — Facturas consulares — Recorrente, Companhia Siderurgica Belgo Mineira S. A.; recorrida, Alfandega do Rio de Janeiro.

⁹⁵ Diário Oficial da União, p. 7584, 06/04/1937.

⁹⁶ Diário Oficial da União, p. 23004-5, 15/10/1935.

E' procedente a applicaçõe de multa por infracção do art. 12 do decreto n. 22.717, de 16 de maio de 1933, quando a factura omitta a materia ou materias de que se compõem as mercadorias e dessa circumstancia depende a sua qualidade aduaneira.

[...] Considerando que a factura consular n. 1.968, de Hamburgo, embora especifique minuciosamente os objectos e peças de installação electrica despachadas na 6^a addição da nota n. 13.436, de 1935, não declara para cada objecto ou addição, a materia ou matarias de sua composição;

[...] Accordam os membros do Conselho Superior de Tarifa, por unanimidade de votos, em negar provimento ao recurso, para confirmar, por seus fundamentos, a decisão recorrida. Conselho Superior de Tarifa, 7 de maio de 1936. — Antonio Eduardo de Lenhoff Britto, presidente. — Misael Ferreira Penna, relator. Fui presente. — João Domingues, representante da Fazenda Publica. Ausentes os Srs. Junqueira Botelho e Coelho Duarte"⁹⁷.

"Recebedoria do Distrito Federal – Expediente do Sr. Diretor – Dia 25 de maio de 1937 [...] Processo n. 13.501-1937 — Companhia Siderúrgica Belgo-Mineira S. A. — Visto e examinado o incluso processo, instaurado na Alfândega do Rio de Janeiro, em virtude da revisão do despacho- procedido pela Comissão de Inspeção junto á mesma repartição, e:

Considerando que o despacho do Sr. inspetor proferido no aludido processo foi anulado á vista do resolvido em o acórdão n. 2.940, de 20 de junho de 1936, do 2º Conselho de Contribuintes;

Considerando que o processo a que se refere a nota de importação revista pela referida comissão não está sujeito ao imposto de consumo, pois se trata de elevadores destinados aos serviços de carvão e minério da usina metalúrgica, e assim hão incluído para o efeito do referido imposto: Resolvo julgar improcedente a representação de fio, recorrendo para o 2º Conselho de Contribuintes, na forma da legislação vigente. Recebedoria, em 22 de maio de 1937 — O diretor, Xisto Vieira Filho"⁹⁸.

"Diretoria das Rendas Aduaneiras – Dia 20 de setembro de 1937 [...]

— Ao Sr. Inspetor da Alfandega do Rio de Janeiro:

N. 275 — Comunicando, para os devidos fins, haver o Sr. Ministro resolvido indeferir, por despacho de 5 do passado, o pedido constante do processo fichado no Tesouro sob numero 82.791, de 1936, da Companhia Siderurgica Belgo Mineira SIA., no sentido de ser relevada por equidade a multa que lhe foi Imposta por essa Alfandega pela não apresentação da fatura consular relativa a dezenove volumes, contendo aparelhos elevadores e ferramentas para armadores destinados a uma usina metalurgica, vindos de Antuerpia pelo vapor "Alrich" a 23 de junho do ano findo"⁹⁹.

⁹⁷ Diário Oficial da União, p. 15028-9, 06/07/1936.

⁹⁸ Diário Oficial da União, p. 11391, 26/05/1937.

⁹⁹ Diário Oficial da União, p. 19584-5, 22/09/1937.

Além da inauguração da segunda fábrica da Companhia em João Monlevade, a usina Barbanson, observa-se uma constante ampliação das instalações produtivas na, então, nova Usina, fato que determinou um incremento gradativo de produção, bem como dos processos de fornecimento de produtos aos mercados interno e externo. As relações se intensificaram em diferentes níveis na esfera pública e são firmados contratos de fornecimento de ferro gusa à Estrada de Ferro Central do Brasil durante o período de 06 (seis) meses (DOU, p. 6.893, 25/03/1939), com referido registro para pagamento (DOU, p. 21.222, 02/09/1939); e à Viação Férrea do Rio Grande do Sul cuja proposta compreendia fornecimento de material de procedência estrangeira (DOU, 09/12/1939, p. 28.245).

A importância da empresa para o mercado nacional destaca-se ainda nos meios de comunicação, uma vez que o periódico Revista de Revistas publica a produção nacional, com destaque para a Companhia Belgo Mineira.

“Quanto ao ferro laminado, é a Companhia Belgo Mineira a maior produtora do Brasil, seguindo-se-lhe a Companhia Brasileira de Usinas Metalúrgicas, a Companhia Brasileira de Mineração e Metalurgia e a Usina Santa Olímpia Limitada. Num total de 78.764 toneladas de ferro laminado produzidas em 1938, a Belgo-Mineira contribuiu com 35.125 toneladas”¹⁰⁰.

Observa-se, também, o fornecimento de produtos e matéria-prima para outras empresas nacionais.

“COMPANHIA BRASILEIRA DE ARTEFACTOS DE BORRACHA

Relatório da Diretoria, Balanço e Parecer do Conselho Fiscal, referente ao exercício de 1939, a serem apresentados à Assembleia de acionistas em 16 do corrente.

[...] Arame — Estamos empenhados na produção nacional do arame para o talão dos pneumáticos. Neste sentido nos dirigimos à Companhia Siderúrgica Belgo-Mineira que, correspondendo ao nosso apelo, está tratando de fabricar esse produto que representa 3 % da matéria prima empregada na fabricação dos pneus e que, no momento, estamos importando da América do Norte, sendo que, antes da guerra, importávamos da Alemanha e da Inglaterra em melhores condições”¹⁰¹.

¹⁰⁰ Periódico “Revista de Revistas”, 1939, edição 140, p. 380.

¹⁰¹ Diário Oficial da União, p. 8894, 15/05/1940.

Verifica-se, ainda, que para viabilizar a expansão das empresas do setor de metalurgia e siderurgia e estimular a evolução tecnológica dos equipamentos, o Governo Federal autoriza, por meio do recém-criado Conselho Nacional do Petróleo, durante os anos subsequentes ao final da década de 1930 e seguintes, até início dos anos 1950, a importação de petróleo e derivados para fornecimento de energia e abastecimento das indústrias brasileiras.

“Conselho Nacional do Petróleo – 42ª Sessão Ordinária, 15 de julho de 1939 [...] O Conselho deliberou no sentido de ser dada a autorização pedida, pelo prazo de seis meses. [...] d) Requerimentos em que as entidades a seguir mencionadas solicitam autorização para importar petróleo e derivados: Companhia Ford do Brasil S. A., Magalhães, Ottoni & Comp., Panair do Brasil, S. A., Dantas & Krauss, **Companhia Siderúrgica Belgo-Mineira**, Sociedade Importadora e Exportadora Ltda., Comissão Central de Compras (E. F. Central do Brasil), Corrêa Ribeiro & Comp., M. Martins & Comp., Martins Irmão & Comp., Barba & Comp., Ltda., Indústrias Matarazzo de Energia S. A. e Fischer Martins & Comp. Nos termos dos respectivos requerimentos e satisfeitas as exigências legais, o Conselho resolveu conceder as autorizações solicitadas”¹⁰².

“Conselho Nacional do Petróleo – 598.ª Sessão Ordinária (1.º de Setembro de 1950) [...] b) Nos termos dos respectivos requerimentos e satisfeitas as exigências legais, o Conselho concedeu às seguintes entidades autorização para importar derivados de petróleo: Viação Aérea São Paulo S.A., Atlantic Refining Company of Brasil, Diretoria do Material - Ministério da Aeronáutica, **Siderúrgica Belgo-Mineira**, S.A. Magalhães Comércio e Indústria [SIC], Paul J. Christoph Company, Departamento de Estradas de Rodagem, Kwsinski & Cia, Sociedade Knowles & Foster para o Brasil, Cia. Comercial e Marítima S.A., Cia. Brasileira Comissária Exportadora, Cia. Brasileira de Petróleo "Gulf", Eduardo Secco S.A. Comercial e Industrial, Estrada de Ferro Sorocabana, S.A. Fábricas Orion e Cia. Mate Laranjeira S.A.”¹⁰³.

A necessidade de importação de óleo combustível, que segundo registro no diário oficial se realizava de maneira semanal, como exemplos, tem-se a quantidade de 62.000 quilos de óleo lubrificante entre os dias 17 a 24 de julho de 1941 (DOU, p. 15220, 30/07/1941), 1.500.000 kg de óleo *fuel* entre os dias 12 e 18 de setembro de 1941 (DOU, p. 18418, 23/09/1941), 1.000.000 kg de óleo *fuel* na semana entre 10 e 16 de outubro de 1941 (DOU, p. 20539, 25/10/1941) e 158.382 kg de óleo lubrificante entre 04 a 10 de dezembro de 1941 (DOU, p. 23683, 23/12/1941) por meio do porto do Rio de Janeiro, dentre outros pedidos de

¹⁰² Diário Oficial da União, p. 17225, 19/07/1939.

¹⁰³ Diário Oficial da União, p. 13314, 09/09/1950.

autorização nos anos subsequentes. Por vez ou outra a Companhia solicitava atendimentos de urgência para provimento de combustível devido a situações de iminência de interrupção da produção por questões externas.

“Processos Despachados pelo Senhor Ministro - SC. 23.89.1-44 - Companhia Siderúrgica Belgo-Mineira, tendo eia vista que os serviços das Usinas de J. Monlevade e Siderúrgica estão na iminência de parar por falta de combustível, em virtude da falta de transporte, motivada pelo desabamento do túnel 8, do Alto da Serra, pede seja autorizado o adiantamento em Belo Horizonte pela The Calorie Co., de óleo combustível de seus estoques com direitos pagos, para posterior reposição com isenção de direito, nesta Capital, das quantidades fornecidas: "Atenda-se"”¹⁰⁴.

Seguem-se nos anos posteriores, década de 1940, expansões quanto ao número de produtos fabricados pela Companhia, em especial na Usina Barbanson, de Monlevade, onde se desenvolvem os processos de metalurgia e siderurgia, com as devidas permissões do estado brasileiro.

“Departamento Nacional da Produção Mineral – Secção de Expediente e Contabilidade – Expediente Do Sr. Presidente Da República [...] Dia 5 [de agosto de 1940] ... Companhia Siderúrgica Belgo-Mineira — Solicitando autorização para construir laminadouro em sua usina de Monlevade. — Sele os documentos. (DGPM. 3.555-40)”¹⁰⁵.

A necessidade e possibilidade de ampliação dos negócios da empresa, levou-a a requerer sua habilitação para ampliação das atividades no setor, conforme publicação no Diário Oficial da União, em 27/10/1942, na qual se observa que a “*Companhia Siderúrgica Belgo Mineira S. A. requeira autorização para funcionar como empresa de mineração e apresente prova de capacidade financeira, até 22 de dezembro do corrente ano*” (p. 15932).

Com o objetivo de acompanhar as crescentes necessidades tecnológicas e de desenvolvimento dos processos de produção, a Companhia desenvolve em suas instalações uma infraestrutura adequada à pesquisa e desenvolvimento de atividades que permitam a aplicação de métodos e técnicas que proporcionem maior qualidade e produtividade de suas atividades, desde a lavra das matérias-primas aos produtos produzidos em suas Usinas. Tem-

¹⁰⁴ Diário Oficial da União, p. 8828, 18/05/1944.

¹⁰⁵ Diário Oficial da União, p. 15506, 12/08/1940.

se, dessa maneira, o desenvolvimento de setores laboratoriais, principalmente nas unidades de Sabará e João Monlevade.

“Acórdão N. 9.134 - Recurso n. 3.379-A/3.680 — Isenção de direitos — Recorrente, Companhia Siderúrgica Belgo-Mineira — Recorrida, Alfândega do Rio de Janeiro.

As drogas e reativos destinados ao tratamento de minerios gozam de isenção de direitos.

A Companhia Siderurgica Belgo-Mineira requereu isenção de direitos para diversos produtos químicos importados para o laboratório das suas usinas e despachados pelas notas de números 50.297/99, 50.591/95, 50.598, 51.267, de 1938. [...]

Considerando que está a recorrente nas condições legais de gozar do favor pleiteado:

Acordam, unanimemente, os membros da 2ª Câmara do Conselho Superior de Tarifa, em dar provimento ao recurso, unanimemente. Segunda Câmara do Conselho Superior de Tarifa, em 16 de maio de 1940 — Rodolpho Ortenblad, presidente. — Ulisses Sampaio, relator. Fui presente — Garsilaso Velloso Freire, representante da Fazenda Pública”¹⁰⁶.

“A finalidade do Serviço de Pesquisas Técnicas é o contrôlo dos produtos da Companhia nos seus sucessivos estados de transformação, desde o minério de ferro até os arames, tubos galvanizados e os estudos das possibilidades de aprimoramento dos processos metalúrgicos empregados na Usina e da qualidade dos produtos acabados. O Serviço de Pesquisas Técnicas, recentemente instituído, compõe-se de quatro secções: [Laboratório de Química, Laboratório de Metalografia, Serviço Eléto-mecânico e Oficina Mecânica]”¹⁰⁷.

A importância dada ao desenvolvimento dos setores e pesquisas e inovação tecnológica torna-se uma característica da empresa e em consequência tem-se o registro de diversos produtos siderúrgicos junto ao órgão nacional, com a finalidade de certificar-se e expandir sua distribuição no mercado nacional e internacional.

“Divisão do Imposto de Renda – Alfândega do Rio de Janeiro – Comissão de Similares - Edital N° 1/45 - De acôrdo com o resolvido pela Comissão de Similares em sessão realizada no dia 22 de dezembro de 1944, no processo fichado sob o n° 2.419-44, em que é interessada a Companhia Siderúrgica Belgo Mineira, com sede em Sabará, Estado de Minas Gerais, — faço público que dentro do prazo de sessenta (60) dias, contados da primeira publicação do presente edital no Diário Oficial, serão recebidas quaisquer reclamações justificadas contra o registro dos produtos de fabricação da referida Companhia para a qual pede equiparação ao similar estrangeiro.

¹⁰⁶ Diário Oficial da União, p. 16512, 28/08/1940.

¹⁰⁷ Companhia Siderúrgica Belgo-Mineira, p. 101, 1953

Os produtos para a qual pede registro são os seguintes:

- 1) Ferro ou aço em perfil redondo, para serviço de concreto armado, nas bitolas de 3/16" a 3".
- 2) Ferro ou aço para molas, cutelaria e ferramentas, no perfil redondo, nas bitolas de 3/16" a 2 3/4".
- 3) Ferro ou aço para molas, cutelaria e ferramentas, no perfil quadrada, nas bitolas de 5/16" a 1 1/4".
- 4) Ferro ou aço para molas, cutelaria e ferramentas, no perfil chato, nas bitolas de 3/4" x 3/16" a 3" x 1/2", com tôdas as larguras compreendidas entre 3/4" e 3" e espessura entre 3/16" e 1/2".
- 5) Ferro ou aço laminado a quente, em quaisquer bitolas, para fabricação de fitas de aço, dobradiças, etc.
- 6) Fio máquina nas bitolas redondas, de 3/16" a 5/8".
- 7) Arame de ferro ou aço, liso galvanizado redondo, nas bitolas P-G nº 4 a 28 (0,90 a 8,8 mm) ou B.W.G. 0 a 20 (8,63 a 0,889 mm).
- 8) Arame de ferro ou aço, cobreado para molas, nas bitolas P-G nº 4 a 20 (0,90 a 8,8 mm) ou B.W.G. 0 a 20 (8,63 a 0,889 mm).
- 9) Arame de ferro ou aço, ovalado galvanizado, nas bitolas P-G 18 x 16 (3,40 x 2,70 mm), P-G 17 x 15 (3,00 x 2,40 mm) e P-G. 16 x 14 (2,70 x 2,70 mm).
- 10) Arame de ferro ou aço, farpado galvanizado, nas bitolas B.W.G. 12 1/2" (2,90 mm) e B.W.G. 13 1/2" (2,58 mm).
- 11) Arame de ferro ou aço, estirado claro para fabricação de pregos, nas bitolas P-G 4 a 28 (0,90 a 8.8 mm).
- (1) Arame de ferro ou aço, nas qualidades para fabricação de: rebites, correntes, parafusos, chavetas de lata e cabos de aço, nas bitolas B.W.G. 0 a 20 (8,63 a 0,889 mm).
- 13) Grampos de ferro ou aço, galvanizados, nas bitolas B.W.G. 9x1" (3,75 x 25,40 mm).

Secretaria da Comissão de Similares, 9 de janeiro de 1945. – Augusto Moreira Fabião, Secretário.

(Nº 2.098 – Dias : 20, 21 e 22-2-45 – 13-2-45 – Cr\$ 324,30)¹⁰⁸.

Um dos fatores a se considerar para tal posicionamento da empresa reside no período histórico o qual passa por um momento particular nas questões de logística de produção e distribuição de produtos por compreender os anos da 2ª. Grande Guerra. Dentre as questões de mercado, a Companhia considera relevante, junto à ação e determinação do Estado Brasileiro, o fornecimento de material ferroviário para o mercado nacional e material bélico aos países envolvidos no conflito, seja por questões estratégicas e de fornecimento de matéria-prima para outras empresas ou países, seja por determinação oficial do governo brasileiro.

¹⁰⁸ Diário Oficial da União, p. 2886, 22/02/1945.

“Durante a Segunda Guerra Mundial, o Brasil enfrentou grandes problemas com a manutenção e a ampliação da malha ferroviária. Até então, o país nunca havia produzido trilhos. Diante desse cenário, Getúlio Vargas convocou a Belgo-Mineira para assumir essa produção. Em menos de um ano, a empresa desenvolveu um laminador especialmente para essa função. O equipamento utilizado foi todo construído nas unidades de Monlevade e Sabará, em parceria com a Marinha Brasileira, que possuía instalações de usinagem no Rio de Janeiro. A produção do primeiro trilho aconteceu em 1943 e foi o primeiro na história da Belgo-Mineira, do Brasil e também da América Latina”¹⁰⁹.

“Decreto N. 11.728 — de 26 de fevereiro de 1943 — Declara de interesse militar, para os fins do decreto-lei n. 4.937, de 9 de novembro de 1942, vários estabelecimentos fabris civis: O Presidente da República, tendo em vista o disposto no art. 1º. Do decreto-lei n. 4.937, de 9 de novembro de 1942 e o que consta da Exposição de Motivos n. 151, de 25 de fevereiro de 1942, do Ministro de Estado dos Negócios da Guerra, e usando da atribuição que lhe confere o art. 74, letra a, da Constituição, decreta:

Artigo único. São considerados de interesse militar, para todos os fins do disposto no decreto-lei n. 4.937, de 9 de novembro de 1942, os seguintes estabelecimentos fabris civis; Andor Bokar, Companhia Nacional de Ferros Liga, Exacta Limitada, Indústrias de Aço e Metais Limitada e Mecânica Carioca, no Distrito. Federal; General Motors Company e Pirie, Vilares & Companhia, em São Paulo e **Cia. Siderúrgica Belgo-Mineira**, em Minas Gerais. Rio de Janeiro, 26 de fevereiro de 1943, 122º. da Independência — 55º da República. Getúlio Vargas. Enrico G. Dutra”¹¹⁰.

Observa-se inclusive a designação de um representante governamental como responsável técnico para acompanhamento das atividades industriais da empresa e verificação da qualidade dos produtos e assertividade da competência e qualidade da Companhia quanto aos processos produtivos.

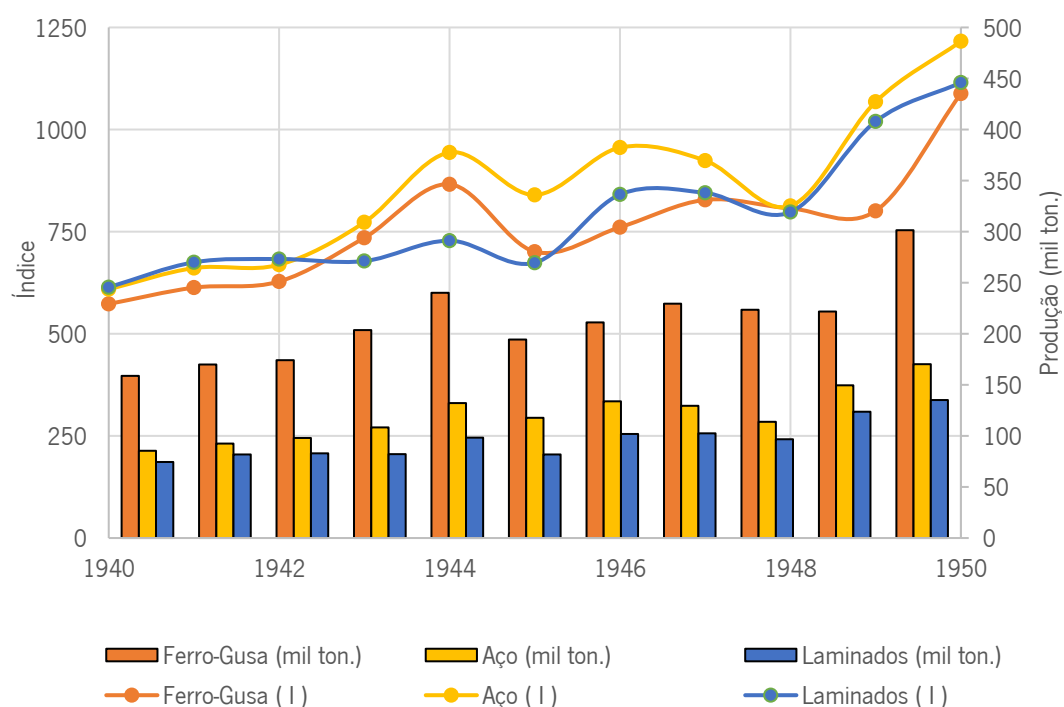
“Ministério da Viação e Obras Públicas — Gabinete do Ministro — Ato Do Sr. Ministro — Portaria Nº 350 de 30 de Março de 1944 — O Ministro de Estado, resolve designar o capitão de Corveta, Adolpho Martins Noronha Torrezão, assistente do Diretor Técnico da Companhia Siderúrgica Nacional, para como representante dêste Ministério, fiscalizar a fabricação de trilhos na Companhia Siderúrgica Belgo Mineira, servindo também de elemento de ligação entre este Ministério e a mesma Companhia. — João de Mendonça Lima”¹¹¹.

¹⁰⁹ NEVES, CAMISASCA, p. 71, 2013.

¹¹⁰ Diário Oficial da União, p. 2958, 01/03/1943.

¹¹¹ Diário Oficial da União, p. 5784, 01/04/1944.

Como exemplo da expansão ocorrida no mercado nacional para a produção siderúrgica nos anos 40, segundo as diversas circunstâncias que lhe forma determinantes, está assinalada no Anuário Estatístico do Estado de Minas Gerais uma evolução significativa da oferta dos principais produtos da indústria siderúrgica conforme mostrado no gráfico 6.



Observação: Ano 1930 – Índice (I = 100)

Gráfico 6 – Principais Produtos Siderúrgicos – Minas Gerais (1940-1950)

Fonte: Adaptado de Anuário Estatístico do Estado de Minas Gerais, Ano VI-1952

Observa-se um crescimento acelerado dos níveis de produção quando comparados os níveis de produtividade ou os índices relativos ao crescimento do mercado nacional em relação aos produtos siderúrgicos e mesmo o desenvolvimento do setor, não somente no Estado de Minas Gerais, como demonstrado, mas em âmbito nacional, com a sua importância estratégica para implantação dos planos de desenvolvimento econômico e social vigentes.

Ao refletir os resultados do setor, seguiram-se, até os anos 1950, a prosperidade e o desenvolvimento dos equipamentos e unidades industriais da Companhia. Dentre os diversos elementos de expansão da capacidade produtiva e ampliação dos produtos oferecidos ao mercado, a empresa contou com a isenção de impostos e taxas para a importação de material e equipamentos.

“N.º 98 — Companhia Siderúrgica Belga Mineira — Proc. n.º 4.181-43 — Despachou pela nota de importação n.º 442 dêste ano, com isenção de direitos e demais taxas — três caixas contendo máquina operatriz não classificada, de mais de 16.000 quilos desmontada (partes da instalação para laminar tubos conforme Ordem 312 de 1944, da D.R.A..

O Conf. Sr. Dr. Orlando B. Vilela verificou, um forno (desmontado) partes simples e partes pintadas, p. 1. 14.948 quilos, do art. 845, taxa Cr\$ 2,10 por quilo e um guindaste viajante desmontado) que, de acôrdo com a 2ª parte do art. 1.824 da Tarifa, deve pagar os direitos das máquinas operatrizes não classificadas, do art. 1.831, com o peso legal de 2.239 quilos. [...]

Dentro dêste princípio e de acôrdo com o resolvido por S. Excia. o Sr. Ministro da Fazenda, pela ordem da Diretoria das Rendas Aduaneiras a esta Alfândega, sob n.º 397, de 12 de julho de 1941, resolvo considerar bem despachada a mercadoria para mandar prosseguir o despacho. — Secretaria da Comissão da Tarifa, 9 de março de 1945. - Gabriel de Sousa Neves Filho, Secretário”¹¹².

“Comissão de Investimentos - Ata da 22ª Sessão Ordinária da Comissão de Investimentos [...] Com relação ao processo C. I. 1.072-46, em que a Companhia, Siderúrgica Belgo-Mineira pede seja autorizada ao Banco do Brasil S. A. a efetuar, por conta de seu Certificado de Equipamento, era New York, e por intermédio do The Nacional City Bank of New York, pagamentos do material que pretende importar, resolveu a Comissão aprovar o parecer do Relator no sentido do atendimento requerido”¹¹³.

Outro fator de interesse e relevante para o desenvolvimento da Companhia decorre das necessidades de mercado e da retração e impossibilidade de importação de seus produtos na década de 1940 que levou o Governo Federal a instituir uma autorização extraordinária para sua distribuição. As diversas indústrias instituídas no mercado brasileiro desenvolveram uma reserva de mercado a partir da qual se destinava parte da produção ou mesmo a sua totalidade, para utilização no mercado interno. Em muitas das atividades instituídas para a produção das indústrias tinha-se o estado brasileiro, em suas diversas esferas, como receptor da demanda. Assim, ao mesmo tempo que se retrai o mercado externo, tem-se uma inversão na demanda nacional que visa desenvolver empresas e infraestrutura em diversos setores.

Os crescentes níveis de consumo de matérias-primas e a necessidade de abastecimento do mercado nacional leva as empresas, dentre elas a Belgo-Mineira, a definir, mesmo que compulsoriamente, por determinação do Estado, sua produção à demanda interna.

¹¹² Diário Oficial da União, p. 4413-5, 13-15/03/1945.

¹¹³ Diário Oficial da União, p. 1643, 06/02/1947.

“Ministério da Agricultura – Gabinete do Ministro [...] G.M. 306 - Excelentíssimo Senhor Presidente da República. – Este Ministério, a fim de poder atender às solicitações de lavradores, e criadores de todo o país relativas a arame farpado e respectivamente grampos, pediu e obteve do antecessor de V. Ex.º, em Exposição de Motivos G.M. 489, de 15 de maio de 1945, que fôsse autorizada a Coordenação da Mobilização Econômica a reservar mensalmente uma cota de mil e quinhentos rolos da produção da Companhia Belgo-Mineira para a Divisão do Fomento da Produção Vegetal, devendo o pagamento respectivo ser feito mediante empenho de despesas, dispensada a concorrência por se tratar de material tabelado.

Obtida a autorização em apreço, foram adquiridos pela C.M., nos meses de julho a dezembro, 5.000 rolos, pela importância total de Cr\$ 463.000,00.

A carência de arame farpado em tôdas as praças nacionais, devido não só à pequena fabricação nacional como a reduzida importação do produto, obriga a alta de preços no comércio fornecedor pelo que julga êste Ministério indispensável a continuação do regime de compras e revendas, pelo mesmo processo praticado no ano anterior, especialmente porque antes da extinção da Coordenação da Mobilização Econômica êste órgão organizou um plano de distribuição da produção da Cia. Siderúrgica Belgo-Mineira, para os meses de janeiro, fevereiro e março de 1946, pelo qual a Divisão de Fomento da Produção Vegetal foi contemplada com a cota de 1.000 rolos mensais.

Assim tenho a honra de solicitar de V. Ex.º autorização para que, no presente exercício, continue a Divisão do Fomento da Produção Vegetal a adquirir arame farpado pelo mesmo regime de empenho de verba e independente de concorrência pública e pelo preço estabelecido pela extinta Coordenação ou outra qualquer entidade que venha substituí-la no controle dos preços e distribuição das cotas de arame farpado. Aproveito a oportunidade para reiterar a V. Ex.ª, os protestos do meu mais profundo respeito.

Em 25 de fevereiro de 1946. — Netto Campelo Junior, Autorizado. — 25-2-46 —E. Dutra”¹¹⁴.

“Ministério da Agricultura [...] Departamento Nacional da Produção Mineral [...] Expediente do Ministro [...] N° 5.502-48 – Companhia Siderúrgica Belgo-Mineira S. A. – De acôrdo, faça-se a divulgação. Refere-se êste despacho ao parecer do. Sr. Diretor Geral do teor seguinte: Submeto à aprovação de V. Ex.ª, com parecer favorável, o projeto e memorial que a Companhia Siderúrgica Belgo-Mineira S. A. apresenta sôbre a fábrica de tubos e o laminador reversível que pretendem instalar em Monlevade, apresentação esta que é feita em obediência a cláusula do contrato firmado com a União. Esta nova iniciativa da Belgo-Mineira vem completar o programa de Volta Redonda e terá uma capacidade para 50.000 toneladas anuais de fitas e correspondente quantidade de tubos pretos e galvanizados, com diâmetros indo de 1/4 até 6”.”¹¹⁵.

¹¹⁴ Diário Oficial da União, p. 3150, 01/03/1946.

¹¹⁵ Diário Oficial da União, p. 17512, 08/12/1948.

A necessidade de expansão do mercado interno, seja por demandas naturais devido ao crescimento econômico do País, em diversos setores, seja por meio dos programas governamentais à época, determinaram à indústria de siderurgia e metalurgia um crescimento exponencial que está observado em um dos informes pelo Governo Federal e publicados no DOU.

“A produção brasileira de aço marca sua fase ascensional em 1924. Segundo se verifica dos dados coligidos pelo Serviço de Estatística do Ministério da Agricultura, naquele ano a Campanha Eletro Metalúrgica, de São Paulo, produzia 4.492 toneladas de aço, na importância de Cr\$ 2.021.400,09. No ano seguinte, contribuíam para a produção total da Companhia Eletro Siderúrgica Brasileira (2.982 toneladas), Companhia Siderúrgica Belgo-Mineira (408 toneladas), Companhia Eletro Metalúrgica (4.062 toneladas) e Fundação de Aço São Paulo Ltda. (107 toneladas), sendo, assim, de 7.559 toneladas a produção global, no valor de Cr\$ 3.654.173,00.

No ano de 1927, o Estado do Rio passava a figurar entre os produtores de aço; em 1938, o Estado de Santa Catarina e o Distrito Federal iniciavam sua produção; em 1941, cabia a vez dos Estados de Pernambuco e Rio Grande do Sul. O total da produção de aço, em 1941, foi de 155.357 toneladas, na importância de Cr\$ 135.777.847,00. Em 1944 a produção subiu para 221.188 toneladas, no valor de Cr\$ 399.419.868,00; em 1947, chegara a 386.971 toneladas, no valor de Cr\$ 781.336.065,00, e em 1948, atingia o seu maior volume, alcançando 484.565 toneladas, na importância de Cr\$ 992.267.796,00.

Nos três primeiros meses do corrente ano, subiu a 49.275 toneladas, no valor de Cr\$ 113.332.500,00 a produção da Companhia Siderúrgica Nacional. Em confronto com o ano de 1932 (34.192 toneladas, no valor de Cr\$ 15.796.100,00), verifica-se que só a Siderurgia realiza atualmente, num trimestre, maior produção que a do referido ano, sendo para salientar a grande diferença no preço do produto”¹¹⁶.

A expansão geral do setor determinou um crescimento para as atividades complementares o que levou a necessidade de estruturação das atividades de gestão de suprimentos. Determina-se, assim para a Companhia, a construção de unidades estratégicas para processos de importação e exportação na cidade do Rio de Janeiro, sendo elaborado e aprovado um projeto junto ao porto desta cidade em áreas da Marinha brasileira. Tal processo ocorreu em acordo com o Governo Federal à época que determinou os termos em contrato, termo de obrigações, apresentado e divulgado no Diário Oficial.

¹¹⁶ Diário Oficial União, p. 9094, 23/06/1949.

“Secretaria Geral de Viação e Obras – Departamento de Edificações – Serviço de Correspondência – Termo de Obrigação

Aos doze (12) dias do mês de outubro do ano de mil novecentos e quarenta e nove, presentes no Departamento de Edificações da Prefeitura do Distrito Federal, o Diretor, Engenheiro Civil Doutor Paulo Pinheiro Guedes e as testemunhas abaixo assinadas, conhecidas da interessada, compareceu a Companhia Siderúrgica Belgo-Mineira sociedade anônima brasileira, com sede em Sabará, Estado de Minas Gerais, e escritório [SIC] nesta cidade, à Avenida Nilo Peçanha número vinte e seis (26) terceiro andar, neste ato designada proprietária signatária [...]

na qualidade de possuidora do domínio útil de um terreno de acrescido de marinha, situado na Praia de São Cristóvão, por detrais dos Armazena números 22 e 23 e 22-A e 23-A, no Cais do Pôrto neste Distrito Federal [...]

firmar o presente termo de obrigação, pelo qual declara aceitar e se obrigar a cumprir, mediante as condições abaixo enunciadas e da forma seguinte: 1ª) A Prefeitura do Distrito Federal concede a necessária licença para a construção de um depósito e parque de recebimento de produtos siderúrgicos; no terreno [SIC] de propriedade da signatária, situado na Praia de São Cristóvão, por detraz dos Armazena número 22 e 23, 22-A. e 23-A, no Cais do Pôrto, à margem da Avenida Brasil, lado par, esquina do prolongamento da Rua Almirante Mariath, conforme foi requerido pela petição datada de 6 de março de 1948, Ofício 3-G.M. do Ministério da Viação e Obras Públicas de 10 de janeiro de 1949 e Ofício número 1.536 da Administração do Pôrto do Rio de Janeiro; de 9 de junho de 1949 e projeto apresentado, junto ao processo protocolado neste Departamento, sob o número 214.267-1948”¹¹⁷.

O fato de constituir-se, ao final dos anos 1950 em um dos principais grupos econômicos nacionais do ramo de siderurgia, a Companhia diversificava seu campo de atuação e redefiniria seu campo de investimentos, tornando-se uma empresa voltada ao mercado e dedicada às atividades produtivas. Uma das possíveis hipóteses para sua concentração no desenvolvimento das atividades e na busca da qualidade de produtos e serviços e no investimento em segurança e saúde do trabalho podem ser explicados pela sua internacionalização e pelo momento econômico mundial e pelas tendências de desenvolvimento das organizações produtivas. (Figura 14)

¹¹⁷ Diário Oficial da União, p. 8159, 15/10/1949.



Figura 14 – Usina Siderúrgica e Vilas Operárias, Sabará – 1952
 Fonte: Acervo do Centro de Memória da Fundação ArcelorMittal Brasil, 2016.

Em contrapartida deve-se destacar as questões alfandegárias decorrentes de averiguação e taxação da Alfandega brasileira, uma vez que, em casos particulares, tem-se a determinação de acórdão em função de interpretações as mais diversas, como abaixo apresentada. As questões regulamentares e de liberação dos produtos e matérias-primas importados pela companhia estão tratadas e despachadas no Diário Oficial da União em diversos casos os quais determinam o estrito cumprimento da legislação e a consequente apreciação e aplicação das penalidades legais.

"N. 332 –Companhia Siderúrgica Belgo Mineira – Petição 11. 17.964-42.
 Submeteu a despacho para efeito de isenção de direitos – 2^a. adição – sacos não especificados, simples, de tecido de canhamação entrançado, do art. 579 da Tarifa, taxa de 3\$ por quilo. No ato da conferência interna, entendeu que os referidos sacos, envoltórios de coque de qualquer espécie, não tem valor mercantil, porque alem de estarem em grande parte estragados, estão marcados com tinta indelevel, em ambas as faces, com letras de 17 centímetros em diagonal na conformidade do art, 42, n. V, alíneas a e b das Preliminares da Tarifa.
 O conferente Sr. Alcebiades Santiago verificou estarem os sacos em grande parte estragados, pela ação do tempo e o contacto da mercadoria importada. A Comissão da Tarifa, apreciando a presente questão por unanimidade de votos, subscreve o seguinte voto do Sr. conferente Dr. Amarílio de Noronha: "De acordo com o Sr. Conferente do despacho, considero o saco apresentado sem valor mercantil". — O Sr. inspetor decidiu do acordo com o parecer unânime"¹¹⁸.

¹¹⁸ Diário Oficial da União, p. 11446, 21/07/1942.

Por outro lado, as divergências na interpretação da legislação vigente quanto à importação de matérias-primas e produtos determinaram diferentes situações na interpretação quanto aos processos de taxação. Em decorrência, a não satisfação das condições previstas nos acordos firmados com o Governo Federal para isenção de impostos levou à retenção de equipamentos e matérias-primas nas alfândegas portuárias brasileiras, além de multas, em função de classificação inadequada, conforme os exemplos a seguir.

“Acordão N. 10.596 – Recurso n. D.582-A-389 — Fatura consular — Recorrente, Companhia Siderúrgica Belgo Mineira S. A. — Recorrida, Alfândega do Rio. – Fatura consular organizada de forma a não oferecer elementos claros à classificação da mercadoria, está sujeita a penalidades regulamentares.

Para este Conselho, atendidas as exigências da lei, recorre a Companhia Siderúrgica Belgo Mineira, do ato do inspetor da Alfândega desta Capital impondo-lhe a multa de 2 % sobre os direitos da mercadoria despachada pela nota de importação n. 12.960, de 1935, por infração do regulamento das faturas consulares. A recorrente submeteu a despacho diversos volumes contendo "obras não classificadas de ferro para construção de grandes condutores", do art. 681, da Tarifa, tendo sido verificado pelo conferente do despacho, parte da mercadoria submetida a despacho e para completo "rebites de ferro simples", da taxa de 2\$080, art. 228 e "parafusos de ferro simples", da taxa de 3\$120, art. 228, tendo pago a recorrente multa de direitos em dobro pela divergência da qualidade verificada. A fatura consular respectiva consignava: "Chapas de Aço Siemens Martin, chanfradas de lado, com furos e acessórios para confecção de conduto forçado de uma instalação hidro-elétrica, contendo: chapas com diversas espessuras, cantoneiras, ferros, chatas, rebites, anéis, cantoneiras, ferragens de suportes e parafusos".

Isto posto, e

Considerando que houve infração do art. 8º., letra "O", porque na fatura foram englobados pesos e valores de mercadorias diferentes e infração do art. 12, porque na discriminação dos parafusos o rebites, não foi declarada a matéria da respectiva composição;

Considerando que a fatura consular não foi organizada de maneira a oferecer elementos precisos para a boa classificação da mercadoria, tanto assim que, disto resultou a aplicação da multa de direitos em dobro, previsto no art. 55, inciso 1.º, letra a, do vigente regulamento das faturas consulares;

Considerando que a multa que foi aplicada pela autoridade de 1.ª instância, independentemente da penalidade já aplicada, o foi com fundamento legal;

Acordam os membros da 2.ª Câmara do Conselho Superior de Tarifa, por unanimidade de votos, em negar provimento ao recurso.

Segunda Câmara do Conselho Superior de Tarifa, 17 de dezembro de 1940.

— Sylvio de Magalhães Figueira, presidente. — Ulysses Sampaio, relator.

Fui presente. — Jayme Severiano Ribeiro, representante da Fazenda Pública”¹¹⁹.

“Edital N° PG 858-58 - De ordem do Sr. Inspetor, ficam notificadas as firmas ou pessoas infra relacionadas a atenderem, na forma da lei, às exigências abaixo ou tomarem conhecimento de decisões proferidas nos processos que se lhes seguem aos nomes: [...] **Companhia Siderúrgica Belgo-Mineira** — 93.655-58. — Agravou de 1% para 2% a multa anteriormente imposta, na conformidade da letra d, do art. 33, do Decreto número 42.916-57, por infringência do disposto na letra g, do art. 2.º, do citado diploma legal, face ao exposto pelo Sr. Conferente da nota de importação n.º 97.477-58 e em virtude de a diferença no peso bruto ultrapassar de mais de 8% do despachado e atendendo tratar-se de nova infração não apontada pela 1.ª Seção”¹²⁰.

“Edital N° PG-105-59 - Companhia Siderúrgica Belgo Mineira – 2.432-56. – Recolher aos cofres desta Alfândega, no prazo de trinta (20) dias, a quantia de Cr\$ 142.503,00, proveniente de multa de igual quantia dos direitos de importação, relativa à mercadoria despachada pela nota de importação n° 7.604-56, prevista no art. 55. Inciso 59, do Decreto n° 22.717-33, e de conformidade com o Acórdão de n° 997, de 15-9-58, da Segunda Câmara do Conselho Superior de Tarifa”¹²¹.

“Companhia Siderúrgica Belgo-Mineira – 71.652-58 – Recolher aos cofres desta Alfândega, no prazo e na forma da lei, a quantia de Cr\$155.782,60, proveniente de multa de quantia igual a diferença dos direitos, prevista no art. 55, do Decreto número 22.717, de 16 de maio de 1933, relativa aos materiais importados parceladamente para montagem de um conjunto, em 1936, e que foram classificados fora do conjunto, na comprovação requerida pelo Processo n° 5.???-58”¹²².

Ainda assim, o crescimento e o desenvolvimento do setor a partir dos investimentos públicos e privados determinaram à Companhia uma estreita relação com as diversas instâncias governamentais, dentre elas e, principalmente, os níveis estadual e federal. Como exemplo, tem-se a publicação na comunicação interna da empresa o telegrama do Governador do estado de Minas Gerais firmando o compromisso de melhorias na rodovia de ligação entre as cidades que atuava, principalmente as Usinas e a capital, Belo Horizonte.

“Para o estabelecimento de seus centros industriais e desenvolvimento das usinas, a Companhia teve de arcar com responsabilidade de toda ordem, muitas de caráter público ou de interesse geral.

¹¹⁹ Diário Oficial da União, p. 207, 14/04/1941.

¹²⁰ Diário Oficial da União, p. 27092, 23/12/1958

¹²¹ Diário Oficial da União, p. 5216, 12/03/1959.

¹²² Diário Oficial da União, p. 22922, 14/10/1959.

Assim é que, para o seu abastecimento, acabou por construir, às suas expensas, uma grande rede rodoviária, com as necessárias pontes e obras de arte, abrindo cerca de 900 Km. de estradas, tôdas franqueadas ao uso público e servindo aos interesses gerais de vastas populações do Estado.

A distribuição dessas estradas inter-municipais da Companhia, pelas diferentes zonas do Estado, pode ser assim resumida:

260 Km. no Rio Doce.

450 Km. na zona Centro do Estado.

180 Km. no Sertão.

Não se incluem nesses totais dezenas de quilômetros de estradas reconstruídas pela Belgo-Mineira”¹²³.

“Estrada B.Hte-Sabará – Temos a satisfação de levar ao conhecimento geral que, nesta data, o Exmo. Snr. Governador do Estado comunicou à Direcao da Companhia a auspiciosa notícia de que fôram iniciados os trabalhos de construção da nova rodovia Sabará – Belo Horizonte, atravez do telegrama abaixo transcrito: “Telegrama numero 62558 – Em atenção memorial que me foi encaminhado prezados amigos sabarenses, por ocasião minha recente visita esta Cidade, tenho satisfação comunicar-lhe e demais signatários que acabo regressar viagem inspeção trabalhos abertura estrada Belo Horizonte – Sabará, iniciadas agora obras que atendem legítimos anseios progressista população sabarense, posso anunciar com prazer que segundo prognósticos serviços terraplenagem deverão estar concluídos dentro 4 meses”¹²⁴.

A consolidação do setor de metalurgia e siderurgia ocorre nos anos 1940/50, período em que se tem a participação acionária da Companhia no Conselho Diretivo de grandes corporações, dentre elas, a Companhia Siderúrgica Nacional – CSN, desde sua constituição, a Companhia Aços Especiais Itabira – ACESITA, a Mineração Trindade e a Companhia Vale do Rio Doce. Para se perceber o campo de atuação da Companhia, segue abaixo a Figura 15, explicativa à participação acionária e empresas com participação da organização na gestão e tomada de decisões.

¹²³ Companhia Siderúrgica Belgo-Mineira, p. 25, 1954.

¹²⁴ Notas de Serviço, Livro nº 1, 1952-1965, NS 1139, 2-10-58, fls. 17-17v.

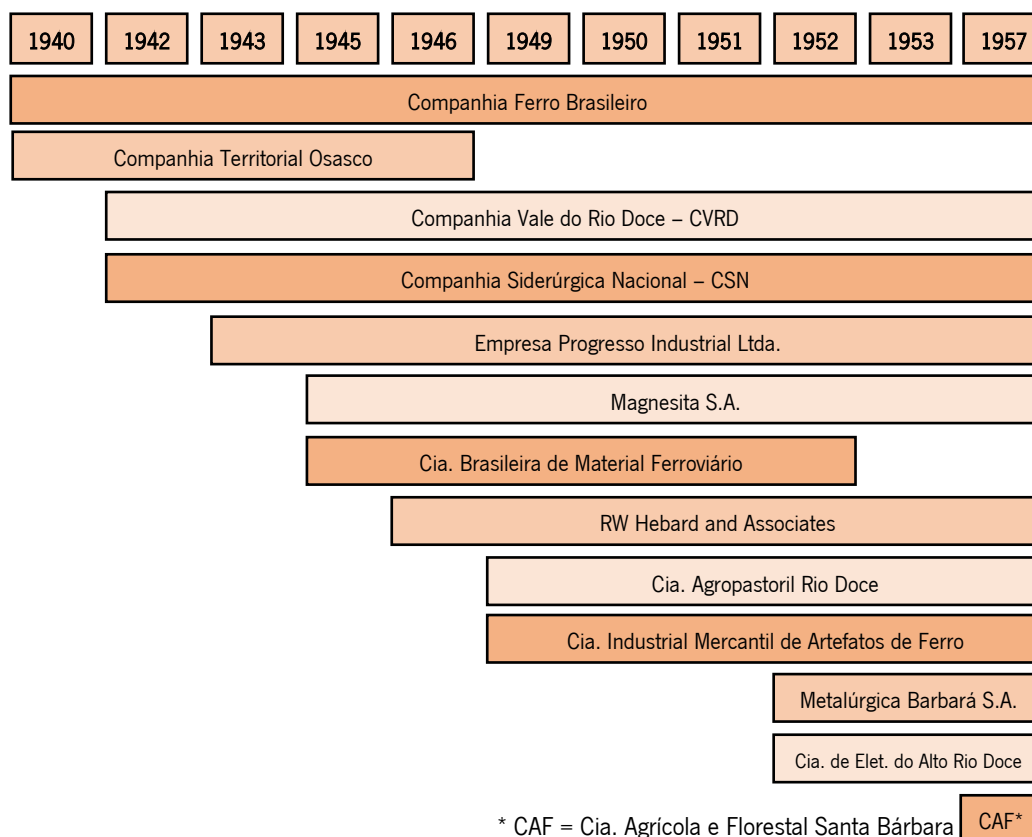


Figura 15 – Participação Acionária da Cia. Siderúrgica Belgo-Mineira
 Fonte: Adaptado das Assembleias Gerais Ordinárias – 1940-1957

Além das participações nas organizações, a Companhia também buscava otimizar o uso de suas propriedades para aumento da capacidade produtiva e da competitividade mercadológica, como a permuta de propriedades com a ACESITA (Companhia Aços Especiais Itabira). Essas atividades se relacionavam à necessidade de expansão da produção de carvão vegetal para abastecimento das usinas da Companhia.

“Ficam convocados os senhores acionistas a se reunirem em Assembléia Geral Extraordinária [...] deliberarem sobre a permuta de bens imóveis, terras e matas da Companhia, em Minas Gerais, com bens da mesma natureza e situação da Cia. Siderúrgica Belgo Mineira. [...]

"O Conselho Fiscal da Companhia Aços Especiais Itabira, por seus membros abaixo assinados, tomando conhecimento dos detalhes da transação pretendida realizar pela Companhia, de aquisição de terras devolutas no Estado de Minas eGrais [SIC], na conformidade das Leis Estaduais números 530 e 936, respectivamente de 22 de dezembro de 1949 e 5 de junho de 1953, para em seguida permutar parte dessas áreas com terras de propriedade da Cia. Siderúrgica Belgo Mineira, que estão encravadas em terras da Acesita, opino sentido de que a medida visada pela Companhia atende aos

interesses sociais, eis que, além da disposição de maiores áreas de terras e matas, necessárias principalmente à manutenção e desenvolvimento da produção de carvão vegetal, atenderá, ainda, a permuta pretendida com a Belgo Mineira, conforme os convênios [SIC] e suas condições [SIC], á melhor localização e situação das ditas áreas, mais próximas às respectivas Usinas, pelo que é de parecer que as referidas transações são de inegável interesse e conveniência para a Companhia, merecendo, assim, a aprovação da Assembléia dos Acionistas. Rio Rio [SIC] de Janeiro. 20 de fevereiro de 1954”¹²⁵.

E, também, às parcerias para pesquisas minerais e geológicas e descoberta de novas lavras, além do escoamento da produção por intermédio do compartilhamento de infraestrutura de transportes com a Companhia Vale do Rio Doce, cujos interesses da Companhia se alinhavam à expansão de mercados e inclusão do comércio exterior.

“Decreto N.º 35.746, de 30 de junho de 1954

Autoriza a S.A. Mineração da Trindade a pesquisar argila e associados no município de Governador Valadares, Estado de Minas Gerais

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, n.º I, da Constituição e nos termos do Decreto-lei n.º 1.985, de 29 de janeiro de 1940 (Código de Minas), decreta

Art. 1.º — Fica autorizada a Sociedade Anônima Mineração da Trindade a pesquisar argila e associados em terrenos de propriedade da Companhia Siderúrgica Belgo Mineira no lugar denominado Fazenda Boa Vista, distrito e município de Governador Valadares, Estado de Minas Gerais, numa área de quinze hectares (15 ha) delimitada por um retângulo que tem um vértice a mil e novecentos metros (1.900m) no rumo magnético de dezessete graus sudeste (17° SE) do marco quilométrico número trezentos e sessenta e cinco (km 365) do antigo leito da Estrada de Ferro Vitória-Minas e os lados divergentes desse vértice os seguintes comprimentos e rumos magnéticos: trezentos metros (300m) sessenta e oito graus sudeste (68° SE); quinhentos metros (500 m), vinte e dois graus sudoeste (22° SW).

Art. 2.º — O título da autorização de pesquisa, que será urna via autêntica dêste Decreto, pagará a taxa de trezentos cruzeiros (Cr\$ 300,00) e será transcrito no livro próprio da Divisão de Fomento da Produção Mineral do Ministério da Agricultura.

Art. 3.º — Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 30 de junho de 1954; 133.º da Independência e 66.º da República.

Getulio Vargas - Apolônio Salles”¹²⁶.

¹²⁵ Diário Oficial da União, p. 4178, 15/03/1954.

¹²⁶ Diário Oficial da União, p. 12934, 09/07/1954.

“Companhia Vale do Rio Doce S. A. - Senhores Acionistas: [...]

Os produtos siderúrgicos começam a aparecer em nosso tráfego, a partir de 1949, escoando pelo pôrto de Vitória, produtos dos fornos da Belgo-Mineira, em Monlevade, em tráfego mútuo com a Central do Brasil. Presentemente, formam na mesma corrente de tráfego os produtos da Acesita, situada em Coronel Fabriciano, a 453 km de Vitória”¹²⁷.

“DECRETO N.º 41.177 — DE 19 DE MARÇO DE 1957 — Autoriza S. A. Mineração da Trindade a pesquisar minério de manganês, ferro e associados no município de Ouro Preto, Estado de Minas Gerais.

O Presidente da República usando da atribuição que lhe confere o art. 87, n.º I, da Constituição e nos Termos do Decreto-lei nº 1.985, de 21 de janeiro de 1940 (Código de Minas), decreta:

Art. 1.º Fica autorizada a S. A. Mineração da Trindade a pesquisar minério de manganês, ferro e associados, em terrenos de propriedade da Companhia Siderúrgica Belgo Mineira no lugar denominado Conta História, distrito de Antônio Pereira, município de Ouro Preto, Estado de Minas Gerais [...]

Rio de Janeiro, 19 de março de 1957, 136.º da Independência e 69.º — República. Juscelino Kubitschek — Mário Meneghetti”¹²⁸.

A empresa compunha ainda o grupo de acionistas de outras organizações com o interesse de desenvolver-se e ampliar seu campo de atuação no setor. Dentre elas tem-se a Sociedade Técnica de Estudos Industriais (SOTEISA), Sociedade Anônima, e Mecânica Pesada S. A., dentre outras. Assim como, outras organizações compunham seu capital social com ações da Companhia Siderúrgica Belgo-Mineira, como por exemplo a Cia. Brasileira de Participações (BRACOPAR) cuja participação se compunha em empresas, como a Cia. Ferro Brasileiro e a Eletromar Indústria Elétrica Brasileira S. A.

“Companhia Administradora São Sebastião [...] Promulgada a Lei n.º 2.852 de 4 de setembro de 1956 que permite às pessoas jurídicas elevar o seu capital social por meio de reavaliação do ativo imobilizado bem como pela incorporação de reservas constituídas até 31 de dezembro de 1955, é de toda a conveniência aumentarmos o capital social mediante incorporação de lucros percebidos sob a forma de ações gratuitas distribuídas por outras companhias que se valem da referida lei para aumentar o seu capital e das quais esta Sociedade é acionista, 2 — Tendo a nossa Sociedade recebido 6.000 (seis mil) ações gratuitas da Companhia Siderúrgica Belgo Mineira e sendo os lucros em apreço isentos do pagamento do imposto de renda, por força do § 9.º da Lei n.º 2.862, o aumento de capital da nossa Sociedade será também isento de tal tributo, nos termos da referida legislação”¹²⁹.

¹²⁷ Diário Oficial da União, p. 7048-52, 15/04/1955.

¹²⁸ Diário Oficial da União, p. 6722-3, 22/03/1957.

¹²⁹ Diário Oficial da União, p. —2, 02/01/1957.

Dentre as relações com o governo, a Companhia desenvolveu-se a partir das premissas, discursos e planos de governo do então presidente, Juscelino Kubitschek. Nos anos 50, para implantação do Plano Nacional de Desenvolvimento e inauguração de uma das empresas de siderurgia no Estado de Minas Gerais, foi citada a Companhia, no sentido de não somente colaborar como ampliar sua capacidade produtiva sob o interesse do Estado Brasileiro.

“Aos pioneiros da siderurgia, em Minas, aos Diretores da Companhia Siderúrgica [SIC] Belgo Mineira, manifestei o desejo do Presidente da República de que colaborem nessa iniciativa, não só amparando o projeto de uma nova usina, corno também ampliando as suas próprias instalações, no sentido de aumentar a sua produção, que, de 200 mil toneladas no próximo ano, poderá, até o fim de meu Governo, atingir 500 mil”¹³⁰.

Deve-se considerar que as relações político-econômicas durante os anos 30/50 permitiram à organização empenhar-se em desenvolver tanto proximidade às instâncias de gestão como as relações próximas à sociedade, seja por interesse mercadológico, seja pelas necessidades sociais que lhe são impostas.

Dentre as atividades desenvolvidas pela empresa, as principais se concentraram nos centros urbanos onde se localizavam as suas Usinas: Siderúrgica, em Sabará e Barbanson, em João Monlevade. As atividades relacionadas à infraestrutura social buscavam oferecer condições de produção e desenvolvimento organizacional e se definiam em função das necessidades sociais dos pequenos centros. Eram oferecidas condições de moradia com a formação de Vilas e Colônias de trabalhadores que determinavam o crescimento das cidades o que lhe exigia investimentos junto ao entorno social e organizacional.

A necessidade em definir uma estrutura social, paralela à estrutura organizacional, definiu uma relação entre empresa e coletividade que se expandiu para além das relações econômico-produtivas. Desde o início de suas atividades percebe-se uma preocupação quanto

¹³⁰ Diário Oficial da União, p. 8257, 24/04/1956.

às necessidades sociais dos trabalhadores, em seus diversos níveis, e as possibilidades de oferecer condições de vida que possam assegurar o pleno funcionamento da empresa.

Decorrem nos anos posteriores, investimentos da empresa que levariam ao desenvolvimento social e econômico dos centros em que operava. Deve-se ainda ressaltar a preocupação com as questões sociais cujas ações se diferenciavam de outras regiões do país, em que se observam conjunturas sociais específicas em torno da relação entre empresa e empregados ou mesmo o surgimento de organizações e associações de trabalhadores, estão expressas a seguir.

“Diferentemente das indústrias paulistas, na trajetória da Belgo Mineira nenhuma dessas interpretações pode ser aplicada. A construção de toda a infra-estrutura urbana e assistencial, em Sabará, Monlevade e em vários outros pontos do Estado, onde a empresa plantou bases operacionais, para as atividades de reflorestamento e carvoejamento, foram, antes e acima de tudo, uma necessidade imposta pela própria atividade, numa região tão inexplorada quanto inóspita, tomada por doenças tropicais como a malária”¹³¹.

Em discurso proferido, em 1952, pelo então dirigente da Companhia, Dr. Albert Scharlé, em nome da empresa na sessão solene realizada no Cinema Monlevade, em 1952, destaca-se o caráter social da empresa, empreendido principalmente pelo administrador geral da Belgo-Mineira à época, o Dr. Louis Ensich.

“Tendo assim a Companhia suportado, valorosamente, mais esta prova árdua, não hesitou o seu jovem administrador em realizar os seus planos de ampliação da usina, construindo mais um forno de aço, e um novo laminador, e criando uma fonte segura de energia elétrica. Mas não se descuidando do bem estar de seus colaboradores, fez construir a primeira Vila Residencial para os empregados, organizou o Serviço Médico, e fundou Clubes esportivos e recreativos. [...] Como grande e autentico líder que é, não podia o Dr. Ensich deixar de cuidar também do bem estar de seus colaboradores. À medida que surgiram os fornos e chaminés da usina, foram sendo criados Hospitais, Assistências, Escolas, Igrejas”¹³².

¹³¹ Moyen, p. 57, 2007.

¹³² Companhia Siderúrgica Belgo-Mineira, p. 9, 1953.

Deve-se reiterar que em meio ao desenvolvimento social e econômico da Empresa, a preocupação com a estrutura social e os equipamentos sociais construídos se tornaram fonte para o crescimento das atividades sociais nas comunidades em que estavam instaladas as unidades e se tornaram pontos de referência não somente para os grupos sociais diretamente associados à empresa, como igualmente para toda a coletividade.



Figura 16 – Usina Piracicaba, João Monlevade, s/d.
Fonte: Acervo do Centro de Memória da Fundação ArcelorMittal Brasil, 2016.

8.2. EMPRESA, PATRIMÔNIO E EQUIPAMENTOS SOCIAIS

Ao buscar uma identificação entre Companhia e sociedade, percebe-se uma preocupação social e o estabelecimento de relações que extrapolassem o âmbito econômico-produtivo. Entretanto, observa-se, como em muitos casos da realidade empresarial brasileira à época, uma não preocupação com a formalidade dos processos e uma necessidade de conservação e preservação dos registros, em suas mais diversas formas de expressão.

Entretanto, alguns elementos de infraestrutura e equipamentos sociais permitem a obtenção de dados acerca de seus processos de implantação, dentre eles aqueles relacionados às questões energéticas, sejam para fornecimento de matéria-prima às atividades produtivas, que, em geral, utilizavam-se, essencialmente, da produção de carvão vegetal, ao fornecimento hidroelétrico por meio da concessão, por parte do Governo Federal, para construção e exploração de usinas. Exemplos do início destas atividades ocorrem nos dois principais centros produtivos da Companhia, Sabará e João Monlevade, nos quais a empresa necessitava obter força motriz para suas operações.

Deve-se considerar a participação da empresa nas áreas de comunicação, da rádio telegráfica à telefonia e na infraestrutura de transportes. O período compreendido entre os anos 1920 e 1950 compreende décadas de desenvolvimento social e urbano nacional em que diversas companhias nacionais e estrangeiras foram implantadas nesses setores. A maior capacidade produtiva e o desenvolvimento econômico também contribuem para que haja um investimento nesses setores a fim de que se possam estruturar as áreas relacionadas à infraestrutura e à urbanização.

No que se refere à produção energética, a companhia por meio de concessões realizadas pelo Governo brasileiro por meio de Decretos Federais, a Companhia adquiriu o direito a instalar usinas hidroelétricas próximas aos centros urbanos em que desenvolvia suas atividades produtivas, conforme apresentado no quadro 2 a seguir.

Legislação	Assunto
Decreto nº 22.930, de 12/07/1933	Autorização para adquirir por compra a queda d'água denominada " Furado" no município de Caeté, Minas Gerais, para a produção de energia elétrica.
Decreto nº 762, de 23/04/1936	Concessão e outorga para o aproveitamento de energia hidráulica em duas quedas d'água existentes no Ribeirão Carneirinhos, Minas Gerais.
Decreto nº 1.886, de 17/08/1937	Concessão e outorga para aproveitamento de energia hidráulica no Rio Piracicaba, em João Monlevade, município de Rio Piracicaba, Minas Gerais.
Aviso nº 1.316, Ministério da Agricultura, DOU, Seção I, p. 2727, 17/02/1944	Contrato celebrado entre o Govêrno Federal e a Companhia Siderúrgica Belgo Mineira, S. A., regulando a concessão do aproveitamento hidroelétrico da Cachoeira do Furado, no Rio Taquarassu, Distrito Taquarassu, Município de Caeté, Minas Gerais.
Decreto nº 23.469 de 06/08/1947	Outorga de estudos para aproveitamento de energia hidráulica no trecho do Rio Piracicaba compreendido entre as corredeiras denominadas Funil e Amorim, município de Antônio Dias, Minas Gerais.
Decreto nº 25.526, de 17/09/1948	Cancelamento da concessão outorgada pelo Decreto 762, de 23/04/1936, referente ao aproveitamento do desnível situado no Ribeirão Carneirinhos, a 750 metros da confluência deste com o Rio Piracicaba, município de Rio Piracicaba, Minas Gerais.
Decreto 26.737, de 01/06/1949	Outorga a concessão para o aproveitamento da energia hidráulica de uma queda d'água existente no Rio Prainha, município de Antônio Dias, Minas Gerais.
Decreto 27.329, de 19/10/1949	Outorga a concessão para o aproveitamento da energia hidráulica do trecho do Rio Piracicaba, compreendido entre as corredeiras denominadas Funil e Amorim, respectivamente nos distritos e municípios de Nova Era e Antônio Dias, Minas Gerais.
Decreto 38.901, de 15/03/1956	Autorização para construir uma linha de transmissão entre a siderúrgica e a subestação pertencente a Centrais Elétricas de Minas Gerais S.A.
Decreto 40.306, de 06/11/1956	Cancelamento da concessão outorgada pelo Decreto 762, de 23 de abril de 1936, referente ao aproveitamento do desnível situado no Ribeirão Carneirinhos, a 150 metros da confluência deste com o Rio Piracicaba, município de Rio Piracicaba, Minas Gerais.
Decreto 41.141, de 12/03/1957	Autorização para construir uma linha de transmissão entre os municípios de Rio Piracicaba e Antônio Dias, Minas Gerais.
Decreto 43.123, de 28/01/1958	Autorização para construir uma linha de transmissão ligando a Usina Siderúrgica de Monlevade à subestação de Itabira, da Companhia de Eletricidade do Alto Rio Doce, Minas Gerais.
Decreto 48.823, de 12/08/1960	Autorização para construir uma linha de transmissão entre João Monlevade e Agupé no município de Dionísio, Minas Gerais.
Decreto do Conselho de Ministros 716, de 16/03/1962	Autorização para instalar uma usina termoelétrica, para uso exclusivo, no distrito de João Monlevade, município de Rio Piracicaba, Minas Gerais.

Quadro 2 – Legislação aplicada às Fontes Energéticas – Décadas de 30/60

Fonte: Elaborado pelo Autor, 2016.

Complementarmente às estruturas de fornecimento de energia, as questões relacionadas ao abastecimento hídrico dos centros urbanos se faziam, em geral, pela perfuração de poços artesianos. Nas diversas regiões em que desenvolveu suas atividades econômicas, a necessidade de uma infraestrutura adequada levou a empresa a estabelecer e instalar poços artesianos, sejam para suas atividades produtivas ou para uso social.

“o recém-criado município de Várzea da Palma, no vale do São Francisco, desmembrado administrativamente de Pirapora, possui um excelente e bem equipado serviço de abastecimento de água na base do sistema de poços artesianos. A Cia. Siderúrgica Belgo-Mineira, que mantém naquela cidade alguns serviços de exploração industrial do carvão, instalou, em trechos próprios, profundos poços artesianos. A caixa água com capacidade para 80 mil litros atende perfeitamente às necessidades da população de Várzea da Palma. Foram abertos três postos artesianos que abastecem todos os prédios em que residem funcionários da CSBM, além de fornecimento gratuito a diversos particulares. Tanques amplos e moderníssimos, com tratamento especial água de uma pureza admirável, completam o modelar serviço de abastecimento da cidade. Os reservatórios com capacidade para 12 mil litros são providos em pouco menos de 15 minutos. O serviço mantido pela CSBM constitui uma contribuição poderosa para o desenvolvimento do novo município que tem o seu problema de abastecimento água plenamente resolvido”¹³³.

“...poço artesiano com capacidade média de 10 mil litros horários, já abastece a Maternidade e Puericultura ‘Louis Ensich’ e a Santa Casa... a capacidade média final do poço artesiano é superior às necessidades da Maternidade e da Santa Casa. Decidiu por isso a Companhia, de acordo com entendimentos mantidos com a Prefeitura Municipal, que o excesso de saída de água se destine a abastecer a população sabarense”¹³⁴.

As atividades desenvolvidas nos principais centros de atuação da Companhia, Usinas de Siderúrgica, em Sabará e Barbanson, de João Monlevade, determinaram a necessidade de complementação de uma infraestrutura que buscava conciliar as condições de produção às condições sociais.

O crescimento nos anos 1940 determinou um maior investimento nos diversos setores e levou a empresa a realizar parcerias para reinvestir em determinados setores e aumentar sua capacidade de estruturação dos serviços prestados. No que se refere ao setor de fornecimento de energia observa-se a necessidade de construir ou ampliar os centros de distribuição de energia para melhor fornecimento dos serviços às usinas. Em contrapartida, a empresa realiza a troca de equipamentos em parceria com outras empresas que lhe oferecem dispositivos de maior capacidade de fornecimento de energia e maior tecnologia. Tal fato é observado no caso de fornecimento de máquinas e equipamentos à Companhia Mina da Passagem, localizada em Ouro Preto, Minas Gerais a qual se apropria de antigos equipamentos

¹³³ Periódico “O Pioneiro”, ano I, n° 3, p. 4, 25/01/1955.

¹³⁴ Periódico “O Pioneiro”, ano 3, n° 72, p. 1, nov/1957.

de geração de energia para seu aproveitamento e uso na atividade econômica, tendo por contrapartida o fornecimento de novos geradores de energia à Companhia Siderúrgica Belgo-Mineira.

“Ministério da Agricultura – Departamento de Administração – Serviço de Comunicações [...] Portaria N. 144 – 26-4-941 – O Ministro de Estado, tendo em vista o que requereram a Companhia Minas da Passagem e a Companhia Siderúrgica Belgo Mineira, resolve:

Artigo único. Fica autorizada a Companhia Siderúrgica Belgo Mineira a ceder à Companhia Minas da Passagem dois grupos turbina-gerador com a potência de 250 Kw., cada um, ora instalados na Usina Inferior do Ribeirão Carneirinhos.

Parágrafo único. A Companhia Minas da Passagem fica obrigada a instalar na Usina Inferior da Companhia Siderúrgica Belgo Mineira, dentro do prazo de dois (2) anos, contados da data da publicação desta portaria, novas máquinas com as mesmas características das cedidas. Rio de Janeiro — Fernando Costa”¹³⁵.

Em relação aos serviços de infraestrutura observa-se que, para o abastecimento das usinas, era utilizada como principal força motriz, o carvão vegetal. A Companhia desenvolveu, desde os anos 30, um programa de obtenção de terras e cultivo de espécies que viessem a abastecer os fornos cuja execução de um programa de plantio e reflorestamento vegetal de áreas pertencentes à empresa foi firmado com o Governo Federal, tendo por contrapartida a obtenção de benefícios fiscais e de aproveitamento da produção vegetal de forma que viessem a se tornar efetivamente atraentes no âmbito econômico-financeiro.

Tem-se, portanto, algumas normas definidas desde o conhecimento do Código Florestal Nacional às atividades de plantio e reflorestamento que estão definidas no órgão de imprensa oficial.

“Sr. presidente da Companhia Siderurgica Belgo-Mineira – N. 6.117-V — Junto vos envio cópia da informação prestada pelo S.I.R.C. bem como um exemplar do Codigo Florestal, afim de tomardes conhecimento de dispositivos que interessam a essa companhia”¹³⁶.

¹³⁵ Diário Oficial da União, p. 8413, 29/04/1941

¹³⁶ Diário Oficial da União, p. 24976, 13/11/1935.

Com o desenvolvimento da Companhia nos anos 30/40, as atividades de cultivo e reflorestamento exigiram o desenvolvimento de uma estrutura que compreendeu em parcerias com proprietários de terra e com o governo, por intermédio do Serviço Florestal do Ministério da Agricultura. No início, as atividades florestais foram determinadas a partir da execução de um planejamento de aquisição e arrendamento de terras e de plantios planejados segundo diversas estratégias, seja de aquisição de reservas à compra de áreas florestais procedentes de terrenos de terceiros, próprios ou aquisição de áreas pertencentes a outras empresas. Assim, a empresa compunha com parceiros individuais e outras organizações, um conjunto de estratégias de interesse nos trabalhos aquisição de reservas e do plantio de mudas.

“É. Ela [a Companhia] tinha dois modelos: um ela comprava a terra com a mata, porque precisava da terra pra plantar o eucalipto; outro, ela só comprava mato, a terra depois de retirado o mato voltava para o proprietário. Isso foi feito praticamente em todas regiões e começou mais próximo das usinas, comprando a terra e a floresta, depois plantava eucalipto. Algumas próximas, poucas. As mais distantes a gente comprava o mato e devolvia a terra para o proprietário. Tivemos grandes áreas em Governador Valadares que hoje vendemos todas – são fazendas e agropecuárias. No sertão nós chegamos a ter 96 mil hectares, tínhamos programas de serrarias, de fábricas de açúcar. Também vendemos essas áreas todas, compramos outras, aí já com a CAF, na região de Bom Despacho, também para o plantio de eucalipto, com áreas planas, onde o eucalipto cresce melhor. E continuam vendendo carvão até hoje, tem serraria, tem madeira tratada pra cercas, currais, postes, construção civil, etc. Compramos na Bahia também, nós tínhamos necessidade de trazer carvão e a obrigação de plantar floresta lá, tanto na Bahia como no Espírito Santo. Colocamos uma serraria também na Bahia, fornecemos carvão pra usina de Vitória (para um guseiro que fornece gusa para a usina de Vitória). Essa parte hoje de carvão vegetal, dessas próprias terras deixou de ser estratégica. Ou vamos ter um novo projeto para utilização de algumas áreas, ou se formos continuar comprar gusa e se for imprescindível a necessidade do carvão vegetal algumas regiões deverão continuar. Caso contrário, não justifica ficar com um ativo tão caro e tão volumoso dentro da empresa”¹³⁷.

A ampliação do plano de desenvolvimento florestal compreendeu ainda uma preocupação nacional com o processo de substituição das variedades vegetais nativas àquelas utilizadas pelo setor. Tal fato levou o governo federal a desenvolver programas de apoio ao reflorestamento e criação de plantações próprias que teve a Companhia como referência.

¹³⁷ Acervo do Centro de Memória da Fundação ArcelorMittal Brasil – Projeto Memória & Identidade (M&I) – Depoimento 014.

“Dando execução ao plano de trabalhos de reflorestamento, o Serviço Florestal do Ministério da Agricultura, por intermédio do agrônomo-chefe destacado em Minas Gerais, distribuiu, em junho e julho do corrente ano, 10 mil gramas de sementes de essências florestais a diversos interessados. Por outro lado, em colaboração com várias entidades e visando a organização de reservas florestais nas áreas por elas ocupadas, executou, nesse período, os seguintes trabalhos: semeou área para 250 mil mudas, pertencente à Rêde Mineira de Viação; 100 mil mudas de eucaliptos em terras pertencentes à Cerâmica Brasileira, e nas quais serão plantadas 400 mil árvores anualmente, tendo, também, iniciado as providências necessárias para o plantio de um milhão e duzentas mil árvores em Monlevade e 500 mil nas proximidades de Sabará, em áreas de propriedade da Cia. Belgo-Mineira”¹³⁸.

Dentre as escolhas estabelecidas para os processos de produção siderúrgicos, as tratativas entre a Companhia Siderúrgica Belgo-Mineira e a Companhia Siderúrgica Nacional têm interesses complementares uma vez que a primeira tem por base a produção a carvão vegetal e a segunda a coque mineral. Entretanto, observa-se a busca por equilibrar as condições de produção, sendo que a CSBM já se encontrava em um patamar de certa estabilidade produtiva e de *know-how* cujas atividades a CSN se iniciava.

“Ata da 268ª sessão ordinária [Companhia Siderúrgica Nacional], realizada em 6 de julho de 1945 [...] Declara, então, que já formou uma idéia completa sobre a exposição que deverá, dentro em breve, ser submetida à consideração do Governo a propósito do aumento da produção do carvão nacional, que poderá subir a 3.000.000 de toneladas, se a tanto atingirem as necessidades do nosso mercado. Adianta que possuímos uma série de pequenas usinas siderúrgicas, algumas das quais, segundo pensa, poderão sobreviver quando a Companhia Siderúrgica Nacional começar a produzir e os preços baixarem, porquanto têm boas condições de vida e foram montadas com bastante critério fabricando, atualmente, produtos de grande valor. Refere-se, depois, à usina siderúrgica de carvão de madeira existente em Monlevade, que é bem montada, sob critério técnico perfeito e construída no longo prazo de 10 anos, com toda a economia, acreditando que ela tenha já amortizado grande parte do seu custo no período da guerra. As Companhias que produzem ferro gusa estão pagando 450 cruzeiros por tonelada de carvão de madeira, vendendo-o a 700 cruzeiros. Entende que Volta Redonda poderia fazer séria concorrência a essas companhias, porquanto possui coque de bom preço, o que lhe permitirá produzir ferro gusa por preço muito inferior ao fabricado nas pequenas indústrias, sendo de acentuar que, para a produção do aço”¹³⁹.

¹³⁸ Diário Oficial da União, p. 10944, 14/08/1947.

¹³⁹ Diário Oficial da União, p. 15442, 28/09/1945.

O desenvolvimento da atividade produtiva vegetal e a criação das áreas de reflorestamento e aproveitamento de mata nativa para abastecimento das usinas siderúrgicas da Companhia permitiu a criação de novos centros rurais e urbanos que se fizeram necessários à atividade extrativa. Paralelamente, existe uma preocupação com a devastação de áreas nativas em decorrência do acelerado crescimento do setor industrial, principalmente nas décadas de 1940 e 1950 o que determinou uma preocupação geral quanto à recuperação das áreas desmatadas e utilização de tecnologia de plantio e criação de áreas vegetais especializadas para abastecimento do setor.

“Proteção Florestal e Reflorestamento [...] Os trabalhos de reflorestamento, mediante cooperação com entidades públicas e particulares, encontram-se em franco desenvolvimento. Atualmente, o Serviço Florestal mantém cooperação com a Rede Mineira de Viação, a Companhia Belgo-Mineira, a Cerâmica Brasileira, a Escola Agrícola de Lavras, as Prefeituras de Belo Horizonte, São João Dei Rei, Carangola, Três Corações, Leopoldina, Itajubá. Uberlândia, Sobral, Campo Maior e Aracaju. O Governo dedica especial cuidado à ampliação dos trabalhos de cooperação com as estradas de ferro e as companhias siderúrgicas, cujas atividades constituem um dos principais fatores de devastação das nossas florestas, sempre que não atenuadas por serviços especiais de reflorestamento”¹⁴⁰.

“Em tôrno do programa de reflorestamento, em Minas, trabalhos que correm sob a responsabilidade do agrônomo Dirceu Braga, disse o Ministro que são auspiciosas as notícias que recebeu do chefe do Serviço Florestal sôbre os trabalhos na Belgo-Mineira, na Rede Mineira de Viação e ainda com as prefeituras de Oliveira. São João del Rei, Carangola, Juiz de Fora, Lavras, Conceição e Belo Horizonte. Recomendou ao Dr Dirceu Braga que articulasse o mais estreitamente possível o serviço a seu cargo com o serviço florestal do Estado, atendendo às solicitações dêste e obtendo do mesmo a cooperação nas zonas vizinhas dos hórtoes estaduais de Mar de Espanha, Heli e Belo Horizonte. Pediu também especial atenção para as zonas onde existem usinas siderúrgicas, pois voltou da excursão a Itabira alarmado com a devastação cias matas nos municípios de Caeté, Barão de Cocais, Rio Piracicaba, Santa Bárbara e Itabira. Estou certo de que tôdas as companhias acompanharão o exemplo da Belgo-Mineira, promovendo uma cooperação indispensável com o executor do acordo florestal para afastar o perigo de terem no futuro de apagar os seus fornos por falta de carvão vegetal”¹⁴¹.

¹⁴⁰ Diário Oficial da União, p. 4182, 16/03/1948.

¹⁴¹ Diário Oficial da União, p. 14890, 21/11/1947.

Com isso, ao final da década de 40, a necessidade em desenvolver um planejamento adequado às condições de produção e às exigências de mercado, aliado ao crescimento do setor, levaram a Companhia à criação de uma empresa especializada no ramo de reflorestamento, cuja atividade principal se destinava ao fornecimento de matéria-prima aos altos-fornos a partir do carvão vegetal obtido das reservas florestais nativas ou artificiais. Para gestão do serviço foi criada a CAF (Cia. Agrícola e Florestal Santa Bárbara).

“... a CAF – Companhia Agrícola e Florestal Santa Bárbara com o objetivo de plantar, fabricar carvão, tratar de todos os programas rurais da Belgo-Mineira e administrar o patrimônio territorial que a empresa possuía. Até o ano 2000, os altos-fornos da Usina de Monlevade utilizavam carvão vegetal no processo produtivo e, portanto, era necessária a manutenção de florestas de eucalipto para garantir a produção sustentável do carvão.

Após a mudança da utilização do carvão vegetal pelo coque, em João Monlevade, a CAF especializou-se na produção de madeira tratada e serrada, voltada para diversas finalidades, desde a fabricação de mourões para cerca e postes para telefonia e eletrificação, à produção de móveis, embalagens industriais e peças para construção civil nas suas unidades em Martinho Campos (MG) e Teixeira de Freitas (BA). Permanecem, porém, como atividades principais o plantio de eucalipto e o fornecimento de carvão vegetal a produtores independentes de gusa que abastecem as usinas da Belgo”¹⁴².

A gestão de áreas das reservas florestais criadas ocorreu a partir do desenvolvimento de alguns núcleos rurais e pequenos núcleos urbanos nos quais se desenvolveram os centros de produção de carvão, dentre eles nas cidades de Coronel Fabriciano e Várzea da Palma para os quais foram desenvolvidos diversos elementos de infraestrutura.

“Então a Belgo teve uma participação muito grande na abertura de estradas no Estado de Minas Gerais para se buscar o carvão vegetal, mas que beneficiava a todos. E cidades que foram criadas praticamente em função desse carvão e do trabalho da BM, como é o caso de uma cidade chamada Várzea da Palma, no sertão, aqui no Rio Doce, Dionísio, São José do Goiabal, o próprio Cel. Fabriciano. Todas essas cidades cresceram em função do trabalho da BM, ou produção do carvão vegetal, ou de madeira para serraria, que nós tínhamos também serrarias”¹⁴³.

¹⁴² Belgo-Mineira Arcelor, Boletim Eletrônico Memória Belgo, a. I, n. 13, 23/10/2003.

¹⁴³ Acervo do Centro de Memória da Fundação ArcelorMittal Brasil – Projeto Memória & Identidade (M&I) – Depoimento 014.

“Depois de construir mais de 300 quilômetros de rodovias, entregues à população sem qualquer restrição, a Companhia fez construir em Várzea da Palma dezenas de casas residenciais para seu pessoal, um Hospital, Escolas e Campo de Pouso para aviões. Instalou telefones, luz elétrica e venceu o grave problema da falta de água com perfuração de inúmeros poços artesianos, valorizando assim os recursos naturais da região e trazendo para sua população novas fontes de renda”¹⁴⁴.

“Departamento Nacional da Produção Mineral – Serviço de Administração - Expediente do Sr. Ministro – Dia 11 – Nº 7:585-44 – Companhia Siderúrgica Belgo Mineira. Solicita aprovação de planos para construção de estrada. – Aprovo, de acôrdo com o parecer”¹⁴⁵.

A necessidade de se buscar uma sustentabilidade à produção de carvão vegetal determinou uma reestruturação de todo o setor de siderurgia e metalurgia durante os anos seguintes. Na década de 1950 a Companhia além de utilizar a produção para consumo próprio abastecia outras indústrias do setor as quais dependiam da produção da empresa mineira para desenvolvimento de seus processos produtivos. Para algumas empresas, a dependência de fornecimento do carvão vegetal e abastecimento das atividades produtivas ocorria de maneira sistemática e absoluta, pois não possuíam atividades florestais e utilizavam o carvão vegetal produzido pela Companhia em realizar seus processos produtivos.

“A situação das principais empresas siderúrgicas mineiras no início dos anos 1950, de acordo com dados coletados em relatório do Ministério da Agricultura de 1951, era a seguinte: as companhias Corradi e Itaunense, de Itaúna, e a Mineira de Siderurgia, de Divinópolis não possuíam reservas próprias de mata. As que possuíam maiores áreas de reserva e dependiam pouco ou nada de carvão de madeira comprado de terceiros eram a Acesita (de Coronel Fabriciano/Rio Piracicaba), a **Cia. Siderúrgica Belgo Mineira - CSBM** (de João Monlevade) e a Cia. Metalúrgica Santo Antônio (de Rio Acima). As maiores plantadoras de madeira eram a CSBM (com 1.518 ha ou 41% da área plantada total), a Cia. Ferro Brasileiro (com 756 ha ou 21% do total), a Queiroz Júnior (com 566 ha ou 15%) e a Acesita (com cerca de 409 ha ou 11% do total)”¹⁴⁶.

Para o incremento da logística de distribuição do carvão produzido nos hortos florestais às Usinas, a Companhia instalou no início dos anos 60, um teleférico de 50 km que ligaria a região carbonífera vegetal de Dionísio à Usina de Monlevade. Além do transporte de

¹⁴⁴ Companhia Siderúrgica Belgo-Mineira, p. 73, 1953.

¹⁴⁵ Diário Oficial da União, p. 2715, 20/02/1945.

¹⁴⁶ GONÇALVES, p. 4, 2006.

carvão pelo teleférico, foi implantada toda uma estrutura de apoio à distribuição, como depósitos e silos, áreas de tratamento do carvão e um centro regulador de controle com capacidade para estocagem de 240.000 m³ de carvão (CSBM, 1961). (Figura 17)

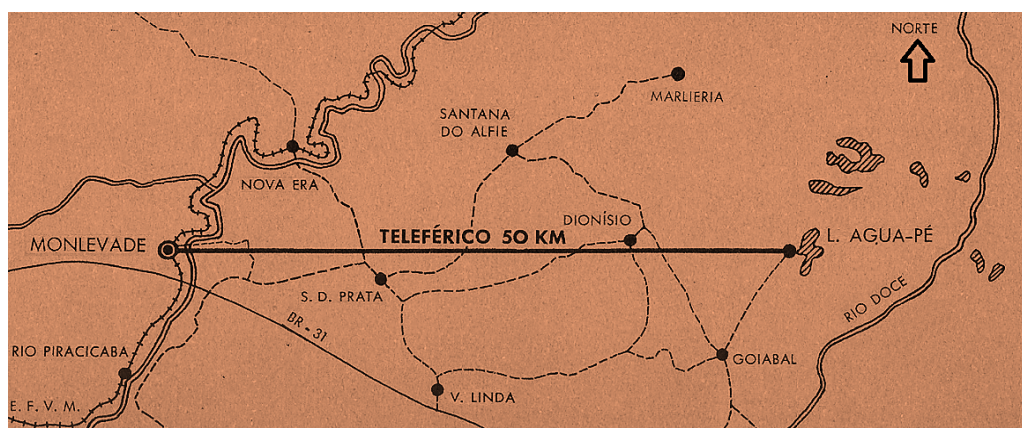


Figura 17 – Teleférico de Transporte de Carvão (João Monlevade – Dionísio)
Fonte: Adaptado de CSBM, p. 25, 1961.

Como subsidio à crescente estrutura produtiva e a integração entre as diversas localidades atendidas pela Companhia, desenvolveu-se também a área de comunicação, particularmente os serviços de rádio transmissão e telefonia. As primeiras permissões ocorrem nas décadas de 1930/40, durante as quais ocorre seu processo de expansão e diversificação de atividades. A necessidade de comunicação entre os diversos núcleos da empresa determina a construção de linhas de transmissão e de estações de radiofrequência.

“Ministério da Viação e Obras Públicas – Portaria N. 81 – O ministro de Estado dos Negócios da Viação e Obras Públicas, em nome do Presidente da República:

Atendendo ao que solicitou a Companhia Siderúrgica Belgo-Mineira S. A. e tendo em vista o parecer da Comissão Técnica de Radio, constante do processo D. 25.563-37, do protocolo desta Secretaria de Estado da Viação e Obras Públicas:

Resolve aprovar as plantas, orçamentos e especificações técnicas que com esta baixam devidamente rubricadas pelo diretor do Serviço do Pessoal dêste Ministério, das duas estações radio-telefônicas que a Companhia Siderúrgica Belgo-Mineira S. A., foi autorizada a instalar, pela portaria. n. 539, de 29 de novembro de 1937, sendo uma na cidade de Sabará e outra próximo à estação de João Monlevade, assim como as plantas que também baixam rubricadas indicativas dos locais em que serão as mesmas estações instaladas. Rio de Janeiro, em 12 de fevereiro de 1938. — João de Mendonça Lima¹⁴⁷”.

¹⁴⁷ Diário Oficial da União, p. 4339, 08/03/1938.

“Ministério da Viação e Obras Públicas – Departamento de Administração – Serviço de Comunicações Expediente do Sr. Presidente da República do Sr. Ministro – Processo despachado em 3 de outubro de 1941:

N. 28.356/41 – Companhia -Siderúrgica Belgo-Mineira- S/A., solicitando vista do processo n. 27.679/41, referente ao seu pedido de autorização para instalar uma estação rádio-transmissora em Coronel Fabriciano. – Dê-se vista no Gabinete do chefe do Serviço de Comunicações”¹⁴⁸.

“Ministério da Viação e Obras Públicas – Departamento de Administração – Divisão de Orçamento [...] Portaria N.º 693 – Em 1-10-47 – O Ministro de Estado, atendendo ao que requereu a Companhia Siderúrgica Belgo-Mineira S. A., sediada na cidade de Sabará, Estado de Minas Gerais e em vista do parecer da Comissão Técnica de Rádio n.º 481, de 13 de agosto de 1947, Resolve autorizar a requerente a aumentar a potência de suas estações de Sabará, João Monlevade e Coronel Fabriciano, para 400 watts. – Valdemar Méra Barroso, Diretor do Departamento de Administração, com delegação de poderes em virtude da portaria n. 616, de 16-9-47. (Proc. n. 20.151, de 1947). (N.º 13.397 – Dia 21-10-47)”¹⁴⁹.

“Ministério da Viação e Obras Públicas – Gabinete do Ministro [...] Atos do Ministro Dia 2 de maio de 1950 – Processos: [...] N.º 6.505-50 – Companhia Siderúrgica Belgo-Mineira – Permissionária para a instalação de dois transmissores de radiofonia, como 400 watts de potência, apresenta a documentação relativa aos citados transmissores. – A Comissão Técnica de Rádio opinou no sentido de que a requerente apresente as especificações acompanhadas das descrições técnicas do transmissor cuja aprovação pretende. – Despacho: – Cumpra-se a diligência, de acordo com o parecer n.º 319, de 28 de março último, da Comissão Técnica de Rádio”¹⁵⁰.

Já na década de 50, a disseminação dos serviços telefônicos levou a organização a adaptar-se às tecnologias emergentes e adotar centrais telefônicas que determinariam uma melhor e mais rápida comunicação entre os diversos núcleos da empresa e aos seus empregados e associados.

“... moderno serviço de telefones automáticos liga Monlevade ao mundo, a qualquer hora do dia e da noite. O sistema telefônico de Monlevade está interconectado à rede da Companhia de Telefones de Minas Gerais e à Companhia Telefônica Brasileira]. Em consequência, é possível falar daquele centro de trabalho da empresa para diversos pontos do Estado, do País e, também, do estrangeiro. O Centro Ericsson OL550 de telefones da Belgo Mineira em Monlevade tem capacidade para 300 aparelhos”¹⁵¹.

¹⁴⁸ Diário Oficial da União, p. 19949, 16/10/1941.

¹⁴⁹ Diário Oficial da União, p. 13683, 23/10/1947.

¹⁵⁰ Diário Oficial da União, p. 6922-3, 04/05/1950.

¹⁵¹ Periódico “O Pioneiro”, ano 3, n.º 60, p. 6, jun/1957.

“... foi recentemente organizada na vizinha cidade a Companhia Telefônica de Sabará (COTESA) da qual participou decisivamente a Belgo-Mineira, através da aquisição de ações... A etapa inicial tem previsão à instalação imediata de 300 aparelhos, sendo 200 para os acionistas e 100 para os membros comuns [a comunidade]... A instalação da rede telefônica representa, assim, um melhoramento de grande significado para os moradores da tradicional cidade mineira”¹⁵².

“Cotesa – Atendendo solicitação do Snr. Prefeito Municipal de Sabará e da Direção da Cotesa, convidamos Vv.Ss. a assistirem a inauguração oficial dos serviços telefônicos da Cidade, que será processada amanhã, dia 30, às 8,00 horas, na sede daquela Empresa com a presença de Sua Excia. o Snr. Governador José Francisco Bias Fortes. Em consideração à presença do ilustre visitante, encarecemos o nosso empenho em verificar o significativo comparecimento de todos os convidados à solenidade em apreço”¹⁵³.

Para além das questões de infraestrutura de serviços de energia e radiotelefonia, a Companhia Siderúrgica Belgo-Mineira, em João Monlevade e Sabará, percebe-se o papel central e a responsabilidade pelo crescimento social e se pode considerar a Companhia como um dos principais fatores de aglutinação social e de formação cultural dos centros em que se estabelecia. Em um discurso do Chefe de Serviço Florestal da Companhia, Dr. Laércio Osse, à época tem-se uma percepção da importância dada às questões sociais e à relação entre empresa e infraestrutura social.

“[...] queremos nos referir ao melhoramento do próprio trabalhador florestal que será conseguido através do melhoramento do seu padrão de vida. A valorização do homem é uma constante entre as preocupações das modernas indústrias, e à Belgo Mineira não escaparam as possibilidades de dar aos seus trabalhadores florestais a mesma assistência social que da aos operários de suas usinas. [...]

cada estere de carvão despejado nos silos das Usinas materializava os heroísmos do carvoeiro e ingentes esforços da empresa em defendê-lo, a si e aos seus, de endemias, do analfabetismo, da subnutrição, do marginalismo social. Os hospitais e postos médicos, as escolas, os postos de abastecimento e ‘dispensas’ encontrados no mais ínvio das áreas em exploração, atestam o quanto a Belgo Mineira sempre dedicou ao trabalhador florestal. [...]

embora venham a cobrir grandes extensões, as florestas industriais que estamos formando permitirão fixar o homem aos seus teres e haveres, em sua casa, seu quintal, sua roça, libertando-o da necessidade de andar com seu rancho atrás da mata a explorar [...]

¹⁵² Periódico “O Pioneiro”, ano 4, n° 76, p. 8, mar/1958.

¹⁵³ Notas de Serviço, Livro n° 1, 1952-1965, NS 1250, 29-X-59, fl.32.

nossos hortos estão sendo formados segundo um plano que inclui, além das matas, a abertura de estradas e a edificação de colônias para os trabalhadores. Não nos preocupamos com aparências. As residências, embora de aspecto modesto, oferecem o conforto e a higiene de que uma família necessita, e nos quintais e terras que cedemos aos trabalhadores os estimulamos à prática da olericultura e à cultura dos gêneros de consumo corrente. Isto não só concorre prender o homem ao lugar, como para melhorar sua mesa onde procuramos fazer com que não faltem a carne e o leite. [...]

nos hortos cujas sedes se distanciam muito dos centros dotados de escolas publicas, estamos instalando nossas próprias escolas. No momento nos contentamos em proporcionar à criançada os meios indispensáveis para que aprendam as primeiras letras; no futuro, entretanto, acreditamos poder transformar nossas escolas em centros de alfabetização de adultos e, para a criançada, em escolas onde com a instrução primaria recebam noções florestais indispensáveis à compreensão dos valores mediatos e imediatos da floresta e da técnica de formação da mesma. [...]

quanto à saúde do nosso pessoal, temos o modelar Serviço Médico da Belgo Mineira sempre pronto nos hospitais ou pelos seus enfermeiros volantes a levar assistência a quem precisar”¹⁵⁴.

Assim, a busca da Companhia por compartilhar as necessidades sociais determinou o desenvolvimento de relações peculiares e particulares entre empresa e comunidades as quais, segundo Keller (1998), se diferenciam daquelas determinadas por questões estritamente capitalistas uma vez que são estruturadas como fruto das atividades empresariais a criação de bairros ou cidades industriais ou quaisquer aglomerados sociais constituídos por funcionários e suas famílias.

Entretanto, devem ser considerados os sinais de paternalismo e de certo controle social que se constituem a partir da definição de importantes fatores de desenvolvimento social que se configuram a partir das relações existentes entre empresa e coletividades. Apesar do caráter de relações de capital, estes aspectos são determinantes para que as atividades desenvolvidas tanto no âmbito do capital quanto social garantam certa legitimidade e definem graus de interdependência entre empresa e sociedade, necessárias à aceitação do negócio no âmbito sociocultural.

Em contrapartida, observa-se, no Brasil, em particular, que a partir da segunda metade do século XX, a atuação do Estado passa a ser determinante nas áreas consideradas

¹⁵⁴ Periódico “O Pioneiro”, ano I, n° 19, p. 4, set/1955.

estratégicas, dentre elas as de infraestrutura social. As ações e planos estatais definidos a partir dos anos 1930 acabaram por redefinir a atuação empresarial, que se destinava, até então ao desenvolvimento social e passam a se concentrar em aspectos relacionados à competitividade e capacidade de desenvolvimento mercadológico, concentrando as estratégias de negócio às relações comerciais e financeiras.

Com isso, a empresa não somente passa a compartilhar com o Governo as ações sociais, mas as repassa a ele, por meio de processos de institucionalização e estatização das atividades. Há uma determinação de que as funções de desenvolvimento social e os serviços urbanos que até então estavam constituídos de maneira fragmentada e disseminada nas comunidades se desloquem e tenham uma abrangência de gestão e regulação por parte do Estado, em geral, nos três âmbitos – federal, estadual e municipal (Souza, 1999).

Assim, a partir dos governos do Estado de Milton Campos, e Federal de Juscelino Kubitschek, se desenvolvem, respectivamente, os planos – estadual (Plano de Recuperação Econômica e Fomento à Produção) e federal (Plano de Metas). Neles estão desenvolvidos os conceitos de centralização das atividades relacionadas às áreas estratégicas de produção e de infraestrutura que se definem como prioritárias.

As ações do Estado culminam por substituir, em algumas áreas em que havia uma atuação direta da empresa Belgo-Mineira em que são criadas ou agregadas as atividades relacionadas à prestação de serviços e equipamentos sociais e de infraestrutura. A partir da década de 1950 se estruturam as empresas estatais estaduais – CEMIG (Centrais Elétricas de Minas Gerais S.A. – 1951) e COMAG (Companhia Mineira de Água e Esgotos – 1963), que posteriormente se denomina COPASA (Companhia de Saneamento do Estado de Minas Gerais – 1974) e a TELEMIG (Telecomunicações do Estado de Minas Gerais S.A. – anos 1950).

O período da década de 1960, por exemplo, para o setor de telecomunicações compreendia um grupo de 800 empresas que detinham os direitos de exploração de telefonia e radiocomunicação, entre as quais haviam empresas públicas municipais e privadas, e cooperativas. Esse perfil institucional se modifica a partir da elaboração e institucionalização do Código de Telecomunicações, em 1962 que propôs a regularização e regulação do setor com a definição de uma participação e ação efetiva do Estado, como regulador e interventor.

Não diferentemente foi a situação do setor elétrico que, até meados do século XX, se encontrava com mais de 50% da geração nacional de energia sob a tutela das empresas Light e AMFORP (*American Foreign Power Company*) que detinham o processo desde a geração ao abastecimento energético de nove capitais estatais – regiões Sudeste e Sul, além de São Gonçalo (RJ), Petrópolis (RJ) e Pelotas (RS). A fase de elaboração do planejamento estatal e controle do setor se faz a partir da regulamentação e gestão do Setor de Águas e de Energia Elétrica com a implantação do Código de Águas através do Decreto 24.643, de 10 de julho de 1934, e do Plano Nacional de Eletrificação em 1946.

Alguns exemplos da participação da Companhia durante o período de transição entre o capital privado e a estatização dos setores encontram-se colocados a seguir.

“Decreto de N.º 43.123 – de 28 de janeiro de 1958 - Autoriza a Companhia Siderúrgica Belgo-Mineira a construir uma linha de transmissão ligando sua usina siderúrgica de Monlevade à subestação de Itabira, da Companhia de Eletricidade do Alto Rio Doce, no Estado de Minas Gerais”¹⁵⁵.

“Ministério da Agricultura – Departamento Nacional da Produção Mineral – Portaria N. 917, de 9 de Março de 1959 – O Diretor Geral do Departamento [SIC] Nacional da Produção Mineral do Ministério da Agricultura, usando da atribuição que lhe confere o item II, da Portaria Ministerial n. 9 1.575, de 15 de outubro de 1954, tendo em vista o que requereu a Companhia Siderúrgica Belgo Mineira, com sede na cidade de Sabará, Estado de Minas Gerais, e atendendo ao que propôs a Divisão de Água deste Departamento, resolve: — fixar o prazo de três (3) meses, a partir da publicação da presente portaria, para o término das obras já iniciadas relativas à construção de uma linha de transmissão ligando a usina siderúrgica de Monlevade à subestação de Itabira, da Companhia de Eletricidade do Alto Rio Doce, no Estado de Minas Gerais, cuja autorização foi dada à Companhia Siderúrgica Belgo-Mineira pelo Decreto n.º 43.123, de 28 de janeiro de 1958. — Avelino Ignácio de Oliveira, Diretor-Geral”¹⁵⁶.

O controle estatal, a partir dos anos 1950/60, dos setores relacionados às fontes energéticas, seja hidroelétrico ou de energia (petróleo) se consolida com a criação da ELETROBRAS (Centrais Elétricas do Brasil S.A.) e do Departamento Nacional de Águas e Energia (DNAE) em 1965. Assim, a atuação da Companhia se volta para o ambiente interno

¹⁵⁵ Diário Oficial da União, p. 1944, 30/01/1958.

¹⁵⁶ Diário Oficial da União, p. 5265, 12/03/1959.

na busca de oferta de melhores condições de trabalho e de segurança nas atividades industriais com o objetivo de garantir qualidade e produtividade.

Assim, a própria Companhia levou ao conhecimento de seus empregados e familiares a transferência de gestão do fornecimento de energia elétrica às Vilas Operárias da empresa para o recém-criado órgão estatal, a Centrais Elétricas de Minas Gerais – CEMIG a responsabilidade de fornecimento de energia. Dentre as preocupações da Companhia, destaca-se a compensação financeira oferecida aos empregados para despesas decorrentes do aumento de custos da energia elétrica fornecida pelo Estado.

“Energia elétrica – Trazemos ao conhecimento de todos os moradores de Siderúrgica, cujo fornecimento de energia elétrica é feito atualmente pela CSBM, que este fornecimento passou a ser feito pela Cemig, a partir do mês de março último. As contas de fornecimento de energia serão apresentadas pela Cemig, a cada consumidor, a partir do dia 11 de abril corrente, contas estas que deverão ser pagas no escritório daquela Empresa pelo próprio consumidor. Lembramos aos servidores da CSBM que no ajuste das utilidades constantes do último Convênio, foram incluídas no aumento de salários verificado em janeiro deste ano, a título de reembolso, as importâncias referentes às taxas que, doravante, serão suportadas pelos consumidores. Aqueles que recebem energia elétrica da CSBM sem pertencerem aos seus quadros de empregados, deverão providenciar imediatamente a instalação de medidores. O fornecimento de força para fogões elétricos só será cobrado depois de instalados todos os medidores elétricos e, mesmo assim, estará sujeito a um eventual racionamento, este ano. Até que se verifique essa solução, a CSBM continuará fornecendo, gratuitamente, um botijão de gás por mês, aos possuidores de fogão a gás”¹⁵⁷.

Assim como os serviços relacionados ao fornecimento de energia elétrica, aqueles relativos à telefonia, bem como áreas estratégicas de produção como siderurgia-metalurgia, fornecimento energético, transportes e demais áreas consideradas estratégicas ao Estado Brasileiro formam a partir dos anos 1940 a base de atuação e de gestão do Estado.

A necessidade de reconstrução e redefinição econômica do País, em função da crise de 1929 e relações internacionais do período entre guerras, leva a economia brasileira a se desenvolver a partir de uma estruturação que se faz a partir da ação e intervenção do Estado e aplicação de políticas econômico-desenvolvimentistas nos períodos de governo de Getúlio

¹⁵⁷ Notas de Serviço, Livro nº 1, 1952-1965, NS 1294, 5-4-60, fl. 39.

Vargas (1930-1945 e 1950-1954), Juscelino Kubitschek (1956-1960) e Jânio Quadros e João Goulart (1961-1964).

Um resumo do período e da transição das atividades da Companhia e da atuação do Estado estão apresentados na figura 18 a seguir.

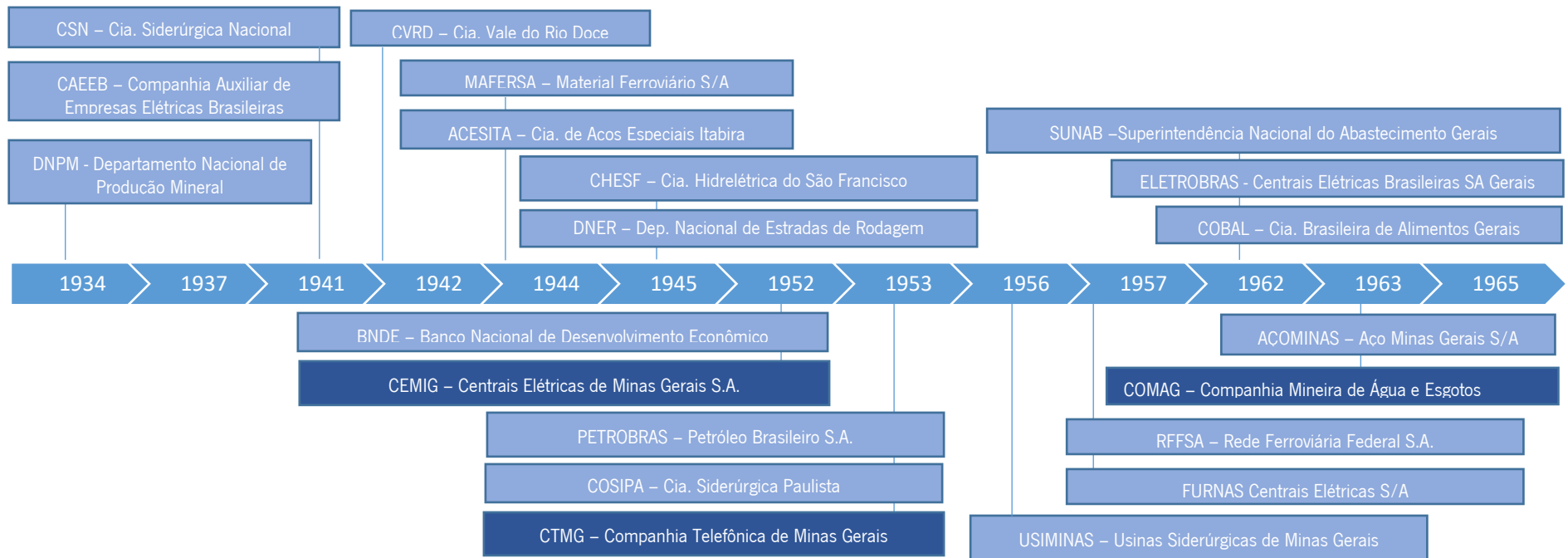


Figura 18 - Empresas Estatais de Infraestrutura de Serviços/Industrial (anos 1930-60)

Fonte: Elaborado pelo Autor, 2016.

Presidências da República Federativa do Brasil

Venceslau Brás – 1914/1918
 Delfim Moreira – 1918/1919
 Epitácio Pessoa – 1919/1922
 Artur Bernardes – 1922/1926
 Washington Luís – 1926/1930
 Getúlio Vargas – 1930/1945
 (*) Sob a presidência de José Linhares (30/10/1945 a 31/01/1946)
 Eurico Gaspar Dutra – 1946/51
 Getúlio Vargas – 1950/54
 (**) Sob a Presidência de Café Filho (1954-55) – Após o suicídio de Getúlio Vargas e Carlos Luz e Nereu Ramos até a posse de Juscelino Kubitschek
 Juscelino Kubitschek – 1956/60
 Jânio Quadros (31/01/1961 a 25/08/1961).

(***) Sob a Presidência de Ranieri Mazzilli (25/08/1961 a 07/09/1961)
 João Goulart (07/09/61 a 1º/04/64)
 (****) Sob o regime parlamentarista, cujo 1º Ministro era Tancredo Neves (07/09/1961 a 26/06/1962) e Hermes Lima (15/09/1962 a 06/01/1963)
 Castelo Branco – 1964/1967

Governadores do Estado de Minas Gerais

Presidentes do Estado de Minas Gerais
 Delfim Moreira – 1914/1918
 Artur Bernardes – 1918/1922
 Raul Soares de Moura – 1922/1924
 Olegário Maciel – 04/08/1924 a 21/12/1924
 Fernando de Melo Viana – 1924/1926
 Antônio Carlos Ribeiro de Andrada – 1926/1930

Olegário Maciel – 1930/1933
 Gustavo Capanema – 05/09/1933 a 15/12/1933

Interventores Federais no Estado de Minas Gerais

Benedito Valadares Ribeiro – 1933/1945
 Nísio Batista de Oliveira (Presidente do Tribunal de Justiça) – 04/11/1945 a 03/02/1946
 João Tavares Correia Beraldo – 03/02/1946 a 14/08/1946
 Júlio Ferreira de Carvalho – 14/08/1946 a 16/11/1946
 Noraldino Lima – 17/11/1946 a 20/11/1946
 Alcides Lins – 21/12/1946 a 19/03/1947

Governadores do Estado de Minas Gerais

Milton Campos – 1947/1951
 Juscelino Kubitschek – 1951/1955

Clóvis Salgado da Gama – 1955/1956
 José Francisco Bias Fortes – 1956/1961
 José de Magalhães Pinto – 1961/1966
 Israel Pinheiro – 1966/1971

Fonte: BNDES (2000 e 2002).

As ações estruturantes da Companhia ao longo dos anos 1930/60, seja no âmbito do setor industrial ou nas questões sociais, determinam uma atuação como provedora, fornecedora e gestora das atividades de infraestrutura. Até então, a infraestrutura social, de maneira geral no país, se desenvolveu por diversas concessões estatais à gestão privada e se caracterizava de múltiplas formas, sendo centralizada por algumas empresas nos grandes centros e região Sul-Sudeste e pulverizada no Norte-Nordeste, geralmente de capital estrangeiro e que se baseavam em ações estratégicas nas áreas de serviços públicos.

Entretanto, a Companhia manteve atuação após os anos 1960 no setor habitacional, com uma preocupação em desenvolver programas de moradias junto aos empregados que instituiu o direito às residências operárias por meio de parceria com instituições públicas, dentre elas o incentivo e participação do BNH – Banco Nacional de Habitação.

“... será construído o novo conjunto habitacional que beneficiará 400 empregados da Empresa, sobretudo os de menor renda. O empreendimento conta com a participação do Sindicato de Monlevade, da Associação Monlevade de Serviços Sociais e da Belgo-Mineira. Esta união de forças procura solucionar, pelo menos em parte, o problema habitacional da cidade, que atinge diretamente os empregados da Divisão de Siderurgia... Já em Contagem, a Cooperativa Habitacional Colonial começou a entrega de 164 unidades residenciais aos seus associados. Formada por empregados da Belgo (Trefilaria e Escritório Central) e da associada Pohlig-Heckel (PHB), espera-se que até o final de julho todas as casas, de 2, 3 e 4 quartos, estejam com os seus futuros proprietários... O órgão de apoio do empreendimento foi o INOCOOP-MG¹⁵⁸ 159.

Dessa maneira, o planejamento urbano residencial passa a ocorrer de forma diferenciada ao modelo adotado pela Companhia ao longo do período de assistencialismo urbano, décadas de 1930/50. As vilas operárias cedem espaço à construção de conjuntos habitacionais destinados a empregados do setor industrial, dentre os quais se tem por exemplo o complexo residencial “José Alencar Rocha” na cidade de João Monlevade, que se constituía de um conjunto de 406 unidades, entregue em janeiro de 1982, época de uma nova expansão da Companhia.

¹⁵⁸ O Instituto de Orientação às Cooperativas Habitacionais de Minas Gerais – INOCOOP-MG, foi uma sociedade civil em fins lucrativos de direito privado, criada na década de 70, com a missão de atuar na redução do déficit habitacional do País, surgiu como ensaio de produção cooperativa via Sistema Financeiro de Habitação – SFH e Banco Nacional de Habitação – BNH.

¹⁵⁹ Periódico ‘Belgo-Mineira Notícias’, ano 4, no 44, p. 1, abr/1979.



Figura 19 – Turma do Laminador Usina de Siderúrgica, Sabará, 1930.
Fonte: Acervo do Centro de Memória da Fundação ArcelorMittal Brasil, 2016.

8.3. PATRIMÔNIO, EMPRESA E SOCIEDADE

A Companhia Siderúrgica Belgo-Mineira, assim denominada entre as décadas de 1920/90, desenvolveu suas ações com referência à estrutura social junto às comunidades em que atuava. Seja por necessidade de estruturação do entorno às instalações das unidades fabris ou por questões relacionadas às prioridades de gestão face à complementação das instâncias de Estado à época, a empresa constituiu nesse período um patrimônio social e cultural que, em muitas formas de expressão, proporcionou identidade sociedade e empresa.

Dentre as questões relacionadas às coletividades, tem-se elementos de estrutura social, de lazer e de educação, dentre outros. Percebe-se, no desenvolvimento das ações ao longo da primeira metade do século XX, principalmente, uma preocupação com funcionários, famílias e entorno social em que esteve a Companhia presente e desenvolveu atividades as mais diversificadas.

Como forma de exemplificar algumas das ações tomadas pela empresa para manutenção das questões sociais nas Vilas Operárias, segue abaixo um quadro resumo de atividades apresentadas em Notas de Serviço da empresa, adotadas durante o período entre os anos de 1954 e 1958. Nota-se que os assuntos abordados extrapolam o âmbito interno da Companhia e suas atividades produtivas para determinarem uma atuação junto à comunidade segundo a estrutura social e os equipamentos sociais por ela mantidos. (Quadro 3)

Nº.	Data	Classificação	Distribuição	Histórico
555	27-6-52	Serviço Médico	Geral	Ambulância sob controle do Serviço Médico
626	14-5-53	Jardineiro	Div. Fortunato	Jardineiro à disposição do Casino
682	24-1-54	Fogões	Geral	Fabricação e venda de fogões a querosene
689	12-2-54	Açougue	Geral	Abertura do açougue de Geraldo Paula Santos
724	15-6-54	Fichas-casas	Ponto	Fichas a serem preenchidas sobre as casas da Cia.
725	16-6-54	Fogões	Geral	Conserto dos fogões a querosene
741	26-7-54	Preços pensão	Geral	Alteração dos preços do casino Velho
746	5-8-54	Posto de Abastecimento	Geral	Avisar-se ao Posto as demissões de operários
756	18-9-54	Casas	Geral	Distribuição de casas as secções
760	27-9-54	Eleições	Geral	Licença p/ votação nas eleições de 3-10
767	15-10-54	Caixões mortuários	Geral	Preços de caixões mortuários
784	6-12-54	Velha Guarda	Ponto	Relação dos candidatos à Velha Guarda
786	13-12-54	Gêneros	Casino Novo	Aquisição de gêneros
787	13-12-54	Gêneros	Casino Velho	Aquisição de gêneros
788	13-12-54	Gêneros	Maternidade	Aquisição de gêneros
s/n	14-2-55	Desinfecção casas	Geral	Desinfecção das casas da Vila Siderúrgica
819	30-3-55	Alist. Militar	Geral	Instruções sobre alistamento militar
s/n	14-5-55	Velha Guarda	Velha Guarda	Homenagens à velha Guarda e Snr. Félix Chomé
836	16-5-55	Professoras	G. Escolar	Padronização de ordenados das professoras
845	1-6-55	Coleta-lixo	Garage	Coleta de lixo da Santa Casa
854	9-7-55	Serv. Militar	Geral	Regularização – Situação Militar da classe -935
866	15-9-55	Conta nova	Geral	“Ponte de madeira sobre o Rio Sabará” – L-33

(Quadro 3 - continuação)

Nº.	Data	Classificação	Distribuição	Histórico
867	19-9-55	Dia da árvore	Geral	Convite p/ solenidades do dia 21
869	29-9-55	Eleições	Geral	Votação dos operários em serviço
870	1-10-55	Eleições	D	Funcionamento Laminadouro dia 3-10
876	23-11-55	Açougue	Geral	Inauguração Açougue dia 27
881	10-12-55	Velha Guarda	Ponto	Novos componentes da Velha Guarda
883	17-12-55	Preços e Prêmio	Geral	Alta de preços no Posto Abast. e Prêmio Natal
891	14-1-56	Preços	Casino	Nova tabela de preços do Casino Novo e Velho
902	3-3-56	Convite	Geral	Inauguração pontes e Rua Mestra Ritinha
931	29-5-56	E. C. Sid.	G3 – F – L1	Permissão p/ empregados treinarem futebol
940	11-7-56	Diárias	Casino	Preço diárias c/ quarto e café
944	25-7-56	Casas	Geral	Quadro de pedidos de casas
961	12-10-56	Emp. Funerária	Geral	Suspensão da fabricação de caixões mortuários (Lei Municipal)
973	22-11-56	Convite	Geral	Exibição de filme de Laminadouro no Casino Novo
992	23-2-57	Velha Guarda	Ponto	Relação da V.G. até 31-12-57 p/ efeito de seguro
1001	16-3-57	Casino Velho	Geral	Nova tabela de preços
1011	24-5-57	E. C. Siderúrgica	Diversos	Saída de jogadores para treinos
1013	1-6-57	Situação Militar	Geral	Situação Militar de operários
1023	11-7-57	Reservista	Geral	Entrega Certº. Reserv. Anton Primorac
1033	15-10-57	Grupo Escolar	Geral	Inauguração dia 19 – G. E. Christiano Guimarães
1034	29-10-57	Descº. operário	Ponto	Desconto mensal Cr\$ 1.000,00 – José Seb. Nunes (Compra Barracão)
1045	29-11-57	Alistº. Militar	Geral	Instruções – Alistamento Militar
1048	10-12-57	Serv. Eleitoral	Geral	Posto de Qualificação Eleitoral no pátio da Usina
1055	2-1-58	Bicicletas	Geral	Em funcionamento o Abrigo-bicicletas
1063	15-1-58	V. Guarda	Ponto	Relação dos V. Guarda de 1958, p/ seguro
1065	16-1-58	Alist. Eleitoral	Geral	Convocando afluência Posto Eleitoral da Usina
1072	3-2-58	Conta nova	Geral	Criação da conta “Casas Populares”
1084	2-4-58	Olimpíada	Geral	Horários de treino p/ a Olimpíada
1090	24-4-58	Olimpíada	Geral	Licença e remuneração aos atletas
1104	2-6-58	V. Guarda	Geral	Convite aos V.G. p/ reunião dia 4
1105	6-6-58	V. Guarda	Geral	Convite p/ solenidade dos novos “V. Guarda”

Quadro 3 – Ações Comunitárias da Companhia – Estrutura Social e Equipamentos Sociais

Fonte: Adaptado do Livro de Notas da Companhia, CSBM, 1952-1965.

Um dos primeiros casos registrados em que se tem uma preocupação da empresa com os funcionários da então usina e o entorno social refere-se à recém-inaugurada Usina na cidade de Sabará, na região batizada de Siderúrgica, em cuja reunião da Câmara Municipal da cidade, em junho de 1931, consta em ata apresenta o conteúdo seguinte:

“Em vista de se achar fora da cidade e Senhor Presidente da Camara, servindo temporariamente, Vice-Presidente não quis dar despacho sem os impostos da lei, pensa porem que a Camara deva dar o aforamento pedido, sem onus algum, pois a referida Companhia tem em vista construir no mesmo terreno uma Villa Operaria para os seus empregados o que representa um grande melhoramento para a nossa cidade, e por ser a mesma digna e merecedora desse favôr pelo progresso que tem trasido e que continuará a trazer para esta cidade. Foi pois unanimemente deliberado pela Camara que seja concedida a referida Companhia o terreno sem ônus algum para a mesma porem o terreno que fôr pertencente à Municipalidade”¹⁶⁰.

¹⁶⁰ Ata da Assembleia da Câmara Municipal, Sabará, 03/06/1931.

A preocupação da organização com a moradia de seus empregados tem outro registro no periódico da empresa em que se tem uma fotografia identificada como da inauguração das primeiras casas da vila residencial de Siderúrgica, local assim designado por incorporar a área de atuação da Companhia, em 1932, em que se pode observar a presença do então diretor geral da Companhia, Dr. Louis Enschede, dentre outros membros do Conselho Diretivo da organização. (Figura 20).



Figura 20 – Inauguração da Vila Operária em Siderúrgica – Sabará, 1932.
Fonte: Arquivo do Centro de Memória da Fundação ArcelorMittal Brasil (cessão Orsini), 2015.

A vida social e os equipamentos sociais que compuseram a vida da organização podem igualmente ser relacionadas às atividades comerciais e às necessidades de mercado. A relação entre a cidade e a empresa – industrial (ou de prestação de serviços) apresenta reflexos no desenvolvimento social, conjugado ao desenvolvimento econômico.

Esta interdependência traz consigo a confluência, e mesmo dissonâncias, entre os interesses do capital [da organização] e o social [da sociedade]. Os interesses econômicos e comerciais sobressaem na maioria das vezes, com o capital a se desenvolver a partir da utilização da mão-de-obra existente na região em que se instala e se utiliza da infraestrutura com o objetivo restrito de lucro. Como forma de expressão das preocupações da empresa para

com os empregados e suas famílias, além da sociedade como um todo, tem-se a constituição, como apresentado anteriormente, das vilas operárias.

A existência das vilas operárias tem seus primórdios constituídos a partir das empresas têxteis inglesas nos séculos XVIII e XIX, período em que se desenvolve e se consolida a Revolução Industrial e o espírito capitalista. A partir destas experiências, e diferentemente das empresas implementadas nos mais diversos centros industriais, as vilas operárias se constituíram, em geral, em centros de desenvolvimento empresarial e importantes núcleos urbanos e de formação de cidades.

Segundo Kohlsdorf (1996), os modelos de cidades-empresa desenvolvidos no século XIX surgiram a partir das propostas apresentadas por Owen, Fourier e Godin, principalmente pelo primeiro através da vila operária de New Lanark. Depois da implementação e sucesso destes modelos, chamados desenvolvimentistas e progressistas, elas se difundiram pelo continente americano, principalmente na Nova Inglaterra com as cidades-moinho. No princípio do século XX, se tem como principais exemplos, a *Cité Industrielle* de Tony Garnier enunciada nos encontros denominados CIAM (Congrès Internationaux d'Architecture Moderne), elementos de valorização urbana da Carta de Atenas e o modelo da cidade funcionalista, em que se delineava um modelo urbanístico progressista para as cidades soviéticas e algumas cidades-industriais alemãs – por exemplo, Salzgitter.

As experiências sociais instituídas pela empresa e vividas pelos empregados estão descritas por Thompson (1988) como espaços em que a organização, sob a criação das vilas operárias, se permite estar onipresente nas diversas situações do cotidiano humano. O que se determina com esta criação do imaginário social é a experimentação do inconsciente em que a cultura social, a vida cotidiana e as necessidades do homem estão ligadas e interdependentes às necessidades profissionais e coletivas, da organização, do capital.

Assim, a partir da implementação e da adequação de experiências inglesas de vilas operárias, configuram-se as experiências brasileiras em diversos ramos, como das culturas de cana-de-açúcar e de café, da rede ferroviária ou indústrias têxteis, mineração, siderurgia e metalurgia e energéticas (centrais hidroelétricas). A partir delas surgiram as primeiras formações de conglomerados sociais, sob diversas denominações, como as apresentadas por

Correia (2001) para esta integração entre empresa e sociedade, dentre elas: vila operária, fazenda, usina, bairro proletário, núcleo urbano, núcleo industrial, núcleo residencial, núcleo fabril, cidade operária, cidade-companhia, cidade-empresa e cidade nova.

Para Herédia (2003), a criação da vila operária, para os casos brasileiros, se interliga à necessidade de fixação da força de trabalho próxima à fábrica, que além de garantir a maior capacidade de controle dos mesmos, permitiria o desenvolvimento das atividades e necessidades dos empregados em relação às questões sociais junto à comunidade. Assim, o desenvolvimento da sociedade – como habitações, escolas, armazéns, cooperativas, auxílio-mútuo e associação beneficente, dentre outros – possibilita a manutenção da força de trabalho familiar e garante a reprodução da mão-de-obra necessária à empresa.

Uma complementaridade apresentada por Pereira (1994) manifesta a necessidade em desenvolver vilas operárias ao redor das empresas que se constituem ao final do século XIX e início do século XX, na Europa, e que se refletem tardiamente no Brasil, relacionada ao fenômeno das concentrações populacionais pela urbanidade mesclado à implantação de indústrias e culturas agrícolas. O desenvolvimento desta centralidade em torno das empresas tem influência na formação e constituição das cidades e se torna um fator de aglutinação social e de formação cultural dos centros industriais. A busca por compartilhar necessidades sociais entre empregados e empresa apresenta, em alguns casos, as influências determinantes que foram construídas as relações sociais entre organização e sociedade (Bosi, 1994; Giroletti, 2002; e Menezes, 2003).

Além destas influências da formação do parque industrial brasileiro e, consequentemente, do proletariado brasileiro tem-se as lutas de classes e a formação de sindicatos e da visão social a partir das questões do trabalho. Tal formação cultural e social permite e constitui-se em parte da memória social e da história empresarial brasileira (Fontes, 1997; Santana e Ramalho, 2003; Zequini, 2004).

Nesse sentido, a Companhia buscou desenvolver-se, de maneira articulada, e ao mesmo tempo desarticulada, em que se propunha oferecer elementos para o crescimento social e econômico, em que se tem referências a exemplos organizacionais dos séculos XIX e início do XX, além do apoio às políticas governamentais à época. Em seu processo de

modernização e de crescimento a Companhia Siderúrgica Belgo-Mineira, durante a primeira metade do século XX e estabeleceu como uma de suas prioridades a constituição de fatores de ordenação social que estivessem próximos à Usina de Siderúrgica, na cidade de Sabará, nas décadas de 1920 e 1930, e na cidade de João Monlevade, nas décadas de 1940 e 1950.

As primeiras moradias implantadas a partir da constituição da Companhia Siderúrgica Belgo-Mineira estiveram associadas à chegada dos dirigentes belgas e luxemburgueses, no processo de ampliação das atividades.

“Nos primeiros tempos da Belgo, muitas foram as dificuldades para o suprimento de mão-de-obra especializada. Postos de trabalhos estratégicos para a operação da usina foram supridos com a contratação de técnicos estrangeiros, que chegaram a somar 10% do efetivo da empresa em 1929. Os trabalhadores brasileiros, geralmente recrutados nas redondezas de Sabará e Monlevade, provinham do meio rural, onde dedicavam-se à atividade de subsistência, plantando roçados e criando animais. O trabalho no interior da usina era novo, desconhecido para o empregado, que não estava acostumado com horários rígidos, disciplina e barulho industrial. No final dos anos 20 e durante toda a década de 30, o abandono ao emprego era comum. O quadro se agravava no período das colheitas (janeiro a abril) e dos novos plantios (agosto a outubro), quando um número considerável de empregados simplesmente “emigrava” para suas roças. No início da estação chuvosa, começava o retorno dos trabalhadores à usina. Visando atenuar o problema, a Belgo estabeleceu, em 1929, prêmios de incentivo à produtividade e à frequência e construiu casas para os operários casados”¹⁶¹.

¹⁶¹ Belgo-Mineira Arcelor, Boletim Eletrônico Memória Belgo, a. I, n. 18, 15/01/2004.

Implementados os projetos das Vilas Operárias, o distrito sabarense de Siderúrgica, que toma o nome devido à localização da Usina homônima da Companhia, tem desenvolvida toda uma infraestrutura social nas décadas de 1930/40 que se concretizam nas diversas vilas Operárias no entorno da fábrica. Dentre elas, destacam-se as Vilas de Campinas e de Santa Cruz. (Figura 21)



Figura 21 – Mapa de Siderúrgica – Sabará – Usina CSBM – Vilas Operárias
Fonte: Adaptação CSBM (1953) e Google Earth (2015).

À época, a formação profissional estava defasada em relação às necessidades de mão-de-obra da Companhia o que determinou o desembarque em solo brasileiro de um número considerável de estrangeiros. Estabeleceu-se, então, como prioridade para acomodação dos operários, a construção de residências em áreas não habitadas na região central da cidade de Sabará. Até 1952, os programas de habitação para funcionários e famílias haviam construído um total de moradias que permitia a acomodação de grande parte dos operários da Usina de Siderúrgica. O processo de ocupação das casas ocorria através da cessão aos funcionários os quais eram firmados diretamente à empresa e por meio de pagamento, considerado de baixo custo e adequado às partes uma vez que *“as casas são alugadas aos empregados e operários*

por preços que poderiam ser chamados de 'taxa de conservação', pois variam entre 30 a 70 cruzeiros mensais incluindo água, luz e energia". (CSBM, 1953)¹⁶².

As plantas das residências mantidas pela empresa aos empregados permitiam à Companhia um controle individualizado. Por meio de fichário, ela detinha informações sobre a ocupação nas residências por meio dos registros funcionais, setores de trabalho, datas de entrada e saída das residências e alterações necessárias na arquitetura em que a empresa oferecia a possibilidade de reformas por meio de vales controlados por anotações feitas nas fichas individuais das residências, que continham as intervenções e reformas feitas, com suas respectivas datas. (Figura 22)

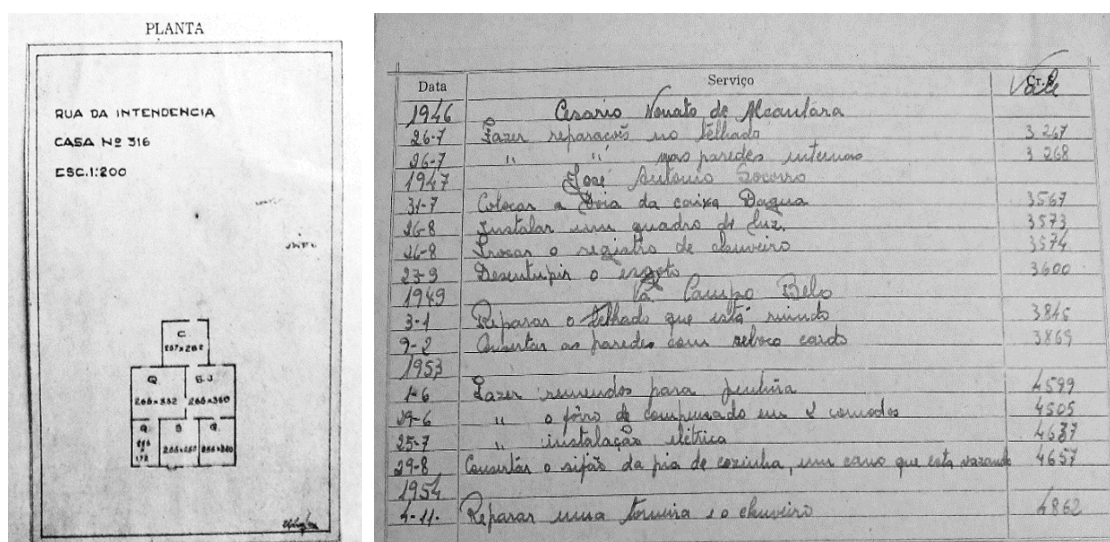


Figura 22 – Exemplo de Ficha de Controle das Casas das Vilas Operárias (Croqui e Serviços)

Fonte: Arquivo do Centro de Memória da Fundação ArcelorMittal Brasil, 2015.

O modelo de residências era definido conforme a formação e posição hierárquica na Companhia, bem como a disposição geográfica das casas e das vilas em que se observava as mais próximas à empresa com certo grau de 'nobreza', seja de elementos construtivos ou localização. De acordo com as fichas individualizadas se destacam os tipos diferenciados de residências em que se apresenta a planta baixa estrutural.

¹⁶² Ver Anexo 8 – Tabela referência para os valores do salário mínimo no Brasil, a fim de que possam ser feitas comparações entre os valores pagos para o aluguel das residências da Companhia e o valor do salário mensal.

As residências referentes ao grupo de empregados e engenheiros que compunham os cargos de alta e média gerência da organização, além do médico da Usina (modelo único), tinham estrutura de alvenaria, conforme os modelos diferenciados:

- Casas para Engenheiros: sala de estar, sala de jantar e sala de visitas, três quartos, cozinha, quarto de banho e varanda;
- Casas-Padrão: sala, três quartos, cozinha, comedor, quarto de banho e varanda;
- Casas-Padrão: dois quartos, sala, sala de jantar, cozinha, quarto de banho e área para lavanderia.

As casas chamadas ‘populares’ que serviam aos empregados especializados e de escalão mediano e inferior, de acordo com a função exercida por eles, se diferenciavam:

- Casas Geminadas: três quartos, sala, cozinha, quarto de banho e área para lavanderia;
- Casa Económica: dois quartos, sala, cozinha, quarto de banho e área para lavanderia;
- Casa Económica Tipo 1: três quartos, sala, cozinha, quarto de banho e área de lavanderia (idêntica às geminadas);
- Casa Económica Tipo 2: quatro quartos, sala, cozinha, quarto de banho e área de lavanderia;
- Casa Económica Tipo 3: idêntica divisão da casa económica tipo 1 sem área de lavanderia;
- Casas Económica Conjugada Tipo 4: dois quartos, sala, cozinha, quarto de banho e área de lavanderia (de alvenaria ou madeira), idêntica à tipo económica.

Observa-se, ainda, que não havia, na identificação das fichas individuais de controle das residências uma clara determinação da classificação social dada aos empregados da empresa, na qual que prevalecessem condição social ou profissional que determinasse a disposição geográfica dos funcionários com relação às moradias das vilas operárias. (Figura 23)



Figura 23 – Vilas Operárias e Usina Siderúrgica (ao fundo), Sabará, s/d.
Fonte: Acervo do Centro de Memória da Fundação ArcelorMittal Brasil, 2016.

Para além das Vilas Operárias, o desenvolvimento da Companhia na Região do Rio Doce se constituiu em várias localidades e de maneira especial na cidade de João Monlevade e se torna o maior núcleo urbano industrial da empresa, por possuir à época, a maior usina siderúrgica cujos processos de produção eram abastecidos por carvão. A cidade se estrutura a partir da constituição da Usina Barbanson, ao final dos anos 1930, o que exige diversas obras de infraestrutura urbana e social para sua implantação.

Nesse processo, de sua maturação à maturidade, observa-se uma grande influência da empresa que realiza toda a estrutura urbana do entorno à fábrica e influencia as determinações produtivas de atividades complementares ocorridas em cidades da região. Para tal, a Companhia apresenta um concurso nacional para definir um projeto de construção das Vilas Operárias o qual apresenta repercussão entre renomados arquitetos brasileiros, dentre eles Lúcio Costa, que teve seu projeto rejeitado. O vencedor do concurso para se instalar a primeira vila industrial projetada foi o engenheiro Lincoln Continentino. (Lima, 2003)

“Monlevade foi a primeira cidade industrial brasileira construída sob projeto previamente estabelecido. Sua criação originou do concurso “Plano de Urbanismo da Cidade Industrial de João Monlevade”, organizado pela Cia. Siderúrgica Belgo-Mineira em 1934, tendo à frente o engenheiro Louis Enschedé. O concurso alcançou repercussão nacional, recebendo inscrições de diversos pontos do país. Dentre as treze equipes que participaram, estava a do então jovem e pouco conhecido arquiteto Lúcio Costa. O edital, que levava em consideração os preceitos do urbanismo moderno, determinava que a vila deveria “transpirar a alegria de viver e o contentamento de seus habitantes”. A proposta vencedora previa a construção de 300 residências, em sete estilos arquitetônicos diferentes, escola, praça, igreja, cinema, clube e centro comercial. Além disso, também eram previstos hospital, cemitério e aeroporto”¹⁶³.

“A topografia acidentada e original foi vencida sem ser desfigurada e a cidade vai crescendo em pequenas Vilas residenciais. Esta solução urbanística propiciou a Monlevade a criação de pequenas comunidades de trabalhadores, evitando assim os inconvenientes das grandes concentrações. A cidade industrial conta com 15.000 habitantes distribuídos em 19 núcleos com mais de 2.500 residências.

A localização das Vilas em pontos diversos facilitou também o acesso à usina. Os operários não têm o problema de locomoção, considerado inevitável numa cidade em constante crescimento”¹⁶⁴.

Tal propriedade observa-se ainda na constituição das vilas e arranjos urbanos nas demais localidades em que a empresa atuava. Nos municípios de Coronel Fabriciano e Várzea da Palma, centros carvoeiros da Companhia, se configura uma revolução urbana com a constituição de uma infraestrutura que compreenderia a edificação de uma ‘nova’ cidade.

“As atividades de carvoejamento tiveram início, em Várzea da Palma, no ano de 1947, então um povoado, e, a partir daí, foram introduzidos sucessivos melhoramentos no lugar, beneficiando toda a população e melhorando suas condições de vida.

Assim é que foram instalados serviços de luz e água, com um motor e a perfuração de poço artesiano. Foi também contruído um hospital, com raio X, laboratório e farmácia anexa, inaugurado pelo dr. Louis Enschedé, em 1950, seguindo-se o cinema, clube social, posto de saúde, calçamento, construção de 34 casas, pela CISE¹⁶⁵ e, finalmente, o Ginásio ‘Joseph Hein’, da Fundação ‘Luis de Paula’”¹⁶⁶.

¹⁶³ Belgo-Mineira Arcelor, Boletim Eletrônico Memória Belgo, a. I, n. 3, 04/06/2003.

¹⁶⁴ Companhia Siderúrgica Belgo-Mineira, p. 38, 1953.

¹⁶⁵ A Companhia Imobiliária Santo Elói – CISE.

¹⁶⁶ Periódico “O Pioneiro”, ano X, n. 158, p. 1, jan/1965.

Outra característica do corpo funcional da empresa se define a partir dos vínculos familiares entre os empregados. As notas seguintes exemplificam alguns casos de relações de parentesco:

“[...] duas e três gerações trabalham, assim, em Siderúrgica, lado a lado, dando um exemplo único na história da indústria do aço no Brasil, de famílias sucessivas de metalúrgicos”¹⁶⁷.

“... no seio da extensa e veterana coletividade da Belgo-Mineira já se fazem núcleos familiares por vezes numerosos e brilhantes. Pais, filhos, netos, irmãos, se sucedem nos trabalhos da Empresa, e, por vezes, são vistos a exercer, simultaneamente, atividades na mesma usina ou em departamentos diferentes da Companhia. Constituem, por assim dizer, verdadeiras famílias metalúrgicas, com tradições marcadas de ofícios e uma afeição toda particular à Companhia e à sua finalidade industrial”¹⁶⁸.

Esta característica que marca a chamada ‘Família Belgo’ determina a criação dos núcleos residenciais e das vilas operárias. Além das famílias de empregados, a empresa abrigava em suas vilas pessoas de representatividade municipal, como o diretor da escola do SENAI (Serviço Nacional da Indústria), Sr. Celso Amaral, no período de 1947/1948 e o vigário da Paróquia. Na Vila Michel, em uma das residências, foi abrigado o Posto Policial até março de 1964 quando a casa foi devolvida à Empresa.

Além das residências mantidas pela empresa havia outros equipamentos sociais que compunham o conjunto social das coletividades. Alguns deles estavam registrados nos instrumentos de controle da empresa, como os ficheiros catalogados com as plantas (croquis). Dentre eles, o Cassino Novo e o Cassino Velho, que se destinavam a trabalhadores temporários, visitantes e dentre outros hóspedes ali instalados em decorrência das relações com a Empresa, a Escola Profissional, a Sede do Sindicato, a Pensão Siderúrgica e o Dormitório para Solteiros. Todos, exceto o último, estavam localizados na Vila Siderúrgica.

“Em Sabará e Monlevade chamava cassino. Cassino simplesmente pelo nome. Nesses cassinos moravam os engenheiros solteiros, os médicos, advogados, técnicos. Moravam um determinado tempo até conseguir a casa e mudavam ou continuavam morando lá. Eles pagavam uma pensão.

¹⁶⁷ Periódico “O Pioneiro”, ano I, nº 2, p. 4, out/1955.

¹⁶⁸ Periódico “O Pioneiro”, ano I, nº 17, p. 2, ago/1955.

“Nas regiões de carvão nós tínhamos a chamada “casa de campo”. Eram casas com todo o conforto, foi uma pena ter uma administração nossa, inclusive lamentavelmente, colocou tudo isso fora. Os móveis eram todos de jacarandá, talheres importados, os copos eram cristais de Bacará, tinham excelentes cozinheiras. Era onde se recebia não só os funcionários da Belgo, posteriormente da CAF que iam para essas regiões, mas também os visitantes, turistas ficavam nessas casas. Não sobrou nenhuma. E a casa de campo que nós tínhamos aqui em Cel. Fabriciano, na realidade só o jacarandá que tinha nessa casa pagou o preço quisto”¹⁶⁹.

Como mantenedora de um conjunto de habitações sociais, a Companhia mantinha a gestão das moradias coletivas para os trabalhadores e exercia o direito em ajustar, periodicamente, os preços cobrados aos funcionários pelos serviços oferecidos de acordo com as condições econômicas e sociais vigentes. Abaixo tem-se uma determinação da Companhia para os reajustes referentes ao ano de 1960, período em que houve uma aceleração inflacionária e condições adversas à manutenção dos preços efetivamente praticados.

“Tabela – Cassino – Comunicamos aos interessados que já está em vigor, desde o dia 1º do corrente, a nova tabela de preços para o Cassino Novo de Siderúrgica, conforme passamos a detalhar:
 Quarto com banheiro comum – Cr\$5.000,00;
 Quarto com banheiro individual – Cr\$6.300,00;
 Casal com banheiro comum – Cr\$7.000,00;
 Casal com banheiro individual – Cr\$8.000,00;
 Diarista – Cr\$350,00;
 Diarista com tempo determinado – Cr\$300,00;
 Diarista quarto e café – Cr\$300,00;
 Diarista sem refeição – Cr\$200,00;
 Refeição avulsa – Cr\$150,00;
 Refeição avulsa com tempo determinado – Cr\$120,00;
 Café completo – Cr\$40,00;
 Serviço nos quartos, mais – Cr\$40,00”¹⁷⁰.

“Tabela – Cassino – Comunicamos aos interessados que já está em vigor, desde o dia 1º do corrente, a nova tabela de preços para o Cassino Velho de Siderúrgica, conforme passamos a detalhar:
 Pensão Mensal – Cr\$2.000,00;
 Refeição avulsa – Cr\$65,00;
 Café – Cr\$15,00;
 Sanduíche – Cr\$25,00”¹⁷¹.

¹⁶⁹ Acervo do Centro de Memória da Fundação ArcelorMittal Brasil – Projeto Memória & Identidade (M&I) – Depoimento 014.

¹⁷⁰ Notas de Serviço, Livro nº 1, 1952-1965, NS 1268, 7-1-60, fl. 34v.

¹⁷¹ Notas de Serviço, Livro nº 1, 1952-1965, NS 1269, 7-1-60, fl. 34v-35.

“Tabela Casino – Comunicamos aos interessados que a partir de 1º de outubro próximo vindouro estará em vigor a nova tabela de preços para o Casino Novo de Siderúrgica, conforme passamos a detalhar:

- Quarto com banheiro comum Cr\$7.000,00;
- Quarto com banheiro individual Cr\$8.000,00;
- Casal c/ banheiro comum Cr\$12.000,00;
- Casal c/ banheiro individual Cr\$14.000,00;
- Diarista (só quarto e café) Cr\$500,00;
- Refeições avulsas Cr\$200,00;
- Refeições avulsas (tempo determinado) Cr\$160,00;
- Diarista (tempo determinado) Cr\$400,00;
- Café completo Cr\$50,00;
- Refeições nos quartos + Cr\$50,00;
- Diarista (completo) Cr\$500,00;
- Sanduiche Cr\$50,00”¹⁷².

“Tabela Casino Velho – Comunicamos aos interessados que a partir de 1º de outubro próximo vindouro estará em vigor a nova tabela de preços para o Casino Velho de Siderúrgica, conforme passamos a detalhar:

- Pensão mensal p/ casal Cr\$4.500,00
- p/ uma pessoa Cr\$3.500,00;
- Refeição Cr\$100,00
- Café Cr\$25,00
- Sanduíche Cr\$40,00;
- cama (s/ café) Cr\$80,00.

(Quando excepcionalmente houver fornecimento a domicilio, o que só se fará na área da Usina, o preço será acrescido de mais Cr\$1.000,00)”¹⁷³.

Mais que determinar condições adequadas à vida cotidiana dos empregados e familiares, a Companhia desenvolveu um importante papel no estabelecimento das políticas sociais implantadas em Siderúrgica na primeira metade do século XX.

Após esse período, ocorreram alterações significativas nas políticas sociais determinadas pelo Estado e pelas empresas que desenvolviam junto às áreas de entorno, ações comunitárias e de desenvolvimento social que conseqüentemente, determinaram modificações em suas políticas sociais. Ao final da década de 50, a Companhia Siderúrgica Belgo-Mineira resolveu desenvolver um planejamento para que seus empregados adquirissem a casa própria.

Até então, mais de 3.000 casas foram construídas e mantidas pela empresa – em suas diversas unidades operacionais – sendo uma das razões de mudança das políticas, uma

¹⁷² Notas de Serviço, Livro nº 1, 1952-1965, NS 1331, 14-9-60, fl. 44v.

¹⁷³ Notas de Serviço, Livro nº 1, 1952-1965, NS 1332, 14-9-60, fls. 44v-45.

nova ordem económica e social apresentadas pela organização para repensar as políticas de atenção e apoio aos trabalhadores e a adoção de uma política de repasse das casas aos funcionários. Assim, se constituiu uma comissão especial para estudar a questão.

“[...] está em estudo um programa a ser executado nesse sentido – a conveniência do trabalhador ter sua casa própria como bem da família... simultaneamente a esses estudos, a Companhia adquiriu lotes na Cidade Industrial em Belo Horizonte, ao redor da Trefilaria que está ali construindo, assim como amplas áreas em Carneirinhos, ao redor de João Monlevade, pretendendo igualmente destacar terrenos de suas propriedades em Siderúrgica, Coronel Fabriciano e Dionísio. Nesses terrenos, que serão convenientemente urbanizados, com serviços de água, esgotos, luz e energia, deverão ser erguidas, no futuro, as vilas particulares dos empregados da Belgo Mineira, se forem executados, como tudo indica os planos que ora se encontram em fase de estudo. Podemos adiantar que várias facilidades estão em cogitação a oferecer, de acordo com um sistema de preferência que será elaborado aos empregados que queiram fazer sua casa própria, como patrimônio de família”¹⁷⁴.

A concretização das transformações nas políticas sociais da empresa realizou-se por meio da intermediação realizada pela Fundação da Casa Popular¹⁷⁵, em agosto de 1957, que gerenciava os processos de obtenção de recursos e controle da distribuição de terrenos através de doação aos que continham todos os serviços de infraestrutura urbana e tinham previsto o início das construções.

“com franqueza e compreensão, foram debatidas as reivindicações dos trabalhadores da zona metalúrgica no setor da habitação própria e expostos os planos e realizações da Fundação da Casa Popular, tem, na oportunidade, o sr. Marcial do Lago prestado diversos esclarecimentos solicitados pelos interessados [...] Por ocasião da visita do superintendente da Casa Popular, foram ultimadas várias providências para a execução final do plano já anteriormente assentado de construção de moradia própria para os operários de Monlevade e Siderúrgica... Em Siderúrgica, o plano inicial prevê a doação de terreno, pela Companhia, para a construção de 64 habitações, devendo igualmente a Belgo Mineira executar todos os trabalhos de urbanização”¹⁷⁶.

¹⁷⁴ Periódico “O Pioneiro”, ano II, n° 49, p. 4/6, dez/56.

¹⁷⁵ A Fundação da Casa Popular foi o instrumento estabelecido pelo governo federal de Eurico Gaspar Dutra, no Decreto-lei n° 9.218 de 1º de Maio de 1946, podendo ser considerado o primeiro órgão público em âmbito nacional que se encontrava objetivado à realização de aquisição da casa própria às camadas de baixa renda. Posteriormente, a 21 de agosto de 1964, através da Lei n° 4.380, foram instituídos o Banco Nacional da Habitação (BNH), e Sociedades de Crédito Imobiliário, as Letras Imobiliárias, o Serviço Federal de Habitação e Urbanismo. Como retomada às ações relativas ao programa de moradia popular, foi apreciado pela Câmara dos Deputados, em junho de 2004 e pelo Senado Federal, em julho/2004, o projeto que cria o Conselho Nacional de Moradia Popular (CNMP) e o Fundo Nacional de Moradia Popular (FNMP) com recursos empregados de origem no Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), no Orçamento Geral da União e no Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT).

¹⁷⁶ Periódico “O Pioneiro”, ano III, n° 67, p. 5-6, set/57.

O processo de substituição da cessão de casas pela Companhia pelo desenvolvimento de programas de financiamento e obtenção da casa própria pelos funcionários, ao final da década de 50, está documentado nos livros de registro das atividades da empresa, por meio das notas de serviço em que se tem ampla divulgação de tal procedimento estratégico então adotado.

“Casa Popular – Tornamos do conhecimento geral que a firma Norbras, de Belo Horizonte, vencedora da concorrência aberta pela “Fundação da Casa Popular” para a construção de um grupo de casas residenciais em Sabará e João Monlevade iniciará seus trabalhos, dentro de breves dias, nesta Divisão. Assim, todos os candidatos à aquisição de casa própria, por intermédio daquela “Fundação”, deverão ter em dias os documentos para tanto necessários, uma vez que não tardará a ser feita a chamada para as competentes inscrições. Ao ensêjo, comunicamos também aos interessados que, daqui por diante, não mais faremos cessão alguma de terrenos da Companhia para a construção de casas ou barracos”¹⁷⁷.

Deve-se, no entanto, ressaltar que o programa de desenvolvimento de habitação promovido pela Fundação Casa Popular foi considerado mínimo tendo em vista o total de moradias edificadas ao longo de sua existência – entre 1946 e 1964 – período em que atuou como importante órgão da administração federal. Ao mesmo tempo, devido aos fisiologismos e caráter populista de medidas implantadas à sua execução, o órgão sofreu restrições, limitações e oposição de setores privados e mesmo públicos, contrapondo interesses nas diversas instâncias (Bonduki, 2011).

Durante esse período, a Companhia constituiu em seu grupo empresarial uma organização própria que estivesse dedicada à organização, manutenção, transferência das residências da organização aos seus funcionários. A Companhia Imobiliária Santo Elói (CISE)¹⁷⁸ desempenhou durante os anos 1950/60 o papel de intermediária entre empresa e funcionários

¹⁷⁷ Notas de Serviço, Livro nº 1, 1952-1965, N.S. 1129, 25-8-58, fl. 16.

¹⁷⁸ Em função do processo de transferência e apoio à obtenção da casa própria pelos empregados da Companhia, foi criada em 1959 a Cia. Imobiliária Santo Elói – CISE que visava atender “o setor de construções residenciais para os núcleos de trabalho, problema esse que já vinha exigindo uma solução que permitisse satisfazer o anseio do trabalhador pela obtenção da casa própria promovemos a constituição de uma nova empresa” (Assembleia Geral Ordinária – AGO – de 1959); com o início das atividades em 1960, sendo incorporada pela Cia. Agrícola e Florestal Santa Bárbara – CAF em agosto/1966. A CISE tinha por propósito oferecer condições favoráveis aos empregados da Belgo-Mineira a fim de possibilitar a compra pelos mesmos da casa própria, assim ela atuava através da construção direta de moradias, venda de casas já construídas, concessão de empréstimos e cotas de ferro e venda de casas da própria CSBM. (Periódico “O Pioneiro”, ano X, no 161, abr/1965, p. 04).

nas questões relativas à moradia, dentre os quais a Vila Santo Elói, construída em João Monlevade, em meados dos anos 1960. (Figura 24)



Figura 24 – Vila Santo Elói, João Monlevade (Cassino de Monlevade à esquerda), anos 1960.
Fonte: Acervo do Centro de Memória da Fundação ArcelorMittal Brasil, 2016.

Ao final do período de atuação da empresa como mantenedora das habitações dos funcionários, a CISE intermediou a construção das moradias próprias dos empregados por meio da realização de empréstimos junto aos mesmos.

“CISE – A Cia. Imobiliária Santo Elói – CISE – comunica aos interessados que continua aceitando para exame pedidos de empréstimos para construção da casa própria, agora independentemente de morar o empregado em casa da Cia. Na segunda modalidade, ora apresentada, poderão candidatar-se aqueles que satisfizerem as seguintes condições: a) ter o lote onde pretende construir, desde que este esteja localizado nas imediações desta Usina e em área urbanizada; b) não ter casa própria. Os interessados deverão procurar o Snr. Eli Ziviani, no horário de 14 às 17 horas, às segundas, quartas e sextas-feiras, a-fim de fazer a sua inscrição, até o dia 30 do corrente mês. Aquels que ainda pretendem adquirir lotes para se inscreverem como candidatos a financiamento, deverão pedir esclarecimentos ao funcionário aqui designado, indicando-lhe a localização do lote pretendido, pois a CISE não financiará construções em áreas ainda não urbanizadas”¹⁷⁹.

¹⁷⁹ Notas de Serviço, Livro nº 1, 1952-1965, NS 1298, 8-4-60, fl. 39v.

Assim, o interesse apresentado nos discursos dos gestores da empresa e das políticas de apoio e de preocupação com os empregados e suas famílias, tal processo de desenvolvimento de programas para a construção da casa própria, orientados diretamente pela empresa, ocorreu até o ano de 1966. Após esse período, a sucessora dos empreendimentos, a Companhia Imobiliária Santo Elói, foi incorporada à empresa Companhia Agrícola e Florestal Santa Bárbara (CAF), ambas subsidiárias à Companhia Siderúrgica Belgo-Mineira, tendo a última suas atividades concentradas nas questões de reflorestamento, carvoaria e agropecuária.

Durante o período de atuação, destacam-se alguns equipamentos sociais que determinam o grau de influência da empresa na vida cotidiana de seus empregados e de suas famílias. Com a ideia de atuar de maneira global no âmbito público e privado das comunidades mantidas através das Vilas Operárias a organização determinou dentre suas atividades a expressa convicção de determinar algumas atividades e mesmo interferir na ordem social das coletividades. Tem-se assim, um conjunto de ações e atividades desenvolvidas pela organização que visa desempenhar desde o papel de manutenção dos serviços sociais e dos equipamentos urbanos às de provedora de atividades e assistência social. (Ver quadro 2, anteriormente apresentado).

Percebe-se uma preocupação com as questões cívicas, por exemplo a alistamento eleitoral, em que as notas se direcionam desde o alistamento ao sufrágio e deslocamento de funcionários e familiares para exercício do voto, e a necessidade e obrigatoriedade do exercício do serviço militar. Destaca-se, ainda, o fato de a empresa exercer desde um papel de disseminar informações e efetivar e garantir o exercício da cidadania.

Alistamento Eleitoral – todo cidadão brasileiro apto a votar, homem ou mulher, que não se alistar até o dia 24 do corrente mês estará sujeito à multa de 100 a 1.000 cruzeiros e não poderá inscrever-se em concursos para cargos públicos, passar escrituras, tirar passaportes, receber salários ou vencimentos provenientes de funções públicas até a reabertura do alistamento, sendo também na hipótese acima prevista, negado passaporte para viagem ao exterior. O alistamento foi prorrogado até o dia 24 de julho de 1958¹⁸⁰.

¹⁸⁰ Notas de Serviço, Livro nº 1, 1952-1965, N.S. 1115, 10-7-58, fl. 14.

“Aviso/Eleições – A Direção da Usina, atendendo a pedidos, resolveu facilitar o comparecimento dos eleitores às urnas em 3 de outubro próximo vindouro, colocando dois caminhões para transporte dos votantes residentes em Siderúrgica. Estes veículos poderão ser usados pelos operários e suas famílias, sem distinção de partidos ou opiniões. Os operários que estiverem em serviço no turno de 7 às 15 horas, terão a preferência para votação, concedida pelos Presidentes das mesas receptoras. A Direção da Usina colocará outro caminhão à disposição dos empregados em serviço, no turno mencionado, para conduzi-los às urnas, de onde deverão retornar ao trabalho, depois de votarem”¹⁸¹.

“Alistamento eleitoral – O M.M. Snr. Juiz Eleitoral da Comarca de Sabará, no intuito exclusivo de facilitar o alistamento em Siderúrgica, destacou um funcionário daquele Serviço para ficar à disposição dos interessados em uma sala ao lado do Laboratório desta Usina, nos dias 22, 23 e 24 dêste, a partir das 8 horas. No empenho de atender ao apêlo do M.M. Juiz eleitoral para obter maior número de qualificados no Posto que colocou à disposição dos trabalhadores de Siderúrgica e suas famílias, as secções da Usina poderão enviar seus empregados ao alistamento, em grupos que não causem atropêlos ao Serviço de Qualificação. Fica entendido que sòmente as secções cujos operários trabalham durante o dia é que deverão permitir a saída regular de empregados para tal fim, sendo que aqueles que trabalham em serviços de revesamento poderão procurar aquele Posto nos citados dias, fora do horário da Cia. Assim sendo, concitamos os trabalhadores em geral e suas respectivas famílias, no sentido de que todos maiores de 18 anos ainda não qualificados, obtenham o seu título, apresentando-se no local acima citado. É indispensável a apresentação de 3 fotografias, tamanho 3 x 4 e ainda um documento de identidade (carteira de reservista, carteira profissional, certidão de idade ou de casamento, ou título anterior). Caso o alistando não possua retrato, um fotógrafo poderá atendê-lo no mesmo local do alistamento”¹⁸².

“Títulos – eleitor – Comunicamos aos interessados que fizeram o alistamento eleitoral em siderúrgica que o funcionário da Justiça eleitoral, senhor João Batista Meireles, especiàlmente designado pelo M.M. Juiz de Direito desta Comarca, virá proceder à entrega dos títulos dia 19 – a partir das 13 horas e no dia 20 – das 8 às 12 horas. A entrega será efetuada no mesmo local onde se procedeu o alistamento eleitoral, na Sala ao lado do Laboratório”¹⁸³.

A influência da Companhia junto às famílias se desenvolve igualmente em questões relacionadas à ética, moral e civismo, por meio de uma atuação como órgão de controle das

¹⁸¹ Notas de Serviço, Livro nº 1, 1952-1965, NS-1136, 1-10-58, fls. 16v-17.

¹⁸² Notas de Serviço, Livro nº 1, 1952-1965, NS 1314 de 21-6-60, fl. 41v.

¹⁸³ Notas de Serviço, Livro nº 1, 1952-1965, NS 1323, 16-8-60, fl. 43v.

ações sociais, as quais estão representadas desde a formação do caráter das crianças e adolescentes à repreensão em decorrência de atitudes indevidas.

“Pedras no telhado – Em virtude das constantes queixas chegadas aos nossos Escritórios, vimos com êste apelar para o bom senso dos senhores pais ou responsáveis pelas crianças da Vila Santa Cruz, no sentido de proibirem seus filhos ou tutelados de atirarem pedras nos telhados das casas situadas ao pé do “Morro do Cruzeiro”. Tal divertimento de mau gosto, além de danificar telhados de casa alheia, pode chegar ao ponto de ferir seus habitantes, o que seria irremediavelmente lamentável. Assim, conservamo-nos na convicção de que êste nosso apêlo será de pronto atendido, pois ficaríamos imensamente aborrecidos se nos víssemos obrigados a solicitar intervenção policial para por côbro ao referido abuso”¹⁸⁴.

“Disparos c/ arma de fogo – tendo chegado ao conhecimento da Direção da Usina que moradores do “barracão de solteiros” têm feito disparos com armas de fogo, nas imediações, desejamos preveni-los de que tal procedimento vem trazendo inquietação às famílias vizinhas e às pessoas que transitam pelos arredores. Assim, a partir desta data, ficam expressamente proibidos os tais disparos. Aos transgressores serão aplicadas penalidades previstas em lei, além de outras providencias que tomaremos na defesa da tranquilidade pública”¹⁸⁵.

Dentre as atividades e serviços prestados pela empresa junto às Vilas Operárias, observa-se uma preocupação com a manutenção das condições de higiene e de segurança das residências. Citam-se a coleta de lixo, a questão ambiental com a poda de arvores e o cuidado para com a manutenção e criação de animais.

“Coleta de lixo – Comunicamos a todos os moradores da Vila Siderúrgica que a Direção desta Usina, visando melhorar a coleta de lixo, determinou que ela seja feita por caminhões da Empresa, que percorrerão diariamente tôdas as suas ruas a partir de hoje. Nêste ensêjo solicitamos a boa colaboração dos habitantes da Vila para que o lixo de suas casas seja recolhido em recipiente próprio (lata ou caixote) e colocado no meio fio para melhor e mais rápida execução dos novos serviços”¹⁸⁶.

Torna-se curioso observar, em uma das notas de serviço apresentadas pela empresa, a questão da coleta de lixo e o fato de e utilizar um equipamento para seu transporte que igualmente serve para provimento de gêneros alimentícios junto ao Posto de Abastecimento da

¹⁸⁴ Notas de Serviço, Livro nº 1, 1952-1965, NS 1145, 29-11-58, fl. 18.

¹⁸⁵ Notas de Serviço, Livro nº 1, 1952-1965, NS 1281, 16-2-60, fl. 37.

¹⁸⁶ Notas de Serviço, Livro nº 1, 1952-1965, NS 1208, 1-8-59, fl. 27.

Companhia. Assim como ocorria de forma cooperação a divisão de responsabilidades entre famílias e empresa quanto à poda das árvores e o cuidado com os animais nas ruas das Vilas Operárias.

“Coleta de lixo – À Garagem: - Comunicando-lhes que, a partir desta data, os serviços de coleta de lixo nas ruas da Vila Siderúrgica, serão executados por caminhão sob a responsabilidade de Vv. Ss., recomendamos ainda, para a normalidade da tarefa em aprêço, as seguintes providências: 1º) o veículo destinado à coleta de lixo, pela manhã, enquanto limpo, deverá fazer a entrega de fubá no Posto de Abastecimento. 2º) em seguida (até 8,00 horas no máximo), iniciará a coleta de lixo”¹⁸⁷.

“Poda de árvores – Voltamos a solicitar a valiosa cooperação dos moradores das Vilas de Siderúrgica no sentido de promoverem a poda das cercas vivas e árvores ornamentais, porventura existentes na frente e mesmo na área de suas casas. Outrossim, ao considerarmos que existem à frente ou ao lado de algumas residências árvores que por seu grande porte estão deixando de representar um motivo ornamental para se constituírem em sério perigo de acidente, balancadas pelo vento, possam atingir os fios de eletricidade ou mesmo serem derrubadas sobre as casas, o que traria consequências imprevisíveis, e acrescentando ainda a circunstância de que quando frutíferas (principalmente abacateiros ou mangueiras) a queda dos seus frutos sobre os telhados, com a constante quebra de telhas, traz prejuízo à própria estrutura da moradia, gostaríamos de ver tais árvores abatidas e posteriormente substituídas por outras de formação mais delicada e menos perigosa. Para a derrubada de árvores frondosas e extirpação das suas raízes que chegam a deformar calçamentos e inutilizar rêdes de esgotos, poderão os interessados solicitar auxílio ao nosso Escritório que determinará a execução de tais serviços se, despêsa alguma para o solicitante. Confessando-nos antecipadamente agradecidos pela boa atenção que, estamos certos, Vv. Ss. não deixarão de dispensar ao pedido ora feito, aproveitamo-nos dêste ensejo para apresentar-lhes saudações atenciosas”¹⁸⁸.

“Animais à solta – Comunicamos aos empregados desta Usina, porventura proprietários de animais como bovinos, caprinos, equinos e muares, que tomámos a deliberação de recorrer ao Executivo Municipal no sentido de obter daquele Poder a captura, nas ruas de Siderúrgica, de todos os animais que ali se encontrarem soltos danificando jardins e cercas vivas, sujando passeios e fachadas residenciais. Além de constituírem certo perigo às crianças e mesmo aos adultos, estão prejudicando, com risco de acidente, à circulação de veículos pelas nossas ruas. O presente aviso tem por única finalidade prevenir os interessados para que recolham os animais de sua propriedade, pois em vista das razões aqui expostas poderão ser indistintamente capturados pelo pessoal da Prefeitura que lhes dará o destino indicado pela lei que rege a matéria”¹⁸⁹.

¹⁸⁷ Notas de Serviço, Livro nº 1, 1952-1965, NS 1225, 28-7-59, fl. 29.

¹⁸⁸ Notas de Serviço, Livro nº 1, 1952-1965, NS 1279, 29-1-60, fl. 37.

¹⁸⁹ Notas de Serviço, Livro nº 1, 1952-1965, NS 1184, 31-3-59, fl. 23v.

Observa-se, nas ações de acompanhamento e controle das condições sociais junto às Vilas Operárias, várias ocasiões em que são reiteradas as solicitações realizadas junto aos empregados e familiares com relação aos aspectos vigentes. Uma destas ações compreende a poda das árvores que ocorre frequentemente nos comunicados oficiais da empresa.

“Árvores ornamentais – Recentemente, ao atingirmos a época própria, determinamos fossem podadas tôdas as árvores ornamentais que, ao longo das ruas Caeté e Esperança, não só embelezam a Vila Santa Cruz, como ainda e muito especialmente, ao absorver o gás carbono da atmosfera, tão bem desempenham o papel de filtro seguro a proteger a saúde dos habitantes dessa populosa Vila de Siderúrgica. Todavia, temos podido observar, muito a contragosto, que justamente os meninos da Vila Santa Cruz (e alguns já bem crescidos), ao invés de se fazerem nossos auxiliares na conservação das árvores que tanto valorizam seu bonito bairro residencial, vêm, exatamente ao contrário, depredando aqueles exemplares da nossa flora, ao quebrar seus galhos, ferir seus caules, e abalar suas raízes, em brincadeiras absolutamente condenáveis sob todos os pontos de consideração. Assim sendo, resolvemos apelar para os senhores pais ou responsáveis pelas crianças da Vila, o que ora fazemos, no sentido de evitarem que as mesmas danifiquem as referidas árvores com suas brincadeiras inconstitucionais, pois não queremos lançar mãos de providências mais drásticas junto à Delegacia de Polícia local, o que seríamos forçados a fazer caso continuasse a verificar-se a repetição desses abusos”¹⁹⁰.

Observa-se para o exemplo acima, não somente a necessidade de a empresa observar junto aos moradores das Vilas Operárias a manutenção de questões ambientais, como avaliar o comportamento das mesmas quanto às condições oferecidas de moradia e as relações comunitárias e as sanções e observações no que se refere aos direitos, deveres, obrigações, moral e educação, em geral.

As preocupações da Companhia quanto ao cotidiano das famílias residentes nas Vilas Operárias e com seus funcionários, muitas vezes, extrapola as condições de trabalho e incorpora questões relacionadas ao bem-estar social e às condições de moradia e de vida. No decorrer das primeiras décadas de existência da empresa tais preocupações podem ser exemplificadas ao se popularizar, na década de 50, os fogões a gás, em substituição àqueles à lenha.

¹⁹⁰ Notas de Serviço, Livro nº 1, 1952-1965, NS 1328, 26-8-60, fl. 44.

Cabe ressaltar que a iniciativa para o exercício da troca dos tipos de fogão, de elétricos para gás se fez necessária em decorrência das questões energéticas vivenciadas pelo País ao final da década de 50. Com o racionamento de energia elétrica, muitas famílias se viram obrigadas a iniciar um processo de racionamento energético e buscar novas tecnologias para os equipamentos domésticos até então utilizados. Para efetivação da troca, a Companhia transmitia em suas comunicações internas um programa de apoio à compra desse equipamento doméstico por meio de convênio com empresas fornecedoras de tal bem e ofereciam as condições de aquisição e mesmo vantagens aos empregados.

“Fogões a gás – A Direção da Companhia, considerando as dificuldades provenientes do racionamento de energia elétrica, que tende a aumentar cada vez mais, resolveu financiar para seu pessoal a compra de fogões a gás. Oferecemos, a seguir, especificações dos fogões fornecidos pela Cimbria, bem como as condições para a sua aquisição, devendo os interessados fazer sua inscrição no Almoxarifado Geral, com o senhor Osvaldo Santiago Silva:

No – Mod. – Especificação - Preço inc. válvula e dois botijões

1 – 813 – 3 bôcas, com forno, com estufa, quadro branco – 8.340,80

2 – 814 – 4 bôcas, com forno, com estufa, quadro branco – 8.658,80

3 – 914 – 4 bôcas, com forno, com estufa, quadro branco com tampa – 9.370,80

4 – 914 – 4 bôcas, com forno, com estufa, quadro branco com tampa – 9.870,80

(êste último fogão poderá ser azul, verde e amarelo) – Estes modelos estão em exposição na varanda do Cassino velho, onde poderão ser vistos.

A título de cooperação, a Companhia fornecerá um botijão de gás, mensal e gratuitamente, aos compradores e aos que já possuem fogão a gás. O fornecimento destes botijões terá início no mês subsequente ao da compra, mediante vale solicitado ao escritório. Os que já possuem o fogão poderão receber o seu botijão gratuito a partir do próximo mês de julho.

A Companhia financiará até o valor de Cr\$ 8.658,80 que corresponde ao fogão modelo nº 2. Caso o empregado prefira o modelo 3 ou 4, deverá pagar a diferença existente entre o modelo escolhido e o valor do modelo 2, diretamente à Cimbria, Companhia fornecedora, ou com ela combinar uma forma de pagamento dessa diferença. O comprador não terá direito ao financiamento se adquirir fogão de outra procedência. Pagamento: - O adquirente assinará um recibo correspondente ao valor total da compra, que será amortizada em 12 prestações mensais e consecutivas, condições que constarão desse recibo. Caso o empregado se demita ou seja dispensado, receberá êle a importância já paga, devolvendo o fogão em perfeito estado de funcionamento, ou, então, pagará o restante de seu débito de uma só vez, ficando com o fogão. O desconto correspondente à compra do fogão será feito independentemente de qualquer outro débito do empregado”¹⁹¹.

¹⁹¹ Notas de Serviço, Livro nº 1, 1952-1965, NS 1207, 22-6-59, fls. 26v-27.

A iniciativa empresarial, posteriormente reafirmada, definia as condições necessárias à aquisição do equipamento, bem como as formas como seriam debitados os valores referentes à aquisição do fogão pelos empregados da Companhia.

“Fogões a gás – Ao Serviço do Ponto: - Queiram, por obséquio, tomar as providencias que se fizerem cabíveis no sentido de ser separada da “Conta Particular Siderúrgica” a parcela relativa à amortização mensal do débito criado pela aquisição de fogões a gás, parcela esta que deverá constar da ficha de pagamento assim como do quadro de salários. Já no mês de julho êsse serviço foi convenientemente esclarecido a respeito, tendo deixado, entretanto, sem justificativa, de observar as recomendações recebidas. Cumpre-nos lembrar-lhes que o compromisso do adquirente de fogão contém uma cláusula de acôrdo com a qual a taxa a ser descontada não implicará em diminuição dos descontos já tabelados para a ‘Conta Part. Sid’.”¹⁹².

E a prestação de serviço para modificações necessárias às residências nas Vilas Operárias a fim de que fossem realizadas as adequações mobiliárias e estruturais para a recepção dos fogões a gás. Assim, a Companhia fornecia mão-de-obra para a prestação de tais serviços, mediante algumas condições previamente estabelecidas.

“Fogões a lenha – Em virtude dos constantes pedidos que vimos recebendo não só para demolição como também para construção de fogões a lenha em casas residenciais das diversas vilas de Siderúrgica, cumpre-nos avisar aos interessados que, a partir do dia 1º de novembro, para a execução de tais serviços, passaremos a cobrar as taxas seguintes: para demolição de fogão a lenha Cr\$1.000,00 – para construção de fogão a lenha Cr\$2.500,00”¹⁹³.

Ao final dos anos 50, observa-se o racionamento de abastecimento de água às residências das Vilas Operárias, além das preocupações relacionadas ao setor energético. A situação vivenciada pelo País leva a organização a tomar medidas que se desdobram em conscientização da população do entorno das Usinas a utilizarem o recurso hídrico de maneira controlada. Reiteradas vezes a Companhia adota uma postura de comunicação formal, por meio das Notas de Serviço, aos funcionários e famílias no sentido de alertar quanto à necessidade de consumo consciente e das possibilidades de racionamento caso não se tomassem as medidas necessárias para o uso adequado do “precioso líquido”.

¹⁹² Notas de Serviço, Livro nº 1, 1952-1965, NS 1231, 18-8-59, fl. 29v.

¹⁹³ Notas de Serviço, Livro nº 1, 1952-1965, NS 1347, 31-X-60, fl. 47.

Consumo/água – tendo em vista o difícil período de seca que vimos atravessando, e cujos efeitos já se fazem sentir em nossos mananciais de água potável, apelamos para todos os habitantes da “Vila Siderúrgica” e da “Vila das Campinas” no sentido de reduzirem o consumo do precioso líquido ao estritamente necessário. Considerando ainda que tal atitude se impõe em benefício da coletividade, cumpre-nos cientificar todos os moradores da referida zona residencial que, na eventualidade de não ser atendida a solicitação ora feita, sentir-nos-emos forçados a cortar o fornecimento de água potável durante o dia¹⁹⁴.

“Abastecimento/água – O abastecimento de água às Vilas de Siderúrgica está prejudicado em consequência de uma avaria na rede distribuidora cuja reparação estamos empenhados em efetivar dentro do menor prazo possível. Para que não se agrave esta situação, vendi a faltar água potável, apelamos para todos os habitantes das Vilas de Siderúrgica no sentido de reduzirem o consumo dêsse precioso líquido ao estritamente necessário. Considerando que tal medida se impõe em benefício do [SIC] coletividade de Siderúrgica, cumpre-nos cientificar a todos moradores das Vilas que, na eventualidade de não ser atendida a solicitação ora feita, sentir-nos-emos forçados a cortar, cada dia, o fornecimento de água por algumas horas, a-fim de podermos atender a tôdas as residências”¹⁹⁵.

Consumo – água – Tendo em vista a diminuição de água potável em nossos mananciais, apelamos para todos os habitantes da “Vila Siderúrgica” e da “Vila das Campinas” no sentido de reduzirem o consumo do precioso líquido ao estritamente necessário. Considerando ainda que tal atitude se impõe em benefício da coletividade, cumpre-nos cientificar todos os moradores da referida zona residencial que, na eventualidade de não ser atendida a solicitação ora feita, sentir-nos-emos forçados a cortar o fornecimento de água potável durante o dia¹⁹⁶.

Consumo água – Tendo em vista o difícil período de seca que vimos atravessando e cujos efeitos já se fazem sentir em nossos mananciais de água potável, apelamos para todos os habitantes da Vila Siderúrgica e Vila das Campinas no sentido de reduzirem o consumo do precioso líquido ao estritamente necessário. Considerando ainda que tal atitude se impõe em benefício da coletividade, cumpre-nos cientificar todos os moradores da referida zona residencial que, na eventualidade de não ser atendida a solicitação ora feita, sentir-nos-emos forçados a cortar o fornecimento de água potável durante o dia¹⁹⁷.

¹⁹⁴ Notas de Serviço, Livro nº 1, 1952-1965, NS 1200, 19-5-59, fl. 25v.

¹⁹⁵ Notas de Serviço, Livro nº 1, 1952-1965, NS 1287, 24-2-60, fl. 38.

¹⁹⁶ Notas de Serviço, Livro nº 1, 1952-1965, NS 1319, 5-8-60, fl. 42v.

¹⁹⁷ Notas de Serviço, Livro nº 1, 1952-1965, NS 1337, 26-9-60, fl. 45v.

As preocupações com as questões sociais, em geral, afetavam de sobremaneira a organização e de forma mais ampla, toda a comunidade, pois os núcleos de Siderúrgica, em Sabará, e de João Monlevade, se tornavam referência em estrutura social e urbana e refletiam nas condições de vida percebidas pelas sociedades em que estavam instaladas as unidades produtivas da Companhia.

Uma outra questão associada ao dia-a-dia das famílias nas Vilas Operárias da Companhia que se desenvolveu sob a gestão da empresa se referia à moradia e dependências de estadia para funcionários da empresa e outros profissionais com os quais desenvolvia as atividades produtivas. Dentre as hospedagens oferecidas pela empresa, observa-se uma atenção e um controle maior nas dependências coletivas dos empregados, especialmente naquelas denominadas Cassino. Uma maneira de expressar a necessidade de regular o comportamento em geral pode ser observada na citação a seguir.

“Visitas – Casino – Comunicamos aos interessados que a Administração do Casino Novo não tem autorização para atender a pessoas estranhas, sem nosso conhecimento, mesmo que estejam acompanhando os senhores hóspedes, a não serem pessoas de suas famílias. Dispensamos de esclarecer os objetivos benéficos desta medida, que visa manter no Casino o ambiente e o respeito que cada um gostaria de ter no próprio lar”¹⁹⁸.

Outra atividade desenvolvida pela Companhia junto às coletividades compreendeu a assistência alimentar com a finalidade de proporcionar aos trabalhadores melhores possibilidades para compra de gêneros alimentícios. Com isso, a empresa instalou Postos de Abastecimento nas comunidades sabarense e monlevadense e uma Usina Central de Pasteurização do Leite, em João Monlevade. (Figura 25)

¹⁹⁸ Notas de Serviço, Livro nº 1, 1952-1965, NS 1286, 18-2-60, fl. 37v.



Figura 25 – Usina de Pasteurização de Leite, João Monlevade, s/d.
Fonte: Acervo do Centro de Memória da Fundação ArcelorMittal Brasil, 2016.

Assim, a organização mantinha laços junto à coletividade – empregados e familiares – que usufruía dos Postos para se abastecer de gêneros alimentícios e demais produtos quanto às necessidades domésticas e ampliava a complexa rede de relações empregado-empresa, então firmada.

Durante o período de funcionamento dos Postos de Abastecimento da Companhia, a empresa procurou ampliar e atender os locais em que residiam os trabalhadores. Como forma de manter as relações com a coletividade, procurava-se estabelecer preços que fossem subvencionadas e que se mostrassem acessíveis aos empregados e suas famílias.

Dessa maneira, foram instalados Postos de Abastecimento com a finalidade de proporcionar aos trabalhadores melhores possibilidades para compra de gêneros alimentícios. Através deles, a empresa desenvolvia vínculos com as comunidades e construía uma complexa rede de relações empregado-empresa. (Figura 26)



Figura 26 – Armazém de Abastecimento, Sabará, s/d.

Fonte: Acervo do Centro de Memória da Fundação ArcelorMittal Brasil, 2016.

A gestão dos Centros de Abastecimento realizava-se cooperadamente entre a empresa, Sindicato e Caixa Beneficente que de forma coordenada definiam seus princípios de funcionamento. Em Sabará, a Caixa Beneficente dos Trabalhadores Metalúrgicos coordenava as ações e possibilitava aos trabalhadores e famílias a aquisição de produtos de alta qualidade a baixo custo. Um dos mecanismos de controle dos preços era definido segundo o Acordo Coletivo de Trabalho. Durante o período de congelamento de preços na década de 50, tais definições eram apresentadas publicamente no Diário Oficial da União.

“Nº 106.815-57 (D.13.2) — Termo de acordo entre o Sindicato dos Trabalhadores Metalúrgicos de Sabará e a Companhia Siderúrgica Belga Mineira. [...]

d) a Companhia continuará a manter o Posto de Abastecimento sempre com gêneros de primeira necessidade, e mercadorias em quantidade suficientes ao abastecimento normal dos trabalhadores. [...]

A Companhia se compromete a determinar o congelamento dos preços no Pôsto de Abastecimento por ela mantido, dos gêneros constantes do Item de Alimentação, conforme quadro anexo. [...]

Gêneros	– Preços congelados	Cr\$
Açúcar	–	12,00;
Alho	–	30,00;
Arroz	–	16,00;
Banha	–	52,00;
Batatas	–	12,00;
Café em pó	–	48,00;
Cebolas	–	10,00;
Farinha de mandioca	–	5,80;
Farinha de milho	–	8,30;
Feijão	–	14,00;
Fubá	–	5,00;
Macarrão	–	15,00;
Manteiga	–	90,00;
Milho	–	4,50;
Sal	–	3,50 [...]

Sabará. 25 de novembro de 1956.

– Pela Companhia Siderúrgica Belgo Mineira - (Assinatura ilegível; Pelo Sindicato dos Trabalhadores Metalúrgicos de Sabará - Raul Barbosa – Afonso Alues Rodrigues – Valdir Talebar – Raimundo José dos Santos – Geraldo Silva – Miguel Evangelista Ribeiro de Melo. - Despacho: Atendendo a que forem preenchidas as formalidades legais, resolvo, nos termos dos arts. 615 e 616 da Consolidação das Leis do Trabalho homologar o acordo salarial celebrado entre o Sindicato dos Trabalhadores Metalúrgicos de Sabará e a Companhia Siderúrgica Belgo-Mineira S. A. Publique-se para os devidos fins. Em 4 de fevereiro de 1957. – Parsifal Barroso¹⁹⁹.

Observa-se a participação da Companhia na vida social a partir do conjunto de fatores e reivindicações presentes nos Acordos Coletivos e no dia-a-dia da empresa e sua influência no cotidiano das cidades. Tal característica das relações entre empresa-sociedade se define de extensivamente aos momentos de retração econômica e de necessidades de atitudes grupais nas comunidades que determinavam maiores níveis de controle e de gestão dos equipamentos sociais por parte da empresa.

Essas condições são observadas na transição dos anos 1950/1960 que compreendem um período de certa instabilidade econômica no qual algumas medidas tomadas pela empresa se direcionam no sentido de solicitar a colaboração dos funcionários quanto à utilização dos Centros de Abastecimento de gêneros alimentícios.

¹⁹⁹ Diário Oficial da União, p. 3473, 14/02/1957.

“[...] podemos anunciar que a Companhia está no momento tomando providencias para regularizar o abastecimento de carne em Monlevade e Siderúrgica. O problema assume aspectos complicados, porque envolve, antes de tudo, a necessidade de assegurar, durante todo o ano, o pleno abastecimento de carne, naqueles dois centros de trabalho, a preços baixos. Com esse intuito, a Companhia tratou da instalação de um açougue-frigorífico em Siderúrgica, ao mesmo tempo em que conclui os estudos sobre a capacidade do frigorífico a ser localizado, dentro em pouco, em Monlevade. O prédio do açougue-frigorífico de Siderúrgica está praticamente concluído e somente aguarda a instalação do frigorífico, cujos equipamentos foram encomendados à firma Byngton & Cia., para entrar em funcionamento. Será ele dotado dos equipamentos mais modernos para assegurar as condições higiênicas não somente do fornecimento da carne, como, também, de laticínios, verduras e frutas. O frigorífico de Monlevade somente se destinará ao fornecimento de carne, uma vez que ali já funciona, em excelentes condições, a Usina Central de Pasteurização de Leite. [...] Podemos ainda adiantar que o Açougue Frigorífico de Siderúrgica deverá entrar em funcionamento brevemente, constituindo um grande melhoramento para a vida daquele centro industrial. A instalação de Monlevade, pela amplitude que vai ter, vem merecendo um estudo mais demorado, uma vez que terá de atender uma comunidade bem superior à de Siderúrgica”²⁰⁰.

Uma das formas de atender às famílias, que tinham um número crescente no decorrer dos anos, em função da ampliação da capacidade produtiva da organização, foi a determinação de quotas de produtos bem como a identificação adequada dos compradores. Tais medidas se mostraram necessárias pois, por algumas vezes, foram identificadas tentativas de compras de pessoas que não pertenciam à “Família Belgo”.

Percebe-se, ainda, que a empresa procurava equilibrar uma situação de instabilidade socioeconômica cuja preocupação pode ser observada nesta etapa da vida social brasileira em que, por consequência, se observa a sua centralidade enquanto elemento essencial ao desenvolvimento social.

“Posto Abastecimento – Os baixos preços que vimos mantendo no Posto de Abastecimento têm provocado exagerada procura de certos gêneros, cujos estoques serão insuficientes para o fornecimento ao nosso pessoal, se não adotarmos medidas sensatas, no interesse dos próprios operários desta Usina. O estabelecimento de “quotas” é uma destas medidas. Claro está que a situação requer a compreensão de cada um, por se medida de alto interesse coletivo. Confiamos nesta colaboração”²⁰¹.

²⁰⁰ Periódico “O Pioneiro”, ano I, n.º 5, p. 6, 25/02/1955.

²⁰¹ Notas de Serviço, Livro n.º 1, 1952-1965, NS 1182, 31-3-59, fl. 23.

“Identificação/Pessoal – Ao colocarmos em prática o sistema de identificação do pessoal desta Companhia, para efeito do controle de compras de gêneros no Posto de Abastecimento, constatamos a existência de pessoas que sem pertencer aos quadros de empregados da usina, vêm participando dos benefícios instituídos pela Empresa em favor dos seus empregados. Diante deste fato, resolveu a Direção da Usina considerar sem efeito todas as fichas “Serviço Médico”, emitindo outras para identificação do empregado junto ao “Posto de Abastecimento” e no Serviço de Assistência Médica-Farmacêutica. Assim, para que o empregado fique habilitado a efetuar suas compras no Posto e a receber assistência Médico-Farmacêutica, deverá: - Entregar ao Escritório a ficha antiga; - Fornecer duas fotografias tipo carteira (3x4); - Apresentar certidão de casamento e de nascimento dos filhos a serem indicados como dependentes. – Para efeito desta habilitação, serão considerados como dependentes os filhos menores de 18 anos”²⁰².

“Identificação pessoal – Para melhor esclarecer os termos do Aviso nº 1199, de 15 do corrente, em que se traçaram novas diretrizes de identificação para os empregados da Usina, cumpre-nos comunicar: 1º) – O principal objetivo da nota 1199 é o de evitar os abusos que se tem verificado nas compras do Posto de Abastecimento de Siderúrgica. É sabido por todos que pessoas absolutamente estranhas aos nossos quadros, residindo na Cidade ou nos distritos do Município, dirigem-se ao Posto para comprar gêneros, trazendo evidentes prejuízos para os operários de Siderúrgica e suas famílias. – 2º) Todavia, a nota 1199 não foi aplicada, pois o fichário novo não pôde ser terminado, estando todos os operários e suas famílias comprando no Posto e sendo atendidos pelo Serviço Médico, sem qualquer restrição. – 3º) – Pedimos a colaboração de todos, em benefício geral que ajudem a fiscalizar e impedir que elementos estranhos à Companhia, obtenham vantagens dadas somente ao nosso pessoal, para então reexaminarmos o assunto. Fiquem certos que tudo faremos, dentro das nossas possibilidades, para evitar os abusos e manter o clima de paz e tranquilidade que constitui uma das nossas maiores tradições. Agradecendo a indispensável compreensão e colaboração de todos os trabalhadores, ficamos certos do sucesso de nossos propósitos”²⁰³.

As ações empreendidas pela Companhia demonstram a centralização das atividades de gestão, mesmo com as atividades de gestão compartilhadas dos centros de abastecimento os quais eram coordenados pela Caixa Beneficente dos Trabalhadores Metalúrgicos de Sabará vinculada aos trabalhadores e suas famílias e que se destinavam ao provimento de serviços de saúde e bem-estar, bem como produtos e bens de consumo a baixo custo.

²⁰² Notas de Serviço, Livro nº 1, 1952-1965, NS 1199, 15-5-59, fl. 25v.

²⁰³ Notas de Serviço, Livro nº 1, 1952-1965, NS 1202, 27-5-59, fl. 26.

Complementarmente aos serviços oferecidos pelos Postos de Abastecimento, a empresa buscou prover as cidades-sede das Usinas de instalações para abastecimento de gêneros alimentícios, frigoríficos e laticínios.

“[...] a Companhia tratou da instalação de um açougue-frigorífico em Siderúrgica, ao mesmo tempo em que conclui os estudos sobre a capacidade do frigorífico a ser localizado, dentro em pouco, em Monlevade.

O prédio do açougue-frigorífico de Siderúrgica está praticamente concluído e somente aguarda a instalação do frigorífico, cujos equipamentos foram encomendados à firma Byngton & Cia., para entrar em funcionamento. Será ele dotado dos equipamentos mais modernos para assegurar as condições higiênicas não somente do fornecimento da carne, como, também, de laticínios, verduras e frutas. O frigorífico de Monlevade somente se destinará ao fornecimento de carne, uma vez que ali já funciona, em excelentes condições, a Usina Central de Pasteurização de Leite. Para realizar o seu intento de regularizar o abastecimento de carne em Monlevade e Siderúrgica, oferecendo o produto a preços módicos, a Companhia solicitou a cooperação da FRIMISA (Frigoríficos Minas Gerais S.A.), sociedade de economia mista fundada pelo Governo de Minas Gerais e que está construindo o grande Matadouro Frigorífico de Santa Luzia. Tem –se encontrado, nesse sentido, a melhor boa vontade dos dirigentes da FRIMISA, cujo Matadouro Frigorífico deverá funcionar em meados do corrente ano. Podemos ainda adiantar que o Açougue Frigorífico de Siderúrgica deverá entrar em funcionamento brevemente, constituindo um grande melhoramento para a vida daquele centro industrial. A instalação de Monlevade, pela amplitude que vai ter, vem merecendo um estudo mais demorado, uma vez que terá de atender uma comunidade bem superior à de Siderúrgica”²⁰⁴.

“[...] para assegurar o pleno abastecimento do açougue-frigorífico de Siderúrgica e Monlevade, a Companhia já entrou em entendimentos com a Cooperativa Central de Produtores de Leite [C.C.P.L.] de Belo Horizonte (fornecimento de laticínios para Siderúrgica) e com a Frimisa (fornecimento de carne para Siderúrgica e Monlevade)”²⁰⁵.

“[...] iniciada a construção do novo mercado – “o intuito de assegurar, cada vez mais em bases mais satisfatórias, o abastecimento da população, levou a Companhia a projetar a construção de um novo mercado em Monlevade, com a remodelação radical das suas atuais instalações. Esse importante projeto já começou a ser executado, com o início das obras do edifício da Salsicharia. Esse prédio já se acha com a sua construção adiantada, tudo fazendo crer que, no próximo ano, terá Monlevade uma das instalações mais completas nesse setor do abastecimento”²⁰⁶.

²⁰⁴ Periódico “O Pioneiro”, ano I, n° 5, p. 6, fev/1955.

²⁰⁵ Periódico “O Pioneiro”, ano I, n° 8, p. 6, abr/1955.

²⁰⁶ Periódico “O Pioneiro”, ano III, n° 73, p. 2, dez/1957.

Em anos de retração da economia, como foi o final da década de 1950, a empresa buscou manter certo controle de preços a fim de que não fossem cometidos abusos dos gestores dos postos em relação às famílias dos empregados. Para alguns casos, a Companhia firmou uma tomada de posição oficial, por meio de notas de serviço em que comunicava aos donos de negócio a necessidade de racionar o fornecimento de mercadoria e buscar equacionar os custos de vida às condições de aquisição dos gêneros e bens de consumo às condições financeiras dos trabalhadores.

“Ao Snr. Alvim José Ramos – Comunicamos a V.S. que, tendo em vista o compromisso assumido com os trabalhadores em face de um convênio, devemos manter todos os produtos colocados à venda, nêsse Posto de Abastecimento. Doutra parte, considerando a retratação do mercado da Capital e de outras localidades, mais do que nunca devemos observar o sistema de quotas, racionando o fornecimento de mercadorias, a-fim-de evitar uma eventual falta”²⁰⁷.

“Custo de Vida – Apesar de todo o empenho por parte da Companhia em conter a elevação do custo de vida através dos preços de gêneros e utilidades do nosso Armazém de Abastecimento, a sua escassez nas fontes de abastecimento é tamanha que vem nos obrigando a alterar os preços de venda desses produtos. Em 1º de agosto, fizemos um aumento de salário do pessoal horista, dando cumprimento ao convenio celebrado com os empregados da Empresa. Entretanto, já em 3 de setembro/59, fomos forçados a nova alteração dos preços do Armazém de Abastecimento. Comunicamos ao nosso pessoal que esta alteração está sendo transmitida à “Comissão do Custo de Vida”, para que sejam apreciados os seus efeitos frente ao convênio que esta Empresa mantém com o Sindicato dos Trabalhadores Metalúrgicos de Sabará e seja levada a efeito nova apuração do custo de vida”²⁰⁸.

Por outro lado, após o período de contração econômica ao final dos anos 50, a Companhia buscou inovar no que se refere aos Centros de Abastecimento com a implantação, na década de 60, um centro de distribuição, na Vila Operária de Santa Cruz, baseado no modelo americano de supermercado.

²⁰⁷ Notas de Serviço, Livro nº 1, 1952-1965, NS 1162, 10-1-59, fl. 20v.

²⁰⁸ Notas de Serviço, Livro nº 1, 1952-1965, NS 1239, 5-9-59, fl. 31.

“[...] no próximo mês de março [1963], já deverá estar em funcionamento o novo Posto de Abastecimento de Siderúrgica, em fase de construção na Vila Santa Cruz, por iniciativa da Belgo-Mineira. O importante melhoramento atenderá a cerca de 260 moradias das vizinhanças, descongestionando, assim, o movimento que se verifica no Posto Central”²⁰⁹.

“[...] o moderno posto de Abastecimento construído em Sabará pela Belgo-Mineira, destinado a servir especialmente os habitantes da Mineração, Vila Michael, parte da Vila Siderúrgica, viúvas e aposentados, vem correspondendo plenamente às suas finalidades, com o atendimento diário de numerosos fregueses no modelo tipo americano (supermercado)”²¹⁰.

O período entre os anos 60/70 compreende uma transição da preocupação empresarial com as questões sociais a partir da infraestrutura e aqueles movimentos globais voltados à questão da sustentabilidade. Nos anos 1980, a empresa desenvolve um programa de incentivos que se baseia na cultura de hortaliças o qual alcançou alguns resultados como os abaixo apresentados.

“O programa ‘Uma horta em cada quintal’ vem obtendo grande sucesso, com os primeiros resultados aparecendo e fazendo baixar os preços das hortaliças nas regiões em que foi implantado há mais tempo.

Jornais, revistas e emissoras de televisão de outros estados têm destacado a iniciativa dos mineiros. A promoção, iniciada há apenas seis meses, já atinge o número de 36 mil hortas plantadas, o que, segundo a coordenação do programa, superou todas as expectativas iniciais e possibilitou o surgimento de um bom excedente de hortaliças que vem sendo comercializado em feiras semanais de alguns bairros.

Em recente matéria a esse respeito, um jornal carioca ressalta o apoio que empresas tem dado à promoção, incentivando seus empregados a dela participarem. E diz, textualmente: ‘Algumas empresas também aderiram ao programa, como a Belgo-Mineira, que plantou hortas em suas usinas de Belo Horizonte, Monlevade, Sabará e Germano’.

Bem! Não se chegou ao ponto de substituir altos-fornos, por canteiros de couves, aciarias por quiabos, instalações de trefilar por beterrabas e fábrica de equipamentos por cenouras! Mas entre as 36 milhões de hortas existentes, cerca de 2.200 foram plantadas após a divulgação e o incentivo que a ABEB²¹¹ deu ao programa. E, daqui a pouco, esses novos ‘produtores’ estarão comendo bem e mais barato. E, quem sabe, até faturando mais alguns \$\$\$ com o excedente”²¹².

²⁰⁹ Periódico “O Pioneiro”, ano IX, nº 134, p. 8, jan/1963.

²¹⁰ Periódico “O Pioneiro”, ano IX, nº 143, p. 8, out/1963.

²¹¹ Associação Beneficente dos Empregados da Belgo – ABEB

²¹² Periódico ‘Belgo-Mineira Notícias’, ano 7, no 73, p. 4, out/1981.

Através deste incentivo, a empresa resgatava suas atividades sociais e retomava os vínculos junto às comunidades em que exercia suas atividades de produção. Entretanto, os programas desenvolvidos nos anos 1970/80 se diferenciavam daqueles ocorridos nas primeiras décadas da organização, pois se antes se desenvolviam atividades relacionadas à prestação de serviços, infraestrutura, educação e saúde, nesse momento da vida empresarial tais programas simplesmente apoiavam algumas iniciativas as quais se restringiam ao campo assistencialista.

Ao final, na última década do século XX aos dias atuais, a empresa retoma, não exclusivamente, mas em compartilhamento com o Estado, diversas formas de atuação que a fazem novamente desenvolver atividades de desenvolvimento social e cidadão. Esta ‘nova’ caracterização de ação organizacional, no entanto, é desenvolvida diferenciadamente ao primeiro período e tem como ponto central uma maior visibilidade de um envolvimento social da organização com as coletividades de seu entorno, assim como a construção de uma relação de dedicação e interesse junto à sociedade.

Para nortear estas ações empresariais, a partir de 1997, através do modelo apresentado pelo IBASE²¹³ – Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas – as organizações principiaram uma certa uniformização à formatação apresentada para as ações sociais por elas desenvolvidas. Assim, através da ação conjunta e das determinações apresentadas pelo Instituto Ethos – cujo primeiro modelo surgiu em 2001 –, pode-se acompanhar e avaliar os programas empresariais, através de indicadores socioeconômicos e ambientais. O desenvolvimento deste modelo proporcionou um parâmetro nacional que buscava se adequar aos padrões internacionais – definidos pelo Global Reporting Initiative (GRI)²¹⁴ – de maneira a divulgar as ações empresariais voltadas para o desenvolvimento sustentável as quais a Companhia tem por principais iniciativas.

²¹³ O Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (IBASE), criado em 1981, “é uma instituição de utilidade pública federal, sem fins lucrativos, sem vinculação religiosa e a partido político. Sua missão é a construção da democracia, combatendo desigualdades e estimulando a participação cidadã”. www.ibase.br.

²¹⁴ GRI – Global Reporting Initiative – “*movimento internacional pela adoção e uniformização dos relatórios socioambientais publicados pelas empresas*” (Guia de Balanço Social – Instituto Ethos, 2003, pg. 28).

“[...] programas nas áreas de educação, saúde, cultura, meio ambiente e promoção social em municípios onde as empresas operam unidades industriais em Minas Gerais, Espírito Santo e São Paulo. O trabalho da Fundação beneficia, prioritariamente, crianças e adolescentes carentes e vem sendo mantido com recursos próprios e repasse de incentivos fiscais²¹⁵.

Dentre as atividades desenvolvidas pela Companhia Siderúrgica Belgo-Mineira que têm conduzido a uma ação social compartilhada, invariavelmente, com ações governamentais cujas atividades englobam cultura, saúde, esporte e educação e se desenvolveram por meio de atuação da Fundação Belgo-Mineira.

²¹⁵ CSBM, Relatório Anual, 1999.



Figura 27 – Usina de Barbanson e Vilas Operárias, João Monlevade – Anos 1950
Fonte: Acervo do Centro de Memória da Fundação ArcelorMittal Brasil, 2016.

8.4. EMPRESA, SAÚDE E SOCIEDADE

A expansão da capacidade organizacional e o consequente crescimento com relação às atividades comunitárias junto aos funcionários e suas famílias determinou à Companhia, nas décadas de 1950 e 1960, uma atuação de implementação das vilas operárias e de uma infraestrutura de equipamentos sociais que fornecesse condições adequadas de bem-estar social aos empregados e familiares. Ao desenvolver tais atividades, percebe-se uma atuação da empresa em que se busca suprir a necessidade de assistência social e saúde e questões voltadas à educação e formação profissional.

Os esforços de construção de uma comunidade com infraestrutura e equipamentos sociais que pudesses oferecer condições de moradia aos empregados da Companhia surge com maior intensidade na cidade de João Monlevade, onde constrói seu maior parque siderúrgico e se desenvolve com maior velocidade para se tornar a maior empresa do país nos anos 50/50. Pode-se perceber tal pujança social-econômica em parte do discurso proferido por seu diretor-geral, o Dr. Louis Ensich, quando inaugurado o Hospital Margarida, cujo nome compreende à homenagem a sua mãe.

“O povoado de Monlevade, que em 1940 contava apenas com poucas centenas de moradias definitivas, transformou-se em uma aprazível cidade gozando de invejáveis condições de conforto e higiene. Mais de 1.800 casas foram construídas e entregues aos seus atuais moradores. Uma Igreja oferece à população local um centro de permanente irradiação do culto-religioso. Cinema, Clubes recreativos e Praças de esporte são atrativos para as horas de lazer. Confortáveis Hotéis e um Centro Comercial rematam o conjunto urbanístico. E, neste momento, inauguramos êste moderno Centro Hospitalar, a que a generosidade dos meus amigos e colaboradores quis dar o nome de “Hospital Margarida”, numa tocante homenagem `minha estremecida progenitora, cuja memória está presente em todas as horas de minha vida”²¹⁶.

Respalhada pela expansão setorial, a empresa constrói o hospital a partir de benefícios advindos das regalias alfandegárias do setor, tendo inclusive alguns recursos julgados nas instâncias federais para sua autorização.

“Acórdão N. 8.854 – Recurso n. 1.738-A-1903 – Isenção de direitos – Recorrente, Companhia Siderúrgica Belgo-Mineira S. A.; recorrida, Alfândega do Rio de Janeiro.

²¹⁶ Companhia Siderúrgica Belgo-Mineira, p. 20, 1953.

"Pode gozar dos favores aduaneiros o material importado para a construção de um hospital, desde que este faça parte do plano de instalação de usina metalúrgica, aprovado pelo Ministério da Agricultura".

Recorre a Companhia Siderúrgica Belgo-Mineira S. A., do ato do inspetor da Alfândega do Rio de Janeiro que não lhe deu isenção de direitos para tela de arame ferro galvanizado, despachada pela nota de importação n. 35.472, dó 1937, sob o fundamento de não se destinar o material a ter aplicação nas instalações da interessada. [...]

Acordam os membros da Segunda Câmara do Conselho Superior de Tarifa, por maioria de votos, em dar provimento ao recurso.

Segunda Camara do Conselho Superior de Tarifa, em 22 do abril de 1940. — Rodolpho Ortenblad, presidente. — Ulisses Sampaio, relator.

Fui presente. Recorri desta decisão — Garcilaso Velloso Freire, representante da Fazenda Pública. Vencido o Sr. Odilio de Araujo.

Nota — Pelo prazo de 8 dias, a partir da data da publicação do acórdão acima, o processo respectivo, com o Recurso do representante da Fazenda Pública, permanecerá nesta Secretaria, para a vista que, pelo § 1º do art. 24 do Regimento Interno, é facultada aos interessados. — José Dutra dos Santos, secretário”²¹⁷.

Na cidade de Sabará, dentre os serviços de saúde e de atenção ao trabalhador, a empresa construiu, com colaboradores, a Maternidade e Puericultura ‘Louis Ensck’ que inclui em suas instalações o lactário, o centro de puericultura e o centro de guarda pós-parto, com serviço de pré-natal. A extensão de atuação dos serviços de apoio à saúde do trabalhador realizadas pela empresa podem ser observadas a partir do alcance de suas atividades junto aos trabalhadores e familiares, além de atenção à população, segundo a disponibilidade dos serviços prestados.

“O pessoal da Usina e seus dependentes, totalizando cerca de 4.000 pessoas, são assistidos por quatro médicos, nas diversas especialidades, dois dentistas, seis enfermeiros, 12 auxiliares de enfermagem e 2 obstétricos diplomados. No ambulatório junto à Usina são feitos os exames prévios de candidatos a serviço e a sua classificação nas diversas seções, exames de rotina no pessoal efetivo, curativos, vacinações e exames clínicos”²¹⁸.

As atividades de saúde desenvolvidas junto à sociedade sabarense eram desempenhadas pela Companhia por meio da antiga Santa Casa, com o acompanhamento e oferta de serviços de internação de enfermos adultos do sexo masculino, para o que a empresa

²¹⁷ Diário Oficial da União, p. 15105, 06/08/1940.

²¹⁸ Companhia Siderúrgica Belgo-Mineira, p. 116/118, 1953.

equipou e adequou as instalações às necessidades da coletividade. À época foram instalados equipamentos e modernizadas as instalações com equipamentos de raios X, laboratório clínico, sala cirúrgica e de exames médicos. A Companhia proporcionou a ampliação das dependências e permitiu a expansão das atividades de saúde. Deve-se ressaltar ainda que a empresa, nos anos 50, realizava o custeio das taxas normais de internação de seus empregados e proporcionava renda à Santa Casa que, assim, ampliava as possibilidades de assistência à população em geral da cidade, bem como àquelas classes menos favorecidas. (CSBM, 1953).

A atuação da empresa nos anos 1950 toma dimensões estaduais e se observa uma coparticipação em empreendimentos voltados à área da saúde como a inovadora atenção às comunidades mineiras por meio de uma unidade móvel de atendimento conforme periódicos da época²¹⁹.

“HOSPITAL VOLANTE PARA MINAS GERAIS – Quando da solenidade de inauguração da rodovia Rio-Belo Horizonte a sra. Sarah Kubitschek, entregou ao povo mineiro um moderno Hospital Volante, oferecido à campanha “Saúde sobre Rodas” pelo Consórcio ARBED e pela Cia Siderúrgica Belgo-Mineira. À tarde, em frente à sede das Pioneiras Sociais de Minas Gerais, dom Geraldo Penido, bispo auxiliar de Belo Horizonte deu a bênção da igreja à nova unidade que já entrou em funcionamento. Falaram na ocasião a sra. Sarah Kubitschek, o industrial Joseph Heim, pela Belgo Mineira e a presidente das Pioneiras Sociais de Minas, sra. Lorencina Pereira”²²⁰.

No início dos 1960, as políticas públicas implantadas nos anos anteriores determinaram à Companhia mudanças nas políticas sociais e de infraestrutura, que a levaram a centrar preocupação com a saúde dos empregados, com financiamento parcial de assistência à saúde do trabalhador, junto à entidade de ação social Sesi – Serviço Social da Indústria.

“Preços – Maternidade – Em benefício do nosso pessoal e apesar dos ônus que a Cia. vem suportando na manutenção dos serviços hospitalares, deixamos desde algum tempo, inalterada a tabela de preços de internamentos e demais taxas em vigor na nossa Maternidade. Isto tem causado certo desequilíbrio em relação às outras divisões, contrariando o princípio da uniformidade de preços que a Companhia pretende manter em todos os seus setores de trabalho.

²¹⁹ Periódico “Folha Mineira de Juiz de Fora, edição 2708, 24 jan 1957, p. 3.

²²⁰ Periódico “Correio da Manhã”, Rio de Janeiro – RJ, edição 19592, 1ª. seção, 6 fev 1957, p. 4.

É medida que desde há muito se impunha diante da própria elevação do custo de todos os artigos e produtos consumidos normalmente nos hospitais e não foi inspirada por quem quer que seja sem maior exame dos seus reflexos na nossa comunidade. Diante do exposto, fomos obrigados a rever a antiga tabela, adotando, a partir do mês de fevereiro, novos valores para as diárias e taxas de maternidade desta Usina, conforme indicamos a seguir: Internamentos (Diárias)

1. Enfermaria – adulto Cr\$150,00 – criança Cr\$60,00
2. Apart^o comum – adulto, p/ leito Cr\$400,00 – criança p/ leito Cr\$300,00
3. Apartamento principal – diária única – Cr\$1.000,00

Taxas hospitalares – CSBM Empreiteiros – Particulares Seguradora

Grande operação	– 300,00	– 450,00
Média operação	– 200,00	– 350,00
Pequena operação	– 100,00	– 250,00
Anestesia (ciclo) por minuto		– A fixar pelo Serviço Médico
Anestesia (éter) por hora		– A fixar pelo Serviço Médico
Anestesia (prot. azoto) por hora		– A fixar pelo Serviço Médico
Anestesia (Trilene) por hora		– A fixar pelo Serviço Médico
Aparêlho gessado grande	– 300,00	– 450,00
Aparêlho gessado médio	– 200,00	– 350,00
Aparêlho gessado pequeno	– 100,00	– 250,00
Parto normal	– 170,00	– 500,00
Transfusão	– 100,00	– 200,00
Curativo grande	– 100,00	– 200,00
Curativo médio	– 50,00	– 60,00
Curativo pequeno	– 20,00	– 30,00
Raio X – filmes 35x35 até 24x30 – Custo do filme		– Tabela AMMG ²²¹
Raio X – filmes 18x24 até 13x18 – c/ 20%		– Tabela AMMG
Laboratório		
– Exames comuns	– 50,00	– Tabela AMMG
Teste alérgico	– 100,00	– Tabela AMMG
Metabolismo basal	– 100,00	– Tabela AMMG
Teste de sensib./antibióticos	– 250,00	– Tabela AMMG
Tubagem duodenal	– 300,00	– Tabela AMMG
Ap. elétricas – Diatermia – ultra violeta e infr vermelho	– 50,00	– 100,00 ²²²

Complementar à assistência médica, nos anos 60, inaugurou-se em Sabará o Centro de Assistência Social de Siderúrgica, em parceria com o Serviço Social da Indústria (SESI), cujas ação se relacionava à atuação médico-odontológica, fármacos, lactário e serviços de

²²¹ Associação Médica de Minas Gerais – AMMG

²²² Notas de Serviço, Livro nº 1, 1952-1965, NS 1274, 26-1-60, fl. 36-36v.

enfermaria. Além das atividades de saúde, eram oferecidos cursos de corte e costura para esposas e filhas dos empregados da Companhia. (Figura 28)



Figura 28 – Educação Feminina, João Monlevade, Anos 60.

Fonte: Acervo do Centro de Memória da Fundação ArcelorMittal Brasil, 2016

“Posto – Samdu – Amanhã, terça-feira dia 20, às 17 horas, no antigo “Abrigo” será solenemente inaugurado o Posto Médico do Samdu, constituindo este acontecimento uma vitória das entidades de classe de Siderúrgica, que, há muito tempo, vinham se empenhando no sentido de trazer aos trabalhadores de Sabará os benefícios de um samdu. Atendendo com prazer e interesse, solicitação das Diretorias do Sindicato e da Caixa Beneficente, transmitimos seu convite a todo nosso pessoal e suas respectivas famílias para assistirem as solenidades de inauguração. Para maior realce de tão significativa solenidade, desejamos com a nossa presença prestigiá-la, levando o nosso reconhecimento ao Sindicato, Caixa Beneficente e todos aqueles que contribuíram para sua efetivação”²²³.

“Consultas/Samdu – Comunicamos ao pessoal da Usina de Siderúrgica que o Posto de Saúde de Sabará somente atenderá consultas com a apresentação da carteira profissional até o dia 31 de janeiro do ano próximo vindouro. Assim, a partir de 1º de fevereiro de 1961, só serão atendidos naquele Posto os portadores do “Cartão de identidade” que está sendo fornecido pelo Sindicato dos Trabalhadores Metalúrgicos de Sabará”²²⁴.

²²³ Notas de Serviço, Livro nº 1, 1952-1965, NS 1335, 19-9-60, fl. 45.

²²⁴ Notas de Serviço, Livro nº 1, 1952-1965, NS 1368, 27-XII-1960, fl. 50.

As preocupações com a saúde do trabalhador e famílias estão colocadas em ações internas da empresa, cujas notas de serviços, em alguns casos referia-se à tais questões, como vacinação, doação de sangue, atendimento odontológico, bem como atendimento a acidentados da Usina Siderúrgica que se localizava próxima ao posto de atendimento.

“Vacina Salk – Comunicamos aos desta usina que se interessarem pela vacinação de seus filhos contra paralisia infantil (Vacina Salk), que deverão comparecer à Farmácia Siderúrgica para se inscreverem na devida ordem, assim como serem convenientemente instruídos sobre o assunto. Deve ficar bem claro que todo candidato à vacinação de seus filhos ficará responsável pelo oportuno pagamento das vacinas encomendadas”²²⁵.

“Dentista – Sesi – Comunicamos ao pessoal de Siderúrgica que já se encontra em serviço no antigo Gabinete dentário instalado no centro de Assistência Social, o cirurgião dentista João Bárbara Bueno, designado pelo Sesi, disposto e recomendado a prestar bons serviços aos empregados desta Divisão”²²⁶.

“Classificação/Sangue – O Serviço Médico de Siderúrgica está empenhado em organizar o seu fichário de tal maneira que, caso venha um empregado a necessitar de uma transfusão, já esteja anotado o tipo de sangue, facilitando a obtenção desse material. Para atingir tal objetivo, será organizado um serviço de classificação de sangue, em local e horário a serem, oportunamente, anunciados. Assinalando as vantagens de tal classificação no próprio interesse do pessoal, esperamos que todos os empregados atendam ao convite que ora fazemos, para comparecerem ao exame supracitado”²²⁷.

“Curativos – Dada à distância entre as Vilas de Siderúrgica e a Santa Casa, a Direção da usina, de acordo com o Serviço Médico, resolveu autorizar ao Ambulatório do Centro de Assistência, atender o pessoal da Usina ou seus familiares, inscritos na ficha médica, em curativos leves. Procurando uniformizar a assistência com as normas das demais Divisões, ficou estabelecido que será cobrado daqueles que necessitarem de curativos, somente o valor do material empregado”²²⁸.

“Censo de saúde – Informando o pessoal desta Usina que, a partir das 8,00 horas do dia 15 do corrente, médicos da Secretaria de saúde e Assistência estarão realizando o censo de Saúde dos empregados da Divisão Siderúrgica, no Ambulatório da Minas Brasil, pedimos aos senhores chefes de seção criarem as facilidades possíveis, sem prejuízos dos serviços, aos empregados sob sua Direção a-fim de que os mesmos se submetam ao exame médico em apreço”²²⁹.

²²⁵ Notas de Serviço, Livro nº 1, 1952-1965, NS 1167, 24-1-59, fl. 21.

²²⁶ Notas de Serviço, Livro nº 1, 1952-1965, NS 1224, 30-7-59.

²²⁷ Notas de Serviço, Livro nº 1, 1952-1965, NS 1228, 12-8-59, fls. 29-29v.

²²⁸ Notas de Serviço, Livro nº 1, 1952-1965, NS 1273, 18-1-60, fl. 36.

²²⁹ Notas de Serviço, Livro nº 1, 1952-1965, NS 1358, 13-12-60, fl. 48v.

Percebe-se, ainda que a Companhia exercia não somente o papel de provedora dos serviços de saúde, como buscava oferecer outras atividades complementares à saúde do trabalhador.

Em algumas ocasiões, a empresa exerceu o papel de informar e educar os trabalhadores quanto as preocupações com a saúde (conselhos médicos, vacinações, cuidado natal, puericultura, dentre outros), além de exercer a função de prestadora de serviços para manutenção da qualidade de vida e bem-estar das comunidades do entorno da Usina, bem como da sociedade de maneira geral.

“Conselhos médicos – Atendendo solicitação do nosso Serviço Médico, com a finalidade de preservar o mais possível a boa saúde infantil, passamos a transmitir ao pessoal de Siderúrgica os conselhos abaixo transcritos que consideramos inteiramente oportunos e portanto dignos do melhor acatamento: “A melhor alimentação para a lactente é, sem sombra de dúvida, a amamentação materna, pois, cm a mesma, recebe a criança todos os elementos necessários ao seu desenvolvimento bem como adquire grande resistência às doenças próprias da infância, tais como Difteria (Crupe), Varicela, Varíola, etc. Todavia, se por qualquer razão séria, a criança não puder ser amamentada pela mãe, não deve esta fazer as mamadeiras em casa mas sim usá-las do Lactário que as distribui gratuitamente aos filhos os nossos empregados, até um ano de idade. Acresce a circunstância de que as crianças atendidas pelo Lactário são também vacinadas contra doenças infantis, ficando imunes ou muito resistentes às mesmas. Como temos observado que, de modo geral, as crianças falecidas em virtude das referidas doenças não estavam vacinadas, insistimos para que mesmo aquelas normalmente amamentadas pelas mães sejam levadas ao Posto de Assistência Médica para a competente vacinação por ser isto uma necessidade que se impõe como garantia de boa saúde para tôda e qualquer criança”²³⁰.

“Coleta – sangue – Temos o prazer de comunicar a todos os trabalhadores desta Usina, que o Serviço Médico de Siderúrgica, conforme previsto no Aviso nº 1228, organizou um serviço de coleta e classificação de sangue que, a partir de 2ª feira, dia 8 dêste, às 13,30 horas, funcionará na varanda do Casino velho. Salientando a importância da criação dêste serviço, informamos que, logo esteja o fichário dos tipos sanguíneos devidamente organizado, fácil será a sua obtenção, caso venha um empregado ou pessoa de sua família necessitar de uma transfusão. Assinalamos as vantagens de tal classificação no próprio interesse do pessoal, esperando que todos os empregados atendam ao convite que ora fazemos, para comparecerem ao exame supracitado”²³¹.

²³⁰ Notas de Serviço, Livro nº 1, 1952-1965, NS 1303, 3-5-60, fl. 40v.

²³¹ Notas de Serviço, Livro nº 1, 1952-1965, NS 1321, 6-8-60, fl. 43.

“Vacina contra tifo – Precavendo-se contra o surto de febre tifo que vem assolando várias regiões do País, o nosso Serviço Médico realizará uma vacinação intensiva do pessoal desta Usina, contra aquela séria enfermidade, a partir do dia 1º de dezembro vindouro. Tal vacinação, para não prejudicar o andamento dos serviços da Usina, será realizada, das 8,00 às 16,00 horas, na varanda do Casino Velho, onde deverão comparecer todos os interessados no horário das suas folgas, de acôrdo com os respectivos chefes”²³².

Tais preocupações atendem a um amplo espectro, que se desenvolve desde as condições de saúde de trabalhadores e famílias quanto à maternidade, bem como as condições para transporte de enfermos e a educação dos trabalhadores quanto a tais serviços.

“Horário – ônibus – Temos verificado frequentes irregularidades nos serviços de condução de doentes para os hospitais, consultas ou curativos, em veículos fornecidos pela Usina. Às vezes doentes mais graves deixam de ser transportados, pois a condução está ocupada com pessoas cujas condições de saúde não são tão precárias, nem demandavam urgência para os atendimentos. Assim sendo a Direção da Usina entrou em entendimentos com a Empresa de ônibus local, conseguindo novos horários e mais frequentes que possibilitarão transporte do pessoal em geral e também dos doentes se seu estado de saúde o permitir. Para conhecimento de todos, transcrevemos abaixo os novos horários, de acôrdo com o que nos foi fornecido pela concessionária. Ficará assim a condução da Cia. reservada para os casos mais graves e urgentes, na dependência de uma requisição do Serviço Médico ao motorista de plantão, feita através da Portaria da Usina.

Partida de Siderúrgica				Partida de Sabará			
4,55	11,30	15,30	19,00	6,35	11,15	15,20	19,35
7,05	13,15	16,05	19,45	6,40	12,40	15,55	21,00
7,40	14,00	17,05	21,30	7,35	13,40	16,50	22,00
9,30	14,40	17,40	23,05	8,30	14,30	18,00	24,00
11,00	15,05	18,05	0,20	10,10	15,15	18,40	

Esperando a boa compreensão desta nota, que visa possibilitar atender melhor aos mais necessitados, firmamo-nos mui atenciosamente”²³³.

“Transporte/doentes – Aos snrs. Porteiros: - Dentre as atribuições de assistência a cargo do SAMDU, encontra-se a que se refere à remoção de doentes para os hospitais. Assim, os snrs. Porteiros deverão, ao receber um pedido de condução para uma parturiente ou doente grava e estando naquele momento, fora o jeep de plantão, recorrer ao Samdu, através do telefone 1200, obtendo daquele serviço o transporte pedido, isto no horário de 13 à 1 da madrugada. Com essa providência, queremos evitar a situação incomoda de, pela impossibilidade da chegada urgente do jeep, ocorrer partos em domicílio de um doente, por falta de assistência imediata”²³⁴.

²³² Notas de Serviço, Livro nº 1, 1952-1965, NS 1353, 30-XI-60, fl. 47v.

²³³ Notas de Serviço, Livro nº 1, 1952-1965, NS 1270, 7-1-60, fl. 35.

²³⁴ Notas de Serviço, Livro nº 1, 1952-1965, 29-9-60, fl. 45v-46.

Tem-se assim, uma leitura simplificada das ações da organização quanto às relações de trabalho e saúde do trabalhador, no quadro 3 a seguir, o qual reflete e complementa de certa maneira as ações apresentadas anteriormente e implantadas pela Companhia ao longo da década de 50. Deve-se notar que os temas foram apresentados aos funcionários por meio de notas de serviço, ou seja, a informação parte de instrumentos formais da empresa, que se constituíram em elemento de ordem e padronização de atividades relacionadas ao trabalho, mas de apoio às atividades laborais e, principalmente, de definição de uma política social e cultural, e de formação, ética e caráter do corpo funcional. (Quadro 4)

Nº.	Data	Classificação	Distribuição	Histórico
540	28-02-52	Prevenção de acidentes	HI e H9	Uso do cinto de proteção pelos operários
550	08-05-52	Leis Sociais	Ponto	Embriaguez e falta de comparecimento ao trabalho
555	27-06-52	Serv. Médico	Geral	Ambulância sob controle do Serviço Médico
162	30-6-52	Prev. Acidentes	Geral	Exibição cinematográfica sobre acidentes do trabalho
s/n	20-10-52	Seguro automóveis	Geral	Inclusão de carros particulares em n/ apólice de seguros
578	6-11-52	Contas pensão	Casino Novo	Entrega das contas de pensão dos funcionários
593	22-12-52	Despesas Hospital	Serv. Médico	Esmero na relação das contas de operários
648	20-8-53	Vacinação	Geral	Vacinação contra febre amarela
667	17-11-53	Vacinação	Geral	Vacinação contra tifo
695	9-3-54	Acidentes	Ponto	Instruções sobre o serviço de ac. pessoais
699	6-4-54	Pensão Judicial	Ponto	Condenação do operário João Catarino Sena
779	18-11-54	Vacinação	Geral	Vacinação contra doenças endêmicas
803	31-1-55	Novo Médico	Geral	Admissão do Dr. Luiz Alves Dolabela
877	24-11-55	Acidentes	Geral	Inaug. exposição quadros Prev. Acidentes
880	23-12-55	Maternidade	Serv. Médico	Nova tabela de preços na Maternidade
909	31-3-56	Serv. Médico	Geral	Mudança do Serv. Médico a/ Assistência
916	20-4-56	Sesi	Geral	Instruções sobre a Assistência do Sesi
917	24-4-56	C.A.S.	Geral	Inauguração Centro Assistência Social dia 29
957	28-9-56	Ficha Médica	Geral	Inclusão na F. Médica dos dependentes de empreg.
958	12-9-56	Cad. Sociais	Geral	Anotações nas cadernetas sociais
1000	15-3-57	Leis Trabalhistas	Geral	Aferecendo livreto coletânea de leis trabalhistas
1070	1-2-58	Vacina Salk	Geral	Aplicação Vacina Salk
1099	21-5-58	Caixa Benef.	Ponto	Aumento das mensalidades da Caixa Beneficente

Quadro 4 – Notas de Serviço – Relações do Trabalho e Saúde

Fonte: Livro de Notas 1952-1965

Além das atividades diretamente relacionadas às questões de saúde, a Companhia exercia serviços complementares junto à Santa Casa em Sabará. Adicionalmente à coleta de lixo das comunidades mantidas pela empresa, também era realizada a coleta junto à casa de saúde.

“Lixo/Santa Casa – Comunicamos a Vv.Ss. que o caminhão encarregado da coleta de lixo nas Vilas de Siderúrgica deverá ser enviado à Santa Casa de Misericórdia duas vezes por semana, em datas fixas, para apanhar o lixo acumulado naquele Hospital”²³⁵.

Percebe-se, assim, uma identificação entre organização e cidade em que se desenvolvem relações que extrapolam as questões do capital e do trabalho. A assistência médica à população constituiu-se em uma das atividades desempenhadas pela Companhia junto às populações assistidas por outras atividades sociais, como a educação.

As ações da Companhia junto aos trabalhadores ocorreram, igualmente, no ambiente interno das Usinas e demais centros de operação produtiva. Dentre as atividades apresentadas pela empresa, tem-se o desenvolvimento das relações patrão-empregado nas quais a atuação empresarial, de maneira geral, apresentou-se alinhada às aspirações sociais e profissionais dos empregados, e consequentemente, de sua representação sindical.

No caso de Sabará, a instituição da classe operária consolida-se em 1936, com a criação do Sindicato dos Trabalhadores Metalúrgicos de Sabará. Em função das atividades exercidas à época pelas correntes operárias católicas, entre as quais atuavam os Círculos Operários e a Juventude Operária Católica (JOC). Órgãos descendentes de um forte sindicalismo cristão advindo da Confederação Católica do Trabalho que consideravam como premissas as ações junto aos trabalhadores a partir das linhas de atuação delimitadas pela Encíclica “*Rerum Novarum*” cujas questões morais, espirituais e religiosas como pilares às atividades exercidas junto aos Sindicatos e seus afiliados (Passos, 2012).

Dentre as principais reivindicações, nos anos 1930/1940 estavam as condições sociais, principalmente de moradia e infraestrutura e de trabalho relacionadas às jornadas diárias de atividades junto às empresas e, principalmente, nas emergentes indústrias. A Companhia se adiantava em relação aos encargos e garantias sociais e procurava aplica-los aos funcionários de acordo com as exigências normativas à época.

²³⁵ Notas de Serviço, Livro nº 1, 1952-1965, NS 1260, 18-12-59, fl. 33v.

“Ainda nessa época, o trabalho não era muito fácil, não existia praticamente leis, encargos sociais, a legislação trabalhista. Isso começou com Getúlio, por volta de 1942. Nesse período a coisa trabalhava em torno de 12 horas por dia. Alguns dizem que no início trabalhava até 18 horas por dia. Era trabalhar, ir pra casa dormir, e voltar pra trabalhar. Eu ainda lembro disso de menino lá em Sabará, realmente de começar um serviço, por exemplo, 6 horas da manhã e terminar 5 horas da tarde. Mas as coisas foram efetivamente mudando, a partir de 1942 já tem horário de trabalho. E a Belgo sempre acompanhou isso e sempre antecipou”²³⁶.

Para o recém-criado Sindicato dos Metalúrgicos de Sabará tais questões compunham uma agenda de atividades compartilhada junto à Companhia, uma vez que a empresa adotava tais questões em seus quadros funcionais desde sua incorporação pela ARBED.

As preocupações com moradias, turnos de trabalho e condições salariais se apresentam como pautas de diversas notas de serviço da Companhia, em que são comunicadas aos trabalhadores as informações acerca de assuntos, quer sejam as contribuições sindicais, imposto sindical e garantias determinadas pelas leis sociais como férias, avisos prévios, indenizações, dentre outros, os quais foram ratificados e instituídos nos anos de governo getulista pela criação pelo Decreto da “Consolidação das Leis do Trabalho”, em 1943, publicado Decreto-Lei N.º 5.452, de 1º de Maio.

“Departamento Nacional da Previdência Social [...] Serviço Atuarial – ATA DA 210.^a Sessão da 1.^a Câmara de Acidentes do Trabalho da Comissão Permanente de Tarifas [...] MTIC. 471.123-46. Tendo a Comp. Seg. Minas Brasil solicitado tarificação individual para Comp. Siderúrgica Belgo-Mineira, em Sabará, Siderúrgica, João Monlevade, Taquarassú, Belo Horizonte; todas as localidades à margem da E.F.C.B. e E.F.V.M. de Siderúrgica a Governador Valadares, e várias localidades M. Gerais, foi aprovado pela C.P.T. as taxas de 3 % para fundição de aço e ferro com laminagem (cl. 345) adicional local de 40 % sendo o início do triênio era 1946”²³⁷.

“Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio [...] 3) MTIC. 701.993-48: Tendo a Cia. Seg. Minas Brasil solicitado tarificação individual para Cia. Siderúrgica Belgo Mineira, em Sabará, Monlevade, Estado de Minas Gerais, com o risco 'Siderurgia', decidiu a C.P.T. aplicar ao risco a taxa de 2,5% para a Fundição de ferro com laminagem I (cl. 345), mais o adicional local de 40%, sendo o início do triênio em 1949”²³⁸.

²³⁶ Acervo do Centro de Memória da Fundação ArcelorMittal Brasil – Projeto Memória & Identidade (M&I) – Depoimento 014.

²³⁷ Diário Oficial da União, p. 1909, 12/02/1947.

²³⁸ Diário Oficial da União, p. 401, 10/01/1949.

“MTIC. 121.516-56 — Senhor Diretor Geral — Desejando esta Diretoria fazer entrega da Medalha de Mérito da Segurança do Trabalho, instituídas pelos Decreto n.º 38.417, de 26 de dezembro de 1955, às personalidades e firmas agraciadas no ano de 1953 com Menção Honrosa de Segurança do Trabalho, criada pelo Decreto n.º 34.715 de 27 de novembro de 1953 [...] Outrossim, Informo a V. Sa. que as personalidades e firmas que irão receber a Medalha referida são as seguintes: [...] Colaborador Firma [...] Companhia Siderúrgica Belgo-Mineira”²³⁹.

Entretanto, vale destacar as questões particulares que envolviam o período de referência à Segunda Grande Guerra em que houve um destacamento da empresa, sob determinação do governo brasileiro, para a produção de artefatos bélicos-militares.

Durante esse período estabeleceu-se para a empresa, além de outras do setor, por meio de legislação federal algumas restrições e condições de produção, que para além das condições de trabalho, determinou também a assessoria de gestão da área produtiva com a indicação de profissionais para a fiscalização do sistema de produção como área estratégica e de interesse nacional.

“MINISTÉRIO DA VIAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS – Gabinete do Ministro – ATO DO SR. MINISTRO – PORTARIA Nº 350 DE 30 DE MARÇO DE 1944 - O Ministro de Estado, resolve designar o capitão de Corveta, Adolpho Martins Noronha Torrezão, assistente do Diretor Técnico da Companhia Siderúrgica Nacional, para como representante dêste Ministério, fiscalizar a fabricação de trilhos na Companhia Siderúrgica Belgo Mineira, servindo também de elemento de ligação entre este Ministério e a mesma Companhia. — João de Mendonça Lima”²⁴⁰.

“Foi nesse cenário que a Belgo recebeu uma convocação do Presidente Getúlio Vargas para produzir os trilhos necessários ao país. A empresa não se intimidou diante do desafio e, em menos de um ano, desenvolveu um laminador especialmente para essa função. Todo o equipamento foi construído em Monlevade e Sabará, em parceria com a Marinha Brasileira, que possuía instalações de usinagem no Rio de Janeiro. Por isso, a produção do primeiro trilho, em 1943 – o primeiro na história da Belgo-Mineira, do Brasil e da América Latina – teve um sabor especial. Mereceu solene evento, discursos e até a presença de ministros”²⁴¹.

²³⁹ Diário Oficial da União, p. 9465, 09/05/1956.

²⁴⁰ Diário Oficial da União, p. 5794, 1º/04/1944.

²⁴¹ Belgo-Mineira Arcelor, Boletim Eletrônico Memória Belgo, a. 2, n. 39, 26/11/2004.

Conforme definido pelo Estado brasileiro, foram pré-determinadas as condições de produção e de trabalho, como esforço de guerra, entre 1942-1945, conforme o Quadro 5.

Legislação	Condições Gerais	Condições de Trabalho
Decreto-Lei n° 4.937, de 9/11/1942	Assegura o pleno funcionamento dos Estabelecimentos [SIC] fabris militares e civis produtores de material bélico.	Art. 2° O reservista com destino especial de mobilização para a indústria bélica (fábrica civil ou militar): a) prestará serviço somente no estabelecimento para que for destinado, até que novo destino lhe seja dado pela autoridade competente; b) será considerado desertor e como tal julgado pelas leis em vigor, quando faltar ao trabalho por prazo maior de oito dias, sem justa causa; c) será considerado ausente do serviço e punido com multa de três dias de salário por dia de falta, quando faltar ao trabalho por mais de vinte e quatro horas, sem motivo justificado. Art. 3° As pessoas pertencentes a qualquer fábrica considerada de interesse militar (de administração ou mão de obra) reservistas ou não, com ou sem destino de mobilização, ficam igualmente alcançadas pelas alíneas a, b e c do artigo anterior. São considerados de interesse militar, para todos os fins do disposto no Decreto-lei n° 4.937, de 9 de novembro de 1942, os seguintes estabelecimentos fabris civis: [...] Cia. Siderúrgica Belgo-Mineira, em Minas Gerais.
Decreto n° 11.728, de 26/02/1943	Declara de interesse militar, para os fins do Decreto-lei n. 4937, de 09/11/1942, vários estabelecimentos fabris civis.	
Decreto-Lei n° 5.412, de 16/04/1943	Dispõe sobre o processo e julgamento do crime de deserção definido no Decreto-Lei n.° 4.937, de 9/11/1942.	Art. 1° O crime de deserção definido no art. 2° do decreto-lei n° 4.937, de 9 de novembro de 1942, será, durante o atual estado de guerra, processado e julgado pela forma estabelecida no Código de Justiça Militar, aprovado pelo decreto-lei n.° 925, de 2 de dezembro de 1938, observadas as disposições do presente decreto-lei. Art. 3° Os desertores dos estabelecimentos fabris civis considerados de interesse militar serão processados e julgados pelo Conselho Permanente de Justiça das Auditorias com jurisdição no território em que estiver localizado o estabelecimento. § 1° Nos estabelecimentos fabris de que trata o presente artigo, as partes de ausência serão apresentadas pelo encarregado do pessoal, ou chefe da oficina ou de outro departamento, sob cujas ordens imediatas servir o acusado. Art. 3° O disposto no art. 2° deste Decreto-lei aplicasse igualmente a quaisquer empregados de estabelecimento civil, considerado de interesse militar, reservistas ou não, continuando a vigorar, porém, quanto aos demais aspectos da relação de emprego, os preceitos da legislação do trabalho, desde que sua aplicação não contrarie o estatuído nesse artigo. Art. 1° Fica revogado o Decreto-lei n° 4.937, de 9 de novembro de 1942, que define a condição de interesse dos estabelecimentos fabris necessários à indústria bélica do país.
Decreto-Lei N° 7.291, de 1°/02/1945	Dá nova redação ao art. 3° do Decreto-Lei n.° 4.937, de 9/11/1942.	
Decreto-Lei N° 8.327, de 10/12/1945	Revoga o Decreto-Lei n° 4.937, de 1942 e dá outras providências.	

Quadro 5 – Legislação de Guerra e Condições de Trabalho na CSBM – Anos 1940

Fonte: Elaborado pelo Autor, 2016.

Essas condições de trabalho estão descritas por um ex-funcionário da empresa o qual descarta quaisquer benefícios existentes da condição de “reservista”, assim nomeado pelos órgãos de governo.

“E fizemos trilhos também de seis e nove quilos. Fizemos uma experiência, e foi só uma vez, fizemos material para fuzil da fábrica de Itajubá, acho que eles faziam gatilhos, mira. Eram produtos difíceis, por exemplo: para fazer aquilo dariam 7 ou 8 toneladas por dia ou por turno. Aquilo não era coisa para aquele tipo de laminador. [...] Você não podia sair da empresa, a empresa foi considerada como mobilizada. Não me lembro bem, creio que era mobilização econômica ou esforço de guerra. Então o operário não podia sair da empresa. Não recebemos nada por causa disso, nem mesmo na aposentadoria. Não sei como, mas nós éramos convocados e não podíamos sair da usina. Tínhamos a produção normal com laminados e material para granada”²⁴².

As garantias de trabalho se mostravam idênticas àquelas existentes antes da cooptação da empresa pelo Estado Nacional, sendo que o trabalho, muitas vezes, se apresentava superior às condições anteriormente existentes à legislação. As questões relativas às condições de trabalho se justificavam em dois pontos centrais, os quais eram apresentados por empregados e empregadores.

Para os primeiros o principal argumento residia em se instituir aumentos periódicos de salários que sobrepujassem as perdas decorrentes da desvalorização monetária, além das garantias trabalhistas deles decorrentes em função de condições de trabalho – insalubridade, periculosidade – e horários de trabalho, principalmente período noturno. Para os empregadores, as questões se vinculavam, conforme a própria legislação, às questões de assiduidade do corpo de trabalhadores, a partir das quais se determinava os aumentos salariais e as garantias do trabalho.

Para essa relação, observa-se no período denominado esforço de guerra”, que as relações de trabalho são levadas às instâncias judiciais, até então pontuais para resolução de uma situação organizacional, a qual refere-se ao período entre 1942-1944 e que é levada a tramite final somente no início dos anos 50.

²⁴² Centro de Memória da Fundação ArcelorMittal Brasil – Projeto Memória & Identidade (M&I) – Depoimento 028.

“MINISTÉRIO DO TRABALHO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO – EXPEDIENTE DO GABINETE DO MINISTRO – Nº 610.176 – (D. 19-5) – Sindicato dos Trabalhadores Metalúrgicos de Sabará e Rio Piracicaba. – Parecer: - 1. Versa o presente processo sobre destinação a ser dada ao montante das multas impostas aos operários da Cia. Belgo-Mineira, no período de guerra, em razão do disposto na alínea c do art. 2.º do Decreto-lei número 4.937, de 9 de novembro de 1942. Pretende a empresa, ao que se vê do ofício de filhas 4, do M.T.I.C. 610.176, adquirir ações de uma companhia industrial de primeira ordem, gravando-as com a cláusula da inalienabilidade, e que seriam entregues às três Caixas beneficentes dos empregados dos seus diversos ramos de atividade. Por sua vez, o Sindicato dos Trabalhadores Metalúrgicos de Sabará, que congrega uma parte dos auxiliares na Companhia, pleiteia que seja destinada à sua própria Caixa Beneficente a totalidade das importâncias recolhidas, que ascende, aproximadamente, a cem mil cruzeiros. [...] Em face do exposto, sugerimos seja esclarecido à Delegacia Regional do Trabalho, em Minas Gerais, que informe à empresa que não há impedimento legal a que dê às importâncias de multas que arrecadou a destinação que pretende, dando-se, igualmente ciência dessa resposta ao sindicato interessado – Em 23 de abril de 1951”²⁴³.

Dessa maneira, determinavam-se não somente as condições de produção, como de trabalho, pois a legislação trabalhista se caracterizava por haver sido construída no âmbito governamental sob influências de interesses empresariais e internacionais, sejam para garantir sistemas produtivos de produção ou condições de trabalho que inibissem movimentos operários. A partir de tais estruturas estavam configuradas as relações empregadores-empregados em que se tinha, por parte da imprensa operária, uma desconfiança quanto às questões das condições de trabalho existentes nas empresas. Mesmo na Companhia Siderúrgica Belgo-Mineira, onde se apresentavam condições de cooperação entre trabalhadores e empresa, circulavam notícias que determinavam um olhar crítico aos laços existentes entre as partes, em que “os [funcionários] mais esclarecidos aconselham os companheiros a ajudarem a Comissão de Salários fundando na empresa boas subcomissões de salários, apoiadas por todos, chefiados pelos trabalhadores de mais fibra”²⁴⁴.

O “Jornal do Povo”, que circulava a partir de uma linha editorial de esquerda, refletia a situação mundial com a polarização política, própria às décadas de 1950/60 o que determinou uma reconstrução do movimento operário brasileiro, até então definido pelos

²⁴³ Diário Oficial da União, p. 7979, 23/05/1951.

²⁴⁴ Jornal do Povo, 20/06/1948, p. 10.

movimentos sociais e religiosos, porém desarticulado pelo crescimento capitalista brasileiro e global. Outro fator que definiu essa situação refere-se às questões políticas brasileiras, com a cassação do registro do Partido Comunista do Brasil (PCB) e sua atuação considerada ilegal.

Observa-se assim, uma dissonância entre os movimentos de aproximação entre empregadores e empregados, promovidos, por exemplo, pela CSBM, e a luta operária existente em outras categorias como ferroviários, a Força e Luz de Minas Gerais (de Juiz de Fora, Minas Gerais), os mineiros de Conselheiro Lafaiete e Congonhas do Campo, e mesmo metalúrgicos de uma região próxima a Sabará, em Nova Lima, trabalhadores da mina de Morro Velho, em Minas Gerais.

Uma das preocupações com relação às condições de trabalho estava por vezes determinada nas publicações oficiais, com a publicação das Convenções Coletivas de Trabalho e acordos com as diversas classes de trabalhadores.

“Dia 14 (aditamento) - N° 265.639 (P. 93–(11) (A.621.32) (D.25-4) - Companhia Siderúrgica Belgo Mineira, com sede em Sabará, Estado de Minas Gerais, pleiteando redução do horário de alimentação de alguns de seus operários. – De acordo com os parecer [SIC] da Divisão de higiene e Segurança do Trabalho, submeto o presente a consideração do Exmo. Sr. Ministro, com proposta de deferimento do pedido de fls. 2, relativamente aos operários laminadores, autorizando-se a redução do intervalo da refeição e repouso para 30 minutos, nos termos do parágrafo 3.º do art. 71 da Consolidação das Leis do Trabalho, considerado, não só, ter a empresa preenchido as exigências do mesmo parágrafo – instalação de refeitórios, devidamente aprovados pelo Serviço de Alimentação e Previdência Social – como, também, a própria natureza do serviço, pela sua penosidade, exigir um repouso de 30 minutos, após cada 30 minutos de trabalho, e atendendo, ainda, que a exata observância do intervalo de uma hora iria determinar um período de trabalho também de 60 minutos, o que é inteiramente desaconselhável, dada a atenção absoluta exigida pelo serviço, no qual o menor descuido poderá ocasionar acidentes graves para o trabalhador. – J. de Segadas Viana, Diretor Geral do Departamento Nacional do Trabalho. Aprovo. – Alexandre Marcondes Filho”²⁴⁵.

A mobilização operária e o fortalecimento dos Sindicatos e das representações dos trabalhadores contam com o apoio de parlamentares ligados à esquerda, os quais se veem representados por um deputado estadual em Minas Gerais que se coloca de maneira aliada aos trabalhadores e ex-funcionários da Companhia na busca por melhores condições de

²⁴⁵ Diário Oficial da União, 7633, 27/04/1945.

trabalho e reversão de algumas ações da empresa. Tal situação decorreu das negociações ocorridas na Companhia ao final da década de 1940 e a possibilidade de surgimento de movimentos grevistas por melhoria das condições de trabalho a partir da mobilização de trabalhadores.

Em resposta à negativa da empresa, o representante estadual levou à cabo a estratégia de mobilização da representação publica por meio de discursos na Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais.

“Há tempos venho, da tribuna desta Assembléia, demonstrando, denunciando as falhas e ineficiências da Belgo Mineira, quanto ao pagamento de salários aos seus operários e à expulsão de seus trabalhadores das terras de que ela tem contrato.

Sei que a Belgo Mineira manda sempre fazer publicações pelos jornais, a fim de abafar as minhas palavras, relativamente às reclamações dos trabalhadores, conseguindo, para isso, atestados e outros documentos.

Há tempo tive ocasião de oferecer à Belgo Mineira condições para entrar em entendimentos entre operários e patrões daquela Companhia, dentre as quais [...] conceder aumento de salários pleiteado pelo Sindicato dos Metalúrgicos de Sabará e Rio Piracicaba, pedidos na sede do escritório da Companhia, nesta Capital [Belo Horizonte], na Quinta Feira Santa, última, em companhia do Prefeito de Sabará. [...] a Companhia não se dignou de responder”²⁴⁶.

Desenvolvem-se assim, nos impasses criados e nas divergências atribuídas às representações patronais e sindicais, mediadas pelo poder público, os acordos coletivos na década de 1950. Sua resolução encontra-se inscrita nos órgãos oficiais da imprensa e definem, dentre outros termos, questões e condições de trabalho, mas igualmente relações sociais ainda oferecidas pelos empregadores e sindicatos.

Percebe-se, entretanto, uma mudança de foco das políticas da empresa ao final dos anos 50, quando se integram aos preceitos da legislação trabalhista as práticas de gestão do trabalho que buscam desenvolver as questões relativas à segurança e qualidade de vida no trabalho, e cujo cálculo das alterações no custo de vida a partir de reajustes que se baseiam em percentuais definidos previamente, sejam eles: Alimentação — 62%; Vestuário — 22%; Higiene — 8% = 100%; Habitação — 5%; Transporte — 3%.

²⁴⁶ RENNÓ, p. 153, 1952. (Discurso pronunciado pelo Deputado José Remuzatd Rennó, do Partido Trabalhista Brasileiro – PTB, na Assembleia Legislativa de Minas Gerais em 27 de agosto de 1948 e publicado pelo Diário da Assembleia em 8 de agosto de 1948).

“MINISTÉRIO DO TRABALHO - INDÚSTRIA E COMÉRCIO - GABINETE DO MINISTRO – expediente do gabinete do ministro - N.º 106.815-57 (D.13.2) — Termo de acordo entre o Sindicato dos Trabalhadores Metalúrgicos de Sabará e a Companhia Siderúrgica Belga Mineira.

Entre o Sindicato dos Trabalhadores Metalúrgicos de Sabará e a Companhia Siderúrgica Belga Mineira, por seus representantes abaixo assinados, fica justo e combinado o seguinte: 1 — A Companhia concorda em conceder um aumento geral de salário a todos os trabalhadores horistas da Usina de Siderúrgica, aumento este que será de 60% (sessenta por cento) sobre os salários em vigor em julho de 1954. [...] Ficam plenamente ratificadas todas as demais cláusulas e condições do acordo firmado em 8 de novembro de 1956, que não colidirem com as presentes alterações. Sabará, 25 de novembro de 1956”²⁴⁷.

Observa-se assim, um largo prazo de execução para a resolução das ações judiciais, uma vez que se observa a base salarial utilizada para a negociação com referência a julho de 1954 e a definição do acordo em novembro de 1956, consideradas as majorações definidas para o salário mínimo (vide Anexo 8).

Além das condições salariais, observa-se para o período um direcionamento de ações referentes às condições de trabalho, em que se tem uma preocupação quanto à higiene e segurança do trabalho. Uma delas refere-se à criação de dependências próprias para os trabalhadores que se destinavam à higiene pessoal e troca de vestimentas por uniformes. Os horários dos vestiários da Companhia para uso dos empregados se adequavam aos turnos dos grupos de trabalho nas dependências das Usinas. Para reger o usufruto das dependências a empresa determinava algumas normas e por vezes destinava à comunicação interna algumas observações referentes ao uso dos vestiários e a necessidade de adequação das ações dos empregados à manutenção e preservação das dependências.

“Inauguracao/Vestº. – Dando ciência aos interessados de que o novo Vestiário entrará em funcionamento sexta-feira, dia 7 do corrente, solicitamos senhores Chefes de Serviço despertarem a atenção de todos os empregados para o seguinte:

- a) cada um deverá ter seu armário individual fechado com cadeado;
- b) o Vestiário será aberto meia hora antes dos apitos que determinam troca de turno e fechado uma hora depois dos mesmos;
- c) somente em casos devidamente justificados, os encarregados da conservação do Vestiário atenderão fora dos horários acima estipulados;

²⁴⁷ Diário Oficial da União, p. 3472-3, 14/02/1957.

d) cada empregado deverá dispensar sempre o máximo cuidado e colaboração para que sejam mantidos na mais completa ordem a boa aparência e o perfeito estado das instalações;

e) a permanência no Vestiário deverá se restringir ao tempo preciso para troca de roupas e higienização, pois o atraso desnecessário, com a conseqüente formação de grupos de conversa, prejudicará sem dúvida a boa ordem desejada”²⁴⁸.

“Instalações Vestiário – A rêde de esgôto das latrinas deste Vestiário não foi construída para receber estôpa no lugar de papel higiênico. No interêsse geral e em benefício de cada um, estas instalações devem funcionar bem e isto não será possível com o uso da estôpa, definitivamente proibido. Procurem deixar estas instalações no estado em que gostariam de encontra-las”²⁴⁹.

“Vestiário – Nota-se que diversos armários do Vestiário estão estragados e isto porque os próprios operários que deles se utilizam, por falta de chave, arrombam as portas dos armários para retirar suas roupas. No interêsse de manter em boa ordem as instalações destinadas ao pessoal, vimos lembrar a todos que tal atitude vem prejudicar êste desejo, dificultando mesmo a disciplina que deve ser observada pelos frequentadores do Vestiário. Estamos certos de podermos contar com a colaboração de todos para, em nosso mútuo interêsse, poder oferecer a boa conservação das instalações”²⁵⁰.

Para além das instalações, também se destaca uma transformação da empresa em publicizar suas ações de higiene e segurança do trabalho a partir das políticas federais para reconhecimento das atividades das organizações industriais orientadas à saúde do trabalhador. Assim, a Companhia recebe condecorações relativas às preocupações com a mão de obra, conforme destacado nas comunicações internas e nas próprias políticas governamentais presentes no Diário Oficial da União.

“Reunião Cipa – Pela presente, de ordem do Snr. Superintendente, convido os membros da Comissão Interna de Prevenção de Acidentes da usina de Siderúrgica, abaixo relacionados, para participarem da reunião que será realizada, hoje, dia 28, às 17 horas, na Sala de Reuniões do Escritório de Siderúrgica. Contando com o comparecimento de todos à sessão, subscrevo-me atentiosamente – (secretário)”²⁵¹.

²⁴⁸ Notas de Serviço, Livro nº 1, 1952-1965, NS 1142, 5-11-58, fl. 17v.

²⁴⁹ Notas de Serviço, Livro nº 1, 1952-1965, NS 1148, 16-12-58, fl. 18v.

²⁵⁰ Notas de Serviço, Livro nº 1, 1952-1965, NS 1206, 12-6-59, fl. 26v.

²⁵¹ Notas de Serviço, Livro nº 1, 1952-1965, NS 1122, 28-7-58, fl. 15.

“Divisão de Higiêne e Segurança do Trabalho – Ata das reuniões da Comissão Adjudicadora de Diplomas e Medalhas de Mérito, da XI Semana de Prevenção de Acidentes do Trabalho, a realizar-se de 24 a 29 de novembro de 1958.

Em obediência ao que determina a Portaria n.9 9, da Divisão de Higiene e Segurança do Trabalho, reuniu-se no Gabinete do Diretor desta, a Comissão composta dos Senhores Doutor Milton Fernandes Pereira, Chefe da Seção de Segurança do Trabalho e Presidente da referida Comissão, Doutor Abelardo Bastos Tavares, Chefe da Seção de Higiene do Trabalho e Engenheiro Victor Hugo Mendes da Costa, Chefe do Setor Cipa, da S. S. T.

A Comissão reuniu-se nos dias 5, 7 e 14 de novembro do ano de 1958 e examinou os expedientes remetidos pelas Delegacias Regionais do Traablho [SIC], e pelas fontes interessadas tendo chegado ao seguinte resultado:

Para Menção Honrosa no Grau de Pioneiro e Medalha de Mérito na Segurança do Trabalho: [...] Minas Gerais [...] Pessoas Jurídicas [...] Cipa da "Cia. Siderúrgica Belgo-Mineira" (Usina de Monlevade)”²⁵².

Observa-se que a transição dos anos 1950/1960 determina à organização uma descentralização das atividades sociais, então nomeadas “paternalismo social”, dentre elas as atividades ligadas à saúde cuja gestão passa a ser intermediária com o atendimento em policlínicas e posteriormente é exercida pela Associação Beneficente dos Empregados da Belgo – ABEB que desenvolveu atividades de prevenção e de assistência à saúde dos empregados da empresa, além de ações internas, ampliadas em meados da década de 70.

“A partir de 1971, a medicina assistencial passou a ser prestada pela ABEB – Associação Beneficente dos Empregados da Belgo. Na época de sua fundação, a ABEB contava com 215 sócios e atendia os empregados do Escritório Central da Companhia, onde começou suas atividades. [...] Ainda na década de 1970, a ABEB se expandiu, inaugurando centros clínicos em Sabará (1975), Monlevade (1976) e Contagem (1977). Sempre se preocupando com a medicina e odontologia preventivas oferece, desde a sua fundação, atendimentos médicos, hospitalares, odontológicos, raios-X, farmacêuticos, de ambulatório e exames, além de promover continuamente cursos e programas de educação para a saúde”²⁵³.

Em paralelo, na década de 1960 apresentam-se fortalecidos os movimentos sindicais e a organização dos trabalhadores, de tal maneira que as mudanças nos processos de gestão da empresa, que se transformam e se deslocam para questões relacionadas à segurança do trabalho e condições de trabalho. Como exemplo, tem-se a formação e fortalecimento da

²⁵² Diário Oficial da União, p. 21983, 15/10/1959.

²⁵³ Belgo-Mineira Arcelor, Boletim Eletrônico Memória Belgo, a. I, n. 12, 10/10/2003.

representação sindical dos metalúrgicos na cidade de Joao Monlevade onde se encontra a maior unidade industrial da Companhia. Fundado em maio de 1952, o Sindicato dos Trabalhadores Metalúrgicos de João Monlevade, que viria substituir a delegacia regional e sindical do Sindicato dos Trabalhadores Metalúrgicos de Sabará, se desenvolveu de maneira rápida, devido à expansão da empresa e do grande número de trabalhadores pertencentes à Usina Barbanson.

As relações desenvolvidas entre Sindicato e Companhia se pautavam por encaminhamentos e discursos reivindicatórios das partes – empregadores e empregados – que se estabeleceram com a formação dos grupos de trabalho e de discussão das atividades profissionais no âmbito da empresa. Tal comportamento está apresentado nos discursos de posse das diretorias sindicais e expressos nos meios de comunicação da empresa.

“[...] reunindo 2.920 associados, o Sindicato dos Trabalhadores Metalúrgicos de João Monlevade é uma das mais poderosas e atuantes entidades sindicais do Estado... Trazemos pois a súmula das atividades da entidade, cuja diretoria tem-se empenhado no exame dos problemas comuns, procurando ainda dar ampla assistência social aos seus associados, através do seguro coletivo e das demais formas de assistência”²⁵⁴.

“[...] em solenidade de grande significação, empossou-se a 28 de março último em Monlevade a nova diretoria do Sindicato dos Metalúrgicos de Rio Piracicaba [...] em seu discurso [Fausto Godoy da Mata Machado, diretor do Serviço Social de Monlevade], recordou o orador que é propósito permanente da Companhia assegurar sempre um clima de cordialidade e pleno entendimento nas suas relações com os empregados, através das suas respectivas entidades de classe”²⁵⁵.

“[...] antes de terminar a reunião, o Dr. Scharlé agradeceu a presença dos diretores do Sindicato de Rio Piracicaba, acentuando o seu desejo de repetir, no futuro, reuniões idênticas, pois está convencida a Companhia de que, através de contatos freqüentes, diretos, francos e leais, poderá manter para sempre o clima de entendimento e mútua compreensão que reina nas relações com os seus colaboradores”²⁵⁶.

²⁵⁴ Periódico “O Pioneiro”, ano I, p. 1, fev/1955.

²⁵⁵ Periódico “O Pioneiro”, ano I, n.º 9, p. 6, abr/1955.

²⁵⁶ Periódico “O Pioneiro”, ano I, p. 1, ago/1955.

Esse fortalecimento dos movimentos sindicais determinou à companhia novos parâmetros de negociação com as categorias, principalmente os metalúrgicos, que reivindicavam níveis de isonomia salarial, condições de trabalho, garantias sociais e demais elementos demais fatores de ação coletiva.

“[...] reunião entre o presidente do Sindicato dos Metalúrgicos do Rio Piracicaba, a Direção Geral da Companhia – as medidas adotadas: “estender a todas as seções da usina, ainda não beneficiadas, os novos prêmios de produção e incentivo já parcialmente em vigor, com efeito retroativo, a partir de 1º de julho último; autorizar a aplicação, nos fornos-de-aço, da escala de revezamento adotada nos Altos-Fornos, medida essa a ser iniciada tão logo seja selecionado o pessoal indispensável; adotar, no cálculo de qualquer gratificação futura, o critério de antiguidade juntamente com o de assiduidade; conceder aos trabalhadores da Carpintaria um auxílio anual para as despesas com ferramentas. [...] outros benefícios para a comunidade trabalhadora de Monlevade foram ainda assentados durante a reunião ou em consequência dela, mediante estudos e entendimentos posteriores. Assim, aceitou a Companhia o pedido do Sindicato no sentido de reduzir para 130 o atual índice do salário médio. Depois, atendendo às sugestões do Delegado Regional do Trabalho... que, desde o início dos entendimentos da Companhia com o Sindicato, demonstrara o maior interesse na pronta solução de todas as questões examinadas, resolveu ainda a Belgo-Mineira abrir mão da diferença existente entre os índices de salário e os de custo de vida, aceitando, em consequência, para o mês de julho, a igualdade de ambos os índices”²⁵⁷.

Essa necessidade de debates acerca das condições de trabalho e de busca por garantias sociais relacionadas à vida do trabalho passa a pautar as relações entre empresa, trabalhadores e sociedade o que determina, juntamente às condições políticas e econômicas do período, uma dissociação da organização às atividades sociais e comunitárias de maneira gradual.

A necessidade em diferenciar políticas do Estado e papel das empresas a partir do fim das ações protecionistas e paternalistas da Companhia encontra-se determinada por uma diferenciação entre a ação social do estado, com as atividades de infraestrutura e bem-estar social definidas nos planos governamentais, e as atividades da empresa, relacionadas às questões mercadológicas e econômicas.

²⁵⁷ Periódico “O Pioneiro”, ano I, nº 16, p. 1, ago/1955.

Os resultados das políticas de afirmação social e de diferenciação para as ações da Companhia levam à resolução em se constituir o município de Joao Monlevade e desvinculá-lo administrativamente de Rio Piracicaba leva à condução de um processo de repasse das ações sociais de infraestrutura e de gestão de equipamentos sociais ocorrido no processo de instalação da gestão pública, em maio de 1964.

“Com a emancipação de Monlevade, uma nova situação foi criada para a próspera localidade do Vale do Piracicaba. Até o ano passado, Monlevade existiu praticamente em função da Belgo-Mineira, que construiu em torno da Usina a grande cidade, com todos os seus melhoramentos e benfeitorias. Já agora, porém, a criação do Município abre novas perspectivas, não apenas de ordem política, mas também social, econômica e mesmo sociológica. Ao governo municipal incumbirá tarefas de direto e profundo interesse da comunidade local, as quais, certamente, deverão recair também sobre o executivo Estadual”²⁵⁸.

Constitui-se assim o processo de transição das atividades de gestão social da Companhia para a esfera pública, o que determina uma transição da fase assistencialista da empresa, com ações de infraestrutura e instalação de equipamentos urbanos de cunho comunitário para um processo de centralização das atividades de gestão em função de variáveis relacionadas à competitividade nacional e internacional, à melhoria da qualidade e centrado nas atividades laborais com foco na higiene, saúde e condições de trabalho dos funcionários.

²⁵⁸ Periódico “O Pioneiro”, ano X, n° 160, p. 1, mar/1965.

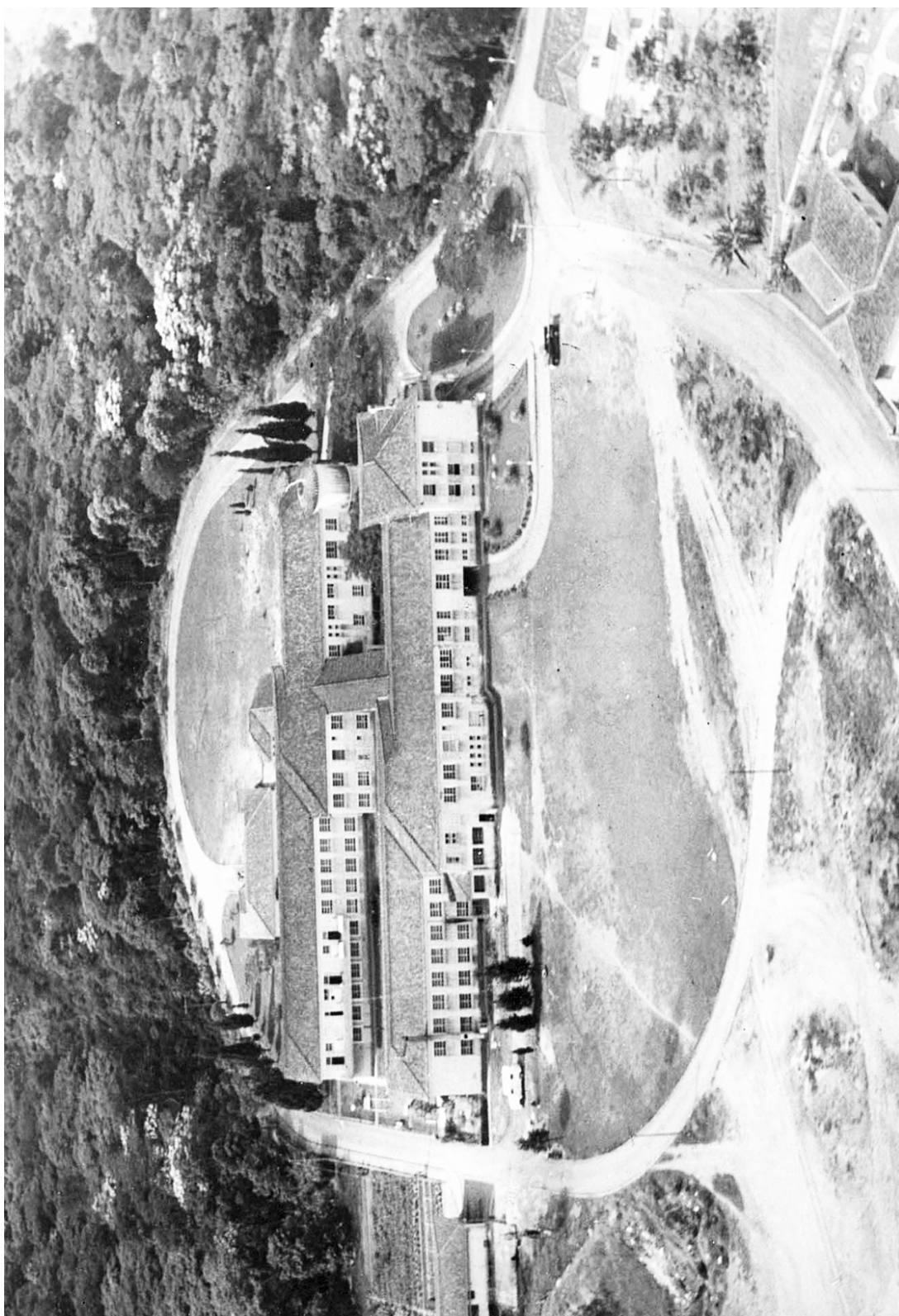


Figura 29 – Hospital Margarida, João Monlevade.

Fonte: Acervo do Centro de Memória da Fundação ArcelorMittal Brasil, s/d.

8.5. EMPRESA, EDUCAÇÃO E CIDADANIA

Desde o início das atividades da Companhia, nos anos 20 do século passado, os empreendedores perceberam a necessidade de formação de mão-de-obra técnica e especializada no campo de conhecimento da siderurgia e metalurgia. A falta de um sistema educacional preparado para os setores técnicos levou a empresa a contratar profissionais estrangeiros para suas atividades, bem como formar e treinar pessoal nativo e de várias regiões de Minas e do Brasil que se deslocavam para trabalhar em suas atividades.

Como exemplo dessa pluralidade de nacionalidades, observa-se abaixo as diversas origens de trabalhadores qualificados, nível técnico e superior, da Companhia, em que se tem, em sua maioria, engenheiros, economistas e técnicos que estiveram presentes nos quadros de pessoal da empresa. (Gráfico 7)

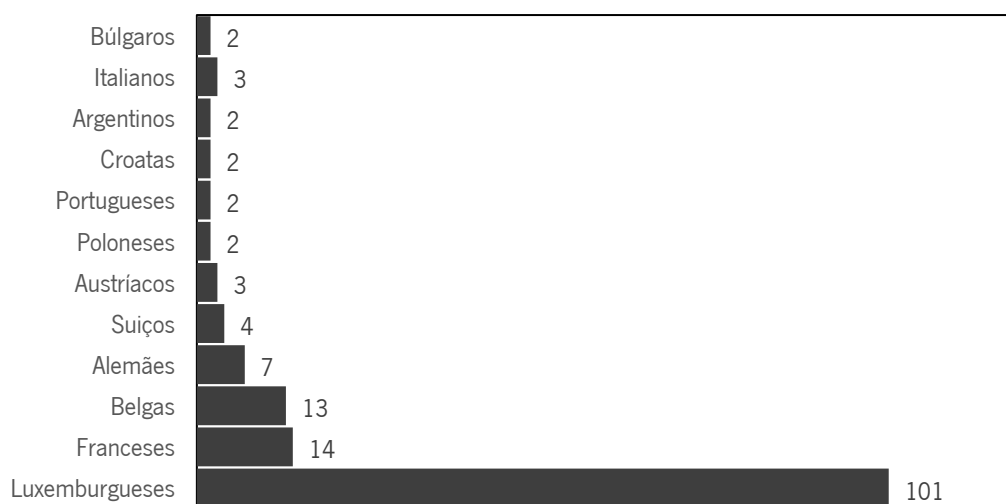


Gráfico 7 – Funcionários estrangeiros – Nível Superior e Técnico

Fonte: Adaptado de Moyen, 2007, p. 198-209.

Em contrapartida, durante o período de desenvolvimento da empresa, tem-se um elevado número de trabalhadores de nível operacional os quais não possuem quaisquer experiências de exercício das atividades de siderurgia e mineração. Com isso, torna-se necessário à empresa o investimento no pessoal, bem como um treinamento em setores complementares à atividade-fim da empresa, como a prestação dos serviços de infraestrutura e atividades complementares ao funcionamento do negócio.

“Possue a empresa 4.014 empregados. Isto significa que pelo menos uma população de 20.070 pessoas vive sob sua dependência. A sua população operária é assim de grande significado, e localizada no centro de um estado não industrial, como é Minas Gerais, onde dominam as atividades do campo. A transformação desses camponeses em hábeis operários de uma das indústrias mais complexas e especializadas foi, por certo, um serviço de educação profissional executado com toda a eficiência. Eles se distribuem pelas oficinas, estão em torno dos alto fornos, realizam a mineração, trabalham nas fainas das usinas geradoras de eletricidade, especializam-se no serviço de águas, tração, laboratório, serraria, etc”²⁵⁹.

“É uma continuidade de pessoas ligadas à metalurgia e à parte social na diretoria. Quando eu entrei os chefes eram quase leigos, mas tinham bom coração. Eu era menino e fazia os apontamentos (relatórios) porque os superiores não sabiam escrever; vinham da roça e não tinham condição de aprendizado. A Belgo deu muita força. A construção de Monlevade foi um marco para a empresa. A cúpula era estrangeira, porém os que trabalhavam eram brasileiros, transferidos de Sabará para Monlevade (Sabará exportou técnicos ainda para São Paulo e Volta Redonda). Foi uma época auspiciosa”²⁶⁰.

A manutenção e colaboração de um sistema educacional compreendeu, em continuidade, um dos focos de atuação da Companhia durante as décadas de 1940/60. Tanto nas cidades em que se localizavam as Usinas – Sabará e João Monlevade – quanto em outras localidades em que mantinham áreas não produtivas como regiões de reflorestamento e produção de carvão. A empresa apresentou ao longo dos anos uma preocupação quanto à formação educacional e profissional de seus empregados e de seus familiares. (Figura 30)

“[...] cuida-se com carinho do ensino técnico profissional em Monlevade. A juventude trabalhadora da “Cidade do Aço” encontra recursos nos modernos processos tecnológicos para aprimoramento de suas tendências profissionais ou técnicas. A Escola Profissional ali mantida pela CSBM oferece aos visitantes aspectos positivos de uma obra singular e meritória. Em suas amplas salas, adentra-se para as batalhas do futuro esperançosa juventude. Em ambiente sadio, fornecido pela vigência de métodos pedagógicos recomendáveis, prepara-se a nova geração, incumbida de continuar no tempo a obra pioneira dos dedicados servidores da empresa, de manter vivas as trações de capacidade e produtividade dos trabalhadores que forjam com seu esforço a grandeza econômica de Minas e do Brasil. Fundada em 1942 pela Cia. Siderúrgica Belgo-Mineira, a Escola Profissional tem desenvolvido um grande trabalho na formação de valores novos, imediatamente aproveitados nos diversos misteres que constituem o centro de atividades da modelar usina”²⁶¹.

²⁵⁹ Revista do Comércio, p. 58, mar/1946.

²⁶⁰ Acervo do Centro de Memória da Fundação ArcelorMittal Brasil – Projeto Memória & Identidade (M&I) – Depoimento 021.

²⁶¹ Periódico “O Pioneiro”, ano I, n. 5, p. 1, fev/1955.

“[...] extraordinária ampliação do sistema escolar da CSBM – quase 5 mil alunos matriculados nos grupos de Monlevade e Siderúrgica. Em Monlevade a Cia. mantém três grupos escolares e está edificando mais um, o Ginásio Monlevade e a Escola Profissional; em Siderúrgica construiu o Grupo Escolar “Cristiano Guimarães” e subvenciona o Ginásio “Santa Rita”, nas regiões de carvão mantém diversas escolas primárias para a população rural”²⁶².



Figura 30 – Escola Profissional – Tipografia, João Monlevade, s/d.
Fonte: Acervo do Centro de Memória da Fundação ArcelorMittal Brasil, 2016.

A atuação da Companhia quanto à educação pode ser observada em algumas notas de serviço divulgadas no âmbito da organização em que se tem, no início dos anos 50, alguns exemplos de interesse, como a oferta de bolsas de estudos para projetadores e desenhistas de máquinas (NS 565, de 29-8-52) e abertura de inscrições para cursos técnicos (NS 584, de 26-11-52), ambos pelo SENAI, com quem mantinha estreita relação, bem como a designação da diretoria do grupo mantido pela organização, para cujo cargo foi nomeada a Sra. Ordália Pinto. (NS 566, de 1-19-52). (CSBM, 1952)

²⁶² Periódico “O Pioneiro”, ano V, n.º 99, p. 8, fev/1960.

A empresa constituiu uma entidade para apoio às atividades de educação, a Fundação Félix Chomé, criada em 1955, a partir da qual a organização proporcionou aos empregados e suas familiares possibilidades de desenvolvimento educacional e profissional, por meio da oferta de bolsas de estudos aos empregados de suas unidades produtivas. A Fundação privilegiava entre suas ações, a distribuição das bolsas àqueles em situação carente para a realização de estudos desde o ensino técnico fundamental aos cursos de pós-graduação.

“Na área de apoio educacional também tem destaque a Fundação Félix Chomé, criada em 1955. Chomé era presidente da ARBED em 1953 quando, em visita a Minas Gerais, decidiu doar as ações da Belgo que possuía para que se criasse uma fundação destinada a prestar assistência aos funcionários da empresa e seus familiares, especialmente no setor de formação profissional. Desde então, a Fundação Félix Chomé cede bolsas de estudo para escolas formais, profissionalizantes e aperfeiçoamento em universidades”²⁶³.

“[A Fundação Félix Chomé visa] contribuir, decisivamente, para a formação de uma juventude operaria altamente instruída e capacitada a ocupar os postos mais qualificados do trabalho industrial. Para esse fim, a Fundação instituiu uma série de bolsas que se destinam a financiar os estudos de empregados da Belgo-Mineira e empresas associadas e de seus filhos, estudos esses que vão desde os cursos profissionais ou de nível acima dos cursos primários obrigatórios até os cursos de habilitação e especialização eventualmente feitos em universidades”²⁶⁴.

“Bolsa de estudos – O Sindicato da Indústria do Ferro de Minas Gerais resolveu conceder oportunidade de se matricular em no “Curso Técnico de Mineração e Metalurgia”, anexo à escola de Minas de Ouro Preto, jovens empregados ou filhos de empregados da CSBM, através de bolsas de estudos que serão custeadas por esse Sindicato. Os empregados cujos filhos forem candidatos à bolsa de estudos, devem contar mais dois anos de trabalho na Empresa. As bolsas de estudos se destinam ao custeio da manutenção de jovens na cidade de Ouro Preto, durante o período do curso ministrado. O candidato à bolsa deverá ter concluído o Curso Ginásial, Comercial Básico, Industrial Básico ou Aprendizagem Industrial. Os interessados poderão procurar o Escritório para obterem outros esclarecimentos que desejarem, a-fim de promoverem sua inscrição dentre destes próximos dias, já que, improrrogavelmente encerrará em 20 de janeiro o prazo para inscrição concedido pelo Sindicato da Indústria do Ferro, no Estado de Minas Gerais”²⁶⁵.

²⁶³ Belgo-Mineira Arcelor, Boletim Eletrônico Memória Belgo, a. I, n. 5, 03/07/2003.

²⁶⁴ Periódico “O Pioneiro”, ano I, n.º 10, p. 6, mai/1955.

²⁶⁵ Notas de Serviço, Livro n.º 1, 1952-1965, NS 1161, 8-1-59, fls. 20-20v.

“Bolsas de Estudos – Inscrição Cursos Técnicos Ouro Preto/Belo Horizonte (Bolsa de estudos do Sindicato da Indústria do Ferro ou Fundação Felix Chomé) – os empregados ou filhos de empregados que desejarem se candidatar aos exames vestibulares dos cursos técnicos do Ouro Preto ou Belo Horizonte, deverão fazer suas inscrições no Escritório de Correspondência desta Usina até sábado próximo, dia 23, pois dentro de poucos dias serão convocados para exame de seleção a realizar-se em João Monlevade”²⁶⁶.

Um programa de formação profissional e educacional junto às comunidades atendidas pela empresa buscava oferecer à população estudantil da ‘Família Belgo’ oportunidades de inserção nos ciclos de formação educacional e qualificar trabalhadores presentes e futuros. A concentração de esforços estratégicos nos aspectos produtivos (gestão e qualidade) a partir da década de 60, tornou-se uma das formas de atuação que se seguiram ao modelo de governança em transição e determinou uma continuidade de investimento em educação.

A centralidade da empresa na determinação das atividades de formação foi passada ao sistema integrado de Serviço Social da Indústria – SESI, por meio do Serviço Nacional da Indústria – SENAI.

“Aprendizes – Senai

Considerando a obrigação legal de mantermos permanentemente na Escola do Senai determinado número de empregados menores como aprendizes; Considerando o elevado número de candidatos que se apresentam para disputar as poucas vagas que se abrem anualmente; Considerando a conveniência de se fazer rigorosa seleção entre os que, terminando o curso, aspiram a sua efetivação nos quadros da Usina e considerando, finalmente, que muitos jovens cursaram aquela escola sem o amparo de um emprego e, ao concluírem seus estudos, fazem insistentes apelos para se colocarem na Empresa, resolvemos estabelecer, com base na legislação em vigor, algumas instruções para admissão e demissão de aprendizes, estagiários ou portadores de carta de ofício. Nosso propósito é promover uma espécie de revesamento entre os aprendizes, de modo a que seja oferecida a mesma oportunidade a um maior número de candidatos. Para isto o “período de experiência” que iremos conceder a cada um será mais limitado. Podemos afirmar que cada caso será examinado com toda isenção e com o máximo empenho em ajudar os nossos empregados através de seus filhos, conduzindo-os a uma aprimorada formação profissional. Entretanto, não tenhamos ilusão, muitos pais terão o desgosto de verem seus filhos substituídos por outros. Não nos caberá porém nenhuma culpa.

²⁶⁶ Notas de Serviço, Livro nº 1, 1952-1965, NS 1277, 25-1-60, fl. 36v.

Culpados serão aqueles que, por negligencia, pouca aplicação, desinteresse ou má conduta, não souberem merecer a oportunidade que lhes oferecemos. O nosso objetivo é, pois, selecionar; e quem seleciona escolhe os melhores... que cada qual procure ser um destes e teremos na Usina um bom grupo de jovens aprendizes que serão os nossos melhores oficiais de amanhã. São as seguintes as instruções que regularão nesta Usina as admissões e demissões dos aprendizes do Senai: 1º) dentro da quota estabelecida para esta Companhia, o preenchimento das vagas na Escola do Senai se fará de preferência com filhos dos nossos empregados, como tem sido até então; 2º) – A falta de assiduidade aos trabalhos escolares ou de razoável aproveitamento, constituem justa causa para a dispensa do aprendiz; 3º) Sendo considerado aprendiz o empregado (~~maio~~) menor de 18 anos e maior de 14 anos, matriculado no Senai, aquele que completar a maioridade durante o curso de aprendizagem, poderá ser substituído por um menor, sem que lhe caiba direito a qualquer indenização; 4º) Terminado o curso do Senai, com a obrigação contratual do empregado aprendiz, a Companhia escolherá uma das seguintes alternativas: a) Se não houver vaga nas secções em que se praticam os ofícios relacionados com os cursos do Senai, dispensará o aprendiz, logo tenha terminado o curso; b) havendo vaga, nas condições acima indicadas, a Companhia oferecerá ao menor diplomado um período experimental de trabalho na Usina. A duração máxima deste período será de seis meses, desde que o menor não complete, antes disto a idade de 18 anos. 5º) Findo o período experimental, será estudada a possibilidade de sua efetivação nos quadros da Companhia, dependendo isto do interesse que a secção manifestar pelo aprendiz, com base na sua assiduidade, na sua aplicação, na sua conduta e, especialmente, na maneira com que se enquadra ele nas nossas normas de trabalho; 6º) O pronunciamento de cada secção acerca dos seus aprendizes deverá ser remetido ao Escritório de Ponto, pelo menos, dois meses antes de expirar o período de experiências limitado pela letra b do item 4º desta nota. Estamos certos de que a aplicação destas normas abrirá um vasto campo de possibilidades a um maior número de jovens que buscam nesta Empresa o aprimoramento de sua formação profissional²⁶⁷.

A formação profissional e a busca por mão de obra qualificada levaram a empresa, na década de 1950, a adotar o sistema de contratação de estagiários, por meio da Fundação Félix Chomé, a partir do qual determinou, assim como para os aprendizes do SENAI/SESI, alguns requisitos e resultados com relação ao aprendizado.

Comumente adotados, os relatórios de estágio passaram a ser instrumento de avaliação e contratação daqueles que buscavam aperfeiçoamento profissional nas usinas e demais estabelecimentos da Companhia.

²⁶⁷ Notas de Serviço, Livro nº 1, 1952-1965, NS 1271, 9-1-60, fls. 34v-35.

“Relatórios – estágio – Lembramos aos senhores bolsistas da Fundação Felix Chomé, atualmente em período de estágio nesta Usina, que, de conformidade com o compromisso pelos mesmos assumido perante aquela Fundação, deverão elaborar cuidadosamente seus relatórios de estágio após o término do qual serão remetidos por nosso intermédio à Fund. Felix Chomé”²⁶⁸.

Além da formação profissional proporcionada aos trabalhadores e familiares, a empresa oferecia aos funcionários possibilidades de aquisição de revistas e apostilas especializadas publicadas na área, bem como cursos de aperfeiçoamento oferecidos pela Associação Brasileira de Metalurgia (ABM) com temas de interesse voltados ao setor.

“Publicações ABM – Para conhecimento e possíveis aquisições por parte dos interessados, estamos anexando à presente uma comunicação, datada de 5 do corrente, da Associação Brasileira de Metais, com relação à venda das apostilas “Princípios Básicos de Metalurgia” de Luiz C. Corrêa da Silva, e “Aços-Carbono e Aços-Liga” de Vicente Chiaverinni”²⁶⁹.

“Curso Paul Blain – A ABM, Secção Minas Gerais, está nos comunicando que irá providenciar a publicação do “Curso de Laminação e Forjamento”, recentemente ministrado, em São Paulo, pelo Prof. Paul Blain. Como a referida Associação mandará imprimir um número exato de cópias, solicitamos aos senhores constantes da relação anexa se manifestarem sobre o seu interesse, ou não, em receber um exemplar daquela publicação, que será vendida possivelmente ao preço de Cr\$ 1.000,00 cada”²⁷⁰.

O período compreendido entre os anos 1930 a 1960 marca a vida da empresa, pois a criação da Fundação Félix Chomé e a implantação do um sólido sistema educacional se tornaram elementos de transição do sistema social constituído pela empresa em suas primeiras décadas e o período compreendido pela segunda metade do século XX em que se buscou o aperfeiçoamento da gestão e a preocupação com a qualidade e produtividade da organização.

A empresa conciliava, assim, um período dedicado às questões sociais ao novo período direcionado à gestão e aos negócios. A necessidade de mão-de-obra qualificada e especializada permitiria uma adequada formação aos empregados e aquisição de conhecimentos que seriam posteriormente aproveitados nos processos produtivos da empresa

²⁶⁸ Notas de Serviço, Livro nº 1, 1952-1965, NS 1278, 25-1-60, fl. 36v.

²⁶⁹ Notas de Serviço, Livro nº 1, 1952-1965, NS 1229, 11-8-59, fl. 29v.

²⁷⁰ Notas de Serviço, Livro nº 1, 1952-1965, NS 1315, 23-6-60, fl. 42.

e contribuiriam para atingir os resultados globais do negócio com foco na qualidade e produtividade. Paralelamente às atividades educativo-profissionais da empresa, o governo federal brasileiro desenvolveu um programa educacional, na década de 1960 que atuava como incentivador das atividades de formação educacional e profissional: o prêmio “Operário Padrão” e “Mérito em Segurança no Trabalho”.

“... ela [a Companhia] mantém uma preocupação constante com a saúde, higiene e segurança do trabalho. Apesar deste item ser hoje um pensamento dominante em todas as empresas relacionadas às atividades industriais, a CSBM antecipou a aplicação de muitas das recomendações que o Governo Federal hoje faz. Colocando toda a ênfase de seu trabalho na prevenção, a Companhia procura atuar a níveis insignificantes em matéria de acidentes de trabalho. Prova disso, é fato de, tanto ela como vários de seus empregados, serem portadores da ‘Medalha de Mérito da Segurança’”²⁷¹.

Por meio de parceria com o governo federal através da educação e do Plano Nacional de Erradicação do Analfabetismo por meio do MOBREAL – Movimento Brasileiro de Alfabetização – órgão vinculado ao Ministério de Educação e Cultura a partir do qual se buscou oferecer aos empregados condições de alfabetização.

“Uma nova experiência está começando no campo da educação rural: a Companhia Agrícola e Florestal Santa Bárbara (CAF), conjuntamente com o MOBREAL, inicia a tarefa de instruir seu pessoal analfabeto na própria área de trabalho. A localização deste experimento pioneiro em termos de alfabetização é a região de Bom Despacho... as aulas ocorrerão trinta minutos antes do horário normal de trabalho. Na hora do almoço, cada empregado cede 30 minutos de seu descanso, completando assim duas horas diárias de aulas, com o aluno e a empresa contribuindo, cada um, com a metade do tempo. A duração deste curso é de, aproximadamente, 1 semestre letivo. Ao seu final, uma avaliação dirá o valor da experiência”²⁷².

Com isso, tem-se uma formação continuada dos empregados, desde os primeiros anos do negócio da empresa que compreende a importância de buscar junto aos funcionários uma melhor qualificação e proporcionar melhores rendimentos profissionais e maiores possibilidades de entendimento dos processos produtivos e industriais da Companhia.

²⁷¹ Periódico ‘Belgo-Mineira Notícias’, ano 1, n° 8, p. 3, mar/1976.

²⁷² Periódico ‘Belgo-Mineira Notícias’, ano 2, n° 14, p. 4, set/1976.



Figura 31 – Grupo Escolar Santana, João Monlevade, Anos 1960.
Fonte: Acervo do Centro de Memória da Fundação ArcelorMittal, 2016.

8.6. EMPRESA, LAZER E SOCIEDADE

O desenvolvimento de atividades de ócio, esportes e cultura também fizeram parte das ações da Companhia ao longo da primeira metade do século XX. Durante as décadas de 1930/60, a Companhia Siderúrgica Belgo-Mineira pode ser considerada um dos pilares para a implantação e crescimento das atividades esportivas nas cidades em atuação.

Dentre as associações esportivas criadas no âmbito da empresa ou por pessoas a ela relacionadas, destaca-se o Esporte Clube Siderúrgica²⁷³, criado na década de 30, além de outros clubes da cidade – AEXAS (Associação Atlética dos Ex-Alunos do SENAI), Sparta V.C., Botafogo F.C., Farol E.C. e Montana e Cano de Ferro (futebol) – “que integram o pessoal da Companhia, muitos dos quais com projeção em todo o Estado e no País” (‘O Pioneiro’, ano I, no 3, jan/1955, pp. 05).

Em várias oportunidades, as equipes de diversas modalidades que representavam os clubes em competições esportivas se compunham pelo pessoal da empresa. Com isso, a Companhia divulgava nas comunicações a liberação dos funcionários-atletas para o exercício das atividades esportivas nos eventos aos quais encontravam-se vinculados como forma de envolver e estimular a participação dos funcionários nas diversas modalidades propostas. A empresa autorizava os funcionários-atletas a treinarem e divulgava, previamente, nomes e horários a serem cumpridos na empresa e para dedicação às atividades esportivas.

“Ausências/Serviço – Comunicamos a Vv. Ss. Que, atendendo solicitação do E. C. Siderúrgica, concordamos em permitir que os empregados abaixo se ausentem do serviço, nas seguintes datas, a-fim de participarem dos jogos eliminatórios para o “Campeonato do Interior de Voleibol”. Dias 18-19-20 e 21: Alvaro Mendes – Dias 18-19 e 20: Osvaldo Moura, Wilson Evangelista, José Geraldo Gomes, José Alico Seabra, Rubens Dias dos Anjos, Francisco Germano dos Anjos, José Luiz Magalhaes e Alberto Valério – Dias 19-20 e 21: Adão Moraes, Zildo Ferreira, Ilmo Evangelista, Gilberto Rosa, José Gregório e Alvaro Cândido”²⁷⁴.

²⁷³ O Esporte Clube Siderúrgica foi mantido pela Companhia como complemento às atividades assistenciais. Criado em 31 de maio de 1930, o clube filiou-se ao profissionalismo do futebol desde 1933, sendo campeão mineiro em 1937 e 1964. Além desta modalidade, outras eram praticadas na associação desportiva, como tênis, basquete, vôlei e atletismo que, entre as décadas de 1930/60, tinham vários de seus atletas integrados aos quadros de pessoal da Empresa.

²⁷⁴ Notas de Serviço, Livro nº 1, 1952-1965, N.S. 1119, 16-7-58, fl. 14v.

Assim, as atividades esportivas desenvolvidas e incentivadas pela Companhia se traduziam em complexos esportivos nos principais centros produtivos – Sabará e João Monlevade –, sendo que nesta cidade foi construído, inclusive, um estádio de futebol para entretenimento não somente dos funcionários e familiares, mas de toda a sociedade

“Em 15 de novembro de 1952, foi lançada a pedra fundamental do Estadio “Louis Ensck”. Esta praça de esportes, que está sendo construída numa área de 27 mil metros quadrados, terá uma capacidade de 12 mil espectadores. O conjunto constará de uma piscina olímpica medindo 50 metros de comprimento por 21 de largura, campos de futebol, vôlei e basquete, pista de atletismo, play-ground com piscina para crianças e um ginásium. Terá ainda uma séde com salão de festas, biblioteca e salas de reunião. O acesso para o estádio será por dois lados, possibilitando um rápido escoamento. Foi projetada também uma grande área destinada ao estacionamento de automóveis”²⁷⁵.

O incentivo às atividades esportivas e integração entre os funcionários das diversas unidades e cidades de atuação da Companhia, entre os anos de 1958 e 1960 proporcionou a organização e realização pela empresa promoveu das “Olimpiadas Belgo-Mineira”. Além do envolvimento dos funcionários, a organização estimulava as famílias e coletividades a participarem a partir de ações junto às suas residências, como a poda de árvores e a preocupação com a manutenção da limpeza das Vilas Operárias quando da ocasião dos jogos.

“Olimpiadas – Comunicamos a V.S. que os operários dessa secção, mencionados na relação anexa, estão autorizados a deixar o serviço no horário indicado, salvo caso de impedimento determinado pelo serviço em execução, a-fim de participarem da preparação esportiva para as competições das Olimpiadas”²⁷⁶.

“Olimpiada – Em virtude de ter a Direção Geral da Companhia determinado que aqui se realizassem mais uma vez os já tradicionais Jogos Olímpicos da CSBM (de 29 de abril a 3 de maio), permitimo-nos, conforme já o fizemos nos anos anteriores, solicitar sua valiosa cooperação no embelezamento dessa rua, promovendo com antecedência a poda das cêrcas vivas e árvores ornamentais porventura existentes na frente da sua casa bem como o possível aprimoramento do seu jardim. Outrossim, ao considerarmos que existem à frente ou ao lado de algumas residências arvores que por ser de grande porte estão deixando de representar um motivo ornamental para se constituírem em sério perigo de acidente quanto, balançadas pelo vento, possam atingir os fios de eletricidade ou mesmo serem derrubadas sôbre as casas, o que traria

²⁷⁵ Companhia Siderúrgica Belgo-Mineira, p. 47, 1953.

²⁷⁶ Notas de Serviço, Livro nº 1, 1952-1965, NS 1175, 9-3-59, fl. 22.

consequências imprevisíveis, e acrescentando ainda a circunstância de que quando frutíferas (principalmente abacateiros ou mangueiras) a queda de seus frutos sobre os telhados, com a constante quebra de telhas, traz prejuízos à própria estrutura da moradia, gostaríamos de ver tais árvores abatidas e posteriormente substituídas por outras de formação mais delicada e menos perigosa. Para a derrubada de árvores frondosas e extirpação de suas raízes que chegam a deformar calçamentos e inutilizar rês de esgoto, poderão os interessados solicitar auxílio ao nosso Escritório que determinará a execução de tais serviços sem despesa alguma para o solicitante. Confessando-nos antecipadamente agradecidos pela boa atenção que estamos certos, V.S. não deixará de dispensar ao pedido ora feito, aproveitamo-nos dêste ensejo para apresentar-lhe saudações atenciosas, firmando-nos mui atenciosamente”²⁷⁷.

“Olimpíadas – A partir desta data, todos os atletas constantes da relação anexa, deverão ser dispensados do serviço nos horários abaixo estabelecidos a-fim de participarem dos treinos para a III Olimpíada da CSBM, que serão identificados daqui por diante: Atletismo (diariamente) a partir das 14,00 horas – Futebol de Campo (diariamente) a partir das 15,00 horas – Futebol de Salão (diariamente) a partir das 15,00 – natação (de 3^a. a 6^a. feira) a partir das 14,00 horas – Tênis de Mesa (de domingo a sexta-feira) das 8,30 às 11,00 horas (quarta e sexta) das 19,00 às 21,00 horas (sábado) das 15,00 às 17,30 horas – Vôlei e Basquete (segunda à sexta) a partir das 15,00 horas (sábado) das 7,00 às 11,00 horas”²⁷⁸.

Em decorrência dos resultados obtidos nas Olimpíadas, a Companhia oferecia aos seus funcionários momentos de confraternização, os quais decorriam do reconhecimento da participação e proporcionavam a integração entre empresa e sociedade.

“Churrasco – Grupo – O signatário desta, desejando homenagear os atletas que, com tanto ardor e dedicação defenderam as cores de Siderúrgica na Terceira Olimpíada, há pouco realizada, oferecerá um “churrasco” no galpão do grupo Escolar “Christiano Guimarães”, às 12,00 horas da próxima quinta-feira, dia 7. – Cumprimentando pois, pela atuação brilhante, aos denodados atletas desta Divisão, convida todos a participarem desse encontro, para o qual ficam também convidados os componentes da Comissão Olímpica e das comissões de esportes. – Este convite será também levado aos atletas do Esporte Clube Siderúrgica, por intermédio do Dr. Celso Tavares, seu digno Presidente”²⁷⁹.

²⁷⁷ Notas de Serviço, Livro nº 1, 1952-1965, NS 1178, 17-3-59, fl. 22v.

²⁷⁸ Notas de Serviço, Livro nº 1, 1952-1965, NS 1186, 7-4-59, fls. 23v-24.

²⁷⁹ Notas de Serviço, Livro nº 1, 1952-1965, NS 1194, 5-5-59, fls. 24v-25.

Tem-se desta forma que a empresa incentivava seus empregados ao exercício das atividades esportivas que representavam uma das formas decorrentes das necessidades sociais e da constituição das relações cotidianas nas vilas operárias. Tais formas de interação social determinavam a visão e compreensão da organização das relações empresa-comunidade como importante elemento para o desenvolvimento social e de formação de cidadania.

O exercício de atividades relacionadas à cultura complementava-se, ainda com a integração entre organização e vida cultural. Dois exemplos que se fazem presentes à integração entre empresa e sociedade estão expressos pela religiosidade, nas diferentes formas de expressão da fé e na música. Os funcionários, especialmente aqueles de religiosidade cristã, atuavam fortemente na sociedade sabarense, uma cidade com influências católicas e eminentemente barroca. A participação de funcionários da Companhia nas comemorações e festas religiosas encontrava incentivo ao permitir a participação e mesmo a liberação das atividades laborais para colaborarem nos preparativos para as festas.

“Semana Santa – Ref.: Benedito José dos Santos, Henrique Alexandrino e Amador Lampera – Comunicamos aos Vv. Ss. Que, atendendo solicitação da Comissão Organizadora da “Semana Santa”, concordamos em licenciar, com o ponto de 8 horas, os operários em referência, a-fim de realizarem trabalhos para as solenidades programadas: Dia 2-4-60 – Preparativos (confirmação); 8-4-60 – Depósito; 10-4-60 – Missa – Igreja N. S. do Rosário – Procissão de Ramos e Canto da paixão – Procissão do encontro – 14-4-60 – Abertura do Sepulcro, Missa da eucaristia, Lava-pés; 15-5-60 – Solenidades da Sexta-feira Santa; 16-4-60 – Solenidades do Sábado d’Aleluia; 17-4-60 – Solenidade do Domingo da Ressurreição; 18-4-60 – Para guardar os paramentos, utensílios utilizados na Semana Santa; dias 7-9-11-12-13 de abril de 1960”²⁸⁰.

Em relação à música, tem-se a tradição regional que consiste na existência de bandas de música nas cidades mineiras também encontra na organização uma cooperação para o incentivo e preservação dessa forma de cultura popular. Periodicamente, eram promovidos encontros de bandas de música na capital mineira, Belo Horizonte, cujos músicos eram empregados da Companhia tinham a anuência e liberação da empresa para sua participação.

²⁸⁰ Notas de Serviço, Livro nº 1, 1952-1965, NS 1295, 6-4-60, fls. 39-39v.

“Licença – músicos – Em virtude de terem que desfilar em B. Horizonte, com a Sociedade Musical Santa Cecília, a partir das 14 horas do dia 2 de julho (sábado), os empregados constantes da relação anexa, poderão faltar ao serviço e serão abonados no referido dia, conforme segue: 1) Os que estiverem no terno das 7 às 15 horas, receberão ponto normal se trabalharem das 7 às 11 horas e comparecerem ao desfile. – 2) Os que pertencerem ao terno das 15 às 23 horas terão quatro horas de bonificação, sem comparecimento ao serviço, desde que tomem parte no desfile – 3) Aqueles que estiverem no terno das 23 às 7 horas receberão também quatro horas de bonificação, mas desde que tenham participado das festividades”²⁸¹.

Assim como a manutenção e atualização as notícias por meio de uma rádio transmissora – Rádio Cultura – na cidade de João Monlevade, a qual exercia a função de comunicação entre empresa e funcionários, bem como a função social com programação de entretenimento junto aos moradores das vilas operárias. (Figura 32)

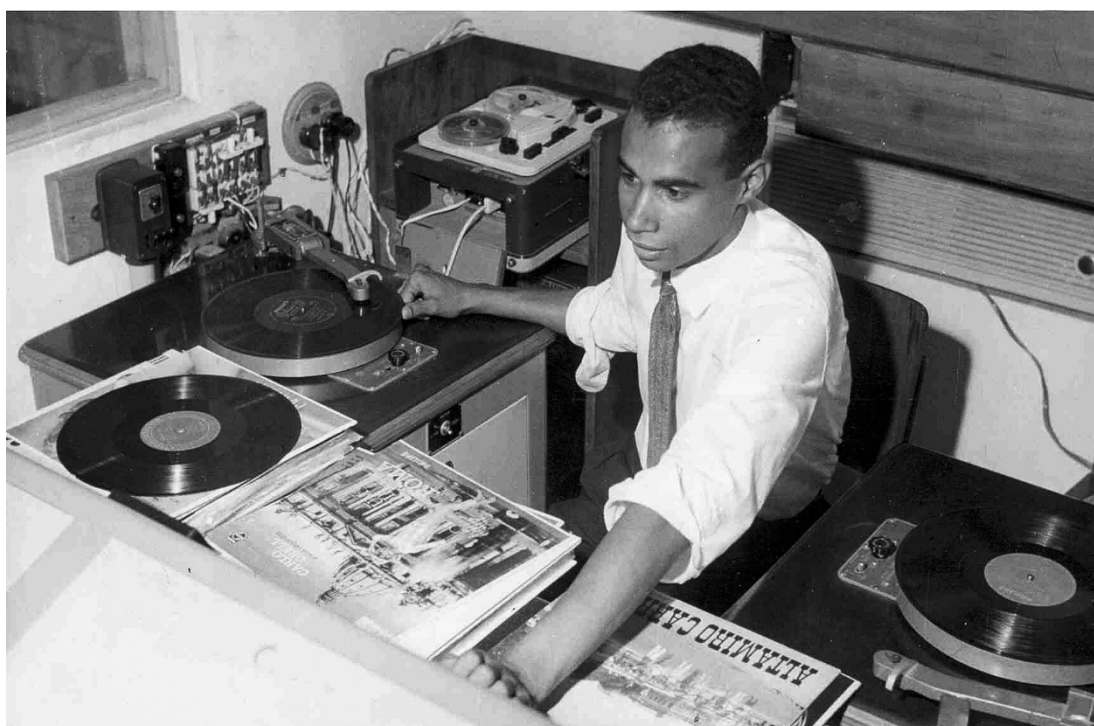


Figura 32 – Rádio Cultura, João Monlevade, Anos 1960.
Fonte: Acervo do Centro de Memória da Fundação ArcelorMittal, 2016.

²⁸¹ Notas de Serviço, Livro nº 1, 1952-1965, NS 1317, 30-VI-60, fl. 42v.

“[...] entrada em funcionamento em Janeiro [de 1961] da Rádio Cultura de Monlevade – dados e características técnicas e programação da rádio – “de acordo com esboços que vêm sendo estudados, a emissora de Monlevade apresentará programas de interesse para a comunidade operaria local (Previdência Social, Prevenção de Acidentes do Trabalho, Jurisprudência Trabalhista, etc) além de horários especiais para noticiário local, estadual e nacional, para reportagem esportiva e outras transmissões externas, para música popular e clássica, para programa religioso e outras iniciativas que assegurarão à Radio Cultura um padrão à altura das melhores emissoras do País”²⁸².

“Clara Nunes, Nelson Gonçalves e Elza Soares. Esses foram apenas alguns dos cantores que abrilhantaram o show de inauguração da Rádio Cultura de Monlevade no dia 14 de abril de 1961. Quatro mil pessoas assistiram entusiasmadas às apresentações na Praça de Esportes do Grêmio.

A Rádio Cultura foi idealizada na década de 50, pelo jornalista Cid Rebelo Horta, chefe do Serviço de Divulgação e Imprensa da Belgo. Instalada em prédio adaptado, ao lado do antigo Cinema, a ZYV-72 contava com dois estúdios e auditório próprio para 180 pessoas. Seu primeiro diretor foi Altino Pimenta, maestro e pianista, que atuou na Itacolomi, uma das primeiras emissoras de TV do Brasil. Os profissionais da Rádio eram, em sua maioria, empregados da Usina de Monlevade. O raio de abrangência da emissora era de, aproximadamente, 100 quilômetros.

A programação da Rádio Cultura incluía noticiário local e nacional, música popular e reportagens esportivas, além de assuntos de interesse específico dos empregados da Belgo. A Rádio movimentou a vida social e cultural de Monlevade, na década de 60, promovendo bailes carnavalescos, programas de auditório, shows musicais, sessões de cinema na praça e torneios esportivos. Entre os grandes espetáculos que realizou na cidade estão as apresentações de Roberto Carlos, Cauby Peixoto, Radamés Gnattalli e Procópio Ferreira.

A emissora foi de propriedade da Belgo até 1976, quando foi negociada com o Sistema Globo de Rádio. Na época, já funcionava no bairro Satélite, onde se encontra até hoje. Foi denominada, então, Rádio Tiradentes.

Em abril de 1993, a Rádio foi adquirida por um político e retomou o seu nome original”²⁸³.

As atividades sociais incluíam datas móveis comemorativa, como o Dia das Mães, ocorrida no segundo domingo de maio, que fazia parte dos momentos de aproximação entre comunidade e empresa. A Companhia organizava tais atividades em que promovia a formação de comissão própria para sua realização além de formalizar o ato comemorativo.

²⁸² Periódico “O Pioneiro”, ano V, n. 109, p. 8, dez/1960.

²⁸³ Belgo-Mineira Arcelor, Boletim Eletrônico Memória Belgo, a. III, n. 60, 13/10/2005.

“Dia das mães – A Comissão encarregada de promover os festejos que assinalam a passagem do “Dia das Mães”, por meu intermédio, vem convidar aos senhores relacionados na folha anexa, para comparecerem no Cine Bandeirante, no próximo dia 10, às 10 horas, onde será realizada uma sessão comemorativa àquela data”²⁸⁴.

Além destas ações da empresa, no âmbito interno das Usinas havia uma preocupação com questões sociais e de entretenimento dos empregados nos momentos de descanso e pausas entre os turnos de trabalho. A promoção de atividades de leitura, bem como a de momentos de confraternização decorrentes de resultados produtivos advinham do reconhecimento da empresa para com os empregados.

“Leitura em serviço – Desejamos condenar aqui a conduta de certos empregados que têm sido vistos lendo jornais em horas de serviço: 1) – Quem assim procede não poderá estar atento aos s/ deveres. 2) – Mesmo que esteja trabalhando com máquina de operação automática, a perfeição do seu trabalho dependerá de atenção. 3) – Se o seu trabalho lhe permite folgas para leitura, por outro lado não lhe permitirá o eventual direito de pleitear melhor salário. É claro que estas observações não se referem às folgas previstas nos revezamentos de turmas, como é o caso do Laminadouro, nem tão pouco às folgas destinadas à refeição do pessoal”²⁸⁵.

“Reuniões semanais – Ao ensêjo da comemoração, dia 1º de julho, do 3º aniversário da instituição das reuniões que, com finalidade administrativa, temos realizado impreterivelmente tôdas as semanas, oferecerei aos integrantes das referidas reuniões, às 19 horas daquele dia no Casino Novo, um “Jantar de Íntima Confraternização” para o qual tenho o prazer de convidar os senhores mencionados na relação anexa e suas exmas. espôsas (ou outro membro da família). Para contrôle da Gerencia do Casino na disposição dos seus serviços, peço a cada um anotar à frente do seu nome qual será o seu acompanhante”²⁸⁶.

A preocupação com a questão social se fazia presente, desde as gerações mais jovens, conforme os programas de formação profissional e renovação da força de trabalho como a presença irregular de menores nas dependências da Usina que, de maneira geral, se serviam de entregadores de refeições aos trabalhadores.

²⁸⁴ Notas de Serviço, Livro nº 1, 1952-1965, NS 1196, 8-5-59, fl. 25.

²⁸⁵ Notas de Serviço, Livro nº 1, 1952-1965, NS 1130, 3-9-58, fl. 16.

²⁸⁶ Notas de Serviço, Livro nº 1, 1952-1965, NS 1316, 30-6-60, fl. 42.

“Menores na Usina – Em virtude de desinteligências que estão ocorrendo no portão existente ao lado da Oficina Mecânica, somos levados a reiterar os termos da antiga nota de serviço que proíbe a entrada de menores na Usina, mesmo sob o pretexto de conduzirem refeições par os nossos trabalhadores”²⁸⁷.

Entretanto, o programa de maior repercussão social e que envolvia uma parte considerável do pessoal da empresa se referia ao grupo denominado Clube da Velha Guarda que congregava funcionários da organização que haviam dedicado mais de 20 anos à Companhia.

“Clube da Velha Guarda, agremiação fundada por Louis Ensich em 1949 para coroar o esforço e o devotamento dos mais antigos empregados da Belgo-Mineira. De acordo com a tradição estabelecida, integrava as fileiras da Velha Guarda o empregado que completava 20 anos de serviços efetivos e continuados na empresa. A “Cerimônia de Entrega do Relógio” assinalava a incorporação de novos membros ao Clube.

A primeira festa da Velha Guarda aconteceu no ano de sua fundação. Em 1952, a festividade coincidiu com as comemorações do jubileu de prata de Louis Ensich na Belgo-Mineira. A terceira festa, realizada em maio de 1955, homenageou o presidente da ARBED, Félix Chomé, presente à cerimônia. Na ocasião, Lucila Braconnot, empregada do escritório da Belgo no Rio de Janeiro e primeira mulher a integrar o Clube, recebeu o relógio das mãos do presidente da ARBED. Em 1957, com 550 membros, o Clube da Velha Guarda da Belgo se tornou o mais numeroso grupo de empregados veteranos no país.

Comemorava-se o “Dia da Velha Guarda” em 25 de junho, data de nascimento do patrono Louis Ensich. O Clube, que chegou a agregar mais de 1.200 empregados, viveu seu auge na década de 1950 e existiu até o início dos anos 1970”²⁸⁸.

Dentre as atividades promovidas pelo Grupo da Velha Guarda, as festas, missas e demais cerimônias contavam com o apoio formal da Companhia, que por vez ou outra, anunciava em sua comunicação oficial a realização dos eventos.

“Festa V.G. – Comunicamos aos senhores chefes de secções que os empregados cujos nomes estão constando da relação anexa têm permissão para se ausentarem do serviço nos dias 9, 10 e 11 do corrente mês, a-fim de comparecerem à festa de entrega de relógios aos novos membros da velha Guarda, que será realizada desta vez na Divisão Monlevade”²⁸⁹.

²⁸⁷ Notas de Serviço, Livro nº 1, 1952-1965, NS 1221, 20-7-59, fl. 28v.

²⁸⁸ Belgo-Mineira Arcelor, Boletim Eletrônico Memória Belgo, a. I, n. 5, 03/07/2003.

²⁸⁹ Notas de Serviço, Livro nº 1, 1952-1965, NS 1195, 8-5-59, fl. 25.

“Missa – Velha Guarda – O Clube da Velha Guarda fará celebrar às 17,30 horas do dia 9 dêste (quarta-feira), na Igreja Matriz de N. S. da Conceição, missa de aniversário em sufrágio da alma do seu saudoso fundador e patrono, Dr. Louis Enschedé. Para êste ato religioso convidamos todos os nossos companheiros e suas excelentíssimas famílias, bem como os amigos e admiradores do nosso primeiro Diretor Geral”²⁹⁰.

“Funerais Velha Guarda – Trazemos ao conhecimento de todos os interessados que o Clube da Velha Guarda, na eventualidade do falecimento de qualquer dos seus associados, tomará a seu cargo as providências e despesas relativas ao funeral, na base de “primeira classe”. Caso a família do associado falecido queira realizar exéquias de “classe especial”, deverá se entender diretamente com a Empresa Funerária responsabilizando-se pelas despesas resultantes da diferença de classes”²⁹¹.

“Convite – O Clube da Velha Guarda fará celebrar às 17,30 horas do dia 9 dêste (sexta-feira), na Igreja Matriz de N. S. da Conceição, Missa de aniversário em sufrágio da alma do seu saudoso fundador e patrono, Dr. Louis Enschedé. Para êste ato religioso convidamos todos os nossos companheiros e suas exmas. famílias, bem como os amigos e admiradores do nosso primeiro Diretor Geral”²⁹².

Percebe-se por meio dos diversos campos de atuação da Companhia junto à vida cotidiana das Vilas Operárias e das coletividades por ela mantidas, desde preocupações quanto à qualidade de vida e das condições sociais àquelas relacionadas à formação ética do indivíduo e a manutenção de padrões sociais de convívio e de bem-estar social. Nas mensagens de fim de ano, apresentadas pela Companhia por meio de notas de serviço, tem-se uma visão paternalista que se apresenta nos desejos e nas felicitações aos empregados e familiares.

“Felicitações – Ao ensêjo das comemorações de fim de ano, com que todos nós celebramos alegremente o feliz êxito das nossas atividades durante o exercício que se finda, é com real e mui grata satisfação que, por intermédio desta mensagem, comparecemos à presença de todos os nossos colaboradores na Usina de Siderúrgica para lhes desejar, sinceramente, bem como às suas exmas. famílias, um 1960 de excepcional ventura e de duradoura felicidade. E nesta oportunidade, por si só tão significativa, não podemos deixar de estender aos dignos empregados da nossa Usina, sem distinção de quaisquer serviços, calorosos e agradecidos cumprimentos pelo esplêndido trabalho de equipe desenvolvido durante o ano e que, tão perfeitamente ajustado em todas as suas peças e em todos os seus setores,

²⁹⁰ Notas de Serviço, Livro nº 1, 1952-1965, NS 1236, 2-9-59, fl. 30v.

²⁹¹ Notas de Serviço, Livro nº 1, 1952-1965, NS 1289, 15-3-60, fl. 38-38v.

²⁹² Notas de Serviço, Livro nº 1, 1952-1965, NS 1333, 5-9-60, fl. 45.

pôde permitir que nossa produção alcançasse no cadente ano seus maiores elevados níveis, levando-nos mesmo a nos orgulharmos das altas qualidades pessoais e técnicas tão bem demonstradas por todos aqueles que colaboram conosco. Aguardando, pois, a confortadora certeza de que o invejável clima de amizade e confiança mútuas continuará imperando sempre nas relações sociais e profissionais mantidas entre a nossa Empresa e o pessoal de Siderúrgica, renovamos a todos nossas efusivas felicitações”²⁹³.

“Felicitações – Ao ensêjo das alegres festas de Natal e Ano Bom, ocasião em que “... comemoramos reconfortados os êxitos alcançados no ano que se finda e brindamos esperançosos e confiantes o Novo Ano, é com real satisfação que a Diretoria da Usina de Siderúrgica comparece através desta mensagem diante dos seus dignos colaboradores, para lhes apresentar, extensivos às suas exmas. famílias, os mais sinceros e melhores votos de Boas Festas e de um Ano Novo prospero e venturoso. Assim, conservando-nos na confortadora certeza de que será mantido entre nós o elevado espírito de amizade e confiança que jamais deixou de existir nas relações entre dirigidos e dirigentes da Usina de Siderúrgica, reiteramos a todos nossas calorosas felicitações”²⁹⁴.

Uma complementaridade ao reconhecimento dos trabalhadores pela Companhia se faz distinguida pelos órgãos estatais por meio da comendas e condecorações oficiais concedidas aos diretores da empresa, como a oferecida ao diretor geral, Dr. Louis Enschede e demais diretores, em especial a Ordem Nacional do Mérito, concedido o grau de Comendador, ao fundador, diretor e presidente da Companhia, o Dr. Christiano Guimarães, a qual foi concedida sob discurso do Sr. Presidente da República, Juscelino Kubitschek (Anexo 7).

“Ministério das Relações Exteriores – Decretos de 7 de setembro de 1940 – O Presidente da República resolve conferir: Nos termos do decreto n. 22.610, de 4 de abril de 1933 – Na qualidade de Grão-Mestre das Ordens Brasileiras [...] O grau de Oficial da Ordem Nacional do Cruzeiro do Sul ao Senhor Doutor Louis Enschede, Diretor Gerente da Companhia Siderúrgica Belgo-Mineira”²⁹⁵.

“Ministério das Relações Exteriores – Decretos de 3 de junho de 1955
O Presidente da República, resolve conferir:
A Ordem Nacional do Cruzeiro do Sul, no grau de Comendador, ao Doutor Albert Scharlé, Diretor Geral da Companhia Siderurgica Belgo-Mineira”²⁹⁶.

²⁹³ Notas de Serviço, Livro nº 1, 1952-1965, NS 1263, 29-12-59, fl. 34.

²⁹⁴ Notas de Serviço, Livro nº 1, 1952-1965, NS 1363, 22-XII-60, fl. 49.

²⁹⁵ Diário Oficial da União, p. 2494, 07/02/1941.

²⁹⁶ Diário Oficial da União, p. 11022, 04/06/1955.

“Ministério das Relações Exteriores – Decreto de 29 de maio de 1957 – O Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil, resolve:

Conferir:

Na qualidade de Grão-Mestre das Ordens Brasileiras e nos termos Decreto nº 22.610, de 4 de abril de 1933,

A Ordem Nacional do Cruzeiro do Sul, no grau de Comendador, ao Senhor Joseph Hein, Diretor Geral da Companhia Siderúrgica Belgo-Mineira”²⁹⁷.

“A Ordem Nacional do Cruzeiro do Sul, no grau de Oficial, ao Senhor Rene Wagner, Secretário, na Europa, da Companhia Siderúrgica Belgo-Mineira”²⁹⁸.

Em dos elementos marcantes da cultura sabarense e mineira, senão nacional, se configura a partir do ato de doação firmado entre a empresa e o governo federal. Ele apresenta repercussão nacional e se constitui de importância fundamental ao desenvolvimento da memória e história de Sabará. Refere-se à concretização do Museu do Ouro, referência ao período colonial áureo dos séculos XVII a XIX, com o Ciclo de Ouro e a atividade minerária que fez surgir grande parte dos municípios estaduais. Em 1940, o então diretor-geral da Companhia Siderúrgica Belgo-Mineira, Dr. Louis Enschedé, repassou ao governo da União o local, em que anteriormente funcionou a Casa de Fundação de Sabará. Em citação de Falcão (1946) tem-se a descrição da aquisição do imóvel, em que se destaca a sua importância histórica e cultural:

“Adquirida a vetusta Intendência do Ouro pelo Dr. Louis Enschedé, que a doou expressamente ao Governo da União mediante escritura pública de 30 de outubro de 1940, para nela fundar-se o Museu do Ouro, foi este criado oficialmente pelo decreto-lei federal n.º 7.483, de 23 de Abril de 1945. Restaurado o imóvel pelo S.P.H.A.N., durante o período de 1940 e 1941, procedeu-se sem demora à obtenção de peças para formar a galeria histórica em aprêço. Salientam-se no seu interior a secular prensa manual de cunhar moedas, comprada em Belo Horizonte a descendente de um dos antigos proprietários do edifício, arcas reforçadas de guardar documentos, o rico lampadário de prata cinzelada extraviado da Matriz da Conceição, e o opulento mobiliário de couro esculpido, pertencente outrora à Casa de Câmara de Vila Real, o qual, depois de andar em mãos de particulares no Rio de Janeiro, foi restituído a Sabará”²⁹⁹.

²⁹⁷ Diário Oficial da União, p. 13276, 29/05/1957.

²⁹⁸ Diário Oficial da União, p. 13918, 05/06/1957.

²⁹⁹ FALCÃO, p. 32, 1946.

No decorrer da primeira metade do século XX, a Companhia se caracterizou, em diversas oportunidades, como uma organização que buscou a integração e cooperação com as comunidades em que instalou suas unidades produtivas. A busca por melhorias sociais, pela implantação de equipamentos urbanos e estruturação das cidades levou ao desenvolvimento de uma identidade social e cultural que se consolidou ao longo dos anos.

Uma das características essenciais que permite vincular os elementos sociais e urbanos da empresa ao patrimônio cultural refere-se, geralmente, à continuidade da vida organizacional nos âmbitos privados, dos indivíduos e das famílias, e público, das coletividades. (Figura 33).

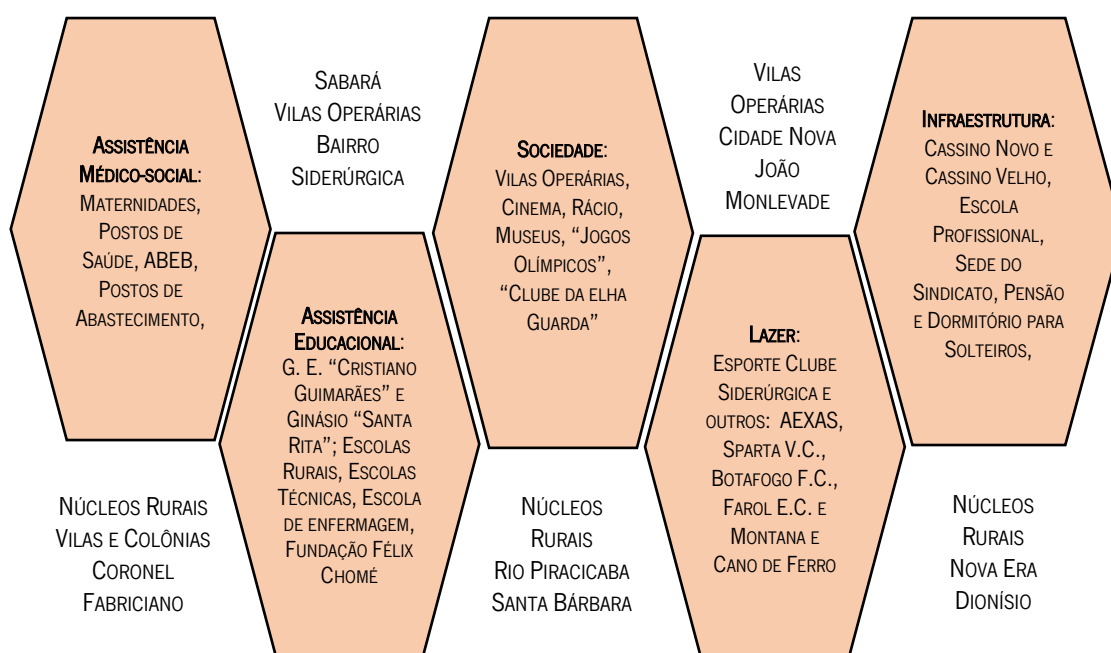


Figura 33 – Esquema Representativo de Elementos do Patrimônio Cultural-Social da Companhia
Fonte: Elaborado pelo Autor, 2016.

Como elemento aglutinador entre empresa, trabalhadores e comunidade deve-se considerar um relevante meio de comunicação, construído pela empresa e que demonstrou ser um importante elo entre a sociedade e a organização, o periódico "O Pioneiro". O jornal pode ser considerado o meio de comunicação integrador nas sociedades em que a Companhia atuava, sendo impresso e distribuído em diferentes períodos, de semanalmente à quinzenalmente, durante o tempo em que circulou, entre os anos de 1954 e 1965.

De forma geral suas sessões se constituíam em médio no total de 06 (seis) páginas nas quais se observa uma certa distribuição das notícias que se apresentavam a partir de um editorial e as principais notícias na primeira página e diversas sessões nas páginas subsequentes, desde depoimentos, curiosidades e histórias da empresa à sessão de passatempos, com palavras cruzadas, anedotas, charadas, pensamentos e curiosidades.

E, seu primeiro número, o periódico se apresentava assim

“Este jornal nasce para atender a uma aspiração há muito manifestada na Belgo-Mineira.

A coletividade que trabalha em nossa Companhia ou depende diretamente de seus serviços já totaliza perto de uma centena de milhares de pessoas. Ela se adensa em Monlevade e Siderúrgica: estende-se pelo Vale do Rio Doce, através de inúmeros municípios, entre os quais se destacam Coronel Fabriciano, Governador Valadares, Dionísio; dissemina-se pelo sertão sanfranciscano com a sua ponta avançada em Várzea da Palma; distribui-se ainda pelos grandes centros, em particular Belo Horizonte, Rio e São Paulo. Um interesse comum, centralizado nas atividades da Empresa e no seu contínuo e vitorioso desenvolvimento. Liga indissolavelmente essa coletividade, dá-lhe características de um corpo unido e pujante, em que cada indivíduo, cada setor ou cada grupo, é uma peça que funciona em harmonia com o conjunto todo. A circunstância, entretanto, da comunidade Belgo-Mineira estar dividida no espaço em núcleos, por vezes, distantes entre si, evidenciou, com extraordinária ênfase, a necessidade de um órgão de imprensa, que viesse a se constituir em mais que um elo da união permanente que deve existir entre todas as suas partes integrantes.

Nasce, assim, este jornal para servir aos interesses da comunidade da Belgo-Mineira. E vai procurar atingir a esse alto objetivo, projetando as atividades de todos e de cada um de seus elementos, desde o lar, a escola, as oficinas, na mata ou na usina, nos clubes recreativos, nas entidades de classe, nos campos de esportes, nas festas religiosas ou cívicas, para que melhor se conheçam a Empresa e seus empregados, e estes entre si.

É com orgulho que se deve recordar que a família da Belgo-Mineira representa hoje a maior coletividade industriária do Estado e uma das mais importantes do País e do Continente. Sua força, entretanto, reside menos no seu número, do que no valor do trabalho e a emancipação econômica da grande pátria comum.

O nome sugerido pelos leitores e aceito para este jornal sintetiza esse trabalho que, hoje, como ontem, realiza a comunidade da Belgo-Mineira.

Realmente, ao saudar em 1952, o saudoso Louis Ensck, por motivo de seu jubileu de prata na Companhia, o nosso atual diretor-geral, Engenheiro Albert Scharlé, depois de mostrar a obra imensa que o inesquecível siderurgista havia realizado pelo Brasil acrescentou:

- ‘Para qualificar tal realização só existe uma palavra, criada nos Estados Unidos da América do Norte, ao tempo de sua formação: PIONEIRO’.

‘O PIONEIRO’ evoca, pois, a grandiosidade do esforço construtivo dos dirigentes e trabalhadores da Belgo-Mineira e, como porta-voz de suas

permanentes aspirações, vai trabalhar para que maiores feitos e glórias assinalem a história de tão valorosa comunidade”³⁰⁰.

A proposta do periódico, assim como se percebe nas diversas atividades sociais e culturais promovidas pela Companhia foi buscar uma identificação com diversos elementos sociais, desde equipamentos urbanos, tais como, escolas, hospitais, centros de lazer e ócio, e o próprio desenvolvimento urbano das cidades, como no caso das Vilas Operárias, às atividades de lazer, esporte e cultura as quais determinaram uma conjunção de objetivos econômico-financeiros da empresa e socioculturais das comunidades.

Entretanto, o caráter social de aproximação da organização com seus funcionários, no decorrer da década de 1960 e seguintes se desloca e se desenvolve de acordo com as premissas e o desenvolvimento mercadológico à época que se volta às questões capitalistas. As preocupações sociais, passam a ser foco de atuação do Estado, com a nacionalização dos serviços públicos, sejam eles relacionados às fontes energéticas, ao abastecimento e atividades urbanas.

A organização inicia um novo ciclo desenvolvimentista, que se centra nas questões da qualidade total, na excelência dos serviços e produtos e na concorrência nacional e internacional. A CSBM passa a se dedicar a um crescimento orgânico, décadas de 1960/90, e de fusões e aquisições, última década do século XX e século XXI. Na primeira tem-se a profissionalização da gestão tecnológica e busca pela excelência dos negócios da empresa; a segunda volta-se à competição global e à necessidade de realizar parcerias para crescimento global dos negócios. (Moyen, 2007).

³⁰⁰ Periódico “O Pioneiro”, ano I, nº 1, p. 1, dez/1954.



Figura 34 – Esporte Clube Siderúrgica e Usina Siderúrgica (ao fundo), Sabará, s/d.
Fonte: Acervo do Centro de Memória da Fundação ArcelorMittal Brasil, 2016.

9. CONSIDERAÇÕES PATRIMONIAIS

Os conceitos de patrimônio e cultura, indústria e sociedade, história e memória, quando correlacionados e desenvolvidos de maneira adequada, proporcionam uma ampliação de seus próprios campos de pesquisa e determinam diferenciados estados da arte. O desafio em construir e renovar seus parâmetros de análise e interpretação garante uma identificação da história do homem e da sociedade em que se tem o desenvolvimento da memória e da história empresariais sob a perspectiva espaço-temporal de influências existentes entre organizações e sociedade.

As perspectivas empresarial e do trabalho, quando associadas a outros conceitos e disciplinas do conhecimento, permitem entender de maneira ampla a estrutura socioeconômica e perceber quais elementos da cultura possuem significado pessoal e coletivo para os atores sociais. As transformações sociais e industriais brasileiras são remanescentes de atuações empresariais que, ainda hoje, contribuem para a memória e história dos lugares e das pessoas. A arqueologia industrial e o patrimônio industrial compreendem campos do conhecimento que complementam os exemplos de conservação, restauração e preservação da memória e história brasileiras, incluindo-lhes o caráter tecnológico e empresarial.

A importância de uma ampliação do conceito de patrimônio cultural e da inserção das formas de manifestação do patrimônio industrial ao seu conteúdo surge em um momento socioeconômico que apresenta os paradigmas industriais confrontados com as mudanças proporcionadas pela era da automação e dos serviços. Ao se entender o passado e torná-lo presente, é possível projetar o futuro e construir uma imagem de lugares, a partir dos fatores que influenciam, diferenciam e determinam as personalidades individuais e coletivas.

Assim, buscou-se desenvolver algumas ideias ao longo do trabalho as quais vinham entrelaçar os conceitos de cultura, memória e patrimônio às atividades estruturais, econômicas e mercadológicas de uma organização produtiva e suas influências nos lugares de atuação. Para além das relações existentes entre as atividades industriais, procurou-se apresentar sua conjugação aos elementos e atividades de ação comunitária/societal que compunham o

conjunto de estratégias aplicadas aos processos de industrialização, e de maneira particular, por meio de estudo de caso, para a Companhia Siderúrgica Belgo-Mineira. (Figura 35)

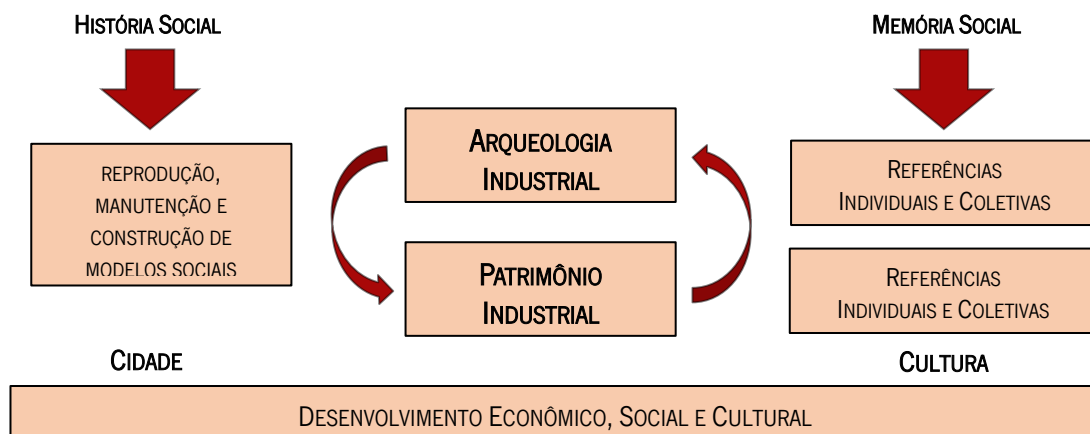


Figura 35 – Mapa Relacional – Arqueologia e Patrimônio Industriais

Fonte: Elaborado pelo Autor, 2016.

Partiu-se da confluência entre os fatores que determinaram o processo de industrialização brasileira nos primórdios do século XX e a transformação social dele decorrente, em função das empresas que se instalaram no território nacional, além daquelas que confirmaram sua presença desde o período imperial, no século anterior.

O incentivo e a formação das industriais nacionais a partir das políticas públicas determinou não somente a constituição de importantes parques setoriais estratégicos, mas a formação dos setores de prestação de serviço, que se constituíram nas bases estruturantes para a reestruturação, constituição e formação de inúmeras cidades brasileiras ao longo do século XX.

Uma ideia geral das trajetórias empresariais dos diversos períodos econômicos leva a uma confluência dos objetivos do capital aos sociais em que se tem como ponto central o desenvolvimento social e a responsabilidade social. Há uma necessidade de diferenciação das formas de atuação da empresa em seus diferentes momentos temporais, além da constituição de relações que transitam entre complementares e compartilhadas no decorrer do período estudado. Cabe ressaltar que, paralelamente aos períodos econômicos, mas com início anterior às atividades estatais, os processos de estruturação social e econômica, e pré-industrialização

brasileira ocorreram na segunda metade do século XIX com o investimento em indústrias e serviços, seja por meio de inversão estrangeira ou aplicação de capital nacional.

Um breve histórico dos processos de industrialização e de estruturação dos governos brasileiros no período republicano pode ser determinado em quatro etapas:

- Período de 1900-1930: em que os governos brasileiros mantiveram uma estrutura econômica baseada na monocultura agropastoril, em que as culturas do café e do açúcar predominavam;
- Período de 1930-1964: período de expansionismo econômico baseado nos processos de substituição de produtos de importação (nacionalismo) e de incentivo ao processo de industrialização (desenvolvimentismo). O primeiro com Getúlio Vargas e o segundo com Juscelino Kubitschek;
- Período de 1964-1990: período de protecionismo e de expansão da economia brasileira, principalmente infraestrutura, indústria de base, de transformação e agroindústria; baseia-se em processos de desenvolvimento e consolidação da conurbação urbana;
- Período 1990-...: processos de privatização da estrutura econômica, principalmente infraestrutura e serviços, e de abertura ao mercado internacional transformam a realidade brasileira.

Dentre as fases de estruturação do Estado brasileiro e de sua intervenção nos processos desenvolvimentistas, tem-se que os Governos dos períodos de Getúlio Vargas (1930-1945 e 1950-1954), Juscelino Kubitschek (1956-1960) e Jânio Quadros e João Goulart (1961-1964) caracterizaram-se por uma preocupação quanto aos serviços públicos e às indústrias de base cujas principais estruturas estão apresentadas na figura 13 (p. 196).

Os processos e incentivos à industrialização se desenvolveram a partir dos planos econômicos dos governos das décadas de 1930/60, dentre eles o Plano de Substituições de Importações; o Plano Saúde, Alimentação, Transporte e Energia (Plano Salte); e o Plano de Metas. Com a instalação do regime militar na década de 60, foram desenvolvidas ações de nacionalização das principais áreas estratégicas de desenvolvimento e projetos de nacionalização e estatização dos serviços de infraestrutura destacando-se o Programa de Ação Econômica do Governo (PAEG) e os Planos Nacionais de Desenvolvimento (PND I, II e III).

Deve-se destacar, segundo Simonsen e Campos (1975), que o período entre as décadas de 1950 a 1970, os planos de desenvolvimento brasileiro oscilavam entre declarações de metas que consistiam em uma enunciação de metas e estratégias a serem implementadas para o desenvolvimento; programas de desenvolvimento que além das definições acima buscavam atribuir prioridades setoriais e regionais através da formulação de incentivos ou não a estas áreas relacionados; e os planos de desenvolvimento que seriam implementados a partir de um cronograma de atividades e correta alocação dos demais recursos.

Após o período militar, de 1964 a 1984, o Brasil experimentou processos de democratização nas estruturas estatais, além da abertura ao mercado externo e da necessidade de buscar maiores índices de competitividade e de qualidade nos produtos e serviços oferecidos. Várias transformações foram percebidas na economia e na indústria nacional. As dificuldades internas e externas vividas pelo Estado brasileiro levaram em um primeiro momento a desequilíbrios globais – dívidas interna e externa e inflação – que demandaram mudanças no mercado brasileiro.

Dos Anjos e Farah Jr. (2002) veem o último período dedicado à busca por novas tecnologias de processos e produtos, novos padrões de competitividade e por uma política econômica – Plano Real – de maior penetração no mercado internacional levou o país à consolidação de um crescimento que se inicia em meados da década de 1990 com o desafio de proporcionar um crescimento socioeconômico consistente, menos árduo e difícil se consolida na primeira década do século XXI.

A partir da análise macrossocial não se pode desconsiderar o fator econômico e as políticas desenvolvimentistas para uma avaliação mais completa e complexa da formação social e cultural brasileira. As estratégias das empresas e os desdobramentos nas comunidades onde se instalaram compreendem uma importante parte da formação urbana e da realidade social que se fez crescente e presente durante o período recente da economia brasileira.

A necessidade em descentralizar análises e buscar uma visão diferenciada daquelas usualmente existentes, leva a interpretação de novas possibilidades de relações entre empresa-sociedade, entre capital e cultura. A multiplicidade de possibilidades existentes na diversidade de tipologias do patrimônio cultural contemporâneo determina análises interdisciplinares, em

que se tem as estruturas do trabalho correlacionadas às estruturas de infraestrutura social, das atividades empresariais à dinâmica das cidades (Matos, 2002).

A reconstrução dos diversos ambientes leva ao mesmo tempo à dicotomia e à integração existentes entre variáveis do mundo empresarial e do campo do desenvolvimento social, nas quais se percebe uma relação e influências compartilhadas, seja em comportamentos e posicionamentos no âmbito empresarial quanto na definição de valores, símbolos e signos, e identidades sociais (Gonçalves, 2000)

O processo industrial, dessa forma, geralmente percebido sob olhares das estruturas macro e microeconômicas, sob as características da gestão e crescimento e desenvolvimento das empresas, e o caráter estrutural e tecnológico, pode ser percebido sob a perspectiva patrimonial e cultural (Meneguello e Rubino, 2004; Zequini, 2004).

A partir desse contexto, promoveu-se uma análise das atividades desenvolvidas pela empresa, cujas principais ações se concentraram nas Usinas de Siderúrgica, em Sabará e na Usina Barbanson, em João Monlevade. O desenvolvimento de um conjunto de atividades relacionadas à infraestrutura empresarial, quanto a sua instalação e expansão, determinou, conjuntamente, o surgimento de diversos equipamentos sociais e infraestrutura urbana que buscavam oferecer condições de moradia e desenvolvimento e crescimento às localidades em que a empresa se encontrava, os quais exigiram investimentos e demandaram preocupações e atenção quanto ao entorno organizacional e social.

Um resumo das atividades de infraestrutura e sociais desenvolvidas pela empresa está apresentado na figura 36 que se compõe das principais realizações entre as décadas de 1920/50, com um detalhamento para algumas das principais atividades, de maneira destacada no Quadro 6 a seguir.

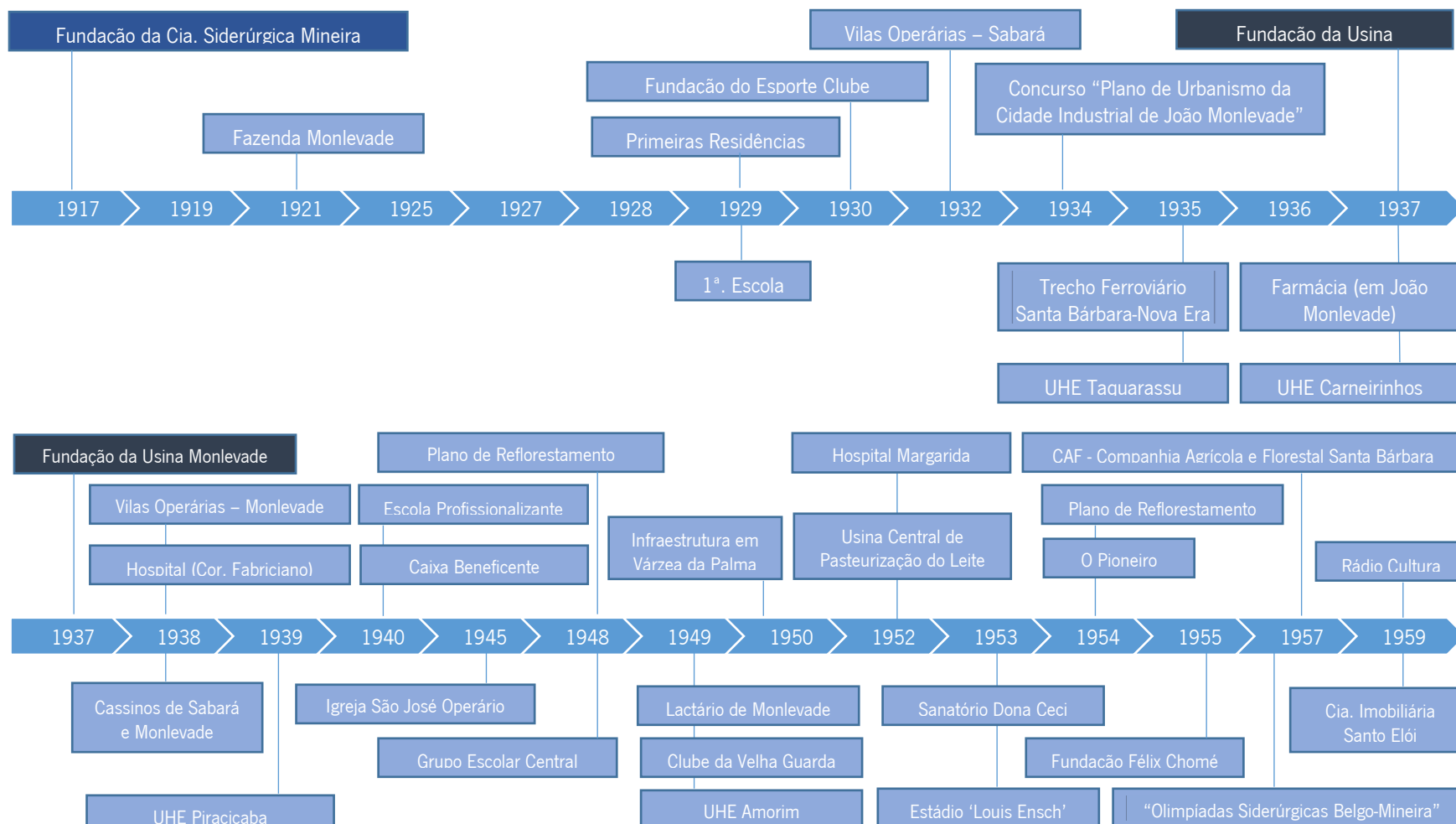


Figura 36 – Atividades de Infraestrutura e Sociais – Companhia Siderúrgica Belgo-Mineira

Fonte: Elaborado pelo Autor, 2016.

Atividades	Ações Sociais	
	João Monlevade	Sabará e Interior
Vilas e Residências Operárias	- Vilas: Tupis, Guaranis, Carijós, Caetés, Aimorés, Tamóios, Tabajaras e Tocantins; Tapajós, Paraúna, Tietê, Amazonas e Santa Cruz; Engenheiros, Baú, Areia Preta e Pirineus; - Hotéis e pousadas para empregados solteiros.	- Vilas: Siderúrgica, Campinas, Nossa Senhora do Ó, Abrigo 'Santa Tereza', Vila Michel, Santa Cruz, Bandeirantes e fazenda Segredo; - Pensão Siderúrgica e o Dormitório para Solteiros.
Educação	- três escolas primárias e uma escola profissional além de sete escolas rurais na região. - Escola de Enfermagem (1965).	- escolas: escola primária e ginásio. - Região do Rio Doce (sete escolas primárias). - Região de Várzea da Palma (dez escolas primárias).
	- bolsas de estudo da Fundação Félix Chomé (1955-2004) para estudantes carentes (funcionários e/ou familiares) do nível fundamental à pós-graduação.	
Saúde	- rede hospitalar (Hospital Margarida), ambulatórios, creches, postos de puericultura, usina de beneficiamento de leite, gabinetes dentários; ambulatórios e postos de serviços, fixos ou volantes; além de educação sanitária.	- Maternidade e Puericultura 'Louis Ensck' (lactário, centro de puericultura e creche, com serviço pré-natal). - Santa Casa e Ambulatório da Usina de Siderúrgica. - Hospital Siderúrgica (Coronel Fabriciano) e Hospital em Dionísio. - Hospital de Fabriciano e Hospital de Várzea da Palma.
Cultura, Lazer e Esporte	- Hotel-cassino, Rádio, Cinema, Piscinas e praças de esportes; - clubes: o Social Clube, o Ideal Clube, o Clube União Operária, o Grêmio Esportivo e os clubes de futebol Belgominas e Metalúrgicos. - Clube de Caça e Pesca. - em São Paulo, o Grêmio Recreativo "Belgo Mineira" (1957). - Museu do Ferro Louis Ensck (projeto)	- clubes: o Esporte Clube Siderúrgica a ela vinculado seguindo-se a ele mais seis clubes da cidade – AEXAS (Associação Atlética dos Ex-Alunos do SENAI), Sparta V.C., Botafogo F.C.; Farol E.C. e Montana e Cano de Ferro (futebol); - Clube Farol
	- os Jogos Olímpicos da Belgo-Mineira (1957-1959) - o Clube da Velha Guarda (1949) – uma iniciativa do diretor-geral, Dr. Louis Ensck, para premiar os mais servidores da Belgo-Mineira com mais de 20 anos de casa).	
Abastecimento	- Posto de Abastecimento Central e da Vila Tanque; açougue-frigorífico; mercado.	- Posto Central, Posto Vila Santa Cruz, açougue-frigorífico.
Infraestrutura Rodo-Feroviária	- diversos trechos específicos da Estrada de Ferro Central do Brasil (Belo Horizonte – Monlevade), - trechos da Estrada de Ferro Vitória-Minas e trechos rodoviários.	
Geração Energia Elétrica	- Usinas de Carneirinho Inferior e Superior, Piracicaba, Amorim, Sá Carvalho e Salto Grande.	- Usina Dona Denise (Taquaraçu).

Quadro 6 – Ações Socialmente Responsáveis – Décadas 1930/50

Fonte: Adaptado de Relatórios CSBM e Periódico 'O Pioneiro'.

Tem-se, assim, a recuperação da história industrial e da memória coletiva que se desenvolveu segundo diversas atividades as quais retratam uma possibilidade de (re)conhecimento de um passado vivido e das relações entre a organização e seu entorno. A percepção das mudanças sociais promovidas pela organização, em parceria com Estado e coletividades, além de determinar reflexos nas condições de vida e trabalho das pessoas, atende as demandas socioculturais requeridas em contrapartida aos processos produtivos. Uma orientação global e de entendimento das ações não somente ao “trabalhador coletivo”, mas aos cidadãos e à coletividade social, tem sido pouco considerada quando referida aos aspectos psicossocial e cultural, e se concentram em elementos tecnológicos, produtivos e mercadológicos.

Um entendimento do *locus social*, da paisagem cultural, do entorno urbano e rural determina um entendimento mais amplo do alcance das atividades produtivas, além de permitir uma percepção das necessidades organizacionais e sociais à época que definem por prioritários os aspectos produtivos e sociais, econômicos e humanos, mercadológicos e culturais de maneira a buscar explicar e entender as transformações sociais, as expectativas, limitações e sucessos ocorridos na sociedade contemporânea.

Assim, os estudos relativos à história empresarial apresentam vieses complementares às questões econômicas, e se debruçam em questões que perpassam a arquitetura industrial, a ocupação geográfica, a complexidade empresarial, a psicologia social, a sociologia do trabalho dentre outros. A abrangência ampla e o complexo espectro de possibilidades tornam sua importância ímpar, pois para cada campo do conhecimento se pode avaliar a necessidade de desenvolver estudos para se entender o desenvolvimento da memória empresarial e industrial brasileira, mas acima destas questões, conhecer e preservar a memória, a cultura e o patrimônio por meio de estudos interdisciplinares que privilegiem não somente fatores financeiros-econômicos como os socioculturais.

Estabelecer estas relações e descobrir a importância delas para a sociedade torna-se um importante passo para a ampliação do conceito de memória cultural, pois se pode entender também como patrimônio cultural de um país, região ou local a história dos empreendimentos feitos e as relações com a sociedade. A construção de novos campos interdisciplinares de

pesquisa, que se inter-relacionam, permite definir parâmetros referentes às ciências sociais e humanas que permitem a identificação da influência dos diversos processos organizacionais e suas relações às práticas sociais.

Tem-se, assim, uma análise das inter-relações entre organização e sociedade, que aborda áreas de estudo específicas e complementares no âmbito do patrimônio cultural e industrial e se traduzem em possibilidades de reconversão e recuperação desse patrimônio. A perspectiva de abordagens a partir de uma análise de objetos interdisciplinares garante, entre outros aspectos, a (re)construção da “história de vida” empresarial, o resgate das relações que definem e determinam o entorno organizacional; as mudanças requeridas à organização, ao ambiente e à sociedade; a efetivação de relações entre empresa e sociedade que não se limitam às questões capitalistas e uma inegável presença da “vida do trabalho” na memória das pessoas e da sociedade (Paredes, 2006).

Determina-se uma percepção diferenciada do patrimônio cultural, a partir da perspectiva do patrimônio industrial e de sua valorização e recuperação de uma “identidade perdida” ou mesmo não-percebida que garante um olhar global e um entendimento interdisciplinar a partir da reconstrução da memória dos meios de produção, de suas diferentes formas de manifestação da cultura material e imaterial.

Dentre os fatores de diferenciação e de identidade próprias à cultura material e ao patrimônio industrial, suas características por se identificar características próprias que passam pela avaliação dos seus objetos de identidade que, de maneira geral, compreendem objetos de grandes dimensões e se relacionarem a equipamentos industriais ou sociais que determinam espaços diferenciados. A conservação e a restauração desses elementos apresenta um caráter diferenciado em suas mais diversas formas de expressão, em que, para o caso do patrimônio industrial, são demandadas interpretações particulares e específicas, que se referem a cada campo de conhecimento, necessário ao entendimento do todo que tal patrimônio representa, e de profissionais qualificados, em relação a cada fator tecnológico, estrutural, contextual e social considerados e cuja refuncionalização de áreas industriais ou mesmo paisagens industriais leva à revitalização da memória e da história socioeconômica e da identidade

coletiva e social a partir dos vínculos entre homem-trabalho e empresa-sociedade (Ramos *et al*, 2005).

Assim, a (re)construção da memória dos meios de produção centrados no patrimônio industrial, das manifestações da cultura material, das sociedades industriais, e não somente da manifestação material ou dos resultados financeiros. As possibilidades de reconversão e reutilização das diversas formas de manifestação do patrimônio industrial passam por se perceber tal patrimônio segundo uma visão sistêmica e o entendimento das partes e compreensão integrada do todo. (Figura 37)

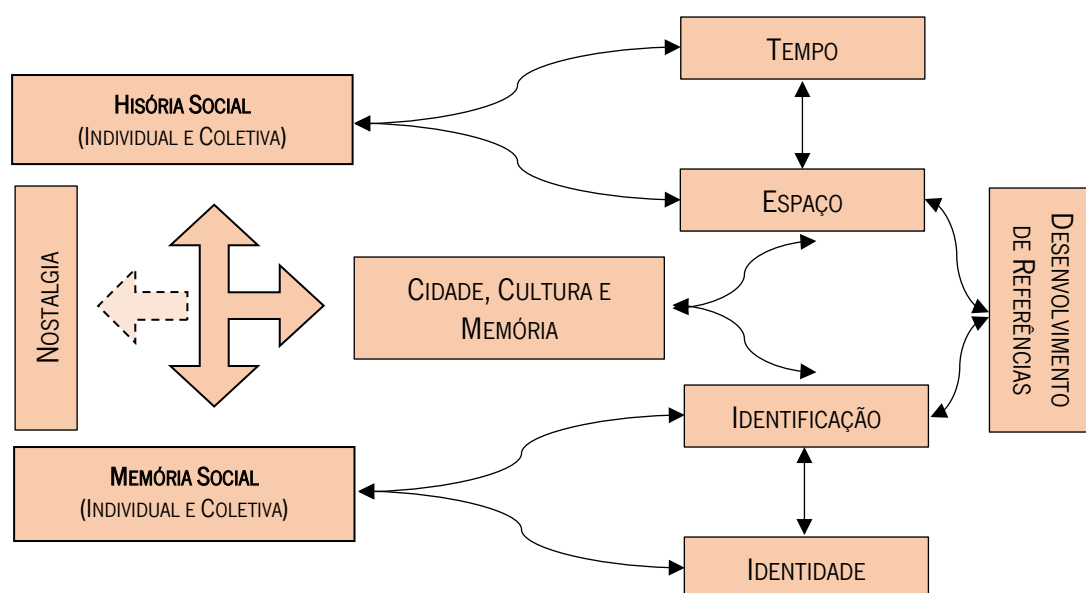


Figura 37 – Mapa Mental das Relações entre Cidade, Cultura e Memória
Fonte: Elaborado pelo Autor, 2016.

Uma recuperação da história industrial e cultural como possibilidade de um conhecimento sócio-histórico cuja dinâmica de (re)construção e/ou (re)definição das organizações e de seus elementos materiais e imateriais, sob a perspectiva interdisciplinar e transversal de competências e habilidades. Os estudos interdisciplinares determinam uma ação sinérgica que leva a uma complementaridade, intercambialidade e indissociabilidade de conhecimentos e determina a antropomorfização cultural-laboral a qual permite que os campos do trabalho e da sociedade, da empresa e do homem, das organizações e dos indivíduos, contribuam para a manutenção e desenvolvimento de uma cultura material e imaterial do mundo do trabalho.

Um interessante trabalho realizado pela Companhia, no início do século XXI que tem desempenhado o papel de formador de uma consciência patrimonial refere-se a um conjunto de atividades junto à comunidade de João Monlevade acerca do (re)conhecimento da história e da memória da cidade a partir da educação patrimonial. Segundo uma análise dos principais elementos (lugares) que remetiam à história sociocultural e patrimonial da cidade buscou-se retratá-los em um o álbum de figurinhas que permite estabelecer uma relação entre patrimônio-sociedade-empresa.

Foram considerados os elementos símbolos da cidade que pudessem remeter o seu desenvolvimento social e econômico e que de certa forma apresentavam relações com a Companhia Siderúrgica Belgo-Mineira. Dentre as fontes de informação e buscou-se as entidades que participaram da ação – ADEMON (Agência de Desenvolvimento de João Monlevade), atualmente incorporada à ACIMON (Associação Comercial, Industrial e Prestação de Serviços de João Monlevade), COMTUR (Conselho Municipal de Turismo de João Monlevade) e ArcelorMittal Brasil, então denominada Companhia Siderúrgica Belgo-Mineira –, além de informações constantes nos centros de memória da empresa. Além destes organismos também participaram da ação de patrimônio outras entidades locais e estaduais.

As informações obtidas para o desenvolvimento da atividade de educação patrimonial buscaram identificar de forma organizada e sistemática as relações socioculturais valorizadas e estabelecidas na comunidade de João Monlevade segundo o enfoque de construção de uma identidade local. Assim, buscou-se a (re)construção da realidade social vivida pela coletividade e pela organização, na busca de uma identidade comum entre os cidadãos e a organização. Tal processo, sob o olhar da implantação e desenvolvimento da atividade lúdica permitiu um entendimento das transformações sociais, da valorização e identificação de um patrimônio muitas vezes esquecido e da criação de uma identidade entre organização-sociedade e entre patrimônio cultural e empresa.

Com isso, o processo de valorização da cidade e de suas diversas formas de representatividade desenvolveu-se segundo uma ação articulada entre sociedade, governo e organização produtiva. A partir da atuação e comprometimento de cada parte procurou-se

identificar uma forma diferenciada de atuação junto à comunidade para que se pudesse criar uma inter-relação entre a cidade e seus habitantes.

A partir da discussão dos membros que realizaram, apoiaram e patrocinaram tal iniciativa chegou-se ao formato de atuação lúdica que seria implementado junto aos alunos das primeiras séries do ensino fundamental das escolas públicas da cidade de João Monlevade. Cabe destacar que o processo de identificação e elaboração do instrumento de atuação – o álbum de figurinhas – foi conjunto e ocorreu cooperada e coordenadamente o que permitiu construir um resultado em que configuravam 60 (sessenta) representações de locais, atuações e ações inter-relacionados à empresa e à sociedade que identificam e interligam passado e presente além de reconstruir, de maneira ilustrativa, a memória da sociedade monlevadense. (Figura 38).

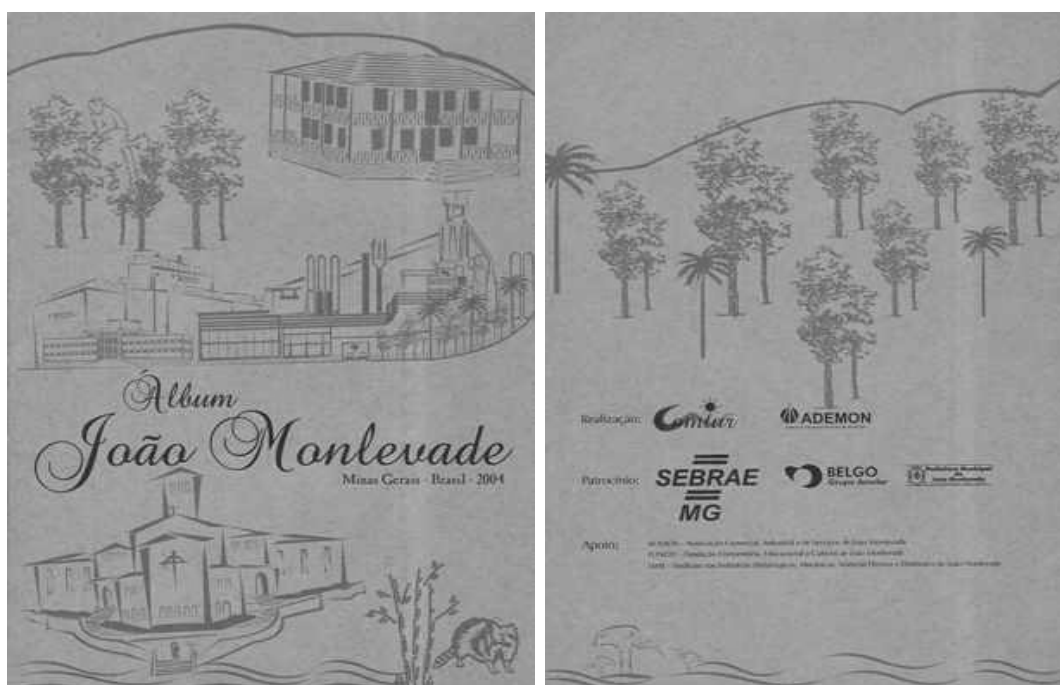


Figura 38 – Álbum de Figurinhas (Capa e Contracapa)

Fonte: Ronaldo Rodrigues, 2016.

Para estabelecer estes elementos e criar uma cultura de colecionismo, os elementos do álbum (os cromos) foram distribuídos em 12 (doze) envelopes de diferentes cores e com uma combinação que não permitia a superposição e repetição dos elementos da coleção. Em

todo o encarte do álbum e junto a cada estampa se tem uma breve descrição da mesma e a identificação da origem da fotografia que a compõe. O álbum foi divulgado como parte do PNMT (Programa Nacional de Municipalização do Turismo) como parte de um programa maior destinado a incentivar e incrementar o turismo na cidade de João Monlevade. Dentro do chamado “Kit Turismo” foram vendidos e distribuídos postais, folders, adesivos, camisas, bonés e chapéus que tinham estampados os principais símbolos da cidade, dentre eles: a Igreja São José Operário, o Solar Monlevade, a Serra do Seara, o Rio Piracicaba e a Forja Catalã dentre outros. Cabe destacar que, quatro anos antes, em 2000, houve uma eleição para escolha do símbolo da cidade, que teve como vencedora a Igreja de São José Operário que está representada, assim como os outros elementos ligados à história e à memória da Companhia, no conjunto de cromos do álbum.

Para desenvolver as noções de atividade cultural e de educação patrimonial ao colecionismo e como forma de interligar a ação à construção de uma identidade e memória local pode-se avaliar o Editorial do Álbum no qual se percebe a iniciativa de resgate da história da cidade e de seus símbolos. A partir dele se percebe uma preocupação em construir uma memória acerca da história da cidade junto aos mais jovens a partir da apresentação de alguns pontos, monumentos e pessoas que fazem ou fizeram parte dela. (Figura 39)

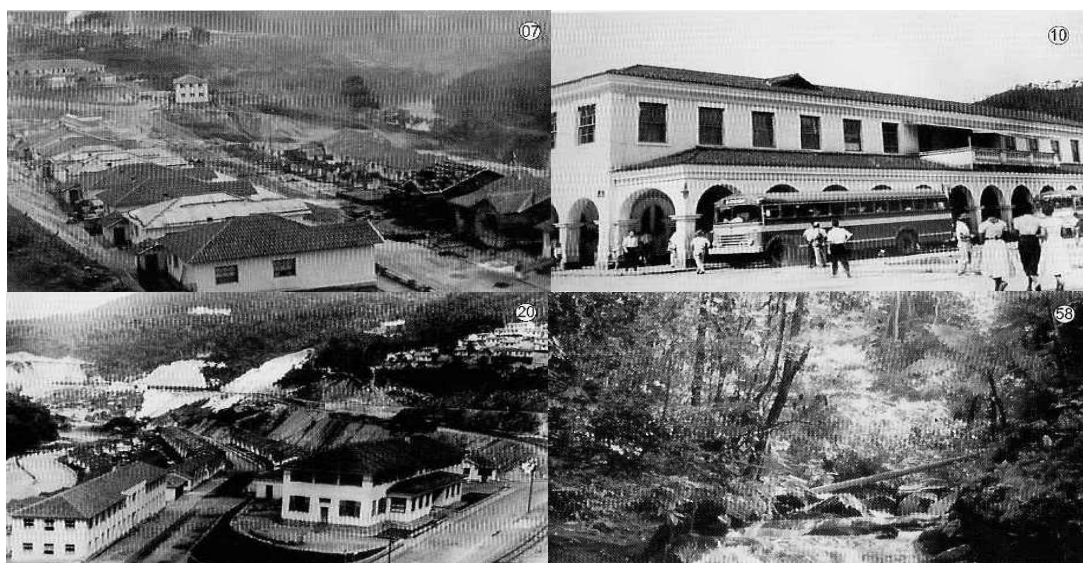


Figura 39 – Cromos do Álbum (Vila Operária, Antigo Cinema e RPPN Belgo Mineira)

Fonte: Adaptação e Montagem dos Cromos, 2016.

álbum apresenta em sua coleção vários outros pontos da cidade que mesclam a vida social e a cultura local às atividades sociais implantadas pela empresa, dentre eles: a figura de João Monlevade, o Engenheiro Louis Ensck, a construção do centro industrial, a construção da Rua Siderúrgica, Floresta Clube Dr. Henry Meyers, a RPPN (Reserva Particular do Patrimônio Natural) da CSBM, tombada pelo IBAMA (Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis), o complexo arquitetônico que compõe o centro antigo da cidade, o Hospital Margarida, o Jornal O Pioneiro e o símbolo da cidade, a Igreja de São José Operário além de outros cromos.

Para divulgação da ação de colecionismo, optou-se por distribuir o folder “Conheça João Monlevade – Adquira o Álbum e as Figurinhas” junto às escolas de ensino fundamental – municipais, estaduais e particulares – do município. Estas adquiriram os álbuns, juntamente com os envelopes de cromos para distribuí-los aos alunos e fazer parte do conjunto acadêmico de atividades, principalmente, de disciplinas afins: Artes, Geografia e História.

Como ação paralela e complementar, os alunos das escolas e das aulas de Geografia e História ocorreram visitas de familiares e pessoas próximas aos alunos que os mesmos identificavam a partir do compartilhamento das histórias e cromos contidos no álbum. A ideia de estender a ação à presença de familiares nas escolas também contribuiu para criar maiores laços afetivos na comunidade e também entre alunos e escola.

Com isso, os alunos foram envolvidos nas práticas acadêmicas e, ao mesmo tempo, desenvolveram uma cultura patrimonial e de formação de memória e história da cidade. Mais que formar uma consciência patrimonial, tem-se também o resgate das relações sociais estabelecidas entre empresa e sociedade. Percebe-se assim que, a história e a memória organizacional permanecem presentes em muitas das famílias cujo laço profissional com a organização permanece vivo, principalmente aquelas que vivem nas vilas operárias fundadas pela empresa e que ainda possuem membros vinculados à empresa que se identificam com a cidade e seus símbolos. Algumas escolas adquiriram os álbuns para suas bibliotecas e os mantêm em seu acervo para consulta. Através das ações junto às escolas, conseguiu-se inserir como elemento de aprendizado a atividade de contar através do álbum a história da cidade e

também identificar pontos de referência que muitas vezes estavam esquecidos ou que até o momento não se conhecia.

Particularmente, a FUNCEC (Fundação Comunitária Educacional e Cultural de João Monlevade) adquiriu álbuns para divulgação dentro de suas atividades junto ao CENTEC (Centro Tecnológico Dr. Joseph Hein) que os incorporou dentro de seus programas de atividades de ensino-aprendizagem. A iniciativa teve como apoio fundamental da empresa ArcelorMittal do Brasil, antiga Companhia Siderúrgica Belgo-Mineira, que de sobremaneira influenciou o desenvolvimento da cidade.

Esta relação empresa-cidade, muito próxima daquela identificada anteriormente por Correia (2001), leva a consolidação de relações que ultrapassam o caráter econômico-financeiro e determinam as relações sociais e culturais. Muitas delas estão expressas no conteúdo do álbum, por exemplo, em seu início, quando se constrói a relação entre os processos siderúrgicos e os primórdios de sua fundação através da construção Solar Monlevade e da Forja Catalã pelo francês Jean Felix Dissandes de Monlevade, em 1818, que introduz os princípios da siderurgia no Estado de Minas Gerais até o final do século XIX.

Assim, tem-se também a ampliação dos conceitos de patrimônio associada ao patrimônio industrial e à arqueologia industrial¹. Além da história de formação da cidade, que tem suas origens na indústria de siderurgia e metalurgia no Estado de Minas Gerais, devem-se considerar as possibilidades de ampliação de uma identidade e relação entre memória e história através da atuação social e construção do imaginário social da cidade durante as décadas de 50 e 60, principalmente.

Nesse período de consolidação social e urbana da comunidade, a atuação da empresa constituiu-se em um dos fatores fundamentais para o seu crescimento e desenvolvimento, tais como a construção de vilas operárias, de clubes desportivos, centros de saúde, escolas entre outros equipamentos urbanos.

Desta forma, tem-se que a empresa apresenta uma atuação que não se limita às atividades industriais e desempenhou o importante papel de ator social na implantação de várias outras atividades que acabaram por definir e formatar a vida social e cultural e, por consequência, o conjunto patrimonial da cidade. Percebe-se, desta forma, ao final dos

trabalhos junto ao grupo de alunos do ensino fundamental que a atividade desenvolvida e identificada como educação patrimonial reafirma uma necessidade de atividades complementares ao desenvolvimento de uma identidade social e de valorização do patrimônio cultural.



Figura 40 – Usina de Siderúrgica, Sabará observada por Dr. Louis Enschedé, Anos 1930.
Fonte: Acervo da Biblioteca Pública Municipal Professor Joaquim Sepúlveda, Sabará, 2016.

10. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Uma análise das transformações da sociedade ao longo dos últimos dois séculos compreende dentre os importantes processos que conduziram organizações e governos, industrialização e seus desdobramentos. As transformações decorrentes das políticas organizacionais conformaram uma parte fundamental das realidades locais e regionais, que se refletiram também em outros casos nacionais e mesmo internacionais.

Para o caso brasileiro percebe-se que os processos de industrialização, embrionários e pontuais no período colonial, emergentes no período colonial e consolidados na república determinaram ao país um processo de desenvolvimento social e econômico que se faz crescente e presente durante todos os períodos. Entretanto, o processo de industrialização, geralmente, somente é percebido sob perspectivas das estruturas macro e microeconômicas, sob as características da gestão empresarial e o crescimento e desenvolvimento das empresas segundo o caráter estrutural e tecnológico.

Uma necessária percepção das influências sociais, das relações entre organização, sociedade e Governo, e a importância ou influência das empresas nos processos sociais e culturais de uma sociedade são temas que, se não inexplorados, em alguns casos, pelo menos se apresentam incipientes ou latentes. Um dos atuais instrumentos que criam possibilidades para o desenvolvimento dos atores envolvidos – empresas, Governo e sociedade –, se constitui a partir de conceitos denominados “Desenvolvimento Local Integrado e Sustentável – DLIS” em que se torna possível por uma ação integradora e co-partícipe entre as partes que se complementam e se integram (Zen e Fracasso, 2008)

Percebe-se, assim, que há uma confluência entre o atual conceito que determina um desenvolvimento social e econômico que se apresente cooperado, possibilite gerar resultados às partes e permita a integração dos setores produtivo, estatal e comunitário, com aquele apresentado pela Companhia Siderúrgica Belgo-Mineira, implantado a partir da década de 1920 com a parceria com gestores e empresa do setor minero metalúrgico luxemburguês.

Então associada ao mercado internacional, de maneira pioneira, a Companhia passou a investir na formação de uma indústria siderúrgica no mercado brasileiro o que possibilitou o incentivo ao mercado interno de consumo de ligas de ferro e aço, além da futura concorrência junto ao mercado internacional.

Para isso, tornou-se necessário investir de forma empreendedora a fim de possibilitar o crescimento econômico e social segundo os três pilares anteriormente apresentados: o caráter individual e empresarial, o qual se percebe nos primeiros investidores, locais e nacionais que se constituíam em um grupo de engenheiros visionários com a possibilidade de instalar a indústria siderúrgica no Estado de Minas Gerais, a partir dos incentivos do governo federal; o caráter individual e coletivo empresarial e social que se estabelece nas relações da empresa com a sociedade a partir da necessidade de constituir núcleos urbanos de moradias para seus empregadores e funcionários, bem como toda a infraestrutura e equipamentos sociais necessários à execução das atividades produtivas e atividades socioculturais; e, o caráter individual e coletivo político que compreende a gestão de toda a estrutura, empresa e sociedade, além de definir as regras de convivência e conduta e o compartilhamento com o Estado, muitas vezes substituído pela própria companhia em suas atividades e atribuições.

Tem-se, assim, uma preocupação social e econômica que se desloca ao encontro de uma preocupação atual das organizações com o desenvolvimento social a qual se deve, em parte, aos processos de desestatização, de desmoronamento do *welfare state* e crescimento do neocapitalismo liberal. Em contrapartida, percebe-se o movimento contrário ao firmado pela companhia ao longo das décadas de 1930 a 1960, em que há a estruturação do Estado, o qual estabelece relações econômicas que delimitam os espaços de atuação das empresas e de gestão pública.

Nas duas situações há uma necessidade das organizações em cumprir e atingir as necessidades empresariais e mercadológicas que se tornam prementes às organizações em função de preocupações com o bem-estar social e com as relações empresa-sociedade ocorridas a partir da organização e gestão do entorno empresarial que envolve diferentes atores sociais, que afetam, direta e indiretamente, os resultados da empresa.

Entretanto, para melhor entender o fato de determinadas organizações se envolverem em ações de responsabilidade social, torna-se essencial perceber o papel desempenhado pela empresa no seu entorno social, bem como resgatar a memória empresarial e industrial não somente brasileira, mas global. Existem pontos de ação organizacional cuja importância para o entendimento das atividades socioculturais das empresas determinam a percepção dos diferentes papéis por ela exercidos, os quais, na maioria dos casos, estão desenvolvidos a partir das influências e relevância dos setores de atuação e da estrutura e relevância local, seja para o desenvolvimento regional, nacional ou internacional e seus espaços de atuação.

Desta forma, percebe-se que a riqueza e diversidade de atuações empresariais e suas relações segundo a importância e reflexos no ambiente social estão estabelecidas a partir de questões empresariais que envolvem métodos e estratégias de intensificação do trabalho, bem como a busca por maior competitividade e produtividade que devem abranger as transformações empresariais e sociais sob a necessidade de adaptação e mudanças de foco da óptica organizacional, sejam a partir de suas estruturas organizacionais, seja pela necessidade de estruturação das questões sociais.

Assim, a recuperação da história industrial e cultural apresenta a possibilidade de conhecimento de uma época vivida e de seu entorno. A percepção das transformações organizacionais se faz segundo fatores a elas inerentes ou que se originaram a partir da ação do Estado ou da sociedade e seus reflexos nas condições de trabalho e de vida das pessoas. As demandas socioculturais requeridas pelos processos produtivos, em uma orientação geral para melhor entendimento da ação do “trabalhador coletivo”, têm sido pouco consideradas quanto aos aspectos tecnológicos, produtivos e de mercado. Um entendimento *locus social* torna-se necessário e prioritário para buscar-se explicar as mudanças sociais, as expectativas, limitações e sucessos ocorridos na sociedade contemporânea.

Para o caso da Companhia Siderúrgica Belgo-Mineira tem-se que o desenvolvimento das relações entre a empresa e a sociedade permitiu a construção de elementos de identidade e identificação os quais estão presentes até a contemporaneidade quando se define como janela temporal o período em que a organização desenvolveu suas atividades produtivas vinculadas às necessidades sócio urbanas das comunidades onde se inseria.

“Sabará tinha festejos comemorativos e solenidades muito mais ricos, com colaboração de toda a usina, sempre contando com a presença de ilustres visitantes e filhos de lá que são doutores, mas infelizmente hoje essa tradição está decadente”³⁰¹.

Essa identificação existente entre cidade e empresa determina uma análise própria das relações em que se observa a atuação da organização industrial extrapolar questões produtivas e suas influências se estenderem às atividades e ao cotidiano social. As lembranças e memórias determinam recordações de empregados da empresa ou mesmo indivíduos das comunidades com vínculo às atividades sociais desenvolvidas pela empresa.

A sociedade encontra-se atrelada a empreendimentos produtivo-econômicos os quais definem as situações cotidianas a partir das condições sociais ou mesmo as desenvolve a partir de núcleos urbanos ou rurais. A empresa-comunidade compreende, em parte, um reflexo das atividades da Companhia cuja inserção e atuação determina o dia-a-dia e igualmente participa como agente de construção da identidade da coletividade.

A análise das relações entre a Companhia e as cidades em que atuava está determinada a um período histórico específico a partir do qual se faz uma análise das atividades produtivas, com a ampliação da empresa e suas consequentes implicações socioculturais. Tal processo, em algumas publicações da empresa ou mesmo em depoimentos dos funcionários, encontra-se personalizado no diretor-geral à época, o Dr. Louis Enschedé.

“Participação não somente no desenvolvimento do setor siderúrgico, mas numa integração muito forte, e antecipando talvez quase 80 anos em termos sociais de atendimento aos seus empregados. Coisas que só mais recentemente o Governo Federal, a legislação trabalhista veio conceder, do ponto de vista de benefícios, de assistência médica etc., a Belgo fez isso, ela construiu hospitais em Cel. Fabriciano, lá no sertão de Várzea da Palma, em Valadares, em Dionísio, em Goiabal; todo lugar que ela tinha uma ação, ela tinha necessidade de um atendimento.

Eu não sei se isso seria uma influência européia, ou seria mais uma visão do Louis Enschedé, porque também era uma questão de sobrevivência. Na Europa já estava tudo pronto. Ele chega aqui, tem a Usina, mas não tem um abastecimento, não tem máquina, não tem transporte, não tem nada. Então aí acho que vai muito a visão e a sensibilidade do administrador”³⁰².

³⁰¹ Acervo do Centro de Memória da Fundação ArcelorMittal Brasil – Projeto Memória & Identidade (M&I) – Depoimento 021.

³⁰² Acervo do Centro de Memória da Fundação ArcelorMittal Brasil – Projeto Memória & Identidade (M&I) – Depoimento 014.

“Todos nós, reunidos hoje neste recinto, como integrantes da mesma grande família, cercando carinhosamente a figura do nosso querido chefe, sentimos os corações transbordando da mais legítima e natural alegria, ao festejar as bôdas de prata da administração Louis Enschedé, cuja vida se identifica com a própria Cia. Siderúrgica Belgo-Mineira. [...]

Confiante no grande futuro do Brasil, seu espírito criador já concebeu novos grandiosos planos de ampliação das instalações e de especialização dos produtos, com a introdução de novos processos e maquinaria ultramoderna, projetos estes em plena via de estudos e execução.

Como grande e autêntico líder que é, não podia o Dr. Enschedé deixar de cuidar também do bem estar de seus colaboradores. [...]

É pois, com o mais legítimo orgulho e a mais justa satisfação que vós, Doutor Louis Enschedé, podeis contemplar esta vossa obra, na certeza de que ela figurará nos anais da siderurgia do Brasil, como uma grande e perfeita usina, uma usina pioneira, que abriu o caminho e deu o exemplo, no Vale Rio Doce, para outras empresas congêneres já estabelecidas ou que vierem a ser montadas”³⁰³.

Essas percepções refletem, de certa maneira, sob a óptica da Companhia, as relações entre a empresa e a sociedade, bem como apresentam especificamente as ações empreendidas junto às cidades em que atuava e as transformações na vida profissional e pessoal, social e individual, e cultural dos indivíduos e da sociedade. A caracterização empreendedora do Diretor-Geral da Companhia durante entre as décadas 1930-1950 permitiu a confluência de fatores econômicos e sociais e garantiu que se firmasse uma relação de proximidade entre as esferas pública e privada, entre as instâncias empresariais, sociais e de Governo.

Em parte, pode-se creditar essas relações à inexistência, ineficácia ou embrionária atividade dos demais atores sociais que desempenhavam papéis diferenciados àqueles definidos para o bem-estar social ou mesmo se direcionavam à atuação quanto à estruturação do Estado, para o caso dos órgãos públicos, ou mesmo reconhecimento e reflexo das condições sociais, como os Sindicatos e representações funcionais

Ainda assim, uma análise das relações sócio industriais se define como inovadora, pois a empresa institucionaliza instrumentos de aproximação entre empregadores e

³⁰³ Fragmento do discurso pronunciado pelo Dr. Alberto Scharlé, em 15 de novembro de 1952. Companhia Siderúrgica Belgo-Mineira, p. 9-12, 1953.

empregados, como a criação de reuniões semanais de Comissões Setoriais, em 1957 e do Serviço de Relações Industriais, em 1962.

“[...] visando à adaptação dos serviços aos planos de expansão da Belgo-Mineira e às exigências da moderna técnica de trabalho, deliberou a Companhia criar o Serviço de Relações Industriais (S.R.I.), subordinado à Superintendência Administrativa. De acordo com a respectiva Nota de Serviço, o novo setor de trabalho foi criado ‘tendo em vista a necessidade de organização centralizada na aplicação das técnicas de administração do pessoal no que se refere ao recrutamento, seleção, treinamento, classificação de cargos, incentivos, higiene e segurança no trabalho, assistência social e relações humanas’³⁰⁴.

As inovações sociais oferecidas pela empresa ao longo do desenvolvimento da sociedade e do entorno organizacional tornavam-se sistema amortecedor das questões trabalhistas e determinavam os princípios para o desenvolvimento das atividades estruturais da empresa e da sociedade. As práticas empresarias definiam as relações do trabalho, as relações sociais e culturais, bem como se refletiam na construção de uma identidade empresarial, individual e coletiva da sociedade e sua consequente percepção acerca da sociedade, seus princípios e suas relações.

As demandas organizacionais e sociais apresentavam-se concomitantemente e de maneira paralela, e possibilitavam a construção de elementos comuns de referência tanto para a empresa quanto para a sociedade. Com isso, vislumbra-se uma possibilidade de ampliação do conceito e entendimento do patrimônio cultural que se determina a partir da vinculação de questões relacionadas ao imaginário individual e social os quais possuem referências históricas e algumas situações da relação empresa-sociedade que refletem a memória dos indivíduos e de suas cidades. Quanto aos vínculos ao patrimônio industrial, eles permitem uma associação a partir de uma variedade de referências patrimoniais as quais, de diferentes formas, cuja identificação de um processo de identidade e de apropriação dessa memória, também constroem histórias comuns e correlacionadas. (Figura 41)

³⁰⁴ Periódico “O Pioneiro”, ano VII, nº 128, p. 1, jul/1962.

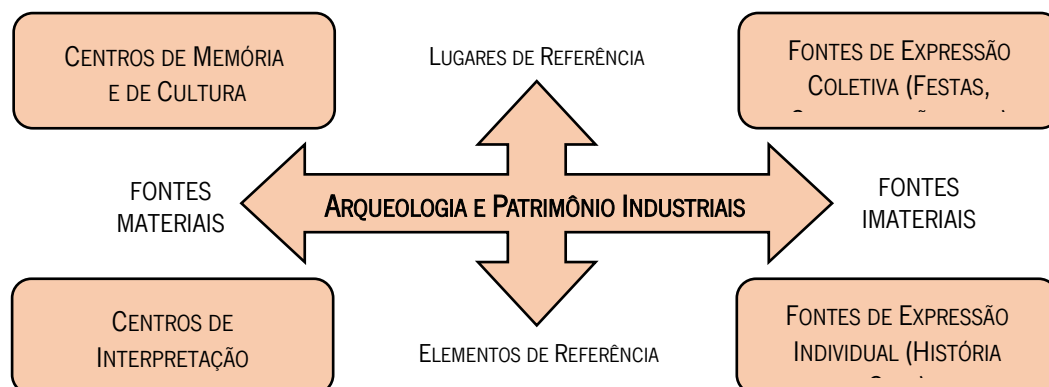


Figura 41 – Mapa de Referências – Arqueologia e Patrimônio Industriais
 Fonte: Elaborado pelo Autor, 2016.

As possíveis respostas apresentadas para a valorização e preservação do patrimônio industrial, em suas mais diversas formas de expressão – de material à imaterial – encontram-se em vincular as atividades produtivas às atividades socioculturais, em estabelecer ou reafirmar os laços de identidade e identificação existentes entre as corporações e as sociedades em que se desenvolveram.

“A versatilidade oferecida pelo patrimônio industrial no que respeita à sua reutilização, constitui também um fator adicional que favorece a adoção desse tipo de solução. De fato, a reutilização do patrimônio industrial tem constituído uma das soluções encontradas para o problema da sua salvaguarda. A conjugação da engenharia e arquitetura, altamente desenvolvidas nas últimas décadas, com as características particulares das edificações industriais (construção sólida e amplos espaços interiores) oferece um enorme leque de possibilidades para a preservação desse tipo de patrimônio. A reutilização tem sido a opção preferencialmente adotada para a salvaguarda do patrimônio industrial, uma vez que são inúmeras as soluções e possibilidades que ele encerra”³⁰⁵.

Ao se avaliar uma possível aplicação para implantação de um modelo de valorização cultural e de preservação do patrimônio industrial da empresa tem-se como exemplo o caso em questão o qual foi apresentado por Bueno (2012) em seu estudo sobre a Companhia Siderúrgica Belgo-Mineira sob a óptica da arquitetura em metal e suas singularidades e características.

³⁰⁵ Lopes Cordeiro, p. 157, 2011.

Por meio da análise dos equipamentos industriais ainda existentes das décadas de 1930 a 1950, a autora define uma proposta de aproveitamento das antigas instalações, as quais não se encontram em utilização pela empresa, dentre elas as utilizadas como edificações destinadas à Fundição, Modelagem e Oficina que conservam tanto suas estruturas quanto as características construtivas. (Figuras 42 a 47)

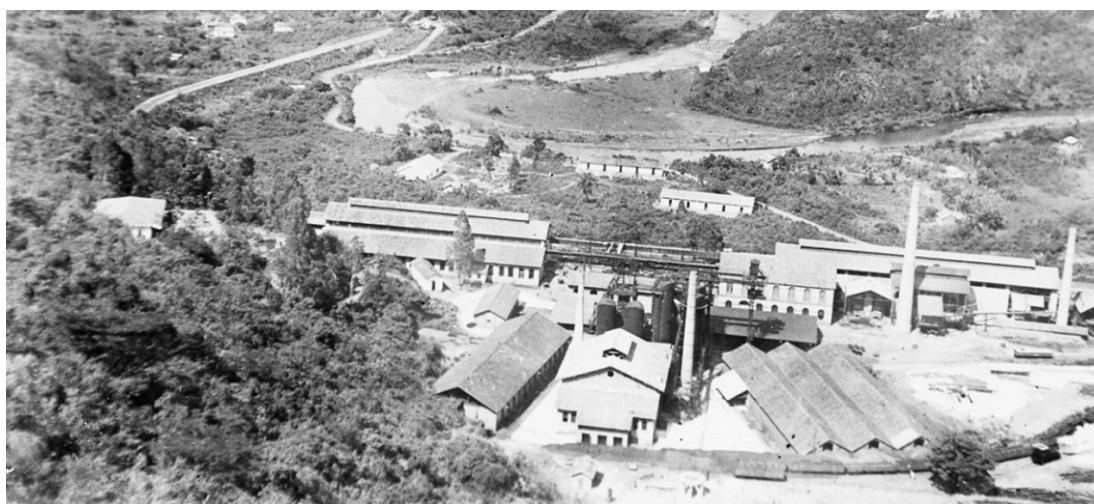


Figura 42 – Usina de Siderúrgica, Sabará, Anos 1930.

Fonte: Acervo do Centro de Memória da Fundação ArcelorMittal Brasil, 2016.



Figura 43– Usina Siderúrgica – Complexo dos Anos 1930

Fonte: Acervo de Fernanda Bueno, 2012.



Figura 44 – Edificação da Fundição – vista interna, Usina Siderúrgica, Sabará, s/d.
Fonte: Acervo do Centro de Memória da Fundação ArcelorMittal Brasil, 2016.



Figura 45 – Edificação da Antiga Fundição (vista interna)
Fonte: Acervo de Fernanda Bueno, 2012.



Figura 46 – Antiga Oficina Mecânica – vista interna, Usina Siderúrgica, s/d.
Fonte: Acervo do Centro de Memória da Fundação ArcelorMittal Brasil, 2016.



Figura 47 – Antiga Oficina Mecânica (vista interna)
Fonte: Acervo de Fernanda Bueno, 2012.

A ideia composta na proposta de Bueno (2012), se compõe de um processo de requalificação dos edifícios e de sua transformação em um espaço multiuso, em consonância às suas dimensões o que poderia transformá-lo em um Centro de Referência Social e Cultural no qual se desenvolveriam atividades de educação patrimonial que proporcionassem a integração entre a Companhia e a sociedade. Seria retomado um processo de integração existente desde os anos 30 do século XX, que além de resgatar a memória e a história da empresa e da indústria siderúrgica nacional, proporcionaria a preservação de edifícios e instalações, mais significativos à empresa e à sociedade, bem como a história e a memória da sociedade que fora construída conjuntamente entre organização e comunidade. (Figura 47)

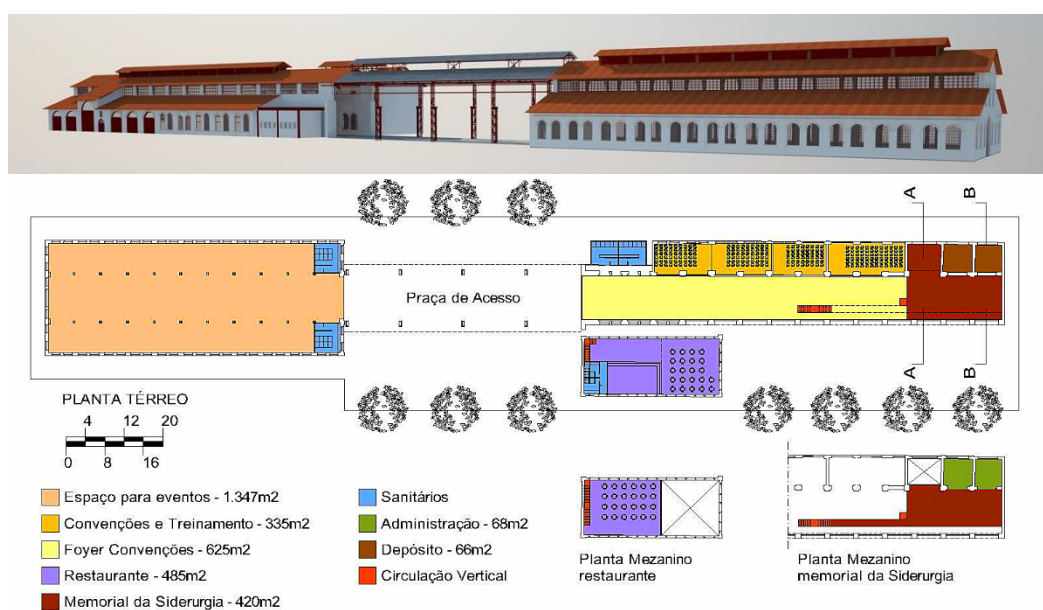


Figura 48 – Proposta de Requalificação do Antigo Complexo da CSBM
Fonte: Fernanda Bueno, p. 300-301, 2012.

A proposta de valorização dos espaços industriais a partir de uma integração com a história social do lugar possibilita o reconhecimento do patrimônio industrial como fator integrante da história social e da memória da sociedade.

A percepção do campo da história econômica e de empresas e do patrimônio cultural e industrial de maneira integrada permite a construção de diferentes campos de pesquisa que se inter-relacionam e se integram a outras ciências. A partir dessa interface identificam-se as relações entre as organizações produtivas e as construções sociais e as práticas do trabalho e

a sociedade. As consequências econômicas, sociais e culturais que envolvem uma complexa rede de relações da Companhia define desde o processo de acumulação do capital e de desenvolvimento econômico aos elementos de identidade e identificação social. (Figura 49)

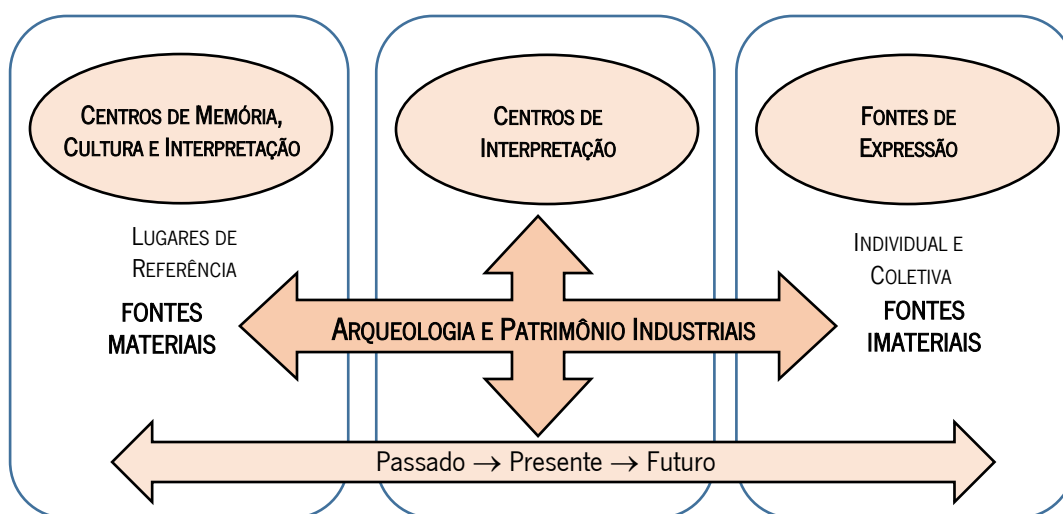


Figura 49 – Mapa de Referências de Memória empresarial
Fonte: Elaborado pelo Autor, 2016

Entretanto, as perspectivas de desenvolvimento social sustentável e de participação organizacional em questões sociais – como a responsabilidade social – sob a óptica das inter-relações empresa-governo-sociedade deve associar propostas de complementaridade e de compartilhamento. Os conhecimentos específicos a cada um dos atores envolvem uma dinâmica de reconstrução ou redefinição das formas de atuação do gestor, administrador o gerente empresarial, conjuntamente aos papéis desempenhados por governantes e cidadãos.

Identificar o próprio objeto de estudo – o patrimônio industrial – como algo integrador dos contextos de formação do homem exige a compreensão de diferentes dimensões da vida humana. As relações sociais, políticas, econômicas e culturais devem, equilibradamente, trazer contribuições a identidade pessoal e coletiva.

Perceber a formação do homem a partir de perspectivas distintas, mas complementares, como a econômica e a social, a laboral e a lúdica, leva a uma ampla compreensão do sentido do patrimônio cultural – e sua expressão por meio do patrimônio industrial. Entende-se a organização produtiva e a sociedade em suas diferentes formas de manifestação que interligam continuamente em suas relações passadas, presentes e futuras.

A contribuição de uma à outra se expressa pela memória e história construídas conjuntamente e se revelam na expressividade de seu legado.

11. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS³⁰⁶

ABREU, Regina e CHAGAS, Mário (orgs.). *Memória e patrimônio: ensaios contemporâneos*. 1ª. ed. Rio de Janeiro : DP&A. 2003. ISBN 9788574902418.

ABREU, Sílvio Fróes. *A riqueza mineral do Brasil*. 1ª. ed. São Paulo : Editora Nacional. 1975.

ALFREY, Judith e PUTNAM, Tim. *Industrial heritage: managing resources and uses*. 1ª. ed. London : Routledge. 1992. ISBN 9780415070430.

ARAÚJO, Francisco César de. A propósito da restauração de testemunhos histórico-culturais de natureza tecnológica. In: *1º Fórum de Museologia do Interior Paulista: Anais do Fórum de Museologia do Interior Paulista, CD ROM*. Campinas : CCLA, 1998.

ARNASON, Johann P. Nacionalismo, globalização e modernidade. In FEATHERSTONE, Mike. *Cultura global: nacionalismo, globalização e modernidade*. 1ª. ed. Petrópolis : Editora Vozes, 1994, p. 221-250.

ASSMAN, Jan. Collective memory and cultural identity. *New German Critique*. 1995, n°. 65, p. 125-133. ISSN 0094-033X.

ASSOCIAÇÃO COMERCIAL DO RIO DE JANEIRO. A Belgo Mineira e a Siderurgia Nacional. *Revista do Comércio*, Mar 1946, ano II, n° 4, p. 55-58.

AZEVEDO, Édio Vieira de. 1ª. ed. *Relances da Belgo-Mineira*. Belo Horizonte : SEGRAC. 2004.

BACHELARD, Gaston. *La formación del espíritu científico*. 1ª. ed. México : Siglo XXI. 1981. ISBN 9789682317316

BACHELARD, Gaston. *El compromiso racionalista*. 2ª. ed. México: Siglo XXI. 1989. ISBN 9789682306723.

BAETA, Nilson. *A indústria siderúrgica em Minas Gerais*. 1ª. ed. Belo Horizonte : Imprensa Oficial. 1973.

BARRIENTOS, José Manuel Geijo e PÉREZ, Patricia Zulueta. De artefacto a fábrica: recuperación gráfica de la arquitectura industrial del siglo XVIII en el Canal de Castilla. In *Congreso*

³⁰⁶ Para apresentação das referências bibliográficas foram adotados os princípios internacionais para a normalização propostos nas normas ISO 690:1987 e ISO 6902:1997. ISO (International Standards Organization).

Internacional Conjunto XVII Ingeniería Gráfica de INGEGRAF-XV: Actas del Congreso, Sevilla, 2005. Sevilla : Universidad de Sevilla, 2005

BARROS, José D'Assunção. *Cidade e história.* Petrópolis : Vozes. 2007. ISBN 9788532634450.

BARTLETT, Frederic C. *Remembering: an experimental and social study.* 1ª. ed. Cambridge : University Press. Imp 1995. ISBN: 9780521483568.

BATALHA, Cláudio H. M.; SILVA, Fernando Teixeira da e FORTES, Alexandre (orgs.). 1ª. ed. *Culturas de Classe.* Campinas : UNICAMP. 2004. ISBN 9788526806641

BELL, Daniel. *O Advento da Sociedade Pós-Industrial.* 1ª. ed. São Paulo : Cultrix. 1974.

BERGERON, Louis. El Patrimonio industrial, ¿Qué hacer? In ÁLVAREZ ARECES, Miguel Ángel. (coord.) *Patrimonio industrial: Lugares de la memoria: proyectos de reutilización en industrias culturales, turismo y museos.* 1ª. ed. Gijón: INCUNA, 2002, p.11-16.

BERGERON, Louis e DOREL-FERRÉ, Gracia. *Le patrimoine industriel. Un nouveau territoire.* 1ª. ed. Paris : Liris. 1996. ISBN 9782909420158.

BONDUKI, Nabil. *Origens da habitação social no Brasil: arquitetura moderna, Lei do Inquilinato e difusão da casa própria.* 6ª. ed. São Paulo : Estação Liberdade. 2011. ISBN 9788585865917.

BOSI, Ecléa. *Memória e sociedade: lembrança dos velhos.* 1ª. ed. São Paulo : Companhia das Letras. 1994. ISBN. 9788571643932.

BOUCHENAKI, Mounir, (1999). International Conservation Organizations. *The GCI Newsletter.* [Em linha]. Spring 1999, vol. 14, nº 1. [consultado em 2015-03-08] Disponível na World Wide Web:

<http://www.getty.edu/conservation/publications_resources/newsletters/14_3/feature1_8.html>.

BOUÇAS, Valentim F. *Brazil. Economic Data. 1928-1932.* London : Waterlow & Sons Ltd. 1933.

BRASIL. Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social. *A privatização no Brasil: o caso dos serviços de utilidade pública.* [Em linha]. 1ª. ed. Brasília : BNDES, 2000. [consultado

25 Janeiro 2015]. Disponível na World Wide Web: <http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/bndes/bndes_pt/Institucional/Publicacoes/Paginas/livro_privatiz_ocde.html>.

BRASIL. Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social. *BNDES 50 Anos: histórias setoriais*. [Em linha]. 1ª. ed. Brasília : BNDES, 2002. [consultado 25 Janeiro 2015]. Disponível na World Wide Web: <http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/bndes/bndes_pt/Institucional/Publicacoes/Paginas/livro_bndes_setorial.html>.

BRASIL. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. *Patrimônio imaterial*. [Em linha] Brasília : IPHAN. s/d. [consultado 15 Janeiro 2015]. Disponível na World Wide Web: <<http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/234>>.

BRASIL. Ministério da Cultura, Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional e Fundação Nacional de Arte (orgs.). *Patrimônio imaterial: O registro do patrimônio imaterial: Dossiê final das atividades da Comissão e do Grupo de Trabalho Patrimônio Imaterial*. 4ª. ed. Brasília : MEC. 2006. [consultado 15 Janeiro 2015]. Disponível na World Wide Web: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/PatlmaDiv_ORegistroPatrimoniolmaterial_1Edicao_m.pdf>.

BRASIL. Fundação Pró-Memória. Subsecretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Secretaria da Cultura. Ministério da Educação e Cultura. *Boletim do SPHAN – Promemória*, ed. 4, 1980, p. 17-18.

BRUNER, Jerome. *Actos de significado. Más allá de la revolución cognitiva*. 1ª. ed. Madrid : Alianza. 2000. ISBN 9788420648125.

BRUNO, Maria Cristina Oliveira. Museologia e museus: princípios, problemas e métodos. *Cadernos de Sociomuseologia*. 1997, vol. 10, nº 10, p. ISSN 1646-3714.

BUENO, Fernanda Alves de Brito. *Estruturas metálicas no início do período de industrialização em Minas Gerais: decorrências e preservação*. Dissertação de Mestrado, Universidade Federal de Ouro Preto, Ouro Preto, 2012.

BURITY, Joanildo A. (org.). *Cultura e identidade: perspectivas interdisciplinares*. Rio de Janeiro : DP&A. 2002. ISBN 978857490117.

BURKE, Peter. *O que é história cultural?* 1ª. ed. Rio de Janeiro : Jorge Zahar. 2005. ISBN 9788571108387

BYRNE, Justin. “Nuestro pan de cada día”: accidentes de trabajo y respuesta de los albañiles de Madrid en el cambio de siglo. In HUERTAS, R. e CAMPOS, R. (Coords.). *Medicina social y clase obrera en España (siglos XIX y XX)*. 1ª. ed. Madrid: Fundación de Investigaciones Marxistas, Tomo I, 1992, p. 21-48.

CABRAL, Ana Isabel Aguiar. *Entre o discurso e a prática: a educação e a infância em escolas de fábrica com vila operária*. Dissertação de Mestrado, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2001.

CAPPELLIN, Paola *et al.* (orgs.) *Entre memória e mercado: famílias e empresas de origem italiana no Brasil*. 1º. ed. Belo Horizonte : Editora Fino Traço. 2010. ISBN 9788598885827.

CASTELLS, Manuel. *Local y global. La gestión de las ciudades en la era de la información*. 1ª. ed. Madrid : Taurus. 1997. ISBN: 9788430602698.

CASTELLS, Manuel. *A era da informação. Economia, sociedade e cultura. A sociedade em rede*. 5ª. ed. São Paulo : Paz e Terra, vol. 1. 1999a. ISBN 9788521903291

CASTELLS, Manuel. *A era da informação. Economía, sociedade e cultura. O poder da identidade*. 3ª. ed. São Paulo : Paz e Terra, vol 2. 1999b. ISBN 9788521903369.

CASTELLS, Manuel. *A era da informação: Economia, sociedade e cultura. Fim de milênio*. 2ª. ed. São Paulo : Paz e Terra, vol. 3. 1999c. ISBN 9788521903390.

CASTELLS, Manuel. Identidad, estado, trabajo, tiempo y espacio en la sociedad red: contribución a un debate abierto. *Revista Española de Investigaciones Sociológicas*. Madrid : CIS. 1999d, nº 8 [consultado em 2015-04-23], pp. 387.395. Disponível na World Wide Web: <http://www.reis.cis.es/REIS/PDF/REIS_086_21.pdf>.

CASTILLO, Juan José. El taylorismo hoy: ¿Arqueología Industrial? In CASTILLO, Juan José. 1ª. ed. *El trabajo del sociólogo*. Madrid: Complutense, 1994, pp. 59-76.

CASTILLO, Juan José. ¿Ha habido en España organizadores de la producción? Entre de los Congresos de Ingeniería, 1919-1950. In CASTILLO, J.J.; VILLENA, J.. *Ergonomía. conceptos y métodos*. 1ª. ed. Madrid: Complutense, 1998, pp. 31-66.

CASTILLO, Juan José; SOTO, Paloma Candela e GARCÍA, Mercedes López. Arqueología industrial en Madrid: un programa de investigación en las Ciencias Sociales del trabajo. *Revista Latinoamericana de Estudios del Trabajo*. 1999, ano 5, nº 9, p. 173-189. ISSN 1405-1311.

CASTRIOTA, Leonardo Barci. *Patrimônio cultural: conceitos, políticas, instrumentos*. 1ª. ed. Belo Horizonte : IEDS. 2009. ISBN 9788574199870.

CATTANI, Antônio David. (Org.). *Trabalho e tecnologia: dicionário crítico*. Petrópolis : Rio de Janeiro, Editora Vozes. 1997. ISBN 9788532618689.

CHOAY, Françoise. A alegoria do patrimônio, São Paulo : UNESP, 2001. ISBN 9788574480305.

CHOAY, Frnaçoise. O patrimônio em questão: antologia para um combate. São Paulo : Fino Traço, 2011. ISBN 9788580540345.

CHUVA, Márcia e NOGUEIRA, Antônio Gilberto Ramos (orgs.). *Patrimônio cultural: políticas e perspectivas de preservação no Brasil*. Rio de Janeiro : MauadX. 2012. ISBN 9788574784243.

CODO, Wanderley *et al.* *Indivíduo, trabalho e sofrimento: uma abordagem interdisciplinar*. 1ª. ed. Petrópolis : Editora Vozes. 1994. ISBN 9788532609649.

COELHO, Victor de Oliveira Pinto. O Jornal do Povo e a luta por direitos – 1948. *Revista História & Luta de Classes*. 2008, n. 5, p. 31-38. ISSN 2236-5141

COMPANHIA ENERGÉTICA DE MINAS GERAIS. *CEMIG: Iluminando os caminhos de Minas*. São Paulo : DBA. 2005. ISBN 9788572342575.

COMPANHIA SIDERÚRGICA BELGO-MINEIRA. *Notes sur la construction d'une usine siderurgique d'une production annuelle de 50.000 tonnes a Monlevade*. Sabará : outubro de 1934.

COMPANHIA SIDERÚRGICA BELGO-MINEIRA. *25º aniversário da administração do Dr. Louis Enschedé, Diretor Geral da Companhia Siderúrgica Belgo-Mineira*. Rio de Janeiro : Gráficos Bloch S.A. 1953.

COMPANHIA SIDERÚRGICA BELGO-MINEIRA. *CSBM: resumo histórico e descritivo*. Belo Horizonte : Companhia Siderúrgica Belgo Mineira. 1954.

COMPANHIA SIDERÚRGICA BELGO-MINEIRA. *Carvão Vegetal para Siderurgia*. Belo Horizonte : Companhia Siderúrgica Belgo Mineira. 1955.

COMPANHIA SIDERÚRGICA BELGO-MINEIRA. *40º Aniversário da Cia. Siderúrgica Belgo Mineira. Uma História de Pioneirismo*. Belo Horizonte : Companhia Siderúrgica Belgo Mineira. 1961

CORDEIRO, José Manuel Lopes. Algumas Questões para a Salvaguarda do Patrimônio Industrial. In *Seminário Nacional de História e Energia: Anais do 1º. Seminário Nacional de História e Energia, 1986*. São Paulo : Departamento de Patrimônio Histórico, 1986.

CORDEIRO, José Manuel Lopes. Museología y museografía industrial. In ÁLVAREZ ARECES, Miguel Ángel. (coord.). *Arqueología industrial, patrimonio y turismo cultural*. 2001. Gijón : INCUNA, p. 41-52.

CORDEIRO, José Manuel Lopes. Desindustrialização e Salvaguarda do Patrimônio Industrial: Problema ou Oportunidade? *Oculum Ensaíos*. Jan/jun 2011, nº 13. ISSN 2318-0919.

CORREIA, Telma de Barros. De vila operária a cidade-companhia: as aglomerações criadas por empresas no vocabulário especializado e vernacular. *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais*. 2001, v. 4, p. 83-98, 2001. ISSN 1517-4115.

CORREIA, Telma de Barros (org.). *Philip Gunn: debates e proposições em arquitetura, urbanismo e território na era industrial*. 1ª. ed. São Paulo : Annablume. 2009. ISBN 9788574199375.

CORREIA, Telma de Barros e BORTOLUCCI, Maria Angela P. C. S. (orgs.). *Lugares de produção: arquitetura, paisagens e patrimônio*. São Paulo : Annablume. 1ª. ed. 2013. ISBN 9788539104895.

CORREIA, Telma de Barros. Patrimônio industrial e agroindustrial no Brasil: a forma e a arquitetura dos conjuntos residenciais. In CORREIA, Telma de Barros e BORTOLUCCI, Maria Angela P. C. S. (orgs.). *Lugares de produção: arquitetura, paisagens e patrimônio*. São Paulo : Annablume. 1ª. ed., p. 183-206, 2013. ISBN 9788539104895.

COUTINHO, Luciano e FERRAZ, João Carlos (Coord.). *Estudo da competitividade da indústria brasileira*. Brasília; Campinas : Papirus; editora UNICAMP. 1994. ISBN 9788530802974.

COUTO, Ronaldo Costa. *Matarazzo: a travessia*. 1ª. ed. São Paulo : Editora Planeta do Brasil. 2004a. ISBN 9788576650201.

COUTO, Ronaldo Costa. *Matarazzo: colosso brasileiro*. 1ª. ed. São Paulo : Editora Planeta do Brasil. 2004b. ISBN 9788576650218.

CYTRYNOWICZ, Monica Musatti, Pró-Saúde: uma história de 45 anos de profissionalismo em administração hospitalar. São Paulo: Narrativa Um, 2012. ISBN 9788588065291

DOREL-FERRÉ, Gracia. Arqueología industrial, pasado y presente. Entrevista a Louis Bergeron, presidente del International Committee for Conservation of the Industrial Heritage (TICCIH). *Revista de Historia Industrial*. 1995, nº 7, p.169-195. ISSN : 1132-7200

DOS ANJOS, Maria Anita e FARAH JR., Moisés. Economia brasileira. *Economia empresarial. FAE Business School*. 2002, p. 43-55. ISSN 2357-8904.

DULCI, Otávio S. *Política e recuperação econômica em Minas Gerais*. 1ª. ed. Belo Horizonte : Ed. UFMG. 1999. ISBN 9788570411693.

DURKHEIM, Emile. *Las reglas del método sociológico y otros escritos sobre filosofía de las ciencias sociales*. 1ª. ed. Madrid : Morata. 1982. ISBN 9788420603209.

ERICE, Francisco. Combates por el pasado y apologías de la memoria, a propósito de la represión franquista. *Hispania Nova. Revista de Historia Contemporánea*. Madrid : Universidad Carlos III. 2006, nº 6. [consultado 2014-01-21]. Disponível na World Wide Web: <<http://hispanianova.rediris.es/6/dossier/6d013.pdf>>.

FERREIRA, Lúcia M.A. e ORRICO, Evelyn G.D. Prefácio. In FERREIRA, Lúcia M.A.; ORRICO, Evelyn G.D. (orgs.). *Linguagem, identidade e memória social*. Rio de Janeiro: DP&A, 2002, p. 7-12.

FILIPE, Graça. Patrimônio industrial, experiencias museológicas y proyectos de intervención en el territorio. In ÁLVAREZ ARECES, Miguel Ángel (coord.). *Estructuras e paisajes industriales: proyectos socioculturales y turismo industrial*. Gijón: INCUNA, 2003. p. 79-88.

FONTES, Paulo Roberto Ribeiro, (1997). *Trabalhadores e cidadãos*. Nitro Química: a fábrica e as lutas operárias nos anos 50. São Paulo: Annablume. 1997. ISBN 9788585596941.

FOUCAULT, Michel. *Vigiar e punir: nascimento da prisão*. 13ª. ed. Petrópolis: Vozes. 1987. ISBN 9788532605085.

FRONER, Yacy-Ara. *Os Domínios da Memória: um estudo sobre a construção do pensamento preservacionista nos campi da Museologia, Arqueologia e Ciência da Conservação*, Tese de Doutorado, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2001.

FUNARI, Pedro Paulo Abreu; ORSER JR. Charles E. e SCHIAVETTO, Solange Nunes de Oliveira. *Identities, discurso e poder: estudos de arqueologia contemporânea*. 1ª. ed. São Paulo : Annablume; FEPESP. 2005. ISBN 9788574195148

FUNARI, Pedro Paulo Abreu e PELEGRINI, Sandra C. A. *Patrimônio histórico e cultural*. 1ª. ed. Rio de Janeiro : Jorge Zahar Editor. 2006.

FUNARI, Pedro Paulo Abreu. *Arqueologia e patrimônio*. 1ª. ed. Erechim : Habilis Editora. 2007. ISBN 9788560967094.

FURTADO, Celso. *Formação econômica do Brasil*. 29ª. ed. São Paulo : Companhia Editora Nacional; Publifolha, Grandes Nomes do Pensamento Brasileiro. 1999. ISBN 9788504003444.

GAJARDO, Víctor Díaz. Nuestra esquivo identidad: fragmentación cultural y memoria histórica. *Contextos: Revista de Humanidades y Ciencias Sociales*. 2005, nº. 14, p. 119-125. ISSN 0717-7828

GARCÍA, Jorge Mendoza. Las formas del recuerdo. La memoria narrativa. *Athenea Digital*. [Em linha]. Otoño 2004, nº 6 [consultado 2015-04-23], pp.1-16. Disponível na World Wide Web: <<http://www.raco.cat/index.php/Athenea/article/download/34157/33996>>.

GARCÍA, Jorge Mendoza. Exordio a la memoria colectiva y el olvido social. *Athenea Digital*. [Em linha]. Otoño 2004, nº 8 [consultado 2015-04-23], pp. 1-26. Disponível na World Wide Web: <<http://www.raco.cat/index.php/Athenea/article/viewFile/39149/39011>>.

GARCÍA, Mercedes López. El concepto de patrimonio: el patrimonio industrial o la memoria del hogar. In GARCÍA, A. Fernandez e ARECES, Miguel Ángel Álvarez (coords.) *Arqueología Industrial. Ábaco Revista de Cultura e Ciencias Sociales*. 1992. Gijón : Nova Época, nº 1, p. 9-12. ISSN 0213-6252.

GEERTZ, Clifford. *La interpretación de las culturas*. Barcelona : Gedisa Editorial. 2003. ISBN 9788474323337.

GIROLETTI, Domingos, (1991). *Fábrica Convento Disciplina*. 1º. ed. Belo Horizonte : Imprensa Oficial. 1991. ISBN 9788523006860.

GOMES, Francisco de Assis Magalhães. *História da Siderurgia Brasileira*. 1ª. ed. Belo Horizonte : Editora Itatiaia. 1983.

GONÇALVES, Múcio Tosta. A Formação da Economia das Plantações Florestais nos Vales do Rio Doce e do Aço de Minas Gerais (1940-2000): Notas Sobre História Econômica e Ambiental de uma Região. In *Anais do Seminário sobre a Economia Mineira, 2006*. Diamantina : XII Seminário sobre a Economia Mineira, 2006.

GONÇALVES, Sérgio de Castro. *Patrimônio, família e empresa: um estudo sobre as transformações no mundo da economia empresarial*. 1ª. ed. São Paulo: Negócio Editora. 2000. ISBN 9788586014482.

GOODENOUGH, W.H. *Culture, language and society*. Menlo Park : Benjamin/Cummings Pub. Co. 1981. ISBN 9780805333404

GRUNBERG, Evelina; HORTA, Maria de Lourdes Parreiras; MONTEIRO, Adrine Queiroz. *Guia básico de educação patrimonial*. Brasília : IPHAN; Museu Imperial, 1999. ISBN 9788587222015.

GRUPO DE ESTUDOS DE HISTÓRIA DA TÉCNICA. *Declaração do GEHT em defesa das construções e instalações utilitárias ("Declaração de Campinas")*. [Em linha] Junho 1999 [consultado em 2015-10-13]. Disponível na World Wide Web: <<http://docplayer.com.br/5503154-Carta-de-campinas-decisoes-declaracao-do-geht-em-defesa-das-construcoes-e-instalacoes-utilitarias-29-de-janeiro-de-1998.html>>.

HALBWACHS, Maurice. *Les cadres sociaux de la mémoire*. Paris : Presses Universitaires de France, 1925. ISSN 978-2226074904.

HALBWACHS, Maurice. La mémoire collective chez les musiciens. *Revue philosophique*. Mars-Avril 1939, p. 136-165. ISSN 0035-3833.

HALBWACHS, Maurice. *Los marcos sociales de la memoria*. 1ª. ed. Barcelona : Anthropos. 2004. ISBN 9788476586921.

HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. Tradução Beatriz Sidou. 1ª. ed. São Paulo : Centauro Editora. 2006. ISBN 9788588209742.

HALBWACHS, Maurice. Fragmentos de La Memoria Colectiva. Selección y traducción Miguel Ángel Aguilar. *Athenea Digital. Revista de Pensamiento e Investigación Social*. [Em linha] Otoño 2002, nº 2 [consultado em 20150423], pp. 1-11. Disponível na World Wide Web: <<http://atheneadigital.net/article/view/n2-halbwachs/52-pdf-es>>.

HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Tradução Tomaz Tadeu da Silva; Guacira Lopes Louro. 10ª. ed. Rio de Janeiro : DP&A. 2005. ISBN 9788574903360.

HAMON, Maurice e PORTEVIN, Jacques, Mémoire patrimoniale, mémoire vivante. *La Gazette des Archives*. 1995, n. 168, p. 100-105. ISSN 0016-5522.

HARVEY, David. *The condition of postmodernity: an enquiry into the origins of cultural change*. Oxford; Cambridge : Blackwell, 1989. ISBN 9780631162926.

HOFSTEDE, Geert. *Cultures and organizations: software of the mind*. London : Mc Graw-Hill. 1991. ISBN 9780077074746.

HUDSON, Kenneth. *Industrial Archaeology*. London : Methuen; University Paperbacks. 1965.

HUDSON, Kenneth. *World Industrial Archaeology*. Cambridge; New York : Cambridge University Press. 1979. ISBN 9780521219914.

IBAÑEZ, María Rosario Alonso. Aspectos normativos del patrimonio industrial. La Ley del Principado de Asturias 1/2001, de 6 de marzo de Patrimonio Cultural. In ÁLVAREZ ARECES, Miguel Ángel (coord.). *Patrimonio Industrial: Lugares de la Memoria*. Gijón : INCUNA, 2002, p. 109-128.

JAMESON, Fredric; NICHOLSON, Celia Montoliño e CASTILLO, Ramón del. *Teoría de la postmodernidad*. 1ª. ed. Madrid, Trotta. 1998. ISBN 9788481641158.

KANSTEINER, W. Finding meaning in memory: a methodological critique of collective memory studies. *History and Theory*. Mai 2002, nº 41. ISSN 1468-2303.

KELLER, Paulo. O cotidiano e o complexo. *Revista REDES*. Set/dez 1998, vol. 2, nº 6. ISSN 2318-8081.

KEESING, Roger M. Teorías de la cultura. IN: VELASCO, Honorio M. (comp.). *Lecturas de antropología social y cultural: la cultura y las culturas*. 2ª ed., 6ª reimp. Madrid : Universidad Nacional de Educación a Distancia (UNED), 1993. Cuadernos de la UNED, N. 119, p. 51-82.

KOTTAK, Conrad. La cultura y “el desarrollo económico”. In VIOLA RECASENS, Andreu (comp.) *Antropología del desarrollo. Teorías y estudios etnográficos en América Latina*. 1ª. ed. Barcelona: Paidós Ibérica, 2000, pp. 103-123.

KÜHL, Beatriz Mugayar. *Preservação do patrimônio arquitetônico da industrialização: Problemas teóricos de restauro*. 2ª. ed. Cotia: Ateliê Editorial. 2008. ISBN 9788574804194.

LARRAÍN, Jorge. Las teorías de la identidad latinoamericana. In GISSI, Jorge et al. *Cultura e identidad en América Latina*. Santiago : Instituto Chileno de Estudios Humanísticos. 1995.

LARRAÍN, Jorge. *Modernidad, razón e identidad en América Latina*. Santiago : Andrés Bello. 1996.

LASH, Scott e URRY, John. *Economics of signs and space*. Londres, Dage Publications. 1994. ISBN 9781848609648.

LEFEBVRE, Henri. *The production of space*. 1a. ed. Tradução de Donald Nicholson-Smith. Oxford/Cambridge, Mass., Blackwell. 1991. ISBN 9780631140481.

LEITE, Márcia de Paula. *Trabalho e sociedade em transformação: mudanças produtivas e atores sociais*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo. 2003. ISBN 9788586469886.

LÉVI-STRAUSS, Claude. La sociología francesa. In GURVITCH, G. et al (comp.) *Sociología del siglo XX*. Tomo II. Barcelona : Ed. El Ateneo. 1970.

LIBBY, Douglas Cole. *Trabalho escravo e capital estrangeiro no Brasil: o caso de Morro Velho*. Belo Horizonte : Itatiaia. 1984.

LIBBY, Douglas Cole. *Transformação e trabalho em uma economia escravista: Minas Gerais no século XIX*. São Paulo : Brasiliense. 1988. ISBN 9788511130850.

LIMA, Fábio José Martins de. *Por uma cidade moderna: ideários de urbanismo em jogo no concurso para Monlevade e nos projetos destacados da trajetória dos técnicos concorrentes (1931-1943)*, Tese de Doutorado, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2003.

LIMA JÚNIOR, Augusto de. *As primeiras vilas do ouro*. Belo Horizonte : Estabelecimentos Gráficos Santa Maria. 1962

LLORET, Sonia Gutiérrez. La arqueología después de la Edad Media: El registro arqueológico en la Historia Moderna y Contemporánea. In *Jornadas de Arqueología Valenciana. Alicante, 1994*. Valencia, 1995.

LOJKINE, Jean. *La clase obrera, hoy*. México : Editorial Siglo XXI. 1988. ISBN 9789682315008.

MARCOVITCH, Jacques. *Pioneiros & Empreendedores: A saga do desenvolvimento no Brasil*. 1ª. ed. São Paulo : Ed. da Universidade de São Paulo, vol. 1. 2003. ISBN 9788531408045.

MARCOVITCH, Jacques. *Pioneiros & Empreendedores: A saga do desenvolvimento no Brasil*. 1ª. ed. São Paulo : Ed. da Universidade de São Paulo, vol. 2. 2005. ISBN 9788531408915.

MARCOVITCH, Jacques. *Pioneiros & Empreendedores: A saga do desenvolvimento no Brasil*. 1ª. ed. São Paulo : Ed. da Universidade de São Paulo, vol. 3. 2007. ISBN 9788531410482.

MARTINS, Heloisa Helena T. de Souza. Metodologia qualitativa de pesquisa. *Revista Educação e Pesquisa*. Maio/ago, 2004, v. 30, nº 2, p. 289-300. ISSN 1678-4634.

MARTINS, Roberto de Andrade. Discussão sobre o valor da história social das ciências. *Revista da Sociedade Brasileira de História da Ciência*. 1989, n° 3, p. 18-21. ISSN 2176-3275.

MARTINS, Roberto de Andrade. Universidade e a memória científica. In Seminário nacional de Arquivos Universitários: *Anais do 1º Seminário Nacional de Arquivos Universitários, 1992*. Campinas : UNICAMP, 1992.

MARTINS, Roberto de Andrade. História e história da ciência: encontros e desencontros. In *Congresso Luso-Brasileiro de História da Ciência e da Técnica: Actas do 1º. Congresso Luso-Brasileiro de História da Ciência e da Técnica*. Évora : Centro de Estudos de História e Filosofia da Ciência; Universidade de Évora, 2001.

MATOS, Maria Izilda Santos de. *Cotidiano e cultura: história, cidade e trabalho*. 1ª. ed. Bauru : EDUSC. 2002. ISBN 9788574601441.

MEJÍA, Oscar Mauricio Aguilar e ÁLVAREZ, María Ximena Quintero. Memoria colectiva y organizaciones. *Universitas Psychology*, 2005, vol. 4, n°. 3, p. 285-296. ISSN 1657-9267

MELUCCI, Alberto. *Nomads of the present: social movements and individual needs in contemporary society*. 1ª. ed. Philidelphia: Temple. 1989. ISBN 9780091729165.

MENDES, José Maria Amado. A arqueologia industrial ao serviço da história local. *Casa de Sarmento. Centro de Estudos do Património*. [Em linha] Jan.-Dez. 1995, n° 105 [consultado em 2014-01-21], pp. 203-218. Disponível na World Wide Web: <http://www.csarmento.uminho.pt/docs/ndat/rg/RG105_11.pdf>.

MENDES, José Maria Amado. Uma nova perspectiva sobre o patrimônio cultural: preservação e requalificação de instalações industriais. In *Potencial estratégico de cultura e negócios*. Anais do Seminário Internacional História e Energia, 2, 1999. São Paulo : Fundação Patrimônio Histórico da Energia de São Paulo, 2000.

MENDONÇA, Adalton da Motta *Vazios e ruínas industriais*. Ensaio sobre friches urbaines. *Arquitextos Vitruvius*. [Em linha]. Juho 2001. [consultado em 2014-03-18], ano 02, n°. 014.06. Disponível na World Wide Web: <<http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/02.014/869>>.

MENEGUELLO, Cristina. *Da ruína ao edifício: Neogótico, reinterpretação do passado na Inglaterra Vitoriana*. 1ª. ed. São Paulo : Annablume. 2008. ISBN 9788574198224.

MENEGUELLO, Cristina e RUBINO, Silvana. Patrimônio industrial: perspectivas e abordagens. In *I Encontro em Patrimônio Industrial: Anais do I Encontro em Patrimônio Industrial*. CD ROM. Campinas: UNICAMP, 2004.

MENEZES, Lúcia Maria Pires. Juiz de Fora e a moradia popular: o Alto Santo Antônio. *Scripta Nova. Revista electrónica de geografía y ciencias sociales*. [Em linha]. Agosto de 2003, vol. VII, nº 146(133) [consultado em 2015-01-21]. Disponível na World Wide Web: <[http://www.ub.es/geocrit/sn/sn-146\(133\).htm](http://www.ub.es/geocrit/sn/sn-146(133).htm)>.

MILLS, Charles Wright. *A imaginação sociológica*. 1ª. ed. Rio de Janeiro : Zahar Editores. 1959.

MINCHINTON, Walter. World Industrial Archaeology: A Survey. IN: *World Archaeology*, out 1983, vol. 15, nº 2, p. 125-136. ISSN 0043-8243.

MORIN, Edgar e MOIGNE, Jean-Louis Le. *A inteligência da complexidade*. 1ª. ed. Petrópolis : Peirópolis. 2004. ISBN 9788585663421.

MOYEN, François. A história da Companhia Siderúrgica Belgo-Mineira: uma trajetória de crescimento consistente (1921-2005). 1ª. ed. Belo Horizonte : Arcelor Brasil S.A. 2007. ISBN 9788599042021.

MUNDET, José Ramón Cruz. Archivo y empresa: más allá de la historia. *TsT: Transporte, Servicios y Telecomunicaciones*. 2001, nº 1, p.187-206. ISSN 1578-5777

MURTA, Stela Maris e ALBANO, Celina. *Interpretar o patrimônio: um exercício do olhar*. 1ª. ed. Belo Horizonte : Editora UFMG. 2002. ISBN 9788570413130.

NEISSER, Ulric e WINOGRAD, Eugene. (eds.). *Remembering reconsidered: ecological and traditional approaches to the study of memory*. 1ª. ed. Cambridge : Cambridge University Press. 1995. ISBN 9780521330312.

NEISSER, Ulric e HYMAN, Ira. (eds.). *Memory observed: remembering in natural contexts*. 1ª. ed. Oxford : W.H. Freeman. 1999. ISBN 9780716713715.

NEVES, Osias Ribeiro e CAMISASCA, Marina Mesquita. *Aço Brasil: uma viagem pela indústria do aço*. [Em linha]. 1ª. ed. Belo Horizonte: Escritório de Histórias, 2013. [consultado 21 Janeiro 2015]. Disponível na World Wide Web: <http://www.acobrasil.org.br/site2015/files/LIVRO_ACO_BX.pdf>.

NEWELL, Dianne. Arqueología industrial y ciencias humanas. *Debats*, set. 1985, p. 38-41. ISSN 0212-0585.

NIELFA, Juan Karlos Romera. Microhistoria, microsociología, microetnología y las fuentes orales. Por una antropología del mundo de los informantes. *Babel historia y metahistorias*. 2006, nº, p. 67-95.

NOELLI, Francisco Silva. Educação patrimonial: relatos e experiências (resenha). *Educação & Sociedade*. 2004, v. 25, n. 89, p. 1413-1414, 2004. ISSN 0101-7330.

NORA, Pierre. *Les lieux de mémoire*. 1ª. ed. Paris : Gallimard. 1985. ISBN 9782070701926.

OCHOA, Mauricio Menjivar. Los estudios sobre la memoria y los usos del pasado: perspectivas teóricas y metodológicas. In OCHOA, Mauricio Menjivar; ARGUETA, Ricardo Antonio e MUÑOZ, Edgar Solano. Historia y memoria: perspectivas teóricas y metodológicas. *Cuaderno de Ciencias Sociales*, 2005, nº 135, p. 9-28. ISSN 1409-3677.

OLICK, Jeffrey K. e ROBBINS, Joyce. Social memory studies: From “collective memory” to the historical sociology of mnemonic practices. *Annual Review of Sociology*, 1998, vol. 24, p. 105-140. ISSN 0360-0572.

OLIVEIRA, Mário Mendonça de. *A documentação como ferramenta da preservação da memória: cadastro, fotografia, fotogrametria e arqueologia*. 1ª. ed. Brasília : IPHAN. 2008. Programa Monumenta. Cadernos Técnicos nº 7. ISBN 9788573340693.

PALMER, Marilyn. A arqueologia industrial como arqueologia histórica. *Arqueologia Industrial*, 1993, 2ª série, I (1-2), p. 67-71. ISSN 0870-8355.

PALMER, Marilyn e NEAVERSON, Peter. *Industrial archaeology: principles and practice*. 1ª. ed. Londres: Routledge. 1998. ISBN 9780203170663.

PAREDES, Cristina. (ed.). *Industrial chic. Reconverting spaces*. Seixal; Savigliano: Lisma; Edizioni Gribaudo. 2006. ISBN 9788879061711.

PASSOS, Daniela Oliveira Ramos dos. Belo Horizonte: Política, classe operária e reformismo na nascente capital mineira. *Revista Perseu*, 2012, nº 8, ano 6, p. 257-286. ISBN/ISSN: 2147483647.

PEREIRA, Nuno Teotónio. A promoção privada do alojamento operário, 1870/1930. *Análise Social*, 1994, nº 127, vol. XXIX, p. 509-524. ISSN 00032573

PEREIRA, Osny Duarte. *Ferro e independência. Um desafio à dignidade nacional*. 1ª. ed. Rio de Janeiro : Civilização Brasileira, 1967.

PINTO, Virgílio Noya. *O ouro brasileiro e o comércio anglo-português*. 1ª. ed. Rio de Janeiro : Editora Nacional. 1979.

PIQUET, Rosélia. *Cidade-empresa: presença na paisagem urbana brasileira*. 1ª. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar. 1998. ISBN 9788571104853.

POLANCZYK, Antonio José. *Louis Ensck e a Belgo Mineira*. 1ª. ed. Belo Horizonte: 3i Editora. 2014. ISBN 9788566115321.

PRADO JÚNIOR, Caio. *História e desenvolvimento*. São Paulo : Brasiliense. 1972.

PRIETO, Luis César Herrero. La economía de la cultura en España: una disciplina incipiente. IN: *Revista Asturiana de Economía*. Abr 2002, nº 23, p. 147-175. ISSN 1134-8291.

RAMOS, Luís Maldonado; GÁMEZ, David Rivera e COSSÍO, Fernando Vela. *Los estudios preliminares en la restauración del patrimonio arquitectónico*. 1ª. ed. Madrid: Mairera Libros. 2005. ISBN 9788493387754.

RAMOS, Paulo Oliveira. A expressão 'arqueologia industrial': um tema para uma viagem no espaço e no tempo. In *II Congresso Internacional sobre Património Industrial: Património, Museus e Turismo Industrial: Uma Oportunidade para o Século XXI*. Porto : Centro de Investigação em Ciência e Tecnologia das Artes (CITAR); Escola das Artes; Universidade Católica Portuguesa, 2017. ISBN 9789892072524.

RENNÓ, José Remuzatd. *Belgo mineira ou siderurgia nacional*. 1ª. ed. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1952.

RODRIGUES, Suzana Braga. *O chefinho, o telefone e o bode: autoritarismo e mudança cultural no setor de telecomunicações*. Tese para Concurso de Professora Titular, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 1991.

RODRIGUES, Suzana Braga. *Racionalidades locais e estratégias internacionais: Brasil e China*. 1996. Belo Horizonte : UFMG/FACE/CEPEAD/GGI.

RODRIGUES, Suzana Braga e COLLINSON, David. Having fun?: humor as resistance in Brazil. *Organization Studies*, 1995, 16 (1), p. 739-768. ISSN 0170-8406.

RODRÍGUEZ, Francisco. Memoria, ciudad y construcción de ciudadanía. *Revista Ciudades*, 2005, nº 67, jul-sep., p. 15-19. ISSN 0187-8611.

RUFINONI, Manoela Rossinetti. *Preservação e restauro urbano: intervenções em sítios históricos urbanos*. 1ª. ed. São Paulo : FAP-UNIFESP. 2013. ISBN 9788561673604.

SAMARA, Eni de Mesquita e TUPY, Ismênia S. Silveira. *História & documento e metodologia de pesquisa*. 1ª. ed. Belo Horizonte : Autêntica Editora. 2010. ISBN 9788575262436

SANTANA, Marco Aurélio e RAMALHO, José Ricardo (orgs.). *Além da fábrica: trabalhadores, sindicatos e a nova questão social*. São Paulo : Boitempo. 2003. ISBN 9788575590287.

SANTOS, Ademir Pereira dos. *Arquitetura Industrial. São José dos Campos*. 1ª. ed. São José dos Campos : Takano. 2006. ISBN 9788590230519.

SANTOS, Myrian Sepúlveda dos. O pesadelo da amnésia coletiva: um estudo sobre os conceitos de memória, tradição e traços do passado. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 1993, nº 23, p. 70-85. ISSN 1806-9053

SANTOS, Myrian Sepúlveda dos. *Memory: social construction and critique*. Tese de doutorado, New School for Social Research, Nova York, 1994.

SANTOS, Myrian Sepúlveda dos. Sobre a autonomia das novas identidades coletivas: alguns problemas teóricos. IN: *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, Out 1998, v. 13, nº 38, p. 1-16. ISSN 1806-9053.

SAPELLI, Giulio. La construcción social e histórica de la empresa: para un nuevo modelo teórico. In COMIN, Francisco e MARTIN ACEÑA, Pablo (eds.). *La empresa en la historia de España*. Madrid, Civitas, 1996, p. 473-487.

SCHERMERHORN Jr., John R., HUNT, James G. e OSBORN, Richard N. *Fundamentos de Comportamento Organizacional*. 1ª. ed. Porto Alegre : Bookman. 1999. ISBN 9788573075397.

SCHWARTZ, Barry. La reconstrucción de Abraham Lincoln. In MIDDLETON, David; EDWARDS, Derek. (Eds.), *Memoria compartida*. Barcelona : Paidós, 1992, p. 97-123.

SHOTTER, John. La construcción social del recuerdo y del olvido. In MIDDLETON, David; EDWARDS, Derek. (Eds.), *Memoria compartida*. Barcelona : Paidós, 1992, p. 137-155.

SIMONSEN, Mário Henrique e CAMPOS, Roberto de O. *A nova economia brasileira*. 1ª. ed. Rio de Janeiro : Biblioteca do Exército; J.Olympio. 1975.

SILVA, Sérgio S. e SZMRECSÁNYI, Tamás (orgs.). *História Econômica da Primeira República*. 2ª. ed. São Paulo : HUCITEC; Associação Brasileira de Pesquisadores em História Econômica; Editora da Universidade de São Paulo; Imprensa Oficial. 2002. ISBN 9788531406898.

SMITH, Anthony D. Para uma cultura global? In FEATHERSTONE, Mike. *Cultura global: nacionalismo, globalização e modernidade*. Petrópolis : Vozes, 1994, p. 183-206.

SMITH, George David e STEADMAN, Laurence E. Present Value of Corporate History. *Harvard Business Review*, 1981, pp. 164-173. ISSN 0017-8012.

SOJA, E. W. Planning in for postmodernity. In BENKO, Georges; STROHMAYER, Ulf (eds.). *Space and social theory. Interpreting Modernity and Postmodernity*. Oxford : Blackwell, 1996a, pp. 236-249.

SOJA, Edward W. *Thirdspace*. 1ª. ed. Cambridge : Blackwell. 1996b. ISBN 9781557866745.

SOJA, Edward W. *Postmetropolis: critical studies of cities and regions*. 1ª. ed. Oxford, Blackwell, 2000. ISBN 9781577180005.

SOLER, J. M. Santacreu. Una visión global de la arqueología industrial en Europa. Casos concretos en regiones concretas. In GARCÍA, A. Fernandez e ARECES, Miguel Ángel Álvarez

(coords.) Arqueología Industrial. *Ábaco Revista de Cultura e Ciencias Sociales*. Gijón : Nova Época, 1992, n° 1, pp. 13-28. ISSN 0213-6252

SOTO, Paloma Candela. Arqueología del trabajo en Madrid: la azucarera de Aranjuez, 1898-1950. *Historia Social*. 2000, n° 37, pp. 27-52. ISSN 0214-2570

SOTO, Paloma Candela, CASTILLO, Juan José e LÓPEZ GARCÍA, Mercedes. *Arqueología industrial y memoria del trabajo: el patrimonio industrial del sudeste madrileño, 1905-1950*. 1ª. ed. Aranjuez : Doce Calles. 2002. ISBN 9788497440097.

SOUZA, Marcelo Medeiros Coelho de. A transposição de teorias sobre a institucionalização do welfare state para o caso dos países subdesenvolvidos. IN: *Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada*. [Em linha]. 1999. [consultado em 24 Maio 2014]. Disponível na World Wide Web: <http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/TDs/td_0695.pdf>.

STONER, J.A.F. e FREEMAN, R.E. *Administração*. Tradução Alves Calado. Rio de Janeiro : Prentice-Hall do Brasil. 1982. ISBN 9788570540546.

SUZIGAN, Wilson. *Indústria brasileira: origem e desenvolvimento*. São Paulo : HUCITEC/Editora UNICAMP. 2000. ISBN 9788527105439.

SZMRECSÁNYI, Tamás e MARANHÃO, Ricardo (orgs.). *História de empresas e desenvolvimento econômico*. 2ª. ed. São Paulo : HUCITEC; Associação Brasileira de Pesquisadores em História Econômica; Editora da Universidade de São Paulo; Imprensa Oficial. 2002. ISBN 9788531406874.

SZMRECSÁNYI Tamás e SUZIGAN, Wilson (orgs.). *História econômica do Brasil Contemporâneo*. 2ª. ed. São Paulo : HUCITEC; Associação Brasileira de Pesquisadores em História Econômica; Editora da Universidade de São Paulo; Imprensa Oficial. 2002. ISBN 9788531406881.

TEIXEIRA, Simonne. Educación patrimonial: alfabetización cultural para la ciudadanía. *Estudios Pedagógicos (Valdivia)*. vol. 32, n° 2, p. 133-145. ISSN 0718-0705. [Em linha]. 2006. [consultado em 24 Maio 2014]. Disponível na World Wide Web: <http://www.scielo.cl/scielo.php?pid=s0718-07052006000200008&script=sci_arttext>.

TEVES, Nilda. Imaginário social, identidade e memória. In FERREIRA, Lúcia M.A.; ORRICO, Evelyn G.D. (orgs.). *Linguagem, identidade e memória social*. Rio de Janeiro : DP&A, 2002, p. 53-68.

THE INTERNATIONAL COMMITTEE FOR THE CONSERVATION OF THE INDUSTRIAL HERITAGE. *Carta de Nizhny Tagil para o Património Industrial*. [Em linha]. 2003. [consultado em 20 Outubro 2013]. Disponível na World Wide Web: <<http://ticcih.org/wp-content/uploads/2013/04/NTagilPortuguese.pdf>>.

THOMPSON, Paul, *A voz do passado: História oral*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1992.

TOPALOV, Christian. *La urbanización capitalista: algunos elementos para su análisis*. México, Edicol. 1979. ISBN 9789684080263.

TORRES, María Teresa Peñalver, (2002). La arquitectura industrial: patrimonio histórico y utilización como recurso turístico. *Cuadernos de Turismo*, jul./dez. 2002, nº 10, p.155-166. ISSN 1139-7861.

TORRÓ, Josep. Arqueología, trabajo y capital. Algunas consideraciones a propósito del II Congrès d'Arqueologia Industrial del País Valencià. *Revista Sociología del Trabajo. Nova Época*, 1994, nº 22, p. 47-62. ISSN 0210-8364.

TOLLIDAY, Steven. Beyond the "organizational synthesis": paradigm and theory in recent American business history". In SZMRECSÁNYI e Tamás; MARANHÃO, Ricardo. *História de empresas e desenvolvimento econômico*. São Paulo : HUCITEC; Associação Brasileira de Pesquisadores em História Econômica; Editora da Universidade de São Paulo; Imprensa Oficial, 2000, pp. 3-46.

TRINDER, B. *The Blackwell Encyclopaedia of industrial archaeology*. Londres, Blackwell. 1992.

VILLAR, Domingo Cuéllar; MURIEL, Francisco Polo e VEGA, Miguel Jiménez. Los poblados ferroviarios en Andalucía: una historia desconocida. *PH: Boletín del Instituto Andaluz del Patrimonio Histórico*. 2005, Año nº 13, nº 55, p. 58-65. ISSN 1136-1867.

VITERBO, Francisco de Souza. Arqueologia industrial portuguesa: os moinhos. *O Arqueólogo Português*, 1896, vol. II, nº 8-9, p. 193-204.

WAGNER, Roy. *A invenção da cultura*. 1ª. ed. São Paulo : CosacNaify. 2012. ISBN 9788540502383.

WORCMAN, Karen. A história na empresa: identidades e oportunidades. *Museu da Pessoa*. [Em linha]. 1999. [consultado em 20 Janeiro 2014]. Disponível na World Wide Web: <http://www.museudapessoa.net/public/editor/a_hist%C3%B3ria_na_empresa_-_identidades_e_oportunidades.pdf>.

WORCMAN, Karen. Museu da pessoa: memória do futuro: um desafio. In NASSAR, P. (Org.). *Memória de empresa: história e comunicação de mãos dadas, a construir o futuro das organizações*. São Paulo : ABERJE, 2004, p. 23-30.

YIN, Robert K. *Case study research: design and methods*. 5ª. ed. London : Sage Publications. 1984. ISBN 9781452242569.

ZEN, Aurora Carneiro e FRACASSO, Edi Madalena. Quem é o empreendedor? As implicações de três revoluções tecnológicas na construção do termo empreendedor. *Revista de Administração Mackenzie*. [Em linha] São Paulo : Universidade Presbiteriana Mackenzie, 2008, vol. 9 no. 8, Edição Especial. [consultado 21 Janeiro 2015], pp. 135-150. Disponível na World Wide Web: <<http://editorarevistas.mackenzie.br/index.php/RAM/article/view/213/213>>.

ZEQUINI, Anicleide. *O quintal da fábrica: A industrialização no Interior Paulista – Salto-SP, Séculos XIX e XX*. 1ª. ed. São Paulo : Annablume; FAPESP. 2004. ISBN 9788574194363

REFERÊNCIAS DOCUMENTAIS

Arquivo Nacional, Rio de Janeiro.

Arquivo Público Mineiro, Belo Horizonte.

Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte.

Associação Comercial do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro

Associação Comercial de Minas Gerais, Belo Horizonte.

Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro.

Biblioteca Pública Estadual Professor Luis de Bessa, Belo Horizonte.

Biblioteca Pública Municipal Assis Chateaubriand, João Monlevade.

Biblioteca Pública Municipal Professor Joaquim Sepúlveda, Sabará.

Biblioteca Pública Municipal Assis Chateaubriand. João Monlevade.

Centro de Memória da Fundação ArcelorMittal Brasil, Sabará.

Centro de Memória do Sistema FIEMG (Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais), Belo Horizonte.

Museu Histórico Abílio Barreto, Belo Horizonte.

Museu Mineiro, Belo Horizonte.

Sindicato dos Metalúrgicos de João Monlevade – Sindmon-Metal, João Monlevade.

Sindicato dos Trabalhadores Metalúrgicos de Sabará, Sabará.

Sindicato dos Trabalhadores Metalúrgicos de Belo Horizonte, Contagem, Ibirité, Sarzedo, Ribeirão das Neves, Nova Lima, Raposos e Rio Acima, Belo Horizonte.

FONTES DOCUMENTAIS

ALMANAK ADMINISTRATIVO, MERCANTIL E INDUSTRIAL DO RIO DE JANEIRO. Edição 90 (1934) e Edição 96 (1940).

AUXILIADOR DA INDÚSTRIA NACIONAL, O. Edição 1870, 1871.

CARETA. Periódico. Edição 2190, 2199, 2205 (1950), 2257 (1951).

COMPANHIA SIDERÚRGICA BELGO-MINEIRA. *Belgo-Mineira Notícias (periódico da Companhia) 1975-1993*.

COMPANHIA SIDERÚRGICA BELGO-MINEIRA. *Estatutos 1926-1927*.

COMPANHIA SIDERÚRGICA BELGO-MINEIRA. *Boletim Eletrônico Memória Belgo 2003-2007*.

COMPANHIA SIDERÚRGICA BELGO-MINEIRA. *Boletim Eletrônico Memória ArcelorMittal Aços Longos 2008*.

COMPANHIA SIDERÚRGICA BELGO-MINEIRA. *O Pioneiro (periódico da Companhia) 1954-1965*.

COMPANHIA SIDERÚRGICA BELGO-MINEIRA. *Relatório Anual 1954-2014*.

COMPANHIA SIDERÚRGICA BELGO-MINEIRA. *Relatórios da Assembleia Geral Ordinária 1940-1953*.

CRUZ, A. Jornal. 1944, 1957.

DIÁRIO DA MANHÃ. Periódico, Vitória, Espírito Santo, 1933, 1937.

DIÁRIO DO PARANÁ. Órgão dos Diários Associados, Edição 12 janeiro 1975; 22 agosto 1980.

EU SEI TUDO. Almanaque, 1950.

FLUMINENSE, O. Periódico, Rio de Janeiro, ed. 24496, 25 junho 1983.

FOLHA MINEIRA. Periódico, Juiz de Fora, Minas Gerais, 1951, 1957, 1959 e 1960.

GOVERNO FEDERAL. Diário Oficial da União 1917-1963.

ILUSTRAÇÃO BRASILEIRA. Periódico, Rio de Janeiro, 1946.

JORNAL DO COMÉRCIO. Rio de Janeiro, 1926-1952.

PEQUENO JORNAL. Periódico, Recife, Pernambuco, 1931 e 1953.

PHAROL, O. Periódico, 1922.

RELATÓRIO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA. Rio de Janeiro, 1924.

REVISTA DE REVISTAS. Almanaque, Rio de Janeiro, 1940.

12. ANEXOS

12.1. ANEXO 1 – O ENGENHEIRO LOUIS ENSCH E A COMPANHIA SIDERÚRGICA BELGO-MINEIRA (E DISCURSO PROFERIDO EM 16 DE NOVEMBRO DE 1952)

O desenvolvimento das relações da Companhia Siderúrgica Belgo-Mineira com as comunidades em que se estabeleceu entre os anos 1930-1950 está diretamente vinculado à figura do emblemático diretor-geral da empresa, o Dr. Louis Enschedé, que tem sua história brasileira construída junto à empresa ARBED (Aciéries Réunies de Burbach-Eich-Dudelange). Nasceu em Luxemburgo no ano de 1895 e estudou engenharia na Escola Politécnica de Aix-La-Chapelle em 1920 com início de sua carreira na Usina de Burbach, onde desenvolveu as primeiras atividades no grupo em Luxemburgo ao qual dedicou sua vida profissional. Durante os primeiros anos adquiriu experiência no setor de siderurgia e em 1927 foi designado a trabalhar na Companhia Siderúrgica Belgo-Mineira em Sabará, Minas Gerais, Brasil.



Eng. Louis Enschedé

O Eng. Louis Enschedé encontrou uma empresa com situação delicada tanto nas questões relacionadas aos processos produtivos, assim como as questões financeiras por não se desenvolver de maneira sustentável no mercado nacional e internacional. Com isso, foi designado pelo então executivo-geral, Dr. Pierre Deville a reorganizar a empresa nos campos produtivo e administrativo.

Em fins de 1927, chegava a Sabará o jovem engenheiro Louis Enschedé, nomeado engenheiro-chefe da usina. No ano seguinte, em virtude do novo programa posto em prática, a produção recobrou seu vigor, atingindo a 10 mil toneladas de aço, que correspondiam a 90 % do total da produção do País. (CSBM, 1961).

Ao assumir a direção executiva da empresa em 1929, a Companhia já se encontrava em situação de certa estabilidade e se desenvolvia em função das demandas de mercado e das contingências nacional e internacional em função dos acontecimentos mundiais que ocorriam com a desvalorização americana no mercado com a Quebra da Bolsa de Nova York e as necessidades do período entre Guerras Mundiais. Durante sua gestão, entre os anos de 1929 e 1953, foi responsável pelo projeto e implantação da Usina Barbanson, em João Monlevade, Minas Gerais, Brasil, cujo nome se vinculava ao então presidente do grupo ARBED em 1921 que foi responsável pela formação da parceria e criação da empresa Companhia Siderúrgica Belgo-Mineira. O projeto de instalação da Usina e consequente urbanização determinou a existência de um concurso público para apresentação de propostas do projeto a ser implantado.

“O programa para a nova cidade, aqui estruturado a partir do *Projet d’une Usine Siderurgique a Monlevade*, definido pelo engenheiro Louis Enschedé, era composto por vários itens, incluindo equipamentos públicos, moradias para engenheiros e funcionários e habitações operárias.³⁰⁷ Inicialmente, a realização da usina foi pensada em três etapas. A incumbência do projeto foi dada ao engenheiro Enschedé, pelo presidente da empresa, o engenheiro Gaston Barbanson, em julho de 1934, alguns meses depois da data provável da realização do concurso, conforme destacamos, a partir do memorial de Continentino. A localização a ser implementada na região de Monlevade, era considerada estratégica pois “...ela será servida pela estrada de ferro ‘Central do Brasil’ numa junção com a ‘Vitória-Minas, pela conclusão do trecho de aproximadamente 100 quilômetros em julho de 1935’³⁰⁸. Com relação ao sítio de implantação, “...constitui-se como uma espécie de esplanada que se estende por 1300 metros, com largura de 350 metros. O único inconveniente – que se percebe na planta topográfica – é ser acidentada, o que demandará vultuosos trabalhos de terraplanagem”³⁰⁹. O aspecto acidentado do terreno tornou necessária a composição de grandes taludes, como veremos, e a execução de outras obras de engenharia como pontes e até mesmo túneis, devido aos cortes e aterros indispensáveis”³¹⁰.

A gestão do engenheiro luxemburguês apresentou à época uma importante relação com as comunidades em que a empresa se estabeleceu, com o desenvolvimento de infraestruturas sociais e empresariais a partir das quais houve uma especial preocupação com equipamentos comunitários e com o bem-estar dos funcionários, suas famílias e comunidades do entorno das áreas de atuação da empresa.

“Para a edificação da nova cidade operária foram contratadas empresas estabelecidas em Belo Horizonte. Assim, na construção dos equipamentos sociais, a Belgo-Mineira contratou os serviços da empreiteira Carneiro de Rezende & Cia que contava com a participação do arquiteto Angelo Murgel. No ano de 1937, esta firma incumbiu-se de diversas obras, como o casino, a pensão para solteiros, o prédio abrigando o armazém, o açougue e a padaria. Ainda foram contratados a construção de cem casas de moradias, e os prédios para o grupo escolar e para um hotel. No que se refere a estas moradias, eram divididas em blocos individuais e blocos geminados, em três tipos construtivos diferenciados, casa tipo A, casa tipo B e casa tipo C.

³⁰⁷ Consideramos que, para o desenvolvimento deste programa, definido posteriormente em relação ao concurso, foram aproveitados os pontos principais provavelmente inseridos no edital, bem como as ideias apresentadas pelos concorrentes. Ver: COMPANHIA SIDERÚRGICA BELGO-MINEIRA. *Notes sur la construction d’une usine siderurgique d’une production annuelle de 50.000 tonnes a Monlevade*. Sabará: outubro de 1934.

³⁰⁸ COMPANHIA SIDERÚRGICA BELGO-MINEIRA. *Notes sur la construction d’une usine siderurgique d’une production annuelle de 50.000 tonnes a Monlevade*, op. cit., p. 2, “...il sera servi par le chemin de fer ‘Central do Brasil’ raccordé au ‘Victoria-Minas’ dès l’achèvement d’un tronçon d’environ 100 kms en Juillet 1935”.

³⁰⁹ COMPANHIA SIDERÚRGICA BELGO-MINEIRA. *Notes sur la construction d’une usine siderurgique d’une production annuelle de 50.000 tonnes a Monlevade*, idem, “...c’est une espèce d’esplanade d’une longueur de 1.300 mètres pour une largeur de 350 mètres. Son seul inconvenient – apparaissant dans la carte topographique – est d’être accidenté, ce qui demandera des travaux de terrassement assez importants”.

³¹⁰ Lima, p. 100, 2003.

Outra firma, a Empresa de Construções Geraes Ltda, foi encarregada das obras do hospital, do escritório, das casas para médico e para engenheiro. Ainda em 1937, o empreiteiro Fernando de S. Mello Vianna assumiu a construção de seis casas para engenheiros. No ano seguinte, a construção do matadouro, bem como de trinta e seis casas econômicas, também lhe foi confiada. Do mesmo modo, estas moradias eram divididas em blocos individuais e blocos geminados, com dois e três quartos. Os contratos definidos para cada edificação ou conjunto de edificações, no caso das habitações, ressaltavam que os trabalhos seriam executados de acordo com as plantas apresentadas pela companhia, além de especificar detalhadamente todos os itens da construção, desde fundações até acabamentos”³¹¹.

Dentre as obras sociais de influência da Companhia acerca do processo de urbanização e dotação dos núcleos de infraestrutura, ressalta-se o Hospital Margarida cuja denominação refere-se à mãe de Louis Enschedé. A estrutura da instituição de saúde foi comparada, à época, aos melhores estabelecimentos do ramo de saúde do país e contou, inclusive, com pacientes de diferentes partes do estado, apesar de ser constituída para atendimento dos funcionários e familiares dos trabalhadores da Companhia.

“Em 16 de novembro de 1952, em meio às comemorações de 25 anos da chegada do diretor Louis Enschedé ao Brasil, foi inaugurado um hospital moderno em uma área construída de 7 mil m², mantendo em seus pavilhões departamentos de clínica geral, cirurgia, maternidade, pediatria e moléstias infecciosas. Batizado de “Hospital Margarida”, em homenagem à memória de Margueritte, mãe de Louis Enschedé, possuía capacidade inicial de 150 leitos.8 Até então, o atendimento médico aos empregados e seus familiares era realizado em um hospital provisório de madeira.

A construção do hospital não foi ação isolada da Belgo-Mineira em João Monlevade, mas integrava política mais geral nas localidades em que estava presente, conforme explica a companhia: “Desde a década de 1940, nos núcleos urbanos e rurais sob influência da empresa, foram construídos hospitais, ambulatórios, maternidades e lactários para assistir aos empregados e seus familiares. Em 1963, o atendimento médico passou por uma mudança estrutural, sendo adotado o modelo de policlínicas nas cidades de Sabará e João Monlevade. Os médicos, que até então eram plantonistas, passaram a trabalhar sob regime de horas fixas na empresa”³¹².

Localizado na Vila Tanque, o Hospital Margarida tornou-se o cartão de visitas de João Monlevade e era considerado um dos mais bem equipados do Brasil. A grandiosidade da obra representou o ponto alto do sistema assistencial da empresa.

Nos vinte anos seguintes, o hospital permaneceu entre os dez melhores do Estado”^{313, 314}.

³¹¹ Lima, p. 362, 2003.

³¹² Belgo-Mineira Arcelor, Boletim Eletrônico Memória Belgo, a. 1, n. 12, 10/10/2003.

³¹³ Belgo-Mineira Arcelor, Boletim Eletrônico Memória Belgo, a. 5, n. 111, 16/11/ 2007.

³¹⁴ Cytrynowicz, p. 76-77, 2012.

Para além da gestão da Companhia Siderúrgica Belgo Mineira, o Dr. Louis Enschedé também compôs o corpo diretivo de um importante grupo composto por importantes empresas brasileiras do setor de siderurgia, a SOCOMETA – Sociedade Commercial Metallurgica, S. A. (diretor administrativo suplente e efetivo)³¹⁵.

Como engenheiro metalurgista introduziu no Brasil diversas tecnologias relacionadas à indústria siderúrgica, sendo um dos idealizadores e incentivadores da utilização do carvão vegetal como fonte energética para a indústria.

O Dr. Louis Enschedé faleceu em 9 de setembro de 1953, em Luxemburgo quando estava em visita técnica ao país natal, mas anteriormente já havia expressado seu desejo em ser sepultado na cidade de João Monlevade, em um túmulo ao lado de um dos pioneiros da siderurgia de Minas e no Brasil, Jean-Antoine Félix Dissandes de Monlevade, engenheiro francês que chegou à região em 1817 e cujo nome batizou o local da principal usina siderúrgica idealizada e construída por Enschedé, à época de sua gestão, a maior usina siderúrgica a carvão vegetal do mundo.

DISCURSO PRONUNCIADO PELO DR. LOUIS ENSCHEDÉ, POR OCASIÃO DA INAUGURAÇÃO DO HOSPITAL MARGARIDA, NO DIA 16 DE NOVEMBRO DE 1952³¹⁶.

“Senhor Governador de Minas Gerais,

minhas senhoras, meus senhores,

Tive oportunidade de confessar há poucos dias, que, ao deixar o meu País natal, há um quarto de século, para vir dirigir, no Brasil, a usina da Companhia Siderúrgica Belgo Mineira, trouxe comigo um grande ideal e algumas esperanças!

As esperanças eram nascidas do meu natural entusiasmo...

O ideal era o fruto da minha própria formação espiritual...

Conhecendo os maiores centros industriais da Europa, desejava ardentemente vencer os obstáculos que se antepunham ao arrojado projeto de criar, em um País ainda incipiente no domínio industrial, uma siderurgia completa, à base do carvão vegetal.

E, concretizadas que fossem as primeiras esperanças, o meu ideal era transformar a força industrial em um instrumento benéfico, não somente para aqueles que nele depositaram os seus capitais, porém para todos os que, em qualquer setor de trabalho, concorressem com o seu esforço e a sua dedicação para a vitória dos nossos empreendimentos.

Foram estas, em resumo, as grandes linhas de um programa que venho procurando realizar desde os primórdios das minhas atividades neste País.

³¹⁵ Diário Oficial da União, p. 15013, 13/06/1928.

³¹⁶ CSBM, 1953.

Eis porque, ao lado do constante aumento da nossa capacidade produtora, e do aperfeiçoamento técnico das nossas instalações, temos procurado permanentemente incrementar as obras de caráter social, destinadas ao aprimoramento das condições de vida dos nossos núcleos de trabalho.

Completada que foi, em 1939, a primeira fase da Usina de Monlevade, – com 2 altos-fornos; 2 fornos de aço; e 2 laminadouros, – concorriamos então com 55 mil toneladas anuais de produtos siderúrgicos, para o abastecimento dos mercados brasileiros.

De então para cá, honrando os compromissos assumidos com os poderes públicos, a nossa empresa completou o programa de expansão que fôra inicialmente, e já estamos produzindo, nesta Usina, 140.000 toneladas de aços comerciais.

Desde o início dos nossos empreendimentos, tivemos a felicidade de encontrar sempre o estímulo dos mais eminentes homens públicos do País, que jamais negaram o seu apôio às nossas realizações.

Dentre os melhores incentivos que recebemos, seja-me permitido lembrar o do ilustre Presidente Getúlio Vargas, que tivemos a honra de receber pela primeira vez, na Usina de Siderúrgica, poucos dias depois de iniciada a minha administração.

Assumindo o Govêrno da República, em 1930, coube a Sua Excia. determinar a conclusão da ligação ferroviária da Central do Brasil com a Vitória-Minas, concluída em 1934, o que permitiu o início da construção de Monlevade.

Posteriormente, em 1935 e 1940, Sua Excia. testemunhou reiteradamente a sua atenção pelo nosso desenvolvimento, visitando esta Usina, e renovando a evidente prova de sua honrosa confiança.

E foi esta confiança um dos fatores mais preponderantes para o crescimento constante da nossa emprêsa, que hoje pode suprir quase tôdas as necessidades do consumo nacional de laminados, trefilados, arames galvanizados e tubos!

O povoado de Monlevade, que em 1940 contava apenas com poucas centenas de moradias definitivas, transformou-se em uma aprazível cidade gozando de invejáveis condições de conforto e higiene.

Mais de 1.800 casas foram construídas e entregues aos seus atuais moradores.

Uma Igreja oferece à população local um centro de permanente irradiação do culto-religioso.

Cinema, Clubes recreativos e Praças de esporte são atrativos para as horas de lazer.

Confortáveis Hotéis e um Centro Comercial rematam o conjunto urbanístico.

E, neste momento, inauguramos êste moderno Centro Hospitalar, a que a generosidade dos meus amigos e colaboradores quis dar o nome de ‘Hospital Margarida’, numa tocante homenagem à minha estremecida progenitora, cuja memória está presente em tôdas as horas de minha vida.

Penso que melhor testemunho não poderia dar, do meu reconhecimento e da minha gratidão, do que, – aproveitando esta oportunidade – prometer aos meus amigos todos os meus esforços para aumentar as instalações de Monlevade.

Com efeito, já se encontram, em fase de realização, importantes projetos visando dar à nossa usina uma capacidade duas vêzes maior do que a atual.

Porém, Senhor Governador, êste programa estaria condenado a um atrazo irremediável, não fôsse a cooperação inestimável do Govêrno de V. Excia., garantindo à nossa Companhia um suprimento substancial de energia da futura usina do Santo Antonio, e empenhando-se para dar a Monlevade uma nova ligação rodoviária com Belo Horizonte, a fim de permitir o

escoamento de grande parte da sua produção futura, aliviando, tanto quanto possível, o tráfego ferroviário, que, todavia, suportará também grande parcela de responsabilidade, no tocante ao abastecimento de matérias primas, e exportação dos produtos da usina.

Como consequência lógica dêsse engrandecimento material, melhores perspectivas e possibilidades se abrirão para os nossos colaboradores, e maiores garantias de bem estar comum estarão se formando, para um futuro próximo.

Porque, meus Senhores, tem sido uma constante preocupação dos nossos programas de desenvolvimento, a assistência cada vez maior e mais perfeita ao pessoal que nos presta a sua dedicada e relevante cooperação.

A inauguração dêste Hospital é mais uma prova dessa afirmativa.

A sua manutenção importará em alargar consideravelmente a capacidade do nosso Serviço Médico, e não nos furtaremos aos imperativos decorrentes do nosso programa de amparo social.

Daremos aos trabalhadores e às suas famílias tôdas as possibilidades de uma vida condigna, num ambiente de harmonia e segurança.

Confiantes, pois, no patriotismo, na honestidade e na lealdade dos nossos colaboradores, a êles nos unimos, em nome dos órgãos administrativos da Companhia, para apresentar ao Exmo. Senhor Governador, às dignas autoridades, e aos demais convidados que aqui se encontram, os nossos sinceros agradecimentos pela honra de sua presença neste ato”.

12.2. ANEXO 2 – PALESTRA JOSEPH HEIN, DIRETOR-GERAL DA COMPANHIA SIDERÚRGICA BELGO-MINEIRA NA ESCOLA SUPERIOR DE GUERRA, EM 09 DE JUNHO DE 1959³¹⁷.

“(…) O plano de expansão que executa a Belgo-Mineira faz parte do "Programa de Metas" estabelecido pelo Senhor Presidente da República. Foi elaborado, sabidamente, em atenção ao apelo recebido do eminente Chefe da Nação e tem como um de seus propósitos dar nova contribuição ao desenvolvimento do País, da parte de quem, como a nossa empresa, sempre teve nítida consciência de suas responsabilidades.

É fato bastante conhecido o baixo consumo "per capita" de aço de nosso País. Este consumo é da ordem de 36 quilogramas, menos elevado, portanto, do que o de vários países da América do Sul, que não contam com as possibilidades do Brasil. Sabemos, porém, que o consumo brasileiro de aço seria bem maior se contasse com uma indústria siderúrgica mais desenvolvida e não fossem tantas as dificuldades que temos para importar o produto estrangeiro. (...) ..

A presente exposição tem por finalidade apresentar o programa de realização da nova ampliação da Belgo-Mineira. Como resultados dos estudos feitos, chega-se à conclusão de que podemos ampliar a sua capacidade para 500.000 toneladas de aço por ano, dentro das três diretrizes seguintes:

- a) A expansão da produção manterá as atuais linhas básicas de seu programa de laminação e procurará atender às exigências de qualidade sempre crescente do mercado nacional.
- b) O aumento de capacidade, dentro destas linhas gerais, abrangerá produtos cuja demanda interna ultrapassa a produção atual, como sejam os arames trefilados.
- c) O aumento da produção de aço basear-se-á em gusa produzido em alto-fornos a carvão vegetal sem necessidade de importação de carvão mineral ou de coque.

Será assim a Belgo-Mineira a maior e, possivelmente, a única' empresa siderúrgica do mundo baseada exclusivamente em combustível de origem vegetal procedente de florestas artificiais sempre renovadas.

Desta forma, a Companhia cria no país uma nova fonte de carvão, suficiente para obter 500.000 toneladas de aço.

Dentro do planejamento do aumento da produção, o problema de abastecimento da Usina de Monlevade em carvão vegetal mereceu a maior atenção, e as verbas previstas para reflorestamento, carvoejamento e transporte do carvão são vultuosas.

³¹⁷ CSBM, 1953.

O plano de expansão para 500.000 toneladas está sendo executado em duas etapas: a 1ª visa, principalmente, a produção de gusa. Já estão sendo ampliados, para esse fim, os alto-fornos e as respectivas fontes de matérias-primas - carvão vegetal, sinter e minério. Na 2ª etapa será instalado mais um convertedor e reforçada a produção de oxigênio, simultaneamente com a ampliação dos laminadores.

Queremos ressaltar que boa parte do equipamento necessário a essas ampliações será executada no Brasil, o que constitui atestado altamente significativo do nível atingido pela indústria brasileira que já se lança auspiciosamente à produção de máquinas e aparelhos para as indústrias básicas.

Instalações Previstas

1) Produção e transporte do carvão vegetal

Para a produção de 500.000 ton. de gusa por ano, nossos alto-fornos necessitarão 1.650.000 m³ de carvão vegetal, ou 3.300.000 esteres de lenha. A Companhia já está atingindo o plantio de 10 milhões de pés de eucaliptos por ano, que vigorará até 1983, dispondo de 120.000 hectares de terrenos apropriados para este fim.

Os métodos industriais de exploração florestal, carvoejamento e transporte serão de grande eficiência, compreendendo os seguintes equipamentos:

- Para o corte da lenha: serras elétricas;
- Para o transporte da lenha: teleféricos florestais amovíveis;
- Para o carvoejamento: fornos contínuos com recirculação dos gases;
- Para transporte, armazenamento e peneiramento do carvão: teleférico de 50 km de extensão, alimentado e descarregado por silos altamente mecanizados e de grande capacidade. Peneiramento do carvão e armazenamento das diferentes frações granulométricas.

2) Mineração de ferro e sinterização:

a) Mineração de ferro: as reservas de minério da CSBM são as seguintes:

- Mina do Andrade: 100 milhões de toneladas;
- Mina do Córrego do Meio (Sabará): 7 milhões de toneladas e de minério compacto de alto teor e tonelagem maior de minério pulverulento de alto teor.
- A Mina do Andrade, localizada a 10 km da Usina de Monlevade, já está em condições de abastecer essa Usina para o consumo previsto de 800.000 ton. por ano. Será preciso apenas complementar o seu equipamento.

Já se encontra em operação a instalação de britamento e peneiramento, iniciada conforme o programa de aumento da capacidade para 300.000 ton. de aço, e cuja capacidade é de 800.000 ton. de minério, por ano.

b) Sinterização: ao programar o aumento para 300.000 ton., foi previsto utilizar cargas de alto-forno com 80% de sinter, sendo este produzido na atual sinterização Greenawalt, com 2 painéis de 150 pés quadrados. Com o aumento da capacidade para 500.000 ton., é prevista, ao lado do britamento do minério, a instalação da nova sinterização Greenawalt, dispondo de painéis de 360 pés quadrados.

O sinter será transportado até os silos dos alto-fornos em vagões da ferrovia elétrica particular que serve a Mina do Andrade, e cujo traçado será melhorado para permitir o aumento de tráfego pesado.

3) Alto-fornos:

Os 4 alto-fornos atuais foram construídos para a capacidade unitária de 90 ton./dia. No decorrer dos anos, à medida que a empresa adquiria experiência de marcha dos alto-fornos a carvão vegetal daquele porte e do emprego de sinter na carga, os perfis dos fornos foram remodelados sucessivamente, melhorando-se a produção e o consumo médio de carvão. O forno IV foi remodelado em 1955, passando o cadinho a ter 4 metros de diâmetro. Posteriormente, os fornos II e III tiveram o cadinho aumentado para 4,50m de diâmetro e, com aumento da disponibilidade de vento, cada um pode produzir 300 ton. de gusa por dia, tendo em vista os ótimos resultados já obtidos. O forno I está sofrendo ampliação idêntica.

O aumento da produção de gusa para 500.000 ton./ano prevê melhorias nos aparelhamentos carregadores, de suprimento e aquecimento do ar comprimido, e de purificação dos gases.

4) Aciarias:

A aciaria Siemens-Martin, com 4 fornos de 40 ton. de carga, tem capacidade nominal de 150.000 ton./ano. Em fins de 1957, entrou em funcionamento a nova aciaria a oxigênio, com 2 convertedores, cuja capacidade é de 240.000 ton./ano; as duas aciarias de Monlevade podem, portanto, atingir 390.000 toneladas.

A capacidade da atual aciaria a oxigênio está limitada pela capacidade da fábrica de oxigênio; será instalada uma segunda unidade, que permitirá atingir a meta de 450.000 ton. de aço, partindo do gusa e da sucata de retorno da própria Usina.

O aço fabricado é, geralmente, aço ao carbono, abrangendo as especificações SAE 7070 a 7090. São também produzidos aços ligas com silício, cobre, cromo, fósforo, etc., para diversos usos.

Devemos frisar que os ótimos resultados alcançados no estrangeiro pelo aço a oxigênio estão sendo confirmados, e mesmo superados, pela produção de Monlevade, em virtude de provirem de gusa de alta qualidade, fabricado com carvão vegetal.

5) Laminadouro:

As instalações atuais compõem -se de: trem *duoblooming* reversível de 1.000 mm (300.000 toneladas anuais de *blooms* a placas), laminadouro semi-contínuo de fio (720.000 toneladas anuais de biletos, fio-máquina e ferros redondos e quadrados finos), laminadouro trio de 650mm (35.000 tons. anuais de biletos quadrados, lâminas para motoniveladoras e bulldozers, perfis especiais para aros de roda de caminhões, cantoneiras de abas iguais, tarugos para obuses), laminadouro trio de 350mm (15.000 ton. anuais de barras e perfilados médios, inclusive aço chato para molas), laminadouro duo-reversível, tipo Steckel (7 00.000 toneladas anuais de tiras e fitas laminadas a quentes). A notória flexibilidade deste trem quanto às dimensões e à qualidade dos produtos laminados permitem à empresa colaborar acentuadamente com a indústria automobilística, fornecendo-lhe chapas para longarinas de chassis, discos para rodas, aros e peças estampadas em geral.

Os produtos desses laminadouros básicos são, em grande parte, transformados em produtos mais finos, para o que a Usina possui instalações de trefilaria, fábrica de tubos e laminadouro a frio para fitas.

Novas instalações de laminação

Nossa produção de laminados era limitada pela capacidade da aciaria e foi, em 1956, de 143.628 toneladas. A partir de 1957, a produção vem crescendo, juntamente com a produção de aço das duas usinas para atingir, em 1958/1 959, cerca de 300. 000 ton. de laminados. Será, então, alcançada a capacidade máxima dos atuais laminadouros.

Consoante o programa de aumento progressivo da produção de laminados, poderemos atingir, no futuro, uma produção assim distribuída:

Fio-máquina e redondos	290.000 ton.
Perfilados	40. 000 ton.
Produtos planos	100.000 ton.
no total de	430.000 ton., o que corresponde à produção de 510.000 toneladas de lingotes. O fio-máquina será utilizado principalmente na trefilaria (200.000 ton.).

As novas instalações previstas para este programa são:

a) No trem *blooming*, a capacidade atual será aumentada para 500. 000 toneladas de *blooms*. O trem receberá novos equipamentos auxiliares para acelerar o ritmo da laminação.

b) Serão instalados um trem desbastador e um trem de biletos. O trem desbastador terá capacidade igual à do *blooming*, ou sejam, 500.000 toneladas. Sua produção será destinada ao trem de arame existente e ao trem contínuo de 5 gaiolas.

c) Será instalado um novo trem contínuo de fio-máquina, de capacidade de 250.000 toneladas.

6) Transferência da trefilaria, fábrica de tubos e laminadouro a frio

A construção dos novos laminadouros de Monlevade exigirá o aumento de espaço, compreendendo novas construções e a remoção da fábrica de tubos, do laminadouro a frio e, inclusive por outras razões técnicas, a da trefilaria.

Essas instalações constam de uma trefilaria (60.000 toneladas anuais), uma fábrica de tubos (30.000 toneladas anuais), um laminadouro a frio tipo Steckel, para fitas (produção anual de 7.000 ton.).

Trefilaria da Cidade Industrial:

As previsões do mercado nacional de arame mostraram que a produção nacional é insuficiente para atender às necessidades do País.

A área disponível para a trefilaria de Monlevade já não permite ampliações, o que levou a CSBM a providenciar a sua transferência para a Cidade Industrial, em Belo Horizonte, em área 10 vezes maior que a atualmente ocupada pela trefilaria, em Monlevade.

A transferência em apreço virá permitir, ao mesmo tempo, que sejam localizadas na área a ser desocupada em Monlevade, as oficinas mecânicas de manutenção, facilitando, assim, a ampliação prevista dos laminadouros. Essa transferência está sendo executada sem prejuízo da produção de arame, que seria grave transtorno para as indústrias que dele dependem.

O programa de fabricação da nova trefilaria pode ser dividido em dois grupos principais:

- a) Grupo dos aços com alto teor de carbono, denominado "aramé *patenting*", quando trefilado;
- b) Grupo dos aços com baixo teor de carbono, compreendendo grande diversidade de análises.

A fábrica de arame "*patenting*" terá capacidade para produzir 5.000 ton./mês, em sua etapa final. Dentre os produtos desse gênero, que apresentam grande diversidade de usos, podemos citar: arame para cabos de aço de carga e tração, para pneumáticos, almas para condutores elétricos, arames para concreto protendido, arame para molas espirais, arames para molas de colchões, para escovas, cardoas, grampos, arruelas de pressão, arame ovalado de alta resistência para cercas, etc.

Os arames com baixo teor de carbono atingirão a produção final de 12.500 ton./mês, visando abastecer amplamente a indústria manufatureira nacional com arames para parafusos comuns, parafusos especiais para automóveis, palha de aço e lâ de aço, pregos, telas peneiras, embalagem, etc., bem como eletrodos para solda elétrica, arame para solda oxi-acetilênica e

arames recozidos para fins diversos. A lavoura será abastecida com cerca de 3.000 ton. mensais de arame farpado, grampos e arame ovalado de alta resistência .

A trefilaria da Cidade Industrial compreenderá instalações moderníssimas, que colocarão o Brasil entre os maiores produtores de arame do mundo.

Em fase final, a área coberta total será de 58.300m². A demanda máxima será de 17.500 KW e o consumo, de 90 milhões de KWH por mês. Utilizará 1.300 a 1.500 m³ de água industrial por dia e deverá ocupar 1.100 operários.

7) Energia elétrica

O consumo de energia elétrica da Belgo-Mineira, em 1958, foi de 140 milhões de KWH e esteve a cargo das seguintes fontes:

a) Instalações hidrelétricas próprias (Usinas de Piracicaba, Prainha, Amorim e Taquaraçu), com 150.000 KW instalados.

b) Energia adquirida da Acesita e da Cemig.

Para interligar as redes de 50 e de 60 ciclos, existe, em Monlevade, um grupo convertedor de frequência de 5.000 KW

A demanda prevista, quando a capacidade da Usina alcançar 500.000 ton. de aço, é da ordem de 42.000 KW, correspondendo a um consumo anual de 224 milhões de KWH.

Para garantir o abastecimento da Usina em energia elétrica própria, temos prontos os seguintes projetos:

1) Instalação, em Monlevade, de uma ou duas turbinas a gás de 6.500 KW cada uma;

2) Aproveitamento hidrelétrico do Rio Piracicaba, no município de Antônio Dias:

a) Usina do Funil (Eng^o Guilman), com capacidade de 42.000 KVA.

b) Usina de Amorim, com capacidade de 51.000 KVA.

A possibilidade de realização dessas usinas elétricas é uma garantia para o abastecimento ininterrupto em Monlevade.

8) Serviços auxiliares

Os serviços auxiliares estão aparelhados para suportar o aumento de produção previsto, bastando que sejam beneficiados com instalações complementares de pouca monta.

No laboratório de Pesquisas Técnicas serão mantidas as seções existentes e criado o Laboratório de Ensaio Mecânicos.

Os novos encargos atribuídos aos serviços de manutenção poderão ser executados pelas atuais instalações de oficinas eletro-mecânicas, guindastes, pontes rolantes e material de tração. Deve ser adquirida nova distribuição de correntes contínuas para tração elétrica, uma instalação de solda automática e de têmpera superficial, eletroímã para manipulação de sucata e ponte rolante de 20 ton. para o galpão nº 2 do laminadouro.

O abastecimento de água industrial (1.700 m³/h) está a cargo dos ribeirões Jacuí e Carneirinhos e do Rio Piracicaba. A Usina necessitará de 5.000 m³/h, tornando-se portanto necessária a recuperação das águas servidas, que é feita em tanques de sedimentação. O plano de 500.000 ton. exigirá aumento de capacidade da rede distribuidora .

Existe, em Monlevade, uma moderna estação de tratamento de água potável. Parte do consumo está a cargo de fontes isoladas e de poços artesianos.

9) Serviços sociais

A cidade de Monlevade, construída a partir de 1936, possui aproximadamente 25 mil habitantes, espalhados por 3.000 prédios, em 10 bairros residenciais. No centro urbano localizam-se as casas comerciais, repartições públicas e casas de hospedagem. As moradias do pessoal da empresa são cedidas a aluguel módico.

Está sendo estudada a construção de cidades satélites, em torno de Monlevade e Siderúrgica, para resolver o problema da casa própria.

A Companhia mantém armazéns para venda de gêneros de primeira necessidade, que funcionam como controladores de preços. A distribuição de leite é feita por usina de beneficiamento construída e mantida pela empresa.

O pessoal recrutado na zona rural, próxima de Monlevade, é colocado conforme as aptidões, tendo amplas possibilidades de acesso e especialização. O treinamento de menores é feito pela Escola profissional, em convênio com o SENAI. Existem cursos noturnos para pessoal adulto. A Fundação Félix Chomé fornece bolsas para ensino profissional, nos graus médio e universitário.

Através de convênio com os Sindicatos dos Trabalhadores de Monlevade e Siderúrgica, um sistema de salário móvel acompanha a evolução do custo de vida.

A Companhia paga prêmios de incentivo à produção e hora-prêmio em determinadas condições. Tomando por base o ano de 1950 (100%), o índice de salário médio, em 1958, foi de 539.

O número de operários da Usina propriamente dita, para o plano de 500.000 toneladas, será de 4.000, enquanto que, em 1956, excluídos os serviços que estão sendo transferidos de Monlevade, esse total seria 2.961. A alta mecanização das instalações projetadas permitirá quase duplicar a produção de Monlevade com pequeno aumento do número atual de operários.

O Serviço Médico-Hospitalar merece especial atenção da Companhia, que mantém o Hospital Margarida, com 140 leitos muito bem montados e distribuídos por diversas clínicas. Junto à Usina funciona uma Policlínica, uma farmácia com preços inferiores aos do mercado local, Assistência Dentária em convênio com o SESI, Escola de Enfermagem e Lactário, sendo de notar que, em 1958, este último distribuiu gratuitamente um milhão e meio de mamadeiras a recém-nascidos.

A CSBM mantém em Monlevade 3 grupos escolares (3.000 alunos), Escola profissional (336 alunos) e Ginásio (278 alunos). Recenseamento, feito pela empresa, mostrou que a taxa atual de analfabetismo em Monlevade é de apenas 6, 7%.

Ampliação da Usina de Siderúrgica

A nossa veterana Usina de Siderúrgica desempenhou papel saliente no desenvolvimento da siderurgia brasileira, pois foi a primeira usina integrada³¹⁸ do país e constituiu a escola de onde se irradiou a técnica que nos permitiu atingir a situação atual. Essa usina vem sendo operada com toda a eficiência compatível com as suas instalações, mas representa um núcleo de trabalho digno de maiores destinos. Estamos empenhados em ampliá-la e modernizá-la, em futuro próximo, de modo a aproveitar melhor as suas possibilidades – mormente a localização e a mão-de-obra de alto padrão.

Programa de produção da CSBM em face do mercado brasileiro.

A expansão das usinas existentes e os projetos já aprovados pelo Governo mostram, para a evolução da produção siderúrgica nacional, os dados principais seguintes (aços em lingotes):

	1956	1959	1960	1962
Volta Redonda	740	920	1.100	1.300
Belgo-Mineira	273	300	320	500
Grupo Jafet	760	210	300	300
Acesita	43	55	65	120
Mannesmann	70	100	700	200
Outras	120	125	760	210
COSIPA				500
USIMINAS				500
	7.346	1.710	2.045	3.630

Várias entidades têm tomado a iniciativa de estudar o mercado brasileiro de produtos siderúrgicos e a sua evolução em futuro próximo. Tendo em vista os resultados desses estudos,

³¹⁸ As usinas siderúrgicas estão classificadas a partir das etapas constituintes de seu processo produtivo: as **integradas** operam as três fases básicas – redução, refino e laminação – que definem o processo produtivo e produzem aço; e as **semi-integradas** que possuem duas fases – refino e laminação. Fonte: <http://www.acobrasil.org.br/site/portugues/aco/processo-classificacoes.asp>.

as estatísticas de consumo e a própria experiência da CSBM relativamente ao mercado de ferro do país, no que diz respeito ao aumento de consumo aparente e ao seu ritmo atual de crescimento, podemos estabelecer que o programa de expansão da CSBM processar-se-á dentro das atuais linhas de produção. Os aumentos atingirão, principalmente, a classe de trefilados que, futuramente, alcançarão 200.000 toneladas.

Estudos feitos mostram que o programa da CSBM à vista do ritmo de crescimento anual da demanda de produtos siderúrgicos, baseia-se em limites muito conservadores. Em aditamento, deve ser levado em conta também, que a evolução do consumo de produtos siderúrgicos no Brasil é consequência do desenvolvimento nacional em geral, subordinado, porém, a três causas principais, a saber:

1ª) intenso crescimento demográfico;

2ª) aparecimento de novos consumidores em consequência do aumento das vias de comunicação e da industrialização do interior;

3ª) aumento geral do nível de vida. Esses fatores nos dão plena garantia de absorção dos seus produtos pelo mercado nacional, em futuro próximo. (...)”.

12.3. ANEXO 3 – DECRETO-LEI Nº 16.103, DE 18 DE JULHO DE 1923

DECRETO Nº 16.103, DE 18 DE JULHO DE 1923

Concede á Companhia Siderurgica Belgo Mineira, os favores constantes do decreto n. 12.944, de 30 de março de 1918, e do art. 1º do decreto legislativo n. 4.246, de 6 de janeiro de 1921, para o desenvolvimento da indústria siderurgica nas propriedades em Sabará, Estado de Minas Geraes

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil, usando da autorização constante do art. 80, n.11 e seu paragrapho unico, da lei n. 4.632, de 6 de janeiro de 1923, e tendo em vista o decreto legislativo n. 4.246, de 6 de janeiro de 1921, decreta:

Art. 1º Ficam concedidos á Companhia Siderurgica, BelgoMineira os favores constantes do decreto n. 12.944, do 30 de março de 1918, e do art. 1º do decreto legislativo n. 1.246, de 6 de janeiro de 1921, para o desenvolvimento da industria siderurgica nas suas propriedades em Sabará, Estado de Minas Geraes, mediante as seguintes condições:

I

A Companhia Siderurgica BelgoMineira obriga-se manter, em perfeito estado de funccionamento, nas suas propriedades em Sabará, Estado de Minas Geraes, o alto forno, já existente com os seus accessorios, inclusive fabrica de cimento e officinas para reparações, não podendo a producção diaria ser inferior a 20 toneladas de gusa. Taes installações poderão ser ampliadas e empregadas também na fabricação de ferro e aço.

II

Companhia Siderurgico BelgoMineira serão concedidos os seguintes favores:

1 – Isenção de impostos de importação e de expediente, durante o prazo de 40 annos, para:

- a) machinismos, materiaes e materias primas destinados a novas construcções e ampliações de suas installações;
- b) machinismos e materiaes destinados á carbonização de madeiras e utilização dos subproductos;
- c) machinismos e materiaes destinados á captação transmissão de energia hydroelectrica indispensavel ao funccionamento das usinas e suas dependencias;
- d) machinismos e matcriaes para pesquisas e exploração de pedreiras de construcção, material refractario, minerios e combustiveis necessários aos serviços das minas e suas dependencias;
- e) machinismos e materiaes destinados á construcção, conservação e funccionamento de estradas de ferro de pequeno percurso, estradas de rodagem, cabos aereos e outros meios de transporte necessarios ao abastecimento das usinas o escoamento de seus productos.

2 – Isenção, durante o prazo de 40 annos, de todos os impostos federaes que porventura incidirem sobre a construcção, ampliação e exploração das usinas e suas dependencias.

3 – Direito de desapropriação, nos termos da lei era vigor, para os terrenos e bemfeitorias necessarios ás construcções de estradas de ferro de pequeno percurso, estradas de rodagem, cabos aereos e linhas de transmissão de energia hydroelectrica, de accôrdo com os plannos approvados pelo Governo.

4 – Fretes reduzidos, durante o prazo de 40 annos, nas estradas de ferro e linhas de navegação do Governo Federal, para machinismos, materias primas e materiaes necessarios aos trabalhos das usinas, bem como para o transporte dos seus productos.

III

A isenção de direitos de importação e de expediente de que trata o n. 1, da clausula anterior sómente será concedida se os machinismos, materiaes e materias primas não tiverem similares no paiz. A redução dos frete de que trata o n. 4, da referida clausula será regulada em contractos especiaes com as estradas de ferro e linhas de navegação.

IV

O Governo Federal emprestará á Companhia Siderurgica, BelgoMineira a, quantia de mil e oitocentos contos de réis (1.800:000\$000), ao juro de cinco por cento (5%) ao anno, amortizavel em dez prestações annuaes, iguaes, de accôrdo com o que estabelece o decreto n. 12.944, de 30 de março de 1918, e desde que ella satisfaça ás condições estipuladas no mesmo decreto.

A companhia poderá apressar o resgate do emprestimo com o pagamento, por antecipação, de qualquer quantia, devendo em tal hypothese, ser feita a deducção do juro correspondente.

V

A Companhia Siderurgica BelgoMineira, obriga-se:

a/ a sujeitarse, á fiscalização do Governo Federal, fornecendo todas as informações; e esclarecimentos solicitados, além do um relatorio annal sobre o estado das obras em construcção, producção de suas usinas e minas e estado financeiro da empresa;

b/ a recolher annualmente ao Thesouro Nacional a quota de 12:000\$, para as despesas de fiscalização;

c/ a apresentar ao Governo Federal, para exame e approvação, todos os planos de alterações substanciaes e processos novos a adoptar no desenvolvimento de suas usinas, os quaes serão considerados aprovado para todos os effeitos se não tiverem sido impugnados no prazo de 60 dias a contar da data da apresentação;

d/ a empregar nos seus serviços pelo menos cincoenta por cento de operarios brasileiros;

e/ a manter nas suas usinas dez menores, aprendizes e a collocar em trabalhos attinentes á mesmas até tres engenheiros diplomados pela Escola de Minas de Ouro Preto ou que tiverem feito o curso industrial da Escola, Polytechnica, do accôrdo com

a indicação feita pelo Ministro da Agricultura, Industria e Commercio, durante o prazo de dous annos e com a gratificação mensal minima de 500\$000;

f/ a fazer, sem prejuizo dos seus serviços e sempre que o Governo julgue conveniente as experiencias necessarias para a verificação da possibilidade de aproveitamento de materias primas do paiz;

g/ a dar preferencia, em igualdade de condições, ao coke de carvão nacional, sempre que tiver de empregar coke metallurgico

VI

O Governo Federal auxiliarão desenvolvimento das usinas, construindo pequenos ramaes de estradas de ferro, uma vez que os julgue indispensaveis ao abastecimento das mesmas e ao escoamento de seus productos.

VII

O Governo Federal, sempre que julgue conveniente, interporá seus bons officios para que a Companhia Siderurgica BelgoMineira obtenha isenção de quaesquer impostos estaduaes e municipaes que por ventura incidam sobre suas usinas e dependencias, trafego de materias primas e materiaes, destinados ao funccionamento das mesmas, e respectivos productos.

VIII

A Companhia Siderurgica BelgoMineira poderá:

a/ explorar minas, depositos mineraes, pedreiras e material refractario, cujos productos tenham applicação na industria siderurgica, respeitada a legislação em vigor;

b/ construir linhas telegraphicas e telephonicas entre suas diversas installações, desde que obtenha permissão do Governo Federal e do Estado de Minas Geraes.

IX

A Companhia Siderurgica BelgoMineira obriga-se a vender ao Governo para as suas necessidades até 30% da producção annual de material de ferro e aço fabricado nas suas usinas, a preço inferior ao de identico material importado CIF, accrescido dos impostos alfandegarios, taxa de expediente e taxas de Câes do Porto do Rio de Janeiro.

O valor da differença será, objecto de ajuste na occasião da compra e venda.

O Governo obriga-se a comprar á Companhia Siderurgica BelgoMineira, nas referidas condições de preço, a quantidade de ferro e aço que tiver de adquirir para o supprimento de suas necessidades, o desde que a companhia produza artigos identicos em typo e qualidade áquelles de que o Governo careça, uma porção equivalente á quota parte que a producção da companhia representar na producção total das usinas siderurgicas installadas no Brasil.

X

Pelas infracções das clausulas da presente concessão a Companhia Siderurgica BelgoMineira incorrerá, em multas de um a cinco contos de réis elevadas ao dobro nos casos de reincidencia.

XI

No caso de duvida na interpretação das clausulas deste contracto, será, ella resolvida por arbitragem, escolhendo cada, uma das partes dentro do prazo de sete dias, o seu arbitro e estes, entre si, um outro, que servirá do desempatador quando não houver accôrdo entre os primitivos, sendo o seu laudo acceito e considerado definitivo por ambas as partes.

XII

Será declarada caduca a presente concessão se houver paralysação dos serviços das usinas da Companhia Siderurgica BelgoMineira por noventa dias consecutivos, salvo força maior comprovada, a juizo do Governo, ficando obrigada, além disso, a companhia a restituir ao Governo o valor de todas as isenções de taxas e impostos.

XIII

O Governo Federal poderá conceder utilização de forças hydraulicas de seu dominio para a exploração e desenvolvimento dos serviços da Companhia Siderurgica BelgoMineira, desdo que taes forças não sejam necessarias aos serviços federaes.

XIV

O fôro federal desta Capital verá o competente para todas as acções que se fundar em direitos e obrigações resultantes da presente concessão.

XV

O Governo Federal poderá em qualquer tempo requisitar por necessidade de salvação publica ou em caso de guerra, as usinas e dependencias da Companhia Siderurgica BelgoMineira, de conformidade com as leis em vigor.

XVI

Os favores e obrigações da presente concessão serão extensivos ás installações que a Companhia Siderurgica BelgoMineira fizer em Monlevade, desde que os planos geraes e especiaes das obras a executar sejam approvados pelo Governo Federal.

XVII

O presente decreto ficará sem effeito se dentro do prazo de 30 dias, a contar de sua publicação no Diario Official não tiver a Companhia Siderurgica BelgoMineira assignado o respectivo contracto no Ministerio da Agricultura, Industria e Commercio.

Art. 2º Revogam-se as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 18 de julho de 1923, 102º da Independencia e 35º da Republica.

ARTHUR DA SILVA BERNARDES.

Miguel Calmon du Pin e Almeida.

12.4. ANEXO 4 – DECRETO-LEI Nº 16.214, DE 28 DE NOVEMBRO DE 1923

DECRETO Nº 16.214, DE 28 DE NOVEMBRO DE 1923

Abre ao Ministerio da Agricultura, Industria e Commercio o credito especial de 1.800:000\$, para attender ao pagamento do emprestimo de igual quantia á Companhia Siderurgica BelgoMineira, para o desenvolvimento da industria siderurgica nas suas propriedades em Sabará, no Estado de Minas Geraes

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil, tendo ouvido o Tribunal de Contas, na fórma do n. IX do art. 32, do respectivo regulamento e de accôrdo com o disposto nos decretos ns. 12.944, de 30 de março de 1918, decreto n. 4.246, de 6 de janeiro de 1921, e no art. 80, n. 11 e seu paragrapho unico, da lei n. 4.632, de 6 de janeiro de 1923, resolve abrir, ao Ministerio da Agricultura, Industria e Commercio o credito especial de mil e oitocentos contos de réis (1.800:000\$000), para attender ao pagamento do emprestimo de igual quantia á Companhia Siderurgica nas suas propriedades em Sabará, no Estado de Minas Geraes, nos termos do art. 1º, n. IV, do decreto n. 16.103, de 18 de julho do corrente anno.

Rio de Janeiro, 28 de novembro de 1923, 102º da Independencia e 35º da Republica.

ARTHUR DA SILVA BERNARDES.

Miguel Calmon du Pin e Almeida.

12.5. ANEXO 5 – DECRETO-LEI Nº 12.944, DE 30 DE MARÇO DE 1918 E DECRETO Nº 4.246, DE 6 DE JANEIRO DE 1921

DECRETO Nº 12.944, DE 30 DE MARÇO DE 1918

Institue favores em proveito da industria siderurgica

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil, tendo em vista o que lhe expoz o Ministro da Agricultura, Industria e Commercio sobre a necessidade de estimular a produção do ferro e aço no paiz e usando da autorização contida no art. 1º, n. I, letra a, do decreto legislativo n. 3.316, de 16 de agosto de 1917,

Decreta:

Art. 1º A's empresas que actualmente fabricam ferro no paiz, extrahindo o metal do minerio, em fornos altos a carvão de madeira, e áquellas que, dentro de tres annos, a contar da presente data, se installarem e iniciarem a fabricação de ferro e aço em fornos altos a carvão de madeira ou a coke mineral ou em fornos electricos e outros da technica, poderão ser feitos emprestimos até a importancia do capital de installação, ficando as fabricas respectivas hypothecadas ao Governo.

Art. 2º Para que se realizem os emprestimos acima indicados, torna-se necessario:

- a) que a produção da fabrica seja, no minimo, de 20 toneladas diarias;
- b) que a fabrica esteja em perfeito estado de conservação e funcçionamento;
- c) que os requerimentos pedindo os emprestimos sejam acompanhados de plantas detalhadas das fabricas, descripção minuciosa dos processos empregados, relação dos materiaes e machinas utilizados na fabricação, amostras dos productos e documentos que provem o bom funcçionamento das fabricas;
- d) que os pretendentes se comprometam a franquear aos fiscaes do Governo todas as dependencias de suas officinas, fornecendo-lhes os esclarecimentos pedidos, e a submeter préviamente á approvação do Ministro da Agricultura, Industria e Commercio todos os planos de alterações essenciaes e, bem assim, os processos novos que resolverem adoptar em seus estabelecimentos;
- e) que se comprometam igualmente a admittir em suas fabricas os aprendizes, até o numero de 10, e os alumnos que concluirem o curso da Escola de Minas ou o curso industrial da Escola Polytechnica ou de outros institutos congeneres, até o maximo de tres, indicados pelo Governo, garantindo-lhes, pelo prazo de dous annos e desde que não prejudiquem a boa ordem do estabelecimento, uma diaria de 2\$ a 5\$ para os primeiros e de 10\$ a 15\$ para os ultimos, conforme os serviços que prestarem.

Art. 3º Os emprestimos de que trata o artigo anterior serão feitos pelo prazo maximo de 12 annos e vencerão o juro annual de 5%.

§ 1º Estes empréstimos só se tornarão effectivos depois de lavradas as escripturas de hypotheca, de accôrdo com o art. 1º, e serão amortizados em 10 prestações iguaes, comprehendidos os juros respectivos, a contar do fim do segundo anno da data da hypotheca.

§ 2º A primeira amortização será feita dentro de 60 dias depois do prazo estipulado no paragrapho anterior e as seguintes dentro de 60 dias depois de findo cada um dos annos ulteriores.

Art. 4º O pagamento das amortizações previstas no artigo anterior poderá ser feito, no todo ou em parte, a juizo do Governo, em material produzido pelas fabricas, até o limite maximo de um terço da producção e observadas as condições do art. 6º

Art. 5º O capital de installação de cada fabrica será avaliado por tres peritos do Ministerio da Agricultura, Industria e Commercio, á vista dos documentos apresentados pelos interessados e do exame procedido nas installações e deposito das fabricas pelos mesmos peritos.

Art. 6º A partir da presente data, todo metal de que precisar o Governo (gusa, ferro ou aço) será adquirido das fabricas previstas no art. 1º e de quaisquer outras que se installarem no paiz depois do prazo marcado no mesmo artigo, ao preço de identico material importado CIF, accrescido esse preço dos impostos alfandegarios, taxa de expediente e taxas de caes do porto do Rio de Janeiro.

Art. 7º O Governo estabelecerá nas estradas de ferro e navios da União o frete minimo para os minerios, combustiveis, gusa, ferro e aço produzidos nas fabricas nacionaes e para os appparelhos, machinas e material de custeio indispensaveis ás mesmas fabricas e promoverá accôrdo com as estradas de ferro e empresas de navegação que gosarem de favores da União para que reduzam também ao minimo as suas tarifas para taes artigos.

Art. 8º Além das vantagens estabelecidas nos artigos anteriores, o Governo poderá auxiliar o desenvolvimento das fabricas de ferro e aço, construindo os pequenos ramaes de estradas de ferro que julgar indispensaveis á conducção das materias primas e dos productos das fabricas.

Art. 9º Os empréstimos estatuidos por este decreto não poderão exceder de 5.000:000\$ para cada fabrica, seja qual for o seu capital de installação.

Art. 10. As empresas siderurgicas favorecidas pelo presente decreto ficam obrigadas a manter em cultivo as florestas necessarias ao supprimento regular do carvão de madeira de que precisarem, sendo as respectivas áreas estabelecidas de accôrdo com o Ministerio da Agricultura, Industria e Commercio.

Art. 11. A falta de cumprimento de qualquer das obrigações assumidas pelas empresas beneficiadas por este decreto sujeitará as mesmas á multa de 1:000\$ a 5:000\$, a juizo do Ministerio da Agricultura, Industria e Commercio, e ao dobro nas reincidencias.

A demora por mias de tres mezes, no pagamento das amortizações vencidas, importará na rescisão do ajuste celebrado, revertendo a fabrica para o Governo, com todos os seus bens e direitos, independente de qualquer procedimento judicial e sem indemnização de especie alguma.

Art. 12. Revogam-se as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 30 de março de 1918, 97º da Independencia e 30º da Republica.

WENCESLAU BRAZ P. GOMES.

J. G. Pereira Lima.

DECRETO Nº 4.246, DE 6 DE JANEIRO DE 1921

Torna extensivo a quaesquer empresas ou companhia que devidamente se organizarem, no paiz, para a exploração da industria metallurgica, os favores estabelecidos no art. 53, n. XXIV, da lei n. 3.991, de 5 de janeiro de 1920, mediante contracto celebrado com o Governo da União e proroga por mais dous annos os decretos ns. 12.943 e 12.944, de 30 de março de 1918, que instituem favores em proveito do carvão nacional e da industria siderurgica

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil:

Faço saber que o Congresso Nacional decretou e eu sanciono a seguinte resolução:

Art. 1º São extensivos a quaesquer empresas ou companhias que devidamente se organizarem, no paiz, para a exploração da industria metallurgica, os favores estabelecidos no art. 53, n. XXIV, da lei n. 3.991, de 5 de janeiro de 1920, mediante contracto celebrado com o Governo da União.

Art. 2º Ficam prorogados por mais dous annos os decretos ns. 12.943 e 12.944, de 30 de março de 1918, que instituem favores em proveito do carvão nacional e da industria siderurgica.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 6 de janeiro de 1921, 100º da Independencia e 33º da Republica.

EPITACIO PESSÔA

Simões Lopes

J. Pires do Rio

12.6. ANEXO 6 – NÚMERO ESPECIAL SOBRE A COMPANHIA SIDERÚRGICA MINEIRA

“O Pioneiro” - Ano III – Número 51 – Segunda Quinzena de Janeiro de 1957

MARCO NA EVOLUÇÃO INDUSTRIAL DO BRASIL

“No dia 21 do corrente, fez quarenta anos que, em Belo Horizonte, se constituiu a Companhia Siderúrgica Mineira, sociedade que, depois de construir em Sabará um alto-forno e oficinas mecânicas, se transformaria, a partir de 1921, na atual Companhia Siderúrgica Belgo-Mineira.

A história de uma empresa se prolonga na outra. A continuidade de ação, de identidade de propósitos, a presença numa e noutra de muitas figuras comuns, mostram que a primitiva sociedade não desapareceu, antes e apenas sofreu transformações tendentes a melhor realizar seu objetivo, no momento em que ao capital e à técnica brasileira se vieram associar capital e técnica europeus do grupo da ARBED.

A data que assinalamos é, assim, da Belgo-Mineira, se não pertencesse, principalmente, ao Brasil, à história de sua indústria de base.

A iniciativa da fundação da Companhia Siderúrgica Mineira teve, efetivamente, características que a tornaram fato histórico, de indiscutível ressonância, na evolução industrial do País.

Para os mineiros, a presença no subsolo do Estado de imensas reservas minerais sempre atuou como desafio à atividade criadora. Transformar tanta riqueza em instrumentos de trabalho e de conforto, aproveitar a dádiva da Providencia para fins de progresso social, criar, enfim, com a elaboração do minério bruto, a base de uma civilização ao nível das mais altas construções humanas, isso tudo constituiu obsessão em que se consumiram algumas das nossas melhores figuras do passado e em que, também, o homem de Minas soube dar a medida de sua energia moral e da amplitude de suas vistas.

Mostra a crônica da Província Mineira que o esforço secular de industrialização à base de metalurgia de ferro acabaria por se cristalizar numa iniciativa perdurável que teve decidida significação nos rumos tomados pela evolução cultural e econômica do Estado – a Escola de Minas de Ouro Preto.

Organizada, sob a responsabilidade do Governo Provincial, por um sábio e idealista, afortunadamente trazido da Europa – Henrique Gorceix, a Escola de Minas em pouco se tornaria famosa como nosso primeiro centro de formação de geólogos, metalúrgicos e ferroviaristas.

Pode-se dizer, sem exagero, que desde o final do século passado aos nossos dias todas as tentativas de se fundar e desenvolver a siderurgia em Minas Gerais contaram, de uma forma ou de outra, com a presença e a contribuição marcada dos homens de Ouro Preto.

Em janeiro de 1917, três filhos da Escola de Minas, os Engenheiros Cristiano França Teixeira Guimarães, Amaro Lanari e Gil Guatimosin, associaram-se a outras personalidades de relevo dos círculos econômicos e sociais do Estado, como o saudoso coronel Sebastião Augusto de Lima e o jurista e homem público Ovídio de Andrade, para empreender a construção de uma usina siderúrgica em nossa terra.

Projetada por um mestre notável da Escola de Minas, o sempre lembrado professor Alberto Augusto de Magalhães Gomes, a Companhia Siderúrgica Mineira desde logo iniciou em Sabará, sob a direção técnica dos Engenheiros Amaro Lanari e Gil Guatimosin, a construção de um alto-forno, para produzir 25 toneladas por dia – o maior do Brasil em seu tempo.

Colocado na situação da época e nas circunstâncias do meio, o empreendimento configura características de inegável ousadia e desde logo se marcou pela tenacidade e pelo espírito pioneiro que animava os seus organizadores e responsáveis. E a legenda de pioneirismo, que é sinônimo de desassombro e de fé, nunca mais deixou de assinalar a trajetória da iniciativa lançada nesse ano de 1917.

Em 1921, como consequência dos entendimentos havidos entre dois grandes idealistas e homens de Estado, um, europeu, o Rei Alberto, da Bélgica, outro, mineiro, o Presidente Artur Bernardes, o saudoso industrial Gaston Barbanson concluiu as negociações que iriam determinar a colaboração financeira e técnica da ARBED ao empreendimento da Companhia Siderúrgica Mineira.

A primitiva Usina de Siderúrgica haveria de crescer daí por diante, assinalando com novas legendas a sua história. Nela se instalaria a primeira aciaria que funcionou em Minas Gerais. Ali, também, se fabricaram os primeiros laminados feitos no Brasil com aço nacional. Tornara-

se, assim, a nossa primeira usina integrada, isto é, aquela que, partindo do minério, produziu barras de aço laminado.

Da usina sabarense, que foi nossa primeira universidade siderúrgica, anos depois saíram os operários e técnicos que, dirigidos pelos Engenheiros Louis Ensck e Albert Scharlé, haveriam de construir, em pleno sertão de Minas Gerais, a primeira grande usina moderna de aço da América do Sul – Monlevade, cujo início de funcionamento em 1938 assinalou um acontecimento de decisiva repercussão nos rumos da industrialização brasileira.

Monlevade neste ano estará com a sua capacidade elevada para 300 mil toneladas de aço e já se prepara para atingir em futuro próximo índices de produção muito mais expressivos. Deixa assim de ser apenas a maior usina a carvão vegetal do mundo, para se tornar, também, entre as grandes usinas siderúrgicas de nossos dias, uma das mais modernas e mais potentes.

A seiva lançada há quarenta anos por um grupo de preclaros mineiros deu, no entanto, no tempo, mais frutos do que o próprio aço produzido nas usinas que dela decorreram.

O feliz desenvolvimento que teve mostra, realmente, que seria o ponto de partida para a criação de uma mentalidade industrial em nosso Estado. Foi também o impulso inicial que determinou a formação em Minas da primeira universidade siderúrgica do Brasil. Tornou-se ainda o foco de pioneirismo no campo da técnica e dos serviços sociais, o núcleo irradiador de progresso, de que dão testemunho os atuais centros de trabalho da Belgo-Mineira.

Ao fazer, nas páginas centrais desta edição, um pequeno relato histórico da constituição da Companhia Siderúrgica Mineira, queremos, antes de tudo, com essa iniciativa, prestar indispensável homenagem aos homens que a organizaram e souberam garantir o seu futuro de prosperidade. Muitos desses homens, que representam a melhor gente de Minas, encontram-se em plena ação criadora, no campo da siderurgia e da indústria. Outros, batidos pelas contingências humanas, já se foram deste mundo.

A todos o nosso respeitoso testemunho de admiração, as nossas homenagens agradecidas pelo trabalho fecundo que fizeram em prol do engrandecimento da civilização de Minas e do Brasil". (p. 01-02).

SIDERURGISTA HÁ 40 ANOS

“Entre os homens que constituíram há quarenta anos a companhia Siderúrgica Mineira e foram eleitos para a sua primeira diretoria, estava o Dr. Cristiano Franca Teixeira Guimarães, presidente da Belgo-Mineira.

Filho da Escola de Minas, como a si próprio se qualifica, o Dr. Cristiano Guimarães sempre se animou pelo ideal de fundar e desenvolver a grande indústria do aço em nosso Estado. Sua contribuição nesse sentido tornou-se, nessas quatro décadas, decisiva. Tendo sido um dos organizadores da primeira sociedade, desempenhou relevante papel nos entendimentos mantidos depois com a ARBED, dos quais resultou a fundação da Belgo-Mineira.

Dirigente da Companhia, desde a sua constituição, o dr. Cristiano Guimarães sempre foi um animador de seus empreendimentos e uma garantia que os mesmos tiveram para o seu êxito.

O Brasil sabe quem é o presidente da Belgo-Mineira. A discricção em que sempre se procurou manter, por temperamento e formação espiritual, não evitou que a sua colaboração preciosa fosse reclamada para assegurar a vitória das maiores iniciativas econômicas que nos últimos quarenta anos foram os pontos altos da trajetória progressista de Minas Gerais.

Ao seu renome de financista e administrador emérito ajunta-se a sua condição de siderurgista de primeira água, pois, poucos quanto o ilustre e preclaro mineiro, terão contribuído de maneira tão constante e eficaz para o progresso da indústria do aço no Brasil”. (p. 01)

ENTUSIASMO E TENACIDADE GARANTIRAM O ÊXITO DA COMPANHIA SIDERÚRGICA MINEIRA

“A Primeira Guerra Mundial trouxe algum alento ao processo de industrialização do País. Dificultado o comercio marítimo entre as nações, a nascente indústria indígena tinha a sua oportunidade. As fábricas existentes reanimavam-se, livres dos embaraços opostos pela concorrência externa. Muitas outras novas se instalavam para atender os reclamos do mercado interno em seus aspectos essenciais.

Em Minas, duas industrias de provectas tradições – a de tecelagem que evoca sempre o vulto imponente de Bernardo Mascarenhas, e a siderurgia, cujas tentativas remontam aos tempos coloniais, haveriam de beneficiar-se da eventualidade criada pela conflagração mundial.

Os alto-fornos pioneiros da Usina de Esperança, que algum tempo antes somente se mantiveram acesos devido à hercúlea energia moral do Eng. J. J. Queiroz Júnior, passaram a não produzir para as encomendas.

O gusa mineiro, que anteriormente era refugado, já não bastava para atender as necessidades das fundições nacionais.

Foi nessa conjuntura, cujas perspectivas favoráveis apenas se percebiam, que um grupo reduzido de mineiros, entre engenheiros e capitalistas, se propôs a fundar uma nova usina siderúrgica para produzir gusa e seus derivados.

A iniciativa nascera de uma sugestão do Engenheiro Amaro Lanari ao seu amigo e colega de Escola de Minas, Engenheiro Cristiano Guimarães. Estabelecido em suas premissas, o empreendimento ganharia logo a adesão preciosa de dois vultos já eminentes na vida econômica e social do Estado: o banqueiro e comerciante Sebastião Augusto de Lima e o industrial Américo Teixeira Guimarães.

Procurava-se fazer uma indústria siderúrgica. Para alguns, filhos da Escola de Ouro Preto, era a oportunidade entressonhada de aplicar os conhecimentos adquiridos no grande centro de ensino metalúrgico. Para todos, técnicos ou não, chegava a vez de empreender uma iniciativa a que o consenso unânime, desde dias remotos, ligava o futuro de prosperidade de Minas Gerais.

O tempo vai mostrar que a seiva lançada nessa iniciativa fora boa. Era o ponto de partida para o início de um ciclo de relevo decisivo na evolução industrial do País.

A Sociedade e seus Acionistas

No dia 21 de janeiro de 1917, consertadas as medidas preliminares, constituía-se, em assembléia realizada na residência do Dr. Cristiano Guimarães, Na Avenida Tocantins, a Companhia Siderúrgica Mineira, sociedade que, consoante seus estatutos, destinava-se a explorar a indústria siderúrgica, produzindo ferro-gusa e seus derivados, e a explorar comercialmente as jazidas minerais existentes nas propriedades que iria adquirir.

O capital social da Companhia era de Cr\$ 350.000,00, com possibilidade de ser aumentado até Cr\$ 1.000.000,00. Seu prazo de duração, prorrogável a critério da assembléia geral, era de 40 anos.

Vinte pessoas, todas de marcadas ubiquação na vida mineira, subscreveram inteiramente o capital inicial da sociedade. Foram elas as seguintes, na ordem de sua participação no capital: Amaro Lanari, João Gomes do Val, Cristiano Guimarães, Sebastião Augusto de Lima, Maria Lanari do Val, Cássio Lanari do Val, Adelino Ferrão Castelo Branco, Antônio de Paula Simões, Américo Teixeira Guimarães, Cássio Lanari, Flavio Fernandes dos Santos, Aurélio Lobo, Afonso Vaz de Melo, S. Fernandes Claré, João Gomes do Val Júnior, Ovídio de Andrade, Vigário Antônio Dias Costa, Antonino Pinto Mascarenhas, J. A. Assumpção, João de Cerqueira Lima.

Na mesma assembléia em que se constituiu a sociedade, foram eleitos os seus dirigentes nas pessoas dos Drs. Cristiano Guimarães, Sebastião Augusto de Lima e Ovídio de Andrade, aos quais os estatutos atribuíam uma gratificação anual de Cr\$ 1.800,00. para gerente de empresa, com funções de seu agente executivo, escolhera-se o Dr. Amaro Lanari.

Em Sabará se constrói a Usina

A escolha do local apropriado à construção da usina foi procedida mediante estudos meticulosos e chegou, segundo a crônica da época, a emocionar a opinião pública mineira. Muitos municípios disputaram os benefícios do empreendimento. Sabará, cidade de tantas lendas e tato lustre, seria a eleita. Vários fatores relevantes no planejamento industrial contribuíram para essa escolha: a proximidade das fontes de minério e de carvão, a vizinhança da Capital, a relativa facilidade dos meios de transportes, a mão de obra disponível naquela época na velha cidade mineira e o seu nível de civilização.

Convém acentuar que Sabará vivia naqueles anos uma situação de crise coletiva. Excetuados os ourives, não havia na histórica cidade trabalho para homens. Os sabarenses para ganharem a vida, tinham de trabalhar em Belo Horizonte, em Nova Lima e Raposos. O problema assumia aspectos de calamidade pública, com a ameaça que pesava sobre a cidade de se afundar na ruína e no abandono por falta de condições de vida. Conta-se mesmo que naqueles dias, levado pela inspiração mais generosa, o Vigário José Antônio Marques convocara o povo para uma

procissão em que invocou a proteção da Virgem a fim de salvar Sabará da crise aguda de desemprego.

Imagina-se por isso o alento que despertou na população sabarense a notícia de que em sua cidade iria construir-se a maior usina siderúrgica do Estado. Muitos filhos da terra haviam contribuído bravamente para essa escolha. O acionista da Companhia, sr. Adelino Ferrão Castelo Branco, oferecera a jazida do Segredo, de sua propriedade, para abastecer a usina. Outro sabarense de boa cepa, José Antônio Machado Chaves, fizera oferta vantajosa dos terrenos de antiga lavra de mineração de ouro onde se iria instalar a indústria. Grande seria também a colaboração emprestada pelo sr. Antônio de Lima Geoque, como comerciante, soube compreender o alcance da iniciativa e seus percalços, identificando-se de maneira muito ampla com o empreendimento. O projeto da usina fora feito pelo saudoso professor Alberto Magalhães Gomes, da Escola de Minas. Encarregara-se do desenho das plantas um jovem aluno daquela Escola e que depois se tornaria reputado ferroviarista – o Eng. Luiz Orsini.

Como gerente da Companhia, o Eng. Amaro Lanari incumbiu-se de dirigir pessoalmente as obras de construção civil da indústria. Para a instalação do alto-forno seria em seguida convocado outro filho da Escola de Minas, o Eng. Gil Guatimosin.

Além da jazida de minério, a Companhia tratara de adquirir logo a Fazenda da Chácara, em Santa Luzia, comprada do Sr. José Assis Duarte, a fim de tirar ali a matéria prima para refratários e para também plantar eucaliptos, numa tentativa de reflorestamento que foi iniciada.

Todos os Equipamentos feitos no Brasil

A guerra oferecia aspectos positivos e negativos para o surto industrial brasileiro. Se havia, por um lado, mercado para as manufaturas da terra, era certo, entretanto, que para a instalação de nova indústria e o reequipamento das antigas não se podia contar com os fornecimentos estrangeiros. Nada ou quase nada se podia importar.

O alto-forno de Siderúrgica teria assim mais essa característica marcante: todos os seus equipamentos foram produzidos ou reconicionados aqui mesmo no País.

A Companhia Mecânica Importadora, de São Paulo, incumbiu-se de fornecer o equipamento mecânico, os aparelhos de carregamento, as canalizações, etc. A parte de chapas para a construção do alto-forno e dos aparelhos de aquecimento foi adquirida e montada pela firma mecânica do Sr. Larena, italiano que tinha excelente oficina em Sete Lagoas. Nas obras eram empregados tijolos refratários fabricados pela cerâmica do Sr. Carlos Antonini, de Belo Horizonte, com argila extraída em Santa Luzia. Do Rio, vieram chapas e parafusos.

A empresa tivera o cuidado de montar uma oficina mecânica que se tornou particularmente preciosa nesses tempos de dificuldades de equipamentos industriais.

Pode-se assim dizer que o alto-forno de Siderúrgica, o maior até então construído no País, fora todo feito no Brasil, com colunas de ferro fundido e anel de sustentação de cúpula fornecidos pela Mecânica Importadora de São Paulo. Essa mesma firma encarregara-se de vender os motores a gás pobre, de fabricação estrangeira, mas por ela própria reconicionados.

Sacrifícios, Entusiasmo, Tenacidade

Os dicionários dão diversas definições para o termo *pioneiro*. É 'o primeiro que abre ou descobre caminho através de uma região mal conhecida', é também 'aquele que prepara os resultados futuros'. Pioneiro, noutras palavras, é o que, em qualquer terreno, se antecipa no tempo. Por isso mesmo toda a iniciativa que tenha aspectos de pioneirismo há de contar para vencer com dois pressupostos indispensáveis, a saber: fé e tenacidade, por parte de seus homens.

A Companhia Siderúrgica Mineira, ao empreender a construção de Sabará de um alto forno com características importantes para o país na época, marcou-se com aquelas celebradas qualidades de vitória.

As dificuldades a vencer eram muitas. Faltavam equipamentos apropriados. Os recursos eram escassos. Pequena, quase episódica, a nossa experiência técnica no setor siderúrgico.

Energia elétrica não havia. A usina hidrelétrica de Sabará mal dava para a iluminação da cidade. A energia indispensável para a construção e a operação era gerada na própria usina com o gás de gasogênio ou do alto forno.

Os percalços se sucediam de todos os lados. Um acidente de natureza grave ocorreria no motor Sulzer, de fabricação suíça, atrasando enormemente o funcionamento da usina. Foi preciso que se encontrasse outro igual em Magé para que os trabalhos pudessem ser prosseguidos. Mais tarde, no curso da primeira corrida de gusa, haveria outro acidente devido a uma explosão do gás. A ocorrência tivera aspectos de teatralidade. Fora presenciada por dezenas de pessoas. Eram 6 horas da manhã, o trem de Santa Bárbara ia partir, quando, em estrepitoso fragor, verificou-se a explosão. Não faltaram vaticínios pessimistas na mente popular. Felizmente, era apenas acidente natural em todo empreendimento que se inicia.

Atrasado o tempo de conclusão da usina, superados os orçamentos iniciais, naqueles dias de situação excepcional, os investimentos feitos acabaram por atingir a uma importância bastante elevada para a época e o país: Cr\$ 1.200.000,00.

Os acionistas viam-se sacrificados. Os responsáveis pela iniciativa, homens de reconhecida tempera moral e tenacidade, chegaram a se preparar para a eventualidade de empregar todos os seus haveres para salvar a indústria.

Havia, no entanto, por parte dos dirigentes e trabalhadores entusiasmo pela obra. Tudo afinal teria de ser vencido. Em princípios de 1920, a usina era posta novamente em funcionamento: o alto forno de 25 t, que é o atual 'forninho' de Siderúrgica, entrara em marcha.

O problema de construção do alto forno fora resolvido satisfatoriamente. Restava agora o da sua operação.

O Eng. Gil Guatimosin, em discurso recente, homenageando a memória do saudoso siderurgista J. J. Queiroz Júnior, resumiu em depoimento muito expressivo, o que era naqueles anos fazer siderurgia em nosso Estado:

'Se lançarmos um olhar retrospectivo para aqueles tempos em que tudo faltava, pessoal técnico, laboratório e máquinas; em que um furo de corrida duro se resolvia, quando possível, por meio de arrombador e dois malhos de 12 quilos, dado que não havia oxigênio industrial; quando os ternos trabalhavam 12 horas e, aos sábados, nas mudanças de trabalho diurno para noturno 18 horas; época em que os fornos, de peito aberto, apresentavam cadinhos tão acanhados que o vasamento de uma ventaneira bastava, não raro, para comprometer a

produção por vários meses, podemos sem exagero afirmar que cada tonelada de gusa, em verdade, custava sangue, suor e lágrima’.

A todas essas dificuldades de ordem técnica, juntava-se agora, com o termino da guerra, o problema do mercado que surgia de novo para a nossa incipiente indústria siderúrgica.

A Companhia Siderúrgica Mineira não esmoreceu em seus esforços. Procurava impor-se à confiança do mercado através da qualidade de suas atividades comerciais. Um grande alento nesse sentido teria no dia em que importante firma do Rio de Janeiro, L. B. de Almeida, ofereceu-se para comprar-lhe duas mil toneladas de gusa, com pagamento adiantado.

Ajuda Estrangeira: Transformação para Crescer

Estava a sociedade no primeiro ano de funcionamento efetivo de seu alto forno quando ocorreu a vinda ao Brasil e a Minas do Rei Alberto, da Bélgica. Convidado pelo Presidente Epitácio Pessoa, o legendário soberano dos belgas viera fazer ao nosso país uma visita de boa vontade. Hospedando o estadista europeu no Palácio da Liberdade, o presidente de Minas, Artur Bernardes, concitou-o a animar a vinda de indústrias da Bélgica para o nosso Estado, tendo em vista sobretudo as possibilidades mineiras no setor da metalurgia do ferro. O resultado dessa conversa teríamos menos de um ano mais tarde, com a chegada a Minas de uma missão belgo-luxemburguesa, chefiada pelo Engenheiro Jean Pierre Arend e enviada pelo presidente do consórcio ‘Acières Réunies de Burbach-Eich-Dudelange’ (ARBED), sr. Gaston Barbanson.

A missão da ARBED permaneceu meses em nosso Estado procedendo aos estudos da localização da usina que se queria instalar. O sr. Jean Pierre Arend, que era diretor da administração central da ARBED, em companhia de seus companheiros, palmilhou a cavalo todo o chamado quadrilátero ferrífero de Minas, tendo, numa viagem até onde Jean Monlevade, um século antes, havia instalado sua forja catalã, passado nas vizinhanças da usina de Siderúrgica, que estava em funcionamento.

Por coincidência, o dr. Cristiano Guimarães, presidente da Companhia Siderúrgica Mineira, era também o cônsul honorário da Bélgica em Belo Horizonte. Por dever funcional coubera-lhe receber a missão da ARBED e facilitar seus estudos entre nós. Num de seus contatos com o Eng. Jean Pierre Arend, o ilustre mineiro suscitara a possibilidade de via a ARBED a colaborar

com a sua companhia, iniciando mediante a ampliação da Usina de Siderúrgica o programa industrial que havia estabelecido com a construção de nova usina de proporções bem maiores na antiga herdade de João Monlevade.

Essa seria, realmente, a fórmula adotada como resultado feliz da missão da ARBED em nosso Estado. Em fevereiro de 1921, firmara-se nesse sentido o primeiro contato. A 11 de dezembro do mesmo ano, a Companhia Siderúrgica Mineira realizou uma assembléia geral para aumento de seu capital de Cr\$ 350.000,00 para Cr\$ 15.000.000,00 inteiramente subscrito pelo sr. Gaston Barbanson, presidente do consórcio siderúrgico europeu. Na mesma assembléia se resolveu igualmente adquirir as propriedades de Monlevade e do Andrade e foram eleitos os membros do Conselho de Administração da sociedade, a qual, dois anos mais tarde, passaria a chamar-se Companhia Siderúrgica Belgo Mineira. Estava decidido que a Usina de Siderúrgica seria ampliada e que deveria também produzir aço e laminados, até que com a chegada dos trilhos a Monlevade, o que somente ocorreu em 1935, se pudesse construir a nova usina. Para executar o novo plano, chegara, em 1921, o primeiro diretor da Usina, o engenheiro belga Pierre Deville. Pouco depois estaria em Sabará a primeira turma de técnicos luxemburgueses, cujos nomes ficam gravados desde logo na história da empresa: Jean Pierre Brimayer, engenheiro civil e de minas a quem se deve a construção do segundo alto forno de Siderúrgica; Michel Michels (faleceu como superintendente de Siderúrgica), químico; Etienne Ross eletrotécnico (faleceu em Siderúrgica); Nicolas Munshausen, mecânico (faleceu no Luxemburgo); Emile Simon, montador (falecido).

Chegariam em seguida outros técnicos da ARBED, muitos dos quais ainda hoje prestando precisos serviços à Companhia: os Srs. Michel Irrthum, já falecido; Jean Pierre Fohrmann, Jean Pierre Weidig, Wilhelm Stroesser, W. Spooner, D. Spardano. O Eng. Metalurgista Alberto Heiner, que fora um dos primeiros a chegar, haveria de construir em 1923 o primeiro alto forno de Morro Grande, hoje Barão de Cocais.

Em 1927, a Companhia teria o seu segundo diretor técnico na pessoa do Eng. Louis Jacquesensch. Dois anos mais tarde, trazido por este, chegava a Sabará o Eng. Albert Scharlé para chefiar a secção de laminadouro. A Belgo Mineira ia abrir com rasgos de ousadia o seu futuro.

Com a colaboração da técnica e do capital europeu, o empreendimento da Companhia Siderúrgica Mineira cumpria assim o seu destino: uma a uma, com tenacidade e bravura, foram removidas todas as dificuldades para apresentar-se a potente realidade que é hoje a Belgo Mineira”.

12.7. ANEXO 7 – DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO, P. 24743, 29/10/1957.

NOTICIÁRIO

“NA ORDEM NACIONAL DO MÉRITO O PRESIDENTE DA COMPANHIA SIDERÚRGICA BELGO-MINEIRA — Com a presença de Ministros de Estado, parlamentares, homens de empresa e figuras da sociedade, o Presidente Juscelino Kubitschek fêz entrega, ontem, no Palácio das Laranjeiras, ao Sr. Christiano Guimarães, Presidente da Companhia Siderúrgica Brigo-Mineira, das insígnias da Ordem Nacional do Mérito, no grau de Comendador. Entre as personalidades de destaque presentes ao ato de agraciamento do Sr. Christiano Guimarães anotamos os Srs. Ministros J. C. de Macedo Soares, José Maria Alkmin e Lúcio Meira; Senadores Artur Bernardes Filho e Benedito Valadares; Prefeito Francisco Negrão de Lima; Lucas Lopes e Tancredo Neves. Ao entregar ao homenageado a condecoração, o Presidente Juscelino Kubitschek pronunciou o seguinte discurso:

"É para mim motivo de sincera satisfação conferir-vos, Senhor Doutor Christiano Guimarães, as insígnias da Ordem Nacional do Mérito, com que fostes agraciado pelos vossos excepcionais predicados de cidadão e pelos relevantes serviços prestados à coletividade.

Soubestes, expressivamente, ligar o vosso nome — já por tantos títulos ilustre — ao desenvolvimento de nossa indústria siderúrgica, devotando a essa grande causa a clarividência e descortino do vosso espírito pragmático, penetrado todavia do sentido de idealismo indispensável a toda obra verdadeiramente criadora, e a energia pugnaz que mais se afeiçoa às dificuldades na medida em que estas recrescem, pelo gosto de desafiá-las e vencê-las.

Como filho de Minas Gerais, bem sabeis que o destino do grande Estado mediterrâneo se associou, desde o início da colonização, à pesquisa e exploração de seus recursos minerais. A descoberta do ouro e das pedras raras, pelos audazes Bandeirantes, foi a razão determinante da conquista e povoação das várias áreas que se estendiam ao norte da chamada região de Piratininga, até convizinhar, muito além, com as terras baianas. E foi ainda essa atividade quase generalizada da mineração que, por seu turno, originou em Minas os fundamentos de uma indústria siderúrgica rudimentar, com as forjas que se estabeleceram aqui e ali para

produzir os instrumentos, ferramentas e utensílios indispensáveis aos misteres dos garimpeiros.

Dai por diante, cuidaram os filhos de Minas de ampliar essa indústria nascente, de modo a melhor aproveitar as imensas reservas de minérios de ferro que afloravam em largos tratos do território, surgindo, então, pouco a pouco, os empreendimentos siderúrgicos de vulto. Fiel a êsse sentido da evolução mineira, emprestastes, Sr. Dr. Cristiano Guimarães, todo vosso apoio à idéia de se fundar em Minas a grande siderurgia e, integrando a Diretoria da Belgo-Mineira — cuja presidência agora ocupais —, participastes de uma série de iniciativas da maior importância, graças às quais essa indústria se expandiu vigorosamente, rumo não só à auto-suficiência nesse domínio, como também à capacidade de concorrer com o produto no mercado internacional, de modo a conquistar eventualmente rósea fonte de divisas para o País.

Por todos estes motivos, tendes vosso nome incluído entre os beneméritos pioneiros e lidadores de nossa indústria siderúrgica — e só isso vos intitularia à admiração e ao reconhecimento do Governo da República, que neste instante vos manifesta seu especial apreço.

Conferindo-vos as insígnias da Ordem Nacional do Mérito, Senhor Doutor Cristiano Guimarães, apraz-me dirigir-vos minha saudação e congratular-me convosco pelos triunfos que têm assinalado a vossa atividade de cidadão e de homem de empresa, sempre voltado para os ideais da prosperidade e do engrandecimento do Brasil".

12.8. ANEXO 8 – TABELA – SÉRIE HISTÓRICA DO SALÁRIO MÍNIMO NO BRASIL

Série Histórica do Salário Mínimo no Brasil

Vigência a partir de	Moeda	Valor
Julho de 1940	\$ (Réis)	240\$000
Julho de 1943	Cr\$ (Cruzeiro)	300,00
Dezembro de 1943	Cr\$	380,00
Janeiro de 1952	Cr\$	1.200,00
Julho de 1954	Cr\$	2.400,00
Agosto de 1956	Cr\$	3.800,00
Janeiro de 1959	Cr\$	6.000,00
Outubro de 1960	Cr\$	9.600,00
Outubro de 1961	Cr\$	13.440,00
Janeiro de 1963	Cr\$	21.000,00
Fevereiro de 1964	Cr\$	42.000,00
Março de 1965	Cr\$	66.000,00
Março de 1966	Cr\$	84.000,00
Março de 1967	NCr\$ (Cruzeiro Novo)	105,00
Março de 1968	NCr\$	129,60
Maio de 1969	NCr\$	156,00
Maio de 1970	Cr\$ (Cruzeiro)	187,20
Maio de 1971	Cr\$	225,60
Maio de 1972	Cr\$	268,80
Maio de 1973	Cr\$	312,00
Maio de 1974	Cr\$	376,80
Dezembro de 1974	Cr\$	415,20
Maio de 1975	Cr\$	532,80
Maio de 1976	Cr\$	768,00
Maio de 1977	Cr\$	1.106,40
Maio de 1978	Cr\$	1.560,00
Maio de 1979	Cr\$	2.268,00
Novembro de 1979	Cr\$	2.932,80
Maio de 1980	Cr\$	4.149,60
Novembro de 1980	Cr\$	5.788,80
Maio de 1981	Cr\$	8.464,80
Novembro de 1981	Cr\$	11.928,00
Maio de 1982	Cr\$	16.608,00
Novembro de 1982	Cr\$	23.568,00
Maio de 1983	Cr\$	34.776,00
Novembro de 1983	Cr\$	57.120,00
Maio de 1984	Cr\$	97.176,00
Novembro de 1984	Cr\$	166.560,00
Maio de 1985	Cr\$	333.120,00
Novembro de 1985	Cr\$	600.000,00

(continuação)

Vigência a partir de	Moeda	Valor
Março de 1986	Cz\$ (Cruzado)	804,00
Janeiro de 1987	Cz\$	964,80
Março de 1987	Cz\$	1.368,00
Maio de 1987	Cz\$	1.641,60
Junho de 1987	Cz\$	1.969,92
Agosto de 1987	Cz\$	1.970,00
Setembro de 1987	Cz\$	2.400,00
Outubro de 1987	Cz\$	2.640,00
Novembro de 1987	Cz\$	3.000,00
Dezembro de 1987	Cz\$	3.600,00
Janeiro de 1988	Cz\$	4.500,00
Fevereiro de 1988	Cz\$	5.280,00
Março de 1988	Cz\$	6.240,00
Abril de 1988	Cz\$	7.260,00
Maio de 1988	Cz\$	8.712,00
Junho de 1988	Cz\$	10.368,00
Julho de 1988	Cz\$	12.444,00
Agosto de 1988	Cz\$	15.552,00
Setembro de 1988	Cz\$	18.960,00
Outubro de 1988	Cz\$	23.700,00
Novembro de 1988	Cz\$	30.800,00
Dezembro de 1988	Cz\$	40.425,00
Janeiro de 1989	NCz\$ (Cruzado Novo)	63,90
Maio de 1989	NCz\$	81,40
Junho de 1989	NCz\$	120,00
Julho de 1989	NCz\$	149,80
Agosto de 1989	NCz\$	192,88
Setembro de 1989	NCz\$	249,48
Outubro de 1989	NCz\$	381,73
Novembro de 1989	NCz\$	557,33
Dezembro de 1989	NCz\$	788,18
Janeiro de 1990	NCz\$	1.283,95
Março de 1990	Cr\$ (Cruzeiro)	3.674,06
Junho de 1990	Cr\$	3.857,76
Julho de 1990	Cr\$	4.904,76
Agosto de 1990	Cr\$	5.203,46
Setembro de 1990	Cr\$	6.056,31
Outubro de 1990	Cr\$	6.425,14
Novembro de 1990	Cr\$	8.829,55
Dezembro de 1990	Cr\$	8.836,82
Janeiro de 1991	Cr\$	12.325,60
Fevereiro de 1991	Cr\$	15.895,46
Março de 1991	Cr\$	17.000,00
Abril de 1991	Cr\$	20.000,00
Maio de 1991	Cr\$	23.131,68
Agosto de 1991	Cr\$	36.161,60
Setembro de 1991	Cr\$	42.000,00
Dezembro de 1991	Cr\$	63.000,00

(continuação)

Vigência a partir de	Moeda	Valor
Janeiro de 1992	Cr\$	96.037,33
Maio de 1992	Cr\$	230.000,00
Setembro de 1992	Cr\$	522.186,94
Janeiro de 1993	Cr\$	1.250.700,00
Março de 1993	Cr\$	1.709.400,00
Maio de 1993	Cr\$	3.303.000,00
Julho de 1993	Cr\$	4.639.800,00
Agosto de 1993	CR\$ (Cruzeiro Real)	5.534,00
Setembro de 1993	CR\$	9.606,00
Outubro de 1993	CR\$	12.024,00
Novembro de 1993	CR\$	15.021,00
Dezembro de 1993	CR\$	18.760,00
Janeiro de 1994	CR\$	32.882,00
Fevereiro de 1994	CR\$	42.829,00
Março de 1994	URV (*)	64,79
Julho de 1994	R\$ (Real)	64,79
Setembro de 1994	R\$	70,00
Maio de 1995	R\$	100,00
Maio de 1996	R\$	112,00
Maio de 1997	R\$	120,00
Maio de 1998	R\$	130,00
Maio de 1999	R\$	136,00
Abril de 2000	R\$	151,00
Abril de 2001	R\$	180,00
Abril de 2002	R\$	200,00
Abril de 2003	R\$	240,00
Maio de 2004	R\$	260,00
Maio de 2005	R\$	300,00
Abril de 2006	R\$	350,00
Abril de 2007	R\$	380,00
Março de 2008	R\$	415,00
Fevereiro de 2009	R\$	465,00
Janeiro de 2010	R\$	510,00
Janeiro de 2011	R\$	540,00
Março de 2011	R\$	545,00
Janeiro de 2012	R\$	622,00
Janeiro de 2013	R\$	678,00
Janeiro de 2014	R\$	724,00
Janeiro de 2015	R\$	788,00
Janeiro de 2016	R\$	880,00

Tabela 1 – Série Histórica do Salário Mínimo no Brasil

Fonte: Ministério do Trabalho e Previdência Social (<http://www.mtps.gov.br/salario-minimo>) e Ministério da Fazenda (<http://www.fazenda.gov.br/noticias/2000/r000322>)

(*) Unidade Referência de Valor (URV)

Cr\$1,00 = 1\$000,00 (1943)

NCz\$1,00 = Cz\$1.000,00 (1989)

NCr\$1,00 = Cr\$1.000,00 (1967)

Cr\$1,00 = NCz\$1.000,00 (1990)

Cr\$1,00 = NCr\$1,00 (1970)

CR\$1,00 = Cr\$1.000,00 (1993)

Cz\$1,00 = Cr\$1.000,00 (1986)

R\$1,00 = CR\$2.750,00 (1994)